

Universidade de Lisboa  
Faculdade de Ciências  
Secção Autónoma de História e Filosofia das Ciências



**A Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1834): ciências e  
hibridismo numa periferia europeia**

**José Alberto Teixeira Rebelo da Silva**

Doutoramento em História e Filosofia das Ciências

**2015**

Universidade de Lisboa  
Faculdade de Ciências  
Secção Autónoma de História e Filosofia das Ciências



**A Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1834): ciências e  
hibridismo numa periferia europeia**

**José Alberto Teixeira Rebelo da Silva**

Tese orientada pela Prof.<sup>a</sup> Doutora Ana Isabel da Silva Araújo Simões,  
especialmente elaborada para a obtenção do grau de  
doutor em História e Filosofia das Ciências

**2015**

## ABSTRACT

The Royal Academy of Sciences of Lisbon has occupied a subsidiary place, sometimes barely ornamental, or even totally absent, in the historical narrative in general and, in the history of science in particular. This dissertation aims at reversing this state of affairs by characterizing the process of production and organization of science in a European periphery which was orchestrated by the Royal Academy of Sciences of Lisbon, in the period since its foundation in 1779, to its first statutory amendment, in 1834. This goal was achieved pursuing the following thematic axes. First, by determining the social-professional universe of its members and its evolution during the first fifty years of existence. Secondly, by combining these results with the different academic programmatic lines that emerge from the analysis of both the non-periodic printed texts, and the Academy's regular publication, "History and Memories of the Royal Academy of Sciences of Lisbon". And finally, by the analysis of the prize competition programs implemented by the Academy, the technical and scientific committees in which the Academy was involved in, as well as its technical and scientific advisory role, which enables to clarify the relationship forged by the Academy with power and government structures.

Based on the evidence collected, the following conclusions ensue: a) the structure and programmatic practices of the Academy resulted from processes of appropriation and transformation of existing programs and models of production and organization of knowledge, dependent on the social and political context in which the Academy emerged; b) the Academy social and professional context, and specifically its generational make-up and reproduction, initially marked by a context of end of Old

Regime, induced a concomitant shift in the respective programmatic options; and finally c) the Academy's European peripheral status, together with its colonial centrality enables to explain both its network of Luso-Brazilian members as well as its programmatic profile. In conclusion, the first fifty years of the Royal Academy of Sciences were characterized by a programmatic hybridism, behind which stood a polysemic understanding of "Sciences" which were the Academy's object. These idiosyncratic characteristics account for the multifarious outlooks of its evolving programmatic nature: Economic society, medical society, government agency were the successive faces of these different transfigurations that marked the programmatic route of the Royal Academy of Sciences of Lisbon in the first fifty years of its existence.

**Keywords:** *academy, appropriation, periphery, hybridism, polysemy.*

## RESUMO

A Academia Real das Ciências de Lisboa tem ocupado um lugar subsidiário, às vezes até ornamental, quando não está mesmo ausente, da narrativa historiográfica em geral e da história das ciências em particular. A presente dissertação tem como propósito caracterizar o processo de produção e organização das ciências numa periferia europeia, protagonizado pela Academia Real das Ciências de Lisboa no período que decorre desde a sua fundação, em 1779, até à sua primeira reforma estatutária, em 1834. As evidências recolhidas passaram, em primeiro lugar, pela determinação da configuração social e profissional dos seus sócios e da sua evolução ao longo dos primeiros cinquenta anos de funcionamento da Academia. Em segundo lugar, pela articulação desses resultados com as linhas programáticas da Academia que emergem da análise quer dos textos impressos não periódicos, quer da sua publicação periódica de maior longevidade, a *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Em terceiro lugar, pelo recenseamento e análise dos programas postos a concurso pela Academia para atribuição de prémios, dos prémios atribuídos, bem como das comissões técnico-científicas em que a Academia esteve envolvida de modo a esclarecer a sua relação com o poder através da sua função de consultoria técnico-científica. Com base nas evidências recolhidas foi então possível chegar a um conjunto de conclusões que passamos a enunciar. A estrutura e prática programáticas da Academia resultaram de processos de apropriação e transformação de modelos e programas preexistentes de produção e organização do conhecimento, integrados por variáveis de natureza social e política específicas do contexto local em que a Academia emergiu. A sua configuração socioprofissional, inicialmente marcada por um contexto de final de Antigo Regime,

sofreu uma viragem geracional indutora de uma concomitante viragem nas respetivas opções programáticas. A condição de periferia europeia da Academia, conjugada com a de centralidade colonial, permitiram explicar a sua rede de associados luso-brasileiros, bem como o seu próprio perfil programático. Os primeiros cinquenta anos do funcionamento da Academia Real das Ciências foram caracterizados por um hibridismo programático - subjacente ao qual existia um entendimento polissémico das “Ciências” que constituíam o objeto da Academia - indexável a transfigurações na natureza programática da Academia. Sociedade económica, sociedade médica, repartição governamental foram os sucessivos rostos dessas diferentes transfigurações que marcaram o percurso programático da Academia Real das Ciências de Lisboa nos primeiros cinquenta anos da sua existência.

**Palavras-chave:** *academia, periferia, apropriação, hibridismo, polissemia.*

# ÍNDICE

Agradecimentos	ix
Índice de gráficos	xi
Índice de tabelas	xiii
Índice de figuras	xiv
Abreviaturas e siglas	xiv
1 – À Imitação de todas as nações cultas .....	1
Introdução .....	1
1.1 – Propósito e método .....	6
1.2- Histórias sobre a Academia .....	11
1.2.1 – Os primeiros relatos oitocentistas .....	12
1.2.2 – Exumação, descrição e lauda .....	16
1.2.3 – Nem tão alto, nem tão longe .....	21
1.2.4 – Outros olhares .....	22
1.3 – “A nossa Sociedade” .....	30
1.3.1 – De Coimbra para Lisboa .....	32
1.3.2 – Uma génese tripartida .....	35
1.3.3 – “Zelo e Amor da Pátria” .....	43
1.3.4 – A ordem dos sócios .....	48
Conclusões.....	55
2 – Recrutamento e promoção académicas .....	57
2.1 – Dados, fontes e método .....	61
2.2 – Recrutamento e mobilidade .....	67
2.2.1 – Sócios honorários .....	70
2.2.1.1 – Recrutamento .....	70
2.2.1.2 – Ofícios honoráveis.....	72
2.2.1.3 – Um perfil em evolução .....	75
2.2.1.4 – Acesso e promoção .....	82
2.2.2 – Sócios efectivos .....	88
2.2.2.1 – A geração de 1780 .....	88
2.2.2.2 – Uma configuração variável .....	95
2.2-2-3 – Uma nova geração: médicos e engenheiros militares	100
2.2.3 – Sócios livres ou supranumerários .....	107
2.2.3.1 – Recrutamento e promoção .....	108
2.2.3.2 – Um perfil ao longo do tempo.....	113
2.2.4 – Sócios correspondentes .....	119
2.2.4.1 – Correspondentes estrangeiros em 1780 .....	122
2.2.4.2 – Correspondentes portugueses .....	127
2.2.4.2.1 – Correspondente ao correr do tempo .....	130
2.3 – Geografia Académica .....	135
2.3.1 – A rede luso-brasileira .....	139
Conclusões .....	144
3– Em busca de um programa .....	149

3.1 – Uma configuração editorial .....	154
3.1.1 – Catálogos de um <i>corpus</i> .....	156
3.1.2 – Recenseamento e demarcação .....	158
3.1.3 – Modalidades de um tráfico editorial .....	166
3.2 - História e Memórias da Academia Real das Ciências .....	175
3.2.1 – Um tempo para imprimir .....	183
3.2.2– Assuntos para memórias .....	187
3.2.3 – Memórias por Classes .....	188
3.2.3.1 – Ciências Naturais ou de Observação .....	193
Medicina .....	194
Botânica, geologia e zoologia .....	198
Química .....	202
Física e meteorologia .....	204
Outras memórias .....	212
3.2.3.2 – Ciências Exatas ou de Cálculo .....	215
Lotarias, fortificação e navegação/construção naval .	219
Astronomia e matemática .....	222
3.2.3.3 – Literatura portuguesa ou Belas Letras .....	228
Memórias de história e literatura .....	234
Conclusões .....	237
4 – Uma instituição patriótica .....	241
4.1 – Comissões técnico-científicas .....	242
4.1.1 – Junta ou Comissão da Indústria .....	244
4.1.2 – Comissão para análise química das quinas .....	249
4.1.3 – Comissão dos pesos e medidas .....	259
4.1.4 – Comissão para a vacinação .....	267
4.1.4.1 – Circulação de pessoas, materiais, técnicas e conhecimento .....	267
Variolizar e vacinar .....	267
Um mapa vacínico .....	269
4.1.4.2 - A Instituição Vacínica .....	275
Organização .....	276
A construção de uma rede de vacinadores.....	281
Mulheres no meio da rede .....	286
“Entre as agonias da morte” .....	289
4.2 – Programas e prémios .....	294
4.2.1 – Programas a concurso: um tráfico público .....	294
4.2.2 – Regras e prémios .....	295
4.2.3 – Assuntos para prémios .....	300
4.2.4 – Uma estatística de prémios .....	307
Conclusões .....	315
Conclusões finais .....	320
Anexos .....	327

Anexo 1.A – Sócios da ACL em 1780 .....	328
Anexo 2.A – Distribuição socioprofissional dos sócios da ACL (1780) .....	337
Anexo 2.B – Tabelas do perfil e evolução socioprofissional dos sócios da ACL (1780-1831) .....	338
Anexo 2.C – Geografia Académica .....	343
Anexo 3.A – Quadro sinótico das publicações periódicas da ACL (1780-1834) ....	350
Anexo 3.B – Autores publicados nas <i>Memórias Económicas, Memórias de Literatura e Memórias da ACL (1780 /1834)</i> .....	351
Anexo 4.A – Quadro do nº de assuntos e áreas disciplinares respetivas postos a concurso pela ACL (1780-1834) .....	358
Anexo 4.B – Assuntos postos a concurso e premiados pela ACL (1780-1834).....	360
Fontes e Bibliografia .....	367



## AGRADECIMENTOS

Esta dissertação foi levada a cabo com o apoio de uma bolsa de doutoramento (SFRH/BD/40417/2007) concedida pela Fundação para a Ciência e Tecnologia à qual expresso aqui o meu agradecimento.

Devo à Prof<sup>a</sup> Doutora Ana Simões, e agradeço-lhe, o incentivo, o conhecimento, a disponibilidade, a confiança, e as condições que me proporcionou no CIUHCT – Centro Interuniversitário de História das Ciências e da Tecnologia – e me permitiram desenvolver e levar a bom porto esta dissertação. Encontrei, neste lugar de exceção, colegas a quem estou agradecido por terem tornado mais confortável esta minha viagem. Refiro-me à Teresa Carvalho, diligente Ortelã, à Luana Giurgevich, croata conventual, ao Henrique Leitão, o Pessoa, ao Joaquim Gaspar, el Comandante Mercator, à Júlia Gaspar e Conceição Tavares, que embarcaram ao mesmo tempo que eu, ao Nuno Figueiredo, grande Jedi, ao António Sanchez, Bruno Almeida, Samuel Gesner, Elvira Calapez, Isabel Zilhão, Catarina Madruga, Luísa Sousa, Luís Tirapicos e a todos os “ciuhctistas” de cujo convívio tenho disfrutado ao longo destes anos.

A Academia das Ciências de Lisboa foi uma parte do meu quotidiano nestes últimos anos, onde estive em busca dum tempo de que espero ter dado aqui a devida conta. Ao Prof. Doutor Adriano Moreira, presidente da Academia das Ciências na altura em que iniciei a minha investigação, e em memória do Prof. Doutor Justino Mendes de Almeida, agradeço a disponibilidade com que colocaram à minha disposição os arquivos da Academia e me proporcionaram a oportunidade de aí desenvolver a minha pesquisa. Estendo este agradecimento ao Prof. Engenheiro Arantes e Oliveira e ao Prof. Doutor Aires de Barros que, entretanto, foram ocupando o lugar da presidência da Academia bem como ao atual Inspetor da Biblioteca, Prof. Doutor Telles Antunes. Fica também

aqui o meu reconhecimento ao Dr. Sérgio Lourenço e à Dra. Susana Marques que, na Biblioteca da Academia, me ajudaram numa fase inicial da minha pesquisa. Quero deixar igualmente um agradecimento à Dra. Leonor Pinto, bibliotecária da Biblioteca da Academia das Ciências e à Dra. Luísa Macedo, pelo amável apoio com que reponderam a todas as minhas solicitações arquivísticas ao longo deste tempo. Os meus votos são de que a fase de reorganização arquivística em que a Academia entrou nestes últimos meses chegue a bom porto, para o bem e felicidade públicas.

Encontrei sempre, na Torre do Tombo, na Biblioteca da Ajuda, na Biblioteca Nacional e na Wellcome Library, uma resposta positiva às minhas solicitações, estando, por isso, grato a esses serviços e aos funcionários que aí trabalham.

Para a Taíse Silva, colega de investigação com quem partilhava a consulta das mesmas fontes arquivísticas e de cuja tese sobre a Academia das Ciências recolhi valiosas sugestões, vai um agradecimento transatlântico.

Não posso deixar de referir também os meus colegas da Escola Secundaria Marquês de Pombal, diretores e professores, a quem agradeço o apoio e camaradagem, sem os quais tudo se tornaria muito mais difícil.

Maria, João e Luís, companheiros de uma viagem que não escolheram, aqui fica a minha imensa gratidão e esta dissertação, que vos dedico.

## INDICE DE GRÁFICOS

2.1 - Composição social dos sócios honorários da ACL (1780) .....	71
2.2 - Evolução do perfil social dos sócios honorários da ACL (1780-1838) .....	77
2.3 - Evolução do perfil profissional dos sócios honorários da ACL (1780/1838).....	81
2.4 - Composição social dos sócios efetivos da ACL (1780) .....	88
2.5 - Evolução do perfil social dos sócios efetivos da ACL (1780-1838) .....	96
2.6 - Evolução do perfil profissional dos sócios efetivos da ACL (1780-1838) .....	97
2.7 - Evolução relativa do número de sócios efetivos professores (1780-1838)....	98
2.8 - Evolução padrão profissional e disciplinar dos efetivos da ACL (1780-1838).	104
2.9 - Composição social dos sócios livres da ACL (1780) .....	109
2.10 - Evolução do padrão social dos sócios supranumerários da ACL (1780- 1834) .....	114
2.11 - Evolução do padrão profissional dos sócios supranumerários da ACL (1780-1834) .....	115
2.12 - Evolução do padrão disciplinar dos sócios supranumerários da ACL (1780- 1834) .....	116
2.13 - Evolução do padrão disciplinar dos sócios supranumerários da ACL (1780- 1831) .....	117
2.14 - Composição social dos correspondentes portugueses da ACL em 1780.	127
2.15 - Evolução do perfil social dos correspondentes portugueses da ACL (1780 - 1831) .....	131
2.16 - Evolução do perfil profissional dos correspondentes portugueses da ACL (1780 -1831) .....	131
2.17 - Professores correspondentes da ACL (1780-1831).....	132
2.18 - Evolução do padrão disciplinar dos correspondentes da ACL (1780-1831).	133
2.19 - Evolução do número de correspondentes da ACL em Portugal .....	138
2.20 - Evolução do número de correspondentes da ACL (1780-1831) .....	139
2.21 - Evolução do número de sócios luso-brasileiros na ACL (1780-1838) .....	141
3.1 - Distribuição das publicações da ACL (1780-1834) pela três áreas disciplinares: Ciências de Cálculo, Ciências de Observação e Literatura ....	159
3.2 - Comparação entre as médias móveis das publicações em Ciências e em Letras (1780 -1834).....	160
3.3 - Média móvel do total das publicações da ACL no período 1780-1834 .....	163
3.4 - Média móvel das publicações da ACL, por classe/área disciplinar no período (1780-1834) .....	164
3.5 - Distribuição das memórias pelas três classes da ACL: Ciências Naturais, Ciências Exatas e Literatura (1799 - 1834) .....	189
3.6 - Distribuição das memórias, sem discursos nem elogios históricos, pelas três classes da ACL: Ciências Naturais, Ciências Exatas e Literatura (1799-1834)...	190
3.7 - Distribuição temporal das memórias pelas três classes da ACL: Ciências Naturais, Ciências Exatas e Literatura (1799 - 1834) .....	193
3.8 - Distribuição das memórias de Ciências Naturais (1799-1834) .....	194
3.9 - Memórias de medicina incluídas nas <i>HM</i> (1799 - 1834) .....	196
3.10 - Memórias de botânica, geologia e zoologia incluídas nas <i>HM</i> (1799-1834)...	199

3.11 - Memórias de química, física e meteorologia incluídas nas <i>HM</i> (1799-1834)..	205
3.12 - Memórias diversas incluídas nas <i>HM</i> (1799 - 1834). .....	214
3.13 - Distribuição das memórias de Ciências Exatas (1799-1834) .....	215
3.14 - Memórias de lotarias, tática, construção naval e fortificação (1799-1834)..	219
3.15 - Memórias de astronomia e matemática nas <i>HM</i> (1799-1834) .....	224
3.16 - Distribuição das memórias de “Belas Letras” nas <i>HM</i> (1797-1834) .....	234
3.17 - Evolução do número de memórias de “Belas Letras” nas <i>HM</i> (1797-1834)..	235

## INDICE DE TABELAS

1.1 – Proposta taxonómica das academias e sociedades científicas do século XVIII .....	4
2.1 - Estrutura profissional dos sócios honorários da ACL (1780) .....	73
2.2 - Distribuição socioprofissional dos sócios honorários da ACL (1780) .....	74
2.3 – Distribuição socioprofissional dos sócios efetivos da ACL (1780) .....	90
2.4 – Distribuição dos sócios efetivos professores da ACL (1780) em função da área de atividade .....	93
2.5 – Distribuição de efetivos professores na Universidade de Coimbra pelas classes de Letras (L) e de Ciências Exatas e Naturais (C) (1780 / 1838) .....	99
2.6 – Distribuição socioprofissional dos sócios supranumerários da ACL (1780)..	110
2.7– Distribuição dos sócios supranumerários professores da ACL (1780) em função da área de atividade .....	113
2.8 – Padrão de distribuição disciplinar dos correspondentes estrangeiros da ACL (1780) .....	125
2.9 – Distribuição socioprofissional dos correspondentes portugueses da ACL (1780) .....	129
3.1 – Lista dos autores de memórias de medicina nas <i>HM</i> (1797 – 1834). .....	197
3.2 – Autores de memórias de Ciências Exatas publicadas nas <i>HM</i> (1797 – 1835).	217
4.1– Prémios atribuídos a assuntos postos a concurso pela ACL (1780/1834) ....	307

## INDICE DE FIGURAS

3.1 – Emblema e divisa da ACL .....	155
3.2 – Emblema que integra a folha de rosto das publicações da ACL a partir de 1784 (A) e uma versão do mesmo que passou a figurar na folha de rosto das publicações desde 1830 (B) .....	156
4.1 - Caixa de pesos e medidas. A caixa contém os padrões que foram destinados ao Senado da Câmara de Lisboa no ano de 1819 .....	263
4.2 – Distribuição de vacinadores, 1807. Baseado em Francisco Inácio Rubião, <i>Memoria sobre a Vaccina</i> , ms. 985, série azul, Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa .....	272
4.3 - Bernardino António Gomes (1768 – 1823) – Litografia de F. A. Serrano sobre um desenho de Domingos Sequeira .....	277
4.4 – Extrato de uma “conta” do médico correspondente da IV, Manuel José Mourão de Carvalho Azevedo Monteiro (Ms. 3640, Archives and manuscripts, ellcome Library) .....	280
4.5 - Rede de correspondentes da Instituição Vacínica em 1819 .....	284
4.6 – Número de vacinados com vacina verdadeira reportados pela Instituição Vacínica entre 1813 e 1821. ....	290

## **ABREVIATURAS E SIGLAS**

AHCACL - Arquivo Histórico e Científico da Academia das Ciências de Lisboa.

ANTT - Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

BACL - Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa.

BA - Biblioteca da Ajuda.

WL - Wellcome Library



# 1

---

## À imitação de todas as Nações cultas

### Introdução

As academias e sociedades científicas europeias constituíram - num período que vai de meados do século XVII até ao século XIX – um veículo privilegiado de produção e organização das ciências. Elas funcionaram como instâncias de institucionalização, comunicação/circulação e profissionalização da ciência e de articulação desta com os contextos sociais em que era produzida<sup>1</sup>.

O facto de as universidades – fortemente condicionadas pela tradição medieval<sup>2</sup>- não terem conseguido dar uma resposta institucional satisfatória aos novos paradigmas

---

<sup>1</sup> Para um ponto da situação da produção literária sobre as múltiplas sociedades científicas europeias do século XVIII e, ao mesmo tempo, uma visão global interpretativa desse panorama veja-se James E. McClellan III, *Science Reorganized – Scientific societies in the eighteenth century* (New York: Columbia University Press, 1985), *Idem*, “Scientific Institutions and the Organization of Science”, in Roy Porter (ed.), *The Cambridge History of Science – Eighteenth-Century Science*, vol. 4 (Cambridge: Cambridge University Press, 2003), 87 – 106. A literatura sobre este tema é vasta e, maioritariamente, constituída por estudo de casos. Dessa literatura cabe aqui salientar Charles Coulston Gillispie, *Science and Polity in France. The End of the Old Regime* (Princeton: Princeton University Press, 1980), Roger Hanh, *The Anatomy of a Scientific Institution – The Paris Academy of Sciences, 1666 – 1803* (Berkeley: University of California Press, 1971) e Daniel Roche, *Le siècle des lumières en province*, tome I et II (Paris: Éditions de l’École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1978). Um outro estudo, mais abrangente e dedicado às sociedades científicas do século XVII, é o de Martha Ornstein, *The Role of Scientific Societies in the Seventeenth Century* (Chicago: The University of Chicago Press, 1928).

<sup>2</sup> Lawrence Brockliss, “Science, The Universities and Other Public Spaces”, in Roy Porter (org.), *The Cambridge History of Science – Eighteenth-Century Science* (Cambridge: Cambridge University Press, 2003), pp. 44-86.

instaurados com a Revolução Científica fez com que, a partir de meados do século XVII, surgissem as sociedades de letrados como uma formulação organizacional alternativa, propiciadora da emergência de novos padrões de sociabilidade, produção e comunicação do conhecimento em geral e das ciências em particular. Estas eram instituições de elite, estavam localizadas em contextos urbanos e os seus membros eram originários das classes média e alta<sup>3</sup>.

McClellan sinalizou a fase inicial deste movimento organizacional com três exemplos que, de alguma forma, funcionaram como os precursores das academias e sociedades científicas europeias nos séculos XVII e XVIII<sup>4</sup>: a rede de correspondência e de contactos estabelecida por Marin Mersenne (1588-1648)<sup>5</sup>, em Paris, nos anos 1630 e 1640, a criação da *Accademia dei Lincei* (Roma, 1603-1630) e o aparecimento da *Accademia del Cimento* (Florença, 1657-1667)<sup>6</sup>. Estas academias foram, por um lado,

---

<sup>3</sup> Num recenseamento acerca do perfil socioprofissional dos membros da *Académie Royale des Sciences de Paris* feito por McClellan III encontram-se grupos sociais como príncipes, nobreza titulada, baixa aristocracia, notáveis locais, clérigos, oficiais da corte, juizes, advogados, médicos, académicos, cirurgiões, professores universitários, funcionários do governo, etc. (James E. McClellan III, "The Académie Royale des Sciences, 1699-1793: A Statistical Portrait", *Isis* 72 (1981), 541-567. Um perfil análogo embora para um campo de academias mais vasto foi também apresentado por Daniel Roche, *Le siècle des lumières en province, op. cit.* (1).

<sup>4</sup> McClellan III, *op. cit.* (1).

<sup>5</sup> Mersenne foi um teólogo, matemático, filósofo e músico teórico que, nos anos 30 e 40 do século XVII, criou e promoveu uma rede de troca de correspondência e de contactos entre matemáticos, filósofos e outros cientistas de vários países europeu. Foi ainda editor de obras de Euclides, Arquimedes e de outros matemáticos gregos, sendo também um entusiástico defensor da obra de Descartes. Os encontros promovidos por Mersenne quer na sua cela de convento em Paris, quer na residência de alguns dos participantes passaram a ser conhecidos por *Académie Parisiensis* ou *Académie Mersenne*. Gassendi, Descartes, Roberval, Beeckman, J. B. van Helmont, Fermat, Hobbes, Blaise Pascal e Huyghens, entre outros, foram alguns dos correspondentes e/ou participantes nos referidos encontros (Barbara J. Beker, *Lecture 12, Mechanisms, Scientific Societies*, <https://eee.uci.edu/clients/bjbecker/NatureandArtifice/lecture12.html> (11/4/2009).

<sup>6</sup> Há ainda referências a mais cinco academias, anteriores a estas duas, mas de duração mais efémera e importância reduzida que, de algum modo, tratavam de assuntos relacionados com a história ou filosofia natural: *Accademia degli Occulti* (Brescia, 1563), *Accademia dei Secreti* (Veneza, 1570), *Accademia degli Immobili* (Alexandria e Florença, 1550 e 1560), *Accademia Secretorum Naturae* (Nápoles, 1560) (McClellan III, *op. cit.* (1), pp. 43, 44).

herdeiras do humanismo renascentista propiciador da Revolução Científica<sup>7</sup> e, por outro, constituíram uma fase preliminar e de transição para as academias e sociedades científicas setecentistas que emergiriam daí em diante e de que a Royal Society of London (1660) e a Académie Royale des Sciences de Paris (1666) se constituiriam como modelos fundacionais.

Olhadas como dois protótipos organizacionais diferentes – indexadas a contextos político-sociais distintos e dotadas de organizações internas também diferentes – aquelas duas organizações foram utilizadas por McClellan para suportar uma proposta taxonómica que lhe permitiu arrumar cada uma das sociedades científicas europeias quer no grupo das “academias”, se o modelo organizacional escolhido foi o da Académie des Sciences, quer no grupo das “sociedades” se, pelo contrário, o modelo escolhido foi o da Royal Society (Tabela 1.1)<sup>8</sup>.

Esta pretensa taxonomia, embora decorrente de distinções nacionais, não dá conta das diferentes configurações e especificidades organizacionais inerentes às múltiplas sociedades científicas europeias setecentistas. Ela pressupõe um processo de produção e organização do conhecimento alienado da participação ativa dos atores locais, os quais se limitariam a escolher o modelo “pronto a vestir” da organização pretendida e a trasladá-lo imune a qualquer grau de contaminação social, cultural ou política.

Um dos aspetos relacionados com a estrutura organizacional das academias ou

---

<sup>7</sup> As academias “renascentistas” surgiram no século XV e eram genericamente caracterizadas por serem organizações privadas patrocinadas por um mecenas que lhes conferia prestígio, nome e suporte financeiro; terem objectos de interesse culturalmente vastos – história, religião, arquitectura, literatura, caça, música, artes militares, filosofia natural, etc. -, serem organizações efémeras, mais ou menos secretas, dotadas de rituais de iniciação e nomes de código e constituídas por um reduzido número de membros (McClellan III, *Idem*, p. 43).

<sup>8</sup> McClellan III, *Idem*, pp. 13-22.

sociedades em geral é o da exclusividade, ou não, das ciências enquanto objecto dessas organizações. Há academias e sociedades em que as ciências aparecem como

<p style="text-align: center;"><u>Sociedades</u> (Modelo: <i>Royal Society of London</i>)</p>	<p style="text-align: center;"><u>Academias</u> (Modelo: <i>Académie Royale des Sciences de Paris</i>)</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inglaterra, colónias americanas e Holanda.</li> <li>• Monarquias mais descentralizadas.</li> <li>• Estratificação social mais fluida e menos condicionada pela tradição feudal.</li> <li>• Maior tendência para a industrialização, comércio e navegação.</li> <li>• Religião Protestante.</li> <li>• Ligações governamentais mais ténues e informais (→ fundos próprios, menor controlo estatal e maior liberdade organizacional, menor grau de profissionalização e menor produtividade).</li> <li>• Organização interna mais homogénea, mais horizontal e menos exclusiva.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Continente Europeu.</li> <li>• Monarquias centralizadas, absolutistas, e principados.</li> <li>• Estratificação social rígida, condicionada por privilégios nobiliárquicos e feudais.</li> <li>• Economias agrárias.</li> <li>• Religião Católica.</li> <li>• Ligação mais institucional/formal às burocracias governamentais (→ apoio financeiro, privilégios económicos e institucionais, equipamentos, maior controlo estatal, maior profissionalização e produtividade).</li> <li>• Estrutura organizativa mais hierarquizada, centralizada e baseada no privilégio.</li> </ul>

**Tabela 1.1 – Proposta taxonómica das academias e sociedades científicas europeias do século XVIII segundo McClellan, *Science Reorganized*, pp. 13 – 22.**

seu objecto exclusivo – como são os casos da Royal Society e da Académie des Sciences - e, pelo contrário, outras também há em que áreas disciplinares não científicas são incorporadas sob a forma de classes ou secções - é o caso da Academia das Ciências e Belas Letras da Prússia, com secções de matemática e física, belas letras e filologia e de filosofia especulativa ou da própria Academia das Ciências de Lisboa, com classes de ciências naturais, ciências de observação e de literatura portuguesa. O chapéu das “ciências” albergava, na Europa do século XVIII e parte do século XIX, uma multiplicidade de demarcações disciplinares as quais estavam, muitas vezes, indexadas aos contextos em que essas academias ou sociedades se formavam. As academias e sociedades

médicas, as sociedades de agricultura e a generalidade das sociedades patrióticas ou económicas, embora com propósitos aparentemente distintos, corporizaram todas, de algum modo e cada uma à sua maneira, um processo de produção e organização de várias ciências, não sendo relevante, neste aspeto, qualquer tentativa de demarcação baseado apenas em critérios nominalistas. A natureza do conhecimento produzido no quadro de uma academia científica, embora partilhando uma matriz cognitiva comum, não é, pois, alheia à matriz social e cultural em que ela se inscreve e foi fundada. Discutir temas como a “criação do gado vacuum”, o “fabrico de gadanhas”, a “cultura dos nabos” ou a distribuição de sementes e alfaias agrícolas tem um significado e implicações de ordem social e cultural<sup>9</sup> – para além das, obviamente, epistemológicas - diferentes das de se tratarem analiticamente as perturbações orbitais do movimento lunar, ou do problema dos três corpos ou, ainda, das equações gerais da mecânica. Esta diferenciação programática marca também a natureza e o perfil das academias que as promovem, e constituem sinais dos contextos sociais e culturais em que elas emergem.

No caso da ACL, como veremos, a relação com o poder não é espartilhável na dicotomia maior/menor informalidade ou maior/menor controlo estatal. O financiamento da ACL oscilou, de modo intermitente, entre o apoio financeiro de alguns dos seus sócios, o subsídio governamental e os proventos de lotarias e, na sua relação com o poder político assumiu, por sua própria iniciativa, em algumas fases do seu percurso e em áreas específicas, as funções de uma verdadeira repartição governamental como foi o caso, como veremos, da fundação e funcionamento da

---

<sup>9</sup> A cultura dos nabos, a criação do gado vacuum, a utilização de gadanhas alemãs, a distribuição de sementes ou, ainda, a desinfecção preventiva das habitações foram alguns dos temas abordados em algumas sessões da Academia Real das Ciências de Lisboa e que se materializariam depois em memórias publicadas nas suas coleções periódicas e em instruções destinadas aos lavradores.

Instituição Vacínica<sup>10</sup>.

Filiar a ACL, quer no campo das sociedades científicas, de que a Royal Society seria o modelo, quer no campo das academias científicas que teriam como modelo a Académie des Sciences de Paris, é um despropósito que, como tal, não permite esclarecer qual a condição e a natureza de uma agremiação como a ACL, criada no último quartel do século XVIII, em Portugal.

### **1.1 – Propósito e método**

As academias científicas, enquanto instituições/organizações de produção de conhecimento, caso da ACL, constituem configurações estruturadas de acordo com uma certa lógica social cujas componentes se podem provisoriamente recensear como sendo a sua origem, as filiações, normas de conduta, convenções, programas, processo de legitimação e redes e rituais de validação do conhecimento. Neste quadro, uma academia científica funciona como um lugar de circulação do conhecimento materializado no seu corpo académico, nas suas reuniões e assembleias, e em diversos objetos simbolicamente investidos de valor científico/cultural como atas, publicações, bibliotecas, instrumentos, laboratórios e museus e, não menos relevante, em iniciativas

---

<sup>10</sup> Não exploraremos aqui os problemas do financiamento da ACL embora lhes façamos referência ao longo deste trabalho sempre que tal venha a propósito. A Academia começou com a contribuição de 12 800 réis por cada um dos seus sócios; dada a dificuldade em manter este tipo de financiamento, o decreto de 18 de novembro de 1783 concedeu-lhe anualmente a terça parte de 12% do lucro - que partilhava com o Hospital de S. José e a Real Casa dos Expostos - de uma lotaria concedida à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Terminado este financiamento em 1797, o decreto de 4 de Novembro de 1799 vem conceder à Academia uma dotação anual de 4 800 000 réis, retirada do Cofre do Subsídio Literário, que se manteve até 9 de janeiro de 1823, altura em que as Cortes reduziram este valor para metade, sendo meses depois reposta a dotação inicial a qual, por decreto de 27 de Outubro de 1834 foi elevada para 6 000 000 réis. Algumas observações sobre esta questão podem ver-se em Cristóvão Aires, *Para a História da Academia das Ciências de Lisboa* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1927), p. 22 e também em Victor Ribeiro, “As Lotarias da Misericórdia e a Academia das Ciências”, Separata do *Boletim da Segunda Classe da Academia*, VII (1914).

aparentemente avulsas mas investidas de valor programático.

As propostas locais, produzidas num contexto periférico como o português, e que conduziram à fundação da ACL, constituem processos de apropriação de modelos preexistentes que induziram formas organizativas transfiguradas desses modelos<sup>11</sup>. As especificidades dos contextos social e político português, entre 1780 e 1834, estiveram associadas a modulações programáticas e organizacionais da ACL de que iremos dar conta nos capítulos seguintes.

O trabalho aqui apresentado configura a primeira proposta de interpretação da prática programática protagonizada pela Academia Real das Ciências de Lisboa, compreendido entre 1779/80, ano da sua fundação, e 1834, ano da sua primeira revisão estatutária - e também data que marca o início da Monarquia Constitucional - ocorrida já num ambiente político e social diferente daquele que caracterizou o final do Antigo Regime em que a Academia foi fundada. Este propósito permitirá esclarecer de que modo as condições local e periférica da ACL são estruturantes da prática programática da Academia e a sua concretização passará por saber quem eram os sócios da ACL e o que faziam; de que tipo e quais os assuntos tratados nas memórias que publicavam; que programas propunham à consideração pública e em que atividades se ocupava a

---

<sup>11</sup> A necessidade de dar conta do papel ativo desempenhado pelas instâncias locais no processo de apropriação de ideias, práticas, técnicas e formas de organização e produção do conhecimento tem constituído o *leitmotiv* dos encontros bianuais e das publicações promovidos pelo grupo STEP (Science and Technology in the European Periphery). Esta perspectiva fiocou bem expressa na reflexão historiográfica promovida por alguns membros do grupo, sinalizada pelas seguintes contribuições: Kostas Gavroglu *et al*, "Science and Technology in the European Periphery: some historiographical reflections", *History of Science*, xlv (2008), 153 – 175, Kostas Gavroglu, "The STEP (Science and Technology in the European Periphery) Initiative: Attempting to Historicize the Notion of European Science", *Centaurus* 54 (2012), 311 – 327, Manolis Patiniotis, "Between the Local and the Global. History of Science in the European Periphery meets Post-colonial Studies", *Centaurus*, 55 (2013), 361 – 384 e Pedro Raposo, Ana Simões, Manolis Patiniotis, José Bertomeu-Sánchez, "Moving Localities and Creative Circulation: Travels as Knowledge Production in the 18th century Europe", *Centaurus*, 56 (2014), 167 – 188.

Academia.

A Academia Real das Ciências de Lisboa (ACL) – cuja fundação ocorre por alvará emitido a 24 de Dezembro de 1779, com apresentação pública a 4 de Julho de 1780 – surge, no século XVIII português, como a primeira academia das ciências de âmbito nacional cuja atividade marcou de modo significativo, e diferenciado, ao longo do tempo, o panorama das ciências em Portugal<sup>12</sup>. Criada e mantida por uma elite intelectual próxima do poder político ou até, em certos períodos da sua história, detentora desse mesmo poder, ela constitui por isso um ótimo laboratório de análise das interações do processo de produção e organização do conhecimento com os mecanismos sociais e culturais neles implicados. Os textos publicados, as atas das reuniões, os programas, as comissões, as correspondências e o estatuto socioprofissional dos seus sócios permitem-nos explicitar essa relação biunívoca de uma academia com o seu contexto, evidenciando-a como uma instância de várias naturezas - científica, social e cultural<sup>13</sup>.

As condições e os protagonistas da fundação da ACL têm sido glosados de modo avulso, nalguns casos em tom de gesta heroica, noutros desconsiderando componentes relevantes para a compreensão do processo fundacional daquela organização. Ocupar-nos-emos destas histórias, neste primeiro capítulo, corrigindo e interpretando algumas evidências que acompanharam essa fundação e que têm sido, até ao momento,

---

<sup>12</sup> A ACL havia sido antecedida pela criação da Academia de Medicina e História Natural do Rio de Janeiro em 1772. Alguns dos sócios fundadores desta academia, como Manuel Joaquim Henriques de Paiva (1752-1819), viriam depois a ser sócios da ACL (Vera Regina Beltrão Marques, “Escola de homens de ciências: a Academia Científica do Rio de Janeiro (1772-1779)”, *Educar, Curitiba*, 25 (2005), 39 – 57.

<sup>13</sup> Sobre a História Cultural, sua história, variantes e ramificações veja-se Peter Burke, *What is Cultural History*, 2ª ed. (Cambridge: Polity, 2009) e Roger Chartier, *A História Cultural – Entre práticas e representações* (Lisboa: Difel, 2002).

desvalorizadas.

No segundo capítulo iremos considerar os processos de recrutamento socioprofissional dos sócios da ACL ao longo dos seus primeiros cinquenta anos de funcionamento. A evolução temporal de alguns indicadores de natureza prosopográfica permitiram tirar algumas conclusões acerca do perfil socioprofissional dos académicos e o modo como este se relaciona com as opções programáticas entretanto tomadas pela Academia. Neste quadro, a ideia de “geração” enquanto fenómeno socialmente marcado constitui também uma dimensão adicional a levar em conta na evolução da ACL<sup>14</sup>. Será interessante verificar até que ponto uma mudança programática no projeto académico pode estar associada a uma mudança de atores (académicos) protagonizando projetos culturais, sociais ou políticos de natureza diferente. Deste modo, os atores, enquanto pessoas, surgem na narrativa histórica com a atribuição de ligar a história dos eventos que protagonizam com a das estruturas em que se enquadram<sup>15</sup>.

A atividade editorial da Academia, nomeadamente aquela que se relaciona com a *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, será objeto de análise

---

<sup>14</sup> O conceito de geração é utilizado por Peter Burke, *The Italian Renaissance – Culture and Society in Italy* (New Jersey: Princeton University Press, 2000), pp. 235, 236, enquanto grupo de pessoas (artistas, escritores, etc) com uma identidade e consciência próprias do seu papel no processo histórico em causa. A meu ver, a consciência que um grupo possa ter do seu papel no processo histórico é aqui menos relevante que a partilha e defesa que os intervenientes no grupo fazem de um conjunto de valores e opções culturais, sociais e políticas, tenham ou não, eles, consciência disso. Exemplo desta perspectiva é o caso da redefinição do conceito de “estrangeirado” tal como foi feita em Ana Carneiro, Ana Simões e Maria Paula Diogo, “Enlightenment Science in Portugal: The “Estrangeirados” and their Communication Networks”, *Social Studies of Science*, 30, 4 (2000), 591 – 594. De acordo com as autoras, “os estrangeirados” constituíam uma rede de letrados que partilhavam uma ideia de “modernização” baseada num novo quadro epistemológico em que o conhecimento científico e tecnológico tinha um papel relevante.

<sup>15</sup> Peter Burke, *Idem*, p. 236.

no terceiro capítulo<sup>16</sup>. As memórias aí publicadas – consideradas como uma instância do periodismo científico na transição do século XVIII para o século XIX - constituem um ótimo indicador das opções programáticas da Academia, permitindo-nos determinar a sua evolução.

O recenseamento e análise da produção editorial da Academia plasmada na *História e Memórias*, aliado a outros indícios associados à atividade da Academia que referimos no capítulo seguinte, permitem-nos caracterizar o projeto programático da Academia para este período como sendo o de um hibridismo programático de cariz patriótico.

No último capítulo serão consideradas duas componentes vitais no funcionamento da ACL, a saber, as comissões de índole técnico-científica em que a Academia se envolveu e os programas publicados com assuntos postos a concurso para atribuição de prémios. Esta zona da atividade da Academia esclarece o modo como esta, enquanto instância de produção de conhecimento, respondeu às solicitações da

---

<sup>16</sup> O periodismo científico académico tem sido uma categoria marginal nas análises históricas produzidas sobre o periodismo de divulgação científica em Portugal. No caso da ACL, apenas as *Memórias Económicas*, publicadas e / ou inéditas, têm merecido a atenção historiográfica mais abrangente e produzida no campo da história económica. Os estudos de José Luís Cardoso constituem um contributo incontornável para o esclarecimento do lugar ocupado e da contribuição dada pela ACL no panorama da produção literária económica portuguesa entre os finais do século XVIII e início do século XIX. São de assinalar os estudos introdutórios deste Autor que acompanham a reedição das *Memórias Económicas da Real Academia das Ciências de Lisboa, para o Adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Indústria em Portugal, e suas Conquistas*, 5 vols. (Lisboa: Banco de Portugal, 1990-1991), vol. I, pp. XVII – XXXIII e também a edição das *Memórias Económicas Inéditas (1780-1808)* (Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1987). Mais recentemente a *História e Memórias* foram objeto de uma análise prospetiva de matemáticos portugueses que, em Portugal no século XIX, publicaram aí os seus trabalhos (Luis M. R. Saraiva, “Mathematics in the *Memoirs* of Lisbon Academy of Sciences in the 19<sup>th</sup> century”, *Historia Mathematica*, 35 (2008), 302 – 326). Já anteriormente, F. R. Dias Agudo tinha feito um recenseamento do conteúdo das memórias publicadas na *HM*, dando especial destaque e pormenor ao conteúdo das memórias de matemática aí publicadas (F. R. Dias Agudo, “Contribuição da Academia das Ciências de Lisboa para o desenvolvimento da Ciência”, in A. Vasconcelos Marques e J. P. Peixoto (orgs.), *História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal*, vol. 2 (Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1986), 1301 – 1340).

burocracia político-administrativa e, no caso da Instituição Vacínica, se lhe substituiu face à pulverização do poder que caracterizou a conjuntura portuguesa pós-invasões francesas.

Os concursos académicos e os prémios atribuídos pela Academia evidenciam a presença, no circuito cultural, de atores até aqui desconsiderados nas abordagens feitas sobre os processos de promoção e circulação cultural no século XVIII europeu<sup>17</sup>. Trata-se de uma marca detetável também no contexto português e que coloca na órbita do circuito de valoração cultural académico atores como agricultores e agricultoras, criadoras de bichos da seda, pilotos, e artesãos. Não havendo, neste período, mulheres associadas formalmente à ACL a sua ligação mais visível à Academia far-se-á, no entanto, quer por via do concurso académico, quer mediada pela Instituição Vacínica onde têm um papel reconhecidamente relevante.

## **1.2- Histórias sobre a Academia**

A história das academias de ciências, na sua formulação mais lata, tem sido um tema algo desprezado na historiografia portuguesa<sup>18</sup>. Não existe, até ao momento, nenhum trabalho sistemático de levantamento das academias científicas no contexto português nem, também, um conjunto de estudos monográficos que possam constituir uma base sólida para eventuais ensaios interpretativos de natureza mais abrangente.

---

<sup>17</sup> O primeiro a chamar a atenção para a necessidade de um outro olhar sobre alguns processos culturais associados aos concursos académicos nos séculos XVII e XVIII foi Jeremy L. Caradonna, *The Enlightenment in Question: Academic Prize Competitions (Concours Académiques) and the Francophone Republic of Letters, 1670-1794*, PhD dissertation, (Ann Arbor/Jonh Hopkins University: ProQuest LLC/UMI, 2008).

<sup>18</sup> Neste ponto de vista as academias de ciências abarcariam quer as sociedades médicas, quer as Sociedades Económicas de Amigos do País, quer, ainda, as Sociedades de Agricultura ou qualquer outra agremiação que se organizasse em torno da produção de conhecimento sobre a natureza.

Julgo aliás que tal ausência combina, de modo exemplar, com o papel insignificante que as ciências, enquanto objecto histórico, têm ocupado na nossa historiografia em geral, aliado a certo preconceito contra uma abordagem historiográfica que faça das instituições, em geral, e das científicas, em particular, o seu objecto central.

A fundação de academias científicas no contexto português é um fenómeno que, cronologicamente, se pode qualificar de tardio, se o compararmos com o de congéneres europeias. Não quer isto dizer que as ciências, na sua formulação de história natural ou filosofia natural, estivessem ausentes do discurso letrado indexado às academias literárias que se foram formando até finais do século XVIII. Significa apenas que as referências às ciências ocupavam um lugar marginal e institucionalmente irrelevante no objecto central dessas iniciativas de natureza literária<sup>19</sup>.

### **1.2.1 – Os primeiros relatos oitocentistas**

O primeiro discurso histórico sobre a Academia surgiu cerca de trinta e um anos

---

<sup>19</sup> Temas como a doutrina de Aristóteles “sobre o céu e coisas celestes”, ou as teorias de Giordano Bruno, Galileu, Descartes e Gassendi “sobre as coisas celestes”, bem como a geometria, a matemática ou a lógica ou ainda a “filosofia natural” e a “história natural foram objecto de lições proferidas pelos académicos da Academia dos Generosos (1649-1693) e da Academia Portuguesa (1717 – 1723) (Elze Maria Vonk Matias, *As academias literárias portuguesas dos séculos XVII e XVIII*, Tese de doutoramento (Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1988), pp. 32, 33, 72, 400, 480). Ainda sobre as academias literárias veja-se João Palma-Ferreira, *Academias Literárias dos séculos XVII e XVIII* (Lisboa: Biblioteca Nacional, 1982). Sobre a Academia Real da História veja-se Isabel Ferreira da Mota, *A Academia Real da História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII* (Coimbra: Edições Minerva, 2003). Nas academias literárias brasileiras criadas anteriormente à independência, Academia dos Esquecidos (1724-1725) e Academia Brasílica dos Renascidos (1725), a história natural também estava inscrita nos respetivos objetos programáticos. A Academia Brasílica dos Esquecidos (1724), fundada na Baía, tinha como propósito elaborar a História da Nova Lusitânia ou História Brasílica da qual a história natural constituía uma das suas quatro componentes - as outras eram história militar, eclesiástica e a história política (Fábio Mendonça Pedrosa, “A Academia Brasílica dos Esquecidos e a História Natural da Nova Lusitânia”, *Revista da SBHC*, 1 (2003), 21 – 28.

após a sua fundação<sup>20</sup>. Trata-se de um manuscrito não assinado, escrito por um dos seus sócios, intitulado “Apontamentos para a História da Academia Real das Sciencias” – cobrindo um período que vai de 1779 a 1808 - e onde são enunciados, logo no preâmbulo e de modo claro, o propósito e método a que o seu Autor se dispunha: “A Historia de huma Academia de Sciencias não he mais do que a Historia das suas obras e das suas ideas, há apenas huma excepção e he alguns factos que dizem respeito ao seu estabelecimento ou que são particulares ao anno de 1780”<sup>21</sup>.

Depois de acrescentar algumas propostas sobre a organização das publicações da Academia e sobre a necessidade destas responderem em tempo útil ao ritmo de produção literária dos académicos, o Autor conclui o preâmbulo explicitando a sua ideia de história da Academia, atrás exposta:

Isto posto eis aqui os objectos de q me persuado devem tratar os Factos Academicos. 1º A Idea Geral do estado e dos trabalhos da Sociedade n´aquelle anno, alteraçõens ou mudanças que experimentou. 2º Uma idea sucinta e adaptada ao maior numero de pessoas possível das mesmas memorias que se imprimem na Collecção exceto ou qdo. estas são de uma natureza taõ abstrata q naõ he possível simplificallas, ou tão fácil que naõ necessitam tornar-se mais intelligíveis. 3º Hum extrato mais ou menos extenso das memorias q se naõ imprimem por extenso por naõ se julgarem merecedoras disso. 4º Hum Catalogo das Memorias apresentadas q naõ mereceraõ ser extratadas. 5º O Elogio ou ao

---

<sup>20</sup> Existe um manuscrito incompleto do abade Correia da Serra (ANTT, Arquivos Particulares, Abade Correia da Serra, Caixa 3B, A 58, transcrito em [http://chcul.fc.ul.pt/correia\\_da\\_serra/transcricoes/IAN-TT\\_Arq\\_Part\\_Correia\\_da\\_Serra.Cx\\_3B-A58.%5Bs.d.%5D.pdf](http://chcul.fc.ul.pt/correia_da_serra/transcricoes/IAN-TT_Arq_Part_Correia_da_Serra.Cx_3B-A58.%5Bs.d.%5D.pdf)) intitulado “Historia da Academia Real das Sciencias de Lisboa desde o seu princípio até 1788”, [s.d.], que não é mais que um preâmbulo de três páginas em que Correia da Serra resume os primeiros passos da ACL, refere as primeiras reuniões, os seus sócios fundadores e os seus propósitos e prossegue com um esquema do resto da História que se propõe contar mas que não tem seguimento. Do texto presume-se que tenha sido escrito para introduzir o primeiro tomo das *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, publicado em 1797 mas com memórias de 1780 a 1788.

<sup>21</sup> BACL, série azul, ms. 780, fl. 1.

menos a Necrologia dos Academicos<sup>22</sup>.

O manuscrito prossegue depois, em passada cronológica e descritiva, relatando títulos de memórias e seus autores, alguns resumos delas, alguns prêmios atribuídos, cartas recebidas, manuscritos e listas de memórias recebidas, manuscritos impressos, alguma correspondência, sócios que entraram e sócios que saíram, comissões encomendadas, etc. Esta primeira “história” da Academia constituiria assim um processo de exumação e coleção de “memórias” e outros “factos académicos”, arrumados por uma série descritiva de eventos socialmente desligada do seu contexto, política e culturalmente descomprometida.

A importância deste texto, para além de marcar a primeira abordagem historiográfica sobre a ACL, reside no facto de ele se constituir como modelo oficialmente adotado pela Academia desde 1810, inaugurado com um “Discurso Histórico pronunciado na sessão pública da Academia Real das Sciencias de Lisboa, de 24 de Junho de 1810”, por João Guilherme Christiano Müller, secretário da Academia, e publicado nas *Memórias de Mathematica e Physica* de 1814<sup>23</sup>. Foi a partir desta data e por determinação da assembleia ordinária de 14 de Dezembro, que as *Memórias* deveriam imprimir-se anualmente num volume dividido em duas partes: na primeira, constaria a história da atividade da Academia no ano anterior, e na segunda, as memórias dos sócios de qualquer uma das classes. Este “Discurso Histórico ...” que

---

<sup>22</sup> *Idem*, fl. 2.

<sup>23</sup> João Guilherme Christiano Müller, “Discurso Histórico pronunciado na sessão pública da Academia Real das Sciencias de Lisboa, de 24 de Junho de 1810”, in *Memorias de Mathematica e Physica da Academia R. das Sciencias de Lisboa*, tomo III, parte II (Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias, 1814), pp. I - XVIII. Tais discursos tiveram uma periodicidade anual, ocorrendo aquando da realização das sessões públicas da Academia, também anuais. A partir de 1825, por razões ainda não completamente esclarecidas na sua totalidade, passaram a verificar-se algumas falhas nessa periodicidade anual.

depois se passou a chamar-se “Notícia Histórica ...” e mais tarde, em meados do século XIX, “Relatório dos Trabalhos ...”, não passou disto mesmo, ou seja, dum relatório das atividades desenvolvidas pela Academia no ano transato ao da sessão pública em que era proferido.

Em meados do século XIX voltariam a ser produzidos dois registos pretensamente historiográficos sobre a ACL e de características análogas ao anterior. Datados de 1849 e 1862, e da autoria de António Joaquim Moreira, oficial da Secretaria da ACL, os dois manuscritos viriam depois a ser recuperados e impressos por Cristóvão Aires (1851-1930), primeiro no *Boletim da Segunda Classe* da ACL e depois integrados na *Para a História da Academia das Ciências de Lisboa* deste autor<sup>24</sup>. As informações contidas nos manuscritos dizem respeito aos anos de funcionamento da Academia até à data em que foram escritos, sendo no entanto desacompanhadas de qualquer abordagem crítica sobre os processos, acontecimentos ou atores intervenientes. Embora de modo não formal, estes dois manuscritos resumem-se basicamente a uma coleção de listas; aí encontramos listas de sócios e de cargos académicos, uma lista das diversas instalações por onde a ACL passou, uma lista dos privilégios reais concedidos, outra lista dos financiamentos da Academia e, por último, uma lista das principais obras publicadas pela Academia.

No último quartel do século XIX, José Silvestre Ribeiro (1807-1891), sócio correspondente da ACL inicia, em 1871, a publicação de uma *Historia dos Estabelecimentos Scientificos, Litterarios e Artisticos em Portugal nos sucessivos*

---

<sup>24</sup> Cristóvão Aires, “Para a História da Academia das Ciências de Lisboa”, *Boletim da Segunda Classe*, XII (1920), 792-809 e *Para a História da Academia das Ciências de Lisboa* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1927) p. 16-33.

*reinados da monarquia*, na qual a ACL tem a sua parte<sup>25</sup>. Silvestre distribui a sua história da “Academia Real das Sciencias de Lisboa” pelos diferentes reinados da monarquia e, em cada um deles, organiza de modo cronológico o que de mais significativo ocorreu<sup>26</sup>.

O tom é genericamente laudatório e a abordagem é descritiva. O Autor transcreve estatutos, resumindo-os quando extensos, enuncia os programas, refere alguns dos prémios a concurso e prémios atribuídos, algumas das memórias e seus autores, cita diplomas e notícias e dá conta das diversas Comissões de que a Academia foi sendo incumbida pelos diferentes governos; são ainda referidos, com um destaque a que não é alheio a pertença ao mesmo campo político do Autor, alguns dos seus sócios mais ilustres como – e para o período que estamos a tratar - Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato (1777-1838) e Fr. Francisco de S. Luís Saraiva (1766-1845), de quem faz uma resenha biobibliográfica.

### **1.2.2 – Exumação, descrição e lauda**

À entrada do século XX a ACL tinha já uma história de 120 anos e lógico seria que, ao longo de todo esse século, viesse a merecer alguma atenção do campo historiográfico português. Grande parte dos textos aqui recenseados são artigos – textos necessariamente breves que abordam aspetos parcelares da história da Academia – e as exceções não tomaram a ACL como objecto histórico central. Usando a taxa de publicação e a natureza das abordagens historiográficas como critérios, é possível

---

<sup>25</sup> J. Silvestre Ribeiro, *Historia dos Estabelecimentos Scientificos, Litterarios e Artisticos em Portugal nos sucessivos reinados da monarquia*, 18 vols. (Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1871/1893). O 19º volume, publicado em 1914 e intitulado *Apontamentos Históricos sobre Bibliotecas Portuguesas*, foi “organizado e anteloquiado por Álvaro Neves, 1º oficial da Academia”.

<sup>26</sup> Este é, aliás, o processo utilizado pelo Autor para todos os “Estabelecimentos” de que faz a história.

identificar neste século três fases distintas.

A primeira e a mais produtiva fase decorre até à década de 1940, com uma taxa de publicação de 26 textos em 40 anos. Todos estes textos – artigos, como dissemos e, portanto, com um âmbito necessariamente limitado - foram da iniciativa de alguns dos sócios da Academia. A maior parte deles foram publicados no *Boletim da Segunda Classe – Actas e Pareceres, Estudos, Documentos e Notícias* cuja publicação se iniciou em 1902 com textos de 1898 e terminou em 1929, tendo depois continuado sob a designação de *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa* até 1982<sup>27</sup>.

Dos 26 textos apenas 3 pretendiam dar uma abordagem integrada da história da Academia e são assinados, em ordem cronológica, por Fidelino de Figueiredo (1888-1967), António Ferrão (1884-1961) e Cristóvão Aires (1851-1930)<sup>28</sup>; os restantes 23 tratam de temas diretamente relacionados com a atividade da ACL tais como história da sua biblioteca, as medalhas, as pesquisas em cartórios e arquivos da província, as lotarias da Misericórdia e o financiamento da ACL, as invasões francesas, o papel de Geoffroy S. Hilaire e o Museu da Ajuda, as relações com o estrangeiro, a ortografia, a saúde pública, os estudos económicos e os estudos históricos promovidos no quadro da atividade da ACL.

Fidelino de Figueiredo, no seu artigo “O que é a Academia das Ciências de

---

<sup>27</sup> Até 1929, a Academia editava, paralelamente às *Memórias*, mais duas publicações periódicas: o *Jornal de Ciências Mathematicas, Physicas e Naturaes, publicado sob os auspícios da Academia Real das Ciências de Lisboa* que se havia iniciado em 1866 e era da responsabilidade da Classe de Ciências e o já referido *Boletim da Segunda Classe*. Foi por decisão tomada em assembleia-geral extraordinária de 17/10/1929, que as duas publicações deram então origem a uma só, o *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*.

<sup>28</sup> Fidelino de Figueiredo, “O que é a Academia das Ciências de Lisboa (1779-1915)”, Separata do nº 16 de *Revista de História* IV (1915); António Ferrão, “A Academia das Ciências de Lisboa e o Movimento Filosófico, Científico e Económico da Segunda Metade do século XVIII- A fundação desse Instituto e a primeira fase da sua existência”, *Boletim de Segunda Classe*, 15 (1920-1921), 415 - 519; Cristóvão Aires, *op. cit.* (10).

Lisboa”, escrito em 1915 - num contexto em que um certo republicanismo radical olhava para a ACL com alguma animosidade - utiliza de forma encomiástica alguns aspetos da história da ACL, como a utilidade pública do seu projeto, as publicações, a biblioteca, os pareceres técnicos das suas comissões, o valor científico e literário dos seus sócios e os privilégios concedidos pela monarquia, com propósitos declaradamente políticos. Figueiredo deplora o desprezo e os ataques a que a ACL foi sujeita desde a implantação da República, referindo, entre outros, a quebra no financiamento da ACL por parte do orçamento de Estado, a extinção da sua imprensa, e o apoio oficial a uma tentativa de aniquilação e substituição da ACL por uma outra instituição de matriz republicana, de que o Autor não revela nome, mas que se presume ser a Academia das Ciências de Portugal<sup>29</sup>.

António Ferrão foi dos autores mais produtivos, a par de Cristóvão Aires, sobre a história da ACL, tendo publicado 7 dos 26 textos aqui referidos. Neles exprime uma perspetiva histórica paradoxalmente comprometida entre, por um lado, uma certa proximidade programática com o pombalismo e, por outro, uma adesão ideológica ao liberalismo.

No seu artigo “A Academia das Ciências de Lisboa e o Movimento Filosófico, Científico e Económico da Segunda Metade do século XVIII”, em que tenta explicar a emergência da ACL no panorama cultural europeu e português dos finais de setecentos,

---

<sup>29</sup> A Academia das Ciências de Portugal teve a sua primeira sessão particular em 16 de Abril de 1907, presidida por Teófilo Braga (1843-1924) e secretariada por António Cabreira (1868-1953), por sinal ambos sócios da ainda Academia Real das Ciências de Lisboa. A ela aderiu parte da elite republicana da altura. A sua apresentação oficial ocorreu na Câmara Municipal de Lisboa em 22 de Abril de 1908. Os seus estatutos foram aprovados por Decreto do Governo em 26 de Outubro de 1910, passando a ser o consultor oficial para assuntos de carácter científico e nacional. Este é um dos temas ainda mal esclarecidos na história das ciências em Portugal e que não abordaremos aqui por sair fora do âmbito deste trabalho.

a ACL surge como o culminar da reforma pombalina da Universidade de Coimbra de 1772 e, ao mesmo tempo, “o maior gerador moral da revolução de 1820”. Para António Ferrão, “o esforço pombalino” prolonga-se na Academia cujos trabalhos ao longo de 40 anos haveriam, por sua vez, de desembocar “numa época de progresso e de liberdade que, de tentativa em tentativa, tem vindo procurando fixar-se, como sucedeu em 1820, 1834, etc., etc.”<sup>30</sup>.

Ao pretender fazer filiar o projeto liberal, protagonizado por alguns académicos de então, no “esforço pombalino”, Ferrão iria ignorar evidências que, de certo modo, contrariavam a sua tese. Se é verdade que alguns académicos foram defensores da causa liberal e deputados nas Cortes Constituintes, também é verdade que os houve do lado absolutista; acresce ainda que, em 1820, à exceção de o abade Correia da Serra (1751 – 1823) e do visconde de Barbacena (1754 – 1830), todos os sócios fundadores da ACL haviam falecido e, portanto, eram já outros os protagonistas que corporizavam o projeto da ACL.

Depois de abordar o percurso da ACL naquilo a que ele chama “a sua primeira fase” - desde a fundação até 1820 -, fazendo uma descrição laudatória do programa, das publicações, dos prémios e concursos, da função social da Academia, Ferrão termina com um apelo à elaboração e publicação da “história da sua própria atividade relacionando esta com a vida mental e social portuguesa e estrangeira”.

O terceiro contribuinte relevante desta fase foi o já referido Cristóvão Aires. No seu livro *Para a História da Academia das Ciências de Lisboa*, publicado em 1927, estão reunidos os artigos que, sob o mesmo título, foram aparecendo no *Boletim da Segunda*

---

<sup>30</sup> António Ferrão, “A Academia das Ciências de Lisboa e o movimento filosófico...” *op. cit.* (28), p. 517.

*Classe* nos anos de 1918, 19, 29, 21 e 1923. Para além de notas biográficas sobre o duque de Lafões, João Carlos de Bragança e Ligne de Sousa Tavares Mascarenhas da Silva (1719 – 1806) e o abade José Correia da Serra (1751 – 1823), já publicadas noutras circunstâncias, e de outros documentos académicos, Aires recupera e transcreve um largo conjunto de manuscritos e de cartas trocadas entre os intervenientes na fundação da ACL e entre estes e os restantes sócios para um período que corresponde aproximadamente aos primeiros 20 anos de vida da Academia<sup>31</sup>. Apesar da utilidade das informações que, deste modo, se tornaram públicas, sobre a história da ACL, está-se perante um trabalho de exumação de documentos onde se nota a ausência duma abordagem interpretativa que vá além dos dados e permita tirar conclusões sobre as variáveis históricas que caracterizaram o processo de fundação e desenvolvimento da ACL no contexto português.

Do mesmo género exumatório que a anterior mas com um âmbito diferente é *A infância da Academia (1788-1794) - Visita aos arquivos do Reino* de António Baião (1878-1961). Aqui, a par da publicação de alguns documentos de natureza biográfica sobre o académico João Pedro Ribeiro (1758-1839), são transcritas as cartas – na maioria destinadas a Correia da Serra - de alguns dos sócios da Academia enviados para os cartórios e arquivos da província para recolher, copiar ou mandar copiar manuscritos e outros documentos de relevância histórica, aí ignorados ou depositados em péssimas condições e que, de outro modo, se perderiam<sup>32</sup>.

Ainda neste período, surgem os textos de Moses Bensabat Amzalak (1892-1978)

---

<sup>31</sup> Todos os manuscritos transcritos fazem parte da série azul de manuscritos da BACL: ms. 241, 763, 785, 925 e 1944.

<sup>32</sup> António Baião, *A infância da Academia (1788-1794) - Visita aos arquivos do Reino: correspondência a tal respeito de João Pedro Ribeiro, Santa Rosa de Viterbo, etc..* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1934).

sobre a história do pensamento económico português com referências às *Memórias Económicas* da ACL e a alguns dos seus autores<sup>33</sup>. Também aqui a tónica é posta no recenseamento biobibliográfico, com utilização extensiva de paráfrases, citações e de resumos dos conteúdos das memórias sem preocupação de contextualização histórica ou social<sup>34</sup>.

### 1.2.3 – Nem tão alto, nem tão longe

A segunda fase da produção historiográfica sobre a ACL decorre entre as décadas de 40 e 80 do século XX, com uma taxa de publicação de cerca de quatro publicações em quarenta anos. Dos quatro trabalhos aqui recenseados, dois deles, da autoria de Luís de Menezes Acciaiuoli (1888-1958) referem-se às contribuições que, no quadro da ACL, foram dadas nas áreas das águas medicinais e da exploração mineira. Na primeira, o Autor salienta a importância da introdução da química no processo de análise das águas minerais, responsabilidade que atribui em primeiro lugar a Domingos Vandelli (1735 – 1816) e, na segunda, enumera os trabalhos lidos e publicados pela ACL desde 1787 sobre as minas e explorações mineiras.

No outro texto desta época sobre a ACL, da autoria de Fernando Castelo-Branco, é defendida a tese, sem demonstração, que, por um lado, “a orientação seguida na sua atividade e nos seus trabalhos [da ACL] se liga inteiramente à cultura europeia de então, como é natural, pois os seus principais criadores impulsionadores, o Duque de Lafões e

---

<sup>33</sup> Moses B. Amzalak, “Os estudos económicos na Academia das Ciências de Lisboa” in *III Jubileu da Academia das Ciências de Lisboa* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931), pp. 193 – 207; *O fisiocratismo: As Memórias Económicas da Academia e os seus colaboradores* (Lisboa: Oficina Gráfica, 1922).

<sup>34</sup> O tema das *Memórias Económicas* da ACL viria a ser abordado cerca de sessenta anos depois por José Luís Cardoso, de modo mais aprofundado e numa perspetiva diferente, no âmbito da história do pensamento económico em Portugal que referiremos adiante.

Correia da Serra, são dois estrangeirados” e que, por outro, também se liga à conjuntura cultural, social e económica que o País atravessava na altura<sup>35</sup>. Nenhuma destas ideias é desenvolvida pelo Autor, terminando o texto com o enunciado das zonas de atividade em que a ACL se empregou desde a sua fundação: exumação de documentos históricos espalhados pelos arquivos e publicação de alguns deles; divulgação de algumas fontes históricas; interesse pelo “estudo da problemática económica nacional”, com a preocupação de contribuir para a melhoria das condições de vida do País, expressa nas publicações de *Memórias Económicas*, de influência fisiocrática; promoção de investigações científicas; e, atenção a temas de literatura e história literária, tal como é expresso pelas *Memórias de Literatura*<sup>36</sup>.

#### 1.2.4 – Outros olhares

A partir da década de oitenta, último período da produção historiográfica que estamos a analisar, é possível detetar uma maior variedade de abordagens relativamente aos períodos anteriores. Para além das abordagens genealógicas, descritivas, ou ainda laudatórias, que continuaram a produzir-se, o discurso económico da ACL nos finais de setecentos e início do século XIX constituiu-se, na última década do século XX, como objecto de análises diversas no quadro da história das ideias, da história cultural, mais especificamente, da história do pensamento económico. Esta viragem

---

<sup>35</sup> Fernando Castelo-Branco, “Significado cultural das Academias de Lisboa no século XVIII”, *Portugaliae Historica*, I (1973), p. 197.

<sup>36</sup> Existe um outro texto de D. António Pereira Forjaz, “As Academias: História e Renovação”, parte I (1960), “Entre duas Rainhas” parte II (1961), *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, Classe de Ciências*, Tomo VIII, 1964, pp. 177-215, onde, a par de alguns dados conhecidos de natureza histórica ocorrem frases como “Chega Lafões, ouve Correia da Serra: é preciso ir mais alto e mais longe. A Rainha exulta, tanto mais que o primeiro suportará as despesas” (p. 201).

metodológica fez-se fundamentalmente em torno da análise do discurso económico plasmado nas *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa para o adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Industria em Portugal, e suas Conquistas* (1799, tomo I – 1815, tomo V), consideradas, pelos diversos autores que sobre elas se debruçaram, como o paradigma do discurso ilustrado, reformista, utilitário, e de inspiração agrarista que caracterizou o panorama cultural português na transição de finais de setecentos até, pelo menos, meados do século XIX.

Duas contribuições importa aqui salientar, embora nenhuma delas tenha feito da ACL enquanto organização de produção e promoção do conhecimento científico o seu objecto central de abordagem<sup>37</sup>.

A caracterização do memorialismo e projetismo materializado nas *Memórias Económicas* da ACL foi feita por José Luís Cardoso, no quadro mais lato da história do

---

<sup>37</sup> Há ainda outros dois trabalhos em que o papel da ACL enquanto organização de produção e de divulgação de conhecimentos científicos e técnicos na viragem do século XVIII para o século XIX é assinalado, embora de modo lateral: Ana Maria Cardoso de Matos, *Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Industrial no Portugal Oitocentista – O Caso dos Lanifícios do Alentejo* (Lisboa: Editorial Estampa, 1998), referiu a contribuição da ACL, no contexto das academias, sociedades e associações, para a produção e divulgação de conhecimentos científicos e técnicos e Maria de Fátima Nunes, *Imprensa Periódica Científica (1772-1852) – Leituras de «Sciencia Agricola» em Portugal* (Lisboa: Estar Editora, 2001) que tratou da imprensa periódica científica sobre agricultura e a participação de alguns dos sócios da ACL nos processos de produção e divulgação desta temática. Merece ainda realce um outro trabalho de Manuel Jacinto Nunes, “A contribuição das *Memórias Económicas* para o desenvolvimento científico e económico do País”, in *História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal II* (Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1986), pp. 1341-1352, surgido no âmbito das comemorações do 2º centenário da Academia das Ciências de Lisboa. Aí, o Autor realça a vertente prática das *Memórias Económicas* - onde estaria ausente qualquer preocupação de sistematização ou teorização - e caracteriza como uma “mobilização para o desenvolvimento” quer as propostas concretas para a resolução de problemas relacionados com os recursos naturais - tratando, nomeadamente, do seu aproveitamento - quer a necessidade de introduzir novas práticas tecnológicas na exploração dos recursos agrícolas, hídricos, mineiros, etc. Jacinto Nunes, para quem o fisiocratismo expresso nalguns dos textos das *Memórias* constituía uma manifestação um pouco serôdia relativamente à sua evolução europeia, defendia a tese de que os autores memorialistas e projetistas dessas *Memórias* oscilavam entre um mercantilismo mitigado e um liberalismo inspirado em Adam Smith.

pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII e princípios do século XIX<sup>38</sup>. Cardoso realça a contribuição da ACL, no seguimento da reforma pombalina da Universidade de Coimbra de 1772 - e tomando a obra de Domingos Vandelli como caso exemplar - para uma nova abordagem conceptual e metodológica, interessada na aplicação prática dos conhecimentos, a qual se traduziu “na sua explícita intenção de contribuir para o desenvolvimento dos diferente sectores da economia nacional”<sup>39</sup>. O Autor contesta a ideia de se arrumarem sob a designação genérica de “fisiocratismo” toda a produção memorialista da ACL nesta área, defendendo que, a haver uma posição doutrinária dominante nas memórias e projetos económicos produzidos no quadro da ACL, ela seria a de um anti mercantilismo agrarista em que a componente fisiocrática ou ocorre de modo limitado, ou está subentendida ou, por vezes, está mesmo ausente dos referidos textos.

A influência das ideias económicas de António Genovesi (1712-1769), nomeadamente da sua *Lezioni di commercio o sai d’Economia Civile* (1769), nalguns dos memorialistas da ACL que viram os seus textos publicados quer nas *Memórias de Literatura*, quer nas *Memórias Económicas* foram abordadas por Francisco Lourenço Vaz, no seu livro *Instrução e Economia*, em que analisa os mecanismos de emancipação da Economia enquanto ciência e pedagogia, relativamente ao paradigma moralista então dominante no discurso económico de finais de setecentos e inícios de

---

<sup>38</sup> José Luís Cardoso (Introd. e notas), M. Jacinto Nunes (pref.), *Memórias económicas inéditas: 1780-1808* (Lisboa: Academia das Ciências, 1987); José Luís Cardoso, *O pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII, 1780-1808* (Lisboa: Editorial Estampa, 1989); José Luís Cardoso (Introd. e coord.), M. Jacinto Nunes (pref.), *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815)* (Lisboa: Banco de Portugal, 1990).

<sup>39</sup> José Luís Cardoso, *O Pensamento Económico em Portugal*, p. 121. Veja-se também de José Luís Cardoso (Introd e coord.) *Memórias de História Natural – Domingos Vandelli* (Porto: Porto Editora, 2002).

oitocentos<sup>40</sup>. Para este Autor, alguns dos objetivos que estiveram na génese da ACL são, de certo modo, coincidentes com os das sociedades económicas que, no quadro da mentalidade ilustrada e reformista da época se foram formando na Península Ibérica. O falhanço de algumas das iniciativas propostas no quadro da ACL como a da Junta ou Comissão para a Indústria ou a da criação de sociedades de agricultura correspondentes levou a que a ACL fosse evoluindo, segundo este Autor, “mais para uma «sociedade literária», que para uma sociedade económica”<sup>41</sup>. Trata-se de uma tese redutora que não leva em linha de conta uma espécie de multidimensionalidade programática característica dos anos iniciais da ACL e que se haveria de prolongar, embora com uma configuração variável ao longo do tempo. A meu ver, o falhanço do pedagogismo de tonalidade económica teve mais a ver com o facto de, ao entrar no século XIX, as academias, enquanto organizações de produção e divulgação científicas deixarem de poder dar resposta adequada – tal como o vinham fazendo ao longo de todo o século XVIII – aos desafios natureza científica, cultural, social e política para que eram solicitadas, os quais iam obtendo progressivamente uma mais adequada resposta por parte das universidades, academias de ensino, institutos e publicações periódicas que, no século XIX, passariam a protagonizar, novos processos e novos lugares de organização, produção e comunicação científicas.

O único texto, neste período, em que a ACL emergiu como objecto histórico central foi o de Rómulo de Carvalho, *A actividade pedagógica da Academia das Ciências de Lisboa nos séculos XVIII e XIX*<sup>42</sup>. Neste estudo, que vale também pelo seu manancial

---

<sup>40</sup> Francisco António Lourenço Vaz, *Instrução e Economia – as ideias económicas no discurso da ilustração portuguesa (1746-1820)* (Lisboa: Edições Colibri, 2002), pp. 53- 61.

<sup>41</sup> *Ibidem*, p. 229.

<sup>42</sup> Rómulo de Carvalho, *A actividade pedagógica da Academia das Ciências de Lisboa nos séculos XVIII e XIX* (Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1991).

informativo, Carvalho faz colapsar o conceito de “pedagógico” no de “escolar”, fazendo coincidir os dois no recenseamento que faz dum conjunto de atividades, indiferenciadamente descritas como escolares/pedagógicas, desenvolvidas pela ACL nos séculos XVIII e XIX. Trata-se de um anacronismo que não leva em conta que, no século XVIII, o estatuto pedagógico com que a produção de conhecimento foi adjectivadas, tinha implicações mais latas que as meramente escolares. No seio da própria Academia desenrolou-se uma discussão sobre uma das linhas programáticas inicialmente previstas pelos Estatutos de 1780, ou seja, a de a Academia poder ou não protagonizar também um projeto escolar ou de ensino. José Monteiro da Rocha (1734-1818) foi um dos sócios que se opôs, com sucesso, a esta linha escolar sem que, contudo, a ACL abandonasse o seu programa pedagógico, ou seja, de divulgação de conhecimentos técnicos e científicos tendo em vista “a gloria e felicidade pública, para adiantamento da Instrucção Nacional, perfeição das Sciencias e das Artes e augmento da industria Popular”<sup>43</sup>.

Há, no entanto, aspetos importantes neste estudo – o não menos importante dos quais é o esclarecimento da relação entre o Instituto Maynense e ACL - que decorrem do facto de ser a primeira abordagem feita com algum pormenor a uma das componentes do processo de divulgação do conhecimento científico protagonizado pela ACL nos séculos XVIII e XIX. O recenseamento cronológico, a identificação de alguns protagonistas e a exumação de algumas fontes permitem construir um quadro suscetível de posteriores esclarecimentos e reformulações historiográficas que permitam ultrapassar uma certa tonalidade positivista e alguns resquícios de anacronismo.

---

<sup>43</sup> *Plano de Estatutos com que convierão os primeiro sócios da Academia das Sciencias de Lisboa, com beneplácito de Sua Magestade* (Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1780), p. 3.

Oswaldo Munteal Filho propõe uma abordagem diferente na sua *Sinfonia para o Novo Mundo – a Academia Real das Ciências de Lisboa e os caminhos da Ilustração luso-brasileira na crise do Antigo Sistema Colonial*<sup>44</sup>. Munteal Filho articula a atividade da ACL, materializada no memorialismo e projectismo de cariz naturalista-utilitário em duas vertentes: a produção de um discurso testemunhal sobre os recursos do Novo Mundo (Brasil), informado pelos “valores da Ilustração”; e a construção de um “Anfiteatro da Natureza” colonial de incidência mercantilista tendo em vista o controle do Novo Mundo no quadro do reformismo ilustrado condicionado, contudo, pela tradição.

A ACL foi também objecto de estudo de três teses de mestrado das quais destacaremos, aqui, duas<sup>45</sup>. António Lameira, em *Do Informalismo ao Formalismo na Ciência Setecentista em Portugal*, refere e contrapõe a fase amadora e diletante de organização da ciência polarizada em torno das academias promovidas pelo Conde de Ericeira, ao academismo científico mais profissionalizado, melhor organizado e dotado de um “verdadeiro espírito de corpo” - que o Autor não caracteriza - protagonizado pela ACL.

O papel dos académicos de origem brasileira que, estando ao serviço da coroa, contribuíram também para o desenvolvimento da colónia, num período que decorre da

---

<sup>44</sup> Oswaldo Munteal Filho, *Sinfonia para o Novo Mundo – a Academia Real das Ciências de Lisboa e os caminhos da Ilustração luso-brasileira na crise do Antigo Sistema Colonial*, tese de doutoramento (Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais / Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 1998).

<sup>45</sup> Camila Maria Antunes Carvalho, *A Academia das Ciências de Lisboa*, Tese de Mestrado, (Braga: Universidade do Minho, 1998); António Manuel Simão Lameira, *Do Conde de Ericeira à Academia Real das Ciências*, Tese de Mestrado (Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2000); Péricles Pedrosa Lima, *Homens de ciência a serviço da coroa. Os intelectuais do Brasil na Academia Real de Ciências de Lisboa (1779/1822)*, Tese de Mestrado (Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2008).

fundação da ACL à independência do Brasil em 1822 foi objecto de análise na tese de Péricles Lima, *Homens de ciência a serviço da coroa*. O interesse deste trabalho reside fundamentalmente na informação biobibliográfica aí veiculada acerca dos sócios brasileiros da ACL para o período em estudo.

Inovadora, no sentido da apresentação de novos elementos que permitem esclarecer e abrir algumas pistas sobre a fundação da ACL, é a abordagem defendida em *Uma certa ambição de glória* de Raquel Bello Vazquez<sup>46</sup>. Tendo por base a análise das cartas de Teresa de Mello Breyner (1739-1798), condessa do Vimieiro, à sua amiga Leonor de Almeida Portugal (1750 – 1839), condessa de Oyenhausen e futura marquesa de Alorna, Raquel Vazquez realça a participação e o papel da condessa do Vimieiro na funcionamento e promoção da ACL, sugerindo a eventual participação ativa de outras mulheres da nobreza no quadro das atividades da ACL<sup>47</sup>.

A Autora defende ainda a tese de que a formação da ACL teria partido da iniciativa de um grupo político protagonizado pela nobreza apeada por Pombal, cuja figura mais representativa seria o duque de Lafões e que, junto de D. Maria I, tentaria reganhar os seus privilégios através do investimento cultural e político representado pela criação da ACL. Ainda segundo a Autora, seria a Academia que, “para além da promoção das ciências, da estética e dos valores da ilustração, teria como objetivo fundamental a elaboração de propostas para sua posterior aplicação por parte do governo mariano, quando não a dotação de bases científicas para as iniciativas governamentais, num momento em que o estado ainda não tinha atribuída as funções

---

<sup>46</sup> Raquel Bello Vazquez, *Uma certa ambição de glória – Trajectória, redes e estratégias de Teresa de Mello Breyner nos campos intelectual e do poder em Portugal (1770 – 1798)*, Tese de doutoramento (Santiago de Compostela: Faculdade de Filologia da Universidade de Santiago de Compostela, 2005).

<sup>47</sup> *Ibidem*, pp. 172, 330.

de planificação cultural, educativa e de infraestruturas de que se irá ocupando ao longo do século seguinte”<sup>48</sup>.

À parte o papel desempenhado por Teresa de Mello Breyner, o qual aparece de modo evidente na sua correspondência, a tese sugerida pela Autora sobre a participação ativa de outras mulheres da nobreza no funcionamento da ACL constitui ainda uma pista a explorar com maior atenção, sugerindo a necessidade de investigação mais aprofundada sobre os circuitos de socialização científica da altura.

A tese de doutoramento de Taíse Quadros da Silva, *Maquinações da Razão Discreta. Operação historiográfica e experiência do tempo na Classe de Literatura Portuguesa da Academia Real das Ciências de Lisboa (1779 – 1814)*<sup>49</sup>, constitui o primeiro trabalho de fôlego sobre memorialismo histórico produzido pela ACL. A autora analisa o projeto historiográfico protagonizado pela “classe de Letras” da ACL, entrelaçando as práticas e propostas/opções historiográficas de alguns dos seus académicos – Correia da Serra, António Caetano do Amaral (1747 – 1819) e João Pedro Ribeiro (1758 – 1839) - com as implicações políticas que as contextualizam. De acordo com esta autora, o memorialismo académico, maioritariamente configurado nos nove volumes de *Memórias de Literatura Portuguesa* publicadas entre 1792 e 1814, deu continuidade ao projeto pombalino de reforma dos estudos do direito português iniciado com a reforma da Universidade de Coimbra em 1772. A construção de uma história civil, em oposição a uma história exemplar, bem com a utilização do documento histórico como base para a definição de propostas práticas de administração do reino

---

<sup>48</sup> *Ibidem*, p. 335.

<sup>49</sup> Taíse Tatiana Quadros da Silva, *Maquinações da Razão Discreta. Operação historiográfica e experiência do tempo na Classe de Literatura Portuguesa da Academia Real das Ciências de Lisboa (1779 – 1814)*, tese de doutoramento (Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010).

sem, contudo, por em causa o *status quo* vigente, são alguns das linhas mestras que orientaram a atividade historiográfica dos académicos analisados<sup>50</sup>.

Mais recentemente, Ilídio do Amaral, em *Nótulas históricas sobre os primeiros tempos da Academia das Ciências de Lisboa*, dá conta das contribuições mais recentes sobre a fundação da Academia e revisita alguns dos protagonistas e eventos fundacionais da ACL<sup>51</sup>.

### 1.3 – “A nossa Sociedade”<sup>52</sup>

Foi numa Lisboa natalícia<sup>53</sup>, a 24 de Dezembro de 1779, que a rainha D. Maria I aprovou, por aviso régio assinado pelo Secretário de Estado visconde Vila Nova da Cerveira, o estabelecimento da Academia das Ciências de Lisboa e o respetivo *Plano de Estatutos*<sup>54</sup>. Quatro anos passados, novamente sob a forma de um aviso régio datado de

---

<sup>50</sup> Cabe aqui, ainda, salientar duas iniciativas editoriais da Academia das Ciências de Lisboa, ambas tomadas no século XX. Uma, ocorreu nas comemorações do seu 150º aniversário (1929), *III Jubileu da Academia das Ciências de Lisboa* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931), sendo nela evidente o tom celebratório e comemorativo dos textos aí incluídos; a outra, fez parte de um conjunto de publicações promovidas pela Academia para assinalar a passagem do seu 2º centenário, *História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal*, 3 vols (Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1986 / 1992). As comunicações aqui incluídas e que tinham, de algum modo, a ACL como objeto, retomam, para diversas áreas das ciências, um conjunto de informações já disponíveis em publicações anteriores, à exceção do texto de F. R. Dias Agudo que referiremos adiante, “Contribuição da Academia das Ciências de Lisboa para o desenvolvimento da Ciência”, in A. Vasconcelos Marques e J. P. Peixoto (orgs.), *História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal*, vol. 2 (Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1986), 1301 – 1340.

<sup>51</sup> Ilídio do Amaral, *Nótulas históricas sobre os primeiros tempos da Academia das Ciências de Lisboa* (Lisboa: Edições Colibri, 2012).

<sup>52</sup> Esta foi a designação utilizada por um dos fundadores e primeiro secretário da Academia das Ciências de Lisboa - Luís António Furtado de Castro do Rio de Mendonça e Faro (1754 – 1830), 6º visconde de Barbacena - numa carta enviada a outro fundador, Domingos (Domenico) Vandelli (1750 – 1816). Esta carta integra um grupo de cartas trocadas entre Vandelli e o visconde de Barbacena e que constituem o ms. 241 da série azul dos reservados da BACL. Este ms. 241 seria posteriormente transcrito em Cristóvão Aires, *op.cit.* (10), pp. 497 – 541.

<sup>53</sup> Tomo aqui de empréstimo a expressão “natalícia” a José Luis Cardoso, *op. cit.* (39), p. 43.

<sup>54</sup> *Plano de Estatutos em que convierão os primeiros sócios da Academia de Ciências de Lisboa com beneplácito de Sua Magestade* (Lisboa: Na Regia Officina Typografica: 1780), doravante

13 de Maio de 1783, a Academia seria colocada sob proteção real, passando desde então a designar-se - e até à instauração de República - por Academia Real das Ciências de Lisboa<sup>55</sup>.

Entre a data da sua fundação e a data da sua primeira apresentação pública a 4 de Julho de 1780, os seus sócios fundadores reunir-se-iam por diversas vezes, cooptando novos sócios, elegendo muitos outros, organizando e distribuindo funções, afinando detalhes do Plano de Estatutos e aprovando os primeiros assuntos para atribuição de prémio nos concursos promovidos anualmente pela Academia.

Em 1779, Lisboa partilhava a condição paradoxal de ser, simultaneamente, capital de um império e capital de um país periférico da Europa. Uma das marcas desta condição periférica foi exemplarmente expressa por um vice-presidente da ACL, D. Domingos José de Sousa Magalhães (1809 – 1872), arcebispo de Mitilene, que no discurso proferido na sessão pública de 5 de Julho de 1851 refere ter sido a ACL criada quando “já eram velhos na Europa estes estabelecimentos”.<sup>56</sup> Esta declaração do vice-presidente da Academia, ao mesmo tempo que adjetiva cronologicamente o lugar da ACL no contexto europeu, sublinha a sua singularidade enquanto instância inovadora no contexto científico português.<sup>57</sup> Neste aspeto, a fundação da ACL constitui quer um

---

referido apenas como *Plano* ou *Plano de Estatutos*. Pode ler-se uma transcrição do aviso régio em AHCACL, Livro 154 B, *Livro de Assentos da Academia das Ciências de Lisboa, 1780*.

<sup>55</sup> Este foi o primeiro de vários privilégios concedidos pela coroa à Academia. De entre estes, são de realçar: o privilégio exclusivo de imprimir ou reimprimir as suas obras ou manuscritos, por despacho próprio, estando dispensada de outras licenças ou censuras, o privilégio de poder imprimir o *Almanaque*, de gozar da mesma consideração política de outras corporações e tribunais da corte e de estar dispensada dos direitos alfandegários na compra do papel (Pode ler-se uma lista completa dos privilégios concedidos à ACL na *Collecção Systematica das Leis e Estatutos por que se tem governado a Academia Real das Ciências de Lisboa* (Lisboa: Na Typografia da mesma Academia, 1822), pp. 68 – 73).

<sup>56</sup> Arcebispo de Mitilene “ Discurso recitado na sessão publica de 5 de Julho de 1851”, *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa. Classe de Ciências Moraes, Políticas e de Bellas Lettras*. Nova série, I, 1 (1854), II.

<sup>57</sup> Descontado o anacronismo do termo “científico” no século XVIII, ele é aqui utilizado apenas

momento de rotura com o modelo das academias literárias, de inspiração barroca, que lhe antecederam, quer uma resposta organizativa a uma certa orfandade académica, no sentido cultural, protagonizada por alguns dos seus fundadores<sup>58</sup>.

### 1.3.1 - De Coimbra para Lisboa

Houve, ao longo do século XVIII português, várias tentativas de fundação de agremiações tendo como propósito a organização e produção de conhecimentos de cariz tecnológico e/ou científico<sup>59</sup>. Para além das academias literárias a que já se fez referência, uma passagem do diário de D. Francisco Xavier de Menezes (1673 – 1743), 4º conde de Ericeira, escrita a 13 de Novembro de 1731, refere que “Procura estabelecer-se com a proteção do senhor Infante D. António uma Academia em que há de escrever-se as histórias das Ciências e Artes”<sup>60</sup>. Não há registo desta intenção ter tido alguma consequência e só nos finais da década de 1740 é que surgem notícias da

---

como uma etiqueta que esconde todo um conjunto de conhecimentos produzidos sobre a natureza, o corpo humano incluído.

<sup>58</sup>Gonçalo Xavier de Alcáçova Carneiro (1712 – 1785) era secretário duma moribunda Academia Real da História Portuguesa e sócio da Academia Litúrgica Pontifícia - à qual também pertencia o oratoriano Teodoro de Almeida (1722 – 1804) - e Joaquim de Fóios foi sócio da Arcádia Ulissiponense; D. Miguel Lúcio de Portugal e Castro (1722 – 1785), principal da Igreja Patriarcal era também sócio da Academia Real de História e da Academia dos Ocultos. Havia ainda outros sócios fora do grupo dos fundadores filiados em academias anteriores à ACL e cuja atividade já tinha terminado. Foi o caso de António Diniz da Cruz e Silva (1731 – 1799) e Bento José de Sousa Farinha (? – 1820), ambos pertencentes à Academia Ulissiponense (Teófilo Braga, *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a Instrução Pública Portuguesa, 1770 - 1800*, tomo III (Lisboa: Por Ordem e Na Typographia da Academia Real das Sciencias), pp. 219 – 220).

<sup>59</sup> Não tratarei aqui das academias literárias precedentes ou contemporâneas da ACL e que já forma abordadas em estudos referidos na secção anterior uma vez que o recenseamento aqui esboçado se refere ao campo da história das ciências.

<sup>60</sup> *Diário do Ano de 1731 que faz o Conde de Ericeira D. Francisco Xavier de Menezes este é de 1731* ([http://www.arqnet.pt/portal/pessoais/ericeira\\_nov1731.html#joana](http://www.arqnet.pt/portal/pessoais/ericeira_nov1731.html#joana), 15/12/2014). Sobre o conde de Ericeira e o seu papel em diversas academias em que participou veja-se Ofélia Milheiro Caldas Paiva Monteiro, “No alvorecer do Iluminismo em Portugal”, separata da *Revista de História Literária de Portugal*, I (1962), 1 – 106 e também António Manuel Simão Lameira, *op. cit.* (45).

fundação de academias médico-cirúrgicas, a Academia Cirúrgica Prototypo-Lusitanica Portuense ou Academia Cirurgica Portuense (1748), a Academia dos Escondidos ou dos Imitadores da Natureza/ Real Academia Medico-Portopolitana (1749), ambas da iniciativa do cirurgião Manuel Gomes de Lima Bezerra (1727 – 1806)<sup>61</sup>. A Academia dos Escondidos, cujo protetor era o arcebispo de Braga, D. José de Bragança (1703 – 1756), tinha, entre os seus membros, João Mendes Sachetti Barbosa (1714 – 174), António Ribeiro Sanches (1699 – 1783) e Jacob Castro Sarmento (1691 – 1762), chegando a publicar um número único dum putativo periódico científico, *Zodiaco Lusitano Délfico*<sup>62</sup>. A ausência de sinergias, aliada às atribulações biográficas do seu fundador, fizeram com que estas academias tivessem uma duração efémera.

Mais ou menos por esta altura, na década de 1750, a fazer fé numa declaração de Teodoro de Almeida na *Oração de abertura* da ACL, realizada a 4 de Julho de 1780, uma nova agremiação de cariz científico teria já sido tacitamente aprovada por D. José sem que, contudo, tivesse sido levada à prática<sup>63</sup>. Desta iniciativa, de que se conhece

---

<sup>61</sup> A literatura sobre este assunto refere serem estas apenas duas das quatro academias fundadas graças à iniciativa de Lima Bezerra. Sobre estas academias veja-se J. Silvestre Ribeiro, *História dos Estabelecimentos Científicos, Litterarios e Artísticos de Portugal*, tomo I (Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1871), pp. 174 – 176 e 196 – 198; A. Silva Carvalho, *O culto de S. Cosme e S. Damião em Portugal e no Brasil. História das Sociedades Médicas Portuguesas* (Coimbra: Imprensa da universidade, 1928), pp. 61 – 111; Maximiliano Lemos, *História da medicina em Portugal – Doutrinas e Instituições*, II (Lisboa: Publicações D. Quixote, 1991), pp. 160 – 169; J. P. Sousa Dias, “Equívocos sobre Ciência Moderna nas Academias Médico-Cirúrgicas Portuenses”, *Medicamento, História e Sociedade* 1 (1992), 2 – 9. Lima Bezerra viria a ser sócio correspondente da ACL. Sobre Manuel Gomes de Lima Bezerra veja-se Pedro Vilas Boas Tavares, “Manuel Gomes Lima Bezerra: O discurso ilustrado pela dignificação da cirurgia”, *Península. Revista de Estudos Ibéricos*, 5 (2008), 83 – 91 (<http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/7929/2/4707.pdf>. 15/12/2014).

<sup>62</sup> António Alberto Banha de Andrade, *Vernei e a cultura do seu tempo* (Coimbra: Na Imprensa da Universidade, 1966), pp. 279 – 284.

<sup>63</sup> Diz a certa altura, Teodoro de Almeida, na referida *Oração de abertura*: “Mas, graças ao céu, chegou o tempo em que o projeto meditado há 25 anos por alguns de entre nós, e já então particularmente aprovado pelo Sr. Rey D. José, que Santa Glória haja, mas pela Providência reservado para mais felizes tempos” (Transcrita em José Alberto Silva (Introdução e coordenação editorial), *Teodoro de Almeida. Oração e memórias na Academia das Ciências de*

apenas a declaração pública de Teodoro de Almeida, também não ficou registo de ter havido alguma consequência.

António Ribeiro Sanches esteve ainda envolvido, à distância, trocando correspondência, com outra academia científica – a Academia Médico, Cirúrgica, Botânica, Farmacêutica do Rio de Janeiro (1772 – 1779) - esta fundada sob o patrocínio do 2º marquês do Lavradio, D. Luís de Almeida Portugal, vice-rei do Brasil, liderada pelo médico José Henriques Ferreira (? - ?) e da qual também fazia parte Manuel Joaquim Henriques de Paiva (1752 – 1829). Paiva regressaria a Portugal em 1799 e seria depois eleito sócio correspondente da ACL<sup>64</sup>.

Descontada esta incursão colonial que terminaria em 1779 quando o marquês do Lavradio finda a sua comissão e volta para Portugal, ter-se-ia de aguardar cerca de mais vinte anos, após a tentativa gorada referida por Teodoro de Almeida, para, num texto fundador da reforma pombalina da Universidade de Coimbra, os seus *Estatutos*, se encontrar referencia à criação duma “Congregação Geral, a qual tenha por Instituto trabalhar no progresso, adiantamento, e perfeição das mesmas Sciencias [Matemática, Medicina e Filosofia Natural]; do modo que felizmente se tem praticado, e pratica nas Academias mais célebres da Europa...”<sup>65</sup>. Começou aqui a abrir-se o primeiro cabouco

---

*Lisboa* (Porto: Porto Editora, 2013), p. 38).

<sup>64</sup> Uma das várias memórias que Paiva submeteu à Academia seria premiada na sessão pública de 23 de Julho de 1783 e depois publicada, Manuel Joaquim Henriques de Paiva, “Memoria Quimico-Agronómica sobre quaes são os meios mais convenientes de suprir a falta de estrumes animaes”, *Memórias de Agricultura premiadas pelas Academia Real das Sciencias de Lisboa*, tomo I (1788), 103 – 150. Sobre a atividade desta academia e de outras academias científicas criadas no Brasil veja-se, para além da já mencionada Vera Regina Beltrão Marques, “Escola de homens de ciências: a Academia Científica do Rio de Janeiro (1772-1779)”, *Educar, Curitiba*, 25 (2005), 39 – 57, A. da Silva Carvalho, “As Academias Científicas do Brasil no século XVIII”, *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa. Classe de Ciências*, tomo II (Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1939), pp. 349 – 377.

<sup>65</sup> *Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)*, tomo III (Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1972), p. 5.

onde assentaria a futura Academia Real das Ciências de Lisboa cuja fundação ocorreria sete anos depois, mas num contexto fora do da Universidade e com uma configuração diferente da preconizada nos *Estatutos*<sup>66</sup>.

Apesar de referida nos *Estatutos da Universidade de Coimbra* e de a sua importância ter sido posteriormente lembrada pelo bispo reitor D. Francisco de Lemos na sua *Relação Geral do Estado da Universidade de Coimbra*<sup>67</sup>, a “Congregação Geral das Ciências” não encontrou na Universidade o contexto propício à sua formação. Em correspondência trocada entre Domingos Vandelli, professor de Química e História Natural na Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra e o seu discípulo e primeiro doutorado nesta Faculdade, o visconde de Barbacena, em Lisboa, este sublinhava o seu ceticismo sobre as possibilidades de se vir a formar uma Congregação Geral das Ciências em Coimbra e Vandelli, por seu lado, acentuava a inércia e o conformismo que dominava a Universidade<sup>68</sup>.

### **1.3.2 - Uma génese tripartida**

Seria pois em Lisboa, onde Barbacena se encontrava, mais próximo da Corte, que a pretendida “Sociedade” se viria a formar. Na perspetiva de ambos - recolhida da correspondência trocada e já referida em abordagens anteriores sobre a fundação da ACL<sup>69</sup> - o modelo escolhido não seria tanto o de uma “Congregação Geral das Ciências”,

---

<sup>66</sup> José Luís Cardoso, *O pensamento económico em Portugal*, p. 49, defende a ideia de que a génese da ACL se iniciou na Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra, graças ao empenho de Domingos Vandelli.

<sup>67</sup> Transcrita em Teófilo Braga, *A reforma da Universidade de Coimbra – Memória servindo de introdução à “Relação do Estado da Universidade de Coimbra de 172 a 1777” apresentada ao governo por D. Francisco de Lemos* (Lisboa: Typographia da Academia Real das Ciências, 1894).

<sup>68</sup> BACL, série azul, ms. 241, carta nº 3 e ms. 1944, carta nº 1 (ambas transcritas em Cristóvão Aires, *op. cit.* (10), pp. 51 e 125 – 127).

<sup>69</sup> Jose Luis Cardoso, *O pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII*, p. 49 e

mas sim inspirado no das “Sociedades Económicas”, designação genérica de agremiações voluntárias que, a partir da década de 1760, começaram a surgir em Espanha tendo como propósito genérico, articulado por uma retórica patriótica, o melhoramento das condições económicas locais<sup>70</sup>. Estas organizações, que já tinham começado a emergir na Europa no início do século XVIII, adotavam formas organizacionais articuladas com os contextos locais e assumiam designações que refletiam essa articulação como “Sociedade para o Melhoramento da Agricultura / Artes, Manufaturas e Comércio”, “Sociedade Agrícola”, “Sociedade Patriótica”, “Sociedade Económica”, “Sociedade” ou, ainda “Sociedade dos Amigos do País”<sup>71</sup>. Todas estas sociedades se empenhavam numa matriz comum de atividades que passavam pela atribuição de prémios de natureza diversa, concursos de memórias sobre temas específicos, edição de publicações sobre economia, implementação de escolas práticas e de programas de saúde pública nos quais se incluía a vacinação antivariólica, recenseamentos estatísticos e apoio aos carenciados<sup>72</sup>. A composição social destas sociedades é variável de região para região mas, em termos gerais, pode-se afirmar serem constituídas por proprietários provenientes da nobreza e do clero, militares, corpos superiores da administração pública e, em menor grau, por alguma burguesia associada ao comércio e à indústria<sup>73</sup>.

---

José Alberto Silva, *op. cit.* (63), p. 7.

<sup>70</sup> Sobre as “Sociedades Económicas de Amigos do País” espanholas veja-se Inmaculada Arias de Saavedra Alias, “Las Sociedades Económicas de Amigos del País: Proyecto y Realidade en la España de la Ilustracion”, *Obradoiro de Historia Moderna*, 21 (2012), 219 – 245. Um estudo mais abrangente do contexto espanhol onde se incluem também as sociedades fundadas nas extensões coloniais espanholas é o de R. J. Shafer, *The Economic Societies in the Spanish World (1763 – 1821)* (Syracuse: Syracuse University Press, 1958).

<sup>71</sup> Koen Stapelbroek, Jani Marjanen (ed.), *The Rise of Economic Societies in the Eighteenth Century* (New York: Palgrave MacMillan, 2012), pp. 12 e 13.

<sup>72</sup> *Ibidem*.

<sup>73</sup> Inmaculada Arias de Saavedra Alias, *op. cit.* (70), 227 e 229.

Em Portugal houve irrupções efémeras destas sociedades, a mais significativa das quais se fundou numa data próxima da fundação da ACL<sup>74</sup>. A Sociedade Económica dos Bons Compatriotas Amigos do Bem Público, estabelecida em Ponte de Lima, viu os seus estatutos aprovados por alvará régio de 5 de janeiro de 1780. A Sociedade tinha como objeto “promover a Agricultura em todos os ramos que a respeitam, as Artes e a Indústria [...] instruir os seus Compatriotas sobre assumptos tão importantes ao Bem Público [...] excitar nos Povos, principalmente da Provincia, o gosto, a aplicação a estas Artes preciosíssimas”<sup>75</sup>. Fundada por “um grupo de fidalgos letrados, eclesiásticos e comerciantes”<sup>76</sup>, com o apoio do corregedor de Viana do Minho, Manuel da Silva Batista Vasconcelos, a Sociedade teve como vice-presidente António de Araújo Azevedo Pereira Pinto (1754 – 1817), futuro conde da Barca, eleito correspondente da Academia em 1788, sendo Manuel Gomes de Lima Bezerra um dos seus sócios honorários. Os fundos angariados com as contribuições de cada um dos seus sócios – seis mil e quatrocentos réis anuais – eram destinados à compra de livros sobre economia política, à atribuição de prémios, ao apoio à criação de escolas agrícolas e de tecelagem e à aquisição de

---

<sup>74</sup> Vandelli, numa carta a Barbacena, datada de 22 de outubro de 1781, refere-se, sem outros pormenores, a criação de sociedades em Braga e no Porto (Cristóvão Aires, *op. cit.* (10), p. 196). José Luís Cardoso, *O Pensamento Económico em Portugal*, p. 110, dá-nos conta de outras sociedades económicas que se teriam tentado formar, porém, sem sucesso, em outros pontos do país, a saber, em Elvas, Douro e Évora. Em Abrantes formar-se-ia também uma outra sociedade económica de nome Sociedade Literária Tubuciana (1802), liderada pelo Inspetor da Plantação das Amoreiras e Diretor da Fiação da Seda, Rodrigo da Silva Bivar, com o propósito de promover o cultivo das amoreiras e a criação do bicho da seda (J. Silvestre Ribeiro, *História dos Estabelecimentos Científicos, Litterarios e Artísticos de Portugal*, *op. cit.*(61), pp. 134 – 141).

<sup>75</sup> “Estatutos da Sociedade Económica dos Bons Compatriotas Amigos do Bem Público, estabelecida na Vila de Ponte de Lima”, capítulo I – Da Sociedade em Commum, *in* António Delgado da Silva, *Collecção da Legislação Portuguesa. De 1775 a 1790* (Lisboa: Typografia Maignense, 1828), p. 248.

<sup>76</sup> Pedro Vilas Boas Tavares, “Experimentalismo, Iluminismo e Fisiocratismo na obra de um cirurgião moderno”, 517 – 545, <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/7976/2/2588.pdf>. 24/12/2014).

máquinas e sementes<sup>77</sup>. Desde a sua fundação que esta sociedade estabeleceu com a ACL uma estreita ligação. Ainda a ACL não se tinha formalmente constituído e já Teodoro de Almeida trocava correspondência com um dos membros da sociedade económica, João de Abreu Maia (?- ?), referindo-lhe - em resposta a uma carta de Abreu Maia de que se infere ter este mandado os estatutos da Sociedade a Almeida para sua apreciação - a necessidade em se ligarem estutariamente a Sociedade limiana e “uma grande empresa em que andamos, de formar na Corte uma Academia Real das Ciências, como há em todas as nações cultas”<sup>78</sup>. Numa memória escrita por Lima Bezerra, em que dá conta à ACL das “transações da Sociedade económica da Ponte de Lima”, é possível recensear um conjunto de ações promovidas pela Sociedade e que passaram pela implementação da cultura de amoreiras, do linho cânhamo e de outros linhos, pela distribuição de sementes pelos lavradores e também pelo estabelecimento de uma “escola para meninas pobres”<sup>79</sup>.

O projeto de Barbacena e Vandelli, filiando-se na corrente das sociedades económicas que polvilhavam a Europa – nomeadamente a “Sociedade económica de Londres” e as “sociedades espanholas”, referidas na correspondências Vandelli / Barbacena<sup>80</sup> - viria a ser, no entanto, modulado por outras duas instâncias fundacionais,

---

<sup>77</sup> Miguel Roque dos Reis Lemos, *Anais Municipais de ponte de Lima*, 3ª edição (Ponte de Lima: Rotary Club de Ponte de Lima, 2003), pp. 145 – 149.

<sup>78</sup> Esta carta está transcrita em José Alberto Silva, *op. cit.* (63), p. 95. Teodoro de Almeida, durante o seu período de exílio em Auch, entre 1768 e 1777, foi feito sócio da Sociedad Bascongada de Amigos del País, criada em 1765 por iniciativa de uma aristocracia ilustrada local liderada pelo conde de Peñaflorida (1723 – 1785). Esta Sociedade chegou a ter cerca de 1800 sócios distribuídos não só por toda a Espanha como por algumas cidades da América espanhola, México, Buenos Aires e Lima.

<sup>79</sup> Transcrita em Moses Bensabat Amzalak, *A Sociedade Económica de Ponte de Lima- Apontamentos para a sua história* (Lisboa: Editorial Império, Lda., 1950), pp. 56 – 58.

<sup>80</sup> Cristóvão Aires, *op. cit.* (10), pp. 498 e 500. Barbacena não dá mais pormenores sobre esta “Sociedade económica de Londres” mas estaria a referir-se, provavelmente à Society for the Encouragement of Arts, Manufactures and Commerce fundada em 1754 (Derek Hudson and Kenneth W. Luckhurst, *The Royal Society of Arts, 1754 – 1954* (London: John Murray, 1954).

articuladas, uma delas, em torno do duque de Lafões / abade Correia da Serra e, a outra, em torno dos oratorianos de que o padre Teodoro de Almeida (1722 – 1804) era a figura mais representativa.

A ACL fundou-se numa época, logo a seguir à queda de Pombal, propícia à dissensão política. Paradoxalmente, a grande maioria das propostas culturais que se abrigavam sob o chapéu político do pombalismo partilhavam o mesmo sentido de modernidade veiculada pelos seus opositores políticos. Os oratorianos são o exemplo mais óbvio desta situação. Perseguidos por Pombal, as suas propostas científicas e pedagógicas não diferiam, na substância, daquelas que viriam a ser depois apropriadas pela reforma da Universidade de Coimbra<sup>81</sup>. Afastados os constrangimentos políticos com a queda de Pombal, Almeida e os oratorianos que inicialmente o acompanhavam - Joaquim de Fóios (1733 – 1811) e João Faustino (1736 – 1820) - encontraram na fundação da ACL o veículo ideal de afirmação e validação cultural das suas propostas. Na polémica *Oração de abertura*, lida por Teodoro de Almeida a 4 de Julho de 1780, a ACL é apresentada como um “público testemunho” de termos “saído do letargo em que nos séculos passados todos jaziam”<sup>82</sup>. Tomando como modelo os “grandes homens do século de 500”, que vai nomeando – Camões (1524/25 – 1580), Sá de Miranda (1481 –

---

<sup>81</sup> Na década de 1750, começou a publicar-se a *Recreação Filosófica* de Teodoro de Almeida a qual configura, precisamente, esse impulso diferenciador que iremos depois encontrar na Faculdade de Filosofia da Universidade pombalina. Sobre Teodoro de Almeida, veja-se Francisco Contente Domingues, *Ilustração e Catolicismo. Teodoro de Almeida* (Lisboa: Edições Colibri, 1994), Zulmira Santos, *Literatura e Espiritualidade na obra de Teodoro de Almeida (1722 – 1804)* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / FCT, 2007) e de José Alberto Silva, *A apropriação da filosofia natural em Teodoro de Almeida (1722 – 1804)* (Lisboa: Centro Interuniversitário de História das ciências e da Tecnologia (CIUHCT), 2009) e “The Portuguese Popularizer of Science Teodoro de Almeida: Agendas, Publics and Bilingualism”, *History of Science*, 50, 1, 166 (2012), 93 – 122.

<sup>82</sup> Transcrita em José Alberto Silva, *op. cit.*(63), pp. 38. Para uma análise da *Oração de abertura* da ACL leia-se Francisco Contente Domingues, *Idem*, pp. 130 e 137 e também José Alberto Silva, *Idem*, pp. 21 – 25.

1558), António Ferreira (1528 – 1569), Diogo Bernardes (1540 – 1605), Pedro Nunes (1502 – 1578), D. João de Castro (1500 – 1548) e outros, nos quais não incluiu Garcia de Orta (!) – a jovem Academia erguer-se-ia como uma espécie de facho aceso para continuar essa tradição, iluminando à sua volta todas “as ciências, as artes, a literatura portuguesa, a agricultura e o comércio”<sup>83</sup>.

Depois de defender as vantagens que a criação de uma Academia traria para o progresso e felicidade pública da Nação, Almeida conclui depois com o que pode ser entendido como uma verdadeira carta programática da ACL e onde está bem expresso o hibridismo programático que iria moldar o funcionamento da ACL:

“Tal há de ser esta Academia: uns preparam as notícias, outros desenterram monumentos, outros examinam os livros, confrontam edições, consultam os originais; aqui uns descobrem manuscritos que outros ilustram com notas; ali outros os traduzem com gosto, outros os publicam com elegância. Lá estarão aqueles observando os minerais, as águas, as plantas, numa palavra, a natureza, quando da outra parte estão outros tentando experiências, fazendo observações, imaginando projetos; aqui se formam novos instrumentos e máquinas, ali se reformam e aperfeiçoam as já conhecidas; acolá se verão outros trabalhando com incansável aplicação nas matemáticas e no cálculo, outros fazendo fáceis as doutrinas mais espinhosas e difíceis, semeando na mocidade o gosto, a crítica, o desejo de estudar e de saber”<sup>84</sup>.

O discurso de Almeida foi lido pelos excluídos da recém formada Academia como um libelo anti pombalino e motivou uma série de cartas críticas quer a Teodoro de Almeida, quer à própria Academia. O fato de a ACL não ter impresso e publicada, na altura, a *Oração* de Almeida só pode significar que a polémica atravessou a própria Academia a qual, por isso mesmo, guardou da *Oração* um prudente silêncio<sup>85</sup>. Nas

---

<sup>83</sup> José Alberto Silva, *Idem*, pp. 39 e 44.

<sup>84</sup> *Ibidem*, p. 44.

<sup>85</sup> Para uma análise da *Oração de abertura* da ACL leia-se Francisco Contente Domingues, *Idem*, pp. 130 e 137 e também José Alberto Silva, *op. cit.* (63), pp. 21 – 25, onde se encontram

sessões públicas seguintes, Almeida, que tinha sido eleito orador da Academia – cargo previsto no § XIII e XV do *Plano de Estatutos* - nunca mais proferira qualquer discurso ou *Oração de abertura* .

Lafões seria o facilitador político da Academia<sup>86</sup>. Foi também o promotor e angariador, junto da Coroa, da caução política necessária ao sucesso do empreendimento que, como se sabe, não foi isento de polémica. Na nova Academia passaram a “conviver” uma certa aristocracia letrada, anteriormente apeada por Pombal, e que agora, com a queda deste, vai recuperando o seu lugar, com outra aristocracia, também letrada mas que, por tática ou convicção, esteve ao lado de Pombal. Entraram na Academia ocupando lugares de sócios efetivos, de sócios honorários e, esgotados estes, os de sócios livres ou supranumerários. Alguns dos sócios honorários foram membros do governo de Pombal – Aires de Sá e Melo (1690 – 1786), Martinho de Melo e Castro (1716 – 1795) , o visconde de Vila Nova de Cerveira (1727 – 1800), ou o marquês de Angeja (1716 – 1788) - e continuaram a sê-lo no novo ministério de D. Maria I, enquanto outros tinham saído à pouca da prisão para onde Pombal os mandara, casos do conde de S. Lourenço (1725 – 1804), do marquês de Alorna (1726 – 1802) ou do desembargador António Freire de Andrade Encerrabodes (1699 – 1783)<sup>87</sup>,

---

transcritas a *Oração* e as cartas críticas que se escreveram a propósito.

<sup>86</sup> J. Veríssimo Serrão chamou-lhe “fidalgo iluminista” (J. Veríssimo Serrão, *A Historiografia Portuguesa. Doutrina e Crítica*. Século XVIII, vol. 3 (Lisboa: Editorial verbo, 1974), p. 208. Dos vários ensaios biográficos sobre Lafões salientam-se António Ferrão, “O segundo Duque de Lafões e o Marquês de Pombal - Subsídios para a biografia do fundador da Academia das Ciências”, Separata do *Boletim de Segunda Classe*, XIX (1933) e Rómulo de Carvalho, *D. João Carlos de Bragança. 2º Duque de Lafões, Fundador da Academia das Ciências de Lisboa* (Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1987). Para uma atualização de contribuições anteriores sobre o duque de Lafões veja-se Nuno Gonçalo Monteiro e Fernando Dores Costa, *2º Duque de Lafões, D. João Carlos de Bragança: uma vida singular no século das luzes* (Lisboa: INAPA, 2006).

<sup>87</sup> Sobre Encerrabodes veja-se Tiago C. P. dos Reis Miranda, “António Freire de Andrade Encerrabodes (1600 – 1783). No espelho de Pombal”, *Penélope*, 30/31 (2004), 93 – 134 ([http://www.penelope.ics.ul.pt/indices/penelope\\_30\\_31/30-31\\_10\\_TMiranda.pdf](http://www.penelope.ics.ul.pt/indices/penelope_30_31/30-31_10_TMiranda.pdf). 25/12/2014).

que viria a ser sócio supranumerário.

A ACL fazia também parte dos circuitos de socialização aristocrática nos quais participavam sócios e não sócios da Academia<sup>88</sup>. Destes, destaca-se pela sua singularidade - associada ao modo de participação das mulheres no campo cultural em Portugal, nos finais do século XVIII - Teresa de Mello Breyner (1739 – 1798), condessa do Vimieiro, casada com D. Sancho de Faro e Sousa, conde do Vimieiro. Através das cartas trocadas com a sua amiga D. Leonor de Almeida Portugal (1750-1839), futura marquesa de Alorna, é possível constatar o grau e o modo de participação de Teresa de Mello Breyner na atividade da ACL<sup>89</sup>. A condessa do Vimieiro não era sócia da ACL, ao contrário de seu marido Faro e Sousa, sócio supranumerário desta agremiação. A condessa fazia parte do círculo do duque de Lafões, que recebia em sua casa, bem como a outros sócios da Academia, como o visconde de Barbacena, ou o abade Correia da Serra<sup>90</sup>; assistia às sessões da Academia que relatava a D. Leonor, opinando sobre temas e memórias apresentadas, chegando até a envolver-se num projeto patrocinado por Lafões - a criação de uma “escola de desenho, de pintura e de escultura”<sup>91</sup>.

Lafões conferiu também, à recém formada ACL, por circunstâncias associadas à sua biografia, um certo grau de cosmopolitismo decorrente dos contatos que manteve durante o seu “Grand Tour” pela Europa e que se traduziu, em parte, pela “avalanche” de correspondentes estrangeiros integrados na Academia e pela qual ele, e também Vandelli e o abade Correia da Serra seriam responsáveis<sup>92</sup>. Ao lado de Lafões, o seu

---

<sup>88</sup> Raquel Bello Vazquez, “Sociabilidade e aristocracia em Portugal no último quartel do século XVIII” ([www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/RaquelBelloVazquez.pdf](http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/RaquelBelloVazquez.pdf). 28/12/2014).

<sup>89</sup> Raquel Bello Vazquez, *Uma certa ambição de glória*, op. cit. (46), pp. 314 – 356.

<sup>90</sup> Raquel Bello Vazquez, “Sociabilidade e aristocracia em Portugal ...”, pp. 3 e 4.

<sup>91</sup> Raquel Bello Vazquez, *Idem*, p. 331.

<sup>92</sup> Como se verá mais adiante, cerca de 32% dos correspondentes da ACL em 1780 eram estrangeiros. O percurso de Lafões e alguns dos contatos que manteve nessas viagens por

conhecido desde Itália e o seu protegido em Portugal, o abade Correia da Serra irá conferir, enquanto secretário da Academia, cargo que ocupou de 1788 a 1795, coerência e dinamização programática aos três núcleos contributivos aqui recenseados, expressas no seu bastante citado “Discurso Preliminar” às *Memórias Económicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa para o Adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Indústria em Portugal e suas Conquistas*, cuja publicação se iniciou em 1789<sup>93</sup>.

### 1.3.3 – “Zelo e Amor da Pátria”

As nove linhas que constituem o primeiro parágrafo do *Plano de Estatutos* da ACL são perfeitamente esclarecedoras dos motivos, dos modelos, e dos propósitos com que a ACL foi fundada, a saber, e por esta ordem, “o Zelo e Amor da Patria”, a “imitação de todas as nações cultas” e “a consagração à glória e felicidade pública”<sup>94</sup>. O *Plano* prossegue depois indicando as classes em que a Academia se organizaria (§ II), os diferentes tipos de sócios (§ III a § VIII), os vinte e quatro alunos, moços nobres, que receberia (§ IX), a criação de uma Comissão de Indústria (§ X a § XII), os cargos da Academia (§ XIII a § XVII), as eleições (§ XVIII e § XIX), a receção dos novos sócios (§ XX), os diferentes tipos de assembleias e o respetivo calendário (§ XXI a § XXIII) e, finalmente, as memórias que os sócios oferecerão à Academia (§ XXIV). O *Plano* termina, no último parágrafo (§ XXV), com uma declaração da sua própria provisoriedade e a promessa de inclusão de novos assentos estatutários que a experiência vier a determinar, até à

---

algumas regiões e cidades europeias estão descritos em Rómulo de Carvalho, *op.cit.* (86).

<sup>93</sup> Sobre Correia da Serra, veja-se Ana Simões, Maria Paula Diogo e Ana Carneiro, *Cidadão do Mundo. Uma biografia científica do Abade Correia da Serra* (Porto: Porto Editora, 2006), em versão inglesa, *Citizen of the World. A scientific biography of the Abbé Correia da Serra* (Berkley: University of California Press /Institute of Governmental Press, 2012).

<sup>94</sup> *Plano*, §1, p. 4.

versão definitiva dos “Estatutos completos”, depois de obtida a “Real aprovação”. De fato, novos assentos seriam aprovados ao longo dos anos e incluídos no corpo do *Plano* primitivo, sendo até feita a sua sistematização que seria aprovada e impressa, como referimos, mas nunca seriam submetidos como tal para “Real aprovação”.

De todas as disposições estatutárias contidas no *Plano* houve duas que ficaram por concretizar: a Junta ou Comissão da Indústria – de que daremos mais detalhes no capítulo 4 - e uma espécie de classe de alunos.

O § X do *Plano* previa a criação de uma classe de “vinte e quatro Alumnos, moços Nobres, de doze anos para cima”, de cuja instrução a Academia ficava responsável, fazendo-os assistir às sessões da Academia, provocando neles o “gosto e a emulação para as Sciencias e para o Estudo”<sup>95</sup>. Os filhos e parentes próximos dos sócios teriam a preferência na entrada para esta classe. O único registo encontrado sobre este propósito é o que consta numa ata da assembleia particular de 28 de junho de 1780, em que se refere ter a Academia aceite “para alunos ao Visconde de Fonte Arcada, e seu irmão Joaquim” e ainda que “Tambem propoz Teodoro de Almeida publicar huns elementos de geometria, os quaes tinha determinado oferecer á Academia, para o uso dos seus Alumnos, o q a Academia aceitou com agradecimento e nomeou para censor della o Conde de Azambuja”<sup>96</sup>.

Este programa “escolar”, ou a criação de uma “classe de Alumnos”, sugerido no *Plano*, esteve envolvido em polémica no interior da própria Academia, tendo vários dos seus sócios manifestado a sua oposição frontal a que a ACL assumisse as responsabilidades de uma “escola pública” ou de uma “Academia de ensino”, em vez de

---

<sup>95</sup> *Plano*, § 9, p. 7.

<sup>96</sup> AHCACL, Livro 156 B, *Actas das Assembleias particulares e semipúblicas da Academia das Sciencias de Lisboa, 16 Janeiro de 1780 – 3 de Janeiro de 1781*.

“promover a perfeição das ciências e das artes”, como é próprio de uma “Academia de invenção”<sup>97</sup>. José Monteiro da Rocha (1734 – 1819) manifestou uma posição mais mitigada, propondo uma solução próxima da que ocorria na Académie des Sciences de Paris, em que se criavam “18 lugares de Adjuntos ligados cada hum a cada hum dos Socios residentes na Corte”, tendo esses “moços de 20 anos para cima e os seus estudos já feitos”<sup>98</sup>. Não há registo de tal classe de alunos ter vingado e só a partir dos anos 1790 é que se encontram referências à realização intermitente, no Gabinete de História Natural e Física da Academia e no Museu Maynense, de demonstrações públicas de história natural e de física experimental, tendo a ACL adquirido várias máquinas e instrumentos para o efeito<sup>99</sup>. A Academia partilhava estas atividades do Gabinete de Física com o Museu Maynense que a ACL passou a administrar a partir de 1792 no convento de Nossa Senhora de Jesus (convento de Jesus)<sup>100</sup>.

---

<sup>97</sup> Exprimiram-se neste sentido Pedro José da Fonseca (1737 – 1816) (BACL, ms. 977, série azul, fl. 1, 4 de Janeiro de 1784) e António Soares Barbosa (1734 – 1801) (BACL, ms. 974, série azul, fl. 1v., 5 de fevereiro de 1784).

<sup>98</sup> BACL, ms. 975, série azul, fl. 2v., 28 de dezembro de 1783. Os estatutos da Académie des Sciences previam inicialmente uma classe de alunos (élèves), depois designados, a partir de 1716, por adjuntos (adjoints), em número de doze, tendo sido incorporados mais tarde, em 1785, na classe que lhe era superior hierarquicamente, a classe dos associados (Roger Hahn, *The Anatomy of a Scientific Institution – The Paris Academy of Sciences, 1666 – 1803* (Berkeley: University of California Press, 1971), pp. 78, 79, 129, 130 e 133).

<sup>99</sup> Estas atividades eram da responsabilidade do guarda-mor da Academia, um cargo criado, por solicitação da ACL, por decreto de 5 de novembro de 1791 (*Collecção*, pp. 34 – 37). Um outro órgão criado na assembleia de efetivos de 10 de Novembro de 1786 foi o Conselho da Academia. Criado com o propósito de agilizar a gestão da Academia, faziam parte dele, inicialmente, o presidente, o secretário, o tesoureiro, os três diretores das classes, um deputado de cada classe, a que se juntariam, posteriormente o vice-secretário e o guarda-mor. O Conselho só não podia eleger sócios, podendo, no entanto, nomear correspondentes. Em qualquer novo projeto literário o Conselho apenas dava o seu parecer e submetia-o à assembleia de efetivos para deliberação. Provavelmente por ter tomado decisões que desagradaram a alguns dos seus sócios efetivos, os seus poderes vieram a ser progressivamente a ser limitados até que, na assembleia ordinária de efetivos de 10 de julho de 1810, qualquer sócio efetivo passou a ser considerado deputado do Conselho, ou seja, este foi na prática abolido uma vez que a assembleia do Conselho passou a coincidir com uma assembleia de efetivos (*Collecção*, pp. 53 e 54).

<sup>100</sup> De acordo com Rómulo de Carvalho as atividades didáticas não foram além de 1802, altura

O Museu Maynense foi uma “herança” da Academia, doada pelo franciscano José Mayne (1723 – 1792) da Congregação da Ordem Terceira de S. Francisco, instalada no convento de Jesus. José Mayne, geral da Congregação, confessor de D. Pedro III e deputado da Real Mesa da Comissão Geral Sobre Exame e Censura dos Livros, foi eleito sócio supranumerário da ACL a 16 de janeiro de 1780. Pouco antes do seu falecimento deixou em testamento à ACL, em 1792, a responsabilidade de administrar um conjunto de bens nos quais se incluíam um museu e gabinete de história natural, contendo um conjunto de artefactos, pinturas, desenhos, livros e medalhas e ainda as casas edificadas no terreno da cerca do convento de Jesus, dois padrões de juro real e mais algum dinheiro. Neste testamento estava incluída a obrigação de lecionação pública de uma cadeira de “História Natural Teológica”, destinada ao ensino da história natural dos três reinos da natureza, “demonstrando nas ocazioens próprias, pela ordem admirável dos Entes naturaes, a Existência de Deus, sua Providencia, Omnisciencia, e mais Atributos”<sup>101</sup>. É na decorrência desta “herança” que uma parte das aulas e demonstrações de história natural e de física experimental da ACL passaram então a dar-se, a partir de 1792, no convento de Jesus. Mal suspeitavam os seus sócios que seria no convento de Jesus que a Academia encontraria, 42 anos depois, a sua morada permanente.

Sete casas teve a Academia, numa deriva residencial que a levou desde o palácio

---

em que o seu registo passa a ser praticamente inexistente. Seria já em 1836 que abriria a Aula de Zoologia do Instituto Maynense que acabaria depois por encerrar em 1849 (Rómulo de Carvalho, *op. cit.* (42), pp. 1 – 42 e 83 – 92.

<sup>101</sup> BACL, ms. 191, Série azul, transcrito em Rómulo de Carvalho, *op. cit.* (43), pp. 123 – 126. Nesta obra de Rómulo de Carvalho pode ver-se também um relato circunstanciado das atividades do Museu Maynense sob administração da ACL. Sobre o gabinete a aula de história natural de frei José Mayne veja-se ainda, João Carlos Pires Brigola, *Colecções, Gabinetes e Museus em Portugal no Século XVIII* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenlian/Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2003), pp. 414 – 422.

das Necessidades, em 1780, até ao convento de Jesus, em 1834<sup>102</sup>. As razões de tal peregrinação - provavelmente, bastante prosaicas - não transparecem nas suas atas, atravessadas, a maior parte das vezes, por uma espécie de neutralidade protocolar. Não se sabe o porquê mas sabe-se, no entanto, o como: das carroças que é preciso alugar para transportar os mais variados objetos, dos carpinteiros que é preciso arranjar, das obras que é preciso fazer para adaptar as novas instalações à Academia, das pessoas que é preciso contratar para fazer as mudanças e, finalmente, do dinheiro que tudo isto custa e que a ACL, por vezes, não tem disponível<sup>103</sup>.

Toda esta peregrinação teve o seu pecado original no aviso régio que determinou a fundação da ACL. O aviso era omissivo quanto à residência da nova Academia, o que

---

<sup>102</sup> Em 1779 a ACL teve a sua primeira morada em três salas do palácio das Necessidades, antes ocupadas pela Junta dos Três Estados. Em 1791/92 a Academia inicia a sua mudança para um palácio situado na esquina entre a rua do Poço dos Negros e o beco do Carrasco. Permaneceu aqui até 1795/1796, altura em que se mudou para o palácio do Monteiro-mor ou palácio dos condes de Castro Marim que ocupa a esquina entre a rua do Século, antiga rua Formosa, e a calçada do Combro; passados três anos, em 1800, dá-se uma nova mudança, desta vez para o palácio do duque de Palmela, no largo do Calhariz, onde permanece durante 23 anos. Em 1823 inicia-se uma nova mudança para o colégio dos Monges Beneditinos à Estrela (antigo convento da Estrelinha). Passados 9 anos de permanência na Estrela, a ACL é mandada deslocar-se, em 1832, para o palácio do conde dos Lumiares, no cimo da calçada da Glória. Pouco tempo aqui fica, pois, em 1834, vai ocupar definitivamente aquela que é hoje a sua morada, o convento de Jesus, na rua do Arco, hoje, rua da Academia das Ciências. A mudança para o convento de Jesus, onde a ACL administrava, desde 1792, o Museu Maynense, já tinha sido ventilada em 1823 mas só se viria a concretizar em 1833/1834, graças também aos bons ofícios de um dos seus sócios e, na altura, membro do governo, Fr. Francisco de S. Luís (ANTT, Ministério do Reino, mç 353). Algumas destas datas não coincidem com as apresentadas por Cristóvão Aires, *Para a História da Academia das Ciências* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1927), pp. 9 e 10, as quais tiveram de ser corrigidas tendo em atenção as datas constantes nos recibos pagos pela Academia e referentes às mudanças de instalações. Por exemplo, a mudança do Poço dos Negros para o palácio do Monteiro-mor iniciou-se em abril / maio de 1795, conforme consta no respetivo recibo (AHCACL, Livro 5 A - Livro 5A - *Férias e recibos desde 1 de Julho de 1797 até 30 de Junho de 1798*, fl. 226) e não em 1797, data em que, provavelmente, terminou o processo de mudança.

<sup>103</sup> Num ofício do secretário da ACL, José Maria Dantas Pereira, ao governo, datado de 29 de Novembro de 1824, aquele refere que a Academia não dispõe de novecentos e oitenta e três mil quatrocentos e noventa e quatro reis para pagar, à Intendência Geral da Polícia, as despesas da mudança de instalações para o convento da Estrela e sugere que aquela verba seja descontada das quantias que a Academia ainda tem a haver do Erário (ANTT, Ministério do Reino, mç. 353)

desgostou os fundadores, a ponto de, Correia da Serra, numa carta a Vandelli, o adjetivar de “mesquinho”. No entanto, continuou Correia da Serra, “o Duque tomou a couza a peito, e falou à Rainha que mandou logo dar o apartamento do Palácio das Necessidades aonde tinha estado a junta dos três estados”<sup>104</sup>. Este imprevisto marcaria assim o estatuto residencial da ACL, a qual foi sendo deslocada ao sabor das conjunturas administrativas e financeiras, pagando, por vezes, as rendas das casas que ia ocupando, outras vezes não, o que fez com que, em altura de maiores apertos financeiros, o governo procurasse alojar a ACL nalgum dos “palácios sequestrados” disponíveis para, assim, “poupar despesas à Real Fazenda”<sup>105</sup>.

#### **1.3.4 - A ordem dos sócios**

A ACL, tal como qualquer outra sociedade de letrados setecentista, fundou-se sobre uma matriz aparentemente paradoxal expressa pela coexistência entre uma pulsão igualitária, típica das sociedades de letrados, e uma desigualdade social estruturante, característica do seu contexto de Antigo Regime<sup>106</sup>. Todos os sócios, dentro de cada uma das categorias – honorários, efetivos, livres ou correspondentes - são iguais entre si e, no entanto, todos eles diferem pela sua marca social e profissional.

O *Plano de Estatutos* de 1780 previa a existência de quatro tipos de sócios: sócios honorários, no máximo de 12, eleitos de entre as “Pessoas condecoradas com as

---

<sup>104</sup> BACL, ms. 241, Série azul, *Collecção de Cartas do Ex.mo Snr. Visconde de Barbacena, e Ill.mo Snr. Ab. Correa da Serra dirigidas a Domingos Vandelli: que contem algumas noticias sobre a fundação, e primeiros annos da Academia Real das Sciencias de Lisboa* (Trasncrita em Cristóvão Aires, *op. cit.* (10), p. 502).

<sup>105</sup> ANTT, mç. 353, Ofício do Intendente Fiscal das Obras Públicas José Francisco de Almeida Castel Branco (1763 – 1839) ao 2º conde de Basto, ministro do Reino, de 29 de maio de 1832 (Cristóvão Aires, *Idem*, p. 402).

<sup>106</sup> Daniel Roche, *Le siècle des lumières en province, op. cit.* (1), tome I, p. 188.

maiores Dignidades e Empregos do Estado”; sócios estrangeiros, também no máximo de 12, escolhidos entre os “Estrangeiros insignes pelas suas letras e famosos pelas suas Obras”; sócios efetivos, oito por cada uma das três classes num total de 24, que teriam de ser residentes pelo menos uma boa parte do ano em Lisboa, excetuando 2 por cada classe, os quais poderiam ser escolhidos entre os “empregados pelo Reino no ensino público” ou “tirados do Corpo da Universidade”<sup>107</sup>, e que tinham a seu cargo o “governo económico da Sociedade”; sócios supranumerários, ou livres, “sogeitos hábeis” recebidos supranumerariamente pela Academia, cujo número não foi definido no *Plano* e que, tal como os efetivos, deveriam morar em Lisboa e apresentar todos os anos, pelo menos, uma memória ou “algum outro testemunho da sua aplicação”; e, por fim, os sócios correspondentes, em número máximo de cem, “tanto do Reino como fora d'elle, aos quaes ha de ser devedora de grande parte de seus progressos”.

Esta configuração inicial foi sendo regulamentada e até alterada ao longo dos anos<sup>108</sup>. Na assembleia de efetivos de 30 de Janeiro de 1789 ficou aprovado que cada uma das três classes incluiria 8 sócios efetivos e 12 sócios livres; que em cada classe houvesse dois lugares de veteranos, originários dos seus efetivos pela sua “ancianidade e merecimento”, e que na classe dos honorários, além dos doze previstos pelo *Plano de Estatutos*, se incluíssem os ministros de estado considerados doravante “honorários natos”. Dois anos depois, numa nova assembleia de efetivos de 1 de Abril de 1791, o

---

<sup>107</sup>*Plano*, p. 4.

<sup>108</sup>O *Plano de Estatutos* e as alterações estatutárias aprovadas posteriormente em reuniões da Academia foram detalhadamente descritos na *Collecção Systematica das Leis e Estatutos por que se tem governado a Academia Real das Sciencias de Lisboa, desde o seu estabelecimento até ao tempo presente* (Lisboa: Na Typografia da mesma Academia, 1822), compiladas pelo sócio efetivo Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato (1777 – 1838), sócio efetivo e depois vice-presidente da ACL até à data do seu falecimento em 11 de Dezembro de 1838. Este texto, onde se encontram sistematizadas todas as disposições estatutárias que regeram a vida da ACL desde 1780 até 1834 será doravante referida como *Collecção*.

cardeal patriarca passou também a ser “honorário nato” da Academia.<sup>109</sup> Esta honorabilidade natural atribuída estatutariamente pela Academia aos ministros de estado, coisa que não ocorreu com mais nenhum outro tipo de sócio, pode ser lida como uma tentativa de integração da Academia nos circuitos de decisão política governamental, à custa de uma diminuição da sua autonomia, e também como uma valorização simbólica do seu papel de aconselhamento técnico-científico no processo de tomada de decisão pela burocracia governamental.

Os efetivos seriam eleitos de entre os supranumerários e estes teriam de ter sido anteriormente sócios correspondentes e autores de memórias. O crescente aumento de absentismo dos efetivos levou a que se adotasse uma disposição estatutária que possibilitava a eleição dos sócios supranumerários ou livres como substitutos de efetivos, no caso de estes se encontrarem impedidos – por doença ou outra razão – de assistir às diferentes assembleias da Academia.<sup>110</sup> Esta substituição, inicialmente válida apenas para 1 ano, veio depois, face aos condicionalismos externos de funcionamento da ACL, a tornar-se permanente<sup>111</sup>. De acordo ainda com os estatutos, quando a ausência do efetivo fosse permanente, este podia ainda ser eleito sócio honorário além do número<sup>112</sup>.

Os correspondentes ou correspondentes do número tanto podiam ser nacionais como estrangeiros. Até 1789 os sócios estrangeiros integravam as listas do grupo dos correspondentes que foram sendo publicadas. A partir desta data, os sócios estrangeiros

---

<sup>109</sup> AHCACL, Livro 26 B.

<sup>110</sup> *Collecção*, p. 17 – 19.

<sup>111</sup> *Idem*, p. 19.

<sup>112</sup> *Idem*, pp. 20 e 21; AHCACL, Livro 26 B, *Actas das Assembleias particulares e semipúblicas da Academia das Sciencias de Lisboa*, “Minuta das Resoluções da Assembleia de 7 e 13 de Janeiro de 1785”.

da Academia passaram a ser distribuídos entre os correspondentes e a classe dos estrangeiros propriamente dita, não sendo muito claro qual o critério usado nessa distribuição a não ser, provavelmente, o facto de que os que integravam a respetiva classe serem, na altura, os estrangeiros considerados de maior prestígio.

Os correspondentes do número constituíam a base da estrutura societária hierárquica da Academia. Devido ao seu elevado número, cerca de cem, e ao facto de não estarem constrangidos a viverem em Lisboa, estavam indexados a uma distribuição geográfica mais extensa que abrangia Portugal continental e as suas extensões coloniais, com especial relevância para o Brasil e alguns países europeus.

De acordo com o §IV do *Plano*, eram os sócios efetivos, distribuídos pelas três Classes – a primeira Classe ou “Classe das Ciências de Observação”, a segunda Classe ou “Classe das Ciências de Calculo” e terceira Classe ou “Classe das Bellas Letras”<sup>113</sup> - quem tinha, de facto, “a seu cargo o governo economico da Sociedade, e a autoridade de julgar e resolver em todos os casos, que a ella pertencerem”<sup>114</sup>. O acesso à categoria de efetivo fazia-se estatutariamente a partir da de sócio livre. Os efetivos reuniam-se mensalmente em assembleias particulares, cabendo-lhes decidir sobre a aprovação das memórias, anúncios de obras ou descobrimentos - a serem lidos nas assembleias literárias onde estariam presentes todos os sócios da Academia - sobre a atribuição de prémios às memórias propostas a concurso, a publicação dos programas e prémios extraordinários e, ainda, sobre a eleição de sócios de qualquer ordem<sup>115</sup>.

---

<sup>113</sup>Estas classes tinham ainda designações alternativas que podemos encontrar nos documentos da ACL como Classe das Ciências Naturais, Classe das Ciências Exatas ou Classe da Literatura, respectivamente.

<sup>114</sup>*Plano de Estatutos*, p. 5.

<sup>115</sup> Sobre a periodicidade, e as alterações que esta foi sofrendo ao longo do período em estudo, bem como as competências das assembleias particulares ou de efetivos veja-se a *Collecção*, pp. 53 – 56. A presença dos sócios nas reuniões passou a ser gratificada, a partir de assembleia

A primeira assembleia particular da ACL, de que há registo, ocorreu treze dias após a publicação do Aviso régio da sua fundação, numa sala do Palácio das Necessidades<sup>116</sup>. Até esta data, 16 de Janeiro de 1780, eram apenas catorze os sócios fundadores da Academia e logo nessa reunião foram eleitos os restantes dez, de modo a perfazer os vinte e quatro sócios efetivos, previstos no *Plano de Estatutos* que saiu juntamente com o Aviso<sup>117</sup>. Na mesma reunião foram também eleitos doze sócios honorários e alguns sócios supranumerários.

Do núcleo fundador inicial da ACL, constituído pelas catorze personalidades, faziam parte D. João de Bragança (1719 – 1806), 2º duque de Lafões, o abade Correia da Serra (1751 – 1823), Domingos Vandelli, professor da Universidade de Coimbra e o seu discípulo, o visconde de Barbacena, 3 oratorianos - Teodoro de Almeida, Joaquim de Fóios (1733 – 1811) e João Faustino (1736 – 1820) - Gonçalo Xavier de Alcáçova Carneiro (1712 – 1785) , secretário da Academia Real de História, Bartolomeu da Costa

---

literária de 20 de Outubro de 1787, por meio de jetões. O jetão começou por ser uma medalha de prata e, mais tarde (Assembleia do Conselho de 16 de Dezembro de 1796), passou a corresponder ao valor de 1200 réis cada. Inicialmente, esta quantia era paga em metal, passando depois a ser paga, quando era, parte em metal e parte em papel moeda. O secretário recebia 4 jetões por presença, o vice-secretário recebia 3 e os restantes sócios, um jetão cada (*Collecção*, pp. 44 d 45).

<sup>116</sup> “... porque o Duque tomou a couza a peito, e falou á Rainha que mandou logo dar o apartamento do Palácio das necessidades aonde tinha estado a Junta dos Três Estados.” (Carta de Correia da Serra a Domingos Vandelli, com data de 8 de Janeiro de 1780 e transcrita em Cristóvão Aires, *op. cit.* (10) p. 55).

<sup>117</sup> De facto, a ata de registo da assembleia apresenta uma pequena inconsistência. Refere-se na ata que dos catorze sócios apenas três tinham faltado à assembleia - Domingos Vandelli, ausente em Coimbra, D. Miguel de Portugal, e o Padre Vicente Ferrer. Ora, em consequência disto, a ata deveria ser assinada pelos onze sócios presentes e não apenas por nove, como na realidade aconteceu. Confrontando os dez sócios eleitos nessa reunião com a lista dos vinte e quatro efetivos facilmente se conclui faltarem as assinaturas do principal Mascarenhas, D. Domingos de Mascarenhas, e do marquês de Penalva Fernão Teles da Silva Caminha e Meneses. Três hipóteses se colocam então: não assinaram a ata – por esquecimento (?), o que é pouco provável – ou não estiveram, de facto, na reunião e o secretário não registou, por lapso, essas ausências, ou abandonaram a reunião ainda antes do seu final! (AHCACL, Livro 156, Livro 156B – *Actas das Assembleas Particulares e Semipublicas da Academia das Sciencias de Lisboa*, 16 de Janeiro de 1780\_3 de Janeiro de 1781, “Assembleia Particular, 16 de Janeiro”).

(1732 – 1801), o 7º conde de Tarouca, Fernando Teles da Silva Caminha e Menezes (1754 – 1818), D. Miguel Lúcio de Portugal e Castro (1722 – 1785), Pedro José da Fonseca (1727 – 1816), professor de retórica, poética e história no Colégio dos Nobres, Fr. Vicente Ferrer da Rocha (1727 – 1814), dominicano e professor de filosofia e o principal Mascarenhas (1752 – 1791), principal da Igreja Patriarcal.

Na referida reunião são escolhidos os outros 10 sócios - que faltavam para completar os 24 sócios efetivos previstos pelo *Plano de Estatutos* – dos quais 5 eram professores na Universidade de Coimbra, a saber, 2 professores na Faculdade de Matemática, José Monteiro da Rocha (1734 – 1819) e Miguel Franzini (1730 (?)- 1810), o professor na Faculdade de Medicina António José Pereira (? – 1792), e 2 professores na Faculdade de Filosofia, João António Dalla Bella (1730 – 1823) e António Soares Barbosa (1734 – 1801).

O primeiro corpo de sócios efetivos a ACL, “considerados os estudos, gostos, e génio de cada um”<sup>118</sup>, ficou assim organizado: na Classe das Ciências de Observação - Domingos Vandelli, José Correia da Serra, João Faustino, Bartolomeu da Costa, Fr. Vicente Ferrer da Rocha, Luiz António Furtado de Mendonça (Visconde de Barbacena), António José Pereira e António Soares Barbosa; na Classe das Ciências de Cálculo - Teodoro de Almeida, Marquês de Alorna, conde de Azambuja, José Joaquim de Barros, José Monteiro da Rocha, Miguel Franzini e João António Dalla Bella; e na classe das Belas Letras - duque de Lafões, Joaquim de Foios, conde de Tarouca, Pedro José da Fonseca, o Principal Mascarenhas, D. Miguel de Portugal e Castro, Gonçalo Xavier de Alcáçova Carneiro, e António Pereira de Figueiredo (1725 – 1797).

---

<sup>118</sup> AHCACL, Livro 156 B – *Actas das Assembleias Particulares e Semipublicas da Academia das Sciencias de Lisboa*, “Assembleia particular de 16 de Janeiro”.

Ao longo de todo o ano de 1780 a Academia iria construir progressivamente o seu corpus académico, elegendo os sócios supranumerários e os correspondentes, de acordo com as prescrições estatutárias e as decisões aprovadas nas assembleias. No final desse ano, a Academia das Ciências de Lisboa tinha um total de 158 associados assim distribuídos: 12 sócios honorários, 23 sócios efetivos, 35 sócios livres ou supranumerários e 88 correspondentes (Anexo 1.A).

Apesar dos estatutos previrem o número de 24 sócios efetivos distribuídos pelas três classes, eles começaram por ser, de facto, 23, uma vez que o padre oratoriano João Chevalier (1722 – 1801), estando fora de Portugal desde 1760 em consequência do processo movido por Pombal aos Oratorianos, nunca chegaria a regressar como havia prometido em carta divulgada na assembleia particular da ACL que o elegeu<sup>119</sup>.

Houve ainda uma quinta ordem de sócios a que seria posteriormente atribuída dignidade estatutária, a saber, os sócios veteranos. A assembleia de efetivos de 30 de janeiro de 1789 determinou a criação de 2 lugares de veteranos por classe, os quais teriam de provir da categoria de efetivo e ter servido a Academia por muito tempo. Os primeiros sócios efetivos a adquirir este estatuto seriam Pedro José da Fonseca e Teodoro de Almeida, na assembleia de efetivos de 27 de março de 1790<sup>120</sup>.

---

<sup>119</sup>AHCACL, Livro 26 B, “Assembleia Particular de 16 de Janeiro”. Sobre a perseguição do marquês de Pombal aos Oratorianos veja-se António Alberto Banha de Andrade, “Processo pombalino contra os Oratorianos”, *Arquivos do Centro Cultural Português*, 1 (1969), 250 – 296. Sobre João Chevalier veja-se Rómulo de Carvalho, “João Chevalier, Astrónomo Português do Século XVIII”, in *Actividades Científicas em Portugal no Século XVIII* (Évora, Universidade de Évora, 1996), pp. 267-321 e também Fernando J. E. Reis e Luís Tirapicos, “João Chevalier (1722 – 1801)”, <http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/p56.html> (24/3/2012).

<sup>120</sup> AHCACL, Livro 26 B, “Assembleia de efetivos de 27 de Março de 1790”.

## Conclusões

A história das ciências não construiu, até hoje, no contexto português, qualquer ensaio interpretativo que tivesse como objeto a ACL. Quando sobre esta se escreve, ela aparece, de modo anormalmente frequente, como um reservatório anódino, sem fronteiras nem marcas, de onde brotariam de modo desgarrado personalidades, eventos e ideias como se fosse indiferente a matriz, qualquer que ela fosse - social, política, cognitiva, científica, profissional, etc. - que tivesse formatado essas emersões.

O processo fundacional da ACL evidenciou uma perspectiva polissémica do entendimento daquilo que são as “Ciências”, por parte dos seus fundadores, conjugada com um hibridismo transversal a toda a sua prática programática. A especificidade da sua produção científica e tecnológica só pode ser entendida à luz de processos locais de apropriação de formas de construção, organização e comunicação de conhecimentos, decorrentes de situações próprias dos contextos sociais e políticos em que a ACL desenvolveu a sua atividade.

O zelo patriótico e o bem público referido no § 1 do Plano constituiriam uma espécie de cimento ideológico que deu coerência à praxis da ACL, sendo múltiplas as referências que lhes encontramos nas suas memórias, discursos e programas. Foi esta ideologia que justificou o utilitarismo ilustrado expresso na divisa da Academia - *Nisi utile est quod facimus, stulta est gloria*<sup>121</sup> – materializado, como veremos, num

---

<sup>121</sup> “Se não for útil o que fizermos, será vã a nossa glória”. Trata-se de um lema extraído duma fábula de Fedro (Caio Júlio Fedro, 30/15 a.C. – 44/50 d.C.) intitulada “As Árvores de Deus” – “Certo dia, os deuses decidiram escolher as árvores que queriam colocar sob sua proteção. Júpiter escolheu o carvalho, Vénus a murta, Apolo o loureiro e Cibele o pinheiro, enquanto que Hércules escolheu o sublime álamo. Minerva, surpreendida com a escolha, perguntou-lhes porque tinham escolhido árvores que não davam fruto, ao que Júpiter respondeu que não queria parecer que estavam a trocar a honra por frutos. “Por Hércules”, disse Minerva, “podem dizer o que quiserem, mas a mim agrada-me a oliveira precisamente pelos frutos que dá”. Então, o pai dos deuses e procriador dos homens, disse: “Oh, minha filha, é com razão que todos te chamam

constante hibridismo programático que evoluiu do economismo de incidência agrária dos primeiros anos, ao “sanitarismo ilustrado” das segunda e terceira décadas de 1800<sup>122</sup>. Pelo meio, expressão desse hibridismo, estavam a astronomia, o cálculo, a química e, com uma posição relevante, a Literatura Portuguesa tal como era entendida pela Academia, a saber, a língua portuguesa, a história e o direito.

Esta aplicação disciplinar multivariada não dava conta da totalidade da atividade da ACL. A atribuição de prémios aos agricultores que se dedicassem à plantação de espécies agrícolas específicas – batatas, castanheiros, azinheiros – a distribuição de sementes a diferentes comarcas do reino, assoladas pela fome e carência alimentar, a realização de experiências para determinar a eficácia de alfaias agrícolas e a sua consequente distribuição, a publicação de instruções e distribuição de desinfetantes químicos destinadas a impedir o alastramento de doenças contagiosas e a criação de uma Instituição Vacínica destinada a combater a varíola são outras dimensões – para já não falar do lado literário, em sentido estrito, em que a Academia também se ocupou – que estruturaram o vasto leque programático em que a ACL se empenhou nos primeiros cinquenta da sua existência.

---

a deusa da sabedoria. A nossa glória será vã, se não for útil aquilo que fizermos”.

<sup>122</sup> “Sanitarismo ilustrado” é a expressão divulgada na literatura para caracterizar a emergência, no século XVIII, duma medicina preventiva pública, com preocupações higienistas, ancorada numa maior intervenção da burocracia político-administrativa. A ACL tomou, nesta área, um conjunto de iniciativas e patrocinou a publicação de alguns textos que apropriam para o contexto português essa corrente higienista. Sobre a emergência dessa medicina preventiva em Portugal veja-se João Rui Pita, *Farmácia, Medicina e Saúde Pública em Portugal (1772 – 1836)* (Coimbra: Minerva Editor, 1996), pp. 30 – 34 e 437 – 451. Sobre a intervenção da *Intendência Geral da Polícia*, na área da saúde pública, sob o comando de Diogo Inácio de Pina Manique (1733 – 1805) veja-se Laurinda Abreu, *Pina Manique. Um Reformador no Portugal das Luzes* (Lisboa: Gradiva, publicações S. A., 2013).

# 2

---

## Recrutamento e promoção académicas

A história da Academia das Ciências de Lisboa (ACL) constituiu um empreendimento multivariado a que não é alheio a determinação da natureza social e profissional dos seus atores. Algumas das abordagens até agora construídas em torno da Academia das Ciências de Lisboa têm configurado uma história de excecionalidades, centrada num conjunto isolado de biografias ou de estudos sobre algumas das suas mais notáveis personalidades ou, também, sobre aspectos específicos e localizados da sua atividade. Estas abordagens, sendo necessárias, não são contudo suficientes para esclarecer a sua história, tornando-se ainda necessário proceder a uma caracterização social e profissional dos sócios da ACL enquanto grupo ou coletividade institucionalmente demarcada nos contextos em que ocorreu. Esta caracterização social, profissional e disciplinar não exclui, antes, integra as excecionalidades atrás referidas no grupo mais alargado dos seus sócios, conferindo mais coerência e sentido ao percurso programático da ACL, à sua atuação institucional e à sua articulação com os contextos sociais e culturais em que se foi desenvolvendo.

Abordagens deste tipo são usualmente catalogadas de biografias coletivas e/ou prosopografias, tendo estas vindo a ser transversalmente utilizadas como um dos

instrumentos de pesquisa em várias áreas da história<sup>1</sup>. A utilização de técnicas prosopográficas na história da ciência tiveram a sua instância inaugural com o conhecido texto de Robert K. Merton, publicado em 1938, *Science, Technology and Society in Seventeenth-Century England*<sup>2</sup> e que, apenas na década de 70, viria a surgir como inspirador e, por vezes, modelo, de um conjunto de abordagens prosopográficas que assinalariam o ressurgimento desta técnica a partir dessa altura<sup>3</sup>. Em Portugal, a história social e política da transição do Antigo Regime para a Monarquia Constitucional e também a história da ciência têm-se socorrido desta técnica aplicando-a ao estudo das

---

<sup>1</sup> Basicamente pode-se estabelecer uma diferença entre biografia coletiva e prosopografia dizendo que esta consiste num processo de recolha e análise de um conjunto de dados biográficos convenientemente estruturados. No caso da biografia coletiva, estamos perante um conjunto de dados biográficos individuais com a mínima ou, por vezes, sem qualquer preocupação metodológica de deles retirar qualquer conclusão. Sobre a diferença entre prosopografia e biografia coletiva veja-se o artigo de K. S. B. Keats-Rohan, "Biography, Identity and Names: Understanding the Pursuit of Individual in Prosopography" incluído no volume 13 da série *Prosopographica et Gnealogica* dedicado precisamente ao tema da prosopografia: K. S. B. Keats-Rohan (ed.) *Prosopography - Approaches and Applications. A Handbook* (Oxford: Occasional Publications of the Unit for Prosopographical Research, 2007), pp. 139 – 181 (<http://prosopography.modhist.ox.ac.uk/images/06%20KKR.pdf.pdf>, 5/6/2013). Para uma revisão crítica dos diferentes conceitos e correntes de prosopografia e da sua utilização como técnica instrumental na história e na sociologia, veja-se, Lawrence Stone, "Prosopography", *Daedalus*, 100, 1 (1971), 46 – 79. Para um estudo de caso mais recente aplicado ao contexto português onde, também, se pode encontrar uma revisão da literatura, veja-se Nuno Camarinhas, *Juízes e administração da justiça no Antigo Regime. Portugal e o império colonial, séculos XVII e XVIII* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/ FCT, 2010).

<sup>2</sup> Robert K. Merton, *Science, Technology and Society in Seventeenth-Century England* (New York: Howard Fertig, 2001).

<sup>3</sup> Sobre o ressurgimento dos estudos prosopográficos na história da ciência, na década de setenta e posteriores ramificações, veja-se Steven A. Shapin, "The Pottery Philosophical Society, 1819 – 1835: An Examination of Cultural Uses of Provincial Science", *Social Studies of Science*, 2 (1972), 311 – 336, Steven A. Shapin, Arnol Thackray, "Prosopography as a Research Tool in History of Science: The British Scientific Community 1700 – 1900", *History of Science*, xi (1974), 1 – 28, Arnold Thakray, "Natural Knowledge in Cultural Context: The Manchester Mode", *The American Historical Review*, 79, 3(1974), 672 – 709, Clark A. Elliot, "The American Scientist in Antebellum Society: A Quantitative View", *Social Studies of Science*, 5 (1975), 93 – 108, Lewis Pyenson, "Who the Guys Where": Prosopography in the History of Science, *History of Science*, xv (1977), 155 – 188, James E. McClellan III, "The Académie Royale des Sciences, 1699 – 1793: A Statistical Portrait", *Isis*, 72, 4 (1981), 541 – 567, Ian Inkster, "Cultural Enterprise: Science, Steam Intellect and Social Class in Rochdale circa 1833 – 1900", *Social Studies of Science*, 18 (1988), 291-330 e John Gascoigne, "The Eighteenth-Century Scientific Community: A Prosopographical Study", *Social Studies of Science*, 25 (1995), 575 – 581.

elites sociais, culturais e políticas de modo a detetar e caracterizar filiações políticas, a circulação de títulos nobiliárquicos, a partilha de concepções e contextos culturais, a constituição de afinidades grupais, culturais, científicas ou profissionais, etc.<sup>4</sup>.

A utilização de algumas das técnicas prosopográficas permitir-nos-á efetuar, neste capítulo, o mapeamento das linhas de circulação e de promoção socioprofissional que atravessam a ACL, sustentado por um conjunto de indicadores de natureza social, profissional e disciplinar. Este empreendimento levar-nos-á à compreensão dos processos de articulação da ACL enquanto instituição de produção, organização e validação do conhecimento científico - criada em Portugal nos finais do Antigo Regime em transição para o Liberalismo - com a ACL tomada como instância de legitimação cultural e social e, ao mesmo tempo, como veículo privilegiado de expressão de uma elite letrada ávida de contribuir com novas propostas de natureza científica, técnica ou literária.

Dois estudos constituíram uma inspiração e, ao mesmo tempo, uma referência da qual nos afastamos para construir a nossa própria perspetiva objetivada na ACL. São

---

<sup>4</sup>Não cabe aqui fazer uma revisão historiográfica das abordagens prosopográficas levadas a cabo pelos historiadores portugueses mas tão só restringir essas referências aos contextos cronológicos que constituem objeto desta tese. Para além do trabalho acima referido de Nuno Camarinhas e no caso da história social e política da transição do Antigo Regime para o Liberalismo, em Portugal, saliente-se, de entre outros, Nuno Gonçalo Monteiro, “Notas sobre Nobreza, Fidalguia e Titulares nos finais do Antigo Regime”, *Ler História*, 10 (1987), 15- 53, Maria Alexandre Lousada, “D. Pedro ou D. Miguel? As opções políticas da nobreza titulada portuguesa”, *Penélope*, 4 (1989), 82 – 118 e Luis Espinha de Silveira, “Revolução liberal e pariatato (1834 – 1842)”, *Análise Social*, XXVII, 116/117 (1992), 329 – 353; na história das ciências em Portugal cabe aqui salientar os estudos de Ana Simões, Ana Carneiro e Maria Paula Diogo, “Constructing Knowledge: Eighteenth-Century Portugal and the New Sciences”, in Kostas Gavroglu (ed.), *Archimedes*, 2(1999), 1 – 41, Ana Carneiro, Ana Simões e Maria Paula Diogo, “Enlightenment Science in Portugal: The “Estrangeirados” and their Communication Networks”, *Social Studies of Science*, 30, 4 (2000), 591 – 619, Maria Paula Diogo, Ana Carneiro e Ana Simões, “Ciência portuguesa no iluminismo: os estrangeirados e as comunidades científicas europeias”, in J. Arriscado Nunes e M. Eduarda Gonçalves (orgs), *Enteados de Galileu? A semiperiferia no sistema mundial da ciência* (Lisboa: Edições Afrontamento, 2001), pp. 209 – 238.

eles o estudo de Daniel Roche, *Le siècle des lumières en province* (1978), sobre as academias de província francesas do século XVIII e o estudo estatístico de James McCellan, “The Académie Royale des Sciences, 1699 – 1793: A Statistical Portrait” (1981), sobre os académicos da Académie Royal des Sciences de Paris<sup>5</sup>. Teremos oportunidade de a eles nos referir mais adiante mas, por agora, torna-se pertinente salientar uma característica que lhes é comum e, ao mesmo tempo, os distancia da nossa abordagem. Apesar de se referirem a um longo intervalo temporal, o século XVIII, aqueles autores desconsideram a componente temporal das suas abordagens, não tirando as devidas consequências acerca da natureza intrinsecamente diacrónica dos parâmetros estatísticos que suportam as suas conclusões. Essa abordagem estática elide, por detrás do aparato estatístico e/ou da análise sociológica, um marcador que é determinante no inquérito histórico, a saber, o tempo.

O percurso da ACL aqui analisado decorre nos finais convulsivos do Antigo Regime, passando pelas invasões francesas, revolução liberal, guerra civil e acabando na instauração da monarquia constitucional. Não há como ocultar, por detrás de uma aparente e persistente neutralidade institucional, o modo como o corpo académico se foi modificando ao longo desse tempo convulso e se foi modulando o quadro programático da ACL. Uma das vias de abordagem destas modificações e modulações passa por dar conta do carácter diacrónico das marcas social, profissional e disciplinar do corpo académico da ACL. É a esse trabalho que nos propomos de seguida.

---

<sup>5</sup>Daniel Roche, *Le siècle des lumières en province*, tome I et II (Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1978) e James McClellan III, *op. cit.* (4).

## **2.1 – Dados, fontes e método**

A construção de um conjunto de parâmetros sobre os quais se possam tirar conclusões quanto ao perfil social, profissional e disciplinar dos sócios da ACL entre 1780 e 1834 obriga, para além do seu completo enumeramento, à existência de um conjunto de informações biográficas fiáveis sobre cada um dos sócios.

A dispersão das fontes, o carácter avulso da informação aí contida e, ainda, a escassez de informação biográfica acerca de alguns sócios implicaria uma tarefa de pesquisa, cruzamento e confrontação de dados que não se compadece com qualquer iniciativa individual. A solução encontrada passou pela determinação de uma amostra do universo dos sócios da ACL neste período, sobre a qual se procedeu ao estudo da evolução do seu perfil socioprofissional. Os resultados e linhas de tendência obtidos devem ser, assim, entendidas como indicadores globais dessa evolução. O critério não foi, portanto, o do recenseamento estatisticamente exaustivo mas sim o da amostragem tendo em vista a obtenção de tendências globais para uma relativamente longa extensão temporal.

Sobre um universo de cerca 521 académicos recrutados entre 1780 e 1834 foi aplicada uma grelha cronológica com um período de dez anos e balizada entre 1780 e 1831. Dez anos é um intervalo considerado como o mais adequado para detetar eventuais flutuações no corpo académico e, ao mesmo tempo, dar conta das alterações induzidas na ACL pelas perturbações sociais e políticas ocorridas neste período marcado pelas invasões francesas, a revolução liberal e a guerra civil. O facto de não haver listas de sócios publicadas para todos os anos fez com que, na amostra assim obtida, faltassem as listas de sócios da ACL dos anos de 1780 e 1810. Se, no caso de 1780, foi possível determinar a constituição do corpo académico a partir da informação disponível, no

caso de 1810 tal tarefa revelou-se de resultados pouco fiáveis pelo que se optou por utilizar as listas de 1807 e 1812 como referência. Por outro lado, após 1831, a ACL apenas publicou uma lista dos seus sócios em 1838, já configurada pelas alterações estatutárias de 1834. Como veremos adiante, esta alteração estatutária veio alterar, em parte, os pressupostos, em vigor desde 1780, de recrutamento dos sócios livres, correspondentes e estrangeiros. O nosso estudo terá pois como baliza temporal o ano de 1831 sem, contudo, nos determos rigidamente nesta data podendo ir até 1838 sempre que tal se mostre conveniente e possível.

Tomámos como ponto de partida o recenseamento e análise do corpo académico fundador, isto é, dos 158 associados que em 1780 integravam a ACL. A informação daí recolhida foi sistematizada e analisada de acordo com as seguintes variáveis: tipo de sócio, estatuto social, formação - quando disponível, ocupação profissional/áreas de interesse, produção literária/científica, e localização geográfica. Procedeu-se depois a uma análise diacrónica desse mesmo corpo, de 1780 a 1831, tendo em conta algumas das variáveis atrás listadas, nomeadamente, o estatuto social, a ocupação profissional, áreas de interesse e a geografia. As linhas de evolução obtidas sobre a amostra descrita permitir-nos-ão tirar conclusões acerca dos processos de circulação e promoção na ACL, sobre a evolução do perfil socioprofissional dos seus académicos, e esclarecer o percurso programático da Academia.

No nosso caso, a inexistência de um catálogo ou dicionário biográfico de sócios da ACL levou a que recorrêssemos a um conjunto de fontes avulsas e dispersas em suportes de natureza diversa<sup>6</sup> – manuscritos, impressos, internet e outros suportes

---

<sup>6</sup> Tal não é o caso de duas das academias mais paradigmáticas, a Académie des Sciences de Paris e a Royal Society of London, cujos registos biográficos dos seus associados se encontram publicados, respectivamente, no *Index biographique des membres et correspondants de*

digitais. A determinação dos sócios da ACL e a sua indexação social e profissional foi em grande parte feita com base no *Almanaque de Lisboa*, nas *Ephemérides Náuticas*, e nas *História e Memórias da Academia Real das Ciências*, apesar de omissas para alguns intervalos temporais e de nem sempre coincidirem nos detalhes.

A primeira vez que surgiu publicada uma lista de sócios da Academia foi no *Almanaque de Lisboa para o ano de 1785*, impresso na tipografia da Academia Real das Ciências de Lisboa<sup>7</sup>. Nessa lista, os sócios surgem ordenados em dois grupos. No primeiro grupo estão os “sócios de todas as classes por ordem alfabética”, sem qualquer distinção entre sócios honorários, estrangeiros, efetivos e supranumerários ou livres. No segundo grupo estão os sócios “correspondentes da Academia”. Haveria de ser assim até 1789, inclusive. Só no ano seguinte, em 1790, cerca de dez anos após a fundação da Academia, é que o *Almanaque* publicaria a lista detalhada dos seus sócios distribuídos pelas diferentes ordens e classes que a compunham. A não discriminação dos sócios da ACL, nas listas publicadas, segundo as ordens a que pertenciam, coincide com o período em que Luís António Furtado de Castro do Rio de Mendonça e Faro (1754 -1830), 6º visconde de Barbacena, desempenhou as funções de secretário da Academia. Barbacena foi eleito secretário da ACL na assembleia particular de 19 de Janeiro 1780 e como tal permaneceu até Novembro de 1787, altura em que foi nomeado governador da capitania de Minas Gerais, para onde partiu em Janeiro de 1788<sup>8</sup>. O visconde de

---

*l'Académie des Sciences de 1666 a 1954* (Paris: Gauthier-Villars, 1939-1954) e no <http://royalsociety.org/library/collections/biographical-records/> (11/6/2013). Sobre a Royal Society veja-se ainda a abordagem prosopográfica temporalmente limitada entre 1666 e 1700 de Michael Hunter, *The Royal Society and its Fellows (1600 – 1700). The morphology of an early scientific institution* (Oxford: The British Society for the History of Science / The Alden Press, 1994).

<sup>7</sup>*Almanach de Lisboa para o ano de MDCCCLXXXV* (Lisboa: Na Officina da Academia Real das Ciências, 1785), pp. 39 – 56, doravante referido como *Almanaque*.

<sup>8</sup> BACL, série azul, ms 925, transcrito em Cristóvão Aires, *Para a História da Academia das*

Barbacena era defensor de uma proposta de alteração do *Plano de Estatutos*, inspirada no exemplo da Académie Française, e que consistia em fundir as três ordens de sócios existentes – honorários, efetivos e supranumerários – num só corpo de sessenta sócios efetivos, distribuídos igualmente e apenas por duas classes, a de Ciências e a de Belas Letras. Segundo Barbacena, esta nova organização teria a vantagem de não só se abolirem as invejas e disputas já existentes sobre o merecimento de cada um estar colocado na ordem de sócios que lhe foi atribuída, como tornaria o governo da Academia menos despótico uma vez que esta passaria a ser governada por uma Junta ou Comissão eleita por todos os sócios. A proposta teve a oposição de Domingos Vandelli e de José Monteiro da Rocha, Barbacena acabou por retirá-la e o *Plano* acabou por vingar tal como tinha sido inicialmente aprovado<sup>9</sup>.

O facto de as listas terem sido publicadas, de 1785 a 1789, sem que os sócios viessem aí diferenciados pelas ordens a que pertenciam pode ser lido como resultado da teimosia de Barbacena em fazer vingar a sua posição sobre este assunto. No ano a seguir à saída de Barbacena para o Brasil onde foi assumir o cargo de Governador Geral de Minas Gerais, com Correia da Serra no lugar de secretário da Academia, as listas seriam já publicadas com os sócios arrumados nas diferentes ordens. O *Almanaque* continuaria a publicar a lista detalhada dos sócios, embora com interrupções, até 1823<sup>10</sup>.

---

*Sciências de Lisboa* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1927), pp. 20; *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, nova série, vol. XXXI, Março/Abril, 1959 (Lisboa: Academia das Ciências, 1959), pp. 129-136 e também o processo académico do visconde de Barbacena.

<sup>9</sup> São quatro as cartas de Barbacena a Vandelli em que aquele se refere, entre outros assuntos, à sua proposta de alteração do *Plano de Estatutos*: BACL, Série azul, ms. 241, cartas 37 a 40. Estas estão transcritas em Cristóvão Aires, *Idem*, pp. 516 – 519.

<sup>10</sup> Publicaram-se no *Almanaque* as listas de sócios da ACL, ininterruptamente, entre 1785 e 1800. A partir daqui, os anos em que houve publicação foram 1802, 1803, 1805, 1807, 1812, 1814, 1817, 1820 e 1823.

Para além do *Almanaque*, começariam também a surgir numa outra publicação da Academia, as *Ephemerides Nauticas*, a partir do seu primeiro número, em 1788, a “Lista das pessoas de que se compõem Academia Real das Sciencias”<sup>11</sup>. A lista das *Ephemerides* distinguia as diferentes ordens de sócios com a particularidade de agrupar os sócios correspondentes ou “correspondentes do número” de acordo com os seus interesses profissionais, atribuindo a correspondência com estes sócios a um sócio efetivo da mesma área profissional. Assim, a correspondência com os astrónomos estava a cargo de Custódio Gomes de Villas-Boas (1744 – 1808); a dos matemáticos, também chamados de géometras, a cargo de Francisco de Borja Garção Stockler (1759 – 1829); a dos médicos a Manuel Luís Alvares de Carvalho (1751 – 1825); e a correspondência com os restantes sócios era distribuída ao secretário da Academia. Esta especificidade apenas se manteve durante os três primeiros anos da publicação, não se mantendo nos números seguintes. As listas foram sendo publicadas anualmente nas *Ephemerides* até 1796.

A terceira fonte impressa onde surgiram publicadas relações completas dos sócios da Academia foram as *História e Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa* cujos tomos passaram a incluir – embora de modo descontínuo - a partir do tomo V, parte I, publicado em 1817, uma lista dos sócios da Academia Real das Ciências.

Apesar desta diversidade de fontes impressas onde aparecem publicadas as listas de sócios da Academia Real das Ciências, períodos houve em que não se verificou a publicação de lista alguma. Para além dos anos intercalares em que tal ausência se

---

<sup>11</sup>*Ephemerides Nauticas ou Diario Astronomico para o anno de 1790 calculado para o Meridiano de Lisboa e publicado por Ordem da Academia Real das Sciencias por Custodio Gomes Villas-Boas* (Lisboa: Na Officina da mesma Academia, 1789). As *Ephemerides* iniciaram a sua publicação anual em 1788 a qual prosseguiria até 1862, com uma interrupção entre 1810 e 1820.

verificou, os períodos mais longos em que não ocorreu publicação alguma foram 1780/84, 1809/11, 1815/16, 1821/22 e 1828/34<sup>12</sup>.

A confrontação destas listas com o registo em base digital, em *Excel*, disponibilizada pela Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa (BACL), de todos os sócios da ACL e respetiva data de recrutamento, permitiu determinar o número total de sócios da ACL recrutados entre 1780 e 1834: 521, nos quais se incluem os 158 sócios que constituíram o primeiro corpo académico da ACL logo no ano da sua fundação.

A internet - através do seu motor de pesquisa Google - as enciclopédias, os dicionários biográficos e bibliográficos constituíram as portas de acesso a outros textos e recursos de apoio à pesquisa da informação biográfica necessária<sup>13</sup>. Os arquivos da ACL, nomeadamente os manuscritos do Arquivo da Academia das Ciências de Lisboa (AHCACL), os manuscritos da Série Azul e impressos da Biblioteca da Academia das

---

<sup>12</sup>Os anos intercalares em que não houve publicação de listas de sócios foram: 1801, 1804, 1806, 1813, 1824 e 1826.

<sup>13</sup>Para além das diversas biografias avulsas existentes sobre alguns académicos deve aqui salientar-se, dos dicionários biográficos, o incontornável *Diccionario Bibliographico Portuguez* de Inocêncio Francisco da Silva e Brito Aranha, disponível em CD desde 2001 numa edição da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e doravante referido como *Inocêncio* quando tal for considerado conveniente. Todos os dados biográficos sem indicação explícita das fontes de onde foram recolhidos devem ser tacitamente considerados como recolhidos de *Inocêncio*. Complementarmente, foi também de grande utilidade O *Diccionario Popular Historico, Geographico, Mythologico, Biographyco, Artistico, Bibliographico e Litterario* (Lisboa: Lallement Frères, 1876 – 1886) de Manuel Pinheiro Chagas bem como a edição para a internet do *Diccionario Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico* de Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues (<http://www.argnet.pt/diccionario/>.) Para os académicos luso-brasileiros, O *Diccionario de Autores no Brasil Colonial* (Lisboa: Edições Colibri, 2010), 2ª edição, de Palmira Morais Rocha de Almeida, permitiu colmatar algumas das lacunas dos dois dicionários atrás referidos. Já quanto às enciclopédias, duas são de salientar aqui: a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (Lisboa / Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1960) e a *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura* (Lisboa: Editorial Verbo, 1963/1995). A recolha de informações sobre os académicos membros da nobreza titulada e fidalgos teve como fonte Albano Silveira Pinto e Sanches de Baena, *Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal*, 2 vols. (Lisboa: Francisco Arthur da Silva, 1883 / 1890) bem como Afonso Zuquete, *Nobreza de Portugal e do Brasil*, 3 vols. (Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1960) e ainda Nuno Gonçalo Pereira Borrego, *Mordomia-Mor da Casa Real. Foros e Ofícios (1755 – 1910)* (Lisboa: Tribuna da História, 2007).

Ciências de Lisboa, bem como os processos de académicos, permitiram o cruzamento de informações sobre o percurso biográfico dos sócios.

## 2.2 – Recrutamento e mobilidade

O desenho da configuração social da ACL coloca, à partida, o problema da escolha de uma grelha taxonómica que, de algum modo, dê conta e sistematize a natureza social do recrutamento académico. A aplicação simples duma taxonomia trinitária – clero, nobreza e terceiro estado – usualmente indexada à sociedade do Antigo Regime, revela-se algo redutora quando se percebe que, nos finais do século XVIII, nem existia uma delimitação social tão rígida entre cada uma daquelas categorias, nem a referida grelha dava conta da complexidade do tecido social da altura<sup>14</sup>. Um exemplo desta complexidade é o facto de a profissão e o estatuto social estarem de tal modo imbricados que, muitas vezes, o exercício de certas profissões implicava um determinado estatuto social, nobilitando ou não quem o exercia, e vice-versa - o desempenho de algumas funções estava dependente e reservado apenas a determinadas categorias sociais<sup>15</sup>.

---

<sup>14</sup> Sobre os diferentes tipos de nobreza, e fidalguia e seus privilégios veja-se Luis da Silva Pereira Oliveira, *Privilegios da Nobreza, e Fidalguia de Portugal* (Lisboa: Nova Officina de João Rodrigues Neves, 1806). Sobre a sociedade das ordens e estatuto nobiliárquico no Antigo Regime veja-se, de Nuno Gonçalo Monteiro, “Notas sobre a Nobreza, Fidalguia e Titulares nos Finais do Antigo Regime”, *Ler História*, 10 (1987), 15 – 53 e “Poder senhorial, estatuto nobiliárquico e aristocracia”, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal – O Antigo Regime*, volume IV (Lisboa: Circulo de Leitores, 1993), pp. 333 – 379..

<sup>15</sup> Os cargos superiores da Casa Real ou alguns dos ofícios superiores da administração pública – Conselho da Fazenda, Conselho Ultramarino, Junta dos Três Estados, etc. - estavam reservados aos membros da nobreza titulada ou da nobreza de corte. Por outro lado, os ofícios da magistratura, ou os ofícios da Casa Real desde que não mecânicos, conferiam nobreza, a chamada nobreza civil, a quem os desempenhasse; o mesmo acontecia a quem adquiria o grau de bacharel, licenciado ou doutor por alguma das Faculdades da Universidade de Coimbra: teologia, direito canónico e civil, medicina, filosofia e matemática. Os negociantes de grosso trato – alguns dos quais foram feitos barões, fidalgos ou conselheiros da Real Fazenda - os donos, capitães e pilotos de navios, podiam também ser elevados à dignidade de cavaleiros das ordens

O facto, assinalado por Monteiro, de a nobreza portuguesa, nos finais do Antigo Regime, ser caracterizada, para além da sua estratificação tripartida, por uma “espantosa fluidez nas fronteiras do seu escalão inferior”,<sup>16</sup> permite-nos sugerir a generalização dessa fluidez associando-a a um processo de circulação social e simbólica concomitante às três ordens de tal modo que provoque, ao longo do tempo, a emergência de novas estratificações sociais quer no interior de cada uma daquelas ordens, quer em cada uma das fronteiras entre elas. O “estado do meio” referido por alguns historiadores como caracterizando um estatuto social situado entre a nobreza e a plebe, em resultado da emergência de novas funções sociais, é apenas um exemplo desse processo de circulação social e simbólica<sup>17</sup>.

A aplicação deste esquema trinitário confronta-se ainda com outras questões associadas ao facto de o período que abordamos ser uma época de acentuadas transformações políticas e sociais indexadas a fenómenos de elevada mobilidade social e política. Na decorrência das guerras peninsulares e, fundamentalmente, a partir da década de 1820, verifica-se a emergência de uma nova elite política marcada quer por processos inflacionários de nobilitação política, quer também pela ascensão à esfera dos altos cargos da administração dum burguesia letrada cuja formação havia maioritariamente decorrido na Universidade de Coimbra. Este contexto irá depois transparecer na estrutura societária da ACL, nomeadamente no perfil social dos seus sócios honorários os quais, estatutariamente, deveriam ser escolhidos entre as “Pessoas

---

militares. A riqueza, desde que considerável e antiga, também era passível de ser nobilitada; já a riqueza recente, ou limitada, apenas possibilitava a passagem do estado plebeu ao estado médio, isto é, entre a nobreza e a plebe (Pereira Oliveira, *op. cit.* (14), pp. 96, 97 e 111 – 113 e 115 – 120).

<sup>16</sup> Nuno Monteiro, “Notas sobre a nobreza...”, *op. cit.* (14), 44 – 46.

<sup>17</sup> Nuno Monteiro, “O poder Senhorial...”, *op. cit.* (14), pp. 334 e 335.

condecoradas com as maiores Dignidades e Empregos do Estado”<sup>18</sup>.

A fluidez atrás referida torna-se evidente quando se trata de indexar socialmente os académicos cuja proveniência não era a nobreza titulada, ou da corte, nem o alto clero ou o clero letrado. Alguns desses académicos - bacharéis, licenciados ou doutorados na Universidade de Coimbra - cabendo todos na categoria genericamente designada de letrados e não exercendo ofícios mecânicos, não pertenciam, portanto, ao chamado Terceiro Estado. De acordo com o ordenamento jurídico e social da época eles faziam parte da “nobreza civil proveniente das Sciencias, e dos Grãos Academicos”.<sup>19</sup> Havia, no entanto, outros académicos que, não podendo ser considerados nobres uma vez que, sendo letrados, não adquiriram os graus académicos atrás referidos, gozavam dos privilégios da nobreza; estavam neste caso os professores régios de Gramática e Retórica, os professores de Filosofia e os professores e substitutos da Aula de Desenho.<sup>20</sup> Estes, “e se há mais alguns semelhantes”, são os chamados “privilegiados”, “gozam do privilegio de nobres mas não adquirem nobreza”<sup>21</sup>.

Aos nobres, fidalgos, clérigos, militares, magistrados, governantes, professores, naturalistas, engenheiros, botânicos, cirurgiões, médicos e historiadores que partilhavam a mesma condição de sócios da ACL correspondia também um lugar na hierarquia académica. Importa agora determinar o modo como esta heterogeneidade socioprofissional se articulou na construção dessa hierarquia académica e de que modo este processo foi instrumental no projeto de produção e organização do conhecimento científico levado a cabo pela ACL na transição do Antigo Regime para Monarquia

---

<sup>18</sup>*Plano*, §6, p. 8.

<sup>19</sup>Luis Oliveira, *op. cit.* (14), pp. 67 – 81.

<sup>20</sup>*Ibidem*, p. 164.

<sup>21</sup>*Ibidem*, pp. 168 e 169.

Constitucional.

## 2.2.1 - Sócios Honorários

### 2.2.1.1 - Recrutamento

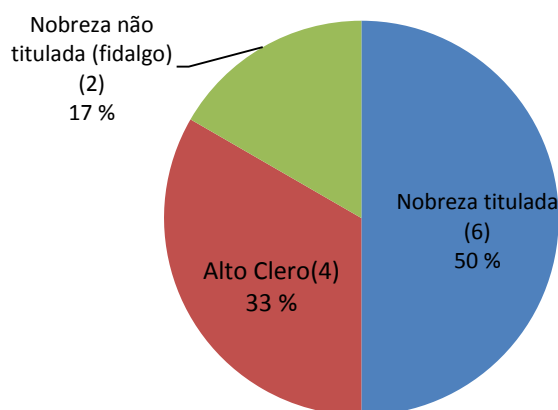
De acordo com o *Plano de Estatutos*, os sócios honorários eram recrutados de entre as “Pessoas condecoradas com as maiores Dignidades e Empregos do Estado” cuja “autoridade e respeito” contribuíssem para o “esplendor e prosperidade” da Academia, na mesma proporção que a “aplicação e trabalho” dos sócios efetivos.<sup>22</sup> Dos doze sócios honorários da ACL eleitos na primeira assembleia particular de 16 de Janeiro, 6 (50%) pertenciam à nobreza titulada, 4 (33%) ao alto clero e 2 (17%), sendo fidalgos não titulados, deviam contudo a sua presença no grupo dos honorários às funções governativas por eles desempenhadas na altura (Gráfico 2.1). Martinho de Melo e Castro (1716 – 1795), moço-fidalgo, neto do 4º conde de Galveias, apesar de não ser titulado, fazia parte da aristocracia setecentista e era ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos;<sup>23</sup> e Aires de Sá e Melo (1690? –

---

<sup>22</sup>*Plano*, §VI, p. 6. Estavam ainda previstos serem recebidos como honorários além do número algum “Príncipe ou Soberano estrangeiro” que quisesse “honrar a Sociedade com o seu nome”.

<sup>23</sup> Sobre Martinho de Melo e Castro veja-se Virgínia Maria Trindade Valadares, *A Sombra do Poder: Martinho de Melo e Castro e a Administração da Capitania de Minas Gerais (1770-1795)*, Dissertação de Mestrado (Lisboa: Faculdade Letras da Universidade de Lisboa, 1997). Desde ainda antes da década de 1780 que Melo e Castro, ministro de Pombal, primeiro, e depois de D. Maria I, encabeçou uma rede burocrático--administrativa de contactos entre alguns governadores e capitães gerais no Brasil e a Coroa portuguesa, através da qual decorreu um processo de recenseamento, coleção e circulação de “produtos, e notícias pertencentes à história da natureza”, bem como das viagens filosóficas levadas a cabo - sob sugestão e aconselhamento de Domingos Vandelli, por alguns dos naturalistas, ex-alunos deste, formados na Universidade de Coimbra e posteriormente feitos sócios da ACL (William Joel Simon, *Scientific Expeditions in the Portuguese Overseas Territories (1783 – 1808)* (Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1983). Melo e Castro foi também o responsável, enquanto secretário de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos entre 1770 e 1795, pela gestão política e administrativa do processo de demarcação dos limites do Brasil decorrentes da assinatura do tratado de St. Ildefonso (1777) (Ângela Domingues, *Viagens de exploração geográfica na Amazônia em finais do século XVIII: política, ciência e aventura*

1786), filho e neto de familiares do Santo Ofício, era também familiar do Santo Ofício, fidalgo da Casa Real e desempenhava, na altura, as funções de ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra.



**Gráfico 2.1- Composição social dos sócios honorários da ACL (1780).**

As fronteiras desta configuração social não eram estanques uma vez que, no caso de alguns honorários, a condição de nobre ocorria em acumulação com a de membro do alto clero. D. Tomás de Almeida (1706 – 1786), principal Almeida, que tinha sido o primeiro Diretor Geral dos Estudos Menores, nomeado por Pombal em 6 de Julho de 1759 no âmbito da reforma dos estudos secundários,<sup>24</sup> era filho do 3º conde de Avintes, D. Luís de Almeida Portugal e partilhava a sua condição de membro do alto clero com a de fidalgo. O mesmo acontecia com D. Miguel Lúcio de Portugal e Castro (1722 – 1785), filho segundo de D. Francisco de Portugal e Castro - 2º conde de Valença e 8º conde de Vimioso – que sendo monsenhor da Igreja Patriarcal desempenhou também as funções de representante de Portugal na corte espanhola, em Madrid.

---

(Funchal: Centro de Estudo do Atlântico, 1991). Foi ainda feito sócio da Royal Society of London, eleito em 21 de Abril de 1757, sob proposta do médico português Jacob de Castro Sarmiento (1692 – 1762), quando desempenhava as funções de representante da Coroa portuguesa em Londres ([https://royalsociety.org/~media/Royal\\_Society\\_Content/about-us/fellowship/Fellows1660-2007.pdf](https://royalsociety.org/~media/Royal_Society_Content/about-us/fellowship/Fellows1660-2007.pdf) (31/10/2012)).

<sup>24</sup> António Alberto Banha de Andrade, *A reforma pombalina dos Estudos Secundários (1759 – 1771)* (Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1981 / 1984), pp.93 e segs.

A média de idades à data do recrutamento era de 63 anos, sendo o mais novo José António Bento de Menezes de Saldanha e Sousa (1738 - ? ) conde da Ponte, brigadeiro, gentil-homem e mordomo mor do rei, com 42 anos e o mais velho Aires de Sá e Melo que contava 90 anos à data do recrutamento. Nenhum destes honorários, à exceção de D. Miguel Lúcio de Portugal e Castro, fazia parte do grupo inicial dos 23 sócios fundadores que estiveram na origem da escolha e eleição do restante corpo académico. D. Miguel Lúcio de Portugal e Castro, tendo sido entretanto nomeado embaixador na Corte de Madrid, teve de deixar o seu lugar de efetivo da Classe de Belas Letras para que foi inicialmente destinado, tendo sido colocado como honorário em substituição do cardeal Patriarca que havia declinado o convite.<sup>25</sup>

#### **2.2.1.2 – Ofícios honoráveis**

Quatro (33 %) dos doze honorários ocupavam lugares no topo da hierarquia governativa. Para além dos referidos Martinho de Melo e Castro, e Aires de Sá e Melo, havia ainda Tomás Xavier Lima Teles da Silva (1727 – 1800), visconde de Vila Nova da Cerveira, que ocupava o cargo de ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino e D. Pedro José de Noronha Moniz e Sousa (1716 – 1788), 3º marquês de Angeja, que era presidente do Real Erário e ministro assistente ao despacho. Angeja era o representante de uma aristocracia colecionista setecentista; possuía no seu palácio da Junqueira um gabinete de história natural tendo planeado a construção, no palácio do Monteiro-Mor, no Lumiar, de uma “Casa da Historia Natural” agregada a um jardim botânico para a planificação do qual contou com a colaboração de Domingos Vandelli

---

<sup>25</sup> AHCACL, Livro 26 B, *Actas das Assembleias da Academia das Sciencias de Lisboa – 10 de Janeiro de 1780 a 11 de Fevereiro de 1810*, “Minuta das Resoluções da Academia das Ciências na Assembleia particular de 22 de Maio de 1780”.

(1730 – 1816).<sup>26</sup> Angeja recebeu, de Vandelli e Ribeiro Sanches (1699 – 1783), o epíteto de protetor da botânica e da história natural e Correia da Serra, no seu elogio histórico referiu-se e à sua coleção de história natural como “a primeira collecção que entre nós houve”<sup>27</sup>.

Todos estes sócios honorários ocupavam-se nos ofícios superiores da Casa Real - gentil-homem, mordomo-mor ou confessor da rainha - da administração pública ou do exército, nomeadamente, conselheiro da Fazenda e da Guerra, deputado da Junta dos Três Estados, censor, ministro e secretário de Estado, conselheiro da Guerra, brigadeiro e tenente General (Tabela 2.1).

<b>Ofícios da Administração Pública</b>	<b>Nº</b>	<b>Ofícios na Casa Real</b>	<b>Nº</b>
Ministro/Secretário de Estado	3	Gentil-homem da câmara do Rei	5
Ministro assistente ao Despacho	1	Estribeiro-mor	1
Presidente do Real Erário	1	Mordomo-mor	1
Gabinete do Despacho	1	<b>Exército</b>	
Conselheiro de Guerra	2	Capitão General	1
Inquisidor-Geral	1	Tenente General	1
Deputado da Junta dos Três Estados	2	Brigadeiro	2

**Tabela 2.1– Estrutura profissional dos sócios honorários da ACL (1780).**

Cerca de 67% (8) dos honorários ocupavam-se também nos ofícios superiores na administração pública, seguidos pelos ofícios na corte (58%) e no exército (25%). Na

<sup>26</sup> Sobre este tema bem como sobre os contactos do marquês de Angeja com alguns naturalistas portugueses e estrangeiros veja-se João Carlos Pires Brigola, *Colecções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2003), pp. 370 – 380.

<sup>27</sup> *Ibidem*, p. 374. Abade Correia da Serra, “Elogio do senhor marquez de Angeja. 13 Maio 1788”, ANTT, *Arquivos Particulares*, Abade Correia da Serra, Caixa 2B, A 37. ([http://chcul.fc.ul.pt/correia\\_da\\_serra/transcricoes/IAN-TT\\_Arg\\_Part\\_Correia\\_da\\_Serra.Cx\\_2B-A37.1788.pdf](http://chcul.fc.ul.pt/correia_da_serra/transcricoes/IAN-TT_Arg_Part_Correia_da_Serra.Cx_2B-A37.1788.pdf) (2 /4/2012)).

maioria dos casos, esses ofícios eram ocupados cumulativamente, sendo frequente encontrar-se no mesmo académico a acumulação de ofícios da casa real com ofícios da administração pública e/ou do exército (Tabela 2.2)<sup>28</sup>.

	Nº	%	Exército (I)	Ofícios da Casa Real (II)	Ofícios da Administração Pública (III)	II e I	III e II	III, II e I
<b>Nobreza Titular</b>	6	50	3	5	4	2	3	1
<b>Alto Clero</b>	4	33	-	2	2	-	1	-
<b>Fidalguia</b>	2	17	-	-	2	-	-	-
<b>TOTAL</b>	12	100	25%	58%	67%	3	4	1

**Tabela 2.2 – Distribuição socioprofissional dos sócios honorários da ACL (1780).**

Estes académicos exemplificavam também uma elite nobilitada, letrada e órfã de um paradigma académico construído em torno das academias literárias seiscentistas/setecentistas de inspiração barroca cujas propostas, maioritariamente literárias e históricas, nos finais de setecentos, eram já dadas como ultrapassadas<sup>29</sup>. Não admira pois que grande parte deles (5 em 12, 42%) tenha sido membros de academias literárias anteriores, entretanto desaparecidas como a Academia dos Ocultos - Manuel Teles da Silva (1727 – 1789), 2º marquês de Penalva, D. Miguel Lúcio de Portugal e Castro e Martinho de Melo e Castro - ou a Academia Real da História, à qual também pertenceram, além dos dois primeiros, D. João José Ausberto de Noronha (1725 – 1804),

<sup>28</sup> O caso mais notório é o do 3º marquês de Angeja, D. Pedro de Noronha, que acumulava funções na casa real com funções no exército e – várias – na administração pública. Eis algumas: presidente do Real Erário, lugar-tenente de Sua Majestade, gentil-homem da Câmara, capitão general da Real Armada, conselheiro do Conselho da Guerra e do Gabinete e Despacho de S. Majestade, para além de membro de diversas ordens militares.

<sup>29</sup> Esta migração das academias literárias de inspiração barroca para a ACL já havia sido referida no capítulo anterior.

6º conde de S. Lourenço. Este, conjuntamente com Aires de Sá e Mello, foi ainda sócio da Academia Litúrgica de Ritos e História Eclesiástica<sup>30</sup>.

A presença dominante da nobreza e do alto clero no grupo dos sócios honorários constitui um traço genético da ACL enquanto instituição criada ainda nos finais do Antigo Regime. Esta intersecção entre a burocracia aristocrático-eclesiástica - nobreza titulada, fidalguia, alto clero e de membros do governo - e a ordem dos sócios honorários da ACL constituía um indício de um tráfego simbólico biunívoco. A burocracia aristocrático-eclesiástica via reconhecido e valorizado o seu estatuto cultural e simbólico por via da sua pertença, pública e publicitada, a uma Academia das Ciências, entendida esta como instância, legitimada pela Coroa, de produção e organização do conhecimento científico e literário. Em troca, a Academia das Ciências obtinha um reconhecimento do seu estatuto social e institucional através da inclusão dessa mesma burocracia aristocrático-eclesiástica nos seus corpos honorários.

### **2.2.1.3 – Um perfil em evolução**

Este predomínio da burocracia aristocrático-eclesiástica na ordem dos honorários acompanha de perto o perfil de algumas das academias francesas de província estudadas por Daniel Roche para o período de 1680 a 1789<sup>31</sup>. Conclusões

---

<sup>30</sup> António Alberto de Andrade, *Vernei e a cultura do seu tempo* (Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1966), p. 286.

<sup>31</sup> Daniel Roche, *Le siècle des lumières en province*, tome I, pp. 286, 287. Este autor usa uma taxonomia trinitária – clero, nobreza e terceiro estado – para caracterizar o estatuto social dos académicos. Uma ressalva deve, no entanto, ser aqui feita no que respeita à composição do que Roche designa por terceiro estado, para o contexto francês. Nesse terceiro estado, estão incluídos médicos, juristas, professores, engenheiros e militares, ou seja, profissões que, no contexto português e à luz do enquadramento jurídico da época, eram consideradas atividades não mecânicas e, portanto, passíveis de nobilitação. Por exemplo, e também como já referimos, os licenciados pela Universidade de Coimbra, ou os comerciantes de grosso trato, cabiam na categoria da nobreza civil. Trata-se duma especificidade da nobreza portuguesa caracterizada,

semelhantes, embora não coincidentes, tirou também James McClellan num outro estudo estatístico, agora apenas dedicado à caracterização dos académicos da Académie des Sciences de Paris<sup>32</sup>.

De acordo com os resultados encontrados por Daniel Roche, o terceiro estado está ausente, em média, em 9 (53%) das 17 academias recenseadas, ocupando aí a nobreza e o clero 84 e 16%, respetivamente, dos honorários<sup>33</sup>. O mesmo se verifica para a Académie des Sciences de Paris em que a nobreza e o clero constituem cerca de 80 e 18%, respetivamente, dos honorários.<sup>34</sup> Para estas academias, a proporção nobreza/clero é de cerca de 5 para 1, muito maior do que a que ocorre no caso da ACL, em que esta relação é apenas de 2 para 1.

Numa primeira leitura, as academias francesas evidenciam assim uma marca laicizante aparentemente mais acentuada, no que respeita à composição dos honorários, do que a própria ACL. A comparação torna-se, porém, mais esclarecedora se considerarmos a evolução do perfil social dos honorários da ACL para o período de que nos ocupamos, 1780 – 1834 (Gráfico 2.2). Globalmente, verifica-se que a contribuição do clero para a ordem dos honorários foi decrescendo, de 33 para 6%, ao longo dos primeiros cinquenta anos de funcionamento da ACL.

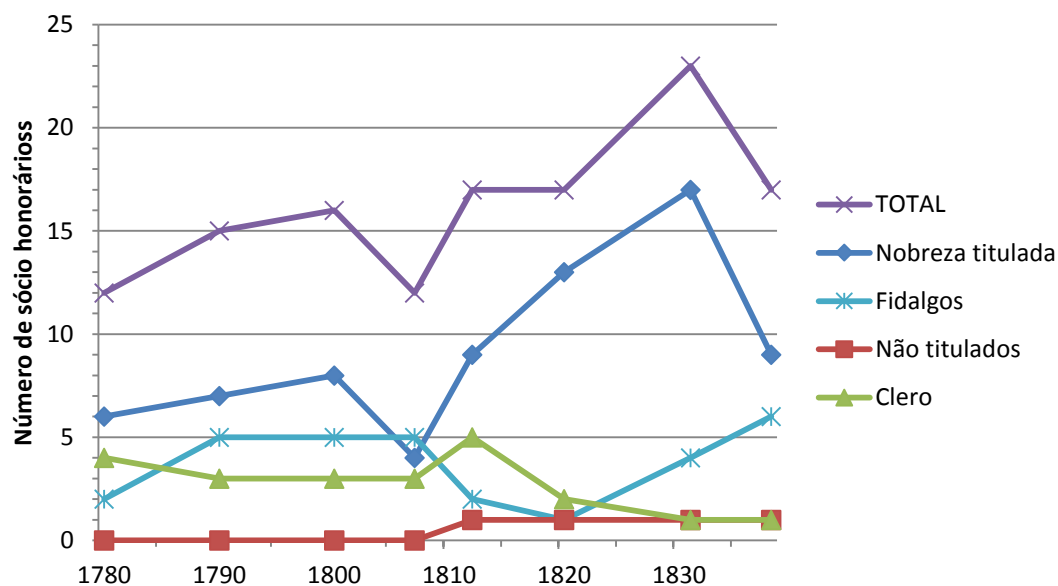
---

como já foi referido no início deste capítulo, por um alargamento e uma certa fluidez nas fronteiras do seu escalão inferior. Acresce ainda que os valores apresentados por Daniel Roche são valores globais para um intervalo que vai de 1680 a 1780, o que obriga a alguma cautela nas comparações dos perfis socioprofissionais entre a ACL e as academias estudadas por este autor. Decorre daqui uma arrumação de tipo diferente, no que respeita ao perfil socioprofissional dos académicos da ACL, da ensaiada por aquele autor francês para as academias francesas.

<sup>32</sup> James E. McClellan III, "The Académie Royale des Sciences, 1699 – 1793: A Statistical Portrait" *Isis* 72, 4 (1981), 556, 557.

<sup>33</sup> Daniel Roche, *Le siècle des lumières en province, op. cit.* (31), tome II, p. 215.

<sup>34</sup> McClellan III, *Idem*.



**Gráfico 2.2 – Evolução do perfil social dos sócios honorários da ACL (1780/1838).**

A relação nobreza/clero passou, assim, de 2/1, em 1780, para 16/1 nos finais da década de 1830, evidenciando um progressivo processo de secularização que se acentuou a partir da segunda década de oitocentos e a que não foram alheios os contextos políticos da revolução liberal e da guerra civil que se lhe sucedeu. Na lista de 1812 publicada no *Almanaque de Lisboa* os membros do clero (5) superam o conjunto (3) dos fidalgos e não titulados sendo, porém, inferior ao número de nobres titulados (9). No entanto, a partir daqui, verificar-se-á um novo e mais acentuado decréscimo da importância do clero na ordem dos honorários que se irá manter até 1838. O facto de o número de honorários clérigos ter aumentado nessa primeira metade da década de 1810 tem a ver com a ressaca das invasões francesas na qual algum alto clero teve um importante papel político aglutinador na resistência aos invasores franceses. Foram os casos do bispo do Porto D. António de S. José de Castro (1745 – 1814) e do principal Sousa, D. José António de Meneses e Sousa Coutinho (? – 1817), cuja relevância política se traduziu pela sua participação no Conselho de Regência - o que os habilitava,

estatutariamente, como sócios honorários da ACL - restabelecido após a Convenção de Sintra<sup>35</sup>.

A nobreza titulada manteve uma contribuição maioritária e crescente ao longo de todo o período em estudo com uma exceção que decorre entre 1800 e 1807, em que se verifica uma diminuição do número total de sócios honorários, sem que tenha havido a correspondente renovação. As oscilações no número de honorários verificada neste período de 1780/1834 devem-se, na sua grande parte, à conjugação da mortalidade com a rotatividade dos cargos ministeriais propiciada pelas sucessivas conjunturas políticas. Na década de 1830, é a elevada rotatividade dos cargos ministeriais que explica um pico no número dos honorários. Um ministro que entrasse para honorário da ACL aí permaneceria mesmo depois de abandonar o cargo ministerial.

Entre 1800 e 1807 a mortalidade dos honorários foi o fator dominante que determinou uma diminuição significativa destes sócios de 16 para 12 (Gráfico 2), por falecimento de 6 deles – um dos quais o duque de Lafões, presidente da Academia - tendo-se verificado apenas a entrada, neste período, de dois novos honorários, António de Araújo de Azevedo (1754 – 1817), futuro conde da Barca, e João Rodrigues de Sá e Melo (1755 – 1809), visconde de Anadia. Araújo de Azevedo era sócio correspondente da ACL e ministro plenipotenciário em S. Petersburgo quando regressa a Portugal ocupando o lugar de ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra em 6 de Junho de 1804<sup>36</sup>; Sá e Melo era sócio livre quando assumiu a pasta de

---

<sup>35</sup> Sobre as lutas políticas entre as diversas fações para o controlo do Governo da Regência da altura veja-se Francisco de la Fuente, *D. Miguel Pereira Forjaz (1769 – 1827), conde da Feira. O organizador da luta contra Napoleão* (Lisboa: Tribuna da História, 2011), pp. 63 – 118.

<sup>36</sup> Sobre o desempenho diplomático de António de Araújo de Azevedo enquanto negociador da paz entre Portugal e a França (Directório) em 1797 veja-se Eurico de Ataíde Malafaia, “António de Araújo de Azevedo – conde da Barca: personalidade exemplar de coragem e dignidade”, <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4416.pdf> (3/2/2013).

ministro e secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos em 13 de Janeiro de 1801. No período subsequente dá-se uma nova subida do número de titulados a que não foi alheia a entrada para a ordem dos honorários de 5 ingleses, a saber, o príncipe de Gales e futuro Jorge IV de Inglaterra, George Augustus Frederick (1762 – 1830), o duque de Sussex, Augustus Frederick (1773 – 1843), de Sir Arthur Wellesley (1769 – 1852), duque de Wellington e de Charles Stuart (1779 – 1945), ministro plenipotenciário da corte britânica em Lisboa, um dos governadores do reino nomeados por D. João VI, em 1810, e, posteriormente, feito conde do Machico (1825) e marquês de Angra (1826). Estes ingleses passaram a integrar a ordem dos sócios honorários a partir de 1810, em resultado do reconhecimento, por parte da ACL, do apoio inglês fornecido a Portugal nas guerras contra os invasores franceses, como foi o caso dos três primeiros, ou da sua entrada para o Conselho da Regência, no caso de Stuart<sup>37</sup>.

No grupo dos honorários não titulados em sentido lato podemos distinguir os fidalgos dos não titulados propriamente ditos. Estes não foram mais do que dois – Charles Stuart entre 1810 e 1825, altura em que foi feito conde do Machico, e Silvestre Pinheiro Ferreira (1769 – 1846), feito honorário em 6 de Fevereiro de 1823 – e tiveram um papel residual, enquanto grupo, na ordem dos honorários. Ferreira demitir-se-ia do cargo de Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e ausentar-se-ia do país pouco tempo depois da sua entrada como honorário, tendo regressado apenas em 1842. A sua relevância cultural e toda a sua produção literária decorreu à margem da ACL e o seu nome não consta, por razões ainda não esclarecidas, nas listas de foros e

---

<sup>37</sup> Vejam-se os discursos do então Secretário da ACL, João Guilherme Christiano Müller, “Discurso Historico pronunciado na Sessão Pública da Academia Real das Sciencias em 24 de Julho de 1810”, *Memorias de Mathematica e Physica da Academia Real das Sciencias de Lisboa* III (2), 1814, XIII e “Discurso Historico pronunciado na Sessão Pública da Academia Real das Sciencias em 24 de Junho de 1812”, *Idem*, III (2), 1814, XXIII – XXVII e XXX – XXXII.

ofícios da Casa Real<sup>38</sup>.

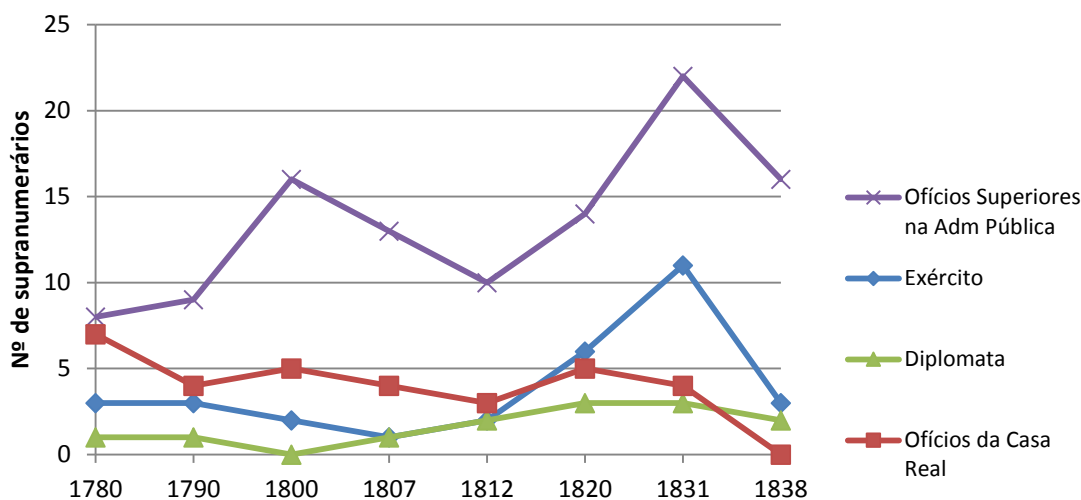
Os fidalgos constituíam um grupo da aristocracia não titulada que, até 1807, viriam a herdar os títulos das casas a que pertenciam. A exceção foi José de Seabra da Silva (1732 – 1813), doutor em leis pela Universidade de Coimbra, fidalgo por alvará régio de 1763,<sup>39</sup> que entrou como honorário em 1789 quando ocupou a pasta de Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino e nessa qualidade permaneceu mesmo depois de ter saído do governo.

O peso dos fidalgos não titulados na ordem dos honorários teve um período de decréscimo relativo entre 1807 e 1820, coincidente com um aumento do número de titulados. A partir da década de 1820, a nobreza titulada hereditária e fidalgos de sangue passaram a coabitar com uma nobreza titulada e fidalguia de fresca data; estes recém fidalgos e recém nobilitados - por serviços prestados na guerra peninsular ou outros serviços prestados à Coroa - constituíam uma elite letrada emergente que foi ocupando cargos de topo da hierarquia governativa como ministro, secretário de estado, deputado, conselheiro ou governador do reino.

---

<sup>38</sup> É bem possível que Silvestre Pinheiro Ferreira, tendo estado com a Corte no Brasil e aí assumido o cargo de ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, tenha também aí adquirido o foro de fidalgo. Segundo Nuno Gonçalo Pereira Borrego nem todos os foros concedidos no Brasil foram posteriormente registados na Torre do Tombo como determinava um Alvará de D. João V, de 27 de Janeiro de 1825, o que pode explicar a ausência de Ferreira nas listas de foros de fidalgo atualmente publicadas (Nuno Gonçalo Pereira Borrego, *op. cit* (13), p. 11.

<sup>39</sup>“Seabra da Silva, José”, <http://www.argnet.pt/dicionario/seabrasilvaj.html> (7/12/2012).



**Gráfico 2.3 – Evolução do perfil profissional dos sócios honorários da ACL (1780/1838).**

Cerca de cinquenta anos após a fundação da Academia a nobreza titulada manteve o seu domínio na ordem dos honorários. A diferença, agora, é a de que esta passou a incluir os nobilitados de fresca data. A sua ascensão à elite política, aliada à elevada mobilidade política característica deste período inaugurado com a revolução vintista explica o facto de o seu número ter aumentado comparativamente com os titulados de sangue. Na lista de sócios de 1831 publicada pela ACL, a relação titulados/não titulados era de 17/5 sendo que, dos 15 honorários nobres titulados portugueses que aí figuram, 6 tinham sido elevados a esta categoria na década de 1820 e 1 na década de 1810. Cerca de 7 anos mais tarde, na lista de 1838, a relação passou a ser de 9 titulados para 7 não titulados, apenas desequilibrada devido à presença, nos titulados, dos ingleses já referidos atrás.

Os ofícios superiores da Administração Pública – ministro e secretário de Estado, membro dos diversos Conselhos e Tribunais superiores, governador do Reino – do Exército, da Casa Real e da diplomacia constituíram sempre o campo de recrutamento dos honorários da Academia (Gráfico 2.3). O facto de, globalmente, o número de

honorários ocupados nestes ofícios ter aumentado tem fundamentalmente a ver com a “perenidade” da condição de honorário. Sendo o topo da hierarquia académica, não havia lugar a processos de promoção e, portanto, a uma eventual diminuição do seu número por esta razão. Por outro lado, como já foi atrás referido, uma vez adquirido estatuto de honorário, o académico aí permanecia, mesmo depois de deixar o Ofício que motivou a sua entrada, nomeadamente o de membro do governo.

#### **2.2.1.4 – Acesso e promoção**

O acesso à honorabilidade académica fazia-se, de acordo com os estatutos, por duas vias: a da promoção no interior da ACL e a do reconhecimento burocrático-eclésiástico por parte da Academia. Por vezes, a promoção no interior da Academia era também induzida pelo reconhecimento burocrático-eclésiástico.

Os ministros e secretários de Estado, governadores do reino e cardeais patriarcas tinham entrada automática, estatutariamente garantida, como sócios honorários e aí permaneciam até ao seu falecimento. A promoção no interior da Academia ocorria também mesmo no caso do sócio em questão não ter sido objecto de promoção no aparelho governativo. Ela ocorria tendo por base as restantes ordens de sócios: correspondentes, livres e efetivos.

A taxa de promoção no interior da ACL, para a ordem dos honorários, é baixa quando comparada com a correspondente taxa de honorários cujo recrutamento foi induzido pelos lugares ocupados na hierarquia governativa e eclésiástica. Num universo de 78 honorários eleitos no período 1780/1838, 59 (76%) foram-no em consequência da ocupação de cargos de topo do governo, do exército, da magistratura ou do clero e os restantes 19 (24%) acederam à honorabilidade académica através de um processo de

promoção no interior da ACL: 9 (12%) vieram de livres, 7 (9%) tinham sido efetivos e 3 (4%) haviam sido correspondentes. Algumas destas promoções estiveram ainda associadas à promoção / ocupação de cargos governativos. Para além dos casos já referidos do conde da Barca e do visconde da Anadia, também Luís Pinto de Sousa Coutinho (1735-1804), futuro visconde de Balsemão, e enviado extraordinário à Corte de Londres, foi promovido de sócio livre a honorário aquando da sua nomeação, em 1788, para Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra; e Rodrigo de Sousa Coutinho (1745 – 1812) era também sócio livre quando subiu a honorário em resultado da sua nomeação como Ministro e Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos em 1796. Um outro exemplo, este de promoção de correspondente para honorário, foi o de Luís de Vasconcelos e Sousa (1740 – 1807), vice-rei e capitão general do Brasil que, após o seu regresso a Portugal, em 1790, iria ocupar altos e vários cargos da administração pública - presidente da Mesa do Desembargo do Paço, deputado da Junta do Real Erário, conselheiro de Estado – passando a integrar, desde 1792, a ordem dos honorários.<sup>40</sup>

A partir da década de 1820 mais nenhum sócio da ACL foi promovido a honorário, tornando-se o acesso à honorabilidade induzido exclusivamente pelo exercício do poder político. Na lista dos sócios da ACL publicada em 1823, 5 dos 22 honorários eram aí listados pelo nome do cargo ministerial e não pelo nome do indivíduo que ocasionalmente ocupasse o referido cargo<sup>41</sup>. Esta determinação política não era alheia a uma perda voluntária de autonomia por parte da ACL na escolha dos seus sócios honorários que se tornou óbvia após a morte do seu presidente perpétuo o duque de

---

<sup>40</sup> Sobre Luís de Vasconcelos e Sousa enquanto aristocrata naturalista, proprietário de um gabinete de história natural, veja-se Brigola, *op. cit.*, (25), pp. 390 – 392.

<sup>41</sup> *História e Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, VIII, 1 (1823), XLV - LI.

Lafões, em 10 de Novembro de 1806. A Academia manteve-se órfã de presidente até 9 de Abril de 1810, data em que formalmente D. João VI informou a Academia, através de carta do Rio de Janeiro, assinada por D. Fernando de Portugal e Castro, conde de Aguiar, então ministro do Reino, ministro assistente ao Despacho e sócio honorário da Academia, que aprovava a eleição do seu sobrinho, o infante D. Pedro Carlos de Bourbon e Bragança, para presidente perpétuo da ACL.<sup>42</sup> O processo não foi isento de discussão, havendo na Academia quem propusesse uma via mais autonomizada na eleição do seu presidente. Joaquim de Fóios (1736 – 1811), sócio efetivo fundador, da classe de Literatura, refere numa carta sem destinatário e sem data, que se recusava a participar numa assembleia da Academia para que tinha sido convocado a fim de se proceder à eleição do seu presidente<sup>43</sup>. Alegava Fóios que a eleição de um sucessor de Lafões, parente próximo do rei, não deveria ser levada a cabo sem primeiro se ter a aprovação prévia do Rei; acrescentava ainda ser do seu conhecimento que, posto D. João VI perante o problema da eleição do substituto de Lafões, aquele teria respondido “E não me pertence a mim a eleição do Presidente?”. A Academia, não só acabaria por escolher o infante D. Pedro Carlos, sobrinho de D. João VI, para seu presidente como, na mesma sessão em que a referida eleição foi feita, aprovaria uma norma com força estatutária segundo a qual, dali em diante, o presidente da ACL teria de ser sempre um príncipe de sangue da Casa Real<sup>44</sup>.

A ordem dos honorários era, de todas as ordens de sócios da ACL, aquela cujo acesso estava contaminado por uma forte conotação política. Não admira pois que as

---

<sup>42</sup> Esta carta foi depois transcrita nas *Memorias de Mathematica e Physica da Academia Real das Sciencias de Lisboa* III, 2 (1814), XX.

<sup>43</sup> Carta inclusa no processo académico de Joaquim de Fóios, Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa.

<sup>44</sup> AHCACL, Livro 27B, *Livro do Assento dos Socios que assistem a cada Assembleia* (1808 – 1825).

invasões francesas, a revolução liberal e a guerra civil que se lhe seguiu tivessem deixado a sua marca nos processos de acesso e circulação dos sócios honorários da ACL. Os referidos contextos políticos vieram determinar uma série de disrupções na aparente neutralidade protocolar que caracterizava estatutariamente o acesso à condição de sócio honorário. O caso mais óbvio foi o de Aires de Saldanha e Albuquerque (1755 – 1827), conde da Ega, que entrou como supranumerário em 1780, subiu a honorário em 1792 e nesta condição permaneceu até 1807. Acusado de colaboracionismo com o invasor francês exila-se para França em 1808; condenado à morte em 1811 e depois absolvido em 1823, regressa a Portugal e passa novamente a constar na lista dos honorários em 1825.<sup>45</sup> A trajetória do conde da Ega enquanto sócio honorário é ainda indissociável da de um outro sócio honorário, eleito a 15 de Fevereiro de 1808 e de cuja eleição o conde da Ega foi um dos principais promotores: Jean-Andoche Junot (1771 – 1813), general em chefe das tropas da 1ª invasão francesa, feito, por Napoleão, governador-geral de Portugal e depois duque de Abrantes. A eleição de Junot – bem como a de Carrion de Nizas (1767 – 1841) para correspondente da ACL- mereceram destaque numa *Gazeta de Lisboa* controlada pelo Intendente Geral da Polícia, Pierre Lagarde (1768 – 1848).<sup>46</sup> Numa notícia publicada pela *Gazeta* de 12 de Abril de 1808 pode ler-se, a par da transcrição dos respetivos discursos, que “uma deputação constituída por Domingos Vandelli, Joaquim de Foios e Francisco Borja Garção Stockler, Secretário” tinha apresentado em 7 de Abril, a Junot, “general em chefe, Governador de

---

<sup>45</sup>Ega, Aires José Maria de Saldanha Albuquerque Coutinho Matos e Noronha, 2.º conde da, *Portugal - Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico*, Volume III, págs. 111-112 (Edição Electrónica 2000/2012 Manuel Amaral - <http://www.arqnet.pt/dicionario/ega2c.html> - 11/2/2013).

<sup>46</sup>. António Pires Ventura, “A III Invasão Francesa a Portugal vista pelo Intendente Pierre Lagarde”, <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=656>. (2 /3/2013).

Portugal e duque de Abrantes”, o diploma de sócio honorário que este havia preferido ao de presidente<sup>47</sup>. A Academia seria depois acusada – precisamente por um dos seus sócios, José Acúrcio das Neves (1766 – 1834) – de ser “um corpo sem alma”<sup>48</sup> e Stockler, na altura secretário da Academia, foi acusado de colaboracionista com o invasor francês. A polémica transbordou o círculo restrito das assembleias ordinárias da Academia. Esta, na pessoa do secretário da altura, João Guilherme Cristiano Müller (1752 – 1814), recusou-se a publicar – alegando ser politicamente pouco conveniente - as explicações dadas por Stockler e este editá-las-ia depois, em 1813 no Rio de Janeiro, sob a forma de *Cartas ao Autor da História Geral das Invasões Francesas em Portugal*.<sup>49</sup>.

---

<sup>47</sup> *Gazeta de Lisboa* nº 15 de 12 Abril de 1808 ([http://books.google.pt/books?id=smJVAAAAYAAJ&pg=PT139&lpg=PT139&dq=Gazeta+de+Lisboa+de+12+de+Abril+de+1808&source=bl&ots=UDBORd\\_T1Q&sig=YzxFx-9f-wcsjhX4MUIj6V66MC4&hl=pt-PT&sa=X&ei=e\\_UUL-KGo-3hAfSoIH4BQ&ved=0CE4Q6AEwBQ#v=onepage&q=Academia&f=false](http://books.google.pt/books?id=smJVAAAAYAAJ&pg=PT139&lpg=PT139&dq=Gazeta+de+Lisboa+de+12+de+Abril+de+1808&source=bl&ots=UDBORd_T1Q&sig=YzxFx-9f-wcsjhX4MUIj6V66MC4&hl=pt-PT&sa=X&ei=e_UUL-KGo-3hAfSoIH4BQ&ved=0CE4Q6AEwBQ#v=onepage&q=Academia&f=false)) (21/12/2012). Este episódio bem como a atuação da ACL durante as invasões francesas vêm descritos em Cristóvão Aires, “A Academia Real das Sciencias nas Invasões”, *Boletim da Segunda Classe*, vol. III (Lisboa: Typographia da Academia, 1910), pp. 563-621.

<sup>48</sup> José Acúrcio da Neves, que na sua obra *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino* (Porto: Edições Afrontamento, 2008), caracterizaria a ACL como “um corpo sem alma”, p. 194. Esta obra foi inicialmente publicada em 1810, os tomos I e II, e em 1811, os tomos III, IV e V (Innocencio Francisco da Silva e P. V. Brito Aranha, *Dicionário Bibliográfico Português*. Revisão de Gomes de Brito e Álvaro Neves. CD – Biblioteca Virtual dos Descobrimientos Portugueses (Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2001).

<sup>49</sup> Numa carta de Stockler ao secretário da ACL da altura (1811), João Guilherme Cristiano Müller (1752 – 1814), aquele protesta sobre a opinião dos censores acerca das suas *Cartas* que ele submetera à Academia, os quais desaconselharam a sua publicação não por razões substantivas mas sim por ser politicamente pouco conveniente a sua publicação naquela altura (*Processo Académico de Francisco Borja Garção Stockler*, AHCACL). Essas *Cartas* começaram a ser apresentadas (lidas) por Stockler na assembleia ordinária de 19 de Janeiro de 1811 e a sua leitura continuou nas sessões seguintes (AHCACL, Livro 27 B, *Livro do Assento dos Socios que assistem a cada Assembleia*). As *Cartas* seriam depois publicadas no Rio de Janeiro, em 1813, para onde Stockler se tinha deslocado em busca da reabilitação, que obteve, junto de D. João VI (“Vila da Praia, Francisco Borja de Garção Stockler, barão da”, *Portugal - Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico, Volume VII, págs. 554-556*. Edição em papel, João Romano Torres Editor, 1904-1915; edição electrónica, Manuel Amaral, 2000-2010 (<http://www.arqnet.pt/dicionario/vilapr1b.html>). 20/2/2013)). Sobre este episódio e o papel de Stockler enquanto sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa veja-se Cecília Honório, *A natureza e o homem nos caminhos do saber e do poder: Francisco Borja Garção Stockler (1759 – 1829)* (Lisboa: INCM, 2012), nomeadamente pp. 146 – 154.

Mais tarde, já no período da Guerra Civil, foram vários os sócios honorários que viram os seus nomes expurgados da lista publicada pela ACL devido às suas simpatias liberais. Um deles, porventura o mais ilustre, foi o duque de Palmela D. Pedro de Sousa Holstein (1781 – 1850)<sup>50</sup>. Palmela entrou como sócio honorário da ACL em 1820 quando já ocupava o cargo de ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, nomeado por D. João VI<sup>51</sup>. O seu nome -bem como os de Filipe Ferreira de Araújo e Castro (1771 – 1849), José da Silva Carvalho (1782 – 1856) e Manuel Gonçalves de Miranda (1780 – 1841), todos eles opositores liberais ao regime miguelista e que se viram, por isso, obrigados ao exílio - desapareceriam das listas de 1831, voltando depois a integrar lista de sócios da ACL publicada em 1838, a primeira que surgiu depois da Convenção de Évora-Monte.

---

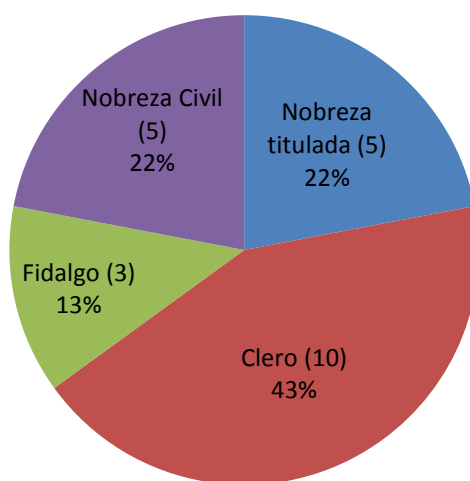
<sup>50</sup> Sobre o duque de Palmela veja-se Maria de Fátima Bonifácio (org. e pref.), *D. Pedro de Sousa Holstein - Memórias do Duque de Palmela* (Alfragide: D. Quixote, 2010. Eis os outros excluídos: Manuel Gonçalves de Miranda (1780 – 1841), bacharel em Matemática, maçom, fidalgo da Casa Real e Par do Reino.

<sup>51</sup> Palmela foi um liberal moderado que teve um papel relevante na luta contra o absolutismo miguelista. Em 1828 estava colocado na embaixada em Londres quando D. Miguel é proclamado rei, tendo desde logo liderado uma das correntes liberais que, a partir do exílio se oporia aos miguelistas. D. Miguel era também presidente da ACL, tendo discursado em algumas das suas sessões públicas e o desaparecimento do nome de Palmela da lista dos sócios honorários de 1831 publicada pela ACL foi resultado da sua oposição ao absolutismo miguelista. Recorde-se que em 1830 Palmela tinha sido nomeado por D. Pedro IV presidente do Conselho de Regência Liberal na ilha Terceira, nos Açores, onde se iria preparar um exército chefiado por D. Pedro que, em 8 de Julho de 1832, desembarcaria na praia de Arnosa do Pampelido, próximo do Mindelo, a norte do Porto, dando início a uma guerra civil que só terminaria com a rendição dos miguelistas e o exílio de D. Miguel assinado na Convenção de Évora Monte em 26 de Maio de 1834. Estabelecida a Monarquia Constitucional, Palmela iria tornar-se um protagonista incontornável na instabilidade política que iria caracterizar os sucessivos governos de D. Maria II e recuperaria o seu lugar de sócio honorário ACL.

## 2.2.2 - Sócios efetivos

### 2.2.2.1 – A geração de 1780

Dos vinte e três efetivos eleitos na assembleia particular de 16 de Janeiro de 1780, 5 (22%) pertenciam à nobreza titulada, 10 (43%) ao clero, 3 (13%) eram fidalgos e os outros 5 (22%) constituíam o grupo dos enobrecidos não titulados que, ou adquiriram nobreza - dita nobreza civil ou política - ou gozavam dos privilégios da nobreza graças ao seu estatuto académico ou profissional (Gráfico 2.4).



**Gráfico 2.4- Composição social dos sócios efetivos da ACL (1780).**

No grupo dos clérigos, os oratorianos constituíam inicialmente um bloco maioritário (30%). O facto de uma grande parte dos sócios efetivos serem provenientes do clero (43%) é concordante com posição ainda dominante do clero na sociedade do Antigo Regime em áreas como o ensino e a censura (Anexo 1.A).

Tanto quanto foi possível conhecer das biografias individuais, a média de idades na altura do recrutamento baixou, relativamente aos honorários, de 63 para 49 anos. E no que respeita à formação académica regista-se também uma alteração significativa indexável quer a um fator geracional, quer ao novo contexto de formação académica proporcionado pela reforma da Universidade de Coimbra o qual se iria tornar mais

relevante nos anos seguintes ao da fundação da ACL. Enquanto a formação académica superior, dos honorários que a tinham, era exclusivamente em cânones, leis ou teologia – as únicas áreas, para além da medicina e das artes, ministradas na Universidade de Coimbra antes da reforma pombalina – no caso dos efetivos é em medicina, filosofia e matemática que se encontra o maior número de graduados, licenciados ou doutores. Dos 23 efetivos, apenas 9 (39%) tinham graduação universitária – 4 em filosofia natural, 2 em medicina, 2 em matemática e 1 em cânones - tendo os restantes obtido a sua formação em colégios das ordens religiosas, aulas régias, lições privadas ou aulas militares. Dos 9 graduados, José Monteiro da Rocha (1754 – 1819) acumulava o doutoramento em matemática com um bacharelato em cânones, sendo o abade Correia da Serra (1750 – 1823) o único graduado em cânones<sup>52</sup>.

	Nº	%	Ensino			Matemático/ Astrónomo	Filosofo Natural	Belas Letras	Engenheiro Militar	Naturalistas/ Botânicos, ...	Médico	Militar	Ofícios da Casa Real	Ofícios da Administração Pública
			Prof. Un. Coimbra	Prof. Clérigo	Prof. Régio									
<b>Nobreza tiulada</b>	5	22	-	-	-	1	-	-	1	-	-	4	1	3
<b>Fidalgo</b>	3	4	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-
<b>Clero</b>	10	44	2	6	-	1	2	4	-	1	-	-	-	5
<b>Não titulados</b>	5	30	3	-	1	1	2	2	1	1	2	1	-	2
<b>TOTAL</b>	<b>23</b>	<b>100</b>	57%			13%	17%	30%	9%	9%	9%	22%	9%	43%

**Tabela 2.3 – Distribuição socioprofissional dos sócios efetivos da ACL (1780).**

No conjunto dos 23 sócios efetivos de 1780, 13 (57%) ocupavam-se no ensino – 6 professores na Universidade de Coimbra, 6 professores clérigos e 1 professor régio -

<sup>52</sup> Sobre Monteiro da Rocha veja-se Fernando J. B. Figueiredo, *José Monteiro da Rocha e a atividade científica da “Faculdade de Mathematica” e do “Real Observatório da Universidade de Coimbra”*: 1772 – 1820, Dissertação de doutoramento (Coimbra: Universidade de Coimbra, 2011).

seguindo-se, cumulativamente ou não, os ofícios na administração pública, 10 (43%), os ofícios na casa real, 2 (9%), a medicina, 2 (9%) e o exército 5 (17%) (Tabela 2.3). Quatro dos efetivos tinham altas funções no exército, três dos quais provinham da nobreza titular e um, Bartolomeu da Costa (1732 – 1801), com ascendência militar<sup>53</sup>.

Os académicos efetivos desenvolviam as suas atividades - professores, médicos, naturalistas/botânicos, matemáticos/astrónomos, filósofos naturais, engenheiros militares e literatos - em acumulação, as quais, por sua vez, eram também acumuladas com ofícios na Casa Real ou na administração pública (Tabela 2.3) – oficial do Ministério, deputado da Real Mesa Censória ou da Junta dos Três Estados, conselheiro da Fazenda, da Guerra ou de Estado, censor régio, governador de armas, etc. Alguns destes académicos efetivos tinham um perfil socioprofissional multimodo, caracterizado por uma certa promiscuidade profissional e um baixo grau de especialização. A sua colocação como efetivos numa dada classe é enganadora quanto à multiplicidade de interesses que os fazia mover<sup>54</sup>. O italiano Giovanni Antonio Dalla Bella (1730 – 1823), professor de Física Experimental na Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra e responsável pela organização e direção do seu Gabinete de Física, apesar de colocado na classe das Ciências de Cálculo, tinha os seus interesses repartidos entre a física experimental, a botânica e a agricultura. Em 1773, participa na elaboração da primeira planta, juntamente com Vandelli, do Jardim Botânico da Universidade que, como se sabe, viria depois a ser rejeitada por Pombal<sup>55</sup>. Ainda antes de integrar a ACL, Dalla Bella

---

<sup>53</sup> Os outros três eram António Rolim de Moura e Mendonça (1707 – 1782), 1º conde de Azambuja, Fernão Teles da Silva Caminha e Meneses (1754 – 1818), 3º marquês de Penalva e João Carlos de Bragança e Ligne (1719 – 1806), 2º duque de Lafões.

<sup>54</sup> Este aspeto deve ser sempre levado em conta na leitura de alguns gráficos uma vez que a soma dos indivíduos recenseados nem sempre é coincidente com a soma das ocupações socioprofissionais respetivas.

<sup>55</sup> Sobre rejeição de Pombal leia-se a carta deste, transcrita em Teófilo Braga, *História da*

publica umas *Noticias Historicas, e Practicas Ácerca do Modo de Defender os Edificios dos Estragos dos Raios* (1773). É já como sócio efetivo da classe de Cálculo que edita duas memórias sobre agricultura - *Memorias e Observações sobre o modo de aperfeiçoar a Manufactura do Azeite de Oliveira em Portugal* (1784) e *Memoria sobre a cultura das oliveiras em Portugal* (1786), esta reeditada depois em 1818 com anotações de Sebastião Francisco Mendo Trigoso (1773 – 1821)<sup>56</sup> - e, mais tarde, as suas duas memórias de física experimental, “Sobre a Força magnética”, no primeiro tomo das *Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*.<sup>57</sup> Enquanto professor da Universidade de Coimbra é dos poucos que cumpre a determinação estatutária de compor um manual para a disciplina que ensina, *Physices Elementa* (1789/1790)<sup>58</sup>. Após a sua jubilação, em 1790, Dalla Bella regressa a Pádua onde permanecerá até à sua

---

*Universidade de Coimbra*, tomo III (Lisboa: Na Typographia da Academia Real das Sciencias, 1898), pp. 502 – 504.

<sup>56</sup> João Antonio Dalla Bella, *Memorias e Observações sobre o modo de aperfeiçoar a Manufactura do Azeite de Oliveira em Portugal* (Lisboa: Na Officina da Academia Real das Sciencias, 1784). Sobre António Dalla Bella enquanto professor de física experimental no Colégio dos Nobres, bem como na reformada Universidade de Coimbra veja-se, de Rómulo de Carvalho, *História da Fundação do Colégio Real dos Nobres de Lisboa (1761-1772)* (Coimbra: Atlântida Editora, 1959), *História do Gabinete de Física da Universidade de Coimbra, desde a sua fundação (1772) até ao jubileu do Professor Italiano Giovanni Antonio Dalla Bella (1790)* (Coimbra: Universidade de Coimbra, 1978) e “A Física na Reforma Pombalina”, in *Actividades Científicas em Portugal no Século XVIII* ( Évora: Universidade de Évora, 1996), pp. 603-630.

<sup>57</sup> João Antonio Dalla Bella, “Sobre a força Magnética” I e II, *Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, I (1797), 85 – 116 e 116 – 199. Sobre estas duas memórias vejam-se Rómulo de Carvalho, “A pretensa descoberta da Lei das Acções Magnéticas por Dalla Bella, em 1781, na Universidade de Coimbra”, *Revista Filosófica* IV, 11 (1954) e Ricardo Monteiro, “DallaBella e A Lei das Acções Magnéticas”, *Gazeta de Física*, 24,4 (2000), 4-11. Para alguns dados biográficos de Antonio Dalla Bella veja-se a entrada no *Dizionario Biografico degli Italiani* - Volume 31 (1985) assinada por Ugo Baldini, [http://www.treccani.it/enciclopedia/Dalla-bella-giovanni-antonio\\_\(Dizionario-Biografico\)/](http://www.treccani.it/enciclopedia/Dalla-bella-giovanni-antonio_(Dizionario-Biografico)/), ou ainda Fernando J. E. Reis, “Dalla Bella (1730 – c. 1823)” (<http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/p34.html>)(26/4/2012).

<sup>58</sup> João António DallaBella, *Physices elementa usui Academiae Conimbricensis accommodata*, 3 vol. (Conimbricae: Typis Academiae, 1789-90). Sobre o Gabinete de Física da Universidade de Coimbra veja-se Rómulo de Carvalho, *História do Gabinete de Física da Universidade de Coimbra desde a sua fundação (1772) até ao jubileu do professor italiano Giovanni António Dalla Bella (1790)* (Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1978).

morte. Daí enviaria ainda uma outra memória – *Discurso preliminares dos elementos de agricultura acerca do modo mais conveniente para animar esta nobilíssima arte em Portugal* (1791)<sup>59</sup>. que a Academia não publicou mas que surgiria depois integrada num *Tratado d’Agricultura Theorico Practico* (1805)<sup>60</sup>. Apesar de ausente desde 1790, o seu nome permanecerá nas listas de sócios publicadas pelo *Almanaque* até 1807.

O único efetivo professor cujo prestígio anterior era, de certo modo, alheio à natureza da classe onde foi colocado – classe das Ciências Naturais - foi o padre António Soares Barbosa (1734 – 1801). Este era, desde 1772, professor de Ètica, Lógica e Filosofia Moral na Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra, tendo antes publicado um *Discurso sobre o Verdadeiro e Bom Gosto na Philosophia* (1766) e, alguns anos após o seu recrutamento, *Tractado Elementar de Philosophia Moral* (1792). De acordo com os *Estatutos pombalinos*, a filosofia racional e moral, de que Barbosa foi professor, faziam parte do currículo do Curso Filosófico aí ministrado<sup>61</sup>. Barbosa, elogiado por um dos seus biógrafos pelo esforço e aplicação em adquirir os conhecimentos físicos que não tinha “aprendido em idade conveniente” e que “formavam a base dos diferentes cursos da Faculdade de filosofia”,<sup>62</sup> viria a publicar as suas memórias, após o seu ingresso na ACL, na área das chamadas “Sciencias Naturais”, justificando assim o seu lugar nesta classe:

---

<sup>59</sup> A memória permaneceria manuscrita e integrando um volume *de Memorias Economicas e Fyzicas que não tiveram lugar nas colleçõens da Academia.*, tomo 1, BACL, série azul, ms. 17, nº 33

<sup>60</sup> João António DallaBella, *Tratado d’Agricultura Theorico Practico* (Lisboa: Imprensa Régia, 1805)

<sup>61</sup> *Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)*, livro III (Coimbra: Por Ordem da Universidade, 11972), pp. 228, 229. Em 1791, a carta régia de 24 de Janeiro determina uma reestruturação da Faculdade de Filosofia. A disciplina de Lógica passa a ser dada no Colégio das Artes e, em sua substituição é criada a cadeira de Botânica e Agricultura cuja regência é atribuída a Félix Avelar Brotero (Teófilo Braga, *História da Universidade de Coimbra*, tomo III ((Lisboa: Na Typographia da Academia Real das Sciencias, 1898), pp. 718 – 721.

<sup>62</sup> F. A. Rodrigues de Gusmão, “Apontamentos para a continuação da Bibliotheca Lusitana: António Soares Barbosa”, *O Instituto*, V (1857), 68 – 70.

“Memoria sobre a doença, chamada ferrugem, que vai grassando nos olivares de Portugal”<sup>63</sup> e “Observações sobre um Hygrometro Vegetal”<sup>64</sup>.

A Universidade de Coimbra surge, a par com os colégios das ordens religiosas, como sendo a instituição em que os referidos sócios desenvolviam maioritariamente a sua atividade de ensino. Se atendermos à sua distribuição pelas diferentes classes da ACL, dos seis efetivos professores na Universidade de Coimbra, 3 pertenciam à classe das Ciências Exatas e 3 à classe das Ciências Naturais; a classe de Literatura ou de Belas Letras recebia o maior número de professores clérigos, 3, e o único professor régio (Tabela 2.4).

	<b>Ciências Exatas</b>	<b>Ciências Naturais</b>	<b>Literatura</b>
<b>Prof. Un. Coimbra</b>	3	3	-
<b>Prof. Régio</b>	-	-	1
<b>Prof. Clérigo</b>	2	1	3

**Tabela 2.4 – Distribuição dos sócios efetivos professores da ACL (1780) em função da área de atividade.**

A criação de duas novas Faculdades, Filosofia e Matemática, e do Museu de História Natural, Gabinete de Física, Laboratório Químico, Observatório Astronómico e Jardim Botânico, no âmbito da reforma pombalina da Universidade de Coimbra de 1772 constituiu uma marca que transbordou o domínio meramente estatutário da Universidade de Coimbra, estando indexadas a um processo de legitimação científica e profissional de áreas do conhecimento natural que, herdadas no século XVIII, tiveram aqui um desenvolvimento mais consequente. Foi o caso da história natural sob cujo

---

<sup>63</sup>*Memórias Económicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa, para o adiantamento da Agricultura, das Artes e da Industria em Portugal, e suas conquistas*, III (1891), 154 – 204.

<sup>64</sup>*Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, I (1797), 262 – 285.

chapéu se abrigavam naturalistas, botânicos, mineralogistas, etc. – e da matemática aplicada à geografia (cartografia) e à astronomia.

A importância desta ligação à Universidade de Coimbra torna-se óbvia quando se constata que 47% (7 em 15) dos sócios efetivos das classes de Ciências Exatas e de Ciências Naturais provinham das Faculdades de Matemática e Filosofia da Universidade de Coimbra e que 40% (6 em 15) dos efetivos dessas classes eram também professores nessas Faculdades. Por outro lado, à exceção do duque de Lafões que teve uma breve passagem pela Faculdade de Cânones em Coimbra, e de D. Domingos José de Assis Mascarenhas (? – 1791), principal Mascarenhas, graduado também em Cânones e um dos membros da comissão extraordinária para a composição de um *Dicionário de Língua Portuguesa*<sup>65</sup>, nenhum dos outros efetivos da classe de Literatura recebeu formação académica na Universidade de Coimbra.

Os efetivos fundadores recrutados na nobreza titulada e no alto clero – 4, não contando com o duque de Lafões - ascenderiam mais tarde, todos, à ordem dos sócios honorários: D. João de Almeida Portugal, marquês de Alorna, D. Fernando Teles da Silva Caminha e Meneses, marquês de Penalva, o visconde de Barbacena e D. Domingos José de Assis Mascarenhas, principal Mascarenhas. Os restantes permaneceriam como efetivos até ao seu falecimento, à exceção de dois deles, o padre Teodoro de Almeida e Pedro José da Fonseca, que seriam integrados na classe dos veteranos. Correia da Serra teve, neste aspeto, um percurso peculiar associado à sua própria biografia; era efetivo

---

<sup>65</sup> Esta comissão foi constituída na assembleia particular de 28 de Junho de 1780. Os outros membros eram Pedro José da Fonseca (diretor), Joaquim de Fóios, Agostinho José da Costa de Macedo, Bartolomeu Inácio Jorge, Bento José de Sousa Farinha, o conde da Ega, José de Azevedo, Roberto Nunes da Costa, Adrião dos Santos, Félix José Marques e José António da Mata (AHCACL, Livro 26 B, *Actas das Assembleias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, "Minuta das Resoluções da Academia das Sciencias de Lisboa de 28 de Junho de 1780".

quando se exilou em 1795, assim permaneceu enquanto esteve ausente até 1821, altura em que retomou a sua atividade na ACL e o cargo de secretário da mesma. Ao virar do século, vinte anos após a fundação da ACL, apenas seis, dos vinte e quatro iniciais, faziam parte do corpo dos efetivos com uma média de idades de 66 anos – 3 na classe de Ciências Naturais, 2 na das Ciências Exatas e 1 na classe de Literatura Portuguesa - e três estavam ausentes do reino: Dalla Bella, Correia da Serra e o visconde de Barbacena. Uma nova geração de efetivos começava agora a emergir, primeiro na classe das Ciências Exatas e na de Literatura Portuguesa e depois na das Ciências Naturais, com implicações programáticas, algumas das quais, trataremos de seguida.

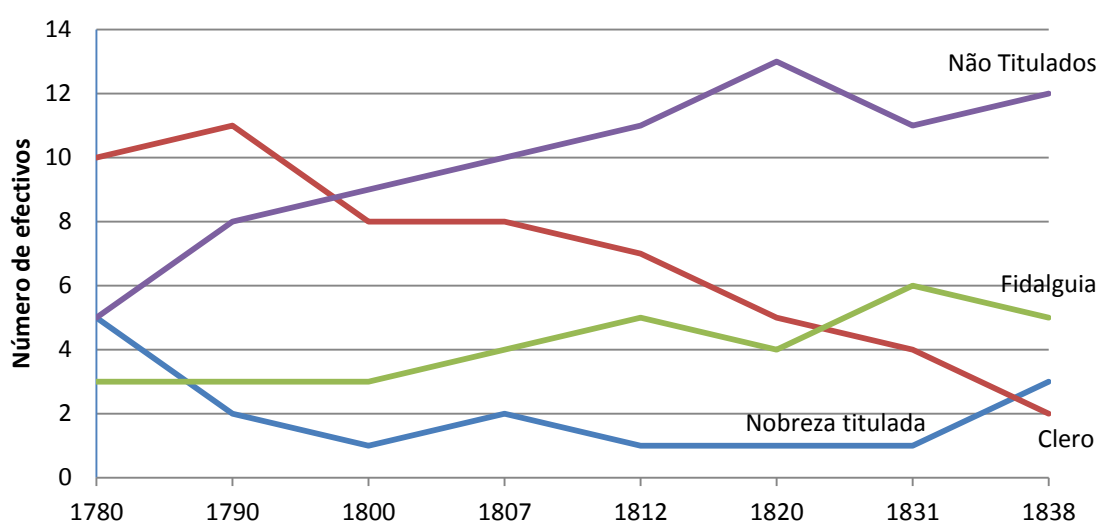
#### **2.2.2.2 – Uma configuração variável**

A configuração socioprofissional dos sócios efetivos de 1780, atrás descrita, ir-se-ia alterar a partir da década 90 do século XVIII.

Contrariamente ao que acontecia com os honorários, a nobreza titulada tem aqui um papel marginal e o ligeiro aumento que se verificaria na década de 1830 está relacionado com os processos inflacionários de nobilitação característicos da época. Dois dos três nobilitados que surgem na lista de efetivos de 1838, ascenderam a essa categoria em 1835, depois da sua entrada como sócios na ACL; eram eles o médico Francisco José de Almeida (1756 – 1844), feito barão de Almeida em 12 de Outubro de 1835 e António Lobo de Barbosa Ferreira Teixeira Girão (1785 – 1863), agraciado com o título de visconde de Vilarinho de S. Romão em 17 de Novembro de 1835. O terceiro foi o médico Vicente Navarro de Andrade (1756 -1850) feito barão de Inhomirim (Brasil) em 12 de Outubro de 1826.

O clero foi perdendo, de modo significativo e consistente, o seu peso relativo na

ordem dos efetivos passando a prevalecerem os não titulados sobre as restantes categorias (Gráfico 2.5). Apesar do óbvio peso cultural, mental e até político que a Igreja Católica mantinha e haveria de manter em Portugal, esta crescente diminuição do peso do clero é uma marca de secularização indexável quer à continuação duma corrente regalista na elite cultural portuguesa, já teorizada no contexto pombalino,<sup>66</sup> e continuada no processo de “destemporalização” da Igreja característico do ideário iluminista liberal vintista,<sup>67</sup> quer ao crescente desprestígio económico, social e moral das Ordens Regulares que haveria de culminar com a sua extinção em 1834.



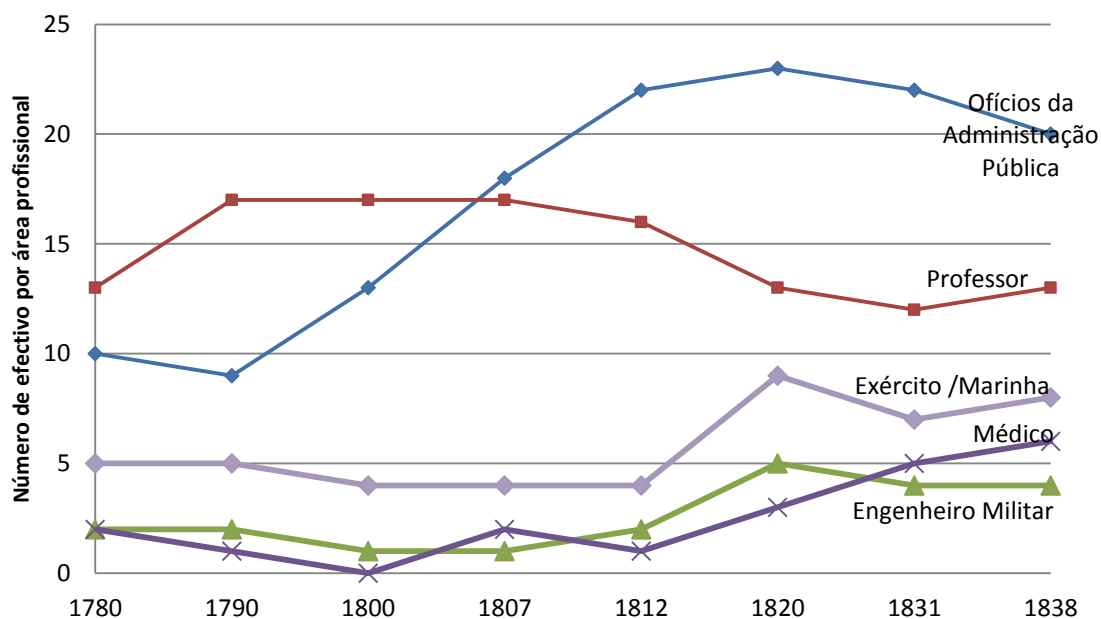
**Gráfico 2.5 - Evolução do perfil social dos sócios efetivos da ACL (1780 / 1838).**

A partir dos fins do século XVIII e início do século XIX a burocracia político-administrativa, enquanto ocupação profissional, vai tendo uma importância crescente

<sup>66</sup> Um desses teorizadores foi precisamente o padre António Pereira de Figueiredo (1725 – 1797), sócio efetivo da classe de Literatura desde 1780. Sobre Pereira de Figueiredo veja-se Cândido dos Santos, *Padre António Pereira de Figueiredo. Erudição e Polémica na Segunda Metade do século XVIII* (Lisboa: Roma Editora, 2005).

<sup>67</sup> Veja-se, a propósito, José Miguel Sardica, “O vintismo perante a igreja e o catolicismo”, *Penélope*, 27 (2002), 127 – 157.

na ordem dos sócios efetivos e, por consequência, na ACL (Gráfico 2.6). Na década de 1780 cerca de 43% (10) dos efetivos desempenhavam ofícios na administração pública tendo subido para 100% (23) em 1820, a que se seguiu um ligeiro decréscimo até aos 78% (18) em 1838. Estes ofícios distribuíam-se entre magistrado, diplomata, conselheiro, deputado, censor régio, oficial de ministério, intendente, etc.

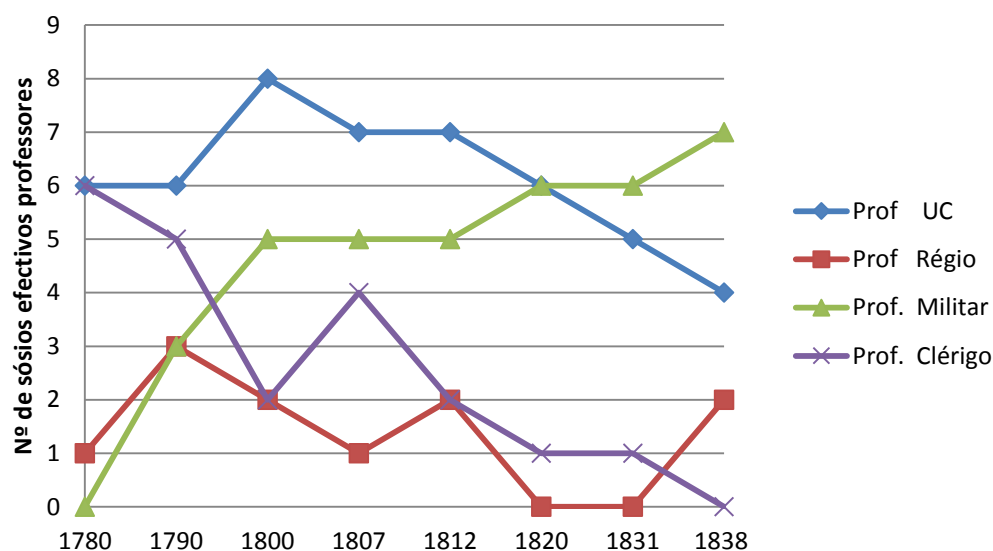


**Gráfico 2.6 - Evolução do perfil profissional dos sócios efetivos da ACL (1780 / 1838).**

O ensino surge, a par com os ofícios na administração pública, como uma das áreas de ocupação dominante dos sócios efetivos da ACL.<sup>68</sup> Durante o período 1780 / 1831 os professores foram – apesar do decréscimo que se verificou a partir da década de 1810 - a categoria profissional mais relevante na ordem dos efetivos, oscilando entre máximos de 17 professores em 24 efetivos (71 %), entre 1790 e 1807, e um mínimo de 54% (12 em 22 efetivos) em 1831 (Gráfico 5). A estrutura desse decréscimo no número

<sup>68</sup> Os professores e os militares foram autonomizados desta categoria, evidenciando-se assim as respectivas especificidades relativamente aos diferentes ofícios da administração através enunciados.

de efetivos que se dedicavam ao ensino torna-se mais aparente se se considerarem os quatro tipos diferentes de professores aí recenseados: professor na Universidade de Coimbra (UC), professor régio, professor militar e professor clérigo (Gráfico 2.7).



**Gráfico 2.7 - Evolução relativa do número de sócios efetivos professores (1780 / 1838).**

Em termos globais, verifica-se um decréscimo, a partir da década de 1790, do número de professores régios e professores clérigos. Os professores engenheiros militares – de matemática, astronomia ou teórica da navegação - para além de uma subida consistente ao longo de todo o período em análise, tornam-se maioritários a partir da década de 1820, ultrapassando mesmo o, até aí, habitual domínio dos professores da UC cujo peso nas duas classes de ciências - Ciências Exatas e Ciências Naturais – começou a diminuir a partir do início do século. Na Classe de Letras verificou-se uma tendência oposta, ou seja, um aumento de professores da UC que, no entanto, não foi suficiente para contrariar o comportamento global descrito (Tabela 2.5). Nem todos os professores da UC aqui contabilizados residiam ou exerciam efetivamente as funções de professor na Universidade.

	1780	1790	1800	1807	1812	1820	1831	1838
<b>L</b>	0	0	2	2	2	4	4	3
<b>C</b>	6	6	6	5	5	2	1	1
<b>Total</b>	6	6	8	7	7	6	4	4

**Tabela 2.5 – Distribuição de efetivos professores na Universidade de Coimbra pelas classes de Letras (L) e de Ciências Exatas e Naturais (C) (1780 / 1838).**

Em média, cerca de 65% desses professores viriam depois residir para Lisboa, onde ocupavam cargos superiores da administração como desembargador, censor régio ou deputado nos diferentes Tribunais ou Conselhos. Para estes, a passagem pela UC funcionou como uma etapa no seu processo de promoção o qual culminava necessariamente com a ocupação de um ofício superior na capital do reino.

Um outro aspeto a levar em conta e que induziu uma maior mobilidade deste pessoal docente foi o facto de a UC ter estado fechada, em consequência das disputas entre liberais e absolutistas, em 1828/29 e, depois, entre 1831 e 1834, para já não falar nos diferentes processos expurgatórios da UC protagonizados ora por uns ora por outros, a partir de 1820<sup>69</sup>. Mesmo no caso de se considerarem apenas os professores de facto na UC, com residência permanente em Coimbra, verifica-se ainda assim uma descida gradual, a partir da década de 1800, do número de sócios efetivos que eram professores da UC.

---

<sup>69</sup> Décio Ruivo Martins, “A Faculdade de Filosofia Natural da Universidade de Coimbra de 1772 a 1911”, [http://www.uc.pt/org/historia\\_ciencia\\_na\\_uc/Textos/facilonatural/afac](http://www.uc.pt/org/historia_ciencia_na_uc/Textos/facilonatural/afac) (12/1/2014).

### 2.2.2.3 – Uma nova geração: médicos e engenheiros militares

Todos os professores militares, pertencentes à classe das Ciências Exactas, eram engenheiros militares - com a exceção de José Maria Dantas Pereira (1772 – 1836) e Francisco Borja Garção Stockler (1759 – 1828) - tendo feito a sua formação na Faculdade de Matemática da Universidade de Coimbra e vindo depois a leccionar na Academia Real da Marinha, na Academia dos Guarda-Marinhas ou, mais tarde, na Escola Politécnica de Lisboa como foram os casos de Filipe Folque (1800 – 1874) e de José Cordeiro Feio (1787 – 1884). Eles eram também sócios da Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica para o Desenho, Gravura e Impressão das Cartas Hidrográficas, Geográficas e Militares, fundada por alvará de 30 de Junho de 1798, da iniciativa de Rodrigo de Sousa Coutinho enquanto ministro e secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos<sup>70</sup>.

Esta Sociedade corporizou o primeiro impulso institucional programado para o levantamento topográfico, cartográfico e geográfico do território nacional e alguns dos seus sócios, engenheiros militares, eram-no também da ACL, dos quais cabe aqui destacar Francisco António Ciera (1763 – 1814)<sup>71</sup>. Ciera era lente da Academia Real da Marinha quando foi nomeado em 1788, por Luis Pinto de Sousa Coutinho, ministro e

---

<sup>70</sup> Os propósitos programáticos desta Sociedade foram sucessivamente enunciados por Rodrigo de Sousa Coutinho nos discursos por este pronunciado aquando das sessões anuais da Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica. Para uma análise destes discursos veja-se André Mansuy-Diniz Silva, *Portrait d'un homme d'Etat: D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Comte de Linhares (1755 – 1812)*, vol. 2 (Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2006), pp. 99 – 117. A Sociedade veria os seus trabalhos interrompidos em 1807 aquando da 1ª invasão francesa, tendo o seu espólio sido deslocado para o Brasil (Pode ver-se uma panorâmica sobre os trabalhos geodésicos executados em Portugal no século XIX em J. Silvestre Ribeiro, "Trabalhos Geodesicos", *Historia dos estabelecimentos scientificos, litterarios e artisticos de Portugal nos sucessivos reinados da Monarchia*, tomos, II IV, V, VI, IX e XV (Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1874 – 1887).

<sup>71</sup> Sobre os trabalhos geodésicos de Ciera veja-se Maria Helena Dias, "As explorações geográfica dos finais de Setecentos e a grande aventura da Carta Geográfica do Reino de Portugal", *Revista da Faculdade de Letras, Geografia*, série I, XIX (2003), 383 – 396 (<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/344.pdf>, 10/4/2013).

secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para dirigir os trabalhos geodésicos necessários à construção da Carta Geográfica do Reino. Iniciados em 1790 e interrompidos em 1803, esses trabalhos só viriam a ser retomados mais tarde, na década de 1830, sob a direção de um dos adjuntos de Ciera, Pedro de Sousa Folque (1744 – 1848), brigadeiro do Corpo de Engenheiros, e por seu filho Filipe Folque, capitão do mesmo Corpo de Engenheiros e sócio da ACL<sup>72</sup>.

O padrão descrito não pode deixar de ser ligado ao processo de reconfiguração do ensino superior das ciências que se começaria a esboçar já a partir das duas últimas décadas de setecentos, com a criação das academias reais militares – Academia Real da Marinha (1779), Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho (1790) e Academia Real dos Guarda-Marinhas (1796) - cujos professores e alunos gozavam, estatutariamente, dos mesmos “privilégios, indultos e franquezas” que os lentes e estudantes da Universidade de Coimbra<sup>73</sup>. Esta diluição do monopólio universitário coimbrão, induzida pela criação ou reformulação daquelas instituições militares, viria a ter a sua continuidade na década de 1830 com a criação da Academia Politécnica do Porto (1836), Escola Politécnica de Lisboa (1837) e Escola do Exército (1837)<sup>74</sup>. As

---

<sup>72</sup> Sobre a cartografia como instrumento de apropriação do território na construção do Estado moderno e o papel da Sociedade Real Marítima Militar e Geográfica, bem como as contribuições de Francisco António Ciera e de Filipe Folque veja-se Rui Miguel C. Branco, *O Mapa de Portugal. Estado, território e Poder no Portugal de Oitocentos* (Lisboa: Livros Horizonte, 2003).

<sup>73</sup> Esta disposição estatutária, inicialmente estabelecida nos estatutos da Academia Real da Marinha, seria depois replicada nos estatutos das duas instituições militares criadas nos anos seguintes: a Academia Real de Fortificação (1790) e a Academia Real dos Guarda-Marinhas (1796): “Dos privilégios e prerrogativas da Academia Real da Marinha”, Carta de Estatutos da Academia Real da Marinha, Lei de 5 de Agosto de 1779, [http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id\\_parte=109&id\\_obra=73&pagina=348](http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=109&id_obra=73&pagina=348), 5/4/2013.

<sup>74</sup> Este enfraquecimento do monopólio coimbrão havia já sido sinalizado por Joel Serrão sem, no entanto, o suportar numa suficiente evidência histórica (Joel Serrão e Gabriela Martins, *Da indústria portuguesa - Do antigo regime ao capitalismo. Antologia* (Lisboa: Livros Horizonte, 1978), p. 43.)

instituições militares alargavam a oferta formativa, ao nível universitário, na área das ciências exatas – matemática, astronomia, cartografia e náutica – respondendo simultaneamente a necessidades de natureza científica, militar e civil inerentes à construção do Estado oitocentista.<sup>75</sup> Essas necessidades estruturantes da reconfiguração do Estado moderno iam desde a determinação da figura da Terra à apropriação cartográfica, topográfica e geográfica do território para fins militares, cadastrais, fiscais e infraestruturais. A presença significativa dos professores militares na ordem dos efetivos da ACL é um sintoma da já referida reconfiguração do ensino universitário das ciências a qual viria a deslocar ou, pelo menos, a descentrar o papel dominante que a Universidade de Coimbra vinha tendo até aí e é também um sintoma de legitimação dum saber técnico-científico de novo tipo protagonizado por esses professores e engenheiros militares.

Outra característica que deve ser salientada é a importância que os médicos passaram a ter, a partir da década de 1810, na classe de Ciências Naturais (Gráfico 2.8). Os médicos, que em 1812 tinham uma quota de 12,5% (1 em 8) na classe das ciências naturais, subiram para 75% (6 em 8) em 1838, sendo essa subida consistente ao longo de todo este período.

Na realidade, em 1812, o número de médicos que se deveria contabilizar na classe de Ciências Naturais era 3 e não 1; dos 8 sócios efetivos da classe, formalmente listados como tal no *Almanaque de Lisboa* de 1812, 3 estavam fora de Portugal<sup>76</sup>. Estas

---

<sup>75</sup> Rui Branco, *op. cit* (72), pp. 85 – 91.

<sup>76</sup> Domingos Vandelli (1736 – 1816) estava em Londres na sequência da “setembrizada” de onde só regressaria em 1815, Correia da Serra (1750 – 1823) estava nesta altura em Filadélfia, onde seria depois nomeado ministro plenipotenciário, em 1816, voltando a Portugal apenas em 1821, e o visconde de Barbacena Luís António Furtado de Castro do Rio e Mendonça - um dos membros da deputação que foi levar a Napoleão, em Baiona, o testemunho de obediência portuguesa - estava cativo em França de onde regressaria em 1815 (Ana Cristina Bartolomeu Araújo, “As

e outras ausências permanentes de alguns sócios efetivos, induzidas por fatores de contexto político, foram estatutariamente resolvidas com a eleição de alguns sócios livres para substitutos dos efetivos. Foi assim que, na assembleia de efetivos de 19 de Junho de 1812, Sebastião Francisco Mendo Trigoso (1773 – 1821) e os médicos Bernardino António Gomes (1768 – 1823) e Francisco Soares Franco (1771 – 1844) foram nomeados para substituírem os referidos sócios efetivos da classe de Ciências Naturais ausentes de Lisboa<sup>77</sup>. Nesta altura, Bernardino Gomes e Soares Franco estavam empenhados na implementação daquela que seria uma das iniciativas mais relevantes da ACL durante os primeiros cinquenta anos do seu funcionamento: a criação de uma Instituição Vacínica contra a varíola<sup>78</sup>.

---

invasões francesas e a afirmação das ideias liberais “, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. 5 (Lisboa: Círculo de Leitores, 1993), pp. 29 – 42.

<sup>77</sup> AHCACL, Livro 24 B, *Sessões do Conselho e das Assembleias*, 8 de Junho de 1810 – 2 de Janeiro de 1827, “Acta da Assembleia de efetivos de 19 de Junho”.

<sup>78</sup> A Instituição Vacínica contra a varíola resultou duma proposta feita por Bernardino Gomes na assembleia ordinária de efetivos de 8 de Abril de 1812 (AHCACL, Livro 27 B, *Livro do Assento dos Socios que assistem a cada Assembleia*, 1808/1825, “Assembleia ordinária de 8 de Abril de 1812”, fl. 52 v).

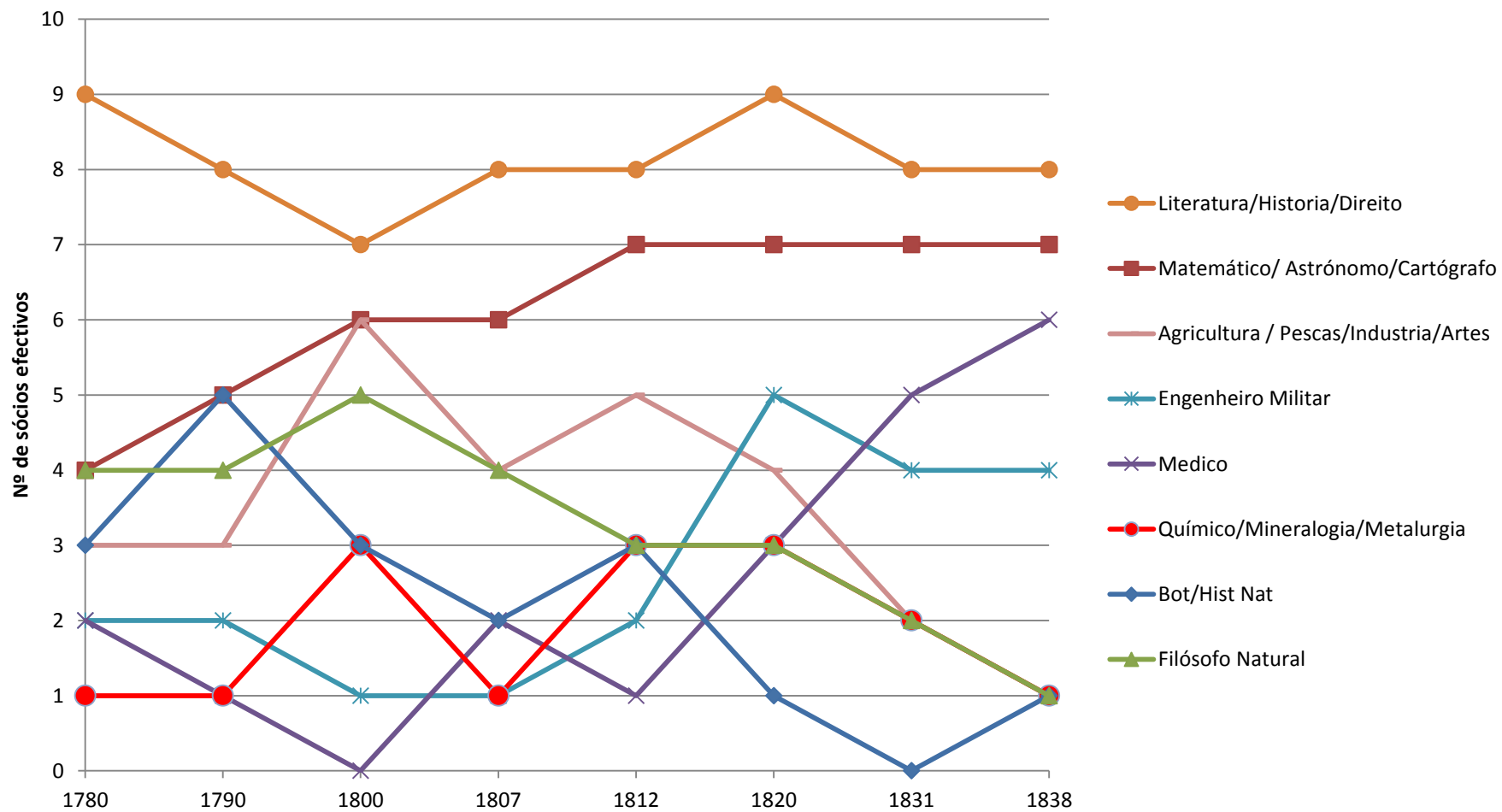


Gráfico 2.8 - Evolução padrão profissional e disciplinar dos efetivos da ACL (1780 / 1838)

Para além das memórias versando temas médicos e publicadas nas *Memórias da Academia* e dos tratados e instruções sobre higiene pública publicados sob sua chancela, a ACL passou a incluir, a partir da década de 1790, nos seus programas de prémios postos a concurso anualmente, assuntos e problemas na área da epidemiologia, terapêutica, geografia médica, saúde pública, higiene urbana, farmacologia, e outras<sup>201</sup>.

Esta crescente importância da Medicina e dos médicos na configuração programática da ACL levou a que Correia da Serra propusesse, numa sessão extraordinária de efetivos de 3 de Junho de 1822, a criação de uma “4ª Classe das Ciências Médicas”. Porém, a especificidade disciplinar e socioprofissional da medicina transbordava as fronteiras programáticas e organizacionais da ACL. A proposta de Correia da Serra foi considerada inoportuna, apesar de reconhecido o seu mérito<sup>202</sup>. E seria já fora do âmbito da ACL que, nesse mesmo ano, a 1 de Dezembro, médicos, cirurgiões e farmacêuticos inaugurariam oficialmente, a Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa que teve como presidente, primeiro, José Pinheiro de Freitas Soares e depois, por impedimento deste, o médico, professor na Universidade de Coimbra e sócio da ACL, Francisco Soares Franco. O 1º secretário da Sociedade foi Inácio António da Fonseca Benevides, também médico, membro da Instituição Vacínica e sócio livre da ACL<sup>203</sup>.

O “assalto” de médicos e de professores engenheiros militares às classes das

---

<sup>201</sup> A. da Silva Carvalho apresentou, na sua obra *O culto de S. Cosme e S. Damião em Portugal e no Brasil. História das Sociedades Médicas Portuguesas* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928), pp. 112 – 144, uma descrição elucidativa, embora não completa, das publicações, programas e atividades da ACL na área da Medicina.

<sup>202</sup> AHCACL, Livro 24 B – *Sessões do Conselho e das Assembleias Gerais, 8 de Junho de 1810 a 22 de Janeiro de 1827*.

<sup>203</sup> A Sociedade só duraria um ano, até Dezembro de 1823, findo o qual seria suspensa e alguns dos seus membros perseguidos, sob acusação de conspiração contra a monarquia absolutista restaurada em consequência da Vilafrancada de Maio de 1823 (J. Silvestre Ribeiro, *História dos Estabelecimentos Científicos Litterarios e Artísticos de Portugal nos successivos reinados da Monarquia*, tomo IV (Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1874), pp. 121 - 128.

ciências da ACL sinalizou uma alteração geracional na composição dos seus sócios e induziu uma mudança no panorama disciplinar científico da Academia. A partir da década de 1810, praticamente nenhum dos efetivos fundadores da ACL tinha voz ativa na atividade da Academia. A idade avançada de uns e a ausência do país de outros permitiram a emergência de uma nova elite de académicos com áreas de interesse profissional e disciplinar de natureza diferente<sup>204</sup>. O núcleo programático científico inicial da ACL, organizado de modo abrangente em torno da agricultura, botânica, história natural e filosofia natural, estava agora órfão dos seus protagonistas; dois dos mais decisivos fundadores da ACL, Vandelli e Correia da Serra, estavam fora do país e sem capacidade para influenciar a agenda da Academia. O fim da publicação das *Memórias Económicas*, cujo quinto e último tomo saiu em 1815, e o retomar em 1819 da publicação das *Ephemerides Nauticas* sob coordenação de António Dinis do Couto Valente (1800 – 1867) - segundo tenente da Armada Real, empregado no Observatório Real da Marinha e, na altura, sócio correspondente da ACL - podem ser lidos como sintomas desta reconfiguração<sup>205</sup>. A saúde pública passa a fazer parte do menu

---

<sup>204</sup>Na lista publicada pelo Almanaque em 1812 Jerónimo Allen (1730 – 1815) e Pedro José da Fonseca (1734 – 1816) faziam parte da ordem dos sócios veteranos. Dos ausentes, para além dos já referidos Vandelli e Barbacena, Dalla Bela tinha-se retirado para Itália em 1790, após a sua jubilação como professor da UC e o abade Correia da Serra, ausente de Portugal desde 1795 e em trânsito de Paris para Filadélfia de onde regressaria em 1821, pouca ou nenhuma influência tinha, à distância, sobre os negócios da Academia. Correia da Serra, cujo nome nunca fora riscado da lista de sócios efetivos da ACL, ainda retomaria, após o seu regresso, o lugar de secretário da Academia mas morreria pouco tempo depois em 1823. Outro dos ausentes que também integrou com Barbacena a delegação a Napoleão foi o marquês de Penalva, na altura sócio honorário, tendo falecido em 1818, três anos após o seu regresso de Paris. O padre oratoriano João Faustino (? – 1820) seria o último dos fundadores a registar a sua última presença nas assembleias ordinárias de efetivos, em 8 de Julho de 1817, e o visconde de Barbacena, colocado na ordem dos honorários após o seu regresso em 1815, deixa de intervir de modo activo nos negócios da Academia até ao seu falecimento em 1830.

<sup>205</sup> António Diniz do Couto Valente era filho de Mateus Valente do Couto (1770 – 1848), major do Real Corpo de Engenheiros, professor na Academia Real da Marinha, diretor do Observatório Real da Marinha, sócio efetivo da classe de Ciências Exactas e diretor da mesma classe. Sobre o Observatório Real da Marinha veja-se António Estácio dos Reis, *Observatório Real da Marinha*

programático da Academia e, a partir de 1815, passam a ser incluídas memórias sob aquela temática na *História e Memórias da Academia Real das Sciencias*.

Na década de 1820 a Academia entra numa fase de decaimento da sua produção científica que se irá manter, pelo menos, até ao fim do período em estudo. Sintoma desta anemia é o número de sócios efetivos na classe de Ciências Naturais que, em 1823, chega a atingir um mínimo de 4! Nesta década, não só a periodicidade da *História e Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa* se reduz para metade em relação à década anterior, de 8/10 para 4/10, como se verifica uma redução também significativa no número de memórias da área das ciências aí incluídas: nas Ciências Naturais a contribuição passa de 39 para 21 memórias e nas Ciências de Cálculo reduz-se de 25 para 8. O contrário aconteceu com a produção dos sócios efetivos da classe de Literatura que reforçaram, ao longo da década de 1820, o número de memórias publicadas, de 26 para 50!

### **2.2.3 - Sócios livres ou supranumerários.**

Esta ordem de sócios constituía um nível superior de promoção para os correspondentes e, simultaneamente, uma antecâmara de onde, estatutariamente, seriam recrutados os efetivos. Como já foi referido, o número de supranumerários ou livres só viria a ser fixado, em 1799, em 12 por classe. Alguns destes podiam ser eleitos com a prerrogativa adicional de substituírem os efetivos impedidos, por alguma razão, de assistirem às reuniões da Academia e de participarem nos seus trabalhos. Tratou-se de um meio de solucionar o problema do crescente absentismo dos efetivos que se

---

(1798 – 1874) (Lisboa: CTT Correios de Portugal, 2009).

havia acentuado a partir da última década de setecentos e que vinha pondo em causa o funcionamento da Academia.

### 2.2.3.1 – Recrutamento e promoção

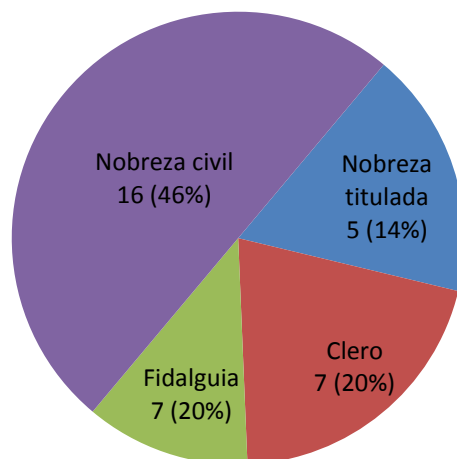
Ao longo de 1780, primeiro ano de funcionamento da Academia das Ciências, seriam eleitos um total de 35 sócios livres ou supranumerários dos quais nove tinham sido eleitos logo na primeira assembleia particular após aprovação do *Plano*.<sup>206</sup> Esta ordem de sócios apresenta um perfil social de recrutamento diferente do dos efetivos. O alto clero está ausente deste grupo, com a exceção de monsenhor José Pedro Hasse de Belém (1747 - 1805). O clero surge com 7 representantes (20%), a nobreza titular com 5 (14%) e a “nobreza civil proveniente das ciências e dos graus académicos”, maioritária, com 16 representantes (46%) (Gráfico 8). A fidalguia surge aqui com 7 (20%) representantes nos quais se incluíam D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1745 - 1812), fidalgo escudeiro e na altura enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em Turim<sup>207</sup>, João Pereira Ramos de Azevedo Coutinho (1722 - 1799), luso-brasileiro, doutor em Cânones pela Universidade de Coimbra, desembargador do Paço, guarda-mor do Real Arquivo, e que tinha sido, com seu irmão D. Francisco de Lemos Pereira Coutinho, um dos redatores do *Compendio Historico do Estado da Universidade de Coimbra* (1771) e Agostinho José da Costa de Macedo (1745 – 1822), professor régio de filosofia moral e racional, 2º bibliotecário da Biblioteca Pública de Lisboa e um dos autores do único volume do Dicionário *da Língua Portuguesa* publicado em 1793 pela da ACL<sup>208</sup>.

---

<sup>206</sup> AHCACL, Livro 156B, *Actas das Assembleas da Academia das Sciencias de Lisboa, 1780*, Assembleia particular, 16 de Janeiro.

<sup>207</sup>Sobre Rodrigo de Sousa Coutinho veja-se Andrée Mansuy-Diniz Silva, *Portrait d'un Homme d'État, op. cit.* (70).

<sup>208</sup> Outros eram José de Vasconcelos e Sousa (1740 - 1812), bacharel em Cânones,



**Gráfico 2.9 - Composição social dos sócios livres da ACL (1780).**

Os 35 supranumerários de 1780 entraram diretamente para esta categoria, à exceção de quatro deles. Destes, três foram promovidos, ainda em 1780, da condição de correspondentes à de supranumerários: Rodrigo de Sousa Coutinho (1745 – 1812), Fr. Joaquim de Santa Clara (1740 – 1818) e João Rodrigues de Sá e Melo (1755 – 1809); o quarto era José Joaquim Soares de Barros Vasconcelos (1721 – 1793) que, declinando o lugar de efetivo da classe de Ciências do Cálculo, a pretexto de se retirar da vida activa e de se ausentar para fora de Lisboa, passou de efetivo da classe das Ciências do Cálculo para supranumerário<sup>209</sup>.

A promoção de supranumerário para efetivo ou para honorário era feita por motivos diversos. Do grupo dos 35 supranumerários fundadores, 6 foram

---

desembargador na Casa da Suplicação e futuro marquês de Belas; António Freire de Andrade Encerrabodes (1699 - 1783), fidalgo-cavaleiro e chanceler-mor do reino, cujo pai foi juiz da chancelaria da Casa da Suplicação e presidente do Senado da Câmara de Lisboa<sup>208</sup>; João Rodrigues de Sá e Melo (1755 -1809), conselheiro da Real Fazenda e futuro visconde de Anadia (1786) - era filho do ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra Aires de Sá e Melo o qual, por sua vez, era sócio honorário da Academia - e José Maria Rolim de Moura Mendonça (1757 – 1802).

<sup>209</sup> AHCACL, Livro 26 B, “Minuta da Assembleia Particular da Academia das Sciencias de 2 de Outubro de 1780”.

posteriormente promovidos a efetivos e 8 a honorários. No primeiro caso, pode falar-se em reconhecimento do mérito por parte dos pares enquanto que, no segundo caso, a promoção, a honorário, era induzida por um mecanismo externo à ACL. A nomeação para ministro ou secretário de Estado ou para um alto cargo da administração - como conselheiro de Guerra, da Fazenda ou deputado da Junta dos Três Estados – constituíam um passaporte seguro para a honorabilidade académica.

Os 16 sócios livres não titulados, abarcados na designação “nobreza civil”, constituíam um conjunto de letrados enobrecidos por via do seu percurso académico e ocupando diversas profissões como professores na Universidade de Coimbra, professores régios, ofícios na administração pública, militares e médicos (Tabela 2.6).

	Nº	%	Ensino			Matemático/ Astrónomo	Filosofo Natural	Belas Letras	Engenheiro Militar	Naturalistas/ Botânicos, ...	Médico	Militar	Ofícios da Casa Real	Ofícios da Administração Pública
			Prof. Un. Coimbra	Prof. Clérigo	Prof. Régio									
<b>Nobreza Titular</b>	5	14	-	-	-	-	-	3	-	-	-	1	1	4
<b>Fidalgo</b>	7	20	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	5
<b>Clero</b>	7	20	1	2	-	-	-	7	-	-	-	-	1	1
<b>Nobreza Civil</b>	16	46	5	-	6	1	-	8	3	1	2	3	-	2
<b>TOTAL</b>	35	100	40%			3%	-	63%	9%	3%	6%	11%	6%	34%

**Tabela 2.6 – Distribuição socioprofissional dos sócios supranumerários da ACL (1780).**

Um número significativo dos 35 supranumerários recrutados desenvolviam a sua atividade no ensino (40%) e/ou ocupavam ofícios na administração pública (29%). Os ofícios da administração pública eram maioritariamente na magistratura (4), diplomacia (2), na Real Mesa Censória (1), na administração pública (2) – tesoureiro e oficial de

ministério - e depois, com 1 cada, no Conselho da Fazenda e no Conselho da Rainha.

No que concerne à sua formação, cerca de 53 % dos supranumerários eram graduados pela Universidade de Coimbra sendo 14 em Leis/ Cânones, 2 em Teologia e 2 em Medicina. De realçar é o facto de não haver entre estes graduados nenhum que tenha cursado nas Faculdades de Matemática ou de Filosofia da Universidade de Coimbra. Apenas 6 (17%), dos trinta e cinco supranumerários, desenvolviam atividades indexadas a conhecimentos de natureza técnico-científica. Destes seis, dois eram médicos - José Correia Picanço (1745 - 1823),<sup>210</sup> luso-brasileiro, professor de Anatomia e Operações Cirúrgicas na Universidade de Coimbra e José Henriques Ferreira (? - ?), médico, no Brasil, do 2º marquês do Lavradio, D. Luís de Almeida Portugal, e um dos fundadores e presidente da Academia Fluviense, Médica, Cirúrgica, Botânica e Farmacêutica do Rio de Janeiro (1772 – 1779)<sup>211</sup>. Três eram militares com exercício de engenheiro: Jacob Crisóstomo Pretorius ( ? – 1798), José António Raposo e Ricardo Luis António Raposo.<sup>212</sup> O sexto era o já referido José Joaquim Soares de Barros e

---

<sup>210</sup> Correia Picanço nasceu em Goiana, província de Pernambuco (Brasil). Filho de um cirurgião-barbeiro com quem aprendeu a profissão, veio depois para Lisboa onde se formou em cirurgia no Hospital de Todos os Santos. Depois duma primeira estadia em Paris onde aperfeiçoa a sua formação regressa a Portugal e, a 3 de Outubro de 1772, é nomeado demonstrador na cadeira de Anatomia, Operações Cirúrgicas e Arte Obstetrícia da Faculdade de Medicina da Universidade Coimbra. Volta entretanto a França (Paris?, Montpellier?) onde faz o seu doutoramento em Medicina. Após o seu regresso, é graduado, em 7 de Janeiro de 1779, lente da cadeira de Anatomia. Jubilado em 1790, ocupou depois o lugar de Cirurgião Mor e 1º médico da Real Câmara. Em 1807 regressa ao Brasil acompanhando a família real, tendo desempenhado um papel importante na criação de uma Escola de Cirurgia na Baía, em 1808 (*Actas das Congregações da Faculdade de Medicina (1772 – 1820)* (Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra), pp. 444, 445. <http://www.sbhm.org.br/index.asp?p=noticias&codigo=156>; acesso: 10 Maio 2012).

<sup>211</sup> Este era outro nome porque era conhecida a atrás referida Academia de Medicina e História Natural do Rio de Janeiro. Sobre esta Academia veja-se António Alberto de Andrade, *Vernei e a cultura do seu tempo* (Coimbra: Universidade de Coimbra, 1966), pp. 398, 399, Vera Regina Beltrão Marques, “Escola de homens de ciências: a Academia Científica do Rio de Janeiro (1772 – 1779)”, *Educar, Curitiba*, 25 (2005), 39 – 57, e Visconde de S. Leopoldo, “Programma Historico”, *Revista do Instituto Historico e Geographico do Bazil* 1, 2(1839), 82 – 85.

<sup>212</sup> Sousa Viterbo, *Dicionário histórico e documental dos architectos, engenheiros e construtores*

Vasconcelos, inicialmente colocado como efetivo na Classe de Ciências de Cálculo mas que, por ter pedido escusa, acabou por integrar a classe dos supranumerários a partir de 21 de Junho de 1780. Em sua substituição entrou o sócio correspondente padre Jerónimo Hallen, professor no Colégio dos Ingleses. Barros, que esteve emigrado em Paris onde completou a sua formação com o astrónomo Joseph Nicolas Delisle (1688-1768), foi um polímato com várias memórias publicadas não só nas colecções da Academia como nas *Memoires de l'Académie Royale des Sciences de Berlin*, tendo abordado assuntos de literatura, demografia, estatística, história natural ou astronomia<sup>213</sup>.

A média de idades deste grupo de sócio livres fundadores era de 45 anos, mais baixa que os 49 anos dos efetivos. A maioria (29, 83%) residia em Lisboa e 6 em Coimbra, onde eram professores na UC - 2 na Faculdade de Medicina e os restantes em leis, cânones e teologia. O latim, grego, filosofia, gramática e retórica constituíam as áreas de ensino dos restantes 8 professores (Tabela 2.7). Cerca de 63 % dos supranumerários desenvolviam atividades indexáveis às áreas da literatura - gramática, latim, grego - filosofia moral, história, direito civil e canónico e teologia. Este predomínio das letras ir-se-ia, contudo, alterar nas décadas seguintes.

	Medicina	Leis/Cânones	Teologia	Retórica/Gramática /Grego/Latim/ Filosofia
Prof. Un. Coimbra	2	3	1	-
Prof. Régio	-	-	-	6
Prof. Clérigo	-	-	1	1

**Tabela 2.7– Distribuição dos sócios supranumerários professores da ACL (1780) em função da área de atividade.**

*portugueses a serviço de Portugal*, 2º vol. (Lisboa: Imprensa Nacional, 1904), p. 354.

<sup>213</sup> Sobre Soares de Barros veja-se, para além do habitual *Inocência*, pp. 414, Fernando J. E. Reis e Luis Tirapicos, “Soares de Barros (1721 – 1793)”, <http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/p51.html> (7/7/2012).

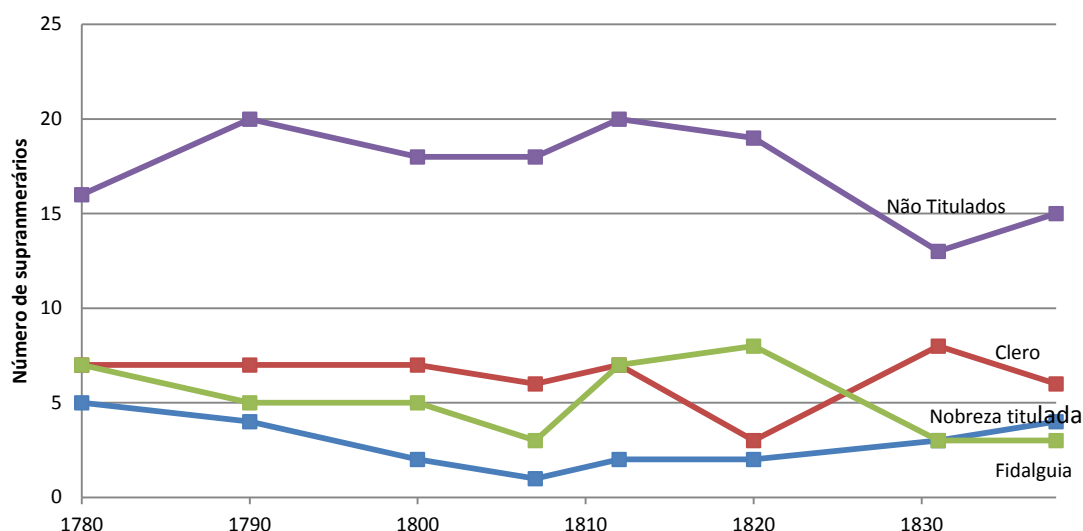
### 2.2.3.2 – Um perfil ao longo do tempo

Os não titulados mantiveram uma posição dominante ao longo dos primeiros cinquenta anos de funcionamento do ACL (Gráfico 2.10). Este domínio torna-se menos acentuado a partir da década de 1810, altura em que o número absoluto de não titulados começa diminuir até à década de 1830. A diminuição dos livres não titulados é concomitante a uma diminuição do número total de sócios livres neste mesmo período, de 36 em 1812 para 27 em 1831. Isto implica que, em termos relativos, a descida não seja tão significativa como aparenta: de 58% em 1812, os não titulados passaram, em 1831, a 52% do total. O clero retoma nesta década de 1820 a posição perdida na década anterior, subindo de 9% em 1820 para 30% em 1831. Esta subida não é alheia, provavelmente, ao contexto político da altura. D. Miguel era presidente da ACL e a eleição dos sócios da Academia tinha de passar pela aprovação régia.<sup>214</sup> Dos 5 clérigos que entraram na categoria dos supranumerários, 3 eram declaradamente miguelistas: Fr. Fortunato de S. Boaventura (1778 – 1844), D. Francisco Alexandre Lobo (1763 – 1844) e Fr. Mateus de Assunção Brandão (1778 – 1837).

Os ofícios da administração pública – diplomata, magistrado, conselheiro, deputado, oficial de ministério – seguidos do de professor, constituíam as ocupações dominantes dos supranumerários ao longo da quase totalidade deste período (Gráfico 2.11).

---

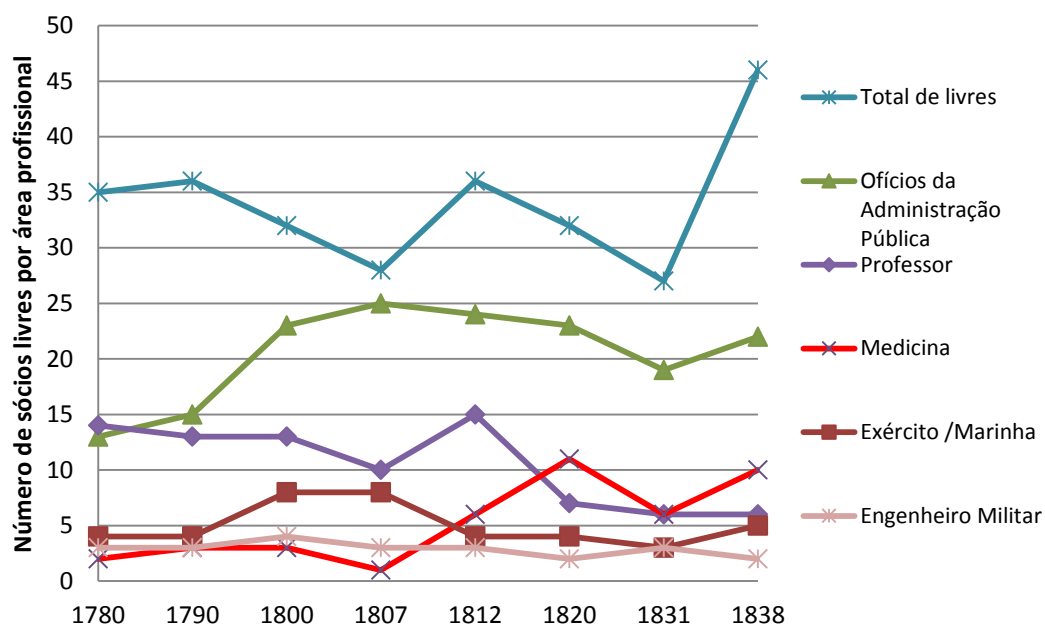
<sup>214</sup> AHCACL, Livro 23 B, *Livro das Sessões do Conselho*, Acta da sessão de 4 de Novembro de 1830 e Livro 25 B, *Livro das Assembleias Gerais*, Acta da Assembleia de 23 de Junho de 1831.



**Gráfico 2.10 – Evolução do padrão social dos sócios supranumerários da ACL (1780/1834).**

Os ofícios da administração pública passaram a ser, logo a partir da década de 1780, maioritários enquanto ocupação profissional dos sócios livres o que, no caso dos efetivos, só viria a acontecer a partir da década de 1800. Este desfasamento indicia um processo, anteriormente referido no caso dos sócios efetivos, de alteração da composição da elite letrada com assento na ACL. A elite académica fundadora, com uma ocupação profissional maioritariamente no ensino, foi sendo substituída, em parte, por uma outra cuja formação académica vai encontrar no exército, na medicina e nos cargos da administração pública de perfil técnico-científico, a sua área de ocupação profissional. A participação dos professores na ordem dos supranumerários desceu de cerca 43% em 1780 para 22% em 1838. A partir da década de 1810 dá-se um aumento significativo do número de médicos. Em 1820, altura em que o número de médicos (11) ultrapassou o dos professores (7), nove deles eram também membros da Instituição Vacínica, cinco desempenhavam as funções de Médico da Câmara de Sua Majestade, três eram também professores na UC, apenas um era cirurgião, e um era membro da

Junta de Saúde Pública.

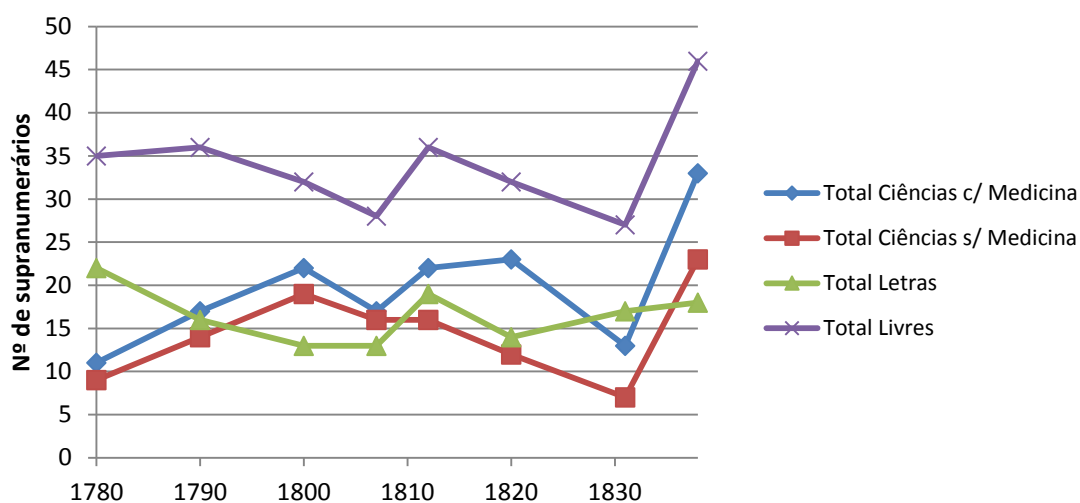


**Gráfico 2.11 – Evolução do padrão profissional dos sócios supranumerários da ACL (1780/1834).**

Já o número de engenheiros militares e de outras ocupações no exército/marinha evoluíram dentro de uma banda de variação muito estreita. Se se comparar o valor praticamente constante de engenheiros militares na ordem dos supranumerários com o aumento que se verificou, desta classe profissional, a partir de 1812, na ordem dos efetivos, podemos concluir que aquele valor constante se manteve graças aos processos de promoção dos correspondentes para supranumerários e depois, destes para os efetivos.

Exceptuando a década de 1780, as ciências foram ocupando uma posição dominante como área disciplinar de ocupação dos sócios livres da ACL. No entanto, a exclusão da medicina desta contabilidade evidencia um predomínio global das letras, com exceção do período que abrange a primeira década de oitocentos (Gráfico 2.12). As oscilações do número de sócios livres nas áreas das ciências contrastam com uma certa

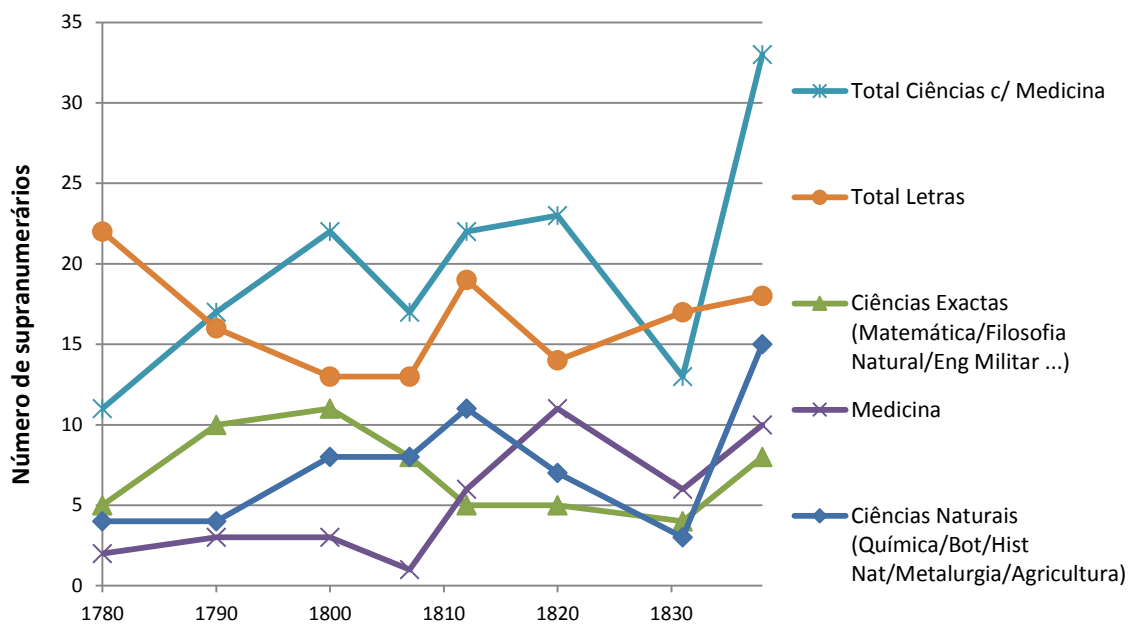
regularidade verificada no número de livres com atividade na área das letras. Se excetuarmos as duas primeiras décadas de funcionamento da Academia, altura em que se verifica um acentuado decréscimo na área das letras, acompanhado por um aumento no recrutamento de sócios livres da área das ciências, o número dos associados nesta área segue globalmente o comportamento do número total de livres ao longo do período em estudo.



**Gráfico 2.12 – Evolução do padrão disciplinar dos sócios supranumerários da ACL (1780/1834).**

As ciências e as letras, apesar de corresponderem a classes diferentes da organização estatutária da ACL, não correspondiam contudo a áreas disciplinares totalmente disjuntas. Nesta época, como já foi referido atrás, estas duas “culturas” ainda apresentavam um elevado grau de sobreposição caracterizado por uma certa polimatia na produção literária de alguns destes sócios livres – e também de efetivos e de correspondentes. João Manuel de Abreu (1757 – 1814), bacharel em matemática pela UC e professor na Academia Real da Marinha, também foi professor de Geografia e Cronologia no Real Colégio dos Nobres; José Veríssimo Álvares da Silva (1744 – 1811), professor de Filosofia e Latinidade em Tomar - e que haveria de falecer no presídio da

Trafaria, onde aguardava o degredo para África a que havia sido condenado sob acusação de jacobino e colaboracionista com o invasor francês – haveria de publicar, a par de memórias sobre direito, outras sobre “a cultura das vinhas”, sobre “observações botânico-meteorológicas” ou, ainda, sobre Agricultura.<sup>215</sup>



**Gráfico 2.13 – Evolução do padrão disciplinar dos sócios supranumerários da ACL (1780/1831).**

A importância da medicina torna-se evidente se se detalhar a evolução das diferentes áreas científicas que formam o campo das ciências. A partir da década de 1810 verificou-se uma descida no recrutamento de sócios livres da área das ciências naturais - onde não foi contabilizada a medicina – fenómeno que já havia ocorrido na década anterior com as ciências exatas (Gráfico 2.13). Esta diminuição foi mais que compensada pelo forte aumento dos recrutados na área da Medicina, pelo menos até à

<sup>215</sup> José Veríssimo Álvares da Silva, “Memória sobre a cultura das Vinhas, e sobre os Vinhos”, *Memórias de Agricultura Premiadas pela Academia Real das Sciencias de Lisboa* (Lisboa: Oficina da mesma Academia Real, 1788), pp. 1 – 101, “Observações botânico-meteorológicas feitas em Tomar. Do anno de 1800”, *Memórias Económicas V* (1815), 138 – 144 e “Sobre a Agricultura Portuguesa considerada desde o tempo dos Romanos até ao presente”, *Idem*, 194 – 256.

década de 1820, altura em que o declínio de todas as áreas científicas é óbvio tal, aliás, como já tinha sido notado anteriormente no caso dos efetivos.

Aquele decréscimo acompanha a diminuição do número global de sócios supranumerários que se verificou a partir de meados da década de 1810 o qual é explicável por fatores de contexto como as disrupções sociais decorrentes das invasões francesas, a que se seguiriam, a partir da década de 1820, a revolução liberal, primeiro, e a guerra civil, depois.

As tendências verificadas na década de 1830 para o caso dos supranumerários – e o mesmo se passa com os correspondentes – não devem ser linearmente comparadas com as décadas anteriores. Ente 1831 e 1838 a ACL não publicou qualquer lista dos seus sócios. A reconfiguração estatutária da ACL ocorrida em 1834 veio alterar o processo de recrutamento dos supranumerários induzindo, por esta via, alterações na tipologia dos sócios livres<sup>216</sup>. Os estrangeiros passaram a integrar os livres e a única coisa que distinguia os novos livres dos efetivos era o facto de os livres não residirem em Lisboa. Não havendo limite estatutário para o número máximo de sócios livres, estes passaram de 27 em 1831 para 46 em 1838, nos quais se incluíam 20 estrangeiros que, na configuração estatutária primitiva, ou estavam na ordem dos correspondentes ou faziam parte da ordem dos sócios estrangeiros. Ainda em resultado desta alteração, alguns dos anteriores correspondentes passaram a livres, o mesmo acontecendo a alguns dos anteriores sócios efetivos. Esta “inflação” dos supranumerários provocou variações bruscas nos parâmetros aqui estudados cuja análise específica não cabe aqui desenvolver, para além de abarcar parte de uma década que já cai fora do âmbito deste

---

<sup>216</sup> *Estatutos da Academia Real das Ciencias de Lisboa* (Lisboa: Na Typografia da mesma Academia, 1834).

trabalho.

#### **2. 2. 4 - Sócios correspondentes.**

A Academia tinha, tanto no reino como fora dele, um conjunto de correspondentes “aos quaes há de ser devedora de grande parte de seus progressos”<sup>217</sup>. O número máximo destes correspondentes, também designados por correspondentes do número, foi fixado em cem na assembleia particular de 22 de Maio de 1780<sup>218</sup>. Os correspondentes podiam ser eleitos em qualquer uma das assembleias de efetivos, de conselho ou nas assembleias ordinárias. Estatutariamente só podia ser eleito o candidato que “tenha feito alguma Obra notável, ou apresentado à Academia Memorias, que ela aprovasse”<sup>219</sup>. A prática mostrou, no entanto, que os procedimentos para a eleição dos correspondentes foram variando ao longo do tempo. Por vezes, a eleição fazia-se mesmo antes da apresentação qualquer memória pelo candidato e sem que o currículo literário deste, aparentemente, o justificasse; outras vezes, os pretendentes enviavam primeiro as suas memórias para serem lidas nas assembleias, procedendo-se depois à sua eleição; acontecia ainda fazer-se a eleição do correspondente apenas depois da apreciação da memória, em assembleia literária, por parte dos censores nomeados para o efeito. Houve também casos de correspondentes eleitos nas assembleias literárias na sequência da oferta de obras do próprio à Academia e que aquele enviava solicitando a sua eleição. Aos correspondentes eleitos era passada uma carta impressa, e não um diploma impresso como ocorria com os outros sócios,

---

<sup>217</sup>*Plano*, §8, p. 2.

<sup>218</sup> AHCACL, Livro156 B, *Actas das Assembleias Particulares e Semipúblicas da Academia das Sciencias de Lisboa*, tomo 1, Assembleia particular de 22 de Maio de1780.

<sup>219</sup>*Collecção Systemática*, pp. 22, 23.

assinada pelo presidente e secretário da Academia.

De acordo com o § VIII do *Plano* a correspondência era distribuída pelos sócios efetivos e supranumerários, a cada um dos quais cabia, para o efeito, um grupo de correspondentes, organizados por área de conhecimento. Esta demarcação apenas é explicitada, excepcionalmente, nas listas de sócios publicadas entre 1789 e 1792 pelas *Ephemerides Nauticas* e não se repetirá, quer nas listas dos anos seguintes publicadas nas *Ephemerides*, quer nas listas de sócios publicadas pelo *Almanaque* ou pelas *Memórias da Academia*. Nesses anos, Francisco António Ciera (1763 – 1814), Custódio Gomes de Vilas Boas (1742 – 1808) e Francisco Borja Garção Stockler (1759 – 1829) – efetivos da classe de Ciências Exactas - dividiam entre si a correspondência com os correspondentes astrónomos e matemáticos, os médicos estavam atribuídos ao sócio supranumerário Manuel Luís Álvares de Carvalho (1751 – 1825) e os restantes correspondentes estavam entregues ao secretário da Academia que, na altura, era José Correia da Serra.

Logo no ano da fundação (1780) foram eleitos pela Academia 88 correspondentes dos quais 28 (31%) eram estrangeiros (Anexo 1.A). Até 1789, os sócios estrangeiros apareciam integrados na lista dos correspondentes, publicada no *Almanaque*, sem marca alguma que os pudesse distinguir, à exceção do nome, ocupação e morada. Só a partir de então é que, tanto no *Almanaque* como nas *Ephemerides*, aparece a ordem dos sócios estrangeiros nomeada de modo explícito, a par das outras ordens de sócios da Academia. No entanto, mesmo depois de 1789, havia estrangeiros integrados na ordem dos correspondentes e estrangeiros na ordem dos sócios estrangeiros propriamente dita. De todos os sócios estrangeiros publicados nas listas da Academia, alguns – como Benjamim Franklin (1706 – 1790), o botânico Antoine Laurent

de Jussieu (1748 – 1836), Johann Bernoulli (1710 – 1790), Joseph-Louis de Lagrange (1736 – 1813) ou o marquês de Condorcet (1743 – 1794) – integravam a ordem dos “sócios estrangeiros” ao mesmo tempo que surgiam também, na lista dos correspondentes, outros sócios estrangeiros como Jean Demeste ou o astrónomo Giuseppe Calandrelli (1749 – 1827), sem qualquer critério aparente que explicasse tal distribuição. A presença destes “sócios estrangeiros” funcionava, no fundo e apenas – dada a sua nula participação na atividade da Academia – como um instrumento de que a ACL se servia para afirmar a sua marca reputacional no panorama académico europeu. Posteriormente, na lista de 1838, publicada após a reforma estatutária de 1834, todos os sócios estrangeiros aparecem incluídos na ordem dos correspondentes.

Dos 88 sócios correspondentes não foi possível definir com precisão o percurso formativo de 22 deles – 19 portugueses e 3 estrangeiros. Nem todos os registos ou notas biográficas destes correspondentes, disponíveis até ao momento, incluíam dados precisos sobre o respetivo percurso de formação. Contrariamente ao que acontecia com o percurso socioprofissional o qual, enquanto instância de estruturação destas personalidades na esfera pública e publicitada, constituía um elemento importante de legitimação e localização na hierarquia social, o processo de formação não tinha, de acordo com critérios aparentes da época, um capital simbólico suficiente para justificar a sua emergência na esfera pública e, portanto, nas narrativas biográficas aí apresentadas. No caso da nobreza, essa publicitação tornou-se ainda mais difícil dado o carácter particular e doméstico que revestiam os respetivos processos formativos<sup>220</sup>. A consulta e cruzamento de referências biobibliográficas permitiu, no entanto, determinar

---

<sup>220</sup> Nuno Gonçalo Monteiro, *O crepúsculo dos grandes. A casa e o património da aristocracia em Portugal (1750 – 1832)* (Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2003), pp. 521 – 524.

o processo de formação de 66 (75%) dos correspondentes da Academia. No caso do perfil socioprofissional apenas não foi possível obter informação referente a 10 correspondentes (11%) – 6 portugueses e 4 estrangeiros.

Cinco anos depois, em 1785, apenas 10 dos 28 correspondentes estrangeiros permaneciam na lista dos correspondentes, publicada no *Almanaque de Lisboa*. Uma vez que nenhum dos 18 ausentes tinha falecido, à exceção de Jean d’Alembert (1717 – 1783) e de Jean Demeste (1746 – 1783), qualquer de duas hipóteses pode explicar tal ausência: ou os eleitos não responderam à Academia agradecendo a sua eleição e, portanto, esta não se tornou efetiva ou, tendo inicialmente respondido, não mantiveram o contacto anual com a Academia, tal como era estatutariamente exigido, dando conta dos seus trabalhos e, neste caso, foram riscados das listas. Não deixa, no entanto, de ser significativo que um número considerável de personalidades não tenha correspondido à deferência para com eles manifestada pela recém criada Academia.

O facto de serem sócios estrangeiros e também de haver um menor detalhe nas informações disponíveis sobre os percursos socioprofissionais destes induziu a que se procedesse a um tratamento separado relativamente aos correspondentes portugueses. Deste modo evita-se também efeitos de contaminação mútua dos perfis socioprofissionais destas duas categorias.

#### **2.2.4.1 – Correspondentes estrangeiros em 1780**

Dos 28 correspondentes estrangeiros houve 3 (11%) deles de que não foi possível obter qualquer detalhe biobibliográfico.<sup>221</sup> A eleição de alguns destes 28 estrangeiros,

---

<sup>221</sup> São eles, João (José?) Baldassari. Gaspar Carantoni e João Jerónimo Carli.

para além do mérito que os seus pares lhes possam ter reconhecido, é também explicável dentro de uma lógica de relações pessoais mantidas por alguns dos fundadores. Jean Demeste(1746 - 1783), Johan-Jacob Ferber (1743 - 1790), o marquês d’Aoust, o abade Jacinto Ceruti e ainda o literato Domenico Diodati (1736- 1801), faziam parte da rede epistolar do abade Correia da Serra;<sup>222</sup> Jean-Jacques Hettlinger (1734 – 1803), médico, inspetor das minas da Baixa Navarra, e Bertrand Ducassou Lartigue, de Bayone, homem de negócios com interesses na praça de Lisboa, e membro da Sociedade Basca dos Amigos do País, eram conhecidos de Teodoro de Almeida aquando do seu exílio em França, devendo a este a sua eleição como correspondentes.<sup>223</sup> A extensa rede epistolar mantida por Vandelli serviu também de fonte de recrutamento de alguns correspondentes estrangeiros: Carl von Linné (filho), Christian Früs Rottböhl (1727 - 1797), Carlo Allione (1728 - 1804), Casimiro Ortega (1740 - 1818), Giovanni Antonio Scopoli (1723 - 1788), Johan Christian Daniel Schreber (1739 - 1810), Jacob Christian Schaeffer (1718 - 1790) e o barão de Hupsch-Lonzen (1730 - 1805). Os temas da correspondência entre estes naturalistas e Vandelli giravam maioritariamente em torno da troca e remessa de produtos naturais, plantas, sementes e informações várias, sobretudo acerca da flora brasileira, sobre a qual Vandelli era visto como fonte de

---

<sup>222</sup> Ana Simões, Maria Paula Diogo e Ana Carneiro, *Cidadão do Mundo – Uma Biografia Científica do Abade Correia da Serra* (Porto: Porto Editora, 2006), pp. 23 – 26. As cartas enviadas a Correia da Serra, por estes correspondentes estrangeiros, antes e depois do seu recrutamento, estão recenseadas em Michael Teague, Manuela Rocha, *Abade José Correia da Serra: documentos do seu arquivo (1751-1795) : catálogo do espólio* (Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 1997).

<sup>223</sup> Cf. cartas de Hettlinger e Lartigue dirigidas ao visconde de Barbacena e transcritas em Cristóvão Aires, *Para a História da Academia das Ciências de Lisboa* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1927), pp. 189 – 191. Sobre Lartigue veja-se Jean François Labourdette, *La Nation Française à Lisbonne de 1669 à 1790* (Paris: Fondation Calouste Gulbenkian / Centre Culturel Portugais, 1988).

informação privilegiada.<sup>224</sup>

Estes estrangeiros eram, na sua maioria, socialmente indexáveis a uma burguesia letrada (79%), havendo entre eles apenas um membro da nobreza, o marquês d'Aoust e três membros do clero: o abade Jacinto Ceruti, erudito piemontês, doutor em filosofia e teologia pela Universidade de Turim e professor de matemática no Real Colégio dos Guardas Marinhas de Cartagena,<sup>225</sup> Jacob Christian Schaeffer (1718 - 1790), doutor em teologia, e um produtivo estudioso de ornitologia, fungos, entomologia e crustáceos, a par de outras contribuições na ótica e no fabrico do papel;<sup>226</sup> e Vito Caravelli (1724 – 1800), sacerdote italiano, reconhecido tratadista matemático e professor de Matemática na Real Academia de Marinha das Duas Sicílias<sup>227</sup>.

A relação entre a formação de cada um destes correspondentes e as áreas disciplinares em que desenvolviam a sua atividade profissional não era unívoca sendo, pelo contrário, caracterizada por um certo grau de indeterminação. Cerca de 20 (71%) dos 28 estrangeiros dedicavam-se à medicina, matemática, história natural, nas suas

---

<sup>224</sup> Parte desta correspondência, nomeadamente as cartas enviadas a Vandelli, encontram-se no Arquivo Histórico Museu Bocage, *Correspondência Estrangeira*. Sobre a troca de correspondência entre Vandelli e Casimiro Ortega (1740 - 1818), médico, botânico, professor e diretor do Jardim Botânico de Madrid, veja-se ainda William Joel Simon, *Scientific Expeditions*, *op. cit.* (23), pp. 120, 121, 175 e 176.

<sup>225</sup> *Espíritu de los Mejores Diarios Literarios, que se publican en Europa*, nº 29, 6 de Septiembre de 1787, p. 228 (<http://books.google.pt/books?id=RAtHPYFgGLYC&pg=PA228&dq=Jacinto+Ceruti&hl=pt-PT&sa=X&ei=wiXRT63jLsHlhAftzqH3Dg&ved=0CEAQ6AEwATgK#v=onepage&q=Jacinto%20Ceruti&f=false> (7 de junho de 2012)). Sobre a Academia dos Guardas Marinhas de Cartagena veja-se Juan Francisco López Sánchez, "The Marine Guards Academy of Cartagena (1776-1824)", *Antillia - Revista española de historia de las ciencias de la naturaleza y de la tecnología* 1, 3 (1995), 1 – 22.

<sup>226</sup> Geoffrey Freyer, "Jacob Christian Schäffer FRS, a versatile eighteenth-century naturalist, and his remarkable pioneering researches on microscopic crustaceans", *Notes Records of the Royal Society*, 62 (2008), 167-185.

<sup>227</sup> Ugo Baldini, "Vito Caravelli", *Dizionario Biografico degli Italiani - Volume 19* (1976) ([http://www.treccani.it/enciclopedia/vito-caravelli\\_\(Dizionario-Biografico\)/](http://www.treccani.it/enciclopedia/vito-caravelli_(Dizionario-Biografico)/). 7 de junho de 2012).

diversas subdisciplinas, e agricultura, em conformidade com um padrão disciplinar e socioprofissional comum no século XVIII e caracterizado por uma certa polimatia e por uma aparentemente fácil circulação entre essas áreas disciplinares. Os outros 4 (14%) distribuíam-se pelo funcionalismo público, advocacia, literatura e arquitetura.

Áreas disciplinares	Nº de corr. estrangeiros /Área
Ensino I	11
Medicina II	9
Botânica III	9
Zoologia IV	3
Farmácia V	2
Geologia VI	1
Física VII	3
Química VIII	3
Minas/Mineralogia IX	4
Matemática X	4
Teologia XI	2
Agricultura XII	1
Literatura XIII	3
Leis XIV	2
I, II e III	3
I, II, III, IV e V	1
I, II, III, VIII e IX	2
I, IV, VII e XI	1
I, VII, VIII e IX	1
I e X	2
I, X e XIII	1
II e III	1
III, IV e IX	1
III e V	1
XII e XIV	1
XIII e XIV	1

**Tabela 2.8 – Padrão de distribuição disciplinar dos correspondentes estrangeiros da ACL (1780)**

Dos 28 estrangeiros, 11 eram professores, dos quais 6 eram também médicos, com atividades dedicadas à botânica, farmácia, química e mineralogia (Tabela 2.8). Havia ainda 2 médicos, 2 advogados, distribuindo-se os restantes pela burocracia estatal (3), exército (2) e, com um correspondente para cada uma das profissões, nos negócios, colecionismo, arquitetura e farmácia. O ensino, a medicina e a botânica constituíam ocupações maioritárias destes correspondentes estrangeiros. Em 8 dos correspondentes estrangeiros, a formação e prática da medicina era cumulativamente partilhada com a prática da farmácia e /ou botânica, zoologia, química ou mineralogia. Um exemplo deste grupo foi o médico italiano Giovanni Antonio Scopoli (1723 – 1788), reconhecido botânico, entomologista, ornitologista, professor de mineralogia e de metalurgia na Academia de Minas de Schemnitz, na Eslováquia, e depois professor de

química e botânica na Universidade de Pavia.<sup>228</sup> Scopoli, por sua vez, tinha sucedido no cargo de professor de metalurgia e minas em Schemnitz ao holandês barão Nikolaus von Jacquin (1727 – 1817), outro sócio correspondente da ACL, também ele médico, explorador e professor de botânica e de química na Universidade de Viena.<sup>229</sup>

Dos correspondentes estrangeiros recrutados em 1780, apenas o abade Jacinto Ceruti, um dos correspondentes de Correia da Serra<sup>230</sup>, professor de Matemática na Academia dos Guardas Marinhas de Cartagena, viu uma memória sua ser publicada logo no primeiro tomo das *Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*: “Observacion de la total Emersion ò fin del Eclipse de Sol del dia 17 de Octubre de 1781”<sup>231</sup>. Este texto, de duas páginas, é um registo de dados sobre a fase de emersão de um eclipse do Sol observado em Cartagena que, aliados a um conjunto de cálculos baseados, segundo os Autores, nas “*Lecciones de Astronomia* (Edición de 1780) pag. 410, de Mr. de la Caille”, permitiram calcular a longitude de Cartagena referenciada ao meridiano de Paris: 3° 22’ 45’’, Oeste.

---

<sup>228</sup> Johannes Antonius (Giovanni Antonio) Scopoli (1723-1788), <http://plants.jstor.org/person/bm000336820> (31/5/2012).

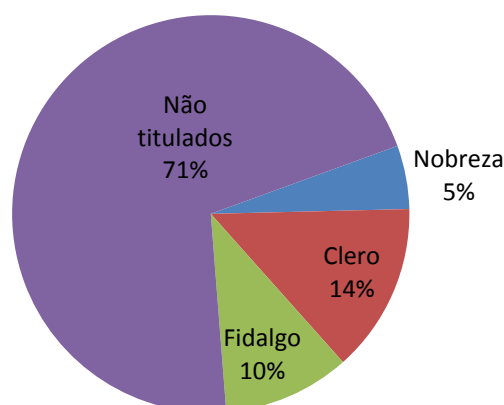
<sup>229</sup> Nikolaus Joseph Jacquin (1727 - 1817), <http://www.illustratedgarden.org/mobot/rarebooks/author.asp?creator=Jacquin,+Nikolaus+Joseph,+Freiherr+von&creatorID=80> (2/6/2012). Um dos correspondentes de Jacquin foi Carlo Allioni (1728 - 1804), médico, botânico, professor na Universidade de Turim e também ele correspondente da ACL (<http://huntbot.andrew.cmu.edu/hibd/departments/Archives/Archives-HR/JacquinN.shtml>. 2/6/2012)

<sup>230</sup> Alguma desta correspondência pode ser consultada em ANTT, *Manuscritos do Abade Correia da Serra, B – Correspondência para Correia da Serra*: 8 e 8 A; 14, 14 A, 14B, 14C; 15, 15 *Gazeta de Lisboa* nº 15 A e 15 B.

<sup>231</sup> “Observacion de la total Emersion ò fin del Eclipse de Sol del dia 17 de Octubre de 1781, al observatorio de la Academia Real de los Cavalleros Guardias Mariñas de Cartagena”, *Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, I (1797), 526 – 527. É co-autor desta memória D. Joseph Gonzalez, alferes de navio e segundo professor de Matemática da Academia de Cartagena.

#### 2.2.4.2 – Correspondentes portugueses

A paisagem socioprofissional dos correspondentes portugueses recrutados em 1780 apresenta aspectos diferentes quando comparada com a dos correspondentes estrangeiros. Verifica-se agora um maior equilíbrio entre o número de correspondentes da área das ciências (21; 35%) e da área das letras (19; 32%). Do ponto de vista do recrutamento social, 3 pertenciam à nobreza titulada, 8 provinham do clero, 6 eram fidalgos da Casa Real, 5 eram militares e os restantes 41 formavam um grupo de letrados - dos quais 25 eram graduados pela Universidade de Coimbra – gozando por isso, de acordo com o já referido ordenamento jurídico-social da época, de alguns privilégios da nobreza (Gráfico 2.14).



**Gráfico 2.14– Composição social dos correspondentes portugueses da ACL em 1780.**

Dos 60 correspondentes portugueses, 7 (12%) eram luso-brasileiros: Alexandre Rodrigues Ferreira (1756 - 1815), António Cordeiro, António Pires da Silva Pontes Leme (1750 - 1807), Joaquim Veloso de Miranda (1742 - 1816), Manuel Inácio Alvarenga (1758 - 1814), Serafim Francisco de Macedo e Simão Pires Sardinha (1751 - 1808). Todos eles, à exceção de António Cordeiro e Manuel Inácio Alvarenga, integravam um grupo de

naturalistas e matemáticos brasileiros formados em Coimbra sob a égide de Vandelli e do engenheiro geógrafo Miguel Ciera, sendo posteriormente enviados quer para expedições de demarcação dos limites do Brasil, quer para a realização de viagens filosóficas aos territórios coloniais<sup>232</sup>.

Do ponto de vista profissional, o ensino (27%), a magistratura (15%), outros ofícios na administração pública (13%) e a medicina (10%) eram áreas com maior taxa de ocupação por parte dos correspondentes, associada a um fenómeno de sobreposição profissional entre as categorias “ofícios da administração pública” e “ciências e graus académicos”, seguido de sobreposições entre “clero” e “ciências e graus académicos” e “ofícios na administração pública” e “clero” (Tabela 2.9 ).

---

<sup>232</sup>Destes sete, aquele sobre o qual praticamente não existe informação biográfica disponível é António Cordeiro. Sabe-se apenas que este era professor de Teologia na Congregação do Oratório, em Pernambuco, e que o seu nome aparece na lista dos sócios supranumerários de 31 de Janeiro de 1759 da Academia Brasílica dos Renascidos. A literatura sobre viagens e expedições filosóficas portuguesas aos domínios coloniais nos finais de setecentos, nomeadamente aquelas protagonizadas por naturalistas de origem brasileira que fizeram a sua formação na Universidade de Coimbra, é extensa e variada. Dela se salientam William Joel Simon, *Scientific Expeditions in the Portuguese Overseas Territories*, *op. cit.* (23), Ronald Raminelli, *Viagens Ultramarinas* (Perdizes: Alameda, Casa Editorial, 2008), Lorelai Kury, “Homens da ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810)”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 11 Suplemento 1, (2004), 109 – 129 ([http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702004000400006&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702004000400006&script=sci_arttext) (9/1/2014), Ângela Domingues, “Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 8 (2001), 823-838 ([http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702001000500002&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702001000500002&script=sci_arttext) (9/1/2014), *Idem*, *Viagens de exploração geográfica na Amazônia em finais do século XVIII: política ciência e aventura* (Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 1991), Péricles Pedrosa Lima, *op. cit.* (241), Ana Lúcia Rocha Barbalho da Cruz, *Verdades por mim vista e observadas, oxalá foram fábulas sonhadas: cientistas brasileiros do setecentos, uma leitura auto-etnográfica*, (Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2004), Sílvia F. de M. Figueirôa, Clarete Paranhos da Silva e Ermelinda Moutinho Pataca, “Aspectos mineralógicos das “Viagens Filosóficas” pelo território brasileiro na transição do século XVIII para o século XIX”, *História, Ciências, Saúde*, 11, 3 (2004), 713 - 729 ([http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702004000300009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702004000300009)); Ana Cruz e Magnus Pereira, “A Ilustração em Portugal e no Brasil – Cientistas e viajantes”, [http://www.cedope.ufpr.br/nova\\_pagina\\_1.htm](http://www.cedope.ufpr.br/nova_pagina_1.htm) (3/9/2012).

	Nº	%	Ensino			Matemático/ Astrónomo	Filosofo Natural	Belas Letras	Engenheiro Militar	Naturalistas/ Botânicos, ...	Médico	Militar	Ofícios da Casa Real	Ofícios Superiores da Administração	Diplomacia	Magistratura
			Prof. Un. Coimbra	Prof. Clérigo	Prof. Régio											
Nobreza Titular	3	5	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	
Fidalgo	6	10	-	-	-	-	1	-	1	-	1	-	2	2	1	
Clero	8	13	1	2	-	-	1	4	-	1	-	-	1	-	-	
Nobreza Civil	41	68	8	-	5	4	2	13	2	4	6	3	-	5	3	8
Desconhe- cidos	2	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAL	60	100	27%			7%	5%	30%	3%	10%	10%	8%	2%	13%	8%	15%

**Tabela 2.9 – Distribuição socioprofissional dos correspondentes portugueses da ACL (1780).**

A intersecção de diferentes áreas profissionais num mesmo sócio correspondente era concomitante com uma intersecção de diferentes áreas disciplinares. Alguns correspondentes, apesar da sua formação e profissionalização em direito, marcavam a sua participação enquanto sócios da ACL através das suas memórias em áreas tão diversas como a agricultura, as minas, a química ou a economia. O baiano Baltasar de Silva Lisboa (1761 – 1840), doutor em Leis pela Universidade Coimbra e sócio correspondente da ACL chamou-lhes, num escrito de 1796, “magistrados filósofos”<sup>233</sup>.

<sup>233</sup> Baltasar da Silva Lisboa, *Discurso Histórico Político e Económico dos progressos e estado actual da Filozofia Natural Portuguesa, acompanhado de algumas reflexões sobre o estado do Brasil* (Lisboa: Na Officina de António Gomes, 1786). Sobre Baltasar da Silva Lisboa pode ler-se Cristiane Maria Marcelo, *Os embates de um juiz de fora: Baltasar da Silva Lisboa na Capitania do Rio de Janeiro (1787 – 1796)*, tese de mestrado (Rio de Janeiro: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia / Universidade Federal Fluminense, 2010) (<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1393.pdf> 18/8/2013), Ana Paula dos Santos Lima, “Baltasar da Silva Lisboa: o Juiz Conservador das matas de Ilhéus (1797 – 1818)”, *Revista Crítica Histórica*, 4 (2011), 160 – 175 (<http://www.revista.ufal.br/criticahistorica/attachments/article/106/Baltasar%20da%20Silva%20Lisboa.pdf>, 18/8/2013) e Ana Lúcia Rocha Barbalho da Cruz e Magno Roberto de Melo Pereira, “Ciência, identidade e quotidiano. Alguns aspectos da presença de estudantes brasileiros na

Também ele foi um magistrado filósofo, a exemplo de outros, como José Veríssimo Álvares da Silva (1744 – 1811), professor de latim e filosofia em Tomar, que haveria de morrer na prisão acusado de colaboracionista com o invasor francês,<sup>234</sup> e cuja contribuição ficou marcada pelas memórias de agricultura – sobre a cultura das vinhas e sobre o estrume dos animais – de economia e de direito, algumas delas publicadas nas colecções da Academia, *Memórias de Agricultura*, *Memórias de Economia* e *Memórias de Literatura*.

#### 2.2.4.2.1 – Correspondentes ao correr do tempo

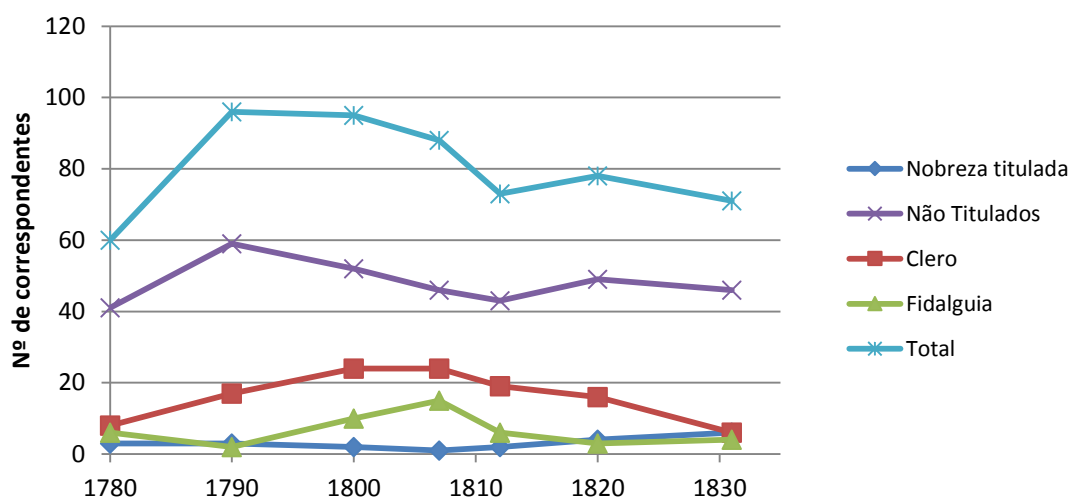
Algumas das marcas dos perfis socioprofissionais dos sócios efetivos e livres são partilhadas também pelos correspondentes. Há, no entanto, especificidades inerentes a esta ordem de sócios que vale a pena explicitar.

O número total de correspondentes teve um aumento ao longo da primeira década de funcionamento da ACL, a que se seguiu um período de estabilização na década de 1790 para, de seguida ir progressivamente diminuindo a partir do início do século XIX (Gráfico 2.15). A nobreza titulada tem aqui uma representação estatisticamente insignificante. Os letrados não titulados têm um predomínio evidente na ordem dos correspondentes e o clero, apesar de em menor número que os não titulados, mantêm uma presença significativa relativamente à nobreza titulada e à fidalguia.

---

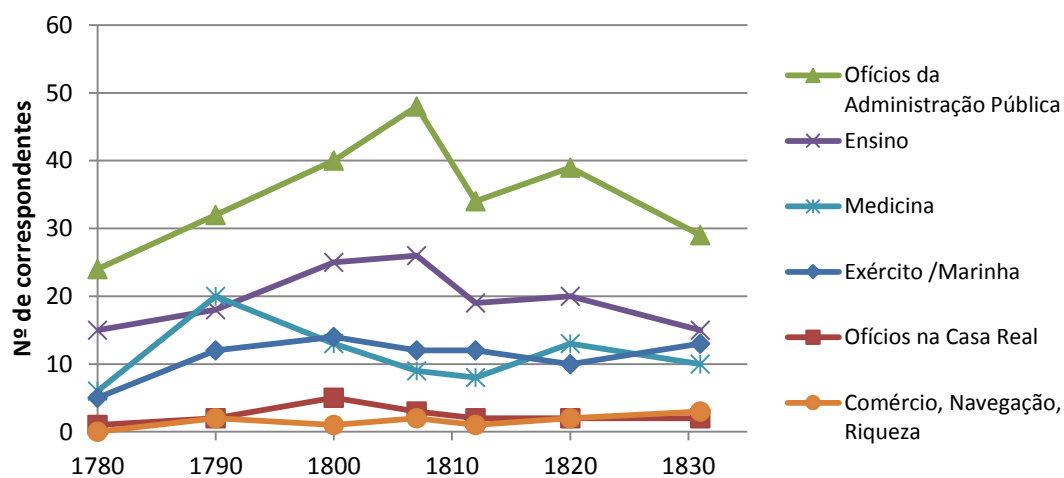
Universidade de Coimbra, na conjuntura final do período colonial”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 9 (2009), 205-228 ([http://www.uc.pt/chsc/rhsc/rhsc\\_9/rhsc9\\_205-228\\_abc-mml.pdf](http://www.uc.pt/chsc/rhsc/rhsc_9/rhsc9_205-228_abc-mml.pdf). 18/8/2013).

<sup>234</sup> Inocêncio, *Idem*, tomo V, pp. 151 e 152.



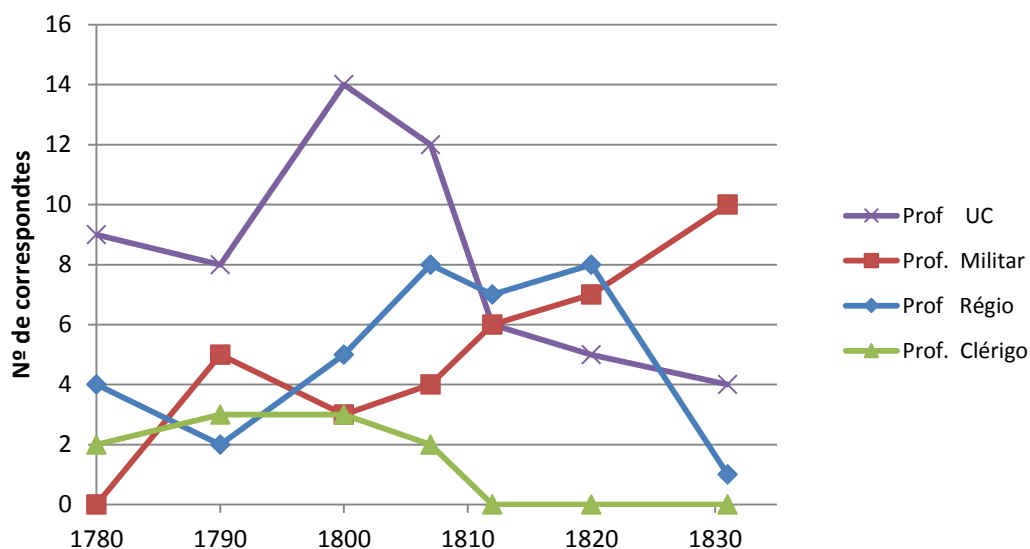
**Gráfico 2.15 – Evolução do perfil social dos correspondentes portugueses da ACL (1780/1831).**

Do ponto de vista da ocupação profissional, a administração pública – magistrados, conselheiros, deputados e outros oficiais superiores - seguida do ensino detêm o monopólio de ocupação profissional dos académicos correspondentes (Gráfico 2.16). A medicina e o exército/marinha mantêm uma disputa equilibrada enquanto campo de ocupação profissional dos correspondentes recrutados. Os Ofícios da Casa Real e a burguesia de negócios têm aqui uma contribuição residual.



**Gráfico 2.16 – Evolução do perfil profissional dos correspondentes portugueses da ACL (1780/1831).**

No campo do ensino, os professores da UC viram a sua participação diminuir em 71% entre 1800 (14) e 1831 (4). Em contrapartida, os professores militares viram a sua participação aumentada em cerca de 300%: de 3 em 1800 passaram a 10 em 1831.



**Gráfico 2.17 – Professores correspondentes da ACL (1780 / 1831).**

As ciências constituíam a área disciplinar onde maioritariamente os correspondentes desenvolviam a sua atividade enquanto sócios da ACL. A Medicina, seguida da Matemática, constituíam as áreas maioritárias de recrutamento dos correspondentes até à década de 1810, altura em que a área da Agricultura/Artes/Indústria/Pescas e a da Química/Mineralogia/Metalurgia tomaram a dianteira (Gráfico 2.18).

A Filosofia Natural foi a única disciplina que teve um decréscimo consistente desde 1780. Todas as outras áreas científicas – com exceção da Agricultura/Artes/Indústria/Pescas e de Química/Mineralogia - viram o número de correspondentes aumentar na primeira década de funcionamento da ACL para, de seguida, diminuírem globalmente, embora com oscilações, até à década de 1830.

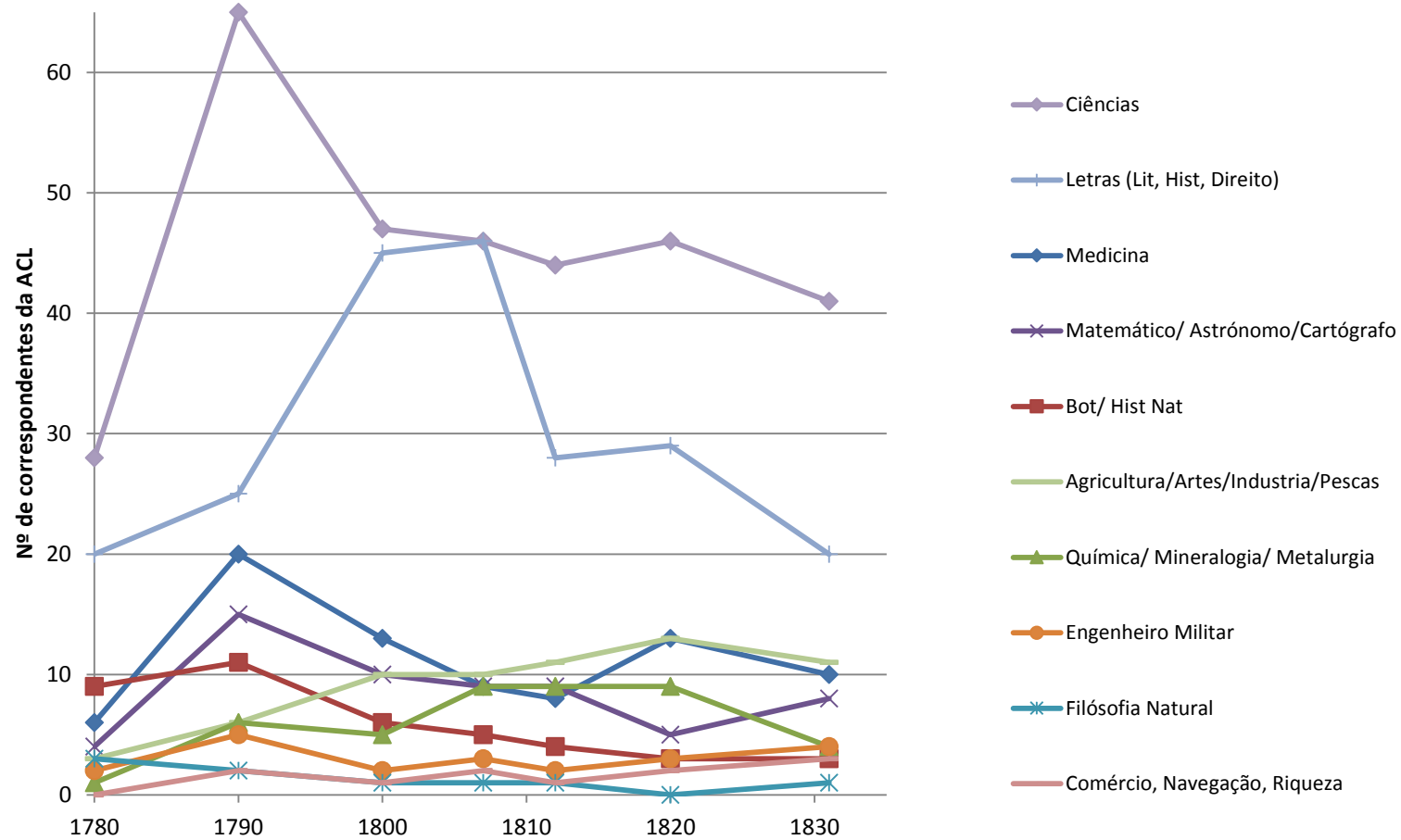


Gráfico 2.18 – Evolução do padrão disciplinar dos correspondentes da ACL (1780 / 1831)

As áreas da Agricultura/Artes/Indústria/Pescas e da Química/Mineralogia /Metalurgia, compunham, juntamente com a Botânica/História Natural, o campo das Ciências Naturais ao qual correspondia a classe do mesmo nome. O aumento que se verificou, em termos globais, no número de correspondentes com ocupação naquelas áreas, até 1820 não é com certeza alheio à política desenvolvimentista patrocinada pela coroa portuguesa. A partir dos finais do século XVIII, e tomando como exemplo o caso da Química/Metalurgia/Mineralogia, o melhoramento das técnicas de prospeção e mineração de metais preciosos, quer no continente português, quer no Brasil - integrado na política de recenseamento, prospeção e aproveitamento dos recursos naturais levada a cabo desde então - passa a emergir como elemento cada vez mais determinante do discurso programático do governo português.<sup>235</sup> A ACL funcionava então como instância de produção, promoção e legitimação técnico-científica das explorações filosóficas levadas a cabo sob caução política do governo. Em 1789 é publicado, no primeiro tomo das *Memórias Económicas*, um texto de Rodrigo de Sousa Coutinho em que este salientava a importância dos metais preciosos no progresso da indústria nacional, *Discurso Sobre a Verdadeira Influência das Minas dos Metais Preciosos na Indústria das Nações que as Possuem, e Especialmente da Portuguesa*<sup>236</sup>. Em 1790, dois sócios correspondentes da ACL, os luso-brasileiros José Bonifácio de Andrada e Silva (1763 – 1838), e Manuel Ferreira da Câmara Bettencourt e Sá (1762 – 1835) e o sócio livre Joaquim Pedro Fragoso da Mota de Siqueira (1760 – 1833), graduados em Leis e em Filosofia pela UC, foram enviados pela coroa ao estrangeiro,

---

<sup>235</sup> Silvia F. de M. Figueiroa, Cláudia Paranhos da Silva e Ermelinda Moutinho Pataca, “Aspectos mineralógicos das “Viagens Filosóficas”, pelo território brasileiro na transição do século XVIII para o XIX, *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, 11 (3), 713 – 29.

<sup>236</sup> *Memórias Económicas*, I (1789), 237 – 43.

numa viagem de estudo e aperfeiçoamento pelos principais centros europeus de mineração e de química, seguindo um roteiro minuciosamente delineado pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Luís Pinto de Sousa Coutinho, sócio honorário da ACL: *Instrução para a realização da viagem de aperfeiçoamento técnico através da Europa*.<sup>237</sup> Dez anos depois Bonifácio e Câmara regressam a Portugal – Fragoso tinha antecipado o seu regresso. O primeiro ocupa o lugar de lente da cadeira de Metalurgia criada por Carta Régia de 21 de Janeiro de 1801 e em Maio deste mesmo ano é nomeado - por intervenção de Rodrigo de Sousa Coutinho, na altura ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos - Intendente Geral das Minas e Metais do Reino; Bettencourt da Câmara é enviado para o Brasil como Intendente Geral das Minas na Capitania de Minas Gerais e Serro do Frio.<sup>238</sup> Joaquim Fragoso seria nomeado mais tarde, em 1829, Intendente Geral das Minas e Metais do Reino. Tanto Joaquim Fragoso como Andrada e Silva chegariam a sócios efetivos da Classe de Ciências Naturais.

### 2.3 – Geografia Académica

Três eram os polos em que se ancorava a malha geográfica da ACL - Portugal, Brasil e resto da Europa - e diversos foram os motivos e processos de recrutamento dos académicos que configuraram esta dispersão geográfica. Portugueses e luso-brasileiros

---

<sup>237</sup> Sobre os percursos, aprendizagens e contribuições de Andrada e Silva e de Manuel Ferreira da Câmara nesta viagem científica veja-se Alex Gonçalves Varela, *“Juro-lhe pela honra de bom vassalo e de bom português”*. *Análise das memórias científicas de José Bonifácio de Andrada e Silva (1780 – 1819)* (São Paulo: Annablume, 2006), pp. 103 – 132 e “A trajetória do ilustrado Manuel Ferreira da Câmara em sua fase europeia (1783 – 1800)”, *Tempo* 12, 23 (2007), 150 – 175 ([http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-77042007000200009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042007000200009). 20/8/2013).

<sup>238</sup> Varela, *“Juro-lhe ...”*, pp. 171 – 176 e “A trajectória ...”, p. 174.

ligavam-se pela trama colonial e os estrangeiros do resto da Europa enquadravam-se numa estratégia de busca de prestígio e de validação cultural por parte de uma Academia periférica que havia começado “depois de haver tantas do mesmo género, em que atualmente florescem muitos Homens célebres”.<sup>239</sup>

No território continental português, Lisboa e Coimbra faziam o lugar de singularidades centrípetas por razões óbvias. Em Coimbra estava a única Universidade portuguesa e Lisboa era a capital do reino. A corte, o topo da burocracia clerical, judicial, administrativa, económica, militar e outras importantes instâncias culturais estavam sediadas em Lisboa. Coimbra e Lisboa monopolizavam os sócios efetivos e supranumerários – com 20 % e 80 %, respetivamente - que integravam o corpo académico recrutado no ano de 1780 (Anexo 2.C). Esta posição relativa vai-se mantendo ao longo do tempo com algumas flutuações até que, a partir da década de 1820, a UC vê significativamente diminuída a sua presença na ACL a ponto de, em 1831, haver apenas dois sócios residentes em Coimbra nos 151 sócios que constituíam o corpo académico da ACL: um era sócio livre, o luso-brasileiro Carlos José Pinheiro (Vila Rica, ? – Coimbra, 1844), professor de Anatomia na UC e o outro era o correspondente António Feliciano de Castilho (1800 – 1875)<sup>240</sup>.

A partir da década de 1790 Lisboa e Coimbra perdem a exclusividade dos efetivos. Do grupo dos fundadores, Correia da Serra inicia o seu exílio pela Europa,

---

<sup>239</sup> *Plano*, §7, p. 6.

<sup>240</sup> Nesta época António de Castilho vivia com seu irmão Augusto de Castilho em Castanheira do Vouga (<http://www.argnet.pt/dicionario/castilhoantoniof.html>. 24/7/2013). Carlos José Pinheiro foi um dos 8 professores miguelistas da Faculdade de Medicina da UC – no total de 46 de toda a Universidade - a serem demitidos por Carta Régia de 15 de Julho de 1834 (*Inocência*, vol. II, p. 34; J. Silvestre Ribeiro, *História dos Estabelecimentos Científicos e Litterarios e Artísticos de Portugal*, tomo VI, (Lisboa: Typographia da Academia Real das Ciências, 1876) p. 78.

Miguel Franzini (? – 1810) e Giovanni Dalla Bella voltam às origens, o primeiro para Veneza, de onde regressaria anos mais tarde e o segundo para Pádua, definitivamente. Curioso foi Correia da Serra que, apesar de ausente no estrangeiro, teve sempre o seu nome na lista dos efetivos até ao seu regresso em 1822; já Dalla Bella e Franzini seriam transladados para a ordem dos veteranos.

As invasões francesas, as disputas entre liberais e absolutistas e a independência do Brasil induziram um processo de deslocalização geográfica que afetou as diferentes ordens de sócios da ACL. Foram, portanto, razões exógenas à própria Academia que, de algum modo, promoveram uma alteração na configuração geográfica da ACL e que perturbou a configuração geográfica inicial.

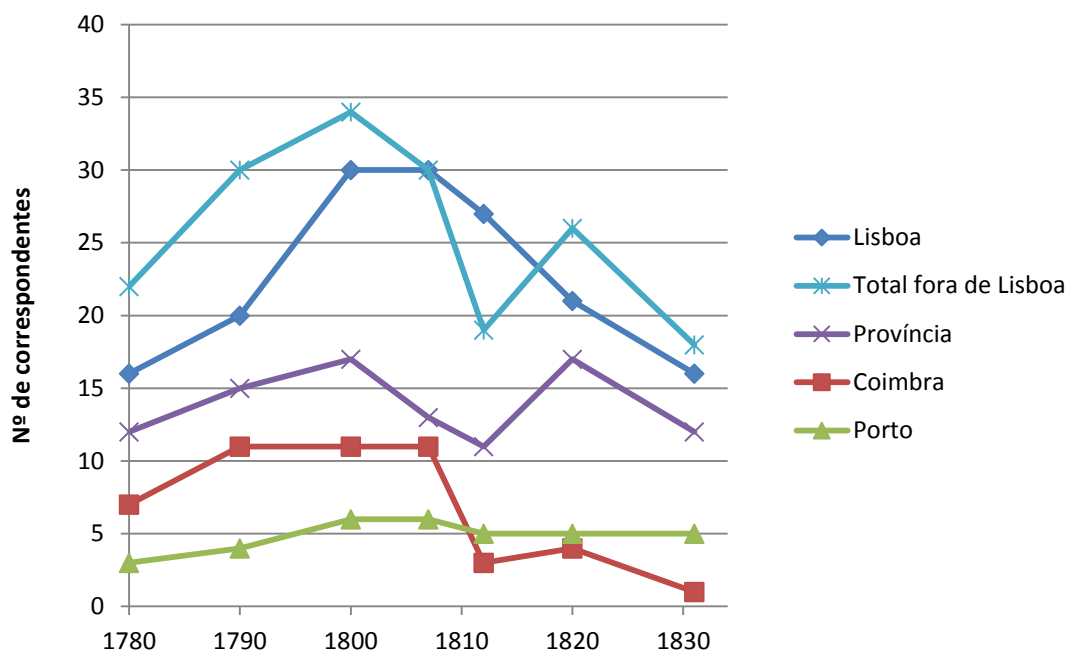
Os efeitos das invasões francesas na geografia da ACL foram diversos, variando consoante os feitos dos seus protagonistas. Alguns dos sócios da Academia foram empurrados para o Brasil na sequência da 1ª invasão francesa, acompanhando a corte na sua transferência para o Brasil (1808 – 1821); aconteceu assim com o efetivo José Dantas Pereira e com os honorários António de Araújo de Azevedo, D. Fernando José de Portugal e Castro, Tomás António Vila Nova Portugal e Rodrigo de Sousa Coutinho. Outros, acusados de colaborarem com o invasor jacobino, seriam forçados ao exílio como Domingos Vandelli, Cândido José Xavier (1772 – 1835), o conde da Ega ou José Liberato Freire de Carvalho (1772 – 1855). O conde da Ega seria eliminado da lista de 1812, reaparecendo depois em 1825, após a sua reabilitação, ao contrário de Vandelli que, tal como Correia da Serra, manteria o seu nome na lista dos efetivos até à data do seu falecimento em 1830.

Os correspondentes eram, de todas as cinco ordens de sócios da Academia, aqueles que apresentavam um maior grau de dispersão, tanto mais que não tinham o

constrangimento estatutário de viver a maior parte do ano em Lisboa. Distribuíam-se por Portugal, onde residiam maioritariamente, Brasil e pelo resto da Europa.

Dos residentes em Portugal, Lisboa tinha uma posição relativa maioritária quando comparada com o Porto, Coimbra e a província. Numa comparação entre os correspondentes de Lisboa e os correspondentes do resto do país, estes surgem em maioria com a exceção de um período que se estende desde o início das invasões francesas e termina um pouco antes da revolução vintista. No entanto, esta flutuação, sem dúvida potenciada por variáveis de contexto associadas às invasões, enquadra-se numa tendência iniciada anteriormente, na década de 1800, qual seja a da diminuição global do número de correspondentes (Gráfico 2.19).

Coimbra e o Porto tinham uma contribuição relativamente minoritária quando comparadas com a província. No caso de Coimbra, é possível verificar uma acentuada diminuição do número de correspondentes a partir da década de 1810, trocando de posição com o Porto. Esta diminuição, também assinalado na ordem dos efetivos e supranumerários, denuncia a importância cada vez menor que a UC foi tendo, desde o início do século XIX, nos destinos da ACL.



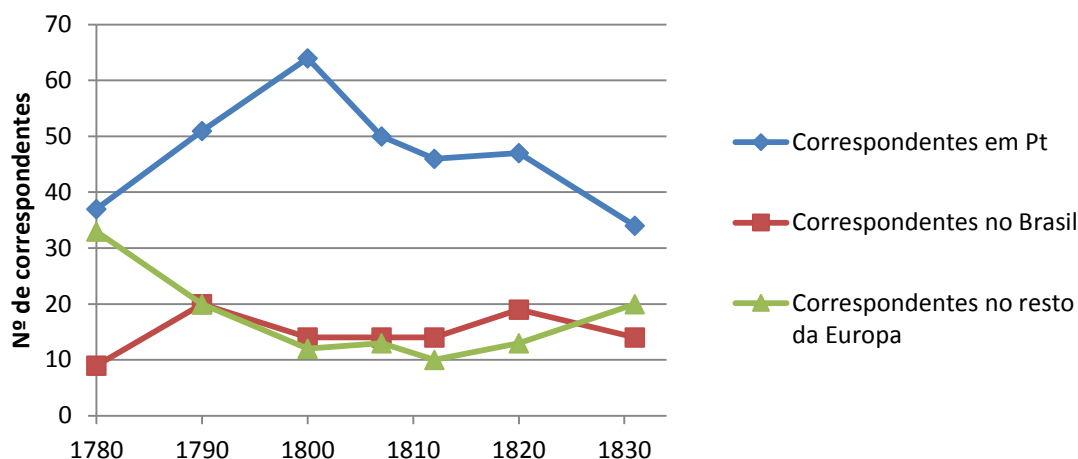
**Gráfico 2.19 – Evolução do número de correspondentes da ACL em Portugal.**

A presença de académicos correspondentes na província não significava forçosamente que aí tivessem a sua residência permanente ou que aí desenvolvessem a sua atividade profissional também de modo permanente. Alguns deles eram membros do clero, militares ou magistrados em comissões de serviço. Estando a maioria deles integrados na burocracia governamental, nomeadamente a judicial, e clerical, essa presença significava apenas uma estadia de alguns anos em comissão de serviço, conferindo-lhes assim um relativo grau de mobilidade.

### 2.3.1 – A rede luso-brasileira

A importância dos sócios da ACL de origem luso-brasileira iria aumentar nos anos subsequentes ao da fundação da Academia<sup>241</sup>. Logo no primeiro ano de

<sup>241</sup> O recenseamento dos sócios luso brasileiros da ACL até 1822 foi feito por Péricles Pedrosa Lima, *Homens de ciência a serviço da Coroa. Os intelectuais do Brasil na Academia Real das Ciências de Lisboa, 1779/1822*, Tese de Mestrado (Lisboa: Faculdade de Letras, 2009). Daqui



**Gráfico 2.20 – Evolução do número de correspondentes da ACL (1780/1831).**

funcionamento da ACL, o número de correspondentes recrutados do resto da Europa era bem superior ao dos luso-brasileiros - 33 para 9, respetivamente. No entanto, aquele número reduzir-se-ia, na primeira lista de sócios da ACL publicada dez anos depois, a 20 correspondentes europeus e os correspondentes brasileiros subiriam para 20 (Gráfico 2.20). O número dos correspondentes europeus passou assim a ser inferior ao dos correspondentes no Brasil e assim se manteria até finais da década de 1820. Esta brusca alteração, confirmada aliás nos anos subsequentes, ao dar uma maior importância ao eixo luso-brasileiro relativamente ao europeu, indicou uma reconfiguração nos objetivos iniciais do recrutamento dos sócios da ACL, sintonizando-a mais com os “sentidos do império” e conferindo-lhe uma especificidade que a distinguia das suas congéneres europeias.<sup>242</sup>

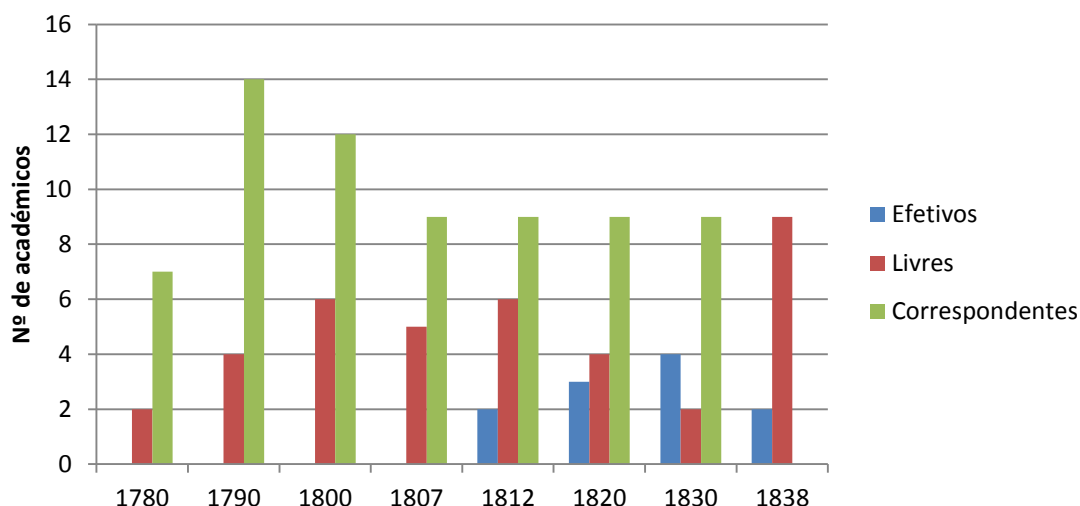
Tendo começado, em 1780, com 9 associados – 2 livres e 7 correspondentes –

---

recolhemos algumas informações biobibliográficas sobre alguns dos sócios luso brasileiros.

<sup>242</sup> “Sentidos do império” é o título de uma obra de Valentim Alexandre, *Os Sentidos do império. Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português* (Porto: Edições Afrontamento, 1993). A sintonia da ACL com os “sentidos do império” exprime o modo como o projetismo e memorialismo utilitarista da Academia se enquadrou, à época, com a política colonial desenvolvimentista da coroa,

eles passariam a 18 dez anos depois, sendo 4 sócios livres e 14 correspondentes (Gráfico 2.21). O primeiro luso-brasileiro a ser eleito sócio efetivo para a classe de Ciências Naturais, na assembleia extraordinária de 30 de Novembro de 1809, foi o sócio supranumerário José Bonifácio de Andrada e Silva (1763 – 1838), seguido, em 1812, de Mateus Valente do Couto (1770 – 1848) para a classe de Ciências Exatas.



**Gráfico 2.21 – Evolução do número de sócios luso-brasileiros na ACL (1780/1838).**

Os dados referentes ao ano de 1838 merecem uma leitura diferenciada dos restantes. Eles são consequência da alteração estatutária da ACL, ocorrida em 1834, em resultado da qual todos os brasileiros deixaram de figurar na lista dos correspondentes e passaram a pertencer à ordem dos sócios livres. Esta transferência tornou assim díspar, quando comparado com os anos anteriores, o número de livres e correspondentes para 1838.

Andrada e Silva e Valente do Couto permaneceriam nas listas até 1831. Mesmo após a independência do Brasil, quer Bonifácio da Andrada e Silva, quer Francisco Vilela Barbosa (1769 – 1846), outro efetivo luso-brasileiro da Classe das Ciências Exatas, continuaram a figurar como efetivos da ACL nas listas de 1831, apesar de já terem

regressado ao Brasil - o primeiro em 1819 e o segundo em 1823 - e de aí pertencerem à elite político-cultural brasileira.

A presença de académicos originários da colónia brasileira é explicável, num primeiro nível, à luz dos habituais processos de legitimação cultural de uma elite emergente, originária do Brasil, que encarou, primeiro a frequência da Universidade de Coimbra e depois a pertença à ACL, como mecanismos de promoção e reconhecimento sociocultural.<sup>243</sup> Por outro lado, a sua emergência como sócios da ACL decorre da mudança paradigmática marcada pela reforma pombalina da Universidade de Coimbra, a qual se traduziu, entre outros aspectos, pela criação de duas novas Faculdades, a de Filosofia e a de Matemática.<sup>244</sup> Estas Faculdades, para além da óbvia reconfiguração interna do panorama universitário, provocaram uma reconfiguração socioprofissional no panorama cultural dos finais de setecentos através da criação e legitimação de duas novas categorias profissionais, matemáticos, em sentido lato – astrónomos e geógrafos - e naturalistas, os quais passariam a integrar e a articular-se na rede burocrático-administrativa da governança enquanto elementos fundamentais da estratégia política colonial da Coroa portuguesa desde o último quartel do século XVIII até ao estabelecimento da Corte no Brasil. Dois dos vetores dessa política colonial protagonizada, primeiro por Martinho de Melo e Castro, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos entre 1770 e 1795 e continuada depois pelo seu substituto D. Rodrigo de Sousa Coutinho, a partir de 1796, consistiam na fixação dos limites territoriais do Brasil - perante a ameaça de outras potências

---

<sup>243</sup> Pode ver-se um exemplo desta legitimação e promoção no trabalho de Virgínia Trindade Valadares *Elites Mineiras setecentistas. Conjugação de dois mundos* (Lisboa: Edições Colibri, 2004).

<sup>244</sup> *Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)*, Livros I, II e III (Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1872).

coloniais europeias, nomeadamente a França e a Espanha<sup>245</sup> - e pela inventariação e exploração botânica, mineralógica e zoológica do mundo natural das colónias<sup>246</sup>.

Estas duas linhas estratégicas da política de então fornecem-nos o enquadramento político quer para as várias expedições de demarcação do Brasil – na sequência dos sucessivos tratados de limites assinados com a Espanha – quer para as viagens e explorações filosóficas efetuadas aos e nos domínios ultramarinos. Matemáticos, naturalistas e altos funcionários da burocracia político-administrativa – governadores, intendentess, juizes, capitães, etc. – constituíam uma malha de configuração flexível, por vezes pouco consistente, outras vezes dependente de circunstancialismos pessoais, por onde circulavam um conjunto de informações sobre a flora, a fauna e minerais potencialmente úteis à economia luso-brasileira.<sup>247</sup>

O aumento do número de livres/supranumerários luso-brasileiros até à década de 1810 pode ser entendido como uma extensão daquele empreendimento estratégico. Sendo filhos de famílias abastadas residentes na colónia brasileira, eram enviados para Portugal onde se graduavam pela UC ou, no caso de alguns médicos, também pelas Universidades de Montpellier ou de Leyde,<sup>248</sup> e, feitos sócios correspondentes da ACL, ganhavam um lugar na burocracia governamental, regressando ao Brasil, grande parte deles, onde desenvolviam o seu trabalho em diversas áreas da história natural, da química ou da mineralogia. Alguns dos que ficavam na Metrópole entravam num

---

<sup>245</sup>Sobre a arquitetura estratégica da política portuguesa no século XVIII veja-se Valentim Alexandre, *Os Sentidos do império*, *op. cit.* ( 242), pp.93 – 97.

<sup>246</sup> Veja-se, a este propósito, Oswaldo Munteal, *Uma Sinfonia para o Novo Mundo*, 2 vols., Tese de doutoramento (Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais / Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 1998) e Ronald Raminelli, *Viagens Ultramarinas. Monarcas, vassaloss e governo a distância* (São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2008).

<sup>247</sup> Ângela Domingues, *op. cit.* (232).

<sup>248</sup> Péricles Pedrosa Lima, *Homens de Ciência a serviço da Coroa*, p. 186.

processo de promoção académica que os levava até à posição de sócios supranumerários e, depois, sócios efetivos.

A mudança da corte para o Brasil em 1807, provocada pelas invasões francesas, deslocou e criou aí novos polos de legitimação política e até cultural; após a sua chegada, a nova corte tropical iniciou um processo de replicação da malha burocrática deixada na Metrópole: ministérios e secretarias, tribunais, juntas, escolas médicas e academias militares, imprensa, museus, jardim botânico e bibliotecas foram criadas à imagem e semelhança da configuração metropolitana.<sup>249</sup> A nova oferta cultural e científica que se foi progressivamente aí construindo tornou cada vez mais dispensável a travessia do Atlântico por parte da elite luso-brasileira que passou a dispor localmente de meios de legitimação cultural e política que antes vinha buscar a Lisboa ou a Coimbra. A partir da década de 1820, estes fatores, adicionados à independência do Brasil induziram uma diminuição progressiva, se bem que pouco marcada, de académicos luso-brasileiros nos corpos da ACL.

### **Conclusões**

As academias constituíram o veículo privilegiado de produção e organização do conhecimento no século XVIII e isso pressupunha, desde logo, a existência de atores com tempo e disponibilidade económica para se poderem dedicar a tal empreendimento o qual, na maior parte das vezes, era não remunerado ou, então, simbolicamente remunerado. Esta condição era, aliás, genericamente partilhada com qualquer outro sócio de qualquer outra academia científica europeia do século XVIII. Numa primeira

---

<sup>249</sup> Sobre a instalação da corte portuguesa no Brasil e as transformações culturais daí decorrentes pode ver-se Oliveira Lima, *D. João VI no Brasil* (Rio de Janeiro: ACD Editores, 2008) pp. 159 – 174.

aproximação, genérica e, porventura, redundante, poder-se-á dizer que o sócio da ACL era um membro da elite intelectual e social da sua época. O levantamento que acabamos de fazer permitiu-nos ir para além da redundância, precisar um pouco mais o carácter dessas pertenças, e identificar algumas das suas especificidades.

O *Plano de Estatutos* de 1780 pode ler-se - e o recenseamento aqui feito reforça essa leitura - como um dicionário bilingue que permite a tradução da ordem académica para a ordem social e desta para a ordem académica. Honorário era sinónimo de nobreza titulada e alto clero, o topo da burocracia aristocrático-clerical, detentora das “maiores Dignidades e empregos do Estado”. Efetivos ou livres eram os “sujeitos hábeis” que se ocupam das matérias que a Academia propõe, ocupados no ensino - no ensino público ou na Universidade de Coimbra – ou, ainda, detentores de vários cargos da administração pública, como vimos; é aliás daqui que eles retiravam o seu sustento económico. Quanto aos correspondentes, uma grande parte deles, separa-os dos anteriores a condição de estarem longe do poder central, fora de Lisboa, no resto do Reino ou nas Conquistas, nomeadamente no Brasil.

Nesta alocação que a ordem académica fazia da ordem social, o clero não honorário manteve na ordem académica uma contribuição coerente caracterizada por estar, para efetivos, livres e correspondentes, abaixo dos letrados não titulados e acima da nobreza fidalga. A ausência da burguesia de negócios ou industrial é uma constante durante todo este período. A posição dominante que o clero assumiu na ordem dos efetivos, nas primeiras duas décadas de funcionamento da ACL, foi-se esbatendo, acabando por ser aí uma presença minoritária, indiciando um certo grau de secularização da elite académica cujas origens são anteriores à fundação da ACL.

Tal como acontecia em muitas das academias científicas da Europa da altura, ser

académico da ACL não constituía uma ocupação profissional<sup>250</sup>. A maioria dos sócios da ACL suportava o seu exercício académico dedicando-se profissionalmente ao ensino ou desempenhando cargos e ofícios públicos, alheios, por vezes, ao objecto dos seus trabalhos académicos. Havia, no entanto, subjacente a este padrão profissional do académico, aparentemente uniforme, variações e modelos que importa salientar.

As listas de sócios da ACL publicadas ao longo dos anos no *Almanaque*, sob privilégio da Academia, permitem-nos descortinar as ocupações dos seus sócios fora da Academia: matemático/astrónomo ou naturalista ao serviço do Rei, geralmente no Brasil; professor na UC, médico – da câmara de Sua Majestade, na maioria das vezes – naturalista ou matemático, e que, anos depois, daria lugar ao engenheiro militar e/ou professor na Academia Real da Marinha e, por fim, o “magistrado filósofo”, graduado em direito, por vezes com passagens ou acumulando graduações na Faculdade de Matemática ou de Filosofia, e que encarava a aplicação da lei num quadro mais vasto em que a jurisprudência e as ciências naturais emergem ligadas e justificadas por uma ideologia da utilidade, da busca da felicidade e do bem públicos. Nos interstícios desta tipologia existiam ainda os professores régios, alguns deles membros do clero, os médicos na província, raros, e os cargos nos estabelecimentos científicos da Coroa como o Museu e Jardim Botânico, o Observatório Astronómico, o Observatório Real da Marinha, ou o Laboratório Químico da Casa da Moeda; por fim, os estrangeiros - membros prestigiados de academias europeias, alguns deles com posições determinantes nas respetivas hierarquias académicas e representando uma mais valia simbólica para a ACL como foram os casos de Joseph Banks, presidente da Royal Society,

---

<sup>250</sup> Para um estudo de caso sobre este tema aplicado à Académie des Sciences de Paris veja-se, Roger Hahn, “Scientific Research as na Occupation in Eighteenth-Century Paris”, *Minerva*, 13, 4 (1975), 501-513.

do marquês de Condorcet, secretário da Académie des Sciences, de Jean Bernoulli (1744 – 1807) ou de Peter Simon Pallas (1741 – 1811) da Academia das Ciências de S. Petersburgo.

Toda esta comunidade, apesar de ideológica e coletivamente empenhada no “adiantamento da Instrução Nacional, perfeição das Ciências e das Artes e aumento da indústria Popular”, não formava uma classe ou um grupo profissionalmente coeso empenhado no desenvolvimento e avanço da ciência, entendida esta como a procura/construção de um conhecimento racional sobre a natureza. Antes pelo contrário, ela era caracterizada pela disparidade na sua origem social e por um elevado grau de pulverização profissional. Para alguns deles, a história natural, a astronomia ou a medicina não foram mais que veículos de ascensão na burocracia técnico-administrativa. A sua perícia era colocada ao serviço da Coroa, no ensino ou nos ofícios públicos e valorizada enquanto tal. A sua atividade, enquanto astrónomos, matemáticos, naturalistas, médicos ou professores, era entendida como um meio de produção de conhecimento com propósitos utilitaristas, patrióticos, e contribuinte para o bem e felicidade públicas.



# 3

---

## Em busca de um programa

A atividade editorial da ACL – publicações periódicas e não periódicas, da mais diversa natureza – constitui um dos importantes instrumentos na determinação do percurso programático da Academia.

O primeiro texto publicado pela Academia haveria de ser também o seu primeiro programa posto a concurso cerca de seis meses antes da sua apresentação pública a 4 de Julho de 1780. Neste mesmo ano, a ACL publicaria ainda os seus primeiros estatutos e mais dois programas, estes agora com uma configuração que se manteria daí em diante, a saber, com os vários temas a concurso distribuídos pelas três classes da Academia: Ciências Naturais ou de Observação, Ciências Exatas ou de Cálculo e Literatura Portuguesa. Todos estes textos foram impressos na Regia Oficina Tipografica. Em 1780 a ACL não dispunha ainda de tipografia própria, o que só viria a acontecer em 1782, altura a partir da qual a Academia passaria a poder imprimir os seus programas e publicações.

Até 1787, para além do *Almanaque de Lisboa*, de que recebeu o privilégio de impressão por alvará régio de 22 de março de 1781<sup>1</sup>, a Academia iria publicar ainda um

---

<sup>1</sup> De acordo com este alvará – reproduzido, por exemplo, em *História e Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, V, 1 (1817) – a ACL passou a dispor do privilégio de exclusividade durante dez anos sobre a impressão e publicação de “hum Mappa Civil e Litterario” e de todas

conjunto de textos dedicados à temática da agricultura com a exceção das *Breves Instruções aos Correspondentes da Academia, sobre as remessas dos produtos naturais, para formar hum Museo Nacional* (1781), usualmente atribuídas a Vandelli<sup>2</sup>. Nesta época, em 1783, um outro texto haveria de sair da tipografia da Academia sem, contudo, ter a sua chancela; tratou-se do 1º tomo dos *Elementos de Chimica, e Farmacia relativamente á medicina, ás artes e ao commercio*, do sócio correspondente Manuel Joaquim Henriques de Paiva (1752 – 1829). Esta obra, composta por encomenda e dedicada ao Intendente Geral da Polícia, Diogo Inácio Pina Manique (1733 – 1805), é uma adaptação coligida e anotada por Paiva o qual refere, no prefácio da obra, ter recolhido “dos Chemicos mais célebres, e principalmente do Clarissimo Scopoli, os preceitos, regras, experiências, e até alguns períodos que formam o corpo dos presentes Elementos”<sup>3</sup>.

---

as suas obras, coleções e manuscritos, excetuando-se deste privilégio as obras particulares dos seus sócios, as impressas pela Universidade de Coimbra destinadas ao ensino bem como outras obras que já vinham sendo impressas por algumas corporações ou famílias particulares, a *Gazeta de Lisboa*, o *Jornal Encyclopédico* ou a *Folhinha* da Congregação do Oratório.

<sup>2</sup> A publicação das *Breves Instruções* ocorreu associada a alguns desentendimentos que envolveram o próprio Vandelli, o visconde de Barbacena, Correia da Serra e frei Joaquim de Santa Clara. As *Instruções* tinham sido escritas por Vandelli e – na opinião de Barbacena - deveriam ter sido apresentadas em sessão académica onde seriam designados um ou vários censores. Depois da análise dos censores e feitas as modificações achadas convenientes, em resultado do diálogo entre os censores e o autor, proceder-se-ia então à sua publicação. Só que, este processo, na versão de Barbacena, foi curto-circuitado por Correia da Serra que entregou logo a revisão do manuscrito a frei Joaquim de Santa Clara, sem passar por nenhuma sessão da Academia, e depois o enviou para impressão; ainda segundo Barbacena, quando Correia da Serra lhe enviou as primeiras provas da impressão aquele recusou-se a revê-las com o argumento de não terem sido seguidas as regras processuais da Academia. O manuscrito acabou por ser publicado com as alterações de frei Joaquim, tendo Vandelli manifestado o seu desagrado a Barbacena que, em resposta à carta de Vandelli, lhe relatou o sucedido (AHCACL, ms. 241, Série azul, transcrito em Cristóvão Aires, *Para a História da Academia das Ciências de Lisboa*, pp. 521 e 522).

<sup>3</sup> Sobre Manuel Henriques de Paiva veja-se Carlos A. L. Filgueiras, “ As vicissitudes da ciência periférica: a vida e obra de Manuel Joaquim Henriques de Paiva”, *Química Nova*, 14, 2 (1991), 133 – 141. Sobre a sua colaboração de Paiva com Pina Manique veja-se Laurinda Abreu, *Pina Manique. Um reformador no Portugal das Luzes* (Lisboa: Gradiva Publicações, 2013), pp. 336, 349.

A partir de 1788 verificou-se um aumento da atividade editorial da Academia, coincidente com a assunção do cargo de Secretário da ACL por parte de Correia da Serra em substituição do visconde de Barbacena que tinha sido, entretanto, enviado para o Brasil como Governador de Minas Gerais. Dá-se então início a um conjunto de publicações periódicas que haveria de marcar o panorama científico e literário português, a saber, as *Efemérides Náuticas*<sup>4</sup>, iniciadas em 1788, as *Memórias Económicas*<sup>5</sup>, cujo primeiro volume saiu em 1789, as *Memórias de Literatura*<sup>6</sup>, de que haveriam de se publicar os três primeiros volumes em 1792 e, depois, a partir de 1797, as *Memórias da Academia Real das Ciências* nas suas diferentes formulações<sup>7</sup>;

---

<sup>4</sup> As *Ephemerides Nauticas ou Diario Astronomico para o ano de ... Calculado para o meridiano de Lisboa* iniciaram a sua publicação anual em 1788 e terminaram em 1862 com uma interrupção entre 1808 e 1819. Ao todo foram publicados 65 volumes dos quais 37 até 1834. A literatura sobre as *Ephemerides Nauticas* é bastante escassa. Podem, no entanto, encontrar-se algumas referências em Rómulo de Carvalho, *A Astronomia em Portugal no século XVIII* (Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1985), pp. 85 – 89, António Estácio dos Reis, *O Observatório Real da Marinha* (Lisboa: CTT, 2009), pp. 139 – 143, em Fernando J. B. Figueiredo, *José Monteiro da Rocha e a actividade científica da “Faculdade de Mathematica” e do Real Observatório da Universidade de Coimbra (1772 – 1820)*, Tese de doutoramento (Coimbra: Universidade de Coimbra, 2011), pp. 365 – 37 e em António Canas, «Monteiro da Rocha e o Almanaque Náutico», in Jorge Semedo de Matos (org.), *António Estácio dos Reis – Marinheiro por vocação e historiador com devoção. Estudos de Homenagem* (Lisboa: Comissão Cultural de Marinha, 2012), pp. 23-35, e “A introdução do Almanaque Náutico em Portugal. O contributo de Monteiro da Rocha”, comunicação apresentada à *XIV Reunião Internacional de História de Náutica e da Hidrografia* (Coimbra: 23 a 25 de Outubro de 2008).

<sup>5</sup> Foram 5 os volumes de memórias que a ACL publicou - em 1789, 1790, 1791, 1812 e 1815 - sob o título de *Memórias Económicas da Real Academia das Ciências de Lisboa, para o Adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Indústria em Portugal, e suas Conquistas*.

<sup>6</sup> As *Memorias de Litteratura Portuguesa* iniciaram a sua publicação em 1792. Até 1814 foram publicados os tomos I, II e III em 1792; em 1793 o tomos IV e V; em 1796 o tomo VI; em 1806 o tomo VII; em 1812 a parte I do tomo VIII e em 1814 a parte II do tomo VIII.

<sup>7</sup> Esta publicação periódica teve um percurso editorial um pouco mais atribulado que referiremos adiante. Até 1835 foram publicados 12 tomos em 20 volumes. Começou por intitular-se, no primeiro tomo publicado em 1797, *Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*; nos dois tomos seguintes - tomo II em 1799 e Tomo III, 1ª parte em 1812 e 2ª parte em 1814 – levou o título de *Memorias de Mathematica e Physica da Academia Real das Ciências de Lisboa* fixando-se, a partir de 1815, em *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, título que manteve até 1854, altura a partir da qual cada uma das classes por que passou a ser constituída a ACL, depois da reforma estatutária de 1851, publicou separadamente as suas *Memorias da Academia Real das Ciências*. Veja-se no Anexo 3.A um quadro mais detalhado das publicações periódicas da ACL.

paralelamente, iam também sendo publicadas um conjunto de outras obras e coleções abrangendo as mais diversas áreas disciplinares bem como os programas de assuntos postos a concurso para atribuição de prémios.

Do conjunto das publicações periódicas da ACL, as *Memórias Económicas* foram aquelas que, ao longo dos anos, mereceram uma atenção mais persistente por parte dos historiadores do pensamento económico em Portugal. A reedição dos seus cinco volumes foi acompanhada dum estudo introdutório de José Luís Cardoso no qual se recuperam as contribuições historiográficas anteriores e se procede a uma classificação temática das memórias aí publicadas e à caracterização do perfil dos seus autores<sup>8</sup>. Este autor procedeu também à recuperação de algumas memórias económicas manuscritas que ficaram de fora da coleção *Memórias Económicas* publicada pela ACL e cuja publicação completaria, de algum modo, o desígnio programático encetado por aquela coleção<sup>9</sup>.

Numa abordagem mais recente no âmbito mais restrito da história da matemática em Portugal no século XIX, Luís Saraiva procedeu a um recenseamento da *História e Memórias* da ACL com o propósito de aí detetar os contribuintes e as contribuições de matemáticos portugueses desse século<sup>10</sup>. Nenhuma destas abordagens

---

<sup>8</sup> José Luís Cardoso (org. e introd), *Memórias Económicas da Real Academia das Ciências de Lisboa, para o Adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Indústria em Portugal, e suas Conquistas*, 5 vols. (Lisboa: Banco de Portugal, 1990-1991), vol. I, pp. XVII – XXXIII. Veja-se ainda, deste autor, *O Pensamento Económico em Portugal nos Finais do Século XVIII* (Lisboa: Editorial Estampa, 1989). Para uma revisão bibliográfica onde se analisa e procura esclarecer a indexação feita pela historiografia portuguesa, do memorialismo agrarista à tese fisiocrática, veja – se Rui Santos, “A nuvem por Juno? O tema da fisiocracia na historiografia do pensamento económico português”, *Análise Social*, 4ª série, 28, 121 (1993), 423 – 443.

<sup>9</sup> José Luís Cardoso (Introdução e notas), *Memórias Económicas Inéditas (1780-1808)* (Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1987).

<sup>10</sup> Luis M. R. Saraiva, “Mathematics in the *Memoirs* of Lisbon Academy of Sciences in the 19<sup>th</sup> century”, *Historia Mathematica*, 35 (2008), 302 – 326.

considerou a especificidade das publicações periódicas da ACL do ponto de vista do periodismo científico, tendo sido este implicitamente tomado como uma marca editorialmente neutra<sup>11</sup>.

Neste capítulo proceder-se-á ao recenseamento e análise global das obras impressas com a chancela da ACL e deter-nos-emos, de seguida, na determinação do perfil editorial das *Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, nas suas diferentes configurações. Esta é a única publicação periódica da ACL que se tem mantido desde o seu primeiro número, publicado há cerca de 217 anos. A sua duração e amplitude temática indiciam-na como uma das instâncias exemplares para a determinação do quadro programático da ACL nos primeiros cinquenta anos da sua existência.

Não abordaremos aqui as cerca de 198 memórias da área das ciências e da tecnologia submetidas ou oferecidas pelos sócios da Academia, mas não publicadas, nas coleções periódicas da ACL<sup>12</sup>. Algumas delas são anónimas, outras estão assinadas e outras, ainda, supõe-se, pelo seu objeto, terem sido concorrentes aos programas da Academia. Da totalidade das memórias manuscritas inéditas apenas 25 memórias – 21 memórias económicas, de autores diversos, e 4 memórias de Teodoro de Almeida –

---

<sup>11</sup> Apenas por comodidade e fluidez discursiva usaremos indiferentemente as expressões periodismo técnico-científico, periodismo científico ou periodismo académico para denotar as publicações periódicas da ACL. Sobre o periodismo científico em geral e a sua caracterização veja-se: David A. Kronick, *A History of Scientific and Technical Periodicals. The Origins and Development of the Scientific and Technological Press 1665 – 1790* (New York: The Scarecrow Press, 1962), especialmente os cap. II e VI e A. J. Meadows (ed.), *Development of Science Publishing in Europe* (Amsterdam: Elsevier Science Publishers, 1980).

<sup>12</sup> No catálogo de *Manuscritos da Série azul* da BAACL encontram-se referenciados vários volumes de manuscritos - ms. 351, 352 e ms. 373 ao ms. 377 - contendo memórias “que não tiveram lugar” ou “que não puderam entrar” ou, ainda, “que não foram julgadas para poderem entrar” , num total de 198 memórias.

foram objeto de análise e publicadas<sup>13</sup>.

Se, nalgumas memórias ainda inéditas, é óbvio o descuido com que o assunto é tratado, noutras, e à luz dos critérios editoriais contemporâneos inferidos, não é clara a razão da sua não impressão. Há até um caso de uma memória, não assinada, “Memoria sobre hum Pyrometro para determinar a dilatação comparativa dos líquidos. Utilidades deste Instrumento”, que sendo apresentada e aprovada não foi, contudo, publicada nas *Memórias da Academia*<sup>14</sup>.

Trata-se de um tema a exigir uma abordagem mais abrangente onde, a análise e confronto das censuras ainda existentes nos arquivos com as posições socioprofissionais dos seus autores e, ainda, a relevância temática, na altura, dessas memórias podem esclarecer melhor o respetivo destino editorial.

### **3.1 - Uma configuração editorial**

A atividade editorial da ACL ocorreu, no período em estudo, organizada em torno de duas linhas principais: a das publicações avulsas e a das publicações regulares ou periódicas. As publicações avulsas revestiam a forma de textos de autor, propostos por iniciativa dos seus associados e aprovados para publicação em sessão académica, ou ainda de textos cuja autoria era coletivamente assumida pela ACL. O primeiro texto de autor a ser publicado com a chancela da ACL, em 1784, foram as *Memorias e*

---

<sup>13</sup> Como já referimos no corpo do texto, algumas das memórias económicas manuscritas foram selecionadas e publicadas com um estudo introdutório por J. L. Cardoso, *op. cit.* (9). Sobre as 4 memórias inéditas de Teodoro de Almeida veja-se José Alberto Silva (Introd. e Coord. Editorial), *Teodoro de Almeida. Oração de abertura e memórias na Academia das Ciências de Lisboa* (Porto: Porto Editora, 2013).

<sup>14</sup> BACL, ms. 351, série azul, *Memórias de Matemática e Física que não tiveram lugar nas Coleções da Academia*, nº 25, “Memoria sobre hum Pyrometro para determinar a dilatação comparativa dos líquidos. Utilidades deste Instrumento”. Apresentada na Conferência de 28 de Mayo de 1817 e aprovada na de 16 de Junho, S. Trigozo, V. S., fls. 352 – 357.

*Observações sobre o modo de aperfeiçoar a Manufactura do Azeite de Oliveira em Portugal* de Giovanni Antonio Dalla Bella (1730 – 1823), sócio efetivo da classe das Ciências Naturais<sup>15</sup>.

As marcas destas iniciativas editoriais chanceladas pela ACL eram diversas. Antes da ACL dispor de tipografia própria, as publicações tinham inscritas na folha de rosto a sua divisa - *Nisi utile est quod facimus stulta gloria est* – ou o seu emblema contendo aquela divisa (Figura 3.1).



**Figura 3.1 – Emblema e divisa da ACL – *Nisi utile est quod facimus stulta gloria est*; por baixo da figura de Minerva lê-se: *Academia Scientiarum Lusitana*. Este emblema surgiu impresso pela primeira vez no programa de 3 de Outubro de 1781. Continua hoje a ser o emblema que figura nas publicações da Academia.**

A partir de 1784, para além da indicação da obra ter sido impressa na Oficina da Academia, surgia inscrito, ainda na folha de rosto, um emblema composto por um mocho pousado sobre um escudo contendo as armas portuguesas enlaçado com um ramo de louro e a vara de mercúrio (Figura 3.2)<sup>16</sup>.

---

<sup>15</sup>João António Dalla Bella, *Memórias e Observações sobre o modo de aperfeiçoar a Manufactura do Azeite de Oliveira em Portugal* (Lisboa: Na Officina da Academia Real das Sciencias, 1784). Podem ver-se alguns dados biográficos sobre Dalla Bella em Ugo Baldini, “Dalla Bella,, Giovanni Antonio”, *Dizionario Biografico degli Italiani* - Volume 31 (1985) ([http://www.treccani.it/enciclopedia/Dalla-bella-giovanni-antonio\\_\(Dizionario-Biografico\).13/4/3013](http://www.treccani.it/enciclopedia/Dalla-bella-giovanni-antonio_(Dizionario-Biografico).13/4/3013)) e também em Fernando J. E. Reis, “Dala Bella (1730 – c. 1823”, <http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/p34.html>.

<sup>16</sup> Estes elementos mantiveram-se ao longo do tempo com ligeiras alterações na sua posição relativa.



A



B

**Figura 3.2 – Emblema que integra a folha de rosto das publicações da ACL a partir de 1784 (A) e uma versão do mesmo (B) que passou a figurar na folha de rosto das publicações desde 1830**

Um outro elemento que se acrescentava aos anteriores e caucionava a publicação como sendo da responsabilidade da Academia consistia em inscrever na folha a seguir à folha de rosto um extrato da ata da sessão académica em que foi aprovada a impressão da referida obra, às custas da Academia.

### **3.1.1 - Catálogos de um *corpus***

O *corpus* editorial aqui analisado foi essencialmente construído com base num conjunto de informações constantes nos sucessivos catálogos que a ACL foi publicando. Estes catálogos – grande parte dos quais vinham anexados às obras que entretanto iam sendo publicadas - utilizavam métodos de organização que alternavam entre o cronológico e o temático. Para além disso, o grau de detalhe ou informação dos conteúdos das obras ia também variando.

O primeiro destes catálogos apareceu anexado ao tomo I das *Memórias Económicas* (1789). Aí eram listadas nove das obras já impressas e mandadas publicar

pela Academia, com indicação do título, autor, formato e o preço por que eram vendidas. Este foi um modelo, o dos catálogos anexados às publicações, adotado pela Academia para divulgação das suas obras. Os catálogos assim publicados iam sendo atualizados, ao ritmo das publicações da Academia, com a adição das obras que entretanto iam sendo impressas.

Paralelamente, ocorreu a publicação de catálogos autónomos, o primeiro dos quais em 1819<sup>17</sup>. Neste, os títulos das obras impressas, com os respetivos índices, eram agrupados por Artigos – Collecções, Sciencias Naturaes, Sciencias Exactas, Litteratura e História e Obras Inéditas e Reimpressões – sendo indicadas, para cada uma das obras, as datas das publicações. Os catálogos que se lhe seguiram adotaram, uns, uma organização cronológica das obras, e outros, o agrupamento das obras por temas ou rubricas. Ao longo de todo o século XIX seriam publicados mais 18 catálogos, o último dos quais em 1893<sup>18</sup>.

O critério de inclusão e/ou exclusão das obras nestes catálogos não foi uniforme; alguns textos impressos e publicados pela Academia não foram incluídos por lapso, outros foram depois excluídos por se terem esgotado e outros houve ainda que foram incluídos sem que a sua publicação tivesse sido determinada pela Academia. Esta variabilidade de critérios só viria a ser corrigida aquando da publicação, em 1905, do *Catálogo das obras à venda na Typographia da Academia Real das Sciencias (1779 – 1904)* da autoria do sócio efetivo e último administrador da tipografia da ACL, Alberto

---

<sup>17</sup>Inocência no vol. XXII, p. 8, do seu *Dicionário Bibliográfico* dá notícia da publicação de um outro catálogo, de 1812, cuja impressão infere ter sido feita na tipografia da Academia, *Catálogo das Obras impressas, e mandadas publicar pela Academia Real das Sciencias de Lisboa, com os preços por que se vendem brochadas* (Lisboa: s. n., 1812).

<sup>18</sup> O recenseamento destes catálogos foi feito por Inocência, *Dicionário Bibliográfico*, pp. 7 – 8.

Alexandre Girard (1860 – 1914)<sup>19</sup>. Girard organizou o seu catálogo distribuindo as obras da ACL por cinco itens ou artigos: I – Publicações Periódicas, II – Extractos das Memórias, Allocuções e Elogios contidos nas Publicações Periódicas, III – Collecções, IV – Obras Diversas e V – Obras não Académicas. As omissões dos catálogos anteriores foram corrigidas e foram excluídas as obras que antes tinham sido erradamente incluídas. Cada obra apreço referenciada pelo autor, quando o tem, pelo título, ano de publicação, edições, formato e número de páginas. Apesar de completo na enumeração das publicações da ACL – e por isso, determinante na inventariação das mesmas - o catálogo é omissivo acerca dos conteúdos de cada uma das obras aí listadas; no caso das publicações periódicas, e ao contrário de catálogos anteriores, não são incluídos índices de autores e/ou das memórias que as compõem. O recurso e confrontação deste catálogo com os catálogos anteriormente publicados e a consulta das obras neles referenciadas permitiram um cruzamento de informações que levaria à definição completa do *corpus* editorial da ACL durante o primeiro meio século (1780/1834) do seu funcionamento.

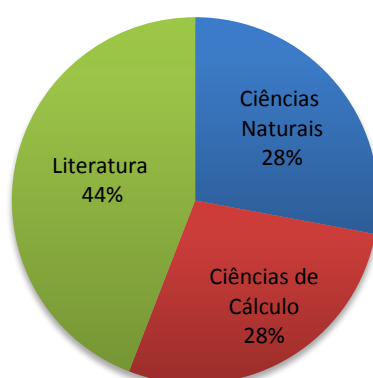
### 3.1.2 – Recenseamento e demarcação

Durante este período, a ACL publicou cerca de 304 títulos, nos quais se incluem, os 54 programas de temas postos a concurso, 29 números do *Almanaque* e os 69 volumes das suas quatro publicações periódicas, atrás referidas, *Memórias Económicas*, *História e Memórias*, *Efemérides Náuticas* e *Memórias de Literatura*.

---

<sup>19</sup> Na “Advertência” com que Girard introduz o seu *Catálogo*, pode ler-se ainda uma síntese das diferentes metodologias usadas nos sucessivos catálogos publicados pela Academia (Alberto Alexandre Girard, *Catálogo das obras à venda na Typographia da Academia Real das Sciencias (1779 – 1904)*. Anexo à obra “*As Publicações da Academia Real das Sciencias de Lisboa*” (Lisboa: Por ordem e na Typographia da Academia, 1905)).

A Academia publicou ainda outras coleções que podemos adjetivar de compilações periódicas mas cuja especificidade as coloca fora do periodismo científico aqui analisado. Nelas não se publicavam memórias. Tratava-se de coleções construídas no quadro programático da ACL, tendo como propósito o recenseamento e registo de fontes manuscritas depositadas em cartórios e bibliotecas do reino, bem como a compilação e reedição de autores e livros inéditos da história portuguesa. Foram os casos da *Collecção de Livros Inéditos de Historia Portuguesa* (1790 – 1824), em 5 tomos, dos quais os três primeiros publicados sob coordenação de Correia da Serra e os dois últimos sob coordenação da Comissão de História da Academia Real das Sciencias de Lisboa, da *Colecção dos Principais Autores da Historia Portuguesa* (1806 – 1809), em 8 tomos, constituída por uma reedição das três primeiras partes da *Monarquia Lusitana*, as duas primeiras de Fr. Bernardo de Brito e a terceira de Fr. António Brandão e da *Collecção de Notícias para a História e Geographia das Nações Ultramarinas* (1812 – 1856), em 7 tomos.

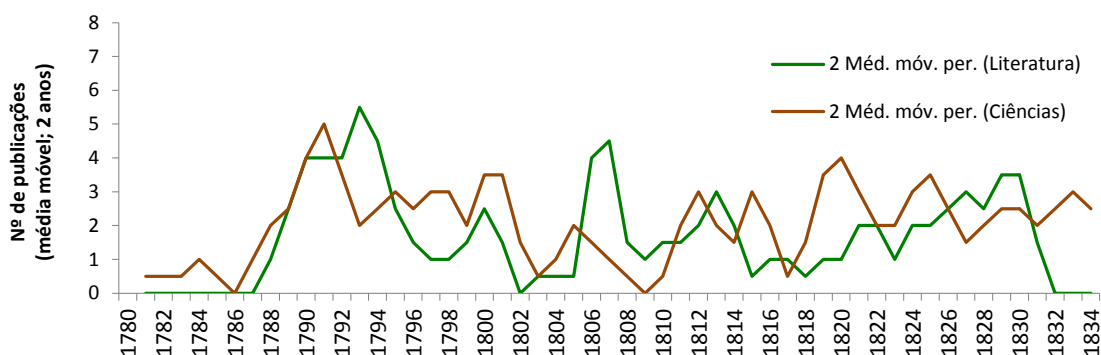


**Gráfico 3.1 – Distribuição das publicações da ACL (1780/1834) pela três áreas disciplinares: Ciências de Cálculo, Ciências de Observação e Literatura.**

Distribuindo as diferentes publicações da ACL pelas três áreas disciplinares correspondentes às classes em que a Academia se organizava – classe das Ciências

Naturais ou Ciências de Observação, classe das Ciências de Cálculo ou de Matemática e classe de Belas Letras ou Literatura Portuguesa – verifica-se uma predominância significativa de publicações na área da Literatura (90 - 44%), relativamente às Ciências de Cálculo (57 - 28%) e às Ciências Naturais (57 - 28%) (Gráfico 3.1). As *Memórias Económicas* e as *Memórias de Literatura* foram arrumadas, respetivamente, nas classes de Ciências Naturais e de Literatura, fazendo corresponder cada tomo à edição de uma obra nestas áreas disciplinares<sup>20</sup>.

Este predomínio global da Literatura – relativo, uma vez que as Ciências somavam globalmente uma contribuição de 56%, a que correspondia um total de 114 publicações contra as 90 de Literatura – teve flutuações ao longo do período aqui considerado (Gráfico 3.2).



**Gráfico 3.2 – Comparação entre as médias móveis das publicações em Ciências e em Letras (1780 - 1834).**

Até 1788, oito anos após a fundação, nem as Ciências de Cálculo, nem a Literatura estavam ainda contempladas no catálogo das publicações da ACL que, até aí,

<sup>20</sup> Não foram aqui contabilizados o *Almanaque*, os *Programas* e as *Historia e Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Tratam-se de publicações que, pela sua especificidade, não são indexáveis a qualquer das três áreas disciplinares aqui demarcadas.

contava com 17 obras publicadas<sup>21</sup>. Este espectro alargar-se-ia a partir desse ano com a publicação de duas obras da classe de Literatura - a *Historiae Juris Civilis Lusitani* de Pascoal de Mello Freire dos Reis (1738 – 1798) e *Osmia - Tragedia de assumpto portuguez em cinco actos*, atribuída a Teresa Josefa de Mello Breyner (1739 – 1798), condessa do Vimieiro<sup>22</sup> - e ainda do primeiro número das *Efemérides Nauticas ou Diario Astronomico para o anno de 1789 (EN)*<sup>23</sup>.

O direito e a história da legislação portuguesa corresponderam a 40 % da produção editorial da ACL na área das Belas Letras; seguiram-se-lhe a história e a língua e literatura portuguesas com 30% cada.

No total das 57 obras publicadas pela ACL na área das Ciências de Cálculo, 37 referem-se aos números das *EN* o que significa que nos primeiros 50 anos da Academia foram publicadas apenas 20 obras/manuais, distribuídas pela matemática (12, com 2 reedições), astronomia (4), tática e artilharia naval (2) e música (2). A primeira obra da

---

<sup>21</sup> Eram elas: o *Plano de Estatutos, as Breves Instruções...*, sobre as remessas dos produtos naturais (1781), 12 programas, 5 números do *Almanaque, os Elementos de Chimica e Farmacia* (1783) de Henriques de Paiva, 2 memórias de Dalla Bella sobre a manufatura do azeite e a cultura das oliveiras, um inquérito dirigido aos lavradores - *Perguntas de Agricultura dirigidas aos Lavradores de Portugal* (1787), atribuído a Domingos Vandelli – e um *Prospecto da Obra Periodica sobre a Agricultura de Portugal* (1787), sem autor declarado.

<sup>22</sup> Esta obra concorreu ao programa do concurso de 10 de Maio de 1785 da ACL que, na classe de Literatura Portuguesa, propôs como tema a premiar “Huma tragedia Portuguesa”. Das três obras que concorreram foi premiada a tragédia *Osmia*. Anunciada a obra vencedora na sessão pública de 13 de Maio de 1788 e chegado o momento de se abrir o bilhete contendo o nome do autor verificou-se haver aí apenas uma recomendação à Academia de que o valor do prémio fosse atribuído à memória que melhor indicasse um remédio para tratar a ferrugem das oliveiras. Sobre a atribuição da autoria da *Osmia* à condessa do Vimieiro e a sua relação com a ACL por via do duque de Lafões veja-se Raquel Bello Vázquez, *Uma certa ambição de gloria. Trajectória, redes e estratégias de Teresa de Mello Breyner nos campos intelectual e do poder em Portugal (1770 – 1798)*, 2 vols., tese de doutoramento (Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, Faculdade de Filologia, 2005), nomeadamente pp. 88 – 141 e 314 – 451 do primeiro volume.

<sup>23</sup> As outras obras publicadas em 1788 foram o *Almanach para o anno de MDCCLVIII*, doravante referido como *Almanaque*, e o 1º tomo das *Memorias de Agricultura premiadas pela Academia Real das Sciencias de Lisboa em 1787 e 1788*.

classe das Ciências de Cálculo sairia apenas em 1794, *Compendio da Theoria dos Limites, ou Introducção ao Methodo das Fluxões*, sendo o seu autor Francisco Borja Garção Stockler (1759 – 1829)<sup>24</sup>.

Dos oito autores de obras publicadas nesta área apenas dois não eram professores de matemática em academia militares. Foram eles o padre jesuíta Estêvão Cabral que publicou um *Tratado de Agrimensura* (1795) e Joaquim Maria de Andrade (1768 – 1830), professor de Astronomia na Universidade de Coimbra, diretor do seu Observatório Astronómico e autor dum *Ensaio de Trigonometria Spherica para servir de introducção ao Tratado de Astronomia Physica de Mr. Biot* (1828).

Os outros seis sócios da ACL eram professores, ou na Academia Real da Marinha, ou na Academia dos Guardas Marinhas, e as obras publicadas tinham como propósito servir de textos de apoio ao ensino da náutica nessas academias. Para além de Stockler<sup>25</sup>, Manuel do Espírito Santo Limpo ( 1755 - 1809), professor na Academia Real da Marinha e depois diretor do Observatório Real da Marinha publicou, enquanto sócio correspondente da Academia, *Principios de Tactica Naval* (1797); José Maria Dantas Pereira (1772 – 1836), professor na Academia dos Guardas Marinhas, publicaria umas *Taboas Logarithmicas calculadas até à septima casa decimal* (1804); Francisco Villela Barbosa (1769 – 1846), professor na Academia Real da Marinha, publicaria uns *Elementos de Geometria* (1815) e um *Breve Tratado de Geometria Esférica* (1817) que incorporava as duas reedições dos seus *Elementos* em 1817, 1819 e 1841. Também o

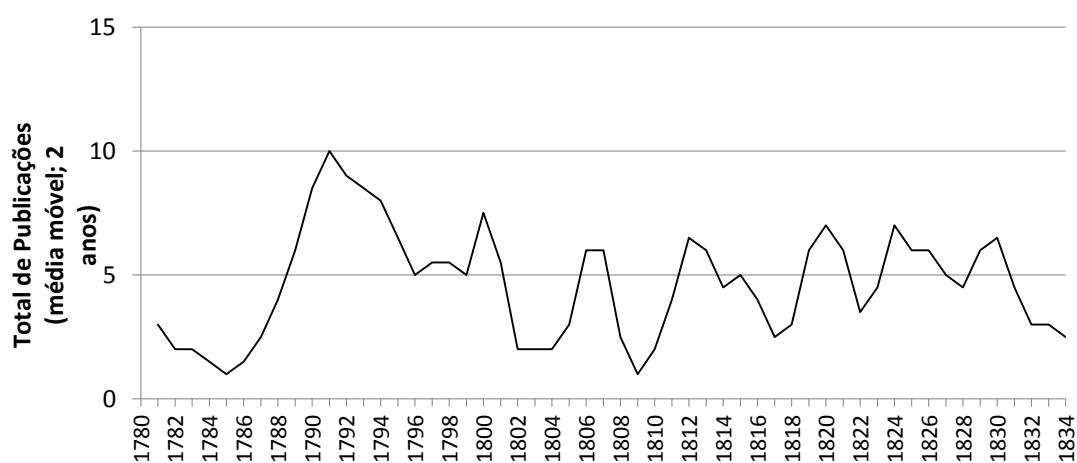
---

<sup>24</sup> Sobre Stockler veja-se Cecília Honório, *A Natureza e o Homem nos Caminhos do Saber e do Poder – Francisco de Borja Garção Stockler (1759 – 1829)* (Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 2012).

<sup>25</sup> Stockler publicaria ainda uma *Lettre a M. le Redacteur da Monthly Review ou réponse aux objections qu'on a faites dans ce journal à la méthode des limites des fluxions hypothétiques* (Lisbonne: De l'Imprimerie de l'Académie des Sciences, 1800) e o 1º volume das suas *Obras* (1805).

*Tratado de Trigonometria Rectilínea e Spherica*, de Mateus Valente do Couto (1770 – 1848), inicialmente publicado numa 1ª edição como *Breve Tratado de Trigonometria Spherica* (1808), teve a 2ª e a 3ª edições publicadas pela ACL, em 1819 e 1825. O ensino da artilharia naval na Academia dos Guardas Marinhas foi ainda objecto dum *Compendio Theorico-pratico de Artilharia Naval, extractado e redigido dos mais celebres e modernos autores e acomodado para servir de Compendio Lectivo da Academia Real dos Guardas Marinhas* (1829) de um dos seus professores e sócio correspondente da Academia António Lopes da Costa Almeida (1787 – 1859). Fora deste contexto, mas ainda da autoria de um professor da Academia Real da Marinha, Rodrigo Ferreira da Costa (1776 – 1825), surgiram os *Principios de musica ou exposição methodica das doutrinas da sua composição e execução* (1º volume, 1820 e 2º volume, 1824).

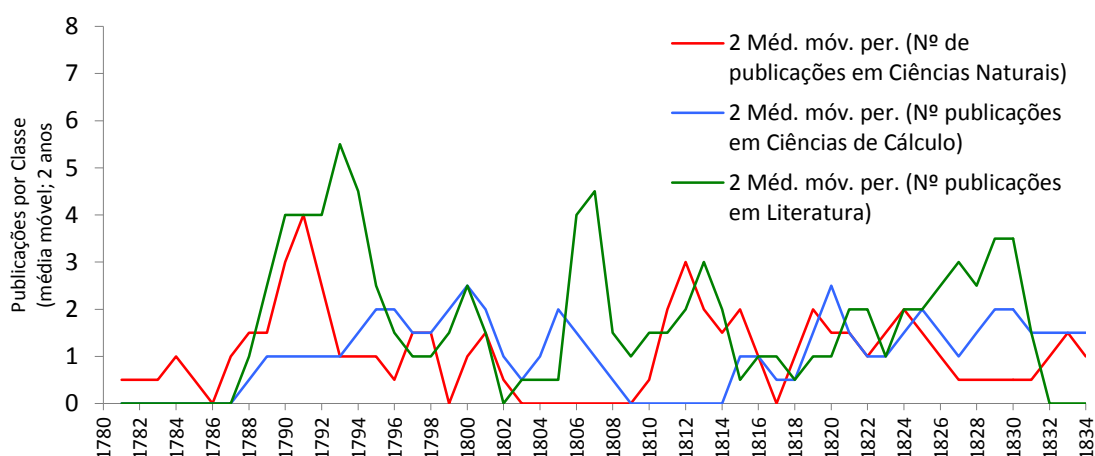
Nas 57 obras de Ciências Naturais ou de Observação, salientavam-se a higiene e saúde públicas (22), seguidas da agricultura (11), da economia (9), nas quais se incluem os 5 volumes das *ME*, da botânica (4), da medicina (2) e depois, com uma publicação cada, a química e farmácia, cartografia, física e química, história da medicina, viagens filosóficas, química, museu e mineralogia.



**Gráfico 3.3 – Média móvel do total das publicações da ACL no período 1780-1834.**

O início da década de 1790 foi um ano muito produtivo no que respeita à atividade editorial da ACL (Gráfico 3.3). A seguir a este pico de atividade verifica-se uma diminuição global média, embora com algumas oscilações, da produção editorial da ACL que tem, no período que coincide com as invasões francesa, o seu valor mais baixo. Verificar-se-á depois uma ligeira retoma a partir da década de 1810 sem, contudo, alcançar os valores da década de 1790. O pico de produtividade da década de 1790 esteve basicamente associado a publicações na área da Literatura e das Ciências Naturais, com um predomínio da primeira (Gráfico 3.4) que, como referimos, se inaugurou apenas em 1788 com a publicação de uma obra de poesia, *Osmia*, de Teresa de Mello Breyner, e uma outra de direito, *Historiae Juris Civilis Lusitani* de Pascoal de Mello.

Na área das Ciências Naturais são as publicações sobre agricultura que ocupam os primeiros anos da atividade editorial da ACL para, a partir da década de 1790, ceder o lugar à higiene e saúde públicas. Em 1790, de entre as 10 obras publicadas nesse



**Gráfico 3.4 – Média móvel das publicações da ACL, por Classe/área disciplinar, no período 1780-1834.**

ano, estavam o *Tratado de Educação Física dos Meninos para uzo da Nação Portuguesa*, do médico brasileiro Francisco de Mello Franco (1757 – 1823) e um folheto intitulado

*Avisos interessantes sobre as mortes apparentes, mandados recopilar por ordem da Academia. Recopiladas da collecção da Sociedade humana de Inglaterra das obras de M. Pia e M. Gardanne*<sup>26</sup>. Inaugurar-se-ia aqui, com estas duas publicações, uma linha editorial que a ACL prosseguiria ao longo dos anos seguintes, marcada pela edição de textos de natureza médica, articulados por uma retórica baseada na preservação da higiene e saúde públicas.

Temas como a preservação da peste, as moléstias que grassam na cidade de Lisboa, regras de higiene para conservar e prolongar a vida, a higiene militar e naval, cuidados sobre a utilização das águas minerais, a vacina antivariólica, a epidemia de “cholera-morbus”, a alimentação dos expostos e a organização de um regimento de polícia de saúde em todo o reino irão constituir os objetos dessas publicações, em livro ou em folheto, impressas por ordem da Academia.

O número de obras na área da medicina, nas suas várias componentes – higiene e saúde públicas, medicina e história da medicina – têm um peso global significativo (39%) quando comparado com o das outras áreas englobadas nas Ciências Naturais. Este padrão acompanha o padrão do perfil profissional dos sócios da Academia analisado no capítulo anterior. Ele indicia um processo de autonomização profissional na medicina portuguesa que passaria pela criação da Sociedade das Ciências Médica de Lisboa (1822) e das Escolas Médico-Cirúrgicas de Lisboa e do Porto (1836).

---

<sup>26</sup> M. Pia era Philippe Nicolas Pia (1721 – 1799), boticário, vereador da cidade de Paris e pioneiro do socorrismo aos afogados e autor de *Détail Des Succès De L'Etablissement Que La Ville De Paris A Fait En Faveur Des Personnes Noyées & qui a été adopté dans diverses Provinces de France* (Paris: Chez Augustin-Martin Lotti, 1777) ([http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/pharm\\_0035-2349\\_1997\\_num\\_85\\_315\\_4543](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/pharm_0035-2349_1997_num_85_315_4543). 3/1/2015) e M. Gardanne era Joseph Jacques de Gardanne, médico e professor na Faculdade de Medicina da Universidade de Paris e autor de *Catéchisme ou Les Morts Apparentes dites Asphyxies* (Paris: De L'imprimerie de Valade, 1782).

### 3.1.3 – Modalidades de um tráfico editorial

Pascoal de Mello, era lente da cadeira de Direito Pátrio na Faculdade de Leis da Universidade de Coimbra, tendo sido eleito sócio supranumerário em 16 de Janeiro de 1780 e depois sócio efetivo em 1 de Abril de 1791. Para além da *Historiae*, Mello publicaria ainda, nos anos seguintes, com a chancela da ACL, as *Institutiones Iuris Civilis Lusitani* (4 vols., 1789 – 1793), com 4 reedições, e *Institutiones Iuris Criminalis Lusitani* (1794). A reedição destas obras – que tiveram o maior número de reedições de todas as publicações da ACL e cuja venda constituiu uma fonte significativa de receitas<sup>27</sup> - seria objecto de disputa entre a ACL e a Universidade de Coimbra quando, por aviso régio de 7 de Maio de 1805, esta foi autorizada a adotar e reeditar as obras de Mello Freire para serem utilizadas como livros de texto para os terceiro e quarto anos da cadeira de Direito Pátrio da Faculdade de Leis<sup>28</sup>. O prefácio que abria a reedição coimbrã foi considerado insultuoso pela ACL – tendo o governo, onde estava o marquês de Borba, vice-presidente da ACL, mandado expurgá-lo de todos os exemplares já impressos pela Universidade, na sequência de um aviso de 8 de Maio de 1816, emitido pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino – e levou à expulsão da lista dos sócios de um dos seus autores, Francisco Freire de Mello (1762 – 1838), sobrinho de Pascoal de Mello Freire e

---

<sup>27</sup> AHCACL, Livro 20 A, *Ferías e Recibos desde 6 de Julho de 1811 a 27 de Junho de 1812*, fl. 218, e Livro 21 A, *Ferías e Recibos desde 3 de Julho de 1812 a 26 de Junho de 1813*, fls. 358 – 360.

<sup>28</sup> Na assembleia do Conselho de 18 de Julho de 1811 é referido que “na oficina da Universidade de Coimbra se estão imprimindo as obras do nosso sócio Sr. Pascoal José de Melo, contra o privilégio e propriedade da Academia, a quem pertencem as mesmas obras; e assentou-se em que se verifique isto para no caso de ser assim possa a Sociedade retomar a observância do decreto de seu privilégio e a sua propriedade” (AHCACL, Livro 24B, *Sessões do Conselho e das Assembleias Gerais, 8 de Junho de 1810 – 12 de Janeiro de 1827*). Quer o aviso régio de 7 de Maio de 1805, quer o extrato do alvará de 22 de Março de 1781 que excecionava a Universidade do privilégio de impressão concedido à ACL, passariam a abrir os volumes das obras de Pascoal de Mello editadas pela Universidade. Veja-se, por exemplo, <http://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/7702.pdf> (1/6/2014).

sócio correspondente da ACL<sup>29</sup>. Freire de Mello reage pedindo a devolução das suas duas memórias arquivadas na ACL – uma das quais premiada num dos concursos da Academia – e escrevendo um violento *Discurso anti-académico* que só sairia em 1821, e onde ataca os comportamentos da ACL e da Universidade em todo este processo<sup>30</sup>.

Uma das acusações que Freire de Mello fez à ACL foi a de atribuir o desleixo das reedições das obras de seu tio à pressa quase clandestina com que as mesmas foram reimpressas pela ACL, não informando o autor do facto – nomeadamente das 2ª e 3ª reimpressões da *Institutionum Juris Criminalis Lusitani*, feitas com a data da 1ª - para, assim, poder ficar com todos os proveitos da mesma. Independentemente da justeza, ou não, desta acusação, ela vem chamar a atenção para o facto de, estatutariamente, poderem os autores ficar com metade da edição de uma obra por eles proposta à ACL e adoptada por esta. De acordo com uma disposição aprovada em 27 de Julho de 1788, para além desta modalidade, podiam verificar-se ainda mais duas hipóteses: no caso das obras impressas serem compostas de novo por ordem da ACL, os autores ficavam com toda a edição e no caso das obras inéditas serem impressas por ordem da ACL, os editores ficam com um quarto da edição<sup>31</sup>. Não é claro nos registos encontrados,

---

<sup>29</sup> A edição foi coordenada pelo revisor da Imprensa da Universidade, bacharel em Cânones, Joaquim Inácio de Freitas (? – 1831). Alguns exemplares do prefácio apreendido encontram-se em ANTT, Ministério do Reino, mç. 460, cx. 576.

<sup>30</sup> A história e alguns dos documentos deste processo foram transcritas em António José Teixeira, “Uma questão de imprensa no princípio do século actual”, *O Instituto*, XXXVI (1888-1889), 39 – 45, 159 – 163, 380 – 384, 523 – 528, 776 – 781 ([https://bdigital.sib.uc.pt/institutocoimbra/UCBG-A-24-37a41\\_v036/UCBG-A-24-37a41\\_v036\\_item1/P212.html](https://bdigital.sib.uc.pt/institutocoimbra/UCBG-A-24-37a41_v036/UCBG-A-24-37a41_v036_item1/P212.html), 2/6/2014). O assunto foi também tratado em D. António Pereira Forjaz, “Alguns quadros históricos da vida da Academia das Ciências de Lisboa”, *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, nova série, XXXIV (1962), 285 e segs.

<sup>31</sup> Esta disposição estatutária foi aprovada em assembleia de efetivos de 27 de Julho de 1788 (AHCACL, Livro 26 B – *Actas das Assembleias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, 10 de Janeiro de 1780 – 11 de Fevereiro de 1810). O termo “inédito” refere-se, aqui, a obras escritas por outros autores, ainda não publicadas, por vezes manuscritos antigos, e que eram editadas por algum académico por ordem da Academia. Foi o caso, entre outros, do manuscrito adquirido pela ACL, o *Soldado Prático* de Diogo do Couto (1542 – 1616), editado pelo sócio efetivo António

embora seja muito provável, que a ACL se encarregasse do processo de distribuição e comercialização, através dos livreiros, das suas obras e entregasse depois as quantias correspondentes desse negócio aos seus autores<sup>32</sup>.

Cada sócio, à exceção dos correspondentes, tinha direito a um exemplar de qualquer obra publicada pela ACL. No entanto, “os correspondentes que se distinguiram pelo seu trabalho” podiam ser recompensados com oferta das obras que a Academia ia publicando<sup>33</sup>. As livrarias públicas de Lisboa, a Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho e a Universidade de Coimbra também eram contempladas com a distribuição / oferta das obras da ACL<sup>34</sup>.

As obras impressas eram vendidas na Academia e também pelos vários livreiros da cidade de Lisboa, ao preço indicado nos sucessivos catálogos publicados pela ACL. Nestes catálogos eram indicados locais de venda das obras em Lisboa como “loja de Bertrand”, “loja da Gazeta”, “lojas de Mercadores de Livros, na Rua das Portas de Santa Catarina”, e também em Coimbra e no Porto, na loja de Francisco Luís de Andrade. A

---

Caetano do Amaral (1747 – 1819), e publicado por ordem da Academia, em 1790.

<sup>32</sup> O caso do autor de uma obra ficar com a totalidade da edição, com um óbvio prejuízo financeiro para a ACL, ocorreu, pelo menos, e tanto quanto foi possível saber dos registos existentes, com o caso do sócio Francisco Dias Gomes (1745 – 1795). Na assembleia de 17 de Outubro de 1797, depois confirmada em assembleia do Conselho de 16 de Novembro de 1799, a Academia decidiu entregar à viúva e filhos de Francisco Dias Gomes, a totalidade da edição das *Obras Poéticas* impressas pela tipografia da Academia. As *Obras Poéticas* de Francisco Dias Gomes foram publicadas em 1799 com um prefácio /elogio histórico de Francisco Borja Garção Stockler (<https://archive.org/stream/obraspoeticasdef00dias#page/n7/mode/2up> 21/6/2014).

<sup>33</sup> Decisão tomada na assembleia do Conselho de 13 de Julho de 1789 (AHCACL, Livro 26 B – *Actas das Assembleias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, 10 de Janeiro de 1780 – 11 de Fevereiro de 1810). Na ata da assembleia do Conselho de 1 de Agosto de 1789 apareceu, pela primeira vez, uma lista de 21 correspondentes a quem era reconhecido o privilégio de receberem as obras que a Academia ia publicando.

<sup>34</sup> As livrarias públicas de Lisboa, referidas nas assembleias da ACL, a quem eram distribuídas as coleções da Academia eram a Real Biblioteca Pública, as livrarias dos conventos de S. Domingos, da Ordem Terceira de S. Francisco, de S. Francisco da Cidade, da Casa das Necessidades e da Casa do Espírito Santo (*Collecção Systematica das Leis e Estatutos, por que se tem governado a Academia Real das Sciencias de Lisboa* (Lisboa: Na Typografia da mesma Academia, 1812), pp. 43, 44).

ACL dispunha também de “comissários” - termo por que eram designados os responsáveis locais pela venda das suas obras recebendo, por isso, uma comissão - no Brasil, em Pernambuco e no Maranhão.

As obras da ACL funcionaram, em circunstâncias variadas, como moeda de troca nas transações que a Academia mantinha com alguns livreiros - nomeadamente Borel, Pedro Rey, Bertrand e Reycend<sup>35</sup>. Frequentemente, os saldos contabilísticos da venda das obras da Academia, por parte destes livreiros, e a compra de obras a estes livreiros, por parte da Academia, eram acertados através da troca de livros constantes nos respetivos catálogos cujos preços eram convenientemente negociados<sup>36</sup>.

Os preços de catálogo oscilavam entre um mínimo de 120 réis - para o folheto *Breves Instruções aos Correspondentes da Academia sobre as remessas dos productos naturaes, para formar um Museu nacional* – e os 2000 réis por volume das *Memorias da Academia Real das Sciencias*. Entre estes extremos haviam as *Efemérides Náuticas* ao preço de 360 réis por volume e as *ME* ou as *ML*, vendidas a 800 réis cada tomo. Distante deste intervalo estava o 1º e único volume do *Diccionario da Lingoa Portuguesa* (1793),

---

<sup>35</sup> Sobre os canais de penetração do livro estrangeiro em Portugal veja-se João Luís Lisboa, *Ciência e Política. Ler nos finais do Antigo Regime* (Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica / Centro de História da Cultura de Universidade Nova de Lisboa, 1992), pp. 65, 66. Nesta obra encontra-se ainda uma abordagem mais ampla ao processo de leitura enquanto fenómeno público nos finais do Antigo Regime. Para uma análise dos catálogos dos principais editores estrangeiros em Portugal e alguns dados biográficos de alguns deles – Bertrand, Chardron e Férin – veja-se Fernando Guedes, *O Livro e a Leitura em Portugal. Subsídios para a sua história, séculos XVIII – XIX* (Lisboa e São Paulo: Editorial Verbo: 1987).

<sup>36</sup> A troca de livros dos catálogos da ACL com os dos constantes nos catálogos dos livreiros estrangeiros referidos no texto é um tema recorrente nas reuniões do Conselho da ACL. A título de exemplo, a ata da reunião do Conselho de 17 de Janeiro de 1807 não é mais que uma lista de livros a adquirir ao livreiro Pedro José Rey: “Determinou o Conselho que se comprassem a Pedro José Rey as Obras seguintes: Obras Filosóficas de Mr. D’Alembert em 16 volumes; Geometria de posição, por Carnot; Medida do Arco do Meridiano entre Dunquerque e Barcelona, por Mr. Mechain e Delambre; Historia Celeste, por Mr. Lalande” (AHCACL, Livro 26 B – *Actas das Assembleias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, 10 de Janeiro de 1780 – 11 de Fevereiro de 1810).

vendido ao preço de 4800 réis.

Não existem dados absolutos, rigorosos ou coerentes, sobre as tiragens de cada uma das obras chanceladas pela ACL ou sobre listas de subscritores para além do universo académico. No entanto, tal não impede que se proceda, a partir de outros indícios, a uma abordagem do contexto de receção da produção editorial da Academia.

No que respeita às tiragens, as informações que foi possível recolher revelam-se algo contraditórias. Numa ata da sessão do Conselho de 17 de Maio de 1800 pode ler-se “Que as impressões ou reimpressões das Obras da Academia sejam daqui em diante do nº de 500 exemplares, suposta a pouca extracção dellas”<sup>37</sup>. Três anos depois, numa outra sessão do Conselho de 29 de Julho de 1803, ficou decidido “que das Taboas Trigonometricas se tirem somente dois mil e quinhentos exemplares”<sup>38</sup> para, volvido mais três anos, numa sessão extraordinária do Conselho de 31 de Outubro de 1806, se decidir “que se imprimão por ora somente seiscentos exemplares das Taboas Trigonométricas”<sup>39</sup>. Não existem “Taboas Trigonometricas” no catálogo da ACL, sendo muito provável que aquele título se refira à *Supplementa tabularum logarithmicarum et trigonometricarum cum versione introductionis germanicae in latinum sermonem secundum ultima auctoris concilia amplificata curante Antonio Felkel* (1798) de J. H. Lambert (1728 – 1777); esta obra é uma tradução para latim - feita pelo professor de origem polaca Anton Felkel (1740 - ?), na altura professor na Casa Pia de Lisboa - numa outra tabela publicada em alemão pelo matemático suíço J. H. Lambert<sup>40</sup>. Felkel é

---

<sup>37</sup> AHCACL, Livro 26 B, “Assembleia do Conselho de 17 de Maio de 1800”.

<sup>38</sup> *Idem*, “Assembleia do Conselho de 29 de Julho de 1803”.

<sup>39</sup> *Idem*, “Assembleia do Conselho de 31 de Outubro de 1806”.

<sup>40</sup> Johann Heinrich Lambert, *Zusätze zu den Logarithmischen und Trigonometrischen Tabellen zur Erleichterung und Abkürzung der bey Anwendung der Mathematik vorfallenden Berechnungen* (Berlin: Haude und Spener, 1770) (Denis Roegel, *A reconstruction of Felkel's primes and factors* (1776) – Introduction, <http://locomat.loria.fr/felkel1776/felkel1776doc1.pdf> (23/6/2014)).

referido como um autor de tabelas de números primos e de decomposição fatorial - chegando a inventar uma máquina de calcular para o efeito - na sequência dum desafio lançado por Lambert em 1770, quando este publica um conjunto de tabelas e refere a vantagem em se conhecer a factorização de qualquer número entre 1 e 1000 000, apenas pela consulta de uma tabela <sup>41</sup>. Foram aquelas tabelas de Lambert que Felkel retomou, traduziu para latim e depois publicou com a chancela da ACL, em 1798. Independentemente da identificação da obra em questão, é razoável supor que as tiragens das obras impressas e publicadas pela ACL estivessem compreendidas, em média, num intervalo de 500 a 2000 exemplares, dependendo do tipo de obra. O seu sucesso editorial estava dependente quer do seu objecto, quer do preço a que eram vendidas.

Cada livro publicado pela ACL – nomeadamente os de carácter técnico-científico - protagoniza um processo de dupla delimitação do público a que se destina. Não é só o livro enquanto objecto tipográfico e, portanto, passível de ser abordado como elemento de transação comercial / financeira, com um preço que, por si, escolhe o público a que se destina, mas é também o livro enquanto veiculo de um conhecimento específico que, também por si, delimita a natureza do público que o recebe. Assim, o público que, virtualmente, teria condições económico-financeiras para adquirir qualquer livro vendido pela Academia como, por exemplo, *Osmia, tragédia de assumpto português*, de Teresa de Mello Breyner (1739 – 1798), constitui um domínio mais extenso do que aquele com predisposição para adquirir uma publicação de carácter mais técnico como as *Efemérides Náuticas*, ou o *Tratado de Agrimensura* do padre jesuíta Estêvão Cabral

---

<sup>41</sup> Denis Roegel, *Idem*, p. 3.

(1734 – 1811), ou ainda o *Compendio da Theorica dos Limites* de Francisco Garção Stockler (1759 – 1829), apesar de qualquer uma destas obras ter preços dos mais baixos no catálogo da Academia, 360 réis para as *Efemérides* e 240 réis para as restantes.

A comparação dos preços a que as obras da Academia eram vendidas com os salários e alguns bens de primeira necessidade, da altura, permite-nos aferir do grau de acessibilidade destas publicações e o tipo de público com disponibilidade financeira para o fazer. Num ofício do Intendente Geral da Polícia, João de Matos e Vasconcelos Barbosa de Magalhães, de 25 de Junho de 1814, enviado ao governo, a dar conta da situação da população de Leiria, pode ler-se uma relação dos preços de alguns géneros praticados na cidade de Leiria. Um alqueire de trigo custava entre 680 e 700 réis, o do milho entre 400 e 500 réis e o centeio oscilava entre os 400 e os 700 réis por alqueire; a canada (1,5 L) de azeite ia de 240 a 280 réis e o do vinho de 100 a 140 réis. Um arrátel (0,459 kg) de carne de vaca era vendido a 160 réis e a mesma quantidade de toucinho ia de 240 a 260 réis. A jorna diária dos homens, quando havia trabalhos no campo, ia de 300 a 400 réis e a das mulheres de 240 a 280 réis, valores que baixavam para menos de metade quando lhes era oferecido vinho ou alimentação; estes preços devem-se comparar com os praticados até 1807, antes das invasões francesas, que eram de 120 a 200 réis e de 70 a 100 réis, respetivamente. Já a jorna de um oficial pedreiro ou de um oficial carpinteiro de casas era de 480 réis.<sup>42</sup> Se se considerar um intervalo temporal mais longo e um contexto mais urbano, como Lisboa, verifica-se que o salário nominal de um oficial carpinteiro variou dos 350 réis diários, nos finais do século XVIII, até aos 700 réis na década de 1810 para depois voltar a descer para os 350 réis na década seguinte<sup>43</sup>.

---

<sup>42</sup> ANTT, Ministério do Reino, mç. 460, cx. 576.

<sup>43</sup> Nuno Luís Madureira, *Mercado e Privilégios. A Indústria Portuguesa entre 1750 e 1834* (Lisboa: Editorial Estampa, 1997), p. 276.

O grau de literacia destas categorias profissionais – presumindo uma taxa de alfabetização de cerca 10 %, para uma população estimada em cerca de 3 milhões no virar do século XVIII para o XIX<sup>44</sup> - bem como o nível salarial aqui referenciado não eram, obviamente, favoráveis à aquisição das publicações da ACL, cujo intervalo de custo ia dos 240 aos 2000 réis.

A situação era diferente quando se consideram os potenciais consumidores dessas publicações e que aqui serão genericamente referenciados como profissionais letrados. Magistrados, professores, militares, médicos e cirurgiões, boticários, membros do clero e funcionários superiores do aparelho administrativo estatal constituem, grosso modo, um universo virtualmente receptivo às propostas editoriais da ACL. Esta tipologia é detetável tanto na lista de subscritores de uma publicação da década de 1760 como a *Gazeta Literária* (1761 – 1762), como na lista de subscritores duma publicação periódica de divulgação científica de finais do século XVIII e início do século XIX como o *Jornal Enciclopédico*.<sup>45</sup> Da comparação entre os perfis socioprofissionais dos subscritores destas duas publicações e dos sócios da ACL, traçado anteriormente – professores, médicos e militares, estando estes, na sua grande maioria, ligados ao ensino nas academias militares - resulta uma significativa sobreposição entre o perfil da lista dos subscritores daqueles periódicos e o dos potenciais leitores das obras da ACL.

---

<sup>44</sup> Maria João Guardado Moreira e Teresa Rodrigues Veiga, “A evolução da população”, in Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva (org.), *História Económica de Portugal (1700 – 2000)*, volume 1 – O século XVIII (Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2005), pp. 36 – 46.

<sup>45</sup> Sobre o *Jornal Enciclopédico* veja-se Fernando J. E. Reis, *Felicidade, Utilidade e Instrução. A divulgação científica no Jornal Enciclopédico dedicado à Rainha 1779; 1788 – 1793; 1806* (Porto: Porto Editora, 2005), pp. 5 e 6. Para uma caracterização dos públicos de uma obra da segunda metade do século XVIII como a *Recreação Filosófica* do padre Teodoro de Almeida (1722 – 1804) e que, em boa aproximação, se podem tomar como coincidentes com os da ACL veja-se José Alberto Silva, *A apropriação da filosofia natural em Teodoro de Almeida (1722 – 1804)* (Lisboa: CIUHCT – Centro Interuniversitário de História das Ciências e da Tecnologia, 2009), pp. 81 – 89.

Apesar da língua ser um óbice à circulação, nos países estrangeiros, das obras impressas pela Academia, esta não deixou de explorar alguns veículos de divulgação das mesmas. Aproveitando o conhecimento da língua alemã de um dos seus sócios, Johann Wilhelm Christian Muller (1752 – 1814), imigrado alemão, ex-pastor luterano e que haveria de ser eleito posteriormente secretário da ACL, aquele foi encarregue, numa assembleia do Conselho, de fazer extratos das obras da Academia para serem publicados nos jornais alemães. Tratou-se, no entanto, de uma iniciativa pontual e sem sequência como, aliás, se lamentou Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato, vice-secretário da Academia que, no seu elogio histórico de Muller, proferido na assembleia pública de 24 de Julho de 1815, refere não ter sido esta iniciativa “sustentada com maior constância”<sup>46</sup>.

A presença de livreiros estrangeiros em Lisboa que funcionavam como intermediários no negócio dos livros facilitava também a colocação das obras da ACL em cidades como Paris, na loja do livreiro Théophile Barrois, Lejeunne, ou em Leyde, na loja do livreiro Lutchmans, havendo ainda indicação numa das atas da assembleia do Conselho da Academia da existência de um tráfico análogo com livreiro(s) de Rouen<sup>47</sup>.

A ACL participava também no circuito de reconhecimento mútuo entre as várias academias europeias através da troca das respetivas publicações. Algum deste tráfico emerge ocasionalmente nos registos das suas sessões onde são referidas trocas de publicações com a “Sociedade Geológica de Londres”, através do seu secretário Henry Warburton (1784 – 1858)<sup>48</sup>, com a “Sociedade Real de Londres”, as Academias das

---

<sup>46</sup> Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato, “Elogio Histórico de João Guilherme Christiano Muller”, *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, VI, I(1815), LXVI.

<sup>47</sup> AHCACL, Livro 26 B, “Assembleia do Conselho de 15 de Maio de 1801”.

<sup>48</sup> AHCACL, Livro 27 B - *Livro do Assento dos Socios que assistem a cada Assembleia, 1808 a 1825*, “Assembleia ordinária de 23 de Novembro de 1814”, fl. 94 v. Trata-se da London Geological

Ciências de Berlim e de S. Petersburgo e a “Sociedade Filosófica de Philadelphia”<sup>49</sup>.

### 3. 2 – História e Memórias da Academia Real das Ciências

As publicações periódicas da ACL constituíram um corpo editorial contemporâneo do periodismo enciclopédico / de divulgação científica de finais do século XVIII e início do século XIX<sup>50</sup>. O periodismo científico produzido pela ACL era, ao contrário do periodismo enciclopédico seu contemporâneo, um periodismo institucional, mais especializado e dirigido a um público-alvo mais restrito. O seu carácter institucional conferia-lhe um maior grau de durabilidade, resguardando-o, em certa medida, dos circunstancialismos pessoais e/ou políticos e das dificuldades financeiras que afetavam de modo mais premente a sobrevivência das várias publicações de divulgação científica desta época<sup>51</sup>. Tal não significa, contudo, que ao longo dos anos, os periódicos da ACL não tenham sofrido dos mesmos impactos de contexto – invasões, guerra, ausência da corte no Brasil, carências financeiras e outras

---

Society.

<sup>49</sup> AHCACL, Livro 26 B, “Assembleia do Conselho de 31 de Janeiro de 1806”. Respetivamente, Royal Society of London, Académie Royale des Sciences et Belles-Lettres de Prusse, Academia Scientiarum Imperialis Petropolitanae (Académie Impériale des Sciences de Saint Pétersbourg) e American Philosophical Society.

<sup>50</sup> Sobre o periodismo de divulgação científica em Portugal, na transição do século XVIII para o século XIX e início do século XIX, veja-se: Fernando J. E. Reis, *A divulgação científica em periódicos enciclopédicos portugueses, 1779 - 1820*, dissertação de mestrado (Lisboa: Universidade Nova de Lisboa / FCT / Seccão Autónoma de Ciências Sociais e Aplicadas, 1998), *Os periódicos portugueses da emigração (1808 – 1820). As ciências e a transformação do país*, tese de doutoramento (Lisboa: Universidade Nova de Lisboa / FCT, 2007) e *Felicidade, Utilidade e Instrução*, op. cit. (45), Maria de Fátima Nunes, *Imprensa periódica científica (1772 – 1852)* (Lisboa: Estar Editora, Lda, 2001).

<sup>51</sup> Esta precariedade era partilhada com grande parte das publicações científicas europeias (A. A. Manten, “Development of European Scientific Journal Publishing before 1850”, in A. J. Meadows op. cit. (11), p. 8. Veja-se, a propósito dos problemas de sustentabilidade financeira do periodismo enciclopédico em Portugal, por ausência de um número suficiente de subscritores, o caso do fim da publicação do *Semanário de Instrução e Recreio*, Fernando J. E. Reis, op. cit. (50), pp. 27 e 28.

– que afetaram a Academia. As várias atribuições que assolaram o periodismo académico ficaram bem marcadas tanto pela sua irregularidade periódica como pelas reformulações editoriais que foram ocorrendo. O intervalo temporal que separava números consecutivos de cada uma das publicações periódicas da Academia era de 1 ou mais anos - com a exceção das *Memórias de Literatura* cujos tomos I, II e III foram todos publicados em 1792 e os tomos IV e V em 1793 (Anexo 3.A) – indiciando a relevância dos fatores de contexto na gestão editorial da Academia.

A condição institucional dos periódicos da ACL era inerente a uma certa rigidez editorial. Não havia um circuito epistolar com os leitores e qualquer grau de polémica era deslocado para publicações estranhas à Academia, nas quais estavam envolvidos alguns dos seus sócios. Eram os casos do *Jornal Enciclopédico* - de que a ACL era subscritora e que teve como editores, entre outros, os sócios da Academia Félix António Castrioto ( ? – 1798), o médico Manuel Joaquim Henriques de Paiva (1752 – 1829) e o professor de gramática e latim, Joaquim José da Costa e Sá (1740 – 1803) - ou do *Jornal de Coimbra*, lido nas assembleias da Academia, levado por um dos seus editores, o médico José Feliciano de Castilho (1788 – 1826).

Com um leque temático bastante extenso, como aliás denunciavam os respetivos títulos, e como iremos ver no caso das *História e Memórias da Academia*, o propósito que lhes era subjacente era um só, ancorado numa espécie de hibridismo programático, sintetizado logo no primeiro parágrafo do *Plano de Estatutos*, que as consagrava à glória e felicidade públicas, à perfeição das ciências e das artes e ao aumento da indústria popular<sup>52</sup>.

---

<sup>52</sup> *Plano de Estatutos*, p.3.

Em 1788 saiu o primeiro número das *Ephemerides Nauticas ou Diario Astronomico para o anno de 1789. Calculado para o meridiano de Lisboa (EN)*, em formato *in-8º*, a cargo do capitão de Artilharia e professor na Academia Real da Marinha, Custódio Gomes Vilas-Boas (1744 – 1808), coadjuvado por Francisco António Ciera (1763 – 1814) e Francisco Borja Garção Stockler (1759 – 1829). Em 1789 coube a vez às *Memórias Económicas (ME)* iniciarem a sua publicação, introduzidas por um *Discurso Preliminar* atribuído a Correia da Serra e, em 1792, surgiram os três primeiros tomos das *Memórias de Litteratura Portuguesa (ML)*.

As *EN* foram a única publicação periódica da Academia que manteve um projeto editorial autónomo das restantes, tendo também mantido uma linha editorial constante ao longo de todos os anos da sua publicação. Tratava-se de uma publicação de carácter técnico-científico, destinada a um público definido logo pelo seu primeiro editor, Custódios Gomes Villas-Boas, no Prólogo da edição de 1791, a saber, “todos os elementos necessários para a prática da Navegação” de que a “Academia deseja muito se aproveitem os Pilotos Portugueses”<sup>53</sup> - e dependente dum reduzido e quase sempre constante, grupo de calculadores, o que lhe conferiu estabilidade e permanência editorial, à exceção do período 1808 – 1819 em que não foi publicada.

Tal não aconteceu com os outros periódicos da Academia. Em 1797 foi publicado o 1º tomo das *Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Nesta data as *Memórias de Literatura* já iam no seu 6º tomo e as *Memórias Económicas* no seu 3º tomo. A relação entre estas três publicações periódicas da ACL ficaria esclarecida numa “Advertência” que introduz o 2º tomo das *Memórias*, publicado em 1799 mas agora sob

---

<sup>53</sup> *Ephemerides Nauticas ou Diario Astronomico para o anno de 1792. Calculado para o meridiano de Lisboa*, Prologo (Lisboa: Na Officina da mesma Academia Real, 1791), pp. IV e V.

um diferente título: *Memorias de Mathematica e Physica da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Segundo esta “Advertência”, a ACL tinha determinado que, após a publicação do 1º tomo das suas *Memorias*, as memórias da Academia passassem a ser publicadas em três “Collecções separadas debaixo dos títulos de: *Memorias de Litteratura Portuguesa, Memorias Economicas e Memorias de Mathematica e Physica*”.

Esta configuração editorial ir-se-ia manter até que, numa assembleia ordinária de 14 de Dezembro de 1814, sob o argumento de se estar a atrasar consideravelmente a publicação dos diferentes volumes de memórias, com “prejuízo dos Autores”, se decidiu publicar anualmente um só volume composto de duas partes: uma primeira parte em que se publicaria a “Historia da Academia do ano precedente” e uma segunda onde constariam as memórias apresentadas naquele período e que tenham sido consideradas dignas de publicação, qualquer que fosse o tema que versassem<sup>54</sup>. Em consequência, as *Memórias de Literatura*, iniciadas em 1792, deixariam de se publicar em 1814, com a parte II do seu oitavo e último tomo e, logo no ano seguinte, seria publicado o quinto e último tomo das *Memórias Económicas* cujo primeiro tomo tinha saído em 1789. As *Memorias de Mathematica e Physica* passaram então a chamar-se, desde o seu quarto tomo, em 1815, *Historia e Memorias da Academia Real das Ciências de Lisboa (HM)*, estando agora organizadas em 3 partes ou secções<sup>55</sup>. A primeira secção, intitulada “História”, continha um relato da atividade da Academia no ano precedente – “Discurso Histórico” - e era geralmente assinada pelo secretário ou vice-secretário; nesta secção incluíam-se também discursos vários, relatórios, programas, listas de sócios ou de donativos e ainda os elogios históricos dos sócios falecidos. Seguia-se-lhe

---

<sup>54</sup> AHCACL, Livro 27 B, fl. 96.

<sup>55</sup> Doravante designada, em todas as suas versões editoriais, por *HM*.

uma segunda secção contendo as “Memórias de Sócios” e, por último, uma terceira secção com as “Memórias de Correspondentes”. Este foi o figurino habitual seguido em quase todos os tomos publicados até à revisão estatutária de 1834. Excetuaram-se deste modelo os tomos X (1827, 1830), XI (1831, 1835) em que a última secção, “Memórias de Correspondentes”, deixou de constar.

A decisão tomada nessa assembleia ordinária de 1814 significou mais que uma mera reconfiguração editorial promovida com propósitos de minimizar o tempo de publicação das memórias. Subjacente e concomitante a esta reconfiguração editorial esteve uma mudança geracional que trouxe com ela um realinhamento programático da ACL. A decisão de se “imprimir uma collecção das Memorias Economicas” foi tomada numa sessão do Conselho de 10 de Novembro de 1788 a que assistiram Lafões, Bartolomeu da Costa (1732 – 181), Jacob Crisóstomo Pretorius (1730 – 1798), João Faustino (? – 1819), Joaquim de Fóios (1733 – 1811) e Correia da Serra (1751 – 1823), todos eles, à exceção de Pretorius, fundadores da Academia<sup>56</sup>. Vinte e seis anos depois, à exceção do oratoriano João Faustino, nenhum dos fundadores esteve presente na assembleia da ACL que determinou o fim das *Memórias Económicas*. Nesta assembleia estiveram presentes os sócios da geração que sucedeu aos fundadores e cujas preocupações programáticas eram já paralelas às de Vandelli, Lafões ou até mesmo Correia da Serra. De entre os presentes na assembleia ordinária de Dezembro de 1814 estavam dois médicos – José Feliciano de Castilho (1769 – 1826) e Justiniano de Melo Franco (1774 – 1839) - de um grupo de médicos que circulava frequentemente pelas reuniões da Academia e no qual se incluíam Bernardino António Gomes (1768 – 1823),

---

<sup>56</sup> AHCACL, Livro 26 B, “Assembleia do Conselho da Academia Real das Sciencias de 19 de Novembro de 1788”.

Francisco de Melo Franco (1757 – 1823), José Martins da Cunha Pessoa (1745 – 1822), Francisco Soares Franco (1771 – 1844) e outros que referiremos noutro capítulo deste trabalho<sup>57</sup>. Os médicos marcavam uma presença permanente nas sucessivas assembleias da Academia e, pelo menos desde o início da década de 1810, coube-lhes a iniciativa de protagonizar, renovando-o, o lema fundacional da ACL – *Nisi utile est quod facimus stulta est gloria*. Esses médicos veiculavam uma medicina de pendor higienista e monopolizada por preocupações de saúde pública que passou a ocupar um lugar relevante na atividade da ACL. A história natural de pendor agrarista, enquanto elemento instrumental na procura do bem e utilidade pública – de que as *Memórias Económicas* foram a expressão mais marcada – passou a partilhar a cena, por vezes num lugar secundário, com essa nova irrupção programática.

As *Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa* foram as últimas das quatro publicações periódicas da Academia a iniciarem a sua publicação. Elas foram também, até hoje, as únicas sobreviventes, o que talvez não seja alheio às variadas reformulações editoriais. O período aqui em análise decorre desde o ano da sua publicação, 1797, até 1834 /35, altura da entrada em vigor da primeira reconfiguração estatutária mais significativa desde a fundação da ACL.

Neste período foram publicados 11 tomos, correspondentes a 16 volumes, já que alguns desses tomos eram constituídos por duas partes publicadas em anos diferentes. Até 1814, data da reconfiguração editorial atrás referida, apenas foram publicados 4

---

<sup>57</sup> Sobre Bernardino António Gomes pode ver-se, Bernardino António Gomes (filho), “Noticia da Vida e Trabalhos Scientificos do Medico Bernardino António Gomes”, *Memorias da Academia das Sciencias de Lisboa. Classe de Sciencias Mathematicas, Physicas e Naturaes*, Nova Série, 2, I (1857), 1- 25, Virgílio Machado, *O Doutor Bernardino Gomes (1768 – 1823). A sua vida e a sua obra* (Lisboa: Portugália Editora, 1925) e Fernando J. E. Reis, “Bernardino António Gomes (1768-1823)”, <http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/p21.html> ( 24/3/2014).

volumes de *Memórias*, 1797/99 e 1812/14. A periodicidade anual com que se publicaram as *HM* desde 1812 veio a ser alterada a partir de 1821, quando da revolução liberal, e não voltaria a ser retomada, pelo menos até 1854, altura em que as *HM* se dividiram em duas publicações separadas, uma para cada uma das duas classes por que passou a estar organizada a ACL após a reforma estatutária de 1851 - Primeira Classe ou Classe de Ciencias Mathematicas Physicas e Naturaes e Segunda Classe ou Classe de Ciencias Moraes, Politicas e Bellas Lettras. Os restantes tomos publicar-se-iam em 1823 (tomo VII, parte 1 e 2), 1825 (tomo IX), 1827 (tomo X, parte 1), 1830 (tomo X, parte 2), 1831 (tomo XI, parte 1) e 1835 (tomo XI, parte 2) (Anexo 3.A).

Ao contrário do que acontecia na Académie Royale des Sciences com o seu “Comité de Librairie” ou, também, na Royal Society of London com o “Committee of Papers”, a partir de 1752, data em que esta assumiu o controlo direto de publicação das *Philosophical Transactions*, a ACL não tinha uma comissão especificamente dedicada à gestão editorial e impressão das suas publicações<sup>58</sup>. A apresentação das memórias, a sua distribuição para censura e depois a decisão de impressão eram tomadas *ad hoc* nas suas assembleias ordinárias e/ou particulares ou também nas reuniões do Conselho da Academia. As memórias eram primeiro lidas em assembleia, pelo secretário da Academia, pelo autor ou, na ausência deste, por um dos sócios presentes, e depois entregues pelo secretário ao diretor da respetiva classe que, por sua vez, a distribuía ao(s) censor(es). Cabia ao secretário da Academia escolher as memórias a ser publicadas, de entre as que tinham sido previamente censuradas e aprovadas nas suas assembleias, não havendo, no entanto, registo que tenha acontecido assim com todas

---

<sup>58</sup> Sobre o “Comité de Librairie” da Académie Royale des Sciences de Paris veja-se James E. McClellan III, “Specialist Control – The Publications Committee of the Académie Royale des Sciences (Paris), 1700 – 1793”, *Transactions of the American Philosophical Society*, 92, 3 (2003),

elas.

De acordo com uma primeira disposição estatutária as censuras teriam de ser feitas por “três sócios efetivos da classe a que elas pertencessem, a cada um dos quais seriam remetidas em segredo”<sup>59</sup>. Dado que as memórias iam sendo apresentadas em número crescente quer pelos sócios, quer por pessoas alheias à Academia, o que exigia um trabalho de revisão e censura regular e rigoroso, a responsabilidade de censura passou para o diretor da Classe coadjuvado por dois efetivos da mesma Classe, designados por fiscais, “posto que fique sempre pertencendo aos mais sócios efetivos a autoridade que tinham como censores constitucionais das suas classes para serem consultados, e cooperarem neste exercício segundo as suas ocupações lhe permitirem”<sup>60</sup>. Os fiscais eram eleitos por um ano e recebiam um prémio anual de cem mil réis cada. O diretor da Classe era o relator das censuras perante o Conselho ou a assembleia de efetivos. Posteriormente ficou estabelecido que nas memórias de Literatura cujo objecto incluísse assuntos de outras lasses, um dos três censores deveria ser destas lasses e que as memórias de quaisquer outras classes teriam de ter um dos censores da classe de Literatura<sup>61</sup>.

Esta praxe censória foi muitas vezes torneada por soluções ditadas pela prática do dia-a-dia académico. Por vezes o censor era só um, o anonimato nem sempre era mantido e, nalguns casos, o prestígio do autor aliado ao aval concedido sobre a qualidade da memória por um dos sócios efetivos presentes bastava para que a

---

<sup>59</sup> AHACL, Livro 26B, “Extracto das deliberações da Academia Real das Sciencias na conferência de 10 de Setembro deste anno [1786] acerca da forma da Censura, e da Collecção das Memorias da Academia”.

<sup>60</sup> AHACL, Livro 26 B, “Conferência da Academia real das Sciencias de 10 de Novembro de 1786”.

<sup>61</sup> Todas estas alterações estatutárias estão compiladas na *Collecção Systemática das Leis e Estatutos, por que se tem governado a Academia Real das Sciencias de Lisboa desde o seu estabelecimento até ao presente* (Lisboa: Na Typografia da mesma Academia, 1822).

memória fosse aprovada pela assembleia, sem passar pela praxe censória<sup>62</sup>. A maior parte destas censuras extraviaram-se – apesar de estar estatutariamente previsto que as mesmas fossem guardadas no cartório da Academia<sup>63</sup> - e as poucas que ainda hoje existem podem ser vistas nalguns dos processos académicos dos sócios da ACL.

### 3.2.1 – Um tempo para imprimir

O facto de não existir uma comissão dedicada ao processo editorial e de impressão das memórias constituiu um fator indutor de atrasos na publicação das mesmas e de alguma desorganização no seu registo. Entre a aprovação para a impressão e a sua efetiva publicação as memórias entravam numa espécie de limbo tipográfico que poderia durar vários anos e durante o qual uma de várias coisas podia acontecer: ou a memória se desatualizava em alguns aspetos do seu conteúdo, ou aparecia impressa noutras publicações alheias à Academia ou, entretanto, falecia o seu autor.

Não havendo prazos para a censura, a sua execução em tempo útil ficava na dependência, aleatória, do zelo de cada censor e/ou da diligência do diretor da classe. Em consequência, algumas memórias e manuscritos foram-se acumulando, ao longo dos anos, no cartório da Academia enquanto outras, abandonadas à sua sorte, se extraviaram. Este facto tornou-se uma preocupação para os sócios da ACL a ponto de, na sessão ordinária de 13 de novembro de 1822, Manuel José Pires (? - ?), sócio livre e

---

<sup>62</sup> Foi o que aconteceu, à laia de exemplo, com umas memórias de António Ribeiro dos Santos apresentadas por João Pedro Ribeiro na assembleia ordinária de 30 de agosto de 1811. Essas memórias “tinham já sido vistas pelo desembargador João Pedro Ribeiro que as achou dignas de tão distinto Autor” pelo que foram aprovadas para impressão nas *Memórias de Literatura*. Apenas uma dessas memórias acabou de facto por ser impressa: “Memórias Históricas sobre alguns Mathematicos Portuguezes, e Estrangeiros Domiciliados em Portugal, ou nas Conquistas”, *Memórias de Litteratura Portugueza*, VIII, 1 (1812), 148 – 232.

<sup>63</sup> AHACL, Livro 26 B - “Sessão do Conselho de 28 de Março de 1795. Sobre o processamento das censuras veja-se José Luís Cardoso, *op. cit.* (9), pp. 20 – 23.

professor régio de Grego, ter lido uma “Memoria sobre descaminhos de papeis e Memorias da Academia”. Na ata desta reunião, lavrada por Correia da Serra, que havia regressado recentemente a Portugal e sido reeleito Secretário da Academia em 26 de Dezembro de 1821, apenas são referidas, mas não explicitadas, as soluções encontradas “para obviar este mal”<sup>64</sup>. Caberia a José Maria Dantas Pereira (1772 - 1836), sucessor de Correia da Serra no lugar de Secretário da ACL, a tarefa de recuperar manuscritos e memórias que depois distribuiria, nas sucessivas sessões da Academia, para serem censuradas, aos diretores das classes respetivas. Algumas delas, que já tinham sido lidas, censuradas e aprovadas para impressão em assembleias anteriores, voltaram agora a repetir a praxe censória. Aconteceu assim com uma memória de Baltasar da Silva Lisboa (1761 – 1840), “Memoria topographica e economica da Commarca dos Ilheos”, cuja censura havia sido feita por Pedro José de Figueiredo (1762 – 1826) e entregue na sessão ordinária de 24 de novembro de 1821. A memória ficou esquecida no cartório da Academia até que, na assembleia ordinária de 11 de fevereiro de 1824, Dantas Pereira recuperou o manuscrito do arquivo da Academia e voltou a entrega-la ao diretor da Classe de Ciências Naturais para ser reapreciada<sup>65</sup>. A memória, ao contrário de outras obras também reavaliadas<sup>66</sup>, acabaria por ser publicada em 1825, no tomo IX da *HM*.

---

<sup>64</sup> AHCACL, Livro 27 B, “Sessão ordinária de 3 de Novembro de 1822”, fl. 244.

<sup>65</sup> *Idem*, “Sessão ordinária de 11 de Fevereiro de 1824”, fl. 263.

<sup>66</sup> Um dos casos foi o da “História Natural do Brasil segundo o sistema de Lineu, com descrições de alguns animais e observações sobre a cochonilha, tabaco, salsa, e a nova imprensa cilíndrica para a fatura do tabaco em folha” de Joaquim de Amorim Castro (1750 -1817), datada de 1789 e que permaneceu manuscrita. Castro foi, na expressão de Baltasar da Silva Lisboa (1761 – 1840), seu conterrâneo baiano, juiz naturalista e também sócio da ACL, um “magistrado filósofo”. Pertenceu a uma geração de brasileiros que fizeram em Coimbra a sua formação em Direito, aí foram discípulos de Vandelli e depois regressariam ao Brasil onde a par da sua atividade como juizes se dedicaram também à história natural (Ana Lúcia Rocha da Cruz e Magnus Roberto de Mello Pereira, “Ciência, identidade e quotidiano. Alguns aspetos da presença de estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra, na conjuntura final do período colonial”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 9 (2009), 205-228 ([http://www.uc.pt/chsc/rhsc/rhsc\\_9/rhsc9\\_205-228\\_abc-mml.pdf](http://www.uc.pt/chsc/rhsc/rhsc_9/rhsc9_205-228_abc-mml.pdf). 18/8/2013).

As dificuldades financeiras por que a Academia foi passando constituíram um outro aspeto, não menos importante, que condicionou não só a impressão das memórias como a publicação das próprias *HM*. Quando o sócio António de Almeida reclama, em carta lida na assembleia ordinária de 3 de Maio de 1820, a devolução da sua memória sobre Egas Moniz, caso a Academia a não queira imprimir, esta respondeu-lhe que a não publicação se deveu apenas à “falta de fundos para a abrição das Estampas”<sup>67</sup>. A referida memória, que tinha sido lida na assembleia ordinária de 31 de Março de 1818, acabaria por ser publicada na 1ª parte do tomo XI, em 1831.

Para além das demoras de publicação associadas à inércia e aos processos organizacionais específicos da ACL, atrasos houve cujas razões se encontram em fatores externos ao funcionamento da Academia. As invasões francesas sinalizaram um interregno nas publicações periódicas da Academia, as quais retomariam em 1812. Quer as *ME* (tomo VI) quer as *Memórias de Mathematica e Physica* (tomo III, 1ª parte), ambos de 1812, abrem os respetivos volumes com uma “Advertência” em que se atribui à guerra e à conseqüente falta de papel o atraso na publicação dos tomos previstos de cada uma das coleções. Estes contratempos levaram a que o “Ensaio sobre o Cinchonino, e sobre a sua influencia na virtude da Quina, e de outras Cascas” de Bernardino António Gomes, publicado nesse volume das *Memórias* tenha saído antes no *The Edinburgh Medical and Surgical Journal* de 1811 ou que as “Observações Astronómicas feitas no Observatório Real da Marinha” de Paulo José Maria Ciera, publicadas na secção das “Memórias dos Correspondentes” do mesmo tomo, tenha aparecido antes nas *Ephemerides astronómicas calculadas para o meridiano do*

---

<sup>67</sup> AHCACL, Livro 27 B, “Sessão ordinária de 3 de Maio de 1820”, fl. 196.

*Observatorio da Universidade de Coimbra*, para o ano de 1806<sup>68</sup>.

O atraso na publicação das memórias não era uma especificidade da ACL. Ele era comum a outras sociedades e academias científicas europeias. No caso das *Histoire et Mémoires* da Académie des Sciences os atrasos oscilaram entre 2 a 6 anos e nas *Philosophical Transactions* os atrasos chegaram aos dois anos<sup>69</sup>. Num caso, como noutro, o início da publicação periódica das memórias dos seus sócios decorreu também com um atraso significativo relativamente à respetiva data de fundação. A Académie des Sciences só iniciou oficialmente a publicação anual das suas atas e memórias em 1702, cerca de 34 anos após a sua fundação, incluindo apenas as memórias lidas a partir de 1699. Até aí, a publicitação regular das suas atividades era feita de modo officioso pelo *Journal des Sçavans* que havia sido fundado um ano antes da Académie, sendo um dos seus fundadores, o abade Gallois (1632 – 1707), também membro da Académie. Coisa semelhante ocorreu com a Royal Society que, só em 1753, assumiu oficialmente a direção das *Philosophical Transactions*, iniciadas em 1665, sob a responsabilidade do seu primeiro secretário Henry Oldenburg (1618 – 1677).

As memórias publicadas no 1º tomo (1797) das *Memorias* da ACL tiveram um tempo de espera entre 9 (1788) a 17 (1780) anos, como se infere da folha de rosto do mesmo tomo. Não existem factos verificáveis que expliquem porque só 9 anos após sua fundação – caso das *ME* - é que a ACL deu início à publicação periódica das memórias

---

<sup>68</sup> Bernardinus Anthony Gomes, “An Essay upon Cinchonin, and its influence upon the virtue of Peruvian Bark, and other Barks”, *The Edinburgh Medical and Surgical Journal*, 17 (1811), 420 - 431 e Paulo José Maria Ciera, *Ephemerides astronómicas: calculadas para o meridiano do Observatorio da Universidade de Coimbra* (Coimbra: Na Real Imprensa da Universidade, 1805), pp. 271 – 288.

<sup>69</sup> Kronick, *A History of Scientific and Technical Periodicals*, op. cit (11), pp. 124 e 125 e Henry Lyons, *The Royal Society (1660 – 1940). A history of its Administration under its Charters* (London: Cambridge University Press, 1944) p. 179.

dos seus sócios. No entanto, esta proliferação editorial coincide com a entrada de Correia da Serra, em Março de 1788, para secretário da Academia, em substituição do visconde de Barbacena. A entrada de Correia da Serra veio criar nos sócios da ACL uma série de expectativas, uma delas expressa por António Ribeiro dos Santos (1745 – 1818) ao referir, em resposta a uma carta de Correia da Serra em que este o informa do seu novo cargo na Academia: “Estimo muito que a Academia por sua [Correia da Serra] industria e cuidado haja de apparecer em publico com a impressão das obras dos seus sócios”<sup>70</sup>.

### 3.2.2 – Assuntos para memórias

O recenseamento dos assuntos tratados nas *HM* levanta desde logo o problema de saber que critério utilizar na indexação de cada memória a um tema ou área disciplinar específica. As fronteiras disciplinares caracterizavam-se, nesta altura, por uma certa porosidade sendo os critérios de demarcação, por vezes, ou pouco claros ou, até, inexistentes. O reduzido grau de especialização, aliado a uma certa facilidade de circulação entre diferentes domínios disciplinares, traduzia-se no facto do objecto de algumas memórias partilharem áreas disciplinares hoje consideradas disjuntas, entrelaçando, simultaneamente, saberes como a botânica e a medicina, a química e a metalurgia, ou a demografia, história e agricultura.

Numa primeira aproximação, as memórias foram distribuídas de acordo com as áreas disciplinares correspondentes a cada uma das três Classes da Academia: Ciências Naturais, Ciências Exatas e Literatura. Num segundo nível de classificação mais fina, as

---

<sup>70</sup> Carta de António Ribeiro dos Santos a Correia da Serra, datada de 21 de Abril de 1788 e transcrita em Cristóvão Aires, *Para a História da Academia das Sciencias, op. cit.* (2), pp. 259, 260.

memórias foram depois organizadas de acordo com os critérios de uma taxonomia disciplinar detetada, quer nos estatutos pombalinos da Universidade de Coimbra, quer nos textos publicados pela Academia, os quais seguiam de perto os mapas ou árvores do conhecimento utilizados na Europa dos séculos XVIII e XIX<sup>71</sup>. Estes critérios permitem-nos dirimir eventuais conflitos de demarcação e, ao mesmo tempo, despistar eventuais reconfigurações disciplinares que pudessem por em risco a taxonomia aqui proposta. Algumas das designações aqui adotadas como antropologia, zoologia ou geologia, devem ser tomadas como meros indicadores/rótulos temáticos, não sendo por isso indexáveis a campos disciplinares específicos dotados de objeto, métodos, práticas, graus de profissionalização e publicações específicas, tal como hoje são conhecidos.

### 3.2.3 - Memórias por classes

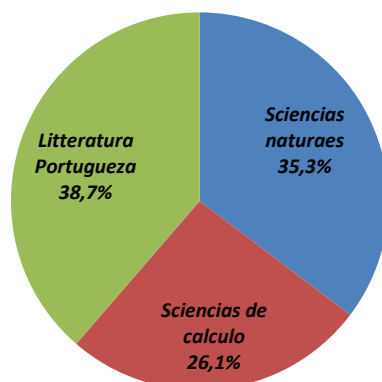
A reconfiguração editorial de 1814 induziu uma alteração no conteúdo das *HM*. A interrupção da publicação das *ME* e *ML* fizeram com que as temáticas abordadas nestas coleções periódicas passassem agora a integrar-se na nova coleção periódica. Até 1814 a presença de memórias de literatura era residual passando, a partir desta data, a marcar uma presença cada vez mais relevante.

No primeiro tomo das *Memórias* (1799) da ACL, se excetuarmos duas delas – “Memória sobre a Poesia Bucólica dos Poetas Portugueses”, de Joaquim de Fóios e “Memórias para a História da Legislação e Costumes de Portugal. I – Estado da Lusitania até ao tempo em que foi reduzida a Provincia Romana”, de António Caetano do Amaral – todas as outras 22 memórias se distribuíaam pelas Ciências Exatas (10) e pelas Ciências

---

<sup>71</sup> Sobre as propostas de classificação das ciências no século XVIII veja-se Richard Yeo, “Classifying Sciences”, in Roy Porter (ed.), *The Cambridge History of Science, Volume 4: Eighteenth-Century Science* (Cambridge:CUP, 2003), pp. 241 – 266.

Naturais (12); este tomo continha ainda um elogio histórico a D’Alembert, assinado por Francisco Borja Garção Stockler. Nas ciências exatas a matemática e a astronomia de observação eram dominantes com 10 memórias e nas áreas das ciências naturais lideravam a física (4), seguida da meteorologia (3), botânica (3) e geologia (1). Este perfil manter-se-ia genericamente nos dois volumes seguintes, já com o título de *Memorias de Mathematica e Physica*, chegando mesmo a verificar-se a completa ausência da literatura na 1ª parte do tomo III publicado em 1812. Neste volume, das 15 memórias que o compunham 7 eram de Ciências Naturais – física (4), química (2) e botânica (1) - e 8 eram de Ciências Exatas – astronomia de observação (7) e matemática (1).

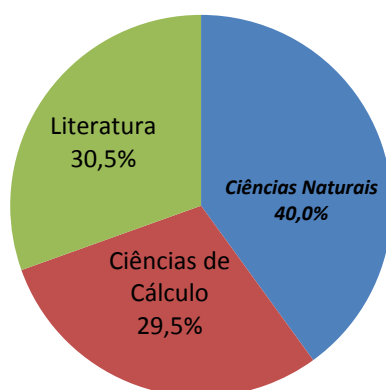


**Gráfico 3.5 – Distribuição das memórias pelas três classes da ACL: Ciências Naturais, Ciências Exatas e Literatura (1799 - 1834).**

O panorama mudou a partir de 1814 e, considerando o período que decorre desde o início das publicações, em 1797, até 1834, os resultados encontrados resultam algo surpreendentes (Gráfico 3.5). A Literatura surge como a área/classe onde é maior a contribuição de memórias publicadas. Nesta distribuição foram incluídos na classe de Literatura quer os elogios de académicos falecidos, quer os discursos históricos produzidos sobre as atividades da Academia em anos precedentes. Foram contabilizadas um total de 238 textos - 211 memórias, 10 elogios históricos e 18

discursos históricos - dos quais 84 (35,3 %) na classe das Ciências Naturais, 62 (26,1%) na classe das Ciências de Cálculo e 92 (38,7%) na classe de Literatura Portuguesa.

Se se retirarem os 18 discursos históricos e os 10 elogios históricos do grupo da Literatura, esta inverte a sua posição relativa com as Ciências de Naturais mas continua com uma ligeira vantagem em relação à das Ciências de Cálculo (Gráfico 3.6).



**Gráfico 3.6 – Distribuição das memórias, sem discursos nem elogios históricos, pelas três classes da ACL: Ciências Naturais, Ciências Exatas e Literatura (1799 - 1834).**

O objeto de uma memória não é suficiente para, por si, determinar o seu lugar no mapa das ciências; importa também determinar o tipo de abordagem ou método utilizado pelo autor. As três memórias que António Ribeiro dos Santos publicou na 1ª parte tomo V (1817) versavam temas relacionados com a navegação – observação dos astros, bússola, instrumentos de navegação e mapas. No entanto, o seu autor construiu com eles um discurso exclusivamente histórico, comparando fontes e documentos antigos, para suportar as suas teses sobre a antiguidade da observação pelos astros e pela bússola, sobre a possibilidade do conhecimento da América pelos antigos ou, ainda, sobre a possibilidade e verosimilhança da demarcação do estreito de Magalhães no mapa do infante D. Pedro. Elas foram, portanto, arrumadas na história e esta na classe

de Literatura Portuguesa a qual integrava a “Língua, e a Historia Portugueza , consideradas em todos os possíveis aspetos , e relações”<sup>72</sup>.

A classificação das memórias de física levanta questões de demarcação de outra natureza. Num estudo, já referido, sobre a presença da matemática nas Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, Luís Saraiva, usando critérios de classificação diferentes dos aqui usados, encontrou uma distribuição percentual também diferente desta<sup>73</sup>. Este autor excluiu da sua contabilidade os discursos históricos, classificou os elogios históricos de acordo com a classe em que estava colocado o sócio elogiado e incluiu as quatro memórias de física no grupo das Ciências Exatas.

A inclusão da física nas ciências exatas é uma opção questionável que não encontra apoio nos diversos mapas do conhecimento propostos no século XVIII. Nesta altura, a física era ainda uma designação permutável com a de filosofia natural e correspondia a um vasto domínio disciplinar. Algumas das áreas hoje entendidas como integrantes da física como a ótica, a mecânica e a acústica estavam incluídas no grupo das “matemáticas mistas” ou “ciências físico-matemáticas” as quais, por sua vez, faziam parte da matemática; por outro lado, todas as outras áreas, caracterizadas por uma abordagem mais empírica ou experimental dos fenómenos da natureza, eram designadas por física experimental ou filosofia experimental e caíam fora do grupo das matemáticas<sup>74</sup>. Esta foi a classificação adotada pela reforma pombalina da Universidade de Coimbra. Nos estatutos do seu Curso Filosófico, a parte da física ou filosofia natural

---

<sup>72</sup> “Prologo”, *Memorias de Litteratura Portugueza I* (1792), 2.

<sup>73</sup> Luis M. R. Saraiva, “Mathematics in the *Memoirs* of Lisbon Academy of Sciences in the 19<sup>th</sup> century”, *op. cit.* (10), 305 – 308.

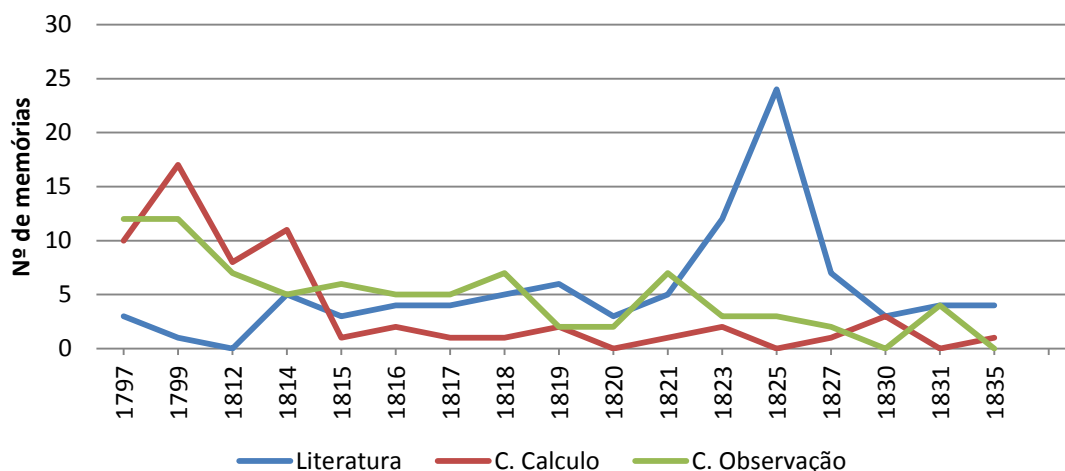
<sup>74</sup> Sobre este tema veja-se Thomas S. Kuhn, “ Tradição matemática *versus* tradição experimental no desenvolvimento da ciência física”, in Thomas S. Kuhn, *A Tensão Essencial* (Lisboa: Edições 70, 1989), pp. 63 – 100.

relacionada com a quantidade – a mecânica (foronomia), a ótica e a acústica – era remetida para o Curso Matemático, enquanto a versão experimental da física era dada no Curso de Filosofia<sup>75</sup>. Finalmente, um outro dado a ter em conta é o facto de, nos programas dos concursos publicados pela ACL, os temas de física estarem todos incluídos nos prémios a atribuir na classe de Ciências Naturais. Tendo as quatro memórias de física aqui contabilizadas um forte carácter experimental – incluindo as duas memórias de Dalla Bella, “Sobre a Força Magnética”, onde existe uma maior utilização do cálculo do que nas restantes - e versando temas como, para além do magnetismo, a temperatura dos líquidos e sólidos e a descrição de uma balança, faz pois todo o sentido inclui-las na classe das Ciências de Observação e não na das Ciências Exatas.

A distribuição representada no gráfico 3.1 fica melhor esclarecida quando se considera o comportamento, ao longo do tempo, do peso relativo do nº de memórias que se foram publicando em cada uma das três áreas disciplinares / classes (Gráfico 3.7). A partir de meados da década de 1810 começou a verificar-se uma maior presença das memórias de Literatura relativamente às de Ciências de Cálculo nas *HM*, passando a uma posição dominante relativamente a cada uma das outras classes de Ciências a partir do início da década de 1820.

---

<sup>75</sup> *Estatutos da Universidade de Coimbra (1772). Livro III* (Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1972), pp. 162 – 164 e 228 – 231.



**Gráfico 3.7– Distribuição temporal das memórias pelas três classes da ACL: Ciências Naturais, Ciências Exatas e Literatura (1799 - 1834).**

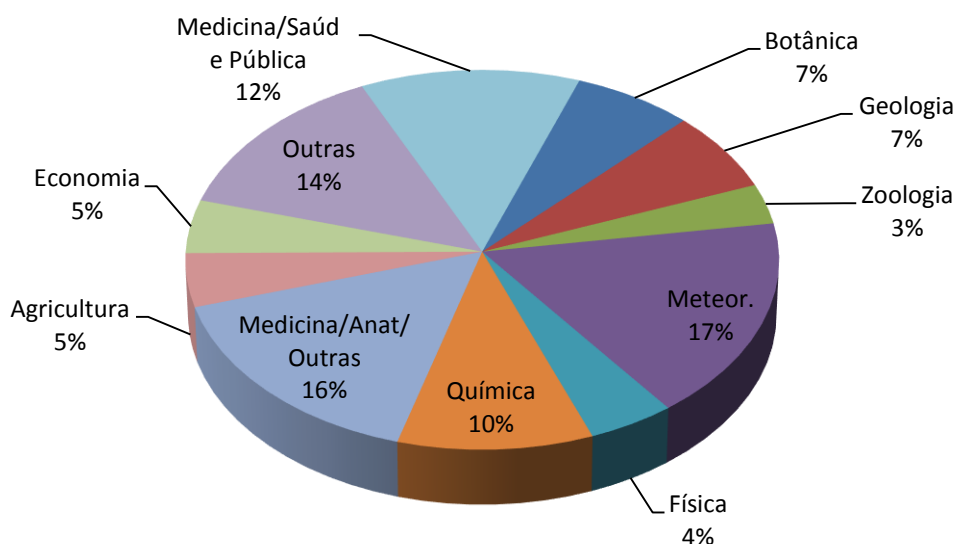
O valor elevado de 24 memórias de Literatura contabilizadas no ano de 1825 deve-se ao facto, singular, de se terem publicado no tomo IX saído nesse ano 19 dissertações da autoria do padre António Pereira de Figueiredo (1725-1797). Mesmo reduzindo estas 19 dissertações a uma só, a classe de Literatura continuava com uma percentagem de memórias publicadas superior à da classe de Ciências de Cálculo, mas inferior à das Ciências de Observação, continuando a manter uma posição relativa superior, a partir do início da década de 1820, quando comparada com cada uma das outras duas classes da Academia.

Convém agora ir para além da distribuição temática feita anteriormente – Ciências Naturais, Ciências de Cálculo e Literatura - e proceder a uma análise mais fina que nos permita entender como é que cada um daqueles três blocos temáticos se estrutura em áreas disciplinares de natureza diversa.

### **3.2.3.1 – Ciências Naturais ou de Observação**

O recenseamento das memórias de Ciências Naturais evidenciou um claro, e porventura surpreendente, domínio da medicina com 25 memórias (28%) num total de

86 memórias publicadas (Gráfico 3.8). Seguem-se-lhe as memórias sobre observações meteorológicas (17%), seguidas das memórias de temática variada, aqui designadas por Outras (14%) - e que incluem assuntos como demografia, antropologia, fauna e flora marinhas, geografia, barras dos portos, hidrografia, etc. .



**Gráfico 3.8 – Distribuição das memórias de Ciências Naturais por área disciplinar (1799 - 1834).**

### **Medicina**

A publicação de memórias de medicina iniciar-se-ia apenas no tomo II (1799) – só neste tomo seriam publicadas 5 memórias desta área – sendo retomada a sua publicação na 2ª parte do tomo III, publicado em 1814, continuando depois ininterruptamente em todos os tomos até 1823 (Gráfico 3.9).

Uma dessas 25 memórias foi escrita por um autor não médico. Nela, publicada no tomo II (1799), o astrónomo e geógrafo Bento Sanches de Orta (1729 – 1794) faz a “descrição de um monstro da espécie humana, existente na cidade de S. Paulo”<sup>76</sup>. Orta,

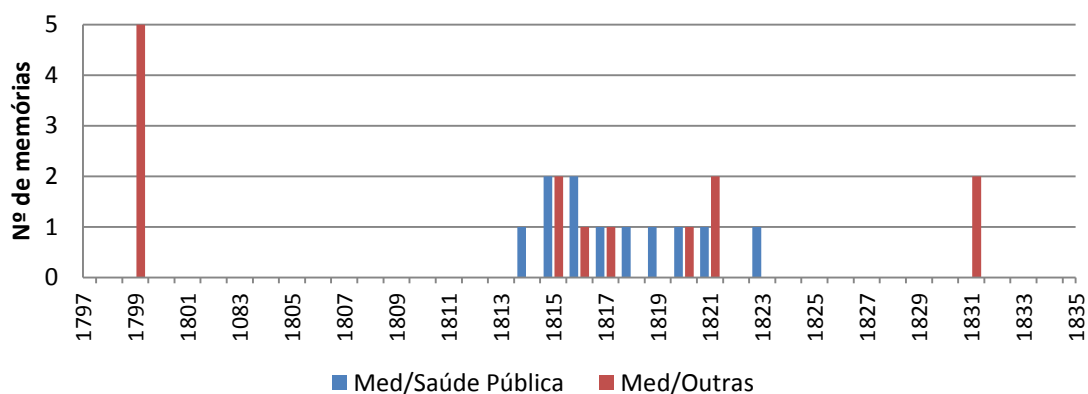
<sup>76</sup>Bento Sanches Dorta, “Descrição de hum Monstro de espécie Humana, existente na cidade de S. Paulo na América Meridional”, *Memorias de Mathematica e Phisica da Academia R, das*

para além de descrever o corpo de uma jovem rapariga índia que tinha nascido sem os dois braços e com uma perna mais curta que a outra, acrescenta à descrição o modo como a jovem se desenvolvia no desempenho das tarefas diárias recorrendo apenas aos membros inferiores. Como estratégia de autenticação da sua descrição Orta junta um documento assinado por um conjunto de testemunhas perante o juiz ordinário da cidade e certificado por este. Diferente seria a estratégia de autenticação utilizada numa outra memória, publicada no mesmo tomo, em que é descrito “um feto humano monstruoso”<sup>77</sup>. Desta feita o autor era um médico, Francisco Tavares (1750? – 1812), professor na Universidade de Coimbra, e a estratégia de validação passou não só pela citação de literatura médica dedicada ao assunto, como pela nomeação de outros professores de medicina da Universidade que procederam à dissecação daquele “particular monstro” e, ainda, pela inclusão de gravuras que suportaram a descrição feita no texto.

---

*Sciencias de Lisboa*, II (1799), 187 – 189. Orta fez os seus estudos de matemática na Universidade de Coimbra e, em 1781, na sequência da assinatura do Tratado de Santo Ildefonso (1777), integrou uma missão enviada para o Brasil, onde também participou Francisco de Oliveira Barbosa, para a demarcação dos limites territoriais tendo vindo a falecer aí em 1794. Sobre Bento Sanches Dorta veja-se Ana Maria Marin Farrona, *Bento Sanches Dorta – Representante Português del Progreso Científico de la Ilustración*, tese de mestrado (Lisboa: Secção Autónoma de História e Filosofia das Ciências da Universidade de Lisboa, 2011).

<sup>77</sup> Francisco Tavares, “Descrição de hum feto humano monstruoso, nascido em Coimbra no dia 28 de Novembro de 1791”, *Memorias de Mathematica e Phisica da Academia R, das Ciencias de Lisboa*, II (1799), 296 – 305. Sobre as implicações dos monstros na prática médica, no debate teológico e na erradicação da superstição veja-se Palmira Fontes da Costa, *O Corpo Insólito. Dissertações sobre monstros no Portugal do século XVIII* (Porto: Porto Editora, 2005) onde, quer a memória de Tavares, quer a memória de Orta estão transcritas.



**Gráfico 3.9 – Memórias de medicina incluídas nas HM (1799 - 1834).**

Do grupo de 15 médicos autores das 24 memórias, três eram brasileiros – Manuel Joaquim de Sousa Ferraz e Mendonça (? - ?), formado em Montpellier<sup>78</sup>, Francisco Elias Rodrigues da Silveira (1779 – 1864)<sup>79</sup> e Francisco de Melo Franco (1757 – 1823)<sup>80</sup>, ambos formados na Universidade de Coimbra- e um era castelhano, Blas Martinez, médico em Pamplona (Tabela 3.1). Apenas 2 dos 15 médicos - Francisco Tavares e Francisco Soares Franco (1772 – 1844) - eram professores de medicina na Universidade de Coimbra. Tavares foi físico-mor do reino, deputado da Junta do Protomedicato, autor da primeira farmacopeia oficial portuguesa, *Pharmacopeia Geral para o reino, e dominios de Portugal*<sup>81</sup> e o responsável por uma comissão de médicos encarregue de levar a cabo um conjunto de observações sobre a inoculação das bexigas (variolização) cujos resultados publicaria em 1799 – *Resultado das Observações feitas*

<sup>78</sup> Pérciles Pedrosa Lima, *Homens de ciências a serviço da coroa. Os intelectuais do Brasil na Academia real de Ciências de Lisboa. 1799/1822*. Tese de mestrado (Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de letras / Departamento de História, 2009), pp. 129, 130, e 173, 174.

<sup>79</sup> *Ibidem*, pp. 152, 153 e 179 – 182.

<sup>80</sup> *Ibidem*, pp. 103, 104 e 162, 163.

<sup>81</sup> *Pharmacopeia Geral para o reino, e dominios de Portugal, publicada por ordem da Rainha Fidelissima D. Maria I* (Lisboa: Na Regia Oficina Typografica, 1794). Sobre Francisco Tavares veja-se João Rui Pita, "Francisco Tavares: um marco na memória e no imaginário da medicina e da farmácia portuguesas", *Cadernos de Cultura. A Medicina na Beira Interior. Da Pré-História ao Século XXI*, 23 (2009), 137- 141 e também, do mesmo autor, *História da Farmácia* (Coimbra: Edições Minerva Coimbra, 2007), pp. 83 – 88.

no Hospital Real da Inoculação das bexigas<sup>82</sup>. Soares Franco tirou o curso de Medicina na Universidade de Coimbra a expensas da Casa Pia, vindo mais

	Tomo I, 1797	Tomo II, 1799	Tomo III, 1, 1812	Tomo III, 2, 1814	Tomo IV, 1, 1815	Tomo IV, 2, 1816	Tomo V, 1, 1817	Tomo V, 2, 1818	Tomo VI, 1, 1819	Tomo VI, 2, 1820	Tomo VII, 1821	Tomo VIII, 1, 823	Tomo VIII, 2, 1823	Tomo IX, 1825	Tomo X, 1, 1827	Tomo X, 2, 1830	Tomo XI, 1, 1831	Tomo XI, 2, 1835
António de Almeida						1										1	1	1
Bento Sanches D'Orta	2	4	7															
Bernardino António Gomes			2	1	2	1												
Blas Martinez										1								
Francisco Elias Rodrigues da Silveira					2						1	1						
Francisco de Melo Franco							1											
Francisco Soares Franco							1											
Francisco Tavares		1																
Inácio António da Fonseca Benevides									1		1							
Joaquim Xavier da Silva										1								
José Maria Soares											1							
José Pinheiro de Freitas Soares																	1	
Justiniano de Melo Franco						1	1											
Manuel Joaquim de Sousa Ferraz e Mendonça		3																
Wenceslau Anselmo Soares								1										

**Tabela 3.1 – Lista dos autores de memórias de medicina nas HM (1797 – 1834).**

tarde a tornar-se aí professor de Anatomia. Foi o primeiro presidente da Sociedade de Ciências Médicas criada em 1822 e autor do manual, *Elementos de Anatomia* (1818), adotado na Faculdade de Medicina<sup>83</sup>.

Neste grupo não foram incluídas outras memórias em que a medicina emerge como campo de aplicação mas cujo objeto era a descrição de espécies botânicas ou a

<sup>82</sup> Francisco Tavares, *Resultado das Observações feitas no Hospital Real da Inoculação das bexigas nos anos de 1796, 1797, e 1798 pelos médicos do mesmo hospital António Mendes Franco e Fortunato Rafael Amado* (Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1799).

<sup>83</sup>“Francisco Soares Franco”, in, Manuel Augusto Rodrigues, *Memoria Professorum Universitatis Conimbrigensis (1772-1937)*, Vol.II (Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1992) ([http://www.uc.pt/org/historia/ciencia\\_na\\_uc/autores/FRANCO\\_francisco-soares](http://www.uc.pt/org/historia/ciencia_na_uc/autores/FRANCO_francisco-soares), 13/4/2014).

análise química de águas. Aconteceu assim com a memória “Investigações sobre a natureza, e antiguidade das águas minerais de Cabeço de Vide” do médico Francisco Xavier de Almeida Pimenta (1755 – 1839) e também com as “Observações Botânico-Médicas sobre algumas plantas do Brasil” de Bernardino António Gomes<sup>84</sup>.

Os sócios médicos da ACL tiveram uma intervenção bastante ativa no período que decorre entre o início da década de 1810 e início da década de 1820. Grande parte dessas contribuições, na área da Saúde Pública, estão associada à Instituição Vacínica, criada em 1812, com o propósito de combater a varíola. A partir de 1813, todos os anos eram dadas contas das atividades da Instituição Vacínica e publicados os respectivos relatórios nas *HM*.

### **Botânica, geologia e zoologia**

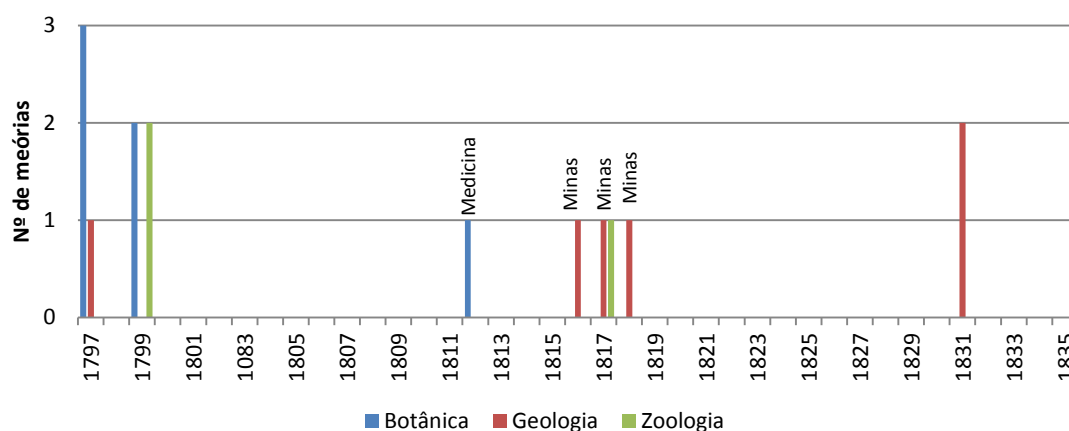
A botânica desapareceu das *HM* a partir de 1812 e, até esta data, apenas tinham sido publicadas 6 memórias (Gráfico 3.10). Três saíram no tomo I (1797), sendo os seus autores Domingos Vandelli com “*Florae et Faunae Lusitanicae Specimen*” e o padre missionário jesuíta João de Loureiro (1710 – 1791) com duas memórias – “Da incerteza que há acerca da Goma Mirra” e “Memória sobre a natureza e verdadeira origem do Pao de Aguila”. Loureiro, que já tinha falecido em 1791, depois de ter chegado a Portugal em 1783, vindo da Cochinchina onde foi missionário, ainda teve duas memórias publicadas postumamente no tomo II (1799)<sup>85</sup> - “Descrição Botanica das Cúbebas

---

<sup>84</sup> A memória de Bernardino Gomes saiu no tomo III, 1ª parte (1812), 1 - 104 e a de Almeida Pimenta no tomo VIII, 2ª parte (1823), 44 – 135.

<sup>85</sup> Loureiro publicaria ainda, após o seu regresso, a expensas da ACL, a sua *Flora Cochinchinensis* (2 vols., 1790). Sobre Loureiro e a sua obra como botânico veja-se: Bernardino António Gomes, *Elogio histórico do Padre João de Loureiro* (Lisboa: Typographia da Academia, 1865), E. D. Merril, “Loureiro and His Botanical Work”, *Proceedings of the American Philosophical Society*, 72, 4 (1933), 229 – 239 e José Maria Braga, *Pe. João de Loureiro - missionário e botânico* (Macau: Escola Tipográfica do Orfanato, 1938).

Medicinaes” e “Consideração Phisica e Botanica da planta Aerides, que nasce e se alimenta no Ar”.



**Gráfico 3.10 – Memórias de botânica, geologia e zoologia incluídas nas HM (1799 - 1834).**

A última memória botânico-médica, já referida atrás, foi escrita por Bernardino Gomes e saiu no tomo III (1ª parte), em 1812: “Observações Botânico-Médicas sobre algumas plantas do Brasil”.

A geologia teve, tal como a botânica, 6 memórias publicadas, sendo as duas últimas publicadas na 1ª parte do tomo XI, em 1831. Estas duas áreas disciplinares tiveram, no entanto, um percurso evolutivo, no que respeita ao número de memórias publicadas, inverso uma da outra. O declínio do número de memórias de botânica foi acompanhado por um crescimento das de geologia. A primeira destas memórias, da autoria de Domingos Vandelli, “De vulcano Olissiponensi, et Montis Erminii” saiu no tomo I (1797). O objecto das três memórias seguintes, publicadas nos tomos IV (1816) e V, 1ª parte (1817) e 2ª parte (1818), eram as minas – exploração, extração e fusão de metais. A mineração obteve, na viragem do século XVIII para o século XIX, uma atenção renovada e crescente por parte do governo joanino liderado, entre 1801 e 1803, por Rodrigo de Sousa Coutinho (1755 – 1812).

Rodrigo de Sousa Coutinho era sócio livre da ACL quando, ainda antes de assumir a pasta de ministro e secretário de Estado da Marinha e dos Negócios Ultramarinos, em 1796, publicou no tomo I (1789) das *ME* uma “Memória sobre a verdadeira Influencia das Minas dos Metais preciosos na Industria das Nações que as possuem, e especialmente da Portuguesa”, onde explicava o efeito positivo que as minas poderiam ter na agricultura, no comércio, na indústria e na navegação. A mineração era um dos domínios, a par da agricultura, considerado pelo governo joanino, na carta régia de 18 de Maio de 1801, em que nomeia José Bonifácio de Andrada e Silva (1763 – 1838) para Intendente Geral das Minas e Metais do Reino, como um dos “ramos úteis e importantes pelos seus produtos e indústria, à Minha Real Fazenda, e ao bem geral dos meus Povos”<sup>86</sup>.

Andrada e Silva tinha sido nomeado no mês anterior, por carta régia de 15 de Abril, lente da cadeira de metalurgia da Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra, criada por carta régia de 21 de Janeiro de 1801. Esta carta procedeu a uma reorganização curricular do Curso Filosófico que teve como resultado uma aparente menorização do estatuto disciplinar da botânica. A botânica esteve, até esta data, integrada na cadeira de história natural com a mineralogia e a zoologia. Mais tarde, o decreto de 25 de Fevereiro de 1791 reconhece a sua relevância curricular, criando a cadeira de botânica e agricultura e atribuindo a sua leccionação a Félix de Avelar Brotero

---

<sup>86</sup> “Carta Régia de 18 de Maio de 1801”, *Ius Lusitaniae. Fontes Históricas do Direito Português* ([http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id\\_parte=110&id\\_obra=73&pagina=1092](http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=110&id_obra=73&pagina=1092), 9/3/2014). Sobre Andrada e Silva veja-se Alex Gonçalves Varela, “*Juro-lhe pela honra de bom vassalo e bom português*”: *Análise das memórias científicas de José Bonifácio de Andrada e Silva (1780 – 1819)* (São Paulo: Annablumme, 2006). Sobre as atribuições da Intendência Geral das Minas e Metais do Reino na transição do antigo regime para o liberalismo veja-se: Pedro Joyce Diniz, *Subsídios para a História da Montanística. I - A Intendência Geral das Minas e a Real Fábrica da Seda* (Lisboa: Editorial Império, 1939) e Paulo Guimarães, “As minas portuguesas. Do antigo regime ao liberalismo”, *Arqueologia & Industria*, 2/3 (1999/2000), 53-80.

(1744 – 1828)<sup>87</sup>. A carta régia de 21 de Janeiro de 1801, para além de criar a cadeira de metalurgia, separou a botânica da agricultura – passando esta a ser uma cadeira autónoma e integrando aquela na cadeira de história natural onde estavam também a zoologia e a mineralogia.

Andrada e Silva, sócio efetivo e secretário da ACL, foi o autor de duas das três memórias de geologia atrás referidas: “Memória sobre a nova Mina de ouro da outra banda do Tejo” e “Memoria sobre as pesquisas e lavras dos veios de chumbo de Chacim, Souto, Ventozello e Villar de Rey, na Provincia de Tras os Montes”, publicadas, respectivamente nos tomo V, 1ª Parte (1817) e tomo V, 2ª parte (1818). A outra das três memórias – na realidade é um “Extracto de huma Memoria sobre a decadência das minas de Ouro da Capitania de Minas Geraes, e sobre varios outros objectos Montanisticos”, publicado em 1816 na 2ª parte do tomo IV - é da autoria do metalurgista alemão Wilhelm Ludwig von Eschwege (1777-1855) ou Guilherme, barão de Eschwege<sup>88</sup>. Eschwege tinha chegado a Portugal em 1803, integrando um grupo de seis alemães contratados pela coroa para apoiar o relançamento das minas e metalurgia da Foz de Alge, para onde foi nomeado diretor e inspetor. Na data de publicação do “Extracto”, Eschwege já estava no Brasil, a mando do governo, onde era Inspector das Minas de Minas Gerais.

As duas últimas memórias de geologia seriam publicadas em 1831, na 1ª parte

---

<sup>87</sup> Sobre Brotero veja-se Cristina Castel-Branco, *Félix de Avelar Brotero* (Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2004) e Fernando J. E. Reis, “Félix de Avelar Brotero (1744 – 1828)”, <http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/p6.html> (17/3/2014).

<sup>88</sup> Sobre o barão de Eschwege veja-se Friedrich Sommer, *Guilherme Luis, Barão de Eschwege* (S. Paulo: Edições Melhoramentos, 1952), Waldemar de Almeida Barbosa, *Barão de Eschwege* (Belo Horizonte: Casa de Eschwege, 1977). Sobre a atividade mineira de Eschwege em Portugal veja-se Pedro Joyce Diniz, *Subsídios para a História da Montanística – II* (Lisboa: Tip. Da Sociedade Astória, 1942).

do tomo XI. Desta vez não era a mineração o objeto das memórias mas sim a geognosia e a paleontologia de vertebrados. A primeira destas era da autoria de Eschwege, “Memória Geognóstica, ou Golpe de vista do Perfil das estratificações das diferentes rochas de que é composto o terreno da Serra de Cintra na linha de Noroeste a Sudoeste até Lisboa, atravessando o Tejo até à Serra da Arrábida, e sobre a sua idade relativa” e a segunda, de Alexandre Vandelli (1784 – 1862), “Additamentos à antecedente Memoria Geognostica”. Nesta memória Vandelli faz algumas correções à memória de Eschwege e acrescenta a descrição de conchas, dentes, vértebras e alguns fósseis de vertebrados encontrados na região da Adiça e no cabo Espichel que ele identifica como sendo de foca e de baleia cachalote<sup>89</sup>.

### Química

A química surge, na reforma pombalina, como disciplina autónoma do Curso Filosófico - ao contrário da mineralogia, botânica e zoologia que estavam, inicialmente, integradas na história natural - ao lado da história natural e da física experimental, e dispondo ainda dum laboratório químico destinado não só à realização das experiências próprias da disciplina mas a servir também de apoio à formação dos médicos e boticários<sup>90</sup>. O primeiro lente de química foi Domingos Vandelli ( 1730 – 1816) e foi também dele a primeira memória de química a ser publicada no tomo I (1797) das *HM*, “Varias Observações de Chimica, e História Natural”. Trata-se duma memória de apenas três páginas, divididas em cinco secções, quatro das quais descrevendo experiências de

---

<sup>89</sup> Sobre Alexandre Vandelli veja-se Adílio Jorge Marques, *O professor do jovem Imperador: Alexandre António Vandelli (1784 – 1862) – um naturalista luso-brasileiro* (Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2010).

<sup>90</sup> *Estatutos da Universidade de Coimbra, Livro III (1772)* (Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1972), pp. 230, 122 – 125 e 268 – 270.

química e uma de história natural, “Flor de anil, ou azul de Prússia fossil das Minas geraes”, “Methodo de accrescentar a força da pólvora”, “Methodo de fixar o Mercúrio”, “Transmutar o ferro em perfeito aço” e “Cobre nativo do Brazil”. Nesta memória, usando ainda uma terminologia da química flogística, Vandelli limita-se a apresentar resultados, evitando qualquer discussão ou explicação teórica dos fenómenos químicos aí descritos. No fim das quatro descrições Vandelli justifica a sua circunspeção descritiva com o propósito de não querer “enfastiar” os leitores com “supérflua erudição”, “fastidiosos detalhes” e “inúteis teorias”.

Esta idiossincrática opção de Vandelli, aparentemente pessoal, de evitar discussões teóricas consideradas inúteis numa área como a química que, precisamente nesta altura, estava em profunda transformação no que diz respeito aos seus fundamentos, constitui um sintoma exemplar de opções metodológicas mais profundas: privilegiar uma abordagem dos fenómenos químicos de carácter mais técnico e utilitário – Vandelli chamava-lhe “Chimica Tecnica”<sup>91</sup> - em desfavor de indagações de natureza mais teórica ou fundamental, passíveis de um maior grau de dissensão. Esta opção é perceptível não só na temática das memórias publicadas - determinação do princípio febrífugo (cinchonino) e virtudes da casca quina, classificação de cascas de quina, análise química de águas minerais e destilação e aparelhos destilatórios do vinho - como na

---

<sup>91</sup> Para Vandelli a química dividia-se em “Chimica fisisa, Tecnica, Comerciante, e Economica. A Chimica Fisica he a pratica da Chimica feita em pequeno” e tem como propósito descobrir as causas dos efeitos físicos como sejam os vulcões, os terramotos ou as vegetações. A “Chimica Tecnica tem por objecto a applicação da Chimica física à utilidade imediata de uma Arte em particular”. Deste tipo de química dependem a manufatura dos metais, sabões, destilações, etc., e a arte farmacêutica. A “Chimica Comerciante” tem como propósito a “execução em grande de todas as Artes Chemicas, das quais se pode tirar comercio”. Por fim, a “Chimica Economica” é a “applicação das sobreditas à utilidade e necessidades ordinárias da vida” (composição de vinhos, vinagres, aguardentes, extracção de outros sucos vegetais, etc) (Transcrito em Lígia Cruz, *Domingos Vandelli. Alguns aspectos da sua actividade em Coimbra* – Separata Bol. Arq. Univ. Coimbra, 1976, 73 – 76.)

ocultação de qualquer marca polémica que pudesse contaminar uma pretensa neutralidade protocolar concentrada em apenas “mostrar ao público o estado das Ciências d’este Reino”<sup>92</sup>. Em consequência, as polémicas associadas a 3 das 7 memórias de química publicadas nas *HM* (Gráfico 3.11) – aquelas que tinham como objeto a análise química das quinas – seriam deslocadas para outras publicações, neste caso o *Jornal de Coimbra* e o *Investigador Portuguez em Inglaterra*, ou confinadas ao lugar menos público do manuscrito. Destas três memórias daremos conta no capítulo 4, a propósito de Comissão criada no seio da ACL para a análise química das quinas.

### Física e meteorologia

A física e a meteorologia tiveram, em conjunto, uma contribuição significativa de cerca 21% (19 memórias) do total (Gráfico 3.11). Destas 19 memórias, 15 eram meteorológicas e 4 de física. Destas quatro, duas saíram no 1º tomo (1797), “Sobre a força Magnética”, e eram da autoria de João António Dalla Bella (1730 – 1823), lente de Física Experimental na Universidade de Coimbra até 1790<sup>93</sup>. As outras duas – “Memória sobre uma Balança de Ensaio” e “Memória sobre a diversa temperatura que tem os líquidos, e sólidos mergulhados na atmosfera”<sup>94</sup> - foram escritas por Constantino

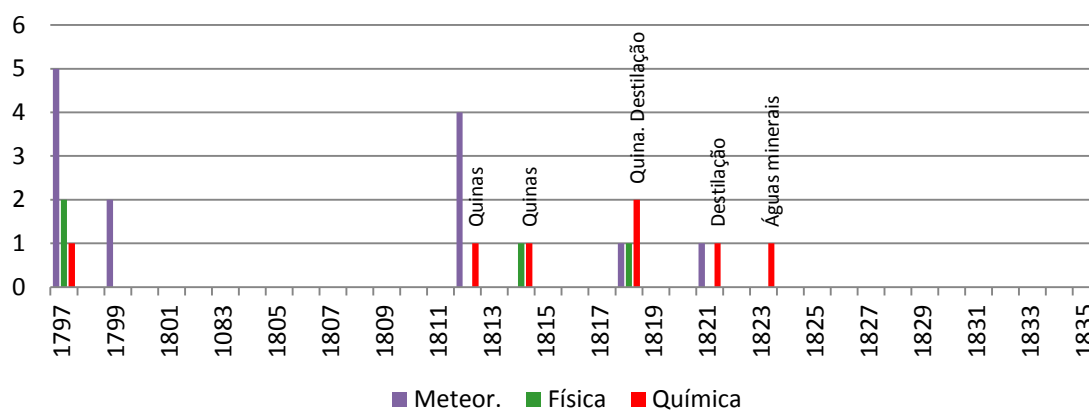
---

<sup>92</sup> Carta de Vandelli ao visconde de Barbacena (17 de Abril de 1786) transcrita em Cristóvão Aires, *Para a História da Academia das Ciências*, op. cit. (2), p. 237.

<sup>93</sup> Os resultados obtidos por Dalla Bella e relatados nestas memórias forma discutidos por Rómulo de Carvalho, “A pretensa descoberta da Lei das Acções Magnéticas por Dalla Bella, em 1781, na Universidade de Coimbra, *Revista Filosófica*, IV, 11 (1954) e Ricardo Monteiro, “Dalla Bella e A Lei das Acções Magnéticas”, *Gazeta de Física*, Vol. 24, 4, 2001, pp. 4-11. Sobre Giovanni Dalla Bella e a sua intervenção no Real Colégio dos Nobres bem como na reforma pombalina veja-se, de Rómulo de Carvalho, *História da Fundação do Colégio Real dos Nobres de Lisboa (1761-1772)* (Coimbra: Atlântida, 1959), *História do Gabinete de Física da Universidade de Coimbra, desde a sua fundação (1772) até ao jubileu do Professor Italiano Giovanni Antonio Dalla Bella (1790)* (Coimbra: Universidade de Coimbra, 1978) e “A Física na Reforma Pombalina”, in Rómulo de Carvalho, *Actividades Científicas em Portugal no Século XVIII* (Évora: Universidade de Évora, 1996), pp. 603-630.

<sup>94</sup> A primeira apareceu na *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, III, 2

Botelho de Lacerda Lobo (1754 – 1821), sucessor de Dalla Bela como lente de Física Experimental na Universidade de Coimbra e sócio efetivo da classe de Ciências Naturais desde 1797.



**Gráfico 3.11 – Memórias de química, física e meteorologia incluídas nas HM (1799 - 1834).**

Lacerda Lobo foi um dos académicos mais produtivos, tendo dividido a publicação das suas memórias entre as coleções periódicas da ACL e o *Jornal de Coimbra*<sup>95</sup>. Para além das memórias publicou ainda, *Jornal de Coimbra*, entre 1812 e

(1814), 179 – 185 e a segunda na *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, V, 2 (1818), 28 – 40.

<sup>95</sup> A primeira das suas memórias publicadas pela Academia foi premiada no programa de 1788, tendo-lhe também valido a carta de correspondente, “Quaes são os meios mais convenientes de supprir a falta de estrumes animaes nos lugares onde he dificultoso havellos”, *Memorias de Agricultura premiadas pela Academia Real das Sciencias de Lisboa* (Lisboa: Na Oficina da mesma Academia Real, 1788), pp. 239 – 363. Publicou nos anos seguintes diversas memórias sobre agricultura, economia marinha, salicultura e ainda sobre a história das marinhas em Portugal: “Memória sobre a cultura das vinhas de Portugal”, *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, II (1790) 13-161, “Memória sobre a decadência da pescaria de Monte Gordo”, *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, III (1791), 251-268, “Memória sobre o estabelecimento da cultura do chenopodio maritime, donde se tira a barrilha ou soda”, “Memória sobre a História das Marinhas em Portugal”, *Memórias de Literatura Portuguesa*, V (1793), 264 – 296, *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, IV (1812) 75-87, “Memória sobre as marinhas de Portugal”, *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, IV (1812), 127-152, “Memória em que se expõe a análise do sal comum das marinhas de Portugal”, *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, IV (1812), 180-196, “Memória sobre a preparação do peixe salgado, e seco das nossas pescarias” *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, IV (1812), 197-240, “Memória sobre a decadência das pescarias de Portugal”, *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, IV (1812), 241-288, “Memória sobre algumas observações feitas no

1820, um conjunto de mapas mensais de observações meteorológicas efetuadas no Gabinete de Física e no Hospital da Universidade de Coimbra.

Nesta época, as múltiplas relações da meteorologia com outras áreas disciplinares, nomeadamente a medicina, a astronomia, a agricultura, a eletricidade, o magnetismo, e outras áreas da física, indiciavam ainda o carácter difuso e algo fluido das suas fronteiras. Apesar de pertencerem ambas – meteorologia e física - ao mesmo universo disciplinar, o da física, optou-se aqui pela sua distinção de modo a esclarecer melhor a natureza das diferentes contribuições que se abrigavam debaixo do “chapéu” da física, evidenciando assim a importância que a meteorologia teve no quadro das *HM*.

No último quartel do século XVIII a meteorologia iniciou um processo de autonomização disciplinar, caracterizado pela transição entre uma abordagem empírica, suportada por iniciativas de carácter aleatório e individual e baseada numa instrumentação ainda incipiente, para uma meteorologia experimental, estruturada na interação entre a observação sistemática - mediada por uma instrumentação cada vez mais aperfeiçoada e precisa – e o cálculo matemático<sup>96</sup>.

---

ano de 1789 relativas ao estado da pescaria da província de Entre Douro E Minho”, *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, IV (1812), “Memória sobre o estado das pescarias da costa do Algarve no ano de 1790”, *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, V (1815), 69-101. O *Jornal de Coimbra (JC)* seria um outro espaço de intervenção pública de Lacerda Lobo tendo também aqui publicado um outro conjunto de memórias: “Memória sobre a diversa densidade da água em diferentes alturas”, *JC*, I, 3 (1812), 170 – 175, “Memória sobre hum novo modo de aplicar ao movimento das Maquinas a força do vapor da água fervendo por meio de huma Máquina rotatória”, *JC*, I, 4 (1812), 255 – 263, “Memória sobre os defeitos, que tem os nossos carros dos transportes militares”, *JC*, I, 5 (1812), 329 – 341, “Memória sobre as pescarias de Portugal”, *JC*, II, 7 (1812), 3 – 21, *JC*, II, 8 (1812), 81 – 90, *JC*, II, 9 (1812), 153 – 166, *JC*, II, 10 (1812), 229 – 251, “Memória sobre hum novo Pyrómetro de Comparação”, *JC*, II, 7 (1812), 31 – 35, “Memória sobre o Magnetismo da Lata, e vantagens, que se seguem de serem feitas d’ellas as agulhas de marear”, *JC*, II, 11 (1812), 330 – 33.

<sup>96</sup> Sobre este processo veja-se Theodore S. Feldman, “Late Enlightenmet Meteorology”, in Frangsmyr, Tore, J. L. Heilbron, e Robin E. Rider (eds.), *The Quantifying Spirit in the 18th Century* (Berkeley: University of California Press, 1990), pp. 143 – 177) (<http://ark.cdlib.org/ark:/13030/ft6d5nb455/>, 29/3/2014).

Um dos fatores impulsionadores deste processo foram as crescentes implicações que a meteorologia teve na agricultura e na medicina. Na agricultura tornou-se cada vez mais premente estabelecer correlações entre as condições climatéricas e a distribuição e sucesso das colheitas<sup>97</sup>. Na medicina a promoção de registos meteorológicos de temperatura, humidade, pluviosidade ou direção dos ventos era feita tendo em vista o estabelecimento de correlações com surtos epidémicos e doenças de natureza variada associadas às estações do ano ou às condições climatéricas específicas de uma dada zona ou região. Duas das memórias meteorológicas publicadas nas *HM* tiveram como pretexto a determinação da eventual correlação entre os eventos meteorológicos ocorridos em Lisboa, em 1816 e 1817, e registados num diário anual e o mapa nosográfico da cidade de Lisboa, construído para o mesmo intervalo de tempo<sup>98</sup>. O autor das memórias foi Marino Miguel Franzini e o inspirador da ideia foi o médico Bernardino António Gomes. Franzini trataria da meteorologia e Gomes da parte nosográfica. A parte de Gomes ficou por fazer e as duas memórias de Franzini apenas cuidam dos registos meteorológicos de apenas dois anos e de algumas implicações da meteorologia registada na agricultura e medicina.

A ideia não era original, como aliás Franzini sugere na introdução da primeira memória ao referir iniciativas anteriores levadas a cabo quer individualmente, quer pela Royal Society of London, pela Societé Royale de Médecine ou ainda pela Societas

---

<sup>97</sup> *Ibidem*, pp. 154 – 158.

<sup>98</sup> A primeira foi publicada em 1818, na 2ª parte do tomo V, “Observações Meteorológicas feitas na cidade de Lisboa no anno de 1816, e 1817, acompanhadas de várias reflexões sobre o estudo e applicação da Meteorologia, offerecidas à real Academia das Sciencias”; a segunda, continuação da primeira, saiu em 1821 no tomo VII, ““Observações Meteorológicas feitas na cidade de Lisboa no anno de 1817, acompanhadas da relação dos mais notáveis successos acontecidos em diversas Regiões, offerecidas á Academia real das Sciencias”.

Meteorologicae Palatinae (Sociedade Meteorológica de Mannheim)<sup>99</sup>. Esta sociedade inaugurou, a partir de 1781, um programa de observações meteorológicas baseado na colaboração institucional de universidades e academias, contrariamente às duas primeiras, cujos programas de observação eram suportados através da participação individual. O convite endereçado às instituições era acompanhado pela oferta dos instrumentos necessários às observações meteorológicas, acompanhados de instruções específicas para a sua utilização de acordo com um protocolo padronizado. A rede assim formada abrangia inicialmente cerca de 37 academias, universidades e mosteiros, dispersos em várias localidades da Europa e ainda na América do Norte<sup>100</sup>. Os registos da maior parte dessas observações realizadas entre 1781 e 1792 seriam depois publicados nos 12 volumes das *Ephemerides Societatis Meteorologicae Palatinae*, entre 1783 e 1795.

A ACL foi uma das escolhidas para participar no programa, através duma carta assinada pelo secretário da Sociedade Meteorológica Palatina, Johan Jakob Hemmer (1733 – 1790)<sup>101</sup>. A carta foi lida e o convite aceite na assembleia particular de 4 de Abril de 1781, ficando registado na minuta da assembleia que se comunicasse “aos sócios que se tem ocupado do assunto”<sup>102</sup>. Quem eram esses sócios? Dois deles foram nomeados

---

<sup>99</sup> Marino Miguel Franzini, “Observações Meteorológicas feitas na cidade de Lisboa no anno de 1816, e 1817, acompanhadas de várias reflexões sobre o estudo e applicação da Meteorologia, offerecidas à real Academia das Sciencias”, *Historia e memorias da Academia Real das Sciencias*, V, 2 (1818), 92 – 102. Para uma panorâmica sobre o papel de cada uma destas três sociedades na área da meteorologia no último quartel do século XVIII veja-se Theodore S. Feldman, *op. cit.* (96), pp. 161 – 173.

<sup>100</sup> Sobre a Sociedade Meteorológica de Manheim veja-se David Cassidy, “Meteorology in Manheim: The Palatine Meteorological Society, 1780 – 1795”, *Sudhoffs Archiv*, 69 (1985), 23 – 25 e ainda James E. McClellan III, *Science Reorganized. Scientific Societies in the Eighteenth-Century* (New York: Columbia University Press, 1985), pp. 220 – 227.

<sup>101</sup> Carta transcrita em Cristóvão Aires, *Para a História da Academia das Sciencias*, *op. cit.* (2) p. 167.

<sup>102</sup> AHCACL, Livro 26 B, “Minuta da assembleia particular de 4 de Abril de 1781”,

numa carta do visconde de Barbacena a Vandelli, a quem aquele referia ter ficado o abade Correia da Serra encarregue de enviar a Vandelli uma cópia de uma carta e de um plano de observações meteorológicas da “Academia Eleitoral de Mannheim”, para serem mostrados a Monteiro da Rocha e a Dalla Bella de modo a que estes pudessem dar a sua contribuição para o programa a que a Academia desejava aderir<sup>103</sup>.

A relação entre a ACL e a Sociedade Palatina não foi além deste contacto inicial e a publicação dos primeiros registos de observações meteorológicas feitos no continente caberia a um outro sócio da ACL, Jacob Crisóstomo Pretorius (1730 – 1797), e seria feita numa outra publicação da ACL, o *Almanaque de Lisboa*, entre 1782 e 1786<sup>104</sup>.

Uma das 5 memórias meteorológicas publicadas no tomo I, do padre António Soares Barbosa (1734 – 1801), professor de Filosofia Racional na Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra e sócio efetivo da classe de Ciências Naturais, tinha um título bem sugestivo da relação próxima entre a botânica e a meteorologia, “Observações sobre hum Hygrometro Vegetal”. Três, publicadas postumamente, eram do cónego agostinho D. Joaquim de Assunção Velho (1753 – 1793), professor de Física no Real Colégio de Mafra, sócio supranumerário da ACL, e tratam, duas delas, do registo

---

<sup>103</sup> Carta transcrita em Cristóvão Aires, *idem*, pp. 522 – 523.

<sup>104</sup> Na realidade, Pretorius publicou “Extratos de Observações meteorológicas” efetuadas entre 1781 e 1785 e não os registos delas. Pretorius era um oficial alemão do corpo de artilharia do conde de Lippe aquando da estadia deste em Portugal entre 1762 e 1764. Regressou novamente a Portugal em 1776 como assessor militar e foi integrado no exército português com o posto de capitão de bombeiros. Mais tarde seria promovido a sargento-mor de infantaria com exercício de engenheiro e depois a sargento-mor do Real Corpo dos Engenheiros. Em 21 de Junho de 1780 é eleito sócio supranumerário e em 1790 a Academia encarrega-o, coadjuvado por Henrique Niemeyer e Pedro Celestino Soares, de proceder ao levantamento da carta da comarca de Setúbal (H. Amorim Ferreira, “Observações meteorológicas em Portugal antes da fundação do Observatório do Infante D. Luís”, *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa – Classe de Ciências*, IV (1942/45), 295-296 e Maria Helena Dias, “As explorações geográficas dos finais de Setecentos e a grande aventura da Carta Geral do Reino de Portugal”, *Revista da Faculdade de Letras – Geografia* I, XX (2003), 385).

de observações da pressão, temperatura, pluviosidade, direção do vento e estado do céu, feitas no Colégio em 1783/1784, e a terceira, dos efeitos provocados pela queda de seis raios sobre o Convento de Mafra. Assunção Velho publicaria no Tomo II (1799) ainda mais duas “Observações Meteorológicas feitas no Real Colégio de Mafra”, agora referentes aos anos de 1785 e 1786. No fim de cada uma das memórias eram feitas descrições resumidas do sucesso ou insucesso de várias colheitas e do tipo de doenças predominantes nos respectivos anos.

A quinta destas memórias é de Bento Sanches d’Orta, o autor que mais memórias meteorológicas publicou nas *HM*, 9 das 15 publicadas, e todas elas sobre observações meteorológicas feitas nas cidades do Rio de Janeiro e de S. Paulo<sup>105</sup>. Nesta memória, “Observações Meteorológicas feitas na Cidade do Rio de Janeiro”, Orta emparelha observações de temperatura, estado do céu e direção dos ventos e declinação magnética com as posições da Lua no pressuposto destas influenciarem o estado do tempo observado. Refere ainda serem os astrónomos os mais habilitados para efetuarem as observações meteorológicas e delas tirarem as devidas consequências, uma vez que possuem os conhecimentos adequados relativamente à influencia do movimento da Lua sobre as marés que lhes permitem tirar “consequências análogas ao estado da Atmosfera” e, assim, “tirar resultados, ou aforismos utilíssimos á Agricultura, á Medicina e á Navegação”<sup>106</sup>. Esta contaminação disciplinar é detetável em algumas das outras memórias de Orta em que junta registos astronómicos com meteorológicos

---

<sup>105</sup> Sobre as observações meteorológicas de Orta na cidade do Rio de Janeiro veja-se M. M. Farrona, R. M. Trigo, J. M. Vaquero, “The meteorological observations of Bento Sanches Dorta, Rio de Janeiro, Brasil”, *Climate Change*, 115, 3/4 (2012), 579 – 595.

<sup>106</sup> Bento Sanches d’Orta, “Observações Meteorológicas feitas na Cidade do Rio de Janeiro”, *Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa* I (1797), 349, 350.

e apresenta ainda tabelas com a “Influência correspondente aos pontos lunares”<sup>107</sup>.

Estes registos meteorológicos – quer os de Assunção Velho, quer os de Sanches D’Orta - estavam espacialmente localizados numa só cidade e constituíam séries de curta duração não permitindo que se tirassem conclusões seguras sobre eventuais correlações entre o clima, a medicina ou a agricultura ou mesmo sobre a influência lunar no comportamento de algumas variáveis climatéricas como a pressão ou a temperatura.

A deteção e registo, por parte de Orta, de variações periódicas da pressão ao longo do dia, e também da temperatura, estando limitadas a um único local – Rio de Janeiro, primeiro, e S. Paulo, depois - impedia-o de articular esta componente temporal com um padrão de variação espacial que lhe permitisse tirar conclusões sobre o comportamento espaço-temporal das variáveis meteorológicas. Anos mais tarde, Franzini, na primeira memória publicada em 1818, tomo V, sobre observações meteorológicas feitas em 1816, na cidade de Lisboa, vê-se confrontado com estas mesmas dificuldades ao referir a necessidade de “huma copiosa collecção de observações feitas durante hum dilatado lapso de tempo, e em hum grande numero de pontos diversos” para que um dia se possa criar uma “teoria luminosa, abrangendo a totalidade desses fenómenos e das suas causas”<sup>108</sup>. Na sua segunda memória, publicada

---

<sup>107</sup> O padre Giuseppe Toaldo (1719-1798), professor de geografia física e astronomia na Universidade de Pádua foi um dos que, no século XVIII, atualizou, com base numa série longa de observações meteorológicas feitas em Pádua, a teoria da influência dos astros, nomeadamente das diferentes posições da Lua, sobre a atmosfera (Giuseppe Toaldo, *Saggio Meteorológico della vera influenza degli astri, delle stagioni, e mutazioni di tempo* (Padova: Nella Stamperia del Seminario, 1770). Tradução francesa: Joseph Toaldo, *Essai Météorologique sur la véritable influence des astres, des saisons et changements de temps ... applique aus Usages de l’Agriculture, de la Médecine, de la Navigation, etc* (Chambery; De l’imprimerie de M. F. Gorrin, 1784). Toaldo foi um autor citado, nomeadamente por Miguel Franzini, nas memórias a que já fizemos referência, e a inclusão, nos registos de Sanches Dorta, de tabelas com a relação dos pontos lunares é uma marca da sua influência.

<sup>108</sup> Marino Miguel Franzini, *op. cit.* (99), p. 109.

em 1821, no tomo VII, referente a registos de 1817, Franzini ensaiaria uma descrição de “sucessos meteorológicos” ocorridos paralelamente em diversas regiões do globo, numa perspetiva ainda baconiana, alheia às implicações decorrentes da distribuição espacial das variáveis meteorológicas recenseadas.

### **Outras memórias**

A partir de 1815 as *HM* passaram a ser a única publicação periódica da Academia a publicar as memórias dos seus sócios. Este constrangimento editorial induziu um alargamento da temática das memórias aí publicadas. O número de memórias de literatura aumentou e algumas das memórias que, à partida, seriam mais adequadamente publicáveis nas *ME* passaram a figurar nas *HM*. Estão neste caso um conjunto de memórias que constitui uma miscelânea temática e representa 23 % do total de memórias publicadas, correspondente a 20 memórias num total de 86, logo a seguir às memórias de Medicina / Saúde Pública (24%).

Este grupo foi organizado em três blocos de memórias - Agricultura, Economia e Outras – denotando, pela sua extensão, um certo hibridismo temático que caracterizou o perfil editorial das *HM* (Gráfico 3.12).

Das 4 memórias de agricultura publicadas, duas, publicadas no tomo IV (1815) referem-se às medidas necessárias para obviar ao atraso da agricultura portuguesa e decorrem das dificuldades sentidas em Portugal, inerentes a uma situação de pós-guerra, caracterizada por disrupções de natureza social e económica, nas quais a agricultura ocupava uma parte relevante. Numa delas, Sebastião Francisco Mendo Trigo (1733 – 1821) preconiza, para além da publicação de memórias ou a atribuição de prémios, a criação de Escolas de Agricultura Prática – uma por cada uma de três

regiões em que se dividiria o país, Norte, Centro e Sul – de modo a obviar a ignorância dos agricultores, promovendo boas práticas de aproveitamento dos terrenos e da utilização das sementes adequadas ao sucesso da agricultura<sup>109</sup>. As Escolas seriam dirigidas por sócios da classe de Ciências Naturais da ACL e fiscalizadas por esta. Cada uma delas estaria adstrita a uma “Granja de Instrução” convenientemente organizada de acordo com diferentes tipos de culturas e onde se fariam as experiências agronómicas adequadas. A outra memória, de Félix Avelar Brotero aborda o mesmo tema - o atraso agrícola português - mas propõe uma solução diferente para o problema. Brotero tem uma visão mais política do problema do que Trigoso, afirmando que a solução não está só na criação de Escolas Rurais mas na necessidade de “reunir o saber ao poder e querer agricultallo [Portugal] o mais que for possível em toda a sua extensão”<sup>110</sup>. Para isso torna-se necessário aproveitar a extensas regiões inabitadas, os baldios, e “fundar populações com hábeis colonos nacionais e estrangeiros, dando-lhes os avanços necessários, os instrumentos e gados, e enfim as isenções de tributos e dízimos durante alguns anos”<sup>111</sup>. A culminar este edifício Brotero propõe uma Junta Agrícola, constituída por seis deputados agrónomos, todos bacharéis formados na Faculdade de Filosofia, sendo cada um deles responsável por uma das seis províncias do reino onde teriam os seus correspondentes. Por fim, Brotero faz depender todo este aparato organizacional da vontade política que residia, em última instância, num “Ministério iluminado”, e num soberano zeloso do bem dos seus vassallos<sup>112</sup>.

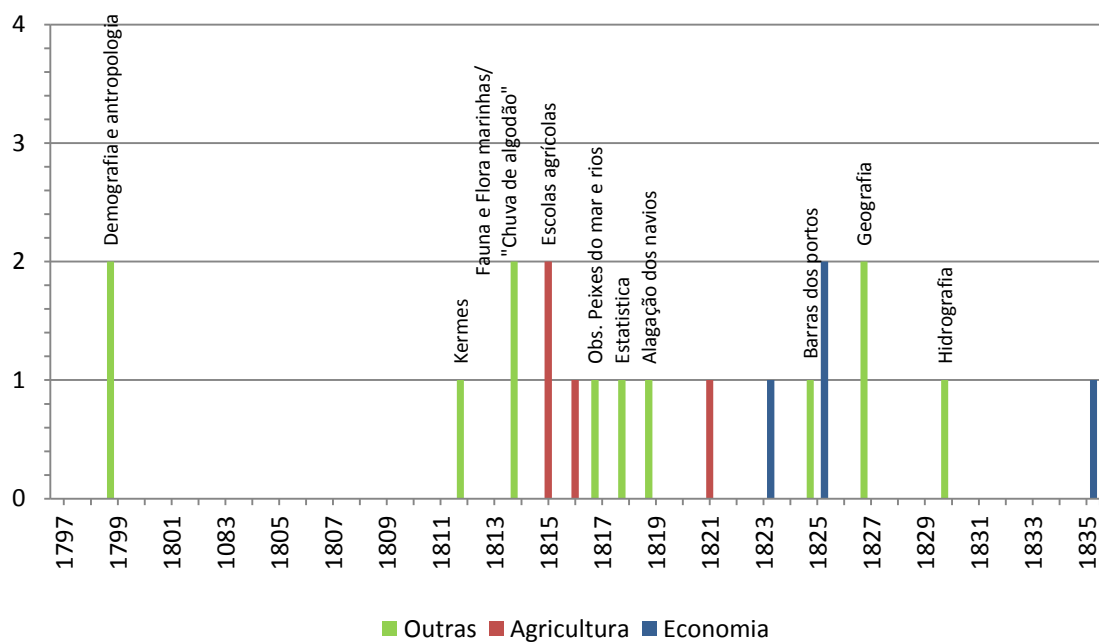
---

<sup>109</sup> Sebastião Francisco Mendo Trigoso, “ Projecto de hum Estabelecimento de Escolas de Agricultura Praticas”, *História e Memórias da Academia Real das Sciencias*, IV, I (1815), 58 – 74.

<sup>110</sup> Felix Avelar Brotero, “Reflexões sobre a Agricultura de Portugal”, *História e Memórias da Academia Real das Sciencias*, IV, I (1815), 75 - 92.

<sup>111</sup> *Ibidem*, 88.

<sup>112</sup> *Ibidem*, 92.

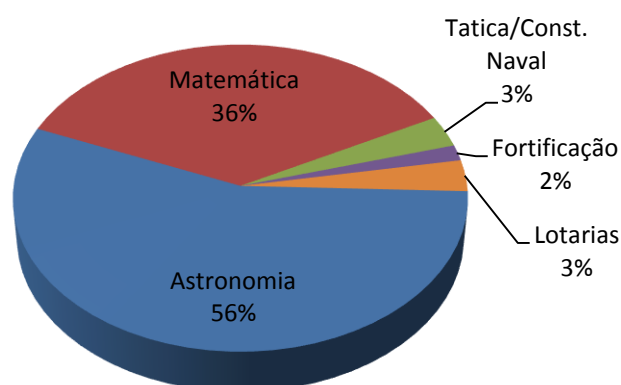


**Gráfico 3.12 – Memórias diversas incluídas nas HM (1799 - 1834).**

Estas memórias de agricultura bem como algumas das outras aqui recenseadas podem, genericamente, ser arrumadas como “memórias económicas”, tal como, a seu tempo, o foram aquelas que formaram as *Memorias Económicas*. Todas elas têm como pressuposto, declarado ou não, a aplicação prática do conhecimento aí inscrito ou o recenseamento de recursos humanos ou naturais, tendo em vista o eventual suporte de decisões políticas tecnicamente informadas. O estado ou o fomento da agricultura, métodos de plantar tubérculos ou de fabricar farinhas a partir destes, descrições económicas, geográficas ou estatísticas, melhoramentos das barras dos portos, a par do tratado de alagação de navios, da aplicação da cochonilha na medicina ou da descrição de fauna e flora das costas de Portugal são os temas que atestam um hibridismo utilitário, pervasivo em todo o programa da ACL e tornado explicita na configuração editorial das *HM*.

### 3.2.3.2 – Ciências Exatas ou de Cálculo

Foram 61 as memórias de Ciências de Cálculo ou Ciências Exatas publicadas nas *HM* até 1835. A astronomia, com 34 memórias (56%), e a matemática, com 22 (36%), foram as duas áreas que maiores contribuições tiveram no grupo das Ciências Exatas (Gráfico 3.13). As outras 5 memórias distribuíam-se pela tática e construção naval (2), fortificação (1) e lotarias (2).



**Gráfico 3.13 – Distribuição das memórias de Ciências Exatas por área disciplinar (1799 - 1834).**

Dos 24 autores, apenas 3 eram estrangeiros, tendo escrito as suas memórias em espanhol - caso do padre piemontês, professor de matemática e diretor da Academia Real dos Guarda Marinhas de Cartagena, Jacinto Ceruti - em francês, como ocorreu com Damoiseau de Monfort e em latim, caso do padre e astrónomo Giuseppe Calandrelli (1749 – 1827)<sup>113</sup>. Houve mais duas memórias publicadas em latim, ambas de dois padres

<sup>113</sup> Jacinto Ceruti, “Observation de la total Emersion ò fin del Eclipse de Sol del dia 17 de Octobre de 1781, al observatorio de la Academia Real de los Cavalleros Guardias Mariñas de Cartagena”, *Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, I (1797), 526 – 527; Damoiseau de Monfort, “Memoire sur les Variations Séculaires des Éléments élliptiques de Pallas et de Cérés”, e “Memoire sur la Comète de 1807”, *Memorias de Mathematica e Physica da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, III, 1 (1812), 15 – 67 e 198 – 201, respetivamente; Josepho Calandrelli, “Observatio Eclipsis Lunarís habita, die 3 Januarii anno 1787, in Collegio Romano”, *Memorias de*

jesuítas missionários portugueses, André Rodrigues (1729 – 1796), astrónomo e missionário em Pequim e o já referido João de Loureiro <sup>114</sup>.

A memória de Rodrigues – “Observationes Atronomicae Habitaee”, publicada no tomo II (1799)<sup>115</sup> - inclui registos de observações feitas em Pequim, por ele ou por outros padres, entre 1753 e 1795. Para além do trânsito de Mercúrio ocorrido a 16 de Maio de 1753 e registado pelo padre Augustin Hallerstein (1703 – 1774), de vários eclipses do Sol e da Lua registados por Rodrigues, a memória contém ainda uma espécie de adenda com os registos de observações do eclipse do Sol de 15 de Julho de 1730 feitos pelos padres jesuítas Inácio Kögler (1680 – 1746) e André Pereira (1689 – 1743). Estes registos já tinham sido anteriormente publicados, por intermédio de Jacob de Castro Sarmiento (1691 – 1760), em 1731, nas *Philosophical Transactions*<sup>116</sup>.

---

*Mathematica e Physica da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, II (1799), 30. Sobre Callandrelli veja-se [http://www.treccani.it/enciclopedia/giuseppe-calandrelli\\_\(Dizionario-Biografico\)](http://www.treccani.it/enciclopedia/giuseppe-calandrelli_(Dizionario-Biografico)) . 25/4/2014).

<sup>114</sup> Sobre os missionários jesuítas portugueses na China enquanto matemáticos e astrónomos veja-se Francisco Rodrigues, *Jesuítas portuguesas astrónomos na China*, (Macau: Instituto Cultural de Macau, 1990) e Manuel Teixeira, “Tribunal das Matemáticas em Pequim”, Separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, XXXVI (1991), 439 – 444. Para uma revisão das principais correntes historiográficas sobre a missão jesuíta na China veja-se Rui, “Portugal and the Jesuit Mission to China: Trends in Historiography”, in Luis Saraiva (ed.), *Europe and China: Science and the Arts in 17<sup>th</sup> and 18<sup>th</sup> centuries* (Singapore: World Scientific Publishing Co. Pte. Ltd, 2013), pp. 1 – 30.

<sup>115</sup> Andrea Rodrigues, ““Observationes Atronomicae Habitaee”, *Memorias de Mathematica e Phisica da Academia R. das Sciencias*, II (1799), 30 – 38.

<sup>116</sup>“Observatio Eclipsis Solis Die 15 Julij 1730. Habita Pekini in Publico Ejus Regiae Observatorio a P P. Ignatio Kegler, & Andrea Pereyra Societatis Jesu, Communicata per Jacobum de Castro Sarmiento, M. D. Coll. Med. Lond. Lic. & R. S. S”, *Philosophical Transactions*, 37 (1731), 179 – 181. Sobre esta e outras comunicações de portugueses, publicadas nas *Philosophical Transactions* ao longo dos séculos XVII e XVIII veja-se Rómulo de Carvalho, “Portugal nas «Philosophical Transactions» nos séculos XVII e XVIII”, Separata da *Revista Filosófica*, 15 – 16 (1956), 1 – 59. Sobre Castro Sarmiento veja-se Matt Goldish, ““Newtonian, ‘Converso’, and Deist: the lives of Jacob (Henrique) de Castro Sarmiento”, *Science in context*, 10, 4 (1997), 651 – 675 e também J. P. Sousa Dias, “Jacob de Castro Sarmiento e a conversão à ciência moderna”, [www.researchgate.net/.../1a5a599d963c1250965a8c22b6c55f5be.pdf](http://www.researchgate.net/.../1a5a599d963c1250965a8c22b6c55f5be.pdf) (27/4/2014).

	Tom I, 1797	Tom II, 1799	Tom III, 1, 1812	Tom III, 2, 1814	Tom IV, 1, 1815	Tom IV, 2, 1816	Tom V, 1, 1817	Tom V, 2, 1818	Tom VI, 1, 1819	Tom VI, 2, 1820	Tom VII, 1821	Tom VIII, 1, 1823	Tom VIII, 2, 1823	Tom IX, 1825	Tom X, 1, 1827	Tom X, 2, 1830	Tom XI, 1, 1831	Tom XI, 2, 1835	Total
André Rodrigues (a)		1																	1
Antônio de Araújo Travassos (m)							1 <sup>(2)</sup>												1
Bento Sanches Dorta (a) (1729 – 1794)	1	3	3 <sup>(1)</sup>																7
Custódio Gomes Villas Boas (a) (1741 – 1808)	1	2	2																5
D. Joaquim de Assunção Velho (a) (1753 – 1793)	1	1																	2
Damoiseau de Monfort(a) (1768–1846)			2																2
Francisco Antônio Ciera (a) (1763 – 1814)	1			1		2 <sup>(3)</sup>													4
Francisco de Borja Garção Stockler (m) (1759–1829)	2 <sup>(4)</sup>	3																	4
Francisco de Oliveira Barbosa (a)	1	1																	2
Francisco de Paula Travassos (m) (1764–1833)		1		1															2
Francisco Pedro Celestino Soares (f) (1791 – 18..)																		1	1
Francisco Simões Margiochi (m) (1774–1838)				3							1								4
Jacinto Cerruti (a)	1																		1
João Evangelista Torriani (m) (1770–1821)				1					1										2
João Loureiro (a) (1710 – 1791)				1															1
Joaquim Coelho da Maia (m) (1750–1817)	1																		1
José Cordeiro Feio (m) (1787–1884)																1			1
José Maria Dantas Pereira (m/a) (1772–1836)		2														2			4
José Monteiro da Rocha (m/a) (1734–1819)	2	1																	3
Josepho Calandrelli (a)		1																	1
Manuel do Espírito Santo Limpo (a/n) (1755 – 1809)		1																	1
Manuel Pedro de Melo (m) (1765–1833)					1														1
Mateus Valente do Couto (1770–1848) (m/cn)				3								2							5
Paulo José Maria Ciera (a)			1	1				1	1						1				5
<b>TOTAL</b>	10	17	8	11	1	2	1	1	2	0	1	2	0	0	1	3	0	1	61

(1) - Destas, 2 comportam também observações meteorológicas; (2) – Plano de lotaria; (3) - Uma destas é sobre extração de lotarias; (4) – Uma delas é o “Elogio a D’Alembert”.

(a)– Astronomia; (cn) – Construção naval; (f) – Fortificação; (m) – Matemática; (n) – Navegação.

**Tabela 3.2 – Autores de memórias de Ciências Exatas publicadas nas HM (1797 – 1835).**

A memória de João de Loureiro – “Observationes Astronomicae” – foi publicada

na 2ª parte do tomo III, em 1814, 23 anos após a sua morte. Contém registos de observações de eclipses do Sol e da Lua, feitas por Loureiro entre 1758 e 1774, à latitude de 16° 30' N, presumivelmente em Hue. A memória inclui registos dos dois trânsitos de Vénus - o de 5 de Junho de 1761 e o de 3 de Junho de 1769 – e ainda dos eclipses do Sol e da Lua e também do trânsito de Vénus, observados em Pequim por outro padre missionário astrónomo, José de Espinha (1722 – 1788) que, tal como André Rodrigues, chegou a ocupar o lugar de Presidente do Tribunal das Matemáticas.<sup>117</sup>

Dos 24 autores publicados, excetuando os 3 estrangeiros referidos atrás, 11 (52,4%) eram professores em academias militares / náuticas – dos quais 9 eram professores na Academia Real da Marinha, 1 na Academia Real dos Guarda Marinhas e 1 era professor na Escola do Exército - e 3 eram-no na Faculdade de Matemática da Universidade de Coimbra; 2 deles eram astrónomos deslocados no Brasil para onde partiram incluídos na missão de demarcação das fronteiras, 1 era empregado no Observatório Real da Marinha, 1 era oficial na Secretaria de Estado da Fazenda e 3 eram clérigos.

Os sócios professores nas academias foram o grupo que mais contribuiu para as memórias da classe de Ciências Exatas, escrevendo 33 (54%) das 61 memórias publicadas, o que dá uma média de 3,7 memórias por autor. Já os professores da Universidade de Coimbra tiveram uma contribuição mais modesta, com 7 (11%) das memórias publicadas, a que corresponde uma média de 2,3 memórias por autor, sendo todas elas na área da matemática e/ou astronomia teórica. De todos os sócios professores em academias náuticas e que publicaram nas *HM*, apenas um não era

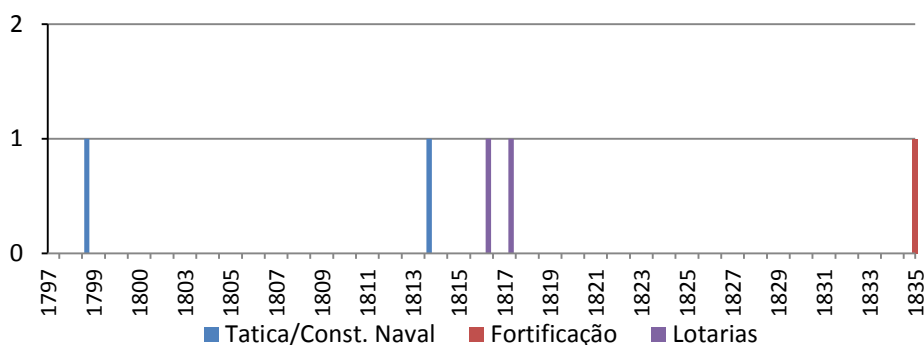
---

<sup>117</sup> Manuel Teixeira, “Tribunal das Matemáticas em Pequim”, *op. cit.* (114), p. 443.

graduado, bacharel ou doutor, pela Universidade de Coimbra, a saber, José Maria Dantas Pereira de Andrade (1772 – 1836), o qual fez a sua formação científica como militar da Armada na Companhia dos Guardas Marinhas – mais tarde integrada na Academia Real dos Guardas Marinhas - e depois na Academia Real da Marinha<sup>118</sup>.

### Lotarias, fortificação e navegação/construção naval

As duas memórias sobre a extração de lotarias – “Plano de Extracção de Loterias”, de Francisco António Ciera (1763 – 1814) e “Extracção de Loterias; que se executa em tempo brevíssimo, e sem que se possa commetter erro ou engano” de António Araújo Travassos – datam de 1815 e constituem duas propostas para levar a cabo um processo de lotaria sob responsabilidade da ACL (gráfico 3.14).



**Gráfico 3.14 – Memórias de lotarias, tática, construção naval e fortificação nas HM (1799 - 1834).**

A memória de Ciera foi postumamente publicada em 1816, na 2ª parte do tomo IV, e a de Travassos sairia no ano seguinte, na primeira parte do tomo V<sup>119</sup>.

<sup>118</sup> Sobre a caracterização do corpo docente das escolas náuticas nos finais do século XVIII veja-se Nuno Alexandre Martins Ferreira, *A institucionalização do ensino da náutica em Portugal (1779 – 1807)*, tese de doutoramento (Lisboa: Faculdade de Letras / Departamento de História – Universidade de Lisboa, 2013), pp. 327 – 420, de onde se recolheram algumas informações biobibliográficas referentes aos sócios da ACL e que eram, simultaneamente professores nas escolas náuticas.

<sup>119</sup> Francisco António Ciera, “Plano de Extracção de Loterias”, *HM*, IV, 2 (1816), 180 - 184 e

A lotaria foi um dos meios de que a ACL beneficiou, pontualmente, para financiar a sua atividade. Pelo decreto de 18 de Novembro de 1783 a ACL passou a beneficiar anualmente, a partir de 1784, da terça parte de 12% de uma lotaria de 360 mil cruzados, emitida pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa<sup>120</sup>. Esta lotaria foi interrompida em 1797 e só anos mais tarde, por um Aviso Régio da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, de 22 de Junho 1815, é que a ACL foi autorizada pelo governo a emitir uma lotaria, desta vez para suportar as despesas de vacinação antivariólica levada a cabo pela sua Instituição Vacínica<sup>121</sup>.

A publicação destas duas memórias esteve associada a um certo desacordo, entre o governo e a Academia, acerca do plano e regulamento de lotaria concedida para promover a vacinação contra a varíola. O governo, em resposta ao plano e regulamento da lotaria que a ACL lhe havia enviado, determinou, por Aviso Régio, que esse plano fosse substituído por um outro, da autoria de António de Araújo Travassos, e ainda que a Academia atribuisse um prémio a Travassos, pelo seu trabalho e invenção. Travassos era, na altura, oficial da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda e correspondente da ACL. Contudo, o Aviso do governo não era perentório e terminava mesmo com a possibilidade de recusa do plano de Travassos por parte da ACL, caso esta “achasse no

---

António de Araújo Travassos, “Extracção de Loteras, que se executa em tempo brevíssimo e sem que se possa cometer erro ou engano”, *HM*, V, 1 (1817), 136 – 139.

<sup>120</sup>Pode ver-se uma cópia digitalizada do Aviso em [http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id\\_parte=108&id\\_obra=73&pagina=826](http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=108&id_obra=73&pagina=826) (17/4/2014).

<sup>121</sup> ANTT, Ministério do Reino, mç. 353, “Negócios diversos da Academia das Ciências de Lisboa – Documentos relativos à Instituição Vacínica. 1812 – 1833”. O Aviso foi transcrito em Bernardino António Gomes, “Conta anual da Instituição Vaccinica da Academia Real das Sciencias, pronunciada na Sessão Publica”, *História e Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, IV, 2 (1816), LIV. Por decreto emitido em 4 de Novembro de 1799 a ACL passou a receber uma dotação anual de 4 800 000 réis provenientes de Cofre do Subsídio Literário que, ao longo do tempo, foi conjuntamente oscilando (Cristóvão Aires, *Para a Historia da Academia das Sciencias de Lisboa*, op. cit. (101), p. 22.

Plano inconveniente prejudicial que o seu Autor, sendo ouvido não pudesse remover”<sup>122</sup>. A Academia responde que iria nomear uma comissão de matemáticos para analisar o plano de Travassos, que elogia circunstancialmente mas duvida das inovações aí propostas, acrescentando ainda ter já um outro plano – da autoria de Francisco António Ciera - “o qual reúne grandes vantagens, e foi aprovado plenamente pela Comissão Mathematica”<sup>123</sup>. Este seria o plano que a ACL tiraria dos seus arquivos e publicaria logo no ano seguinte, dando mais um sinal da sua relutância em seguir as determinações governamentais. A lotaria acabaria por se realizar de acordo com o plano inicialmente proposto pela ACL - o qual seguia de perto o modelo utilizado pela Santa Casa da Misericórdia nas suas lotarias - e posteriormente aprovado pelo governo.

As outras memórias deste grupo tinham como temas a tática e construção navais e a fortificação. Manuel do Espírito Santo Limpo (1755 – 1809) era professor de Matemática e de Náutica na Academia Real da Marinha, foi diretor do Observatório Real da Marinha e é dele a memória de tática naval, “Memoria sobre o Restabelecimento da quinta Ordem de Marcha, alterada por haver alargado o vento” que saiu no tomo II (1799). Como também era de outro professor na Academia Real da Marinha, Mateus Valente do Couto (1770 – 1848), as “Instrucções e Regras praticas, derivadas da Theorica da Construcção naval, relativas à Construcção, Carregação e Manobra do Navio”, publicada na 2ª parte (1814) do tomo III. Valente do Couto - sócio efetivo e depois diretor da classe de Ciências Exatas - era professor de Astronomia e Teórica da Navegação e tinha já apresentado este trabalho, em 14 Dezembro de 1802, à Sociedade Real Marítima. A única memória sobre fortificação apresentada neste período,

---

<sup>122</sup> ANTT, Ministério do Reino, mç. 353, “Negócios diversos da Academia das Ciências de Lisboa – Documentos relativos à Instituição Vacínica. 1812 – 1833”.

<sup>123</sup> *Ibidem*. Carta da Academia.

“Fortificação. Systema Portuguez”, foi escrita por Francisco Pedro Celestino Soares (1791 – 1873), professor na Escola do Exército, e publicada na 2ª parte (1835) do tomo XI.

### **Astronomia e matemática**

A *HM*, sendo uma publicação caracterizada por um amplo domínio editorial, constituía, na altura, o melhor veículo disponível para a publicitação de trabalhos de natureza técnico-científica. No caso das ciências de cálculo, as memórias publicadas abrangiam temas que iam das lotarias à fortificação, passando pela órbita dos cometas, a convergência das séries, a alagação dos navios, o trânsito de Vénus, a determinação de longitudes ou a determinação das raízes de uma equação polinomial.

A quase totalidade das memórias de astronomia aí publicadas diziam respeito à observação de estrelas, satélites, eclipses e cometas. Das 34 memórias de astronomia, 4 memórias incluíam-se na astronomia teórica/mecânica celeste e 1 na instrumentação. A primeira memória do grupo de astronomia teórica a ser publicada foi a conhecida memória de Monteiro da Rocha, “Determinação das Órbitas dos Cometas” que saiu no tomo II (1799) das *Memorias de Mathematica e Phisica*<sup>124</sup>. Outras duas memórias são de Damoiseau de Monfort e saíram na parte 2 do tomo II (1812): “Mémoire sur la Cométe de 1807”, em que aquele procede ao cálculo das características da órbita do cometa observado por Paulo José Maria Ciera, em Lisboa, entre 7 de Outubro e 29 de Novembro de 1807, e “Mémoire sur les Variations Séculaires des Éléments élliptiques de Pallas et de Cérès”, em que o autor calcula uma aproximação mais precisa na

---

<sup>124</sup> Sobre os contextos de produção e receção desta memória veja-se Fernando J. B. Figueiredo, *José Monteiro da Rocha e a actividade científica da “Faculdade de Mathematica”*, *op. cit* (4), pp. 483 – 505.

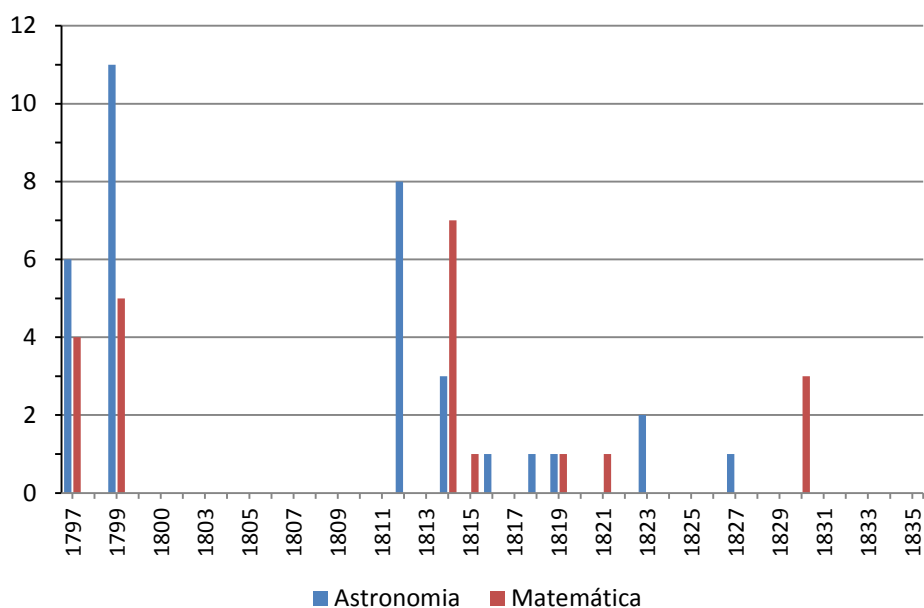
determinação das variações seculares da excentricidade e da inclinação das órbitas daqueles dois satélites de Júpiter. A quarta memória deste grupo é de Francisco António Ciera, “Taboas do nonagésimo para a latitude de Lisboa, reduzidas ao centro da Terra”, publicada na 2ª parte do tomo IV (1816). A memória da área de instrumentação era da autoria José Maria Dantas Pereira (1772 – 1836) - “Memória sobre os instrumentos de Reflexão”<sup>125</sup> – e tratava da teoria matemática dum novo círculo de reflexão, proposto pelo autor e adaptado do de Jean Charles de Borda (1733 – 1799).

As memórias de astronomia observacional revestem, na sua maioria, a forma de meros registos organizados em tabelas com um número de páginas que oscilam entre 1 e 35. Saem um pouco fora deste formato aquelas memórias em que a determinação da latitude e longitude eram o objetivo pretendido. Aí, os autores procedem a uma revisão da literatura sobre o assunto, ao cruzamento de dados com outras observações e fornecem um maior detalhe nos processos de cálculo. Exemplos deste caso são as duas memórias publicadas no tomo I (1797) sobre a determinação das latitudes e longitudes das cidades de Lisboa e do Rio de Janeiro, uma de Custódio Gomes de Villas-Boas e outra de Bento Sanches D’Orta. Estes dois académicos foram dos mais prolíficos autores de memórias de Ciências de Cálculo, com 5 e 7 memórias publicadas, respetivamente. Deste grupo faziam também parte Mateus Valente do Couto, com 4 memórias, Paulo José Maria Ciera e Francisco Borja Garção Stockler com 5 memórias.

Em termos globais constata-se a existência de um progressivo decréscimo da contribuição de matemáticos e astrónomos na *HM*, a partir da segunda década de oitocentos (Gráfico 3.15).

---

<sup>125</sup> “Memória sobre os instrumentos de Reflexão”, *Memorias de Mathematica e Phisica da Academia R. das Sciencias*, II (1799), 159 – 167.



**Gráfico 3.15 – Memórias de astronomia e matemática nas *HM* (1799 - 1834).**

Das 61 memórias publicadas até 1835, cerca de 35 (57,4%) foram publicadas em 1797, 1799 e 1812, nos três primeiros tomos da *HM*, nesta altura ainda com a designação de *Memórias de Mathematica e Fisica da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Entre a 1ª parte do tomo III, publicada em 1812 e a 2ª parte, que saiu em 1814, verificou-se uma descontinuidade geracional (Tabela 2). A seguir à geração que publicou até 1812 iria emergir, a partir da 2ª parte do tomo III, publicado em 1814, uma nova geração de autores, nascidos na mesma década da fundação da ACL. Estes autores, na sua maioria professores nas academias náuticas, formados na Universidade de Coimbra, vieram, no entanto, a revelar uma aparentemente menor produtividade quando comparada com a da geração anterior. Sendo poucos, muito solicitados para a ocupação de cargos de índole burocrático-administrativa ao serviço da Coroa e partilhando, alguns deles, a sua função docente pelas duas academias náuticas de Lisboa, Academia Real da Marinha e Academia Real dos Guardas Marinhas, e também pela Faculdade de

Matemática da Universidade de Coimbra, resultava daqui um óbvio prejuízo para o desempenho das suas atividades académicas nas quais se incluíam a escrita e publicação de trabalhos nas respetivas áreas de conhecimento<sup>126</sup>.

Algumas das memórias publicadas na *HM* tinham sido previamente apresentadas na Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica de que estes sócios da Academia, enquanto professores nas escolas náutica, faziam parte<sup>127</sup>. Desde a sua fundação, e enquanto existiu (1798 – 1806)<sup>128</sup>, que a Sociedade Real Marítima funcionou como uma instância de legitimação socioprofissional concorrente com a ACL. Os seus estatutos previam a atribuição de 6 prémios anuais de valor monetário muito superior aos atribuídos pela ACL nos seus concursos - 4 prémios de 30 000 mil réis cada, aos sócios que “mais útil e laboriosamente houverem trabalhado no ano precedente” e 2 de 200 000 réis cada, para as melhores memórias sobre hidrografia, geografia ou ciências exatas<sup>129</sup>. A sobreposição, embora parcial no que diz respeito à ACL, dos objetos destas duas agremiações, nomeadamente na área das ciências exatas, induziu também uma sobreposição do conjunto de associados de uma e outra instituição. Sendo a larga maioria dos professores das academias náuticas simultaneamente sócios da Sociedade Real Marítima e sócios da ACL não era, por isso, estranho, que os trabalhos desses

---

<sup>126</sup> Sobre o absentismo e a variedade de solicitações extra académicas para que estes professores das academias náuticas eram solicitados veja-se Nuno Ferreira, *A institucionalização do ensino da náutica em Portugal*, *op. cit.* (118), pp. 353 – 384.

<sup>127</sup> Sobre os trabalhos que estes sócios apresentaram na Sociedade Real Marítima veja-se Nuno Ferreira, *op. cit.* (118), Anexos, pp. 28 – 68.

<sup>128</sup> A partir de 1803, com a demissão do seu fundador e mentor, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, do cargo de presidente do Real Erário, verificou-se uma diminuição significativa da atividade da Sociedade até que, em 1807, uma parte do seu espólio foi transferida para o Brasil (Nuno Ferreira, *Idem*, p. 377).

<sup>129</sup> “Alvará criando a Sociedade Real, Marítima, Militar e Geográfica para o Desenho, Gravura e Impressão das Cartas Hidrográficas e Militares”, 20 de Junho de 1798, Título V, transcrito em António Delgado da Silva, *Collecção da Legislação Portuguesa desde a última Compilação das Ordenações (1791 – 1801)* (Lisboa: Typografia Maignense, 1828), p. 497.

autores circulassem entre aquelas duas agremiações<sup>130</sup>. A título de exemplo, três das quatro memórias que Francisco António Ciera publicou na *HM*, tinham sido apresentadas na Sociedade Real Marítima, o mesmo sucedendo com memórias de Custódio Gomes Villas-Boas e de Mateus Valente do Couto<sup>131</sup>.

Os outros veículos disponíveis na altura para a publicação de trabalhos de natureza técnico-científica, ou eram caracterizados por um domínio de natureza técnico-científica mais restrito – caso das *Efemérides Náuticas* ou das *Efemérides Astronómicas*<sup>132</sup> – ou então revestiam a forma de publicações periódicas de divulgação científica, de carácter mais generalista.

As memórias de ciências exatas publicadas nas *HM* apareciam, por vezes, referenciadas nos periódicos de divulgação científica, onde a publicação de memórias

---

<sup>130</sup> O recenseamento deste tipo de partilha foi feito por Nuno Ferreira, *op. cit.* (118), p. 370, 371 e 381.

<sup>131</sup> As três memórias de Ciera que circularam entre a Sociedade Real Marítima e a ACL foram “Observações Astronómicas feitas nas Casas da Regia Officina Typografica, junto ao Real Colegio dos Nobres”, *Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, I (1797), 416 – 474, e “Taboas do Nonagesimo para a Latitude de Lisboa, reduzidas ao centro da Terra 38<sup>o</sup> 27’ 22””, supondo a obliquidade da Ecliptica 23<sup>o</sup> 28’ 0” e “Plano de extracção de Loterias” *HM* IV, 2 (1816), 155 - 179 e 180 – 190.

<sup>132</sup> *Ephemerides Astronomicas calculadas para o Observatorio Real da Universidade de Coimbra* começaram a ser publicadas em 1803. Sobre este tema veja-se Fernando Figueiredo, *op. cit.* (4), pp. 371 – 406. O único sócio da ACL contribuinte para as *Ephemerides Astronomicas*, produzidas sob orientação de Monteiro da Rocha e publicadas pelo Observatório Astronómico da Universidade de Coimbra, foi Paulo José Maria Ciera, oficial da marinha empregado no Observatório Real da Marinha. Quando Ciera publicou nos volumes III (1805) e IV (1806) das *Ephemerides Astronomicas* as suas “Observações Astronómicas feitas em Lisboa no Observatório Real da Marinha” ainda não era sócio da ACL, o que só veio a acontecer com a sua eleição para correspondente em 6 de Junho de 1812. Parte destas “Observações”, feitas entre 1798 e 1805, seriam depois publicadas na 1ª parte (1812) do tomo III, mas sob o nome de Manuel do Espírito Santo Limpo que havia sido diretor do Observatório Real da Marinha até 1809. Nesta memória o nome de Ciera não é mencionado apesar de na “Advertência” que abre o volume surgir o seu nome como um dos coautores, a par de Espirito Santo Limpo. Ciera publicaria nas *HM* ainda mais 4 memórias astronómicas, 3 delas com um título bem sugestivo da sua dependência hierárquica relativamente ao então diretor do Observatório Real da Marinha: “Observações feitas no Observatório Real da Marinha de Lisboa por Paulo José Maria Ciera, e comunicadas à Academia por Matheus Valente do Couto [ou: “pelo Diretor do mesmo Observatorio]”.

científicas constituía uma componente residual da sua política editorial. O propósito comum destas publicações periódicas – editadas por portugueses, em Portugal, como o *Jornal Enciclopedico* ou o *Jornal de Coimbra*, ou no estrangeiro, como o *O Investigador portuguez em Inglaterra* - era o de darem notícias, as mais atuais possíveis, sobre várias áreas científicas, recolhidas e selecionadas a partir de periódicos científicos contemporâneos que se publicavam na Europa da altura<sup>133</sup>. Tratava-se de projetos editoriais destinados a um público não especialista e onde a publicação de memórias técnico-científicas originais constituía uma componente residual das respetivas políticas editoriais<sup>134</sup>.

De todas as memórias de matemática publicadas nas *HM*, nesta época, houve 4 que mereceram alguma atenção por parte do periodismo científico estrangeiro, nomeadamente, da *Monthly Review*. No número 28 (1799) deste “jornal literário” publicaram-se 4 recensões críticas a 4 memórias que saíram no primeiro tomo (1797)

---

<sup>133</sup> Sobre os artigos publicados no *Jornal Enciclopedico*, na área das ciências exatas, por parte de alguns sócios da ACL veja-se Fernando J. E. Reis, *op. cit.* (50), pp. 82 – 90. Sobre os periódicos portugueses de emigração veja-se Fernando J. E. Reis, *op. cit.* (50).

<sup>134</sup> O *Jornal Enciclopedico* – periódico de divulgação científica que se publicou de modo intermitente entre 1799 e 1806 - publicou em toda a sua existência apenas duas memórias de matemática, no número de Maio de 1791, de Espírito Santo Limpo, onde se exemplificavam as vantagens da utilização do cálculo matemático na tática militar. No domínio da astronomia, assunto que mereceu uma atenção mais detalhada por parte deste *Jornal*, foram dois os sócios da ACL a verem publicadas as suas observações do eclipse de 4 de Junho de 1788, Custódio Gomes Villas-Boas, que o observou em Lisboa, no Observatório da ACL, inaugurado no ano anterior, e o padre Joaquim de Assunção Velho, no Colégio de Mafra. No *Jornal de Coimbra* - o outro periódico que deu lugar, também pontualmente, à publicação de memórias de matemática, José Maria Dantas Pereira viu algumas das suas memórias publicadas em vários números de 1816 e 1818 (“Memoria Elemental Metaphysico-Geometrica”, e “Reflexões sobre as corecções das alturas dos astros e as dilatações dos semidiametros da Lua”, *Jornal de Coimbra*, 9, 44, 1 (1816), 127 – 135 e 136 – 137; e ainda uma série de memórias sob a designação genérica de “Escritos Maritimos do Chefe de Esquadra José Maria D’Antas Pereira”, *Jornal de Coimbra* XIV, 73, II (1818), 5 – 24, *Idem* XIV, 74, I (1818), 51 – 67, 68 – 80 e 106 - 114, *Idem* 77, I (1818), 204 - 237). No caso do *Investigador Portuguez em Inglaterra*, V, XX ( 1812), 535 – 547, cabe salientar a revisão crítica traduzida e aí publicada dos *Principios Mathematicos* de José Anastácio da Cunha (1744 – 1787), feita por John Playfair na *Edinburgh Review*, e as repostas de João Manuel de Abreu e de Anastácio Joaquim Rodrigues, ambos sócios da ACL.

das memórias da ACL. Duas dessas memórias eram de Monteiro da Rocha, “Solução Geral do problema de Kepler sobre a Medição das Pipas e Tonéis”, e “Aditamentos á Regra de M. Fontaine. Para resolver por aproximação os Problemas que se reduzem ás Quadraturas”; uma outra - cujo tema se relacionava com a memória de Monteiro da Rocha sobre a “regra de M. Fontaine”- era de Manuel Joaquim Coelho da Maia (1750 – 1817), “Solução do problema proposto pela Academia Real das Sciencias sobre o Methodo de aproximação de M. Fontaine”<sup>135</sup> e a quarta, “Memoria sobre os verdadeiros princípios do Methodo das Fluxões”, era de Francisco Garção Stockler<sup>136</sup>. O autor das recensões, à data anónimo, procede a um resumo dos conteúdos das quatro memórias mas, no que respeita à memória de Stockler, a sua apreciação é mais cáustica, terminando com uma declaração do falhanço da tentativa de Stockler em mostrar a originalidade do seu método das fluxões<sup>137</sup>. Stockler responderia depois num texto que seria publicado em 1800 pela ACL, *Lettre à M. le Rédacteur du Monthly Review: ou, réponse aux objections qu'on a faites dans ce journal à la méthode des limites des fluxions hypothétiques*<sup>138</sup>.

### 3.2.3.3 – Litteratura portugueza ou Belas Letras

As Belas Letras constituíam a ocupação da terceira classe da ACL – assim dizia o *Plano* – “a qual se deverá aplicar particularmente aos vários ramos da Litteratura

---

<sup>135</sup> Para uma discussão dos conteúdos destas duas memórias veja-se Fernando B. Figueiredo *op. cit.* (4), pp. 237 – 258.

<sup>136</sup> Francisco Garção Stockler, “Memoria sobre os verdadeiros princípios do Methodo das Fluxões”, *Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, I (1797), 200 – 217.

<sup>137</sup> *The Monthly Review* XXVIII (1799), 571 – 574.

<sup>138</sup> Sobre os conceitos de variável (fluente) e de limite em Stockler e o seu contraponto com a perspectiva de Anastácio da Cunha veja-se João Caramalho Domingues, “Variables, limits and infinitesimals in Portugal in the late 18th century”, *Historia Mathematica*, 31 (2004), 15 – 33.

Portuguesa”<sup>139</sup>. O que eram as Belas Letras ou os “vários ramos da Litteratura Portuguesa”, no entender dos académicos, ficaria mais tarde esclarecido quando, no Prólogo do tomo I das *Memorias de Litteratura Portuguesa (ML)*, publicado em 1792, se refere serem a “Lingua, e a História Portuguesa, consideradas em todos os possiveis aspectos, e relações”<sup>140</sup>. Se se considerar agora, em paralelo, os temas postos a concurso pela Academia, na classe de Literatura Portuguesa, podemos concluir, numa primeira aproximação, que a história, o direito, a língua / literatura, a poesia e o teatro nacionais constituíam as áreas temáticas em que se espraiava a produção literária dos sócios da Academia.

A resiliência, de algumas memórias, a qualquer tentativa de demarcação disciplinar conduz-nos, por vezes, a um exercício de delimitação afetado por um maior grau de subjetividade. Esta resiliência, transversal a várias áreas do conhecimento, é uma instância historicizável que está, por isso mesmo, intimamente associada aos processos evolutivos dessas áreas do conhecimento. Se se avançar um passo mais, no processo de demarcação, para além do critério aparentemente óbvio que sustentava a existência das três classes da ACL - “Ciências Naturais”, “Ciências de Calculo” e “Bellas Letras ou Litteratura Portuguesa” – descobre-se, através dos programas postos a concurso, que nesta última classe as delimitações disciplinares passavam ainda pela diferenciação de novas áreas como “História Portuguesa”, “Poesia e Teatro Nacional”, “Lingua Portuguesa” e “Direito Portuguez ou Direito Patrio”. Este processo de delimitação surge, de maneira óbvia, contaminado por critérios que transbordam os do mero conhecimento disciplinar; a história, a poesia e teatro, a língua e o direito

---

<sup>139</sup> *Plano*, § I, p. 4.

<sup>140</sup> “Prologo”, *Memorias de Litteratura Portuguesa publicadas pela Academia Real das Sciencias de Lisboa*, I (1972), 2.

ancoram-se no “Nacional”, no “Portuguez” ou no “Patrio”. Não se trata aqui duma adjetivação acessória ou involuntária mas sim duma marca identitária da ACL, detectável em diversos momentos e práticas da Academia, e que a aparentam com uma sociedade patriótica ou nacional.

O objecto aqui abordado – as memórias de “Literatura Portuguesa ou de Bellas Letras” – é assim composto por uma vasta amplitude temática inicialmente plasmado nas *ML* e, depois, prolongado pelas *HM*. Os seis primeiros tomos da *ML* foram publicados entre 1792 e 1796 e os dois últimos tomos entre 1806 e 1814<sup>141</sup>. Houve portanto um período em que as letras tinham disponíveis dois veículos de expressão pública – entre 1806 e 1814, houve uma sobreposição entre os projetos editoriais das *ML* e das *HM*: os três últimos volumes das *ML* cobrem o intervalo temporal de publicação dos dois volumes (1812 e 1814) do tomo III das *HM*. Neste período foi publicado nas *HM* apenas um trabalho na área da Literatura, com uma configuração que o afastava do modelo usual das memórias. Tratava-se de um conjunto de mapas comparativos do valor da moeda de ouro e prata desde o reinado de D. Duarte até 1806<sup>142</sup>. O seu autor era o sócio correspondente João Bell (... - 1819), negociante inglês, que viria depois a integrar a Comissão para a reforma dos Pesos e Medidas<sup>143</sup>.

Entre 1796 e 1806, intervalo em que não se publicou tomo algum das *ML*, saíram

---

<sup>141</sup> A publicação das *ML* ocorreu com a seguinte cronologia: em 1793 foram publicados os tomos I, II e III; em 1793 saíram os tomos IV e V; em 1796 seria publicado o tomo VI e em 1806 o tomo VII; o tomo VIII teve a sua publicação repartida em 2 partes: a primeira em 1812 e a segunda em 1814. A segunda parte do tomo VIII incluía também as memórias anteriormente publicadas na primeira parte.

<sup>142</sup> João Bell, “Taboa mostrando o valor da Moeda de ouro, de prata do Reino de Portugal, desde o Reinado do Senhor Rei D. Duarte até 1806”, *Memorias de Mathematica e Phisica*, III, 2 (1814), 5 mappas.

<sup>143</sup> João Baptista da Silva Lopes, *Memoria sobre a Reforma dos Pezos e Medidas em Portugal segundo o Systema Métrico-Decimal* (Lisboa: N Imprensa nacional, 1849), p. 7.

os dois primeiros tomos das memórias da ACL, *Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa* em 1797 e *Memorias de Mathematica e Phisica da Academia Real das Ciências de Lisboa* em 1799. Neste período, apenas foram publicadas duas memórias e as duas no primeiro destes tomos. Estas duas memórias já tinham sido publicadas no tomo I (1792) das *ML*. Uma delas, era de Joaquim de Foios (1733 – 1811), “Sobre a Poesia Bucólica dos Poetas Portuguezes” e a outra, primeira num conjunto de cinco, era de António Caetano do Amaral (1747 – 1819), “Memorias para a Historia da Legislação, e Costumes de Portugal. I – Estado da Lusitania até ao tempo em que foi reduzida a Provincia Romana”<sup>144</sup>. Caetano do Amaral publicaria as três memórias seguintes nas *ML* mas a quinta e última memória, dada a descontinuação das *ML*, seria publicada, em duas partes, postumamente, no tomo VI, parte II (1820) e no tomo VII (1821). Amaral foi um dos percussores da história civil e social em Portugal e o título do parágrafo com que abre a sua primeira memória, “Regeitão-se as fábulas de Antiguidades da Lusitânia”, é indiciador da viragem historiográfica que Amaral protagonizaria, a par de contribuições de outros sócios da Academia como João Pedro Ribeiro (1758 – 1839), José Anastácio de Figueiredo Ribeiro (1766 – 1805) ou Fr. Francisco de S. Luiz (1766 – 1845)<sup>145</sup>.

---

<sup>144</sup> António Caetano do Amaral, “Memorias para a Historia da Legislação, e Costumes de Portugal. I – Estado da Lusitania até ao tempo em que foi reduzida a Provincia Romana”, *Memorias da Academia real das Ciências de Lisboa*, I (1797), 245 – 258 e Joaquim de Foios, “Sobre a Poesia Bucólica dos Poetas Portuguezes”, *Ibidem*, 388 – 401.

<sup>145</sup> Para um panorama sobre as contribuições destes e de outros sócios da ACL para a renovação do panorama historiográfico português nos finais do século XVIII e início do século XIX veja-se Joaquim Veríssimo Serrão, *A Historiografia Portuguesa (Doutrina e Crítica)*, vol. III (Lisboa: Editorial Verbo, 1977), pp. 205 – 248. Alguns dados biográficos sobre João Pedro Ribeiro e o seu contributo na pesquisa e recenseamento de documentos históricos dispersos em diversos cartórios do reino foram tratados em António Baião, *A infância da Academia: 1788-1794 - Visita aos arquivos do reino, correspondência a tal respeito de João Pedro Ribeiro, Santa Rosa de Viterbo, etc.* (Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1834). Ainda sobre Pedro Ribeiro veja-se Aníbal Barreira, “João Pedro Ribeiro, sua posição na historiografia nacional”, *Revista de História*, 2 (1979), 67 – 58 (<http://repositorio->

A história constituiu uma instância pervasiva na produção literária da Academia. A procura de documentos e a elaboração de regras de pesquisa documental tendo em vista a aferição da sua veracidade, primeiro, e a sua utilização como elemento de construção do discurso histórico, depois, alicerçariam o programa historiográfico da ACL. O levantamento documental a ser levado a cabo nos arquivos e cartórios do reino constituiu um dos primeiros empreendimentos da ACL – Correia da Serra seria o polo dinamizador inicial deste putativo “centro de cálculo” doméstico - tendo para isso enviado para diferentes pontos do país alguns dos seus sócios. João Pedro Ribeiro (1758 – 1839), Fr. Joaquim de Santa Rosa Viterbo (1744 – 1822), Fr. Joaquim de Santo Agostinho (1767 – 1845) e depois José Joaquim Ferreira Gordo (1758 – 1838), foram alguns desses pesquisadores de “monumentos antigos” de que António Baião dá conta na *Infância da Academia*<sup>146</sup> e que o próprio Correia da Serra listou no seu “Discurso Preliminar” do tomo I (1790) da *Collecção de Livros Ineditos de Historia Portugueza*<sup>147</sup>.

---

[aberto.up.pt/bitstream/10216/13772/2/6326000072031.pdf](http://aberto.up.pt/bitstream/10216/13772/2/6326000072031.pdf) (18/5/2014). Sobre Caetano do Amaral e João Pedro Ribeiro no contexto da ACL veja-se Taíse Silva, *Maquinação da Razão Discreta: operação historiográfica e experiência do tempo na Classe de Literatura Portuguesa da Academia Real das Ciências de Lisboa (1779 -1814)*, tese de doutoramento (Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010), pp. 157 – 181. Pode ver-se ainda sobre Caetano do Amaral e Fr. Francisco de S. Luís (Cardeal Saraiva), Luís A. de Oliveira Ramos, “Concepções sobre a História (Segunda metade do século XVIII)”, <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6390.pdf>, (20/4/2014), pp. 248 – 256. Destes autores, o cardeal Saraiva foi o único que teve a sua “obra completa” publicada ainda nos finais do século XIX, *Obras Completas do Cardeal Saraiva (D. Francisco de S. Luiz) Patriarcha de Lisboa*, 10 volumes (Lisboa: Imprensa Nacional, 1782/1883), [http://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco\\_de\\_S%C3%A3o\\_Lu%C3%ADs\\_Saraiva](http://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_de_S%C3%A3o_Lu%C3%ADs_Saraiva) (20/5/2014). Uma abordagem mais atualizada à obra do cardeal Saraiva pode ler-se em Luís A. de Oliveira Ramos, *O Cardeal Saraiva*, vol. 1 (Porto: Centro de Estudos Humanísticos, Faculdade de Letras, 1972).

<sup>146</sup> António Baião, *A infância da Academia: 1788-1794*, op. cit. (145).

<sup>147</sup> São eles Fr. João de Sousa, João de Magalhães Avelar, Fr. Joaquim Forjaz, Fr. Joaquim de Santa Rosa, Fr. Joaquim de Santa Clara e José Veríssimo Álvares da Silva. Os três primeiros tomos da *Collecção*, publicados em 1790, 92 e 93, foram da responsabilidade de Correia da Serra. Os tomos IV e V seriam depois publicados em 1816 e 1824, sob responsabilidade de uma “Comissão de História Portuguesa”, constituída na assembleia extraordinária de 25 de Maio de 1813, e composta inicialmente por António Caetano do Amaral, João Pedro Ribeiro, Francisco dos Guimarães e Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato (AHCACL, Livro 24 B- Sessões do

Correia da Serra editaria apenas os três primeiros tomos da *Collecção de Livros Ineditos de História Portuguesa*, o último dos quais em 1793. Na assembleia extraordinária de 25 de maio 1813 seria criada uma Comissão de História Portuguesa, inicialmente composta por António Caetano do Amaral, João Pedro Ribeiro, Francisco Ribeiro dos Guimarães (... - 1839) e Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato (1777 – 1838), tendo o duplo propósito de continuar a publicação dos restantes tomos da *Collecção*, e de “colligir chronologicamente os principais, e mais importantes documentos de História de Portugal”<sup>148</sup>. Os tomo IV e V da *Collecção* acabariam por ser publicados, respectivamente, em 1816 e 1824, mas a comissão augurava, logo no início, quanto ao segundo propósito, através do seu novo porta-voz, Sebastião Francisco de Mendo Trigoso, vice-secretário da ACL, e perante as dificuldades levantadas pela análise do material já depositado no cartório da Academia e o recenseamento de novos documentos, que o caminho tivesse “um passo mais vagaroso” e que mediará ainda bastante tempo até ser publicado o primeiro volume.

Os documentos recolhidos pelos académicos nos vários cartórios do reino e depois enviados, alguns deles, à ACL nunca chegariam a ser publicados em conjunto como corpo autónomo mas serviriam e seriam parcialmente compilados ou utilizados como fontes nas diversas obras e memórias publicadas por alguns académicos<sup>149</sup>.

---

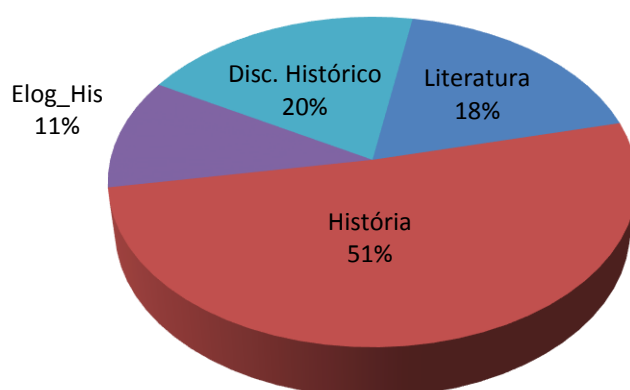
Conselho e das Assembleias Gerias, 8 de Junho de 1810 – 12 de Janeiro de 1827.) Em 1824, Joaquim José da Costa de Macedo e Sebastião Francisco Mendo Trigoso passaram a integrara a Comissão a que deixou de pertencer António Caetano do Amaral, falecido em 1819.

<sup>148</sup> AHCACL, Livro 24 B- Sessões do Conselho e das Assembleias Gerias, 8 de Junho de 1810 – 12 de Janeiro de 1827 e Sebastião Francisco de Mendo Trigoso, “Discurso recitado na Sessão Pública de 24 de Junho de 1814”, *História e Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, IV, I (1815), XVI e XVII.

<sup>149</sup> A obra de João Pedro Ribeiro no domínio da Diplomática é esclarecedora da relevância que a pesquisa documental teve na historiografia portuguesa da época (Taíse Silva, *op. cit.* (145), pp. 171 – 181). Veja-se ainda Aníbal Barreira, “João Pedro Ribeiro, sua posição na historiografia nacional”, *Revista de História*, 2 (1979), 67 – 58 (<http://repositorio->

### Memórias de história e literatura

O recenseamento das memórias publicadas nas *HM* cujo objeto eram as “Belas Letras” – 92, no total, contando com os elogios e discursos históricos, ou 64, descontando estes - permite-nos descortinar um claro predomínio da história, com 47 memórias (51%), relativamente à literatura, com 17 memórias (18%) (Gráfico 16).

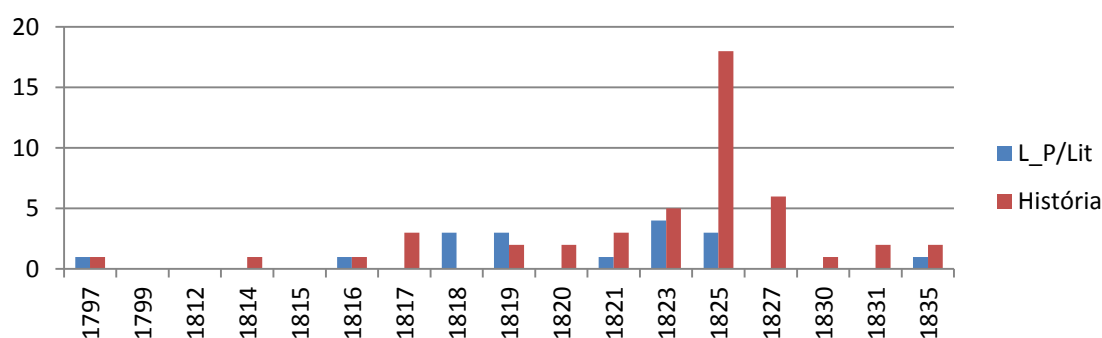


**Gráfico 3.16 – Distribuição das memórias de “Belas Letras” nas *HM* (1797 - 1834).**

No conjunto das 64 memórias de história e literatura foram incluídas 19 “dissertações” do padre António Pereira de Figueiredo (1725 – 1797), publicadas de uma só vez no tomo IX, em 1825. Destas dissertações, 17 diziam respeito a temas históricos e 2 tratavam de temas literários.

As memórias de história compreendiam uma diversidade de objetos como o direito (7), as navegações (5), a história política (4), descrições de história local (3), a diplomática (2), inscrições (1), dinastias maometanas (1), obras no mosteiro de Alcobaça (1), e medalhas africanas (1). Noutras memórias, a história e a literatura constituíam um tecido indiferenciado, marcado por registos sobre o conceito de “privado”, o teatro

português, a poesia bucólica e as vidas e obras literárias de autores como Luís de Camões e os Lusíadas, Fr. Luís de Sousa e a sua obra ou, ainda, os lugares dos cronistas-mores Fr. Bernardo de Brito (1569 – 1617), Fr. António Brandão (1584 – 1637) e Fr. Francisco Brandão (1601 – 1680) na *Biblioteca Lusitana*. A língua, portuguesa ou não, mereceu também a atenção de alguns memorialistas – a influência de vocábulos franceses na portuguesa, a decadência das línguas grega e hebraica, a língua dos “bárbaros” (árabe) e a edição do Pentateuco Hebraico, impresso em Lisboa em 1491, constituem exemplos desta produção multimoda pelos objetos abordados.



**Gráfico 3.17 – Evolução do número de memórias de “Belas Letras” nas HM (1797 - 1834).**

O ritmo de produção que, até à primeira metade da década de 1820, havia aumentado, entra depois num processo de abrandamento desde o início da década de 1830, causado provavelmente pela eclosão da guerra civil (Gráfico 3.17). A partir de 1825 a literatura desaparece das HM e só volta a emergir 10 anos depois com uma memória de Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato, “Observações sobre a verdadeira significação da palavra *Privado*, de que usão nossos mais antigos documentos e Escritores”<sup>150</sup>. Constatando a confusão entre “Privado” e “Valido”, tomados como sinónimos por alguns historiadores e publicistas, Morato socorre-se de

<sup>150</sup> *Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, XII, II (1835), 170 – 176.

fontes históricas e textos literários para destrinçar entre aqueles dois vocábulos. Morato conclui que “Privado” designava um conselheiro privado do rei, ofício que implicava maior proximidade do rei, tendo caído em desuso a partir do reinado de D. João I, altura em que se começou a confundir erradamente com o termo “Valido” sendo que este era sinónimo de “ministro do expediente”. Trata-se de uma memória típica de algumas das memórias aqui publicadas, caracterizada por um hibridismo de objecto e também metodológico que se torna patente logo no primeiro parágrafo em que o autor demarca os destinatários do seu trabalho, a saber, os “amadores do estudo da língua, e da história pátria”<sup>151</sup>.

Ao contrário do que sucedeu com as memórias de ciências, todas as memórias de letras foram escritas em português e, dos 25 autores aqui recenseados, 2 eram estrangeiros - Jacob Graberg de Hemso (1746 – 1847), erudito sueco, autor da “Indagação sobre a língua dos Barbaros”, publicada na 2ª parte (1818) do tomo V<sup>152</sup> e o já referido João Bell. Desses 25 autores, 10 (40%) eram clérigos cuja formação, em cânones ou teologia, passou pela Universidade de Coimbra. Tanto quanto foi possível apurar, os autores das memórias fizeram a sua formação, maioritariamente (14 (56%)), em cânones, leis ou teologia na Universidade de Coimbra sendo que outros receberam formação em escolas religiosas, casos de Fr. José de Santo António Moura, Joaquim de Foios (1733 - 1811) e António Pereira de Figueiredo.

Embora não houvesse uma coincidência relevante entre o grupo de autores das *HM* e o grupo de académicos que publicaram nas *ML* havia, no entanto, uma

---

<sup>151</sup> *Ibidem*, 169.

<sup>152</sup> Sobre Graberg de Hemso veja-se “Graberg di Hemso, Jacob”, *Dizionario Biografico degli Italiani* - Volume 58 (2002) ([http://www.treccani.it/enciclopedia/graberg-di-hemso-jacob\\_\(Dizionario-Biografico\)/](http://www.treccani.it/enciclopedia/graberg-di-hemso-jacob_(Dizionario-Biografico)/). 12/5/2014).

semelhança temática, em termos gerais, das memórias publicadas nas duas publicações. À semelhança temática entre as memórias de Literatura, em sentido lato, publicadas nas *HM* e nas *ML* não correspondia, contudo, a uma igual distribuição das diferentes áreas disciplinares. Nas *ML*, o direito e história do direito recolhiam a maioria das contribuições, com 35 (40%) memórias, seguindo-se-lhes a história e a língua e literatura com 26 (30%) memórias cada.

Dos dois universos de autores – 25 nas *HM* e 22 nas *ML* – apenas 5 publicaram nas duas coleções, a saber, Joaquim de Fóios, António Caetano do Amaral, António Ribeiro dos Santos, José Joaquim Ferreira Gordo (1758 – 1838) e António Pereira de Figueiredo. Nem João Pedro Ribeiro, nem José Anastácio de Figueiredo<sup>153</sup> figuram como autores nas *HM*, apesar da sua reconhecida relevância na reconfiguração historiográfica promovida pela ACL nos finais do século XVIII e início do século XIX<sup>154</sup>. Ribeiro foi o primeiro Lente da cadeira de Diplomática criada na Universidade de Coimbra em 1796, transferida em 1801 para Lisboa, para funcionar na Torre do Tombo, e Anastácio de Figueiredo seria depois nomeado Lente substituto da mesma<sup>155</sup>.

## Conclusões

Não foi o acaso que levou a que as primeiras publicações periódicas da ACL tivessem como objecto a agricultura, a economia, e a literatura, nem foi, também, por

---

<sup>153</sup> Aníbal Barrreira, “José Anastácio de Figueiredo – sua contribuição para a cientificação da história em Portugal”, *Revista da Faculdade de Letras* (<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3110.pdf> (13/5/2014).

<sup>154</sup> Sobre a caracterização da “operação historiográfica” protagonizada pela produção literária da classe de Literatura da ACL, os seus autores mais significativos e as suas contribuições veja-se Taíse Silva, *Maquinação da Razão Discreta: op. cit.* (145).

<sup>155</sup> João Pedro Ribeiro, *Dissertações Chronologicas e Criticas sobre a História e Jurisprudência Ecclesiastica e Civil de Portugal publicadas por Ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, tomo IV, parte I (Lisboa: Typografia da mesma Academia, 1819), pp. 14, 15.

acaso que os primeiros textos não periódicos que a Academia escolheu publicar tivessem maioritariamente como assunto a agricultura. Esta pulsão programática inicial seria depois modulada, nos anos subsequentes, com iniciativas mais abrangentes na área das ciências naturais, da literatura e das ciências exatas.

No quadro das publicações não periódicas que recenseámos, a literatura em sentido geral – história, direito e literatura portuguesa - foi emergindo, globalmente, com um claro predomínio relativo sobre as outras duas áreas do conhecimento a que a Academia se dedicava, as ciências naturais e as ciências de cálculo. Esta marca impressa pela literatura no percurso que seria expectável de uma “Academia das Ciências”, fundada entre os séculos XVIII e XIX, suscita uma primeira perplexidade, se se atender à tendência programática inicial da ACL, expressa logo no primeiro parágrafo do seu *Plano de Estatutos* fundacional, a saber, que a Academia se fundou “para adiantamento da Instrução Nacional, perfeição das Ciências e das Artes e aumento da indústria Popular”. Aqui, as “Bellas Letras” tinham um lugar justificado apenas por serem “huma parte” da Instrução Nacional, originado assim uma “terceira Classe, a qual se deverá aplicar particularmente aos vários ramos da Literatura Portuguesa”.

Este processo de vampirização levado a cabo pela parte “literária” da ACL é resultado dum maior ativismo académico da sua classe de Literatura o qual, por sua vez, se enraíza nas especificidades do contexto cultural português da época. Os “homens de letras”, cuja formação académica se fazia por via dos cursos de leis, cânones e teologia da Universidade de Coimbra, constituíam então uma espécie maioritária, oferecendo, por isso, uma maior amplitude de recrutamento académico e constituindo um grupo de pressão com uma influência mais efetiva dentro e fora da ACL.

As publicações periódicas apresentaram um perfil algo diferente mantendo, no

entanto, a Literatura um peso significativo relativamente às outras áreas. Neste caso, a área da Literatura correspondeu a uma participação equivalente à das ciências de Cálculo, cerca de 30%, contra os 40% da área das ciências de Observação. Sob o argumento invocado, mas não convincente, de agilizar a publicação das memórias dos seus sócios, a Academia promoveu o colapso das *Memórias Económicas* e das *Memórias de Literatura* numa só publicação, que até ali se tinha chamado, primeiro, *Memórias*, depois, *Memórias de Matemática e Física* e que doravante – a partir de 1814 - passaria a chamar-se, *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. A produção periódica da ACL passou a dispor, a partir daí, dum único espaço de publicação onde desembocariam todas as contribuições de todas as áreas de conhecimento que constituíam objecto da ACL.

Os contextos social e político em que a ACL desenvolvia agora a sua atividade tinham sofrido mudanças significativas - disrupção do tecido produtivo, a fome e as migrações do campo para a cidade, e o aumento de doenças contagiosas, são algumas delas - ligadas às guerras das invasões francesas e à ausência física e simbólica do poder político no Brasil. Esta alteração de contexto não deixou de induzir a sua marca no eixo programático da Academia. A promoção da agricultura continuou a ser uma das preocupações da ACL – se bem que, agora, também ao nível mais básico da subsistência – a que veio a acrescentar-se a medicina na sua vertente da higiene e saúde públicas. Esta mudança programática torna-se perceptível no quadro da distribuição das memórias de Ciências Naturais publicadas na *HM* onde se verifica a emergência maioritária de contribuições na área da medicina e saúde públicas (Gráfico 2.8).

A partir da segunda década de oitocentos, as epidemias e a fome entraram na agenda da ACL conforme é constatável quer nas atas das suas reuniões, quer nos

“Discursos Históricos” que o seu secretário pronunciava aquando das sessões públicas. A presença da saúde pública nas *HM* tornou-se mais evidente por via das memórias e dos relatórios em que a vacina contra a varíola e a atividade da Instituição Vacínica constituíam o objeto principal. Esta foi uma marca que transbordou do texto da *HM*, ramificando-se em publicações e folhetos de pendor higienista como foram o caso, entre outros, da *Collecção de Opusculos sobre a Vaccina*<sup>156</sup>, do *Tratado de Polícia Medica*<sup>157</sup>, de José Pinheiro de Freitas Soares e ainda de *Avisos ao Público e Instrucções... para embaraçar o progresso das moléstias*<sup>158</sup>.

---

<sup>156</sup> *Collecção de Opusculos sobre a Vaccina feitos pelos sócios da Academia Real das Sciencias, que compõem a Instituição Vaccinica e publicados de Ordem da mesma Academia, I e II* (1812), III a IX (1813) e X a XIII (1814) (Lisboa: Na Typografia da Academia).

<sup>157</sup> Carlos Lousada Subtil e Margarida Vieira, “Os Tratados de Polícia, fundadores da moderna saúde pública (1707 – 1856), *Referencia – Revista de Enfermagem*, III, 7 (2012) 179-187, [http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0874-02832012000200019&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-02832012000200019&lng=pt&nrm=iso) > (29/9/2014).

<sup>158</sup> João Guilherme Chrisitano Muller, “Discurso Histórico pronunciado na Sessão Publica da Academia real das Sciencias de Lisboa, 24 de Junho de 1812”, *HM* III, 2(1814), XLIV.

# 4

---

## Uma Instituição patriótica

A oferta de perícia e aconselhamento técnico em troca de autonomia, apoio financeiro e legitimação política constituía uma das marcas características, nos séculos XVIII e XIX, do relacionamento entre as academias e sociedade científicas e o poder político.<sup>1</sup>

Uma das evidências deste tráfico entre saber e poder, no que à Academia Real das Ciências de Lisboa diz respeito, foi a criação de comissões destinadas a responder às solicitações do governo sobre aspetos técnico-científicos específicos da governança. Outra instância daquela relação com o poder político teve a ver com os programas de assuntos que a ACL punha anualmente a concurso para a atribuição de prémios, alguns dos quais partilhados entre a iniciativa governamental e as preocupações programáticas da Academia.

Neste capítulo consideraremos quatro das comissões criadas pela ACL, destinadas a responder a solicitações de natureza técnico-científicas e abordaremos também os programas postos a concurso e os respetivos prémios atribuídos pela Academia.

---

<sup>1</sup> James E. McClellan III III III, *Science Reorganized – Scientific societies in the eighteenth century* (New York: Columbia University Press, 1985), p. 29.

As comissões técnico-científicas que aqui analisaremos - a comissão da indústria, a comissão para a análise das quinas, a comissão para a uniformidade dos pesos e medidas e a comissão para a vacina antivariólica - não esgotando todas as iniciativas tomadas pela ACL para solução de problemas que considerava ser da sua responsabilidade resolver, e para as quais convocava alguns dos seus sócios, são paradigmáticas do *modus operandi* que caracterizava a interação da ACL com os seus contextos. Por outro lado, a análise dos programas de assuntos postos a concurso, feita na segunda parte deste capítulo, permitir-nos-á ainda esclarecer qual o grau de expressão pública das linhas programáticas da ACL enquanto Academia das Ciências periférica, criada em Portugal nos finais do Antigo Regime e num contexto de transição do século XVIII para o século XIX.

#### 4.1 – As comissões técnico-científicas

A pluralidade das comissões criadas pela Academia podem ser globalmente organizadas em dois grupos. O das comissões criadas por ordem do governo e as que decorreram da própria iniciativa da ACL<sup>2</sup>. Das quatro comissões técnico-científicas aqui

---

<sup>2</sup> A comissão para análise das quinas, a comissão para a uniformização dos pesos e medidas ou a comissão para a instrução pública nacional constituem exemplos do primeiro grupo. A comissão para a composição de um *Dicionário de Língua Portuguesa* e a comissão de História constituíram-se por iniciativa da ACL. A comissão para a composição do dicionário foi a primeira comissão a ser formada pela ACL ainda antes da sua apresentação pública. A ACL, reunida em assembleia particular de 28 de Junho de 1780, decidiu estabelecer uma comissão extraordinária para a composição de um *Diccionario da Lingua Portuguesa* para a qual foram nomeados Pedro José da Fonseca (1737 – 1816), professor de retórica e poética no Colégio dos Nobres, os padres oratorianos Joaquim de Fóios (1733 – 1811), professor de retórica e latim e José de Azevedo, professor de retórica e filosofia, o Principal Mascarenhas (1752 – 1791), Agostinho José da Costa de Macedo (1745 – 1822), professor régio de filosofia racional e moral, Bartolomeu Inácio Jorge, professor de filosofia no Colégio das Necessidades, Bento José de Sousa Farinha (1740 – 1820), professor régio de filosofia, o Conde da Ega (1755 – 1827), Roberto Nunes da Costa, professor régio de gramática, Adrião dos Santos, professor de retórica e poética no Colégio dos Nobres, Félix José Marques, professor régio de grego, e José António da Mata (? – 1814), professor régio de latim. Pedro José da Fonseca ficou logo como diretor da comissão e responsável pela

abordadas, apenas a comissão da indústria decorreu de uma disposição estatutária. Das outras três, a comissão da vacina antivariólica foi a única criada por iniciativa da ACL. Na grande parte dos casos das comissões criadas por sugestão ou indicação do governo, a sua ação terminava com a elaboração e envio de relatórios ou propostas de natureza técnica ou jurídica que, entregues ao governo, ou se perdiam nos enredos da burocracia, ou suportavam as decisões da política governamental para que haviam sido solicitadas. Uma destas quatro comissões teve, no entanto, implicações que ultrapassaram em muito o mero aconselhamento técnico. Foi o caso da comissão criada para vacinação contra a varíola, que resultou na criação da Instituição Vacínica (IV) da Academia Real das Ciências de Lisboa e cuja atividade teve consequências práticas relevantes não só para a própria Academia como para o panorama da saúde pública em Portugal no primeiro quartel do século XIX. A relevância desta instituição vacínica obriga-nos a uma

---

apresentação de um plano do dicionário para o qual se nomearam, ainda naquela sessão, os censores, a saber, duque de Lafões, Gonçalo Xavier de Alcáçova e Joaquim de Fóios (AHCACL, Livro 26 B, *Idem*, “Minuta das Resoluções da Academia das Ciências de Lisboa de 28 de Junho de 1780”, fl. 4). A comissão, liderada por Pedro José da Fonseca, publicaria apenas um tomo do Dicionário da Língua Portuguesa, em 1793, apenas com entradas da letra A, que terminavam em “azurrar” (Telmo Verdelho, “Dicionários Portugueses: Breve História”, in Telmo Verdelho, João Paulo Silvestre (org.), *Dicionarística portuguesa: inventariação e estudo do património lexicográfico* (Aveiro: Universidade de Aveiro, 2007), pp. 25 – 28 ([http://books.google.pt/books?id=ibjsha\\_dpsYC&printsec=frontcover&hl=pt-PT#v=onepage&q&f=false](http://books.google.pt/books?id=ibjsha_dpsYC&printsec=frontcover&hl=pt-PT#v=onepage&q&f=false) (31/10/2014))). Sobre Pedro José da Fonseca, a sua obra e, em particular, a sua contribuição para o *Dicionário da Língua Portuguesa* veja-se Ana Margarida de Almeida Borges, *Pedro José da Fonseca e a sua obra lexicográfica*, tese de doutoramento (Aveiro: Universidade de Aveiro / Departamento de Línguas e Culturas, 2011), pp. 49 – 54). Sobre a comissão para a instrução nacional e o papel nela desempenhado por Francisco Borja Garção Stockler veja-se Cecília Honório, *A Natureza e o Homem nos Caminhos do Saber e do Poder - Francisco de Borja Garção Stockler (1759-1829)* (Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 2012), pp. 212 – 288. Esta comissão – destinada a examinar o “Plano de Instrução Nacional” enviado à ACL por Aviso do marquês Mordomo-mor - foi constituída na sessão extraordinária de efetivos de 8 de Outubro de 1798, tendo sido eleitos Alexandre António das Neves, o visconde de Barbacena, José Maria Dantas Pereira, Agostinho José da Costa de Macedo, António Ribeiro dos Santos e Joaquim de Fóios. Ainda sobre projeto para a instrução nacional de Stockler veja-se Rómulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal*, 2ª edição (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996), pp. 506 – 515.

abordagem mais detalhada da mesma, articulada em duas vertentes: a da emergência, no início do século XIX, em Portugal, de uma instituição criada com o propósito específico de resolver um problema de saúde pública – a varíola - e a da criação e desenvolvimento dessa mesma instituição de saúde pública dentro do quadro de uma academia científica, a Academia Real das Ciências de Lisboa, e fora do controlo direto do Estado. O programa de vacinação promovido pela Academia das Ciências, os métodos, a rede de vacinadores, os processos de promoção da vacina e ainda a contribuição de algumas mulheres para a execução desse programa constituem alguns dos tópicos que consideraremos neste capítulo.

#### **4.1.1 – Junta ou Comissão da Indústria**

De todas as comissões em que a ACL se comprometeu houve apenas uma que mereceu um destaque estatutário, a saber, a Junta ou Comissão da Indústria. Esta Comissão, “perpétua na Academia” – composta por oito sócios, eleitos de três em três anos - tinha como propósito aproximar “as observações e cálculos da Natureza até à prática dos Agricultores, Officiaes mechanicos e outros membros do Corpo Civil”, permitindo assim que “cheguem as luzes e cuidado da Academia até os últimos ramos da Indústria Popular”<sup>3</sup>. Na assembleia particular de 2 de Outubro de 1780 foram eleitos os primeiros deputados da Comissão: duque de Lafões, Marquês de Alorna, Conde de Tarouca, conde do Vimieiro, Bartolomeu Costa, Miguel Franzini, Domingos Vandelli e Domingos de Mello<sup>4</sup>. Os oito sócios que compunham a Comissão, eleitos trienalmente,

---

<sup>3</sup> *Plano*, § X, pp. 7 e 8.

<sup>4</sup> AHCACL, Livro 26 B, *Actas das Assembleias da Academia das Sciencias de Lisboa, 10 de Janeiro de 1780 a 11 de Fevereiro de 1810*, “Minuta da Assembleia particular Academia das Sciencias de 2 de Outubro de 1780”, fl.6

deveriam promover o “augmento da Agricultura, das Artes e da Industria Popular, empregando para este fim todos os meios que lhe são possíveis [...] em benefício da Pátria”<sup>5</sup>.

Pelos registos ainda existentes da correspondência entre Barbacena e Vandelli é de presumir que teria sido este académico o responsável pela introdução deste Comissão da Indústria no *Plano*. Vandelli refere-se-lhe como sendo “a parte principal da Academia”, oferecendo-se para ajudar Barbacena “nos estatutos desta Classe da Industria”<sup>6</sup>. E Barbacena, numa carta não datada para Vandelli, em que se tratava dos trabalhos preparatórios para a abertura da ACL, referia ser sua intenção “agregar à Junta Económica todas as pessoas que quizerem, fazendo com elles huma Sociedade Económica dependente da Academia”<sup>7</sup>. A ideia de Vandelli, secundada por Barbacena, parecia seria a de tornar esta Junta da Indústria como um núcleo coordenador de um conjunto de Sociedades Económicas espalhadas pelo país. Numa carta a Correia da Serra, datada de 17 de Janeiro de 1780, Vandelli escrevia que “He necessário determinar-se o plano do trabalho principalmente para a parte económica, que é a mais interessante: e cuidar nos Estatutos della principalmente para estabelecer novas Sociedades”<sup>8</sup>. Nesse mesmo dia, Barbacena respondia a uma outra de Vandelli a propósito de uma “Companhia Auxiliatriz das Empresas da Comissão da Indústria” a ser proposta ao governo e sobre a qual Barbacena dizia que achava ser uma boa ideia mas se mostrava cético sobre a sua recetividade no “Ministério”<sup>9</sup>. Vandelli tinha já expresso este projeto de se criarem na província sociedades económicas coordenadas por uma

---

<sup>5</sup> *Idem*, § X, p. 8 e 9.

<sup>6</sup> Cristóvão Aires, *Para a História da Academia das Sciencias de Lisboa*, pp. 126, 128.

<sup>7</sup> *Idem*, p. 62.

<sup>8</sup> *Idem*, p. 128.

<sup>9</sup> *Idem*, p. 91.

“Junta ou Administração que trabalhasse neste importante ramo de economia [agricultura]”<sup>10</sup>. Tratava-se, portanto, de um projeto bem mais ambicioso do que o que aparece no *Plano* mas, mesmo este, para além da eleição dos oito sócios que compunham Junta ou Comissão da Indústria, ficou sem qualquer efeitos práticos. O rasto desta Comissão perde-se logo a seguir, estranhamente, nos registos hoje existentes na Academia<sup>11</sup>.

“Caiu no esquecimento”, foi a expressão utilizada por um dos seus sócios, Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato (1777 – 1838), para descrever tal destino invocando, ao mesmo tempo, uma das razões para explicar o seu aparente fracasso, a saber, que a vastidão do projeto que lhe [à Comissão] foi atribuído pelos “sócios italianos” excedia os meios disponíveis e os poderes de uma “sociedade literária”<sup>12</sup>. Não se encontraram registos de tal projeto, referido por Morato na *Collecção Systemática*, para além da correspondência entre Vandelli, Barbacena e Correia da Serra, mas as marcas detetáveis nas múltiplas iniciativas tomadas pela Academia ao longo dos anos permitem-nos considerar que a maioria dos propósitos estatutariamente estabelecidos para esta Comissão viriam depois a ser diluídos e programaticamente apropriados por toda a Academia<sup>13</sup>. É, aliás, notável, a coincidência de perspectiva entre o objeto da Junta

---

<sup>10</sup> Domingos Vandelli, *Memórias Inéditas*, BA, cód. 54-V- 14, nº 6 ,s/d (179-).

<sup>11</sup> Dez anos depois, na assembleia de efetivos de 27 de março de 1790 é aprovado o estabelecimento de “Sociedades de Agricultura correspondentes”, deixando-se para o Conselho da Academia a “determinação da forma que hão de ter”. Também agora, e tal como ocorreria com a Comissão da Indústria, tudo haveria de ficar pelas proclamações bem intencionadas.

<sup>12</sup> *Collecção Systemática das Leis e Estatutos, por que se tem governado a Academia Real das Sciencias de Lisboa* (Lisboa: Na Typografia da mesma Academia, 1822), p. 28.

<sup>13</sup> José Luís Cardoso defendeu a ideia de que, apesar do fracasso da Comissão da Indústria, os seus propósitos não deixaram de ser cumpridos por outras vias materializadas, nomeadamente, pela publicação de uma coleção de memórias económicas (José Luís Cardoso, “Introdução”, *Memórias Económicas Inéditas (1780 – 1808)* (Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1987), p. 15).

ou Comissão da Indústria, estatutariamente definido – levar as luzes até aos últimos ramos da Indústria Popular, atender à comunicação e correspondência necessária com os agricultores, com os oficiais mecânicos e com outros membros do corpo civil, procurar o parecer de sujeitos práticos e inteligentes excitar a emulação com algumas recompensas - com uma parte do “Discurso Preliminar” que abre o primeiro tomo das *Memórias Económicas*: “Estudar para comunicar o fructo dos seus estudos e facilitar aos povos o seu uso, com alguns prémios que os excitam, he tudo o que a Academia pode fazer para a pública prosperidade”<sup>14</sup>.

Em qualquer das iniciativas da Academia se encontra a preocupação de produzir “ensaios patrióticos destinados a augmentar a instrução popular”<sup>15</sup>. Ao contrário de uma queda no esquecimento, o destino da Comissão da Industria pode ser lido como uma “transmutação”, para utilizar uma expressão do próprio Vandelli, dos propósitos da Comissão nos da própria Academia<sup>16</sup>. Os inquéritos aos lavradores<sup>17</sup>, a publicação de memórias e projetos de temática agronómica<sup>18</sup>, a realização de demonstrações públicas sobre o funcionamento de alfaias agrícolas e a sua posterior distribuição a algumas comarcas<sup>19</sup>, os diferentes prémios atribuídos à cultura das batatas, à criação do bicho

---

<sup>14</sup> José Correia da Serra, “Discurso Preliminar”, *Memórias Económicas I* (1789), X e XI.

<sup>15</sup> João Guilherme Christiano Muller, “Discurso Histórico”, *Memorias de Mathematica e Physica da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, III, 2 (1814), XXXIX.

<sup>16</sup> Este foi um termo utilizado por Domingos Vandelli para descrever a sua iniciativa, conjuntamente com o visconde de Barbacena, de criar uma “Sociedade económica ou Patriótica” que seria depois “transmutada em uma academia de ciências”, inscrito numa sua *Memoria sobre a pública instrução agrária*, BA, código 54 - V-14, nº6.

<sup>17</sup> De que *As perguntas de Agricultura. Deregadas aos lavradores de Portugal* e o *Prospeto da Obra Periodica sobre a Agricultura de Portugal* (Lisboa: Na Officina da Academia real das Sciencias, 1787) são exemplos.

<sup>18</sup> De que as *Memórias de Agricultura premiadas pela Academia Real das Sciencias de Lisboa*, tomo I (1788) e tomo II (1791) e as *Memórias Económicas* (1789 /1815) constituem a mais visível evidência pública.

<sup>19</sup> Caso das experiências com as gadanhas alemãs, promovidas sob orientação do vice-secretário da Academia, Joaquim Pedro Fragoso de Siqueira (João Guilherme Christiano Muller, *Idem*, XLIX, L), publicadas na *Gazeta de Lisboa*, 235 (1 de Outubro de 1810) e publicadas nas *Memórias*

da seda, à plantação de castanheiros ou azinheiros, criados no quadro de programas específicos para o “adiantamento da Industria popular, e principalmente da Agricultura e das Artes úteis”<sup>20</sup> são alguns dos muitos exemplos que atestam essa “transmutação”.

Cerca de cinquenta anos depois, o então guarda mor da Academia, Alexandre António Vandelli, filho de Domingos Vandelli, iria recuperar uma parte do projeto inicial da Comissão da Indústria propondo a “publicação de um impresso volante, próprio para vulgarizar em todo o reino os conhecimentos tecnológicos, e de agricultura”<sup>21</sup>. Vandelli apresentava a sua proposta como sendo a concretização do “patriótico projeto” dos fundadores da Academia, expresso no §IX do *Plano*, a saber, promover o “aumento da Agricultura, das Artes e da Industria Popular [...] averiguando e recolhendo os descobrimentos novos e práticas úteis dos Estrangeiros que nos forem próprias, propondo-as e facilitando-as aos nossos Nacionais”<sup>22</sup>. A segunda parte da proposta de Vandelli, aprovada pela Academia e proposta ao governo em 3 de Maro de 1831, passava pela criação, “à imitação das outras nações, e da vizinha Hespanha, de hum Gabinete de modelos de maquinas que tem uso na Agricultura, nas Artes e Manufacturas”. O argumento chave, utilizado por Vandelli e secundado pela Academia, para defender a sua proposta seria o de que este Gabinete evitaria a saída de avultadas quantias para fora do reino que iam animar a indústria alheia<sup>23</sup>.

Alexandre Vandelli daria seguimento, com apoio da ACL, à sua primeira proposta

---

*Económicas*, V (1815), 1 – 44.

<sup>20</sup> BACL, *Programmas*, cota: 12/ 88/7, “Programa da Academia Real das Sciencias de 4 de Julho de 1795”.

<sup>21</sup> ANTT, Ministério do Reino / Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, Negócios diversos da Academia das Ciências de Lisboa, mç. 353 (Transcrito em Cristóvão Aires. *Para a História da Academia das Sciencias* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1927), p. 410)

<sup>22</sup> *Plano*, § IX, p. 8.

<sup>23</sup> ANTT, *Idem*.

e publicaria depois, entre 1831 e 1832, um total de 16 fascículos sobre os mais variados temas, reunidos numa *Collecção de Instrucções sobre a Agricultura, Artes e Indústria*, sendo a maior parte deles traduções e adaptações de textos estrangeiros. Quanto ao “Gabinete”, não existe registo de que ele tenha sido efetivamente criado. Vandelli, partidário de D. Miguel, parte entretanto para o Brasil a 15 de dezembro de 1833 e aí se tornará, anos depois, professor de Princípios de Ciência Naturais e Botânica do infante D. Pedro II<sup>24</sup>.

#### 4.1.2 – Comissão para análise química das quinas

A Comissão para a análise química das quinas provenientes do Rio de Janeiro constituiu um caso exemplar de como, num processo de produção de conhecimento, se envolveram fatores de natureza cognitiva, política, pessoal e institucional<sup>25</sup>. A constituição desta Comissão decorreu duma iniciativa governamental destinada a resolver um problema de saúde pública – a utilização da quina contra as febres intermitentes (paludismo) - e, ao mesmo tempo, encontrar nas quinas provenientes do Brasil aquela que oferecesse um maior grau de rentabilidade comercial.

A burocracia governamental da altura não dispunha ainda de um capital de conhecimento técnico suficiente para responder ao primeiro daqueles dois desafios. A

---

<sup>24</sup> Adílio Jorge Marques *O professor do jovem Imperador: Alexandre António Vandelli (1784 – 1862) – um naturalista luso-brasileiro* (Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2010), pp. 106 e 107.

<sup>25</sup> A quina é um arbusto de folhagem persistente originária da região tropical da América do Sul. A sua casca é conhecida, desde o século XVII, na literatura e prática médicas pelas suas propriedades febrífugas e a primeira descrição botânica de uma das suas muitas variedades é atribuída aos franceses Charles La Condamine e Joseph Jussieu, nos quais Lineu se baseou para a classificar, em 1742, na família das rubiáceas, como *Cinchona officinalis* (Leonardo Gutierrez-Golomer, “Confusions historiques à propos du quinquina”, *Revue d’histoire de la pharmacie*, 199 (1968), 187 – 190, [http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/pharm\\_0035-2349\\_1968\\_num\\_56\\_199\\_7779](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/pharm_0035-2349_1968_num_56_199_7779) (20/11/2014).

utilização médica de espécies vegetais com virtudes febrífugas, como eram o caso das quinas, assentava no cruzamento entre a descrição botânica e o conhecimento empírico dos seus efeitos terapêuticos. Por outro lado, a determinação química laboratorial dos compostos químicos que conferiam à quina – e a outras espécies vegetais - as virtudes terapêuticas por que eram conhecidas e utilizadas na prática médica estava ainda a dar os seus primeiros passos<sup>26</sup>.

A descrição botânica das quinas, ao contrário do que sucedeu com a sua análise química, não colocava, na altura, problemas significativos. A quina ou quineira, classificada por Lineu como *Cinchona Officinalis*, é uma planta medicinal, descoberta pelos europeus entre os séculos XVI e XVII, na zona do atual Peru, cuja casca era essencialmente utilizada para combater a febre intermitente associada à malária<sup>27</sup>. No Brasil, as estruturas governamentais apenas se mobilizaram – através dos seus naturalistas coletores e da sua incipiente estrutura sanitária - ao nível da recolha de amostras de diversas cascas de quina e, depois, no envio dessas amostras para Portugal onde seriam analisadas.

A multiplicação de diferentes tipos de quina, de proveniências geográficas também diferentes, e a decorrente indeterminação da sua eficácia terapêutica fez com a Coroa tomasse várias iniciativas tendentes à sua classificação e à determinação de uma

---

<sup>26</sup>Márcia Helena Mendes Ferraz, *As Ciências em Portugal e no Brasil (1772 – 1822): o texto conflituoso da química* (São Paulo: EDUC, 1997), pp. 118 – 122.

<sup>27</sup>No brevetto “Art de recueillir & de préparer le quinquina” da *Encyclopedie Methodique ou Par Ordre des Matieres – Arts et Métiers Mécaniques*. Tomme Septieme (Paris: Chez Panckoucke, Libraire, 1790) pode ler-se um relato sobre as diversas aplicações em que, na época, eram utilizadas as cascas desta planta. Sobre as marcas da utilização da quina na farmacopeia portuguesa veja-se João Rui Pita e Ana Leonor Pereira, “A arte farmacêutica no século XVIII, a farmácia conventual e o inventário da Botica do Convento de Nossa Senhora do Carmo (Aveiro)”, *Ágora. Estudos Clássicos em Debate* 14,1 (2012), 227-268 e também João Rui Pita, “A quina e outras drogas medicamentosas na produção medicamentosa do Hospital da Universidade de Coimbra nos finais do século XVIII”, *Mare Librum*, 17 (1999), 197 – 228.

correlação efetiva entre cada uma delas e a respetiva eficácia no combate às febres intermitentes.

No que respeita à sua classificação, a obra pública mais relevante feita por encomenda da Coroa deveu-se a Fr. José Mariano da Conceição Veloso (1741- 1811). Veloso tinha sido excluído, na sessão de 13 de Janeiro de 1798, da lista de sócios livres da ACL, por razões ainda desconhecidas. Em 1779 é-lhe atribuída, por D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1755 – 1812) a direção da Casa Literária do Arco do Cego e nesse mesmo ano publica *Quinografia Portuguesa*<sup>28</sup>. Para além de fazer a distinção entre diversas espécies de quinas, Veloso justifica a sua iniciativa sublinhando a importância comercial para a Coroa do tráfico das quinas provenientes do Brasil, em concorrência com as quinas produzidas nos territórios vizinhos do império espanhol.

No campo médico, os hospitais, nomeadamente os militares, eram o local em que as virtudes febrífugas dos diferentes tipos de cascas de quina eram testadas. Uma carta régia de 22 de Setembro de 1804 autorizava o físico-mor do reino a “mandar proceder em todos os Hospitales aos necessários exames e averiguações sobre as Cascas amargas Brasilienses, a fim de se conhecer se a sua virtude he igual à da Quina do Peru”<sup>29</sup>. Bernardino António Gomes (1768 – 1823) foi um desses médicos militares que descreveu vários casos de sezões tratadas com vários tipos de quina recebidas no Hospital Militar da Graça, onde se encontrava a exercer em 1808<sup>30</sup>. As experiências

---

<sup>28</sup> José Mariano Veloso, *Quinografia Portuguesa ou Collecção de Várias Memórias sobre vinte e duas espécies de quinas, tendentes ao seu descobrimento por vastos domínios do Brasil* (Lisboa: Na Officina de José Procópio Correia da Silva, 1799). Sobre Veloso e a Casa Literária do Arco do Cego vejam-se os estudos incluídos no catálogo da exposição “Sem livros não há instrução”, Fernanda Maria Guedes de Campos *et al.*(org.), Diogo Ramada Curto *et al.* (estudos), *A Casa Literária do Arco do Cego (1799 – 1801) – Bicentenário* (Lisboa: Biblioteca Nacional/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999).

<sup>29</sup> *Jornal de Coimbra*, 6, 29, I (1814), 282.

<sup>30</sup>UCFCT Ciências da Vida – Botânica, Cofre-MAN-4, *Manuscritos de Bernardino António Gomes*,

levadas a cabo com os doentes tratados com as cascas de quinas provenientes do Brasil constituíram um suporte experimental relevante quando Gomes se comprometeu, nos anos subsequentes, na análise química dessas cascas.

Bernardino Gomes foi um contribuinte determinante para a mudança do paradigma médico-botânico até então dominante, de natureza mais empírica, na utilização das quinas, para uma abordagem em que a análise química passa a ter um papel mais relevante. A sua memória “Ensaio sobre o Chinchonino”, lida na assembleia ordinária de 7 de Julho de 1810<sup>31</sup>, introduz uma mudança significativa na usual descrição botânica dos diferentes tipos de “quineiras” enviadas do Brasil a qual constituía, até ali, objeto de algumas memórias lidas nas assembleias da Academia ao longo da primeira e início da segunda décadas de 1800<sup>32</sup>. A memória seria primeiro publicada em 1811, no *The Edinburgh Medical and Surgical Journal*, “An Essay upon Cinchonin, and its influence upon the virtue of Peruvian Bark, and other Barks” e sairia depois, apenas em 1812, na 1ª parte do tomo III da *Memorias de Mathematica e Physica*, como “Ensaio sobre o Cinchonino, e sobre sua influencia na virtude da Quina, e outras Cascas”. Gomes descreve nesta memória um conjunto de experiências que lhe permitiram isolar pela primeira vez o cinchonino que descreve como “finíssimos, e mui pequenos cristaes brancos filiformes”<sup>33</sup>. Conclui também ser o cinchonino o princípio ativo responsável pela propriedades febrífugas de algumas quinas - das quais exclui as espécies

---

[http://webopac.sib.uc.pt/search~S3\\*por/?searchtype=t&searcharg=Manuscritos+de+Bernardino+António+Gomes&searchscope=3&SORT=D&extended=1&SUBMIT=Pesquisar&searchlimits=&searchorigarg=dManuscritos+de+Bernardino+Ant%7Bu00F3%7Dnio+Gomes](http://webopac.sib.uc.pt/search~S3*por/?searchtype=t&searcharg=Manuscritos+de+Bernardino+António+Gomes&searchscope=3&SORT=D&extended=1&SUBMIT=Pesquisar&searchlimits=&searchorigarg=dManuscritos+de+Bernardino+Ant%7Bu00F3%7Dnio+Gomes) (3/11/2014).

<sup>31</sup> AHCACL, Livro 27 B, *Idem*, fl. 22 v.

<sup>32</sup> AHACL. Livro 27 B, *Livro do Assento dos Socios que assistem a cada Assembleia - 1808 a 1825*, fl. 33 v. e 48 v.

<sup>33</sup> Bernardino António Gomes, “Ensaio sobre o Cinchonino, e sobre sua influencia na virtude da Quina, e outras Cascas”, *Memorias de Mathematica e Physica da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, III, 1(1812), 206.

provenientes do Rio de Janeiro - e de outras cascas vegetais que analisou. Bernardino Gomes baseou-se nos trabalhos, sobre a cinchona ou quina, feitos pelo do médico e professor na Universidade de Edimburgo, Andrew Duncan (1773 – 1872), e pelo químico e farmacêutico Louis Nicolas Vauquelin (1763 – 1829), tendo sido, com esta memória, pioneiro no isolamento de um dos alcaloides da quina, a cinchonina ou cinchonino<sup>34</sup>.

Entre a apresentação da memória de Gomes, em 1810, e a sua posterior publicação em 1812, a ACL iria ser incumbida, por um aviso de 22 de maio de 1811, emitido pela Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra e da Marinha, de proceder à nomeação de “hua Comissão para a Análise Química das quinas do Brasil, para uso dos Hospitales Militares”<sup>35</sup>. A escolha da ACL para se proceder a este tipo de análise química decorreu do falhanço que constituiu o resultado de uma incumbência análoga feita anteriormente ao diretor do Laboratório Químico e professor de Química na Universidade de Coimbra, Tomé Rodrigues Sobral (1759 – 1829). Numa representação feita ao governo, o vice-reitor da Universidade de Coimbra justifica a impossibilidade de ser levada a cabo tal análise com o facto de terem sido queimados, alegadamente pelos invasores franceses, todos os papéis de Sobral, nomeadamente os que se referiam aos seus trabalhos no referido Laboratório<sup>36</sup>. O Laboratório seria posteriormente reequipado por ordem do reitor da Universidade de Coimbra e um Aviso Régio de 6 de Setembro de 1813 voltaria a atribuir a Tomé Rodrigues Sobral a análise e comparação

---

<sup>34</sup> Gomes cita os trabalhos de Duncan sobre a cinchona publicados na *Edinburg New Dispensatory*, 3th ed., (London: William Creech, 1791), pp. 250 – 254, no *Journal of Natural Philosophy Chemistry and the Arts (Nicholson Journal)*, 6 (1803), 225 – 228 e ainda nos *Annals of Medicine for the Years 1803 – 4* e ainda o extrato de uma memória de Vauquelin publicada no *Medical and Chirurgical Review*, 15.

<sup>35</sup> AHCACL, Livro 27B, *Idem*, “Assembleia extraordinária do dia 30 de Maio de 1811”, fl. 38 e 38v.

<sup>36</sup> *Jornal de Coimbra*, 7, 35, 1 (1814), 226 e António Marinho Amorim da Costa, “Rodrigues Sobral (1759 – 1829) e a análise química na Universidade de Coimbra no início do século XIX”, [http://www.uc.pt/org/historia\\_ciencia\\_na\\_uc/Textos/rodrigues/rod](http://www.uc.pt/org/historia_ciencia_na_uc/Textos/rodrigues/rod) (24/11/2014).

das cascas do Rio de Janeiro e do Perú em colaboração com os médicos do Hospital da Universidade.<sup>37</sup>

Na assembleia extraordinária reunida para o efeito a 30 de Maio de 1811 foi então eleita a Comissão que ficou constituída por Bernardino António Gomes, José Bonifácio de Andrada e Silva (1763 – 1838), Sebastião Francisco de Mendo Trigo (1773 – 1821) e João Croft (1778 – 1862)<sup>38</sup>. O físico-mor delegado do Exército forneceu as cascas de quina e, a solicitação da ACL, o Laboratório Químico da Casa da Moeda – da qual Andrada e Silva era diretor - foi colocado pelo governo à disposição da Comissão para esta poder realizar o seu trabalho. Cerca de um mês depois, na assembleia ordinária de 6 de Julho, Andrada e Silva informou a Academia que a Comissão tinha terminado os seus trabalhos e a 20 de Julho é apresentada, em assembleia ordinária da ACL, uma memória com os resultados obtidos pela Comissão que seria enviada ao governo e depois publicada pela Academia<sup>39</sup>. Com base nas experiências realizadas, a Comissão concluiu ser a quina do Rio de Janeiro uma quina verdadeira, composta de vários princípios – o tanino, a resina, o cinchonino e a mucilagem - não conseguindo, porém, determinar qual destes é o princípio febrífugo que lhe determinava as propriedades<sup>40</sup>.

---

<sup>37</sup> *Jornal de Coimbra*, 29, I (1814), 283.

<sup>38</sup> João (John ou Jack) Croft foi eleito sócio correspondente da ACL, juntamente com Tomé Rodrigues Sobral, na assembleia ordinária de 3 de março de 1811: “Foram propostos para sócios correspondentes os Snrs João C, Sabio Quimico Inglez, e o Snr Tomé Rodrigues Sobral, Lente de Quimica na Universidade de Coimbra, e ambos foram eleitos na sobredita forma com o aplauso geral, como o devião ser a aquisição de douis homens tão distintos, e de que a Sociedade pode tirar muita vantagem” (AHCACL, Livro 27 B, fl. 33 v.). Podem ver-se alguns apontamentos biográficos de João Croft em “Sir John Croft, 1st Baronet”, [http://en.wikipedia.org/wiki/Sir\\_John\\_Croft,\\_1st\\_Baronet](http://en.wikipedia.org/wiki/Sir_John_Croft,_1st_Baronet) (29/11/2014).

<sup>39</sup> AHCACL, Livro 27B, *Idem*, fl.42 v. e 43. A memória “Experiências Chymicas sobre a Quina do Rio de Janeiro comparada com outras”, saíria na *Historia e Memorias da Academia real das Sciencias de Lisboa*, III, 2 (1814), 96 – 118.

<sup>40</sup> *Idem*, 115 e 116.

Os resultados desta Comissão – que atribuíam à quina do Rio de Janeiro os mesmos princípios febrífugos que caracterizavam as outras quininas, em contradição com os resultados Bernardino Gomes - induziram um campo de polêmica que emergiu dentro e fora da Academia. Aliás, os resultados da Comissão nunca poderiam ser coincidentes com os obtidos por Bernardino Gomes. A razão pode encontrar-se numa nota de rodapé da memória publicada pela Comissão. Nela se refere que, na repartição de tarefas pelos membros da Comissão, Andrada e Silva ficou responsável pelas “experiências responsáveis pela existência do cinchonino”, tarefa que não teve tempo de acabar “em virtude de se terem demorado as cristalizações em consequência da humidade da atmosfera”<sup>41</sup>.

Bernardino Gomes tinha sido o único dos quatro Comissários a estar ausente da assembleia extraordinária em que a Comissão foi constituída e esteve também ausente da assembleia ordinária em que foram apresentados os resultados da Comissão e que seriam depois enviados ao governo. Estas ausências poderiam ser consideradas anódinas caso não se soubesse que Bernardino Gomes esteve em desacordo com os resultados obtidos pela Comissão da quina - apesar do seu nome aparecer na memória publicada - chegando a propor, ainda antes da memória da Comissão ser publicada, numa carta enviada a Bonifácio da Andrada e Silva, que a memória da Comissão fosse impressa conjuntamente com “as experiências e fundamentos da minha diversa opinião”<sup>42</sup>. Tal não veio a acontecer e a memória da Comissão seria publicada em 1814, sem nenhuma nota ou observação explicitamente proposta por Bernardino Gomes. A

---

<sup>41</sup> *Idem*, 107.

<sup>42</sup> O episódio está relatado em Maria Helena Mendes Ferraz, *op. cit.* (26), pp. 117 – 132 e em Alex Gonçalves Varela, “*Juro-lhe pela honra de bom vassalo e bom português*”. *Análise das memórias científicas de José Bonifácio de Andrada e Silva (1780 – 1819)* (S. Paulo: Annablume, Editora, 2009), pp. 150 – 153.

dita memória terminava até com uma crítica à maneira como Bernardino Gomes utilizou a quina do Rio de Janeiro - “em substância” e, portanto, pouco eficaz - em vez de a usar à semelhança do uso que dela fazia nos hospitais militares um outro médico, José Maria Soares (? – 1822), “em decocção” e, portanto, “com efeitos mais satisfatórios e constantes”<sup>43</sup>.

A polémica entre Gomes e os restantes membros da Comissão permaneceria oculta do debate público, tendo terminado com a publicação dos resultados da Comissão. Gomes manteria, no entanto, outra frente de polémica, despoletada pela publicação da sua memória sobre o cinchonino, mas desta vez com uma expressão mais pública, veiculada pelo *Jornal de Coimbra*, primeiro, e pelo *Investigador Portuguez em Inglaterra*, depois<sup>44</sup>. Os seus oponentes seriam agora os protagonistas de um outro lugar de produção do conhecimento, a saber, “os redatores” do *Jornal de Coimbra*. Amorim da Costa refere, sem indicar alguma evidência, que Tomé Rodrigues Sobral, professor da cadeira de Química e diretor do Laboratório Químico da Universidade de Coimbra, teria sido “a mão por detrás do arbusto” que sustentou a polémica com Bernardino Gomes<sup>45</sup>. Na realidade, os três redatores do *Jornal de Coimbra*, Jerónimo Joaquim de Figueiredo (1772 – 1828), Ângelo Ferreira Dinis e José Feliciano de Castilho (1769 – 1826), eram médicos de formação, professores de Medicina na Universidade de Coimbra e o único deles que teve obra reconhecida na interface química/medicina foi Jerónimo de Figueiredo que colaborou e publicou várias obras com Tomé Rodrigues

---

<sup>43</sup> “Experiencias Chímicas”, *op., cit.* (39), 117.

<sup>44</sup> O recenseamento bibliográfico dos números do *Jornal de Coimbra* e do *Investigador Portuguez* em que esta polémica aparece pode ler-se em A. M. Amorim da Costa, *Os primórdios da Ciência Química em Portugal* (Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1984), p. 118 e João Rui Pita, *Farmácia, Medicina e Saúde Pública em Portugal (1772 – 1836)* (Coimbra: Minerva Editor, 1996), p. 163.

<sup>45</sup> A. M. Amorim da Costa, *Idem*, p. 118.

Sobral<sup>46</sup>. Grande parte da argumentação sustentada nos textos dos “redatores” pressupõe a realização de uma série de experiências cuja efetivação exigia um laboratório devidamente equipado como era o Laboratório Químico da Universidade de Coimbra. É, pois, provável que, por via de Jerónimo Figueiredo, Sobral não fosse alheio à polémica com Bernardino Gomes tanto mais que viria a publicar depois, em 1819, uma “Memoria sobre o Princípio Febrífugo das quinas” em que defende teses opostas às de Bernardino Gomes<sup>47</sup>. Um dos “redatores”, José Feliciano de Castilho, professor da Faculdade de Medicina, sócio correspondente da ACL e colega de Bernardino Gomes na Instituição Vacínica viria a assumir explicitamente, já na fase final da polémica, o confronto com Bernardino Gomes<sup>48</sup>.

A polémica entre Bernardino António Gomes e os “redatores” do *Jornal de Coimbra* não tem sido, pelo menos até ao momento, objeto específico de uma análise interpretativa tão extensa quanto mereceria<sup>49</sup>. A literatura que usualmente dela tem tratado limita-se a uma descrição muito genérica e, por vezes, encomiástica, das teses de um dos lados da contenda em desfavor do outro e ao recenseamento bibliográfico dos números do *Jornal de Coimbra* em que ela aparece. João Rui Pita esboçou, sem desenvolver, uma tese interpretativa da contenda, considerando-a “uma confrontação entre Gomes e o poder científico-institucional vigente”<sup>50</sup>. Pita não nomeia esse poder mas a sua sede era, sem sombra de dúvida, a Universidade de Coimbra que, neste caso

---

<sup>46</sup> João Rui Pita, *Farmácia, Medicina e saúde, op. cit.* (44), p. 140. Jerónimo Figueiredo publicou, sob chancela da ACL, *Flora Pharmaceutica e Alimentar Portuguesa* (Lisboa: Na Typographia da Academia Real das Sciencias, 1825).

<sup>47</sup> Tomé Rodrigues Sobral, “Memoria sobre o Princípio febrífugo das quinas”, *Jornal de Coimbra*, 15, 1 (1819), 126 – 153.

<sup>48</sup> Sobre Castilho veja-se a entrada “Castilho, José Feliciano de” em [http://www.uc.pt/org/historia\\_ciencia\\_na\\_uc/autores/CASTILHOjosefelicianode](http://www.uc.pt/org/historia_ciencia_na_uc/autores/CASTILHOjosefelicianode) (24/11/2014).

<sup>49</sup> Não o será também aqui uma vez que extravasa o âmbito deste trabalho.

<sup>50</sup> João Rui Pita, *Ibidem*.

da análise química das quinas, viu “desafiada”, por Bernardino António Gomes, a sua autoridade científica.

A clivagem atravessava, no entanto, a própria Academia uma vez que os dois contendores, Gomes e Castilho se sentavam “lado a lado” nas mesmas reuniões da Academia; o *Jornal de Coimbra* era trazido e apresentado por Castilho nas assembleias da Academia; Andrada e Silva era lente proprietário da cadeira de Metalurgia na Universidade de Coimbra e o Laboratório Químico da Casa da Moeda onde as análises químicas foram analisadas foi criado na dependência da Universidade de Coimbra embora, funcionalmente e desde o início, as relações entre Laboratório e Universidade não tivessem sido muito claras<sup>51</sup>.

A história da análise química das quinas pela ACL terminaria com uma última memória de Alexandre Vandelli, “Experiencias sobre duas diferentes cascas do Pará”, publicada em 1818, na 2ª parte do tomo 5 da *História e Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*<sup>52</sup>. O delegado do físico-mor do Exército, José Carlos Barreto, tinha recebido cascas amargas do Pará para uso nos Hospitais Militares e incumbiu o Laboratório Químico da Casa da Moeda para proceder à respetiva análise química. O diretor do Laboratório, Andrada e Silva, a quem Alexandre Vandelli chama “Mestre”, passou a incumbência para este<sup>53</sup>. A memória publicada seria criticada, por alguns dos seus pares no interior da Academia, por falta de originalidade e alguma ligeireza no

---

<sup>51</sup> Sobre o Laboratório Químico da Casa da Moeda e as atividades aí desenvolvidas veja-se Márcia Helena Ferraz, *op. cit.*(27), pp. 132 – 150 e também Márcia Helena Ferraz, “O Laboratório Químico da Casa da Moeda de Lisboa no Século XIX: Espaço Físico e Instrumentos”, *Circunscribere. International Journal for the History of Science* 1 (2006), 11 – 23.

<sup>52</sup> Alexandre António Vandelli, “Experiencias sobre duas diferentes cascas do Pará”, *História e Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, V, 2 (1818), 132 – 142.

<sup>53</sup> Alexandre António Vandelli, *Idem*, p. 132.

tratamento de um assunto já abordado anteriormente<sup>54</sup>.

#### 4.1.3 – Comissão dos pesos e medidas

A comissão para a uniformidade dos pesos e medidas, criada na âmbito da ACL, surgiu na sequência dos trabalhos da “Comissão para o exame dos forais e benefício da Agricultura”, criada por portaria do governo de 17 de Outubro de 1812. Esta Comissão para o exame dos forais constituiu a única iniciativa concreta, tomada pelos governadores do Reino, na sequência dum vasto programa reformista preconizado na carta régia de 7 de Março de 1810, cuja autoria é atribuída a Rodrigo de Sousa Coutinho, ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra<sup>55</sup>.

A Comissão para o exame dos forais era presidida por João António Salter de Mendonça (1746 – 1825), secretário de Estado dos Negócios do Reino e Fazenda e constituída por João Pedro Ribeiro (1758 – 1839), desembargador dos agravos da Casa da Suplicação e lente de Diplomática, Francisco Ribeiro dos Guimarães (? – 1839), lente substituto da mesma cadeira e Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato (1777 – 1838), opositor da Faculdade de Cânones da Universidade de Coimbra e comissário das Escolas e Estudos Subsidiários na capital e província da Estremadura<sup>56</sup>. Todos estes membros da Comissão eram sócios da ACL. Ribeiro era efetivo da classe de Literatura Portuguesa, Guimarães, Morato e Salter de Mendonça eram sócios livres.

---

<sup>54</sup> Adílio Jorge Marques, *O professor do jovem imperador, op. cit.* (24), pp. 76 - 78

<sup>55</sup> A carta régia constituiu um documento programático em que se preconizava um vasto conjunto de reformas inspirado nas doutrinas do liberalismo económico, defendidas por Sousa Coutinho, e constituindo um ataque global aos direitos senhoriais, de incidência pré-capitalista, que caracterizavam em parte a sociedade agrária portuguesa da época. Sobre o programa inovador da carta régia e as resistências por ela suscitadas veja-se Valentim Alexandre, *Os sentidos do império* (Porto: Edições Afrontamento, 1993), pp. 232 – 243.

<sup>56</sup> António Delgado da Silva, *Collecção da Legislação Portuguesa – 1811 a 1820* (Lisboa: Typografia Maignrense, 1825), p. 193.

Aragão Morato, um dos membros da Comissão para o exame dos forais, referia nas suas *Memórias*, serem os membros da Comissão canonistas “instruídos na legislação de Portugal” mas homens pouco aplicados “aos estudos profanos da Economia Política” não conseguindo, por isso, “suportar discussão alguma mais profunda sobre os objectos que se deviam tratar”<sup>57</sup>. Da Comissão saíram várias propostas para o governo, todas elas sem consequência à exceção de uma, de que Morato reivindica a autoria, a saber, a elaboração de um plano para a uniformização dos pesos e medidas<sup>58</sup>. Esta proposta resultou numa inevitabilidade com que a Comissão dos forais se confrontou logo desde o início.

O problema da medida colocar-se-ia sempre perante qualquer iniciativa que interferisse com o ordenamento cadastral como foi o caso da Comissão para o exame dos forais. A diversidade metrológica característica da época, indexada a particularidades regionais, à sobreposição de diferentes designações de medidas herdadas de reformas anteriores bem como à inerente dificuldade em estabelecer equivalências entre as diversas medidas existentes constituíram motivos suficientes para levantar o problema da uniformização dos pesos e medidas<sup>59</sup>.

---

<sup>57</sup>Francisco Manuel Trigo de Aragão Morato, *Memórias* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1933), p. 63.

<sup>58</sup> *Ibidem*, p. 64.

<sup>59</sup> João Baptista da Silva Lopes, “Memoria sobre a reforma dos pezos e medidas em Portugal segundo o systema métrico-decimal” (Lisboa: imprensa Nacional, 1849), 5 e 6. Esta “Memória” contém informações e transcrição de documentos que relatam as sucessivas iniciativas que conduziram depois à adoção do sistema métrico decimal e que utilizamos nesta secção. O problema das reformas metrológicas, de que o trabalho da Comissão formada no âmbito da Academia constitui uma parte, tem, principalmente no século XVIII, implicações mais vastas ao nível da organização do estado moderno articulado com a organização do mercado, circulação de produtos e pessoas, racionalização dos processos de tributação, organização dos cadastros de terras, eliminação de constrangimentos tributários arcaicos, reorganização dos sistemas de transportes, etc. (Inês Amorim, “Para uma cultura do poder: as reformas metrológicas e a realidade regional. Estudo de um caso: a metrologia do sal de Aveiro”, <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3165.pdf> (1/12/2014)).

O aviso emitido pelo governo a 5 de dezembro de 1812 ordenava que a ACL escolhesse uma comissão de entre os seus sócios que, unida à já formada Comissão dos forais, elaborasse e propusesse um plano para a uniformidade de pesos e medidas de base “científica e permanente”<sup>60</sup>. Foram então eleitos, da classe de Ciências Exatas, o major engenheiro Francisco Paula Travassos (1765 – 1833), o capitão engenheiro Mateus Valente do Couto (1770 – 1848) e Anastácio Joaquim Rodrigues ( ? – 1818); da classe de Ciências Naturais, Alexandre António das Neves (1763 – 1822), Sebastião Francisco Mendo Trigo (1773 – 1821) e António de Araújo Travassos<sup>61</sup>. Um nono membro seria depois acrescentado, por imposição do governo, à Comissão dos Pesos e Medidas formada pela Academia – João Bell, sócio correspondente<sup>62</sup>.

Os trabalhos da Comissão assim formada culminariam com um parecer enviado ao governo em 2 de Fevereiro de 1813, aprovado pela maioria dos seus membros e no qual era proposto a adoção do sistema métrico decimal que, no dizer de Andrada e Silva, seria o “mais sólido, geral, e mais próprio das luzes científicas do Seculo”<sup>63</sup>.

A aprovação desta proposta não foi unânime e a adoção do sistema métrico decimal feita pela maioria da Comissão ocorreu com a ressalva de se manterem as denominações portuguesas em vez da “Terminologia barbara e complicada dos Francezes”, procurando-se deste modo, e por razões óbvias, “evitar sabiamente tudo o que pudesse causar embaraço ao Povo”<sup>64</sup>. A unidade linear adotada - em vez da décima

---

<sup>60</sup> AHCACL, Livro 27 B, *Idem*, fl. 63.

<sup>61</sup> AHCACL, Livro 24 B, *Sessões do Conselho e das Assembleias Gerais, 8 de Junho de 1810 – 17 de Janeiro de 1827*, “Assembleia extraordinária de efetivos e sócios livres das duas classes de ciências Naturais e Ciências Exactas de 15 de Dezembro de 1812”, fl. 20.

<sup>62</sup> AHCACL, Livro 24 B, *Idem*, “Assembleia de efetivos de 7 de Janeiro de 1813”, fl. 21.

<sup>63</sup> José Bonifácio de Andrada e Silva, “Discurso contendo a História da Academia Real das Sciencias desde 25 de Junho de 1812 até 24 de Junho de 1813”, *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, III, 2 (1814), LVI.

<sup>64</sup> *Ibidem*, LVII e LVIII. Alexandre António das Neves, António de Araújo Travassos e João Bell

milionésima parte do quarto do meridiano terrestre, designado na versão francesa por “metro” – foi a centésima milionésima parte do quarto do meridiano terrestre, designada por “mão travessa” (10 cm). Dez mãos travessas faziam uma “vara” e 10 000 mãos travessas faziam uma “milha”. Nas medidas de capacidade, agora as mesmas para secos e molhados, uma mão travessa cúbica designava-se por “canada”, dez canadas faziam um “alqueire” e mil canadas faziam um “tonel”. O peso de água destilada contida numa canada constituía a unidade de peso designada por “libra”. Dez libras faziam uma “arroba” e 1000 libras uma “tonelada”. Para além da definição destes e de outros pesos e medidas, a comissão fornecia também um “mapa” de equivalências entre a nomenclatura portuguesa existente e as novas unidades, múltiplos e submúltiplos, do novo sistema adotado<sup>65</sup>.

O governo, consultada a Mesa do Desembargo do Passo, envia o Plano da Comissão ao príncipe regente que o aprova em 22 de Agosto de 1814 e, por Aviso Régio de 12 de Setembro, ordena “que se indicassem todos os meios mais oportunos para que a reforma se estenda ao Estado do Brasil, e a todas as suas Conquistas”.

A partir daqui iniciou-se a fase de implementação da reforma que passou pela construção dos padrões dos novos pesos e medidas no Arsenal do Exército, cuja responsabilidade o governo atribuiu aos tenentes coronéis do Real Corpo de Engenheiros Sebastião Francisco Mendo Trigoso, Anastácio Joaquim Rodrigues e Mateus Valente do Couto, a que se associou depois o sargento mor de engenheiros, Francisco de Paula Travassos. (Avisos de 20 e 23 de Dezembro de 1814 e 15 de Janeiro

---

foram os três membros da Comissão que se opuseram, por razões diferentes, que a Comissão expos no seu parecer, à adoção do sistema métrico decimal (Silva Lopes, *op. cit.* (59), pp. 8 – 10).

<sup>65</sup> Sebastião Francisco Mendo Trigoso, “Memoria Sobre os Pesos e Medidas Portuguezas, e sobre a Introdução do Systema Metro-Decimal”, *Memorias Económicas*, V (1815), 383 – 394.

de 1815). Foram construídos e aferidos, sob supervisão da Comissão, padrões de latão e de bronze, 50 jogos para as câmaras cabeças de conelho e 250 para os conelhos menores, tomando como modelo protótipos que o governo tinha mandado vir de França em 1802<sup>66</sup>.



**Fig. 4.1 - Caixa de pesos e medidas. A caixa contém os padrões que foram destinados ao Senado da Câmara de Lisboa no ano de 1819 (<http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4246834>. 4 /12/2014)<sup>67</sup>.**

<sup>66</sup> Silva Lopes, *op. cit.* (59), p. 16.

<sup>67</sup> ANTT, Ministério do Reino, n.º 5434. "Caixa de macacaúba tendo na tampa uma placa de metal amarelo, na qual se encontra gravado: "Caixa de pesos e medidas para o Senado da Câmara de Lisboa, 1819". Contém padrões de pesos e medidas, de bronze dourado. Dentro: Uma placa que diz, de um lado, "El Rey D. João VI estabeleceu a uniformidade de pesos e medidas em todo o Reyno Unido pelo systema decimal. Arcenal R. do Exercito- Lisboa 1819". Do outro lado: "Mão travessa 1/ 100000000 do quarto do meridiano".

Deve notar-se que, nesta fase do processo, os comissários sucessivamente nomeados pelo governo, sendo sócios da ACL, intervinham já fora do “chapéu” da Academia. Os Avisos que se foram sucedendo e balizando o processo de implementação do sistema métrico decimal já não tinham a ACL como intermediária, revestindo agora a forma de ordens ou instruções dirigidas diretamente à Comissão, ao Arsenal do Exército, aos corregedores das comarcas e a outros intervenientes no processo que se foi progressivamente autonomizando da esfera de ação da Academia.

A Comissão e alguns dos seus membros tiveram, entretanto, de ir respondendo às críticas, embora pontuais, que se iam fazendo à introdução do sistema decimal. Em termos globais, havia os opositores à importação do sistema decimal francês, em defesa de um sistema português cuja putativa paternidade era atribuída a Pedro Nunes, e os que pretendiam uma introdução mais lenta do sistema métrico decimal, precedida de uma avaliação dos pesos e medidas existentes no país<sup>68</sup>.

Uma das críticas avançadas contra a introdução do novo sistema, e que seria rebatida por Mendo Trigo na Sua “Memória sobre os Pesos e Medidas Portuguezas”,<sup>69</sup> referia a confusão nos arrendamentos, pensões e restante comércio e ainda os enganos que a introdução das novas medidas poderia provocar, com prejuízo das populações. A Comissão foi, a este respeito, cautelosa. Para além dos novos padrões serem enviados a todos os concelhos do reino, havia a necessidade de se construírem, nas câmaras e repartições públicas de cada região, tabelas de equivalência entre as velhas e novas grandezas, bem como promover uma campanha de instrução da população acerca do

---

<sup>68</sup> Uma descrição dos argumentos invocados contra o sistema métrico decimal pode ver-se em Silva Lopes *op. cit.* (59), pp. 8 – 9 e 11 – 15.

<sup>69</sup> Sebastião Francisco Mendo Trigo, *op. cit.* (65), 394 – 397.

sistema métrico decimal.

As comparações das medidas novas com os padrões dos concelhos da Estremadura, recolhidos no Arsenal do Exército por portaria do governo de 30 de Maio de 1817, começaram a ser então feitas e registadas em tabelas que depois foram impressas. Nesta fase a Comissão foi confrontada com a realidade administrativa do país. Numa representação enviada ao rei em 12 de Agosto de 1818, os comissários queixavam-se de que quase todas as câmaras tinham perdido os seus padrões de bronze, dados no tempo de D. Sebastião, e que os existentes “eram de pau, de barro ou de folha de Flandres, rotos, quebrados e alterados”, tendo as invasões francesas agravado de tal modo a situação que havia câmaras que não tinham padrão algum<sup>70</sup>. A Comissão dos pesos e medidas termina esta representação - assinada por Salter de Mendonça, Mendo Trigo, Paula Travassos e Aragão Morato – solicitando mais meios para continuar o trabalho e sublinhando a necessidade de se aprovar uma lei e regulamentos que tornem efetiva a reforma iniciada. O governo responde com um Aviso de 27 de Fevereiro de 1819 em que ordena à Comissão que proponha o respetivo alvará para ser submetido à consulta da Mesa do Desembargo do Paço e reorganiza, por portaria de 16 de Março do mesmo ano, a nova Comissão dos Pesos e Medidas que, presidida novamente por Salter de Mendonça, passa a integrar João Pedro Ribeiro, Francisco Ribeiro dos Guimarães, Alexandre António Vandelli e Francisco Nunes Franklin, para além dos elementos que vinham da anterior Comissão, Aragão Morato, Paula Travassos, Mendo Trigo e Valente do Couto. Os corregedores das restantes comarcas devem agora enviar ao Arsenal e à Comissão os padrões dos concelhos das

---

<sup>70</sup> “Officio da Comissão, participando os trabalhos que havia feito”, enviado ao governo em 12 de Agosto de 1818 e transcrito em Silva Lopes, *op. cit.* (59), “Documentos Illustrativos”, nº 6, pp. 45 – 46.

suas comarcas para se fazerem as comparações com os novos padrões e se proceder aos respetivos registos em tabelas que seriam impressas. Para Coimbra, onde estava Mendo Trigoso a que se juntaria outro sócio da ACL, Constantino Botelho de Lacerda Lobo, seriam enviados os padrões dos concelhos da Beira. Completada a recolha dos velhos padrões, comparação e aferição dos novos padrões e impressas as tabelas de equivalências, deu-se início à distribuição dos novos padrões pelos diferentes concelhos.

Estava-se no início de 1820 e faltava ainda cumprir com uma das medidas que Mendo Trigoso preconizava na sua “Memória sobre os Pesos e Medidas Portuguezas”, de 1815, e que tinha a ver com a informação a fornecer à população sobre o novo sistema métrico decimal. A 3 de Março de 1820 o governo publica uma portaria ordenando à Junta da Diretoria Geral dos Estudos que instrua os mestres no sentido de fazerem decorar aos alunos das escolas primárias o sistema métrico decimal. O folheto, intitulado “Breve Exposição do Systema métrico-Decimal”, da responsabilidade de Mateus Valente do Couto, chegou a ser impresso em 1820, na Imprensa Régia, mas a sua distribuição ficou por fazer. O início do levantamento liberal, no Porto, a 26 de Agosto de 1820, conduz a reforma dos pesos e medidas por um processo atribulado de discussões, reuniões e decisões adiadas que duraria até 1852, ano em que um decreto de 13 de dezembro, adota retomando o sistema métrico decimal proposto em 1813 pela ACL, mas agora tomando o metro francês como base do novo sistema legal.

#### **4.1.4 - Comissão para a vacinação**

##### **4.1.4. 1. Circulação de pessoas, materiais, técnicas e conhecimento**

###### **Variolizar e vacinar**

A história da vacinação contra a varíola tem recebido recentemente contribuições de natureza diversa focando-se, ultimamente, nos processos locais de apropriação da vacinação em que as “narrativas heróicas” deram lugar a abordagens contextualizadas da receção, e difusão da vacinação.<sup>71</sup> Há, no entanto, e ainda, algumas zonas mal esclarecidas no que diz respeito à apropriação da vacinação em contextos periféricos europeus dos quais Portugal faz parte.

A varíola, ou bexigas, nome por que também era designada, foi-se tornando, na Europa, entre os séculos XVI e XVIII, numa das causas mais significativas do aumento da taxa de mortalidade. As guerras, as redes de circulação comerciais, a crescente urbanização e os movimentos migratórios de natureza diversa favoreceram de modo significativo os sucessivos surtos epidémicos que grassaram pelos diferentes países europeus e respetivas ramificações coloniais. Estudos relativamente recentes estimam que, nos finais do século XVIII, a varíola tenha sido, em média, a responsável por cerca de 30% dos casos de cegueira provocados por doença e pela morte de cerca de quatrocentas mil pessoas por ano.<sup>72</sup>

Duas das mais eficazes medidas adotadas contra a varíola na Europa do século XVIII foram a inoculação da varíola ou variolização, introduzida a partir de 1721, e a vacinação, proposta por Edward Jenner (1749 – 1823) em 1798, num opúsculo

---

<sup>71</sup> Veja-se, a propósito, o número especial da *Bulletin of the History of Medicine*, 83, 1 (2009) dedicado à vacinação contra a varíola.

<sup>72</sup> Donald R. Hopkins. *The Greatest Killer – Smallpox in History* (London: Chicago University Press, 2002), p. 42.

intitulado *An Inquiry into the Causes and Effects of the Variolae Vaccinae, a Disease Discovered in Some Western Counties of England, Particulary Gloucestershire, and Known by the Name of Cow Pox* cuja tradução portuguesa, da autoria de João António Monteiro, lente de metalurgia na Universidade de Coimbra, foi publicada em 1803.<sup>73</sup>

Tanto a inoculação da varíola como a vacinação estão associadas, na sua origem, a práticas de medicina popular, posteriormente apropriadas e desenvolvidas pela elite médica da altura. Este facto, aliado a outros argumentos de natureza religiosa e socioprofissional, estruturou grande parte do argumentário utilizado pelos opositores da variolização e, mais tarde, da vacinação.<sup>74</sup>

A variolização consistia em retirar uma pequena porção de líquido de uma pústula do indivíduo infetado com varíola e inseri-la, ou enxertá-la no indivíduo saudável, através da pele da mão ou do braço. Quando bem sucedida, a inoculação provocava no inoculado uma forma mais suave da doença, ficando assim imunizado. O risco de morte através da inoculação reduzia-se dos 25 % - que era a taxa de mortalidade dos infetados por contágio natural - para 1 a 3%. Uma das variantes desta técnica consistia em recolher as crustas produzidas pelas pústulas, reduzi-las a pó, diluindo este em água (ou saliva) e fazer depois a inoculação.<sup>75</sup>

Na vacinação proposta por Jenner era o vírus da varíola bovina (cowpox) ou o

---

<sup>73</sup> Monteiro e o médico João Ferreira Diniz estiveram associados à introdução da vacina contra a varíola em Coimbra, utilizando matéria vacínica que o primeiro trouxera de Cádiz, em 1801, por incumbência de Rodrigo de Sousa Coutinho (António de Almeida, “Annaes Vaccinicos de Portugal”, *Historia e Memorias da Academia Reals as Sciencias de Lisboa*, 1816, IV (2), 45).

<sup>74</sup> Ian e Jenifer Glynn, *The life and death of smallpox* (New York: Cambridge University Press, 2004), pp. 64, 65.

<sup>75</sup> Na China utilizava-se uma técnica diferente: a inoculação era feita pelo nariz. O pó das crustas em vez de diluído era soprado pelas narinas do paciente ou, então, usavam-se tampões de algodão que, uma vez impregnados com o pó das crustas, eram colocados nas narinas (Glynn, pp. 48, 50).

vírus *vaccinia* que, retirado de vacas infetadas, era inserido na pele de modo a provocar uma infeção que imunizasse o indivíduo vacinado. A manutenção de vírus vacínico fresco e utilizável para sucessivas vacinações era garantida através de posteriores vacinações braço a braço.

Na variolização cada indivíduo inoculado tornava-se de imediato num potencial polo de contágio da varíola na comunidade em que vivia. Este facto transformou-se, aliás, num dos argumentos mais contundentes utilizado pelos opositores da variolização. Tal não ocorria com a vacinação, a qual não exigia nenhuma preparação especial, nem produzia efeitos secundários tão exuberantes, e por vezes fatais, como a inoculação da varíola.

### **Um mapa vacínico**

Tal como ocorreu com a variolização no século XVIII em Portugal, a vacinação começou por ser uma prática localizada e privada, levada a cabo por médicos e cirurgiões de modo não sistemático. Há alguma evidência de que a vacinação começou a ser praticada em Lisboa, a partir de 1799/1800. A data de 1799 é referida quer no *Investigador Portuguez em Inglaterra*, a partir de uma carta que foi dirigida ao jornal pelo médico António José de Almeida, quer na *Bibliotheca Universal* onde se diz que “em 1799 inoculou-se de Vaccina no Hospital de inoculação de Lisboa, ...”<sup>76</sup>. Por outro lado, a *Gazeta de Lisboa* de 30 de Agosto de 1805 refere que “desde o anno de 1800 que de Inglaterra chegou a Lisboa a primeira remessa de humor Vaccinico, o qual se empregou no Hospital da inoculação, que se então praticava com a materia Variolosa,

---

<sup>76</sup> O *Investigador Portuguez em Inglaterra*, II (1812), 352 – 354. *Bibliotheca Universal*, III (1800), 120.

tem gradualmente hido a Vacinação em aumento, e agora he mui vulgar nesta Corte”.

O vírus da varíola bovina (cowpox) era mais difícil de obter que o da varíola humana. O vírus bovino era recolhido do úbere de vacas infectadas com a doença, coisa que não ocorria com muita frequência e só em certas zonas da Europa. Dois dos processos mais usuais de difundir o vírus vacínico consistia na manutenção de uma cadeia ininterrupta de vacinação braço a braço ou no transporte do vírus bovino em condições que o conservassem ativo.<sup>77</sup> O transporte podia ser feito através de fios embebidos na linfa vacínica que, depois de secos, eram colocados em caixas para serem transportados; por vezes a linfa era colocada entre placas de vidro, posteriormente seladas com cera para serem transportadas. Outro meio consistia em recolher as crustas das pústulas secas que se formavam no indivíduo inoculado para serem posteriormente reduzidas a pó e dissolvidas em água para a inoculação.

De início, a Inglaterra foi a principal fonte de fornecimento de linfa vacínica para o resto dos países europeus. No caso português, tal circulação de técnicas e de matéria vacínica não é de estranhar dada a existência de fortes relações comerciais, políticas e culturais entre Portugal e a Grã-Bretanha. A fixação de colónias de imigrantes ingleses, médicos e cirurgiões incluídos, localizadas predominantemente em Lisboa e no Porto constituiriam uma das componentes do intercâmbio existente entre os dois países. Por outro lado, alguns médicos e cirurgiões portugueses completaram, com apoio do governo, as suas formações nas escolas médicas e nos hospitais de Londres e Edimburgo<sup>78</sup> e, uma vez regressados a Portugal, tornar-se-iam

---

<sup>77</sup> Andrea Rusnock, “Catching Cowpox: The Early Spread of Smallpox Vaccination, 1798 – 1810”, *Bulletin of the History of Medicine*, 83, 1 (2009), 22 – 28.

<sup>78</sup> Amorim Ferreira, *Relações científicas entre Portugal e a Grã-Bretanha* (Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1943), pp. 27 – 35.

também promotores ativos da difusão da vacina antivariólica.<sup>79</sup>

Na falta de linfa vacínica, uma vez descontinuada a vacinação braço a braço, o que era aliás frequente, aquela era importada de Inglaterra por via marítima e a sua chegada a Lisboa era, por vezes, anunciada na imprensa periódica juntamente com o nome e morada do cirurgião onde se praticava a vacinação.<sup>80</sup>

Alguns vacinadores portugueses da província tomavam a iniciativa de comprarem esta linfa aos cirurgiões ingleses de modo a prosseguirem com a vacinação nas zonas onde se encontravam deslocados.<sup>81</sup> Outros, próximo das zonas fronteiriças, recorriam aos seus colegas espanhóis, de quem recebiam a linfa ou a quem enviavam os jovens para aí serem vacinados e depois, uma vez regressados, prosseguirem com o método de vacinação braço a braço.

A difusão da vacinação era um tema frequente nas páginas da imprensa periódica portuguesa de que a *Gazeta de Lisboa*, o *Investigador Português* e o *Jornal de Coimbra* são os exemplos mais aparentes.<sup>82</sup> Os editores destes dois periódicos eram médicos e defendiam uma política editorial claramente pró vacinação. O núcleo principal das suas secções de medicina era ocupado com contas de médicos e cirurgiões,

---

<sup>79</sup> Foi o caso de António de Almeida (1761-1822) que se haveria de tornar sócio do Royal College of Surgeons of London e também de José da Cunha, médico do Porto, doutorado em medicina pela Escola de Aberdeen e sócio da Royal College of Physicians of London.

<sup>80</sup> A *Gazeta de Lisboa* anunciava no seu número de 26 de Janeiro de 1813 a chegada do pacote de Inglaterra com linfa vacínica pura e que o doutor Joseph Cullerne estava disponível para vacinar em sua casa quem lá se dirigisse para o efeito. Joseph Cullerne foi médico da armada britânica e anunciou por diversas vezes, na *Gazeta de Lisboa*, os seus serviços de vacinação.

<sup>81</sup> *Collecção de Opúsculos sobre a Vaccina feitos pelos Sócios da Academia Real das Sciencias* (Lisboa: Typografia da Academia, 1812), p. 134.

<sup>82</sup> O *Investigador Portuguez em Inglaterra* era editado em Londres e publicou-se entre Julho de 1811 e Fevereiro de 1819. Três dos seus quatro editores eram médicos a viver em Londres: Bernardo José de Abrantes e Castro (1771 – 1833), Vicente Pedro Nolasco da Cunha (1773 – 1844) e Miguel Caetano de Castro. O *Jornal de Coimbra* era um jornal mensal sendo um dos seus editores José Feliciano de Castilho (1765 – 1826), médico e professor na Universidade de Coimbra.

cartas de vacinadores, relatos sobre o estado da vacinação em Portugal e também nos países estrangeiros, tradução de textos e até polémicas entre oponentes e partidários da vacinação.

A *Gazeta de Lisboa* foi também um veículo muito utilizado para a propagação da vacinação. Notícias sobre os sucessos da vacinação quer em Portugal, quer nas colónias, nomeadamente Brasil, bem como publicidade de algumas das determinações governamentais mais significativas sobre a vacinação constituíam o padrão noticioso do jornal.

A circulação de pessoas e de materiais, de técnicas e de conhecimentos sobre vacinação, a produção, tradução e distribuição de panfletos e outros textos sobre a propagação da vacinação consubstanciaram o processo de apropriação da vacinação na primeira década do século XIX em Portugal.



**Fig. 4.2 – Distribuição de vacinadores, 1807. Baseado em Francisco Inácio Rubião, *Memoria sobre a Vaccina*, ms. 985, série azul, Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa.**

Neste período, a vacinação era feita numa base individual, voluntarista e não

sistemática por vacinadores em cujo grupo se incluíam, além dos médicos e cirurgiões, pessoal não especializado como padres, sangradores, e outras pessoas movidas por ideais filantrópicos ou humanitários. A sua distribuição geográfica, apesar de privilegiar a zona a norte do Tejo constituía contudo uma malha bastante rarefeita e pouco eficaz em termos de cobertura do território (Figura 4.2).

A propagação da vacinação teve no mecenato real um apoio também não sistemático e até contraditório como foi o caso da publicação, com patrocínio real, de dois textos, um a favor da vacinação, publicado em 1801, de Manuel Joaquim Henriques de Paiva (1752 – 1829), e que foi o primeiro texto sobre a vacinação de um médico português, e o outro contra a vacinação, de Heleodoro Jacinto de Araújo Carneiro (1776 – 1849), publicado em 1808<sup>83</sup>.

A varíola provocou em algumas casas reais europeias inesperadas alterações na linha sucessória por falecimento dos respetivos herdeiros. Portugal não foi exceção, tendo o presuntivo herdeiro do trono de D. Maria I, o infante D. José, falecido em consequência da varíola o que fez passar a linha sucessória para o seu irmão D. João, futuro D. João VI. Esta é provavelmente uma das razões por que este monarca aparece associado às iniciativas do seu governo na promoção da vacinação – como aliás ocorreu com a variolização<sup>84</sup> - quer em Portugal, quer ainda nas colónias, nomeadamente no

---

<sup>83</sup> Manuel Joaquim Henriques de Paiva, *Preservativo das bexigas e dos seus terríveis estragos*, 2ª ed. (Lisboa: Na Nova Off. de João Rodrigues Neves, 1806) e Heleodoro Jacinto de Araújo Carneiro, *Reflexões sobre a Pratica da Inoculação da Vaccina* (Lisboa: Lisboa: Na Nova Off. de João Rodrigues Neves, 1808). Sobre Henriques de Paiva veja-se João Rui Pita, “Manuel Joaquim Henriques de Paiva: um luso-brasileiro divulgador da ciência. O caso particular da vacinação contra a varíola”, *Mneme – Revista de humanidades*, 10, 26 (2009): 91-102.

<sup>84</sup> Foi o caso do Hospital Real da Inoculação, criado em 1796 com o propósito de levar a cabo um conjunto de experiências de variolização de modo a melhor se poder determinar a sua eficácia na prevenção da varíola. As inoculações iniciaram-se a 2 de Junho de 1796, em seis expostos, com o apoio da Intendência Geral da Polícia, à guarda de quem viviam as referidas crianças. As experiências foram conduzidas sob orientação do médico da corte Francisco Tavares e

Brasil, onde a vacina foi introduzida em 1804/1805.<sup>85</sup> As determinações reais eram publicitadas na *Gazeta de Lisboa* como foi o caso da notícia do sucesso da vacinação dos infantes D. Miguel e D. Maria da Glória, filhos de D. João VI, publicado no suplemento de 9 de Agosto de 1805 da *Gazeta de Lisboa*.

Por determinação real de 17 de Agosto de 1803 ficou a Junta do Protomedicato encarregue de nomear dois cirurgiões para fazerem mensalmente a vacinação nas paróquias de Lisboa e de promover a distribuição da tradução da obra que Edward Jenner havia publicado em 1798<sup>86</sup>. Esta primeira iniciativa oficial de introdução da vacinação soçobrou perante dificuldades de natureza vária que se lhe opunham, nomeadamente, a ausência de uma estrutura burocrático administrativa consistente, a falta de adesão popular à vacinação e a resistência passiva de alguns médicos<sup>87</sup>.

Os anúncios destas vacinações reais, bem com o de outras notícias e de outros textos de defesa da vacinação publicados na *Gazeta*, faziam parte de uma estratégia de persuasão que tinha como alvo os chefes de família, e atuavam como dispositivos retóricos de apelo ao seu sentido de responsabilidade no sentido de protegerem as suas crianças da praga da varíola. Padres e desembargadores eram convocados pelas determinações régias, publicitadas na *Gazeta de Lisboa*, a funcionarem como polos de persuasão local a favor da vacinação.

---

decorreram ao longo de três anos, tendo sido vacinadas 285 crianças. Em 1799 foi então publicado um relatório onde se concluída pela eficácia do método (Francisco Tavares, *Resultados das Observações feitas no Hospital Real da Inoculação das Bexigas nos annos de 1796, 1797, e 1798 pelos médicos do mesmo Hospital* (Lisboa: Na Officina Regia, 1799). Sobre a vacinação contra a varíola em Portugal e o papel da Intendência Geral da Polícia veja-se Laurinda Abreu, *Pina Manique. Um Reformador no Portugal das Luzes* (Lisboa: Gradiva, publicações S. A., 2013), pp. 378 – 387.

<sup>85</sup> Myriam Bahia Lopes, Ronald Polito, “Para uma história da vacina no Brasil: um manuscrito inédito de Norberto e Macedo” <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v14n2/10.pdf> (29/09/2011).

<sup>86</sup> Jorge Crespo, *A História do Corpo* (Lisboa: Difel, 1990), p. 211.

<sup>87</sup> Jorge Crespo, *Idem*, pp. 210, 211.

#### 4.1.4.2 - A Instituição Vacínica

O esforço privado, não governamental, de promover a vacinação na primeira década do século XIX deve ser entendido à luz dos contextos político e social da altura. As invasões napoleónicas entre 1807 e 1811 perturbaram fortemente a já fraca distribuição territorial e a fraca atividade dos vacinadores. Os movimentos migratórios, forçados pela guerra, e a fome associada à carência de géneros provocaram disfunções na, já de si frágil, organização económica e social das populações, favorecendo a proliferação de epidemias diversas e enfraquecendo ainda mais a já contingente e casual atividade da vacinação.

O século XVIII viu emergir uma nova “percepção do lugar da medicina na sociedade”.<sup>88</sup> O ato médico deixa de ser exclusivamente privado e empiricamente orientado para se transformar também num compromisso público, experimental e quantitativamente sustentado<sup>89</sup>. Neste paradigma, o de uma medicina pública ou coletiva, a saúde passa também a ser uma questão de assistência pública, de clima, de higiene pública, de alimentação ou de urbanismo. A doença constitui-se então como um problema económico e político passando, enquanto tal, a ser apropriada pelo poder ou, mais concretamente, pelas suas instâncias burocrático-administrativas em que polícia de saúde e política de saúde quase se sobrepõem configurando uma espécie de “nosopolítica”<sup>90</sup> inaugurada a partir da segunda metade do século XVIII. A iniciativa

---

<sup>88</sup> Roy Porter, *The Greatest Benefit to Mankind – A Medical History of Humanity* (London: W. W. Norton Company, 1999), p. 302.

<sup>89</sup> Jorge Crespo, *Idem*, p. 86.

<sup>90</sup> Veja-se, a propósito desta nosopolítica, Michel Foucault, “The Politics of Health in Eighteenth-Century”, in Colin Gordon (ed.), *Power / Knowledge - Selected interviews and other writings* (New York: Pantheon Books, 1980), pp. 166 – 182. Em Portugal, a ação da Intendência Geral da Polícia, sob o comando de Pia Manique, na área da saúde pública, é um exemplo desse processo

desta nosopolítica não foi uma tarefa exclusivamente orientada e organizada pelo estado, sendo antes partilhada, por exemplo, pelas associações religiosas, sociedades médicas e/ou filantrópicas e pelas misericórdias.

O combate sistemático contra a varíola iniciado no século XVIII - primeiro a variolização, e depois a vacinação - fez parte de processo de medicalização da sociedade em que as condições de salubridade das cidades e das habitações, os hábitos de higiene, o regime alimentar, ou o vestuário, passaram a constituir objecto de prescrição médico-administrativa<sup>91</sup>.

### **Organização**

Em Portugal, coube à Academia Real das Ciências de Lisboa tomar a iniciativa de propagar a vacinação contra a varíola de modo sistemático e abrangendo todo o território continental. Em 8 de Abril de 1812, na assembleia ordinária da Academia Real das Ciências, um dos seus sócios, o médico Bernardino António Gomes (Figura 2) propôs “hum Arbitrio para promover a Vacinação a benefício da Saude Publica”. Logo nessa reunião foi reconhecida a utilidade pública do projeto e entregue a sua execução à responsabilidade dos “senhores sócios que são médicos”<sup>92</sup>.

---

de intervenção das instâncias burocrático-administrativas, ainda no Antigo Regime (Laurinda Abreu, *Pina Manique, op. cit.* (84)). Outra marca dessa apropriação política que ocorreu em Portugal foi a portaria do governo de 24 de Outubro de 1812 em que se determinava, aos médicos e cirurgiões de todo o país, o envio de relatórios mensais, através da Intendência Geral da Polícia e da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, para publicação no *Jornal de Coimbra*. Nestes relatórios (“contas”) os seus autores deveriam descrever as doenças mais comuns nas suas regiões, formas de tratamento ou outras observações consideradas dignas de registo. Pode ver-se uma análise das contas enviadas e publicadas no *Jornal de Coimbra* em Jorge Crespo, *História do Corpo*, pp. 22-53.

<sup>91</sup> As outras componentes constituintes dum novo corpus de política de saúde pública emergente a partir da segunda metade do século XVIII são aos programas de higiene pública, os tratados de educação das crianças, as estatísticas de saúde, a salubridade urbana, a organização dos hospitais, etc (Foucault, pp. 175 – 182).

<sup>92</sup> AHCACL, Livro 27 B, sessão ordinária de 8 de Abril de 1812, fl 52 v. Sobre Bernardino António

Ao núcleo inicial, constituído pelos médicos Francisco Soares Franco (1772 – 1834), Francisco de Melo Franco (1757 – 1823) e José Martins da Cunha Pessoa (? – 1822), associar-se-iam depois José Maria Soares (? – 1822) , José Pinheiro de Freitas Soares (1769 – 1831), José Feliciano de Castilho, Francisco Elias Rodrigues da Silveira (1778 – 1864) e Wenceslau Anselmo Soares.



**Fig. 4.3 - Bernardino António Gomes (1768 – 1823) – Litografia de F. A. Serrano sobre um desenho de Domingos Sequeira, 1811 (<http://purl.pt/5656>).**

Bernardino Gomes ficou encarregue de elaborar um esboço do que mais tarde se tornou, após discussão e aprovação na assembleia ordinária de 14 de Outubro de 1812, no Regulamento da Instituição Vacínica<sup>93</sup>. De acordo com este Regulamento, a Instituição Vacínica (IV) era constituída pelos médicos sócios da Academia e tinha como propósito disponibilizar e estender a todo o País a vacina gratuita contra a varíola e, ao mesmo tempo, “colligir as experiencias e as observações, que possam servir para bem se

---

Gomes veja-se Virgílio Machado, *O Doutor Bernardino Gomes (1768 – 1823): a sua vida e a sua obra* (Lisboa: Portugália Editora, 1925).

<sup>93</sup> “Regulamento da Instituição Vaccinica da Academia Real das Sciencias de Lisboa”, in *Collecção de Opusculos sobre a Vaccina*, pp. 7 – 15.

apreciar a efficacia deste preservativo, para se aperfeiçoar o seu uso, e para se illustrarem todas as Questões concernentes a elle”.<sup>94</sup>

O propósito expresso pelos médicos da Academia de disponibilizar e estender gratuitamente a vacinação a todo o território continental constitui uma evidência do compromisso público e social que estruturou a medicina a partir do século XVIII; por outro lado, o propósito de coligir experiências e observações de modo a aperfeiçoar o uso da vacina decorria do carácter não só inovador como ainda embrionário desta medida preventiva contra a varíola que era a vacinação. Não bastava conhecer os detalhes específicos da técnica vacínica. Era também necessária uma certa perícia médica - por vezes não acessível aos próprios médicos pouco familiarizados com o método - de modo a poder despistar com alguma segurança os casos, doenças ou sintomas que, mascarados ou confundidos com a varíola, ou com os efeitos da vacina, podiam ser erradamente interpretados e aproveitados pelos opositores da vacinação na sua campanha anti vacínica e alimentar o receio da população pouco esclarecida face a uma medida preventiva tão pouco ajustada ao paradigma médico até então dominante.

O regulamento da IV enquadrava o processo de vacinação por meio de um rigoroso protocolo técnico de observação e registo de todas as ocorrências. Para isso utilizava-se um “Livro de Vaccinados” onde se registavam: data, nome, naturalidade, idade, filiação – com morada, profissão e doenças a que estão sujeitos – estado de saúde antes, durante e depois da vacinação; nele se deveriam anotar também a descrição do processo da vacina: dia de aparecimento da primeira erupção, a sua forma, a existência ou não de surtos febris ou de inflamações ocasionais (Figura 3). A técnica de vacinação

---

<sup>94</sup> *Ibidem*, p. 7.

e a altura de recolher o fluido vacínico constituíam também outras das disposições incluídas no regulamento.

A IV tinha como membros, inicialmente, os médicos sócios da Academia. O cargo de diretor era rotativo entre todos os membros e tinha uma duração mensal. Havia também dois secretários, eleitos de entre os seus membros, que se ocupavam da correspondência: um para as províncias do norte, outro para as do sul. Os secretários recebiam as informações e relatórios sobre o decorrer da vacinação que lhes eram enviados das províncias. O diretor assistia à vacinação na Academia, examinava os vacinados, recolhia a matéria vacínica e registava as observações feitas. Os registos da vacinação – quais os casos de vacina verdadeira ou falsa, o número de vacinados, a sua identificação, a evolução da vacinação em cada um dos vacinados, etc - eram feitos em livros de acordo com um protocolo bem definido e que era divulgado a todos os vacinadores da IV.

A IV tinha ainda um outro tipo de membros, designados por correspondentes e que praticavam a vacinação nas províncias sob sua coordenação. Eram médicos, cirurgiões ou até leigos – padres, sangradores, ou outras pessoas consideradas capazes de levarem a cabo a prática da vacinação. Estes correspondentes, localizados nas províncias, não tinham em geral qualquer interferência na gestão da IV a qual cabia apenas aos membros residentes em Lisboa. Eram aceites pela IV em troca de manterem periodicamente informada a IV através do envio dos seus relatórios sobre todas as ocorrências associadas à vacinação nas suas zonas de ação. Os correspondentes que se evidenciavam pela dedicação à causa da vacinação - materializado pelo maior número de vacinados e pelo envio periódico de relatórios - eram premiados pela IV com medalhas de ouro ou de prata que, em caso de maior aperto financeiro, o que era aliás

o estado usual da vida da Academia, eram substituídas por coleções das publicações editadas pela Academia<sup>95</sup>.

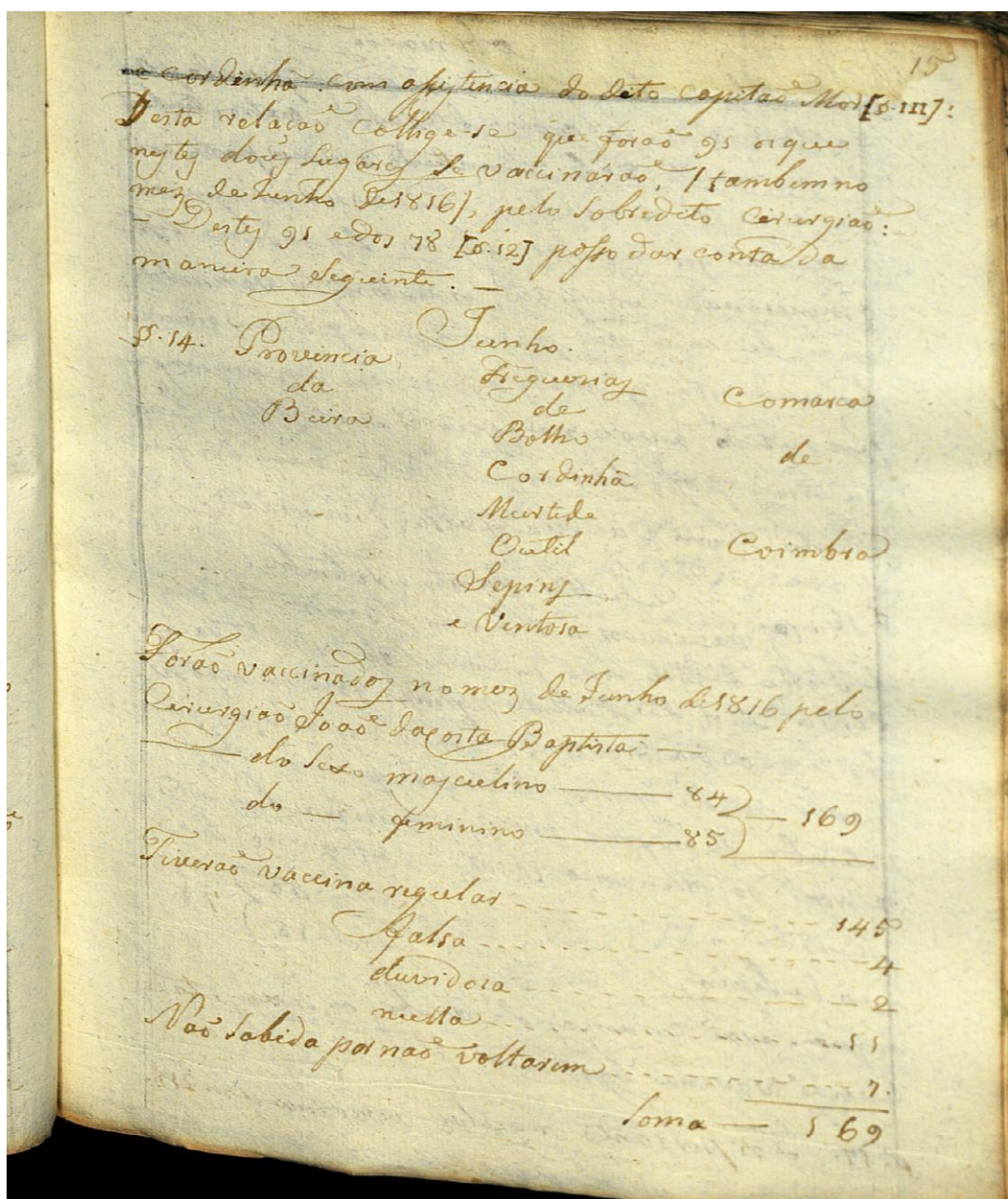


Fig. 4.4 – Extrato de uma “conta” do médico correspondente da IV, Manuel José Mourão de Carvalho Azevedo Monteiro, com o resultados de vacinações feitas por ele e pelo cirurgião João da Costa Baptista, em algumas freguesias da comarca de Coimbra (Ms. 3640, Archives and manuscripts, Wellcome Library).

<sup>95</sup> A decisão de premiar os correspondentes mais dedicados foi aprovada na assembleia ordinária de 16 de Junho de 1813 (AHCACL, livro 27 B, fl. 75v). No ano seguinte, na assembleia ordinária de 11 de Junho, as dificuldades financeiras da Academia levaram o então secretário da Instituição Vacínica, Justiniano de Melo Franco, a propor que se substituam as medalhas por uma coleção das obras impressas pela Academia.

A eleição para sócio correspondente da Academia Real das Ciências, por proposta da Instituição Vacínica, foi também outro meio de reconhecer o mérito de alguns correspondentes.

No dia 15 de cada mês, a IV reunia-se e aí, quer o diretor, quer os secretários davam a conhecer à congregação as suas contas dos trabalhos vacínicos. A IV dava conta dos seus trabalhos à Academia com uma periodicidade trimestral e, nas sessões públicas desta, era lido pelo director da altura ou pelo secretário a conta anual dos trabalhos vacínicos, tendo em conta os relatórios da vacinação na capital e os relatórios recebidos dos correspondentes das províncias.

### **A construção de uma rede de vacinadores**

Foi a 7 de Junho de 1812, um domingo, pelas 10 horas da manhã, no palácio da Academia, que se deu formalmente início à vacinação contra a varíola.<sup>96</sup> Este acto inaugural foi preparado pelos médicos académicos com todas as precauções. O debate sobre a vacinação era, nesta altura, um assunto na ordem do dia. Os membros da Instituição estavam bem cientes que qualquer perturbação nos resultados esperados da vacinação poderia servir de pretexto aos opositores da vacinação ou lançar ainda mais dúvidas sobre a população já por si receosa acerca da eficácia desta nova medida preventiva da varíola.

Para além dos aspetos logísticos, havia que garantir o controlo pleno do processo de vacinação de modo a minimizar quaisquer riscos de falhanço. Este controlo passava por garantir que o grupo dos primeiros vacinados da Academia voltasse ser examinado

---

<sup>96</sup> Na época, a Academia Real das Ciências de Lisboa ocupava o palácio do duque de Palmela, no largo do Calhariz, em Lisboa.

pelos médicos de modo a comprovar que a vacinação fora efetiva e, em caso negativo, determinar as causas e proceder às necessárias revacinações. Além disso, o regresso dos vacinados alguns dias após a vacinação permitia aos vacinadores recolher a matéria fresca necessária para prosseguir com o calendário das vacinações que, decorrido o primeiro mês, passou a incluir também as quartas-feiras.

Foi então solicitado ao Intendente Geral da Polícia, e este anuiu, que permitisse que os órfãos da Casa fossem vacinados na Instituição<sup>97</sup>. Semanalmente, 4 a 6 crianças eram enviadas à IV, umas para serem vacinadas, outras para serem observadas sobre o modo como decorria a vacina e também fornecerem a matéria vacínica suficiente que suportasse a atividade semanal da Instituição.<sup>98</sup>

A primeira inoculação foi feita com matéria seca fornecida por Ângela Tamagnini (Milão, 1770 – Tomar, 1827)<sup>99</sup>. Ângela Tamagnini pertencia a uma família da nobreza lombarda que tinha vindo para Portugal na companhia dum seu tio, Inácio Tamagnini (Burmio, 1731 – Tomar, 1805). Este foi médico da câmara de D. João VI e um dos primeiros sócios da Academia das Ciências. Ângela Tamagnini principiou a vacinar na cidade de Tomar, onde se fixou e casou, ainda antes da IV ter iniciado a sua atividade. Sobre a proveniência da matéria vacínica por ela fornecida à Academia apenas se pode especular. O médico milanês Luigi Sacco (Varese, 1769 – Milão, 1836) tinha descoberto em 1800, na Lombardia, a existência de varíola bovina tornando-se, desde essa altura,

---

<sup>97</sup> AHCACL, Livro 27 B, “Assembleia ordinária de 9 de Junho de 1812”: “Leo-se a resposta do Intendente Geral da Polícia ao Snr. Alexandre Antonio das Neves dando aviso que para o domingo seguinte concorrerão os orphaos da casa pia a serem vaccinados na forma estabelecida”

<sup>98</sup> Bernardino António Gomes, “Recopilação Historica dos trabalhos da Instituição Vacínica durante o seu primeiro anno”, *Memorias de Mathematica e Physica da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, III, 2 (1814), LXXVII, LXXVII.

<sup>99</sup> Sobre Angela Tamagnini veja-se A. M. Lopes de Carvalho, *Notícia Biográfica de D. Angela Tamagnini d’Abreu* (Tomar: Câmara Municipal de Tomar, 2009).

um importante fornecedor de linfa vacínica para várias regiões europeias.<sup>100</sup> Talvez o facto de os Tamagnini terem familiares na Lombardia possa explicar uma possível linha de circulação da matéria vacínica na posse de Angela Tamagnini. A Academia, reconhecendo o seu papel na propagação da vacinação nomeou-a, em Outubro de 1812, correspondente da IV, com atribuição do respectivo diploma.

Uma vez confortados com os primeiros resultados da vacinação, os membros da Instituição trataram logo de dar maior visibilidade à empresa e de angariar o maior número possível de vacinadores de modo a estender a vacinação a todas as províncias do reino. Quinze dias após o início da vacinação surge publicitado na *Gazeta de Lisboa* de 23 de Junho de 1812 o horário das vacinações levadas a cabo na Academia: domingos de manhã, às 10 horas e quartas-feiras à tarde, depois das 15 horas. Alguns médicos da província que já vacinavam antes foram convidados por escrito a juntarem-se à Instituição como correspondentes e outros, médicos e cirurgiões, voluntariaram-se logo que surgiu um anúncio na *Gazeta* de 13 de Outubro solicitando a todos os “que quisessem ter parte na gloriosa empresa da Instituição e corresponder-se com ela, se dirigissem a ela por escrito”<sup>101</sup>.

Em Junho de 1813, Bernardino António Gomes, que foi o primeiro diretor da IV, anunciava haver já 68 correspondentes dos quais 42 eram médicos e 26 cirurgiões (Figura 4.5)<sup>102</sup>. Um ano mais tarde, na sessão pública da Academia, o então diretor Francisco Elias da Silveira referia no seu relatório serem cerca de 100 os vacinadores espalhados por todo o reino.<sup>103</sup> Tomando como bom o número de 100 vacinadores e

---

<sup>100</sup> Andrea Rusnock, “Catching Cowpox: The Early Spread of Smallpox Vaccination, 1798 – 1810”, *op. cit.* (77), 21-22.

<sup>101</sup> Bernardino António Gomes, *Idem*, LXXX.

<sup>102</sup> *Ibidem*.

<sup>103</sup> Francisco Elias da Silveira, “Conta dos Trabalhos Vaccinicos”, *Historia e Memorias da*

considerando uma estimativa de 2 900 000 habitantes para a população de Portugal em 1819, obtém-se um rácio de 1 vacinador para 29 000 habitantes o que mostra bem quão rarefeita era a rede de cobertura da vacinação contra a varíola<sup>104</sup>.



**Fig. 4.5 - Rede de correspondentes da Instituição Vacínica em 1819. Baseada em *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, VI (1), 1819, CXXXII, CXXXIII.**

As contas dos trabalhos vacínicos começaram a ser apresentadas nas sessões públicas da Academia Real das Ciências a partir de Junho de 1813.<sup>105</sup> Desde então e até 24 de Junho de 1821, todos os anos, era lido pelo diretor da IV em exercício, ou pelo secretário, um discurso histórico sobre os trabalhos da IV do ano transacto o qual era

---

*Academia Real das Ciências de Lisboa*, IV , 1 (1815), XXXIV.

<sup>104</sup>

<sup>105</sup> Coube a Bernardino António Gomes inaugurar este procedimento com a sua “Recopilação Historica” *op. cit.* (98), LXXV – XCIX.

depois publicado nas *Memórias* da Academia.

Todos esses discursos possuíam uma estrutura temática invariável, articulada por uma retórica de exaltação da vacinação: sucessos estrangeiros exemplares, técnicas de vacinação, descrição de sintomas, estatísticas de vacinação, o papel do Estado e apologética da vacinação. Neste quadro, a polémica emerge como um processo de demonstração da inevitabilidade da vacinação sustentada por evidências experimentais, observacionais e estatísticas. Os opositores da vacinação eram genérica e invariavelmente designados por “detractores”, “sem amor à verdade e ao bem público” havendo apenas, em todos os relatos publicados nas *Memórias*, uma nomeação explícita do alvo da polémica: o já referido texto de Heliodoro Carneiro publicado em 1808. Este autor é criticado por António de Almeida nos “Annaes Vaccinicos de Portugal”, publicados nas *Memórias*,<sup>106</sup> emparelhando-o com outros autores estrangeiros sob a acusação ignorarem de modo persistente todas as evidências que entretanto se foram acrescentando em favor da vacinação. Aliás, Almeida não fez mais que retomar uma referência já feita ao mesmo Heliodoro Carneiro por Bernardino António Gomes no segundo opúsculo da *Collecção de Opusculos sobre a Vaccina* cuja publicação se iniciou em 1812.<sup>107</sup> Esta *Collecção* publicada pela Academia compunha-se de um conjunto de opúsculos, treze no total, onde, para além de alguns relatórios sobre a vacinação na própria IV, incluía textos de carácter mais técnico e destinados a serem distribuídos pelos correspondentes da IV distribuídos pela província.

---

<sup>106</sup> António de Almeida, “Annaes Vaccinicos de Portugal”, *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, IV, 2 (1816), 61.

<sup>107</sup> Bernardino António Gomes, “Conta dada na Congregação dos membros da Instituição Vaccinica da Academia Real das Sciencias”, in *Collecção de Opusculos*, p. 23.

## Mulheres no meio da rede

A participação das mulheres na vacinação contra a varíola é uma evidência comum a vários contextos europeus.<sup>108</sup> Uma das razões óbvias baseia-se no facto de os vacinados serem maioritariamente crianças e, portanto, serem acompanhados pelas respetivas mães que tomavam a iniciativa de os conduzirem aos locais de vacinação. A outra vertente mais proactiva deste ativismo feminino pró-vacinação teve a ver com a promoção local e por sua própria iniciativa de processos sistemáticos de vacinação contra a varíola.

No caso português, as iniciativas mais significativas de vacinação contra a varíola, protagonizadas por mulheres e genericamente designadas por filantrópicas foram posteriormente apropriadas e institucionalmente legitimadas pela Academia Real das Ciências de Lisboa, através da sua IV.

De entre a relação dos correspondentes da IV publicada nas Memórias da Academia em 1819 havia um grupo de seis vacinadores não médicos, três das quais eram mulheres: Maria Isabel van Zeller (1749 – 1819), Luísa Adelaide de Magalhães Coutinho e Ângela Tamagnini, já referida anteriormente. Para além destas três mulheres houve uma outra cuja ação de propagação da vacina mereceu referências nas *Memórias* da Academia: Ana Raquel Cid de Madureira.

Maria Isabel van Zeller – cujo nome de solteira era Maria Isabel Wittenhall – era filha de emigrantes ingleses que se tinham fixado no Porto, tendo como atividade o negócio dos vinhos. Maria Isabel adquiriu o apelido van Zeller por casamento com Pedro van Zeller, oriundo de uma família católica holandesa que se havia fixado também no

---

<sup>108</sup> Michael Bennet, “Jenner’s Ladies: Women and Vaccination against Smallpox in Early Nineteenth-Century Britain”, *History*, 93, 312 (2008), 497-513.

Porto. Um dos sobrinhos de Isabel van Zeller, Christian Kopke (1763 – 1840), que também pertencia à rede do vinho do Porto, tornar-se-ia sócio da Royal Jennerian Society.

Segundo o seu próprio testemunho Isabel van Zeller principiou a vacinar em 1805 na sua quinta, em Avintes, e também na sua casa do Porto, tendo sido iniciada na técnica de vacinação pelo cirurgião José da Cunha.<sup>109</sup> De acordo com os registos da Academia, entre 1805 e 1819, Isabel van Zeller fez 13 408 vacinações bem sucedidas o que corresponde, quando comparadas com as 72 800 vacinações da IV, a uma taxa relativa de 18% do total de vacinados em todos o país. Este trabalho notável valeu-lhe ser eleita membro correspondente da IV em Fevereiro de 1813 e a medalha de ouro pelos seus serviços em prol da vacinação em Julho de 1813. A atribuição desta medalha de ouro esteve associada a alguma polémica. Não porque fosse questionado o mérito de Isabel van Zeller mas porque no seio da Academia havia uma corrente de sócios que achava Ângela Tamagnini também merecedora de tal distinção. A votação então feita acabou por atribuir apenas a medalha Isabel van Zeller: o facto de Angela Tamagnini não responder aos pedidos de relatórios de vacinação solicitados pelo secretário da IV constitui um argumento aparente para a não atribuição da medalha.<sup>110</sup>

Luísa Adelaide Magalhães Coutinho aparece pela primeira vez como membro correspondente na relação dos membros da Instituição Vacínica publicada em 1819 nas *Memórias da Academia*, tendo sido eleita a 17 de Setembro de 1818.<sup>111</sup> De acordo com

---

<sup>109</sup> António de Almeida, “Annaes Vaccinicos de Portugal”, *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, IV, 2 (1816), 56.

<sup>110</sup> AHCACL, Livro 24 B, “Assembleia de efetivos de 1 de Julho de 1813”, p. 30.

<sup>111</sup> “Relação dos Membros e Correspondentes da Instituição Vacínica da Academia Real das Sciencias de Lisboa, *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*”, VI, 1 (1919), CXXXII – CXXXIV.

Francisco Inácio Pereira Rubião (? – 1846), médico em Vila Real e também correspondente da IV, Luísa Adelaide Magalhães Coutinho principiou a vacinar em Fevereiro de 1817, em Viseu, tendo prosseguida com a sua atividade, no ano seguinte, já em Vila Real e com o apoio do próprio Rubião.<sup>112</sup>

Os registos existentes na Academia acerca de Ana Raquel Cid Madureira enquanto vacinadora são ainda mais escassos que os de Luísa Magalhães Coutinho: sabe-se apenas que vacinou em Vila Flor, Trás-os-Montes, e que foi eleita correspondente em 1821<sup>113</sup>.

Tanto Luísa Adelaide Coutinho, como Ana Madureira pertenciam, por herança e casamento, à nobreza local. No caso de Luísa Adelaide, a vacinação contra a varíola tornou-se numa marca familiar já que, também o seu genro, Alexandre Tomás Morais Sarmiento, 1º visconde do Banho, e corregedor da comarca de Vila Real, é referido de modo elogioso nas *Memorias* da Academia pela cooperação prestada à IV.<sup>114</sup>

O papel das mulheres dentro e fora da IV é ainda uma zona obscura na história da vacinação em Portugal. É o caso, por exemplo, de Maria Romana de Castilho (1789 – 1870) - filha de José Feliciano de Castilho (1769 - 1826) – que, numa carta de 8 de Julho de 1826 dirigida a Alexandre António Vandelli, na altura guarda-mor da Academia Real das Ciências, lhe envia 4 pares de lâminas com matéria vacínica que este havia pedido a seu pai, e refere que desde há anos que se encarrega da vacinação em Coimbra por

---

<sup>112</sup> Francisco Inácio Pereira Rubião, *Memoria sobre a Vaccina*, 1819, BACL, série azul, ms. 985.

<sup>113</sup> Francisco Elias da Silveira, “Discurso Historico acerca dos trabalhos da Instituição Vacínica recitado na sessão pública de 24 de Junho de 1821”. *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, VIII, 1 (1823), XXVIII e XXX.

<sup>114</sup> Quer em Wenceslau Anselmo Soares, “Discurso Histórico”, *História e Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, V, 2 (1817), LI, quer ainda em Joaquim Xavier da Silva, “Discurso Histórico”, *História e Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, VI, 2 (1820), XXXIX. Neste último é mesmo referido a propósito do corregedor Morais Sarmiento que “a casa de sua própria residência, he onde se exerce hum taõ benefico acto”.

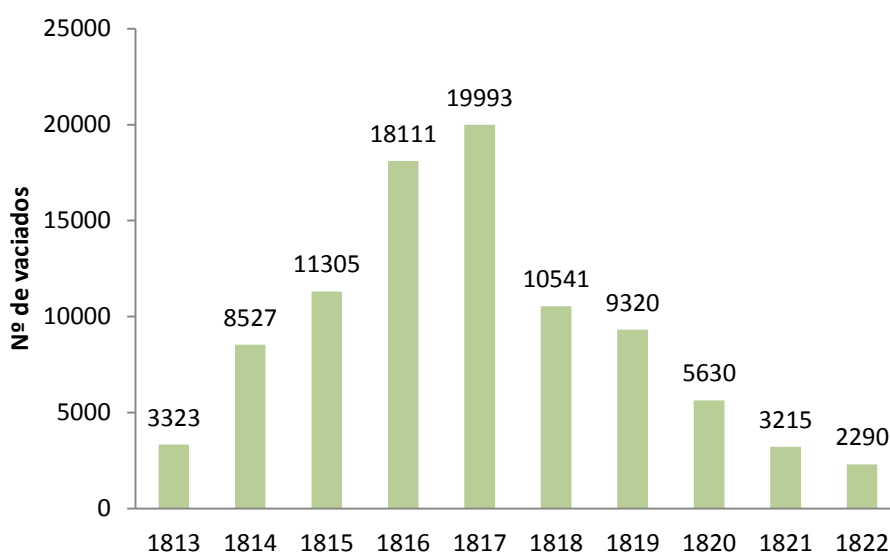
incumbência de seu pai.

A particularidade deste ativismo feminino foi a de se ter desenvolvido e legitimado no quadro de uma academia científica, a Academia Real das Ciências de Lisboa, onde apenas um século depois é que seriam admitidas as duas primeiras mulheres: Maria Amália Vaz de Carvalho (1847 – 1921) e Carolina Michaelis de Vasconcelos (1851 – 1925). Citadas e elogiadas nas *Memórias* da Academia, premiadas com as mais altas distinções pelo seu desempenho na luta contra a vacinação, integradas como correspondentes da IV, elas não conseguiriam, porém, o seu reconhecimento pleno como sócias da Academia.

#### **“Entre as agonias da morte”**

Os pedidos de matéria vacínica feitas à IV eram muitas vezes feitos por via dos corregedores das comarcas, juízes, padres, ou dos oficiais do exército que depois se encarregavam de a passar ao vacinador local que, como referimos, tanto podia ser um médico, um cirurgião, o sangrador, ou outro leigo a quem era reconhecida a competência para vacinar. Para além da matéria vacínica a IV distribuía também instruções sobre vacinação que depois se publicaram integradas na *Colecção de Opúsculos sobre a Vacina*. Nem todos os vacinadores se correspondiam com a IV pelo que, ao contrário do número dos correspondentes, se torna difícil a sua determinação. Esta dificuldade implicava uma outra qual seja a de se saber com exatidão o número de vacinados. Por vezes as contas dos correspondentes não eram suficientemente elucidativas do número de vacinados e, destes, quantos é que, de facto, ficaram imunizados contra a varíola. Nem todos os vacinados voltavam para serem examinados de modo a determinar a efetividade da vacina, o que levava a que a determinação do

número de vacinados se tivesse que fazer por estimativa. Estes lamentos eram recorrentes nas contas que os diretores e secretários iam dando ao longo dos anos. José Feliciano de Castilho, secretário da IV, numa conta dada à congregação em 15 de Fevereiro de 1813 referia, sobre a vacinação nas províncias: “Em todas as províncias a vacinação tem falhado muito. Da relação que tenho recebido, poucas são as que declaram o número de vacinados, nem em todos há com clareza o número de vacinados em que a vacina foi verdadeira, em que foi espúria, etc.”<sup>115</sup>.



**Fig. 4.6 – Número de vacinados com vacina verdadeira reportados pela Instituição Vacínica entre 1813 e 1821. Os dados do gráfico foram recolhidos dos relatórios produzidos pelos diretores e secretários da Instituição Vacínica, apresentados publicamente nas sessões da Academia Real das Ciências de Lisboa<sup>116</sup>.**

<sup>115</sup> José Feliciano de Castilho, “Conta dada à Instituição Vacínica”, in *Collecção de Opusculos sobre a Vacina feitos pelos sócios da Academia Real das Sciencias que compoem a Instituição Vaccinica* (Lisboa: Typografia da Academia, 1813).

<sup>116</sup> Ignácio António da Fonseca Benevides, “Discurso Histórico sobre os trabalhos da Instituição Vacínica”, *História e Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, IV, 1 (1819), XXXVIII; Joaquim Xavier da Silva, “Discurso Histórico á cerca da Vacinação em Portugal”, *História e Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, VI, 2 (1820), XXXVII; José Maria Soares, “Discurso Histórico sobre os trabalhos da Instituição Vacínica”, *História e Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, VII (1821), XXXI, Francisco Elias Rodrigues da Silveira, “Discurso Histórico acerca dos trabalhos da Instituição Vaccinica”, *História e Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, VIII, 1 (1823), XXVII e José orreia da serra, “Discurso Histórico”, *História e Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, VIII, 2 (1823), XIII.

Num dos relatórios sobre os trabalhos da IV lido na sessão pública da Academia em 24 de Julho de 1818, Inácio da Fonseca Benevides estimou o número total de vacinados efetivos, baseando-se nos dados recolhidos até então, em 108 847, o que corresponderia a uma cobertura de 3,8 % da população.

O número de vacinados ao longo do período de funcionamento efetivo da IV, isto é, de 1812 a 1821, apresenta uma evolução que espelha de alguma maneira as condições em que a vacinação era praticada em Portugal (Figura 4.6).

A IV não era uma organização integrada na burocracia estatal. A fragilidade da rede de vacinação reconhecida pelos membros da IV levou a que o governo, pressionado pela IV através da Academia das Ciências, enviasse avisos - através da Secretaria dos Negócios do Reino – aos ministros territoriais, e prelados diocesanos no sentido de estes promoverem a vacinação nos seus territórios, “servindo-se porém unicamente de persuasão e do exemplo, e nunca da Authoridade”,<sup>117</sup> e de fazerem vacinar todos os indivíduos que estivessem na sua dependência: empregados e alunos dos seminários, órfãos, empregados dos hospitais ou convalescentes que deles saíssem, presos das cadeias públicas, alunos das casas de educação, etc. Para além dos diferentes avisos de promoção da vacinação que o governo ia emitindo, houve também o apoio financeiro concedido de modo intermitente e insuficiente à IV. A gratuitidade da vacinação implicava um conjunto de despesas relacionadas nomeadamente com a aquisição da matéria vacínica, remunerações ao pessoal administrativo, a médicos e cirurgiões e com os prémios atribuídos aos correspondentes. A IV não podia, por si, fazer face a estas despesas e casos houve em que alguns dos seus membros tiveram de abdicar de ajudas

---

<sup>117</sup> Aviso régio de 19 de Junho de 1913 (Bernardino António Gomes, “Recopilação Historica”, *op. cit.* (98), p. LXXXIX).

de custo que lhes eram devidas pela Academia em favor da IV ou ainda, ofereceram medalhas pessoais para suprir a falta de medalhas com que a IV queria premiar os correspondentes mais dedicados.<sup>118</sup>

O período de maior atividade da IV em termos de número de vacinados e cobertura do território português ocorreu nos anos de 1816 e 1817, como aliás transparece no gráfico. Nestes anos a IV usufruiu dos proventos de uma lotaria no valor de cinquenta contos de réis que a Academia Real das Ciências, por um Aviso da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino de 22 de Junho de 1815, foi autorizada a criar, dirigir e administrar e destinados a serem utilizados pela IV de acordo com um plano prévio<sup>119</sup>. De acordo com este plano a vacinação estender-se-ia de modo sistemático a 9 ou 10 comarcas das cerca de 40 existentes no reino. Este ímpeto pontual não teve continuidade e o número dos abrangidos pela vacinação veio declinando significativamente até atingir em 1821 valores inferiores aos de 1812/1813.

Entretanto os pedidos de apoio financeiro por parte da Instituição prosseguiram - sem muito sucesso - com propostas para a criação de uma nova lotaria<sup>120</sup>, ou da obrigatoriedade de se apresentar um certificado de vacinação a todos os que se candidatassem à aprendizagem de um ofício mecânico ou ainda para a admissão nos

---

<sup>118</sup> Numa carta assinada por Wenceslau Anselmo Soares, José Pinheiro de Freitas Soares, Joaquim Xavier da Silva, Justiniano de Mello Franco, Francisco Elias Rodrigues da Silva José Maria Soares, estes membros da IV declaram prescindir - em prol da Instituição - dos jetões com que eram premiados pelo seu serviço (BACL, série azul, ms. 999, *Papéis relativos à Instituição Vacínica, pela Academia*, doc. 28).

<sup>119</sup> ANTT, Ministério do Reino, mç. 353, *Negócios diversos da Academia das Ciências de Lisboa – Documentos relativos à Instituição Vacínica. 1812 – 1833* (Transcritos em Cristóvão Aires, *op. cit.* (21), pp. 452 – 463).

<sup>120</sup> BACL, série azul, ms. 999, doc. 43, “Ofício enviado por José Bonifácio de Andrada e Silva, secretário da Academia Real das Ciências de Lisboa, solicitando a realização de uma nova loteria para patrocínio da vacinação pública promovida pela Instituição Vacínica da Academia Real”, transcrito em <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=1398&sid=127> (12/4/2014).

colégios de instrução e educação públicas.

A partir de 1821 verifica-se um declínio notório da atividade da Instituição IV. Esta, no entanto, era pontualmente solicitada para o envio de matéria vacínica ou de instruções sobre a vacinação, sobretudo para a província, para as ilhas, para as colónias de Angola e Cabo Verde, ou até para o Brasil, sempre que aí ocorriam surtos epidémicos de maior intensidade. A correspondência com as províncias tornou-se tão escassa que o secretário da IV, Francisco Elias Roiz da Silveira, em 11 de Junho 1825, numa carta dirigida ao secretário da Academia, refere que a IV prosseguia a sua atividade se “bem que entre as agonias da morte”, tendo a mesma decidido que “não se repetissem de então para diante mais discursos ou cartas vacínicas nas Sesses publicas”.<sup>121</sup> O subsídio anual de um conto de réis concedido pelo governo em 1818, e depois confirmado por decreto das Cortes Extraordinárias em 1821<sup>122</sup>, apenas lhe permitia desenvolver a sua ação na capital cujos locais de vacinação se reduziram, por decisão do Conselho da Academia de 4 de Outubro de 1827, de 3 para 1, na cidade de Lisboa<sup>123</sup>.

A instabilidade política e social, a que se seguiu a guerra civil, constituiu um factor relevante para o afrouxamento da atividades da vacinação por parte da IV. A partir de 1834, a Academia Real das Ciências inicia um período de reorganização e reajustamento programático com implicações na vida da IV. A partir de Fevereiro de 1835, após um parecer favorável da IV e no seguimento de uma representação da Academia Real das Ciências, aquela é definitivamente retirada da acção da Academia, passando a estar

---

<sup>121</sup> BACL, série azul, ms. 999, doc. 67.

<sup>122</sup> BACL, série azul, ms. 999, doc. 38. Carlos Lousada Subtil, Margarida Vieira, “Os primórdios da organização do Programa Nacional de Vacinação em Portugal”, *Revista de Enfermagem – Referência*, 3, 4(2011), 170, 171.

<sup>123</sup> BACL, série azul, ms. 999, docs. 38 e 41.

subordinada ao perfeito da província da Estremadura<sup>124</sup>.

## 4.2 – Programas e prémios

### 4.2.1– Programas a concurso: um tráfico público

Os concursos de memórias sobre temas da mais variada natureza constituíam uma marca estruturante da actividade das academias científicas europeias ao longo do século XVIII, e parte do século XIX, europeu<sup>125</sup>. Temas ou questões de natureza diversa eram periodicamente colocadas a concurso pelas academias, convocando a participação anónima dos interessados na sua resolução através do envio de memórias que, depois de censuradas, viriam eventualmente a ser coroadas nas suas sessões públicas. Tratou-se de uma troca multimoda que alargou o espectro de participação pública no tráfico cultural setecentista – incluindo mulheres, lavradores e outros participantes amadores – e promoveu a busca de especialização científica e tecnológica que viria depois a ser suportada, ao longo do século XIX, pela emergência de uma série de academias e escolas técnicas superiores.<sup>126</sup>

A ACL não fugiu a este padrão. Os concursos académicos constituíam – ao contrário das “disputatios” escolásticas/escolares, dos jogos florais e práticas de algumas academias literárias setecentistas de que eram herdeiros<sup>127</sup> - autênticas

---

<sup>124</sup> AHCACL, Livro 4B, *Portarias, Avisos e Decretos, 1833-1863*, fl. 30.

<sup>125</sup> Sobre o tema vejam-se as abordagens de Daniel Roche, *Le siècle des lumières en province. Académies et académies provinciales, 1670-1789* (Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales), vol. 1, pp. 324 – 355 e Jeremy L. Caradonna, *The Enlightenment in Question: Academic Prize Competitions (Concours Académiques) and the Francophone Republic of Letters, 1670-1794*, PhD dissertation, (Ann Arbor/Jonh Hopkins University: ProQuest LLC/UMI, 2008).

<sup>126</sup> O trabalho, referenciado acima, de Jeremy Caradonna, aplicado ao contexto setecentista francês, fornece evidências claras sobre a importância do concurso académico enquanto prática cultural estruturante do Iluminismo europeu.

<sup>127</sup> Trata-se de uma filiação estabelecida por Daniel Roche, *Idem*, p. 327 e depois retomada e explorada por Jeremy Caradonna, *Idem*, pp. 38 – 39, 77 e 78.

convocatórias à participação pública, sem qualquer restrição explícita, de natureza social ou de gênero, à exceção dos sócios efetivos e dos honorários que estavam regulamentarmente impedidos de concorrer. Eles funcionavam também como uma instância de emulação e uma via de promoção cultural – um veículo de acesso à “República das Letras”, disponível aos concorrentes e caucionado pela Academia. Sendo divulgados nas suas sessões públicas – lugares de manifestação do poder simbólico e cultural<sup>128</sup> - aonde se voltava depois para a atribuição dos respectivos prêmios, os concursos constituíram um elemento de afirmação e de auto-legitimação públicas da ACL enquanto entidade de certificação cultural.

#### 4.2.2 - Regras e prêmios

A ACL promoveu, ao longo dos seus primeiros cinquenta anos de funcionamento, cerca de 54 concursos. Houve anos em que não se encontrou registo de se ter aprovado concurso algum - em 1784, de 1802 a 1804, de 1807 a 1809, em 1826, 1828 e, depois, em 1833/34 – enquanto que em outros chegaram-se a propor 2 a 3 concursos no mesmo ano, como aconteceu logo em 1780, ao serem publicados três programas.

---

<sup>128</sup> Utilizamos aqui os conceitos de campo e de capital nas suas determinações simbólica e cultural, que James English foi buscar a Pierre Bourdieu para analisar as implicações culturais associadas às práticas dos concursos académicos, James F. English, *The Economy of Prestige: Prizes, Awards and the Circulation of Cultural Values* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2005), pp. 8 e 9. De acordo com English, os concursos académicos constituem um campo específico, um sistema social com as suas formas de capital próprias, dotado de uma determinada lógica, de regras de negociação e de transação, em que o prestígio é regulado e legitimado pela instituição que atribui os prêmios. Sobre o conceito de capital cultural em Pierre Bourdieu veja-se, por exemplo, Pierre Bourdieu, “What makes a social class? On The Theoretical and Practical Existence of Groups”, *Berkley Journal of Sociology*, 32 (1987), 1 – 17; sobre o pensamento de Bourdieu veja-se Loic Wacquant, “Toward a Social Praxeology: The Structure and Logic of Bourdieu Sociology”, in Bourdieu and Wacquant (eds.), *An Invitation to Reflexive Sociology* (Chicago: University Chicago Press, 1992), pp. 1 – 59 e, ainda, Gilda Olinto do Valle Silva, “Capital cultural, classe e gênero em Bourdieu”, *Informare*, 1, 2 (1995), 24 – 36 (<http://repositorio.ibict.br/bitstream/123456789/215/1/OlintoSilvaINFORMAREv1n2.pdf>. (2/1/2015).

Os prazos de validade dos concursos previstos em cada programa iam de um a três anos, havendo casos de, no mesmo programa, se preverem prazos diferentes, em diferentes assuntos, para a entrega das memórias a concurso. A entrada de uma memória depois do prazo previsto era motivo de exclusão, como aconteceu, mas também aconteceu haver alguma condescendência com o comprimento dos prazos. A memória que Constantino de Lacerda Lobo submeteu em resposta à questão inclusa no programa extraordinário de 1783, *Quaes são os meios convenientes de suprir a falta de estrumes dos animais nos lugares onde he dificultoso havelos, ..., e sendo tudo comprovado com experiências repetidas, e autorizadas*, apesar de recebida fora de prazo foi premiada com uma medalha de prata e a carta de correspondente para o autor e ainda publicada nas *Memorias de Agricultura*<sup>129</sup>.

As memórias recebidas dentro dos prazos indicados, sem identificação do autor, deviam ser escritas em português, se o seu autor fosse natural do reino, e em latim ou qualquer outra língua europeia “mais geralmente conhecida”, se fossem estrangeiros. O modelo adotado pela ACL era comum ao de algumas academias europeias, nomeadamente o da Académie Française<sup>130</sup>. As memórias concorrentes deviam conter uma inscrição em latim, sendo acompanhadas de um envelope fechado contendo a mesma inscrição latina que a memória bem como o nome do autor. Só depois, na sessão pública, e caso a memória fosse coroada, se abria o envelope com idêntica inscrição latina e a identificação do autor. No caso das memórias não premiadas, os envelopes eram destruídos e as memórias depositadas no arquivo da Academia onde podiam ser levantadas pelos seus autores mediante um recibo com a mesma inscrição latina que a

---

<sup>129</sup> *Memórias de Agricultura premiadas pela Academia real das Sciencias de Lisboa. Em 1787 e 1788, “Prologo”* (Lisboa: Na Officina da mesma Academia, 1788), p. 2.

<sup>130</sup> Jeremy Caradonna, *op. cit.* (125), 91 – 95.

da respectiva memória.

O facto de uma memória ter sido coroada não a habilitava automaticamente a ser impressa, tendo de ter obtido aprovação expressa da Academia para o efeito. A publicação das memórias premiadas, advertia a ACL nos regulamentos do programas, não significava uma aprovação total do seu conteúdo por parte da Academia mas, tão só, uma prova de terem cumprido, total ou parcialmente, os requisitos exigidos pelas questões propostas. Este distanciamento editorial em relação ao conteúdo das memórias publicadas era comum a algumas sociedades e academias científicas europeias com a excepção da Académie Royale des Sciences. Nesta, o seu “Comité de Librarie” – criado propositadamente para examinar e certificar o material a ser publicado pela Académie des Sciences - exercia um controlo e uma censura efectivas sobre os conteúdos e a matéria de facto invocadas em cada memória incluída nas suas colecções.<sup>131</sup>. As memórias publicadas veiculavam, ao contrário do que acontecia cm a ACL, a posição da Académie des Scences quer no conteúdo, quer na determinação da matéria de facto nelas constantes.

Os prémios atribuídos a cada memória que fosse considerada, pelos censores, ter resolvido a questão posta a concurso eram, basicamente, de dois tipos: ordinários e extraordinários. O prémio ordinário era uma medalha de ouro, no valor intrínseco de 50 000 réis. Abaixo deste havia ainda o *Accessit* a que correspondia uma medalha de prata e, a seguir a este, havia ainda a possibilidade de uma memória ser mencionada nas atas ou no discurso histórico pronunciado nas sessões públicas da Academia.

As questões postas a concurso consideradas relevantes e/ou que não tivessem

---

<sup>131</sup> James E. McClellan III, “Specialist Control – The Publications Committe of the Académie Royale des Sciences (Paris), 1700 – 1793”, *Transactions of the American Philosophical Society*, 92, 3 (2003), 11 – 15.

obtido resposta satisfatória ou, ainda, resposta alguma, eram repetidas, por vezes, com um prémio dobrado – 100 000 réis – integradas nos programas dos concursos dos anos seguintes ou então eram aí consideradas mas como assuntos extraordinários a que correspondiam prémios também extraordinários. *Huma Tragedia Portuguesa* foi um desses “assuntos sem limitação de tempo” repetido cerca de 34 vezes, apesar de ter tido uma memória anónima – “Osmia - Huma Tragédia Portuguesa”<sup>132</sup> - premiada logo da primeira vez que surgiu como tema da classe de Literatura Portuguesa, no concurso de 1785<sup>133</sup>. Os outros exemplos, ainda na área da Literatura Portuguesa, de recordes de repetições de temas foram *Huma Comedia Portuguesa de character, em verso ou em Prosa*, repetido cerca de 33 vezes ou ainda o tema da *Grammatica Filosofica da Lingua Portuguesa*, repetido ao longo de 26 concursos, desde 1780 até ao concurso de 1822.

Na classe de Ciências Naturais, *Huma Descrição Fysica e Economica de alguma Comarca, ou território considerável deste Reino, com observações úteis à Agricultura, e à Industria*, constituiria um assunto recorrente nos programas que a Academia publicaria nos anos subsequentes. Apareceu pela primeira vez num dos três programas de 1780 e seria repetido 37 vezes, em 37 programas, até 1832. O prémio que lhe correspondia, uma medalha de ouro no valor intrínseco de 50\$000 réis, seria oferecido

---

<sup>132</sup> Sobre este assunto veja-se a nota nº 22 do capítulo 2. A memória, premiada na sessão pública de 13 de Maio de 1788, veio e permaneceu anónima - o envelope com a presuntiva identificação do autor, aberto nessa sessão pública, apenas continha uma recomendação para se aplicar o respetivo prémio à memória que indicasse o melhor método de curar a ferrugem que atacava as oliveiras em vários sítios do reino. A autoria da memória seria posteriormente atribuída a Teresa de Mello Breyner, condessa do Vimieiro - amiga da marquesa de Alorna, D. Leonor de Almeida Portugal (1750-1839) - em casa de quem se reuniam, à época, alguns dos poetas da Nova Arcádia (Vanda Anastácio, “Mulheres Varonis e interesses domésticos – reflexões acerca do discurso produzido pela História Literária acerca das mulheres escritoras da viragem do século XVII para o século XIX”, *Actas do Colóquio Literatura e História – 2002*, (Lisboa: Universidade Aberta, 2002) pp. 429 – 431. <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/330/1/ACTAS-Literatura%20e%20História427-445.pdf.pdf> (12/08/2014).

<sup>133</sup> *Gazeta de Lisboa*, XX, Suplemento, 16 de Maio de 1788.

por “hum Sujeito amigo da Patria e da Academia” que disponibilizou a quantia necessária para, em cada ano, se pagar o respectivo prémio à memória que o merecesse.<sup>134</sup> O assunto teve uma primeira memória coroada na sessão pública de 27 de Julho de 1783, “Ensaio de huma descripção Fysica e Económica de Coimbra e seus arredores”, de Manuel Dias Batista, bacharel em Filosofia e Medicina, de Pedrógão, e posteriormente publicada nas *ME*<sup>135</sup>, e depois uma outra memória premiada na sessão de 13 de Maio de 1789 – “Descripção Fisica e Económica da Comarca dos Ilhéus”, de Manuel Ferreira da Câmara (1762 – 1835), natural de Minas, bacharel em Leis e Filosofia, e também publicada nas *ME*<sup>136</sup>. Ao longo dos 37 anos que esteve a concurso o assunto voltaria apenas a ter mais uma memória premiada com um *Accessit* na sessão pública de 24 de Junho de 1822, cujo autor preferiu manter o anonimato e que seria e publicada na *HM*, “*Descripção económica de certa porção considerável de território da comarca de Thomar, e próxima à margem direita do Tejo*”<sup>137</sup>. O tema – que seria depois desdobrado em dois, no programa de 1792, uma *Descripção Fysica ...*, e uma *Descripção Economica ...* - não voltaria a ter memórias premiadas apesar das *ME* (1815) terem ainda publicado uma “Memoria sobre a Descripção física, e económica do lugar da Marinha Grande, e suas vizinhanças”, pelo 2º visconde de Balsemão (1774 – 1832)<sup>138</sup>.

*Hum Plano calculado para fazer navegável algum Rio ou Canal, que facilitasse a comunicação e commercio no interior do Reino de Portugal*, foi um outro assunto que se repetiu por 22 concursos, desde 1780 até ao concurso de 1831. Este assunto teve, no entanto, uma memória premiada, a do engenheiro militar Guilherme Luis António

---

<sup>134</sup> *Gazeta de Lisboa*, XXX, 2º Suplemento, 2 de Agosto de 1783.

<sup>135</sup> *ME*, I (1789), 254 – 298..

<sup>136</sup> *ME*, I (1789), 304 – 350.

<sup>137</sup> *HM*, VIII, 2 (1823), 43 – 134.

<sup>138</sup> *ME*, V (1815), 257 – 277.

Valleré (1727 – 1796), na sessão pública de 17 de Janeiro de 1785. De acordo com a *Gazeta de Lisboa*, que relatou o evento, a memória de Valleré, a única que seria premiada até o assunto desaparecer dos programas da ACL, “demonstrava a praticabilidade de um canal na província do Alentejo, para facilitar os transportes das suas produções até ao Tejo”<sup>139</sup>.

#### 4.2.3 - Assuntos para prémios

A importância dos concursos académicos emerge de maneira óbvia se se notar que o primeiro ato público promovido pela recém formada Academia não foi a sua polémica sessão de abertura de 4 de Julho de 1780 mas sim a publicação de um “Programma”, impresso num folheto com a data de 30 de Janeiro de 1780, no qual eram convocadas “pessoas eruditas” que quisessem comunicar notícias sobre autores e obras, “muito particularmente e em primeiro lugar”, desde o início do reinado de D. José. A ACL propunha-se aí “colligir monumentos da Historia Literaria do nosso Reino” segundo um modelo que seguia e completava o da *Biblioteca Lusitana* do abade Diogo Barbosa de Machado (1682 – 1772). Os contribuintes veriam depois o seu trabalho reconhecido através da inclusão do respectivo nome numa lista de beneméritos, este era o prémio, a ser publicada juntamente com a dita história literária<sup>140</sup>.

A publicação deste programa era, no entanto, indiciadora de outros propósitos, para além dos estritamente literários. O programa constituiu uma peça do processo de demarcação da nova Academia e, ao mesmo tempo, um registo de filiação da nova

---

<sup>139</sup> *Gazeta de Lisboa*, nº III, Suplemento, 27/1/1785.

<sup>140</sup> *Programma* (Lisboa: Na Regia Officina Tipográfica, 1780). Alguns dos programas lançados pela ACL estão compilados num volume existente na biblioteca da ACL (BACL, 12-8-7), outros foram publicados na *Gazeta de Lisboa* e outros ainda saíram nos diferentes tomos da *HM*.

Academia na tradição literária das academias que a precederam<sup>141</sup>. Nele não consta marca alguma do utilitarismo projetista que caracterizaria a ACL mas, tão só, uma intenção de “dar a conhecer o estado da Literatura, das Artes e das Ciências da Nação Portuguesa”. O ato da sua publicação constituiu uma marca pública de presença e o seu carácter estritamente literário, indexado ao modelo da *Biblioteca Lusitana* e marcado cronologicamente pelo início do reinado de D. José, é passível de ser lido como um sinal para atenuar ou mitigar eventuais clivagens entre marianos e pombalinos, polarizados em torno da criação da nova Academia e que se tornariam depois evidentes cinco meses depois, aquando da polémica levantada pela *Oração na abertura da Academia* proferida por Teodoro de Almeida.

A ACL publicaria ainda em 1780 mais dois programas para concurso, estes agora com uma maior diversidade temática, abrangendo assuntos como a fertilidade dos terrenos, a navegabilidade dos rios, uma gramática filosófica da língua portuguesa, a descrição física e económica duma dada região (proposto 2 vezes), as equações dos planetas, as leis da balística, uma história da agricultura em Portugal, e uma história das artes, manufacturas e indústria em Portugal. Este frenesi concursal inicial foi-se depois atenuando, passando, em média, a ser publicado apenas um programa por ano. A configuração destes programas estabilizar-se-ia a partir de 1783, aparecendo os temas postos a concurso distribuídos pelas três classes da Academia e, a partir de 1789, em cada classe, organizados por diferentes áreas disciplinares<sup>142</sup>. A partir de 1827 os

---

<sup>141</sup> Alguns dos fundadores foram sócios de academias literárias entretanto extintas, dando-se até o caso de um deles, Gonçalo Xavier de Alcáçova, ser o secretário da exangue Academia Real da História. Sobre esta academia veja-se Isabel Ferreira da Mota, *A Academia Real da História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII* (Coimbra: Edições Minerva Coimbra, 2003).

<sup>142</sup> Na classe de Ciências Naturais os temas podiam distribuir-se pela Física, Agricultura, Arte Veterinária, Economia Rural, Mecânica (máquinas), Medicina, Química e Metalurgia; na classe

programas organizavam os seus temas por anos de concurso a que se destinavam e, para cada ano, por áreas disciplinares.

Os académicos não foram muito rigorosos na delimitação das áreas disciplinares em que se organizavam os sucessivos programas dos concursos apesar de, algumas delas, como a Física, a Química ou a Agricultura constituírem campos temáticos dotados de uma delimitação já bem marcada. Alguns dos assuntos propostos sob a designação de Economia poderiam perfeitamente ser colocados no campo da Agricultura e vice-versa; outros, propostos sob a designação de “Fysica” caberiam na Agricultura, na Economia ou até na Química. Alguma da fluidez temática entre a Agricultura e a Economia desapareceu a partir de 1813, ano em que deixou de constar nos programas a designação Agricultura passando apenas a figura a designação Economia Rural e Doméstica. Quanto à Química, esta designação aparece a partir de 1821, apesar de já haver assuntos propostos na área da Química em programas anteriores, sendo esses assuntos incluídos na “Fysica”. Esta designação constituiu, até 1812, um chapéu que albergou uma miscelânea de assuntos que iam da Agricultura, à Economia, passando pela Química, Geografia, Metalurgia ou Geologia.

Nem todos os 54 programas postos a concurso pela Academia tinham aquela configuração, classista e pluritemática. Programas houve, designados por “extraordinários”, que se destinavam à exploração de um único assunto ou de uma única área temática. Assim como também houve “assuntos extraordinários” ou “assuntos para prémios extraordinários” que a Academia entendeu integrar nos programas habitualmente postos a concurso para atribuição de prémios. As atas das sessões da

---

de Ciências de Cálculo os temas podiam ser na área do Cálculo, Análise, Astronomia, Navegação, Hidráulica, Artes Mecânicas e na classe de Literatura distribuíam-se pela Língua Portuguesa, História Portuguesa, Poesia e Teatro Nacional e Direito Português ou Jurisprudência Nacional.

Academia são omissas sobre os processos e trâmites que conduziam à escolha definitiva dos temas a incluir em cada programa. Delas apenas se infere serem as questões discutidas particularmente entre alguns dos efetivos, sendo o resultado trazido às assembleias da Academia para aprovação definitiva do programa que seria depois divulgado nas sessões públicas de cada ano e, eventualmente, publicado na *Gazeta de Lisboa*. Este periódico constituía um meio de publicitar na esfera pública os programas de assuntos que a Academia punha a concurso para atribuição de prémios. Para além dos programas, eram também aí noticiadas as sessões públicas da ACL, as memórias lidas e apresentadas, as memórias premiadas e ainda outros eventos associados à ACL ou a algum dos seus sócios. O acompanhamento das atividades da ACL pela *Gazeta de Lisboa* foi-se tornando cada vez mais esporádico a partir de meados da década de 1790, sendo substituídas por notícias de carácter político ou militar. Esta tendência acentuou-se significativamente até aos inícios de 1810 para se inverter com a publicação de notícias sobre a Instituição Vacínica a partir de 1812<sup>143</sup>.

Alguns dos assuntos postos a concurso e os prémios monetários que lhes estavam associados resultaram também de propostas de pessoas alheias à Academia. Temas como a criação do bicho da seda, a promoção do cultivo de batatas, a cura da disenteria crónica, ou a determinação do meio conveniente de suprir a falta de estrume de animais para a fertilização da terra, tiveram prémios que variaram entre os 24 000 réis – no caso da criação do bicho da seda - e os 400 000 réis, no caso da disenteria crónica<sup>144</sup>.

---

<sup>143</sup>A *Gazeta de Lisboa* não foi o único veículo de divulgação das atividades da ACL. Estas atividades eram também notícia em outros periódicos da época como o *Jornal Enciclopédico*, o *Jornal de Coimbra*, o *Investigador Portuguez em Inglaterra* ou os *Annaes das Sciencias, das Artes, e das Letras*.

<sup>144</sup>No concurso apresentado na sessão pública de 17 de Janeiro de 1786 e noticiado na *Gazeta*

Dos 3 programas designados por “extraordinários”, dois deles, o de 1810 e 1811, referiam-se de maneira óbvia ao contexto das guerras peninsulares e ao papel nelas desempenhado pela Grã Bretanha e pelo marechal Lord Wellington<sup>145</sup>; o outro programa extraordinário, anunciado na sessão pública e 24 de Junho e 1815, resultou do testamento do sócio Luís de Sequeira Oliva (1778 – 1815) que, tendo padecido de uma disenteria crónica, deixou um prémio de 400 000 réis para a memória que apresentasse um método de curar as disenterias crónicas. Escrito em português e francês, este foi um dos dois programas bilingues e um dos poucos programas publicados pela ACL a convocar a participação restrita de um único grupo profissional, a saber, médicos, tanto nacionais como estrangeiros. Das várias memórias que responderam a este concurso apenas duas mereceram o *Accessit* e uma medalha de prata - uma delas, escrita e publicada em castelhano, de Blas Martinez, médico em Pamplona e a outra de Inácio António da Fonseca Benevides (1788 - 1857) - sendo depois publicadas nas *HM*<sup>146</sup>.

O outro programa bilingue - em português e francês - publicado pela ACL constituiu uma tradução dum programa proposto em 1804 pela Academia Real das Ciências e Belas Letras da Prússia para os anos de 1805 e 1806. A ACL aprovou a sua tradução para português na sua sessão ordinária de 17 de Outubro de 1804 e o

---

*de Lisboa*, III, 2º Suplemento, 21 de Janeiro de 1786, é referido o oferecimento de 200\$000 réis por parte de “pessoa desconhecida” destinados aos prémios para os assuntos de Artes e Agricultura do programa, a saber, a criação de bichos da seda, a transplantação de sobreiros e azinheiras e o estabelecimento de nitrinas artificiais para a produção do salitre.

<sup>145</sup> Os programas extraordinários de 1810 e 1811 destinavam-se a premiar, respetivamente, uma proposta para erigir um “Monumento de eterna gratidão à ... beneficência britânica” e uma memória sobre a “História das campanhas do Marchal Lord Welington em Portugal e na Hespanha, até ao fim de 1811”.

<sup>146</sup> D. Blas Martinez, “Dissertation de concurso al problema siguiente: “Qual es el método de curar radicalmente las disenterias cronicas de qualquiera causa que procedan?””, *HM*, VI, 2 (1820), 25 - 66), Ignacio Antonio da Fonseca Benevides, “Memória que obteve o Accessit na Sessão Publica de 14 de Junho de 1819”, *HM*, VII (1821), 94 – 157.

programa foi distribuído gratuitamente com o nº 52 da *Gazeta de Lisboa* de 20 de Dezembro de 1804. Não há registo de ter havido concorrentes portugueses, premiados ou não, a este programa da academia prussiana. A publicação deste programa pela ACL e o facto de ter havido concorrentes estrangeiros, um deles premiado, ao programa extraordinário legado por Luís de Sequeira Oliva pressupõe a existência de um ténue intercâmbio entre a ACL e algumas das suas congéneres europeias de que a publicação deste programa constituiu uma das manifestações pontuais.

O tráfico público sinalizado pelos programas que a ACL ia pondo a concurso anualmente nas suas sessões públicas - marcado, entre outras, pelas contribuições individuais de pessoas estranhas à Academia e também de alguns sócios que, sob o anonimato ou não, contribuían do seu próprio bolso para reforçar os prémios dos concursos – teve a virtualidade de construir um contexto de participação de outros protagonistas provenientes de fora do meio académico. Esta virtualidade era imanente às preocupações programáticas da ACL as quais se articulavam com problemas de natureza social e económica e até política que assolavam Portugal nos finais do Antigo Regime.

Entre 1783 e 1797 a Academia publicou, a par dos habituais programas, 5 “*Programmas Economicos*”<sup>147</sup>. Destinavam-se estes a despertar a “curiosidade e emulação científica dos seus compatriotas” que se quisessem dedicar aos “diferentes trabalhos práticos”, tendo em vista a promoção da “industria popular, e principalmente da Agricultura, e das Artes úteis”<sup>148</sup>. O preâmbulo que abria o programa de 1795 referia ainda que os prémios oferecidos pela Academia, relativamente aos diferentes objetos

---

<sup>147</sup> Foram publicados “*Programmas Economicos*” em 1783, 1786, 1787, 1795 e 1797.

<sup>148</sup> “*Programma da Academia real das Sciencias de Lisboa de 4 de Julho de 1795*”, *Programma*, BACL, 12-88-7

de Economia e Industria, eram os que “as circunstâncias actuaes da Nação lhe fazem reputar como mais acessíveis aos Concorrentes que confia de ter, e como mais importantes para a publica felicidade”<sup>149</sup>.

O estabelecimento de prémios para a criação do bicho da seda, a disseminação da cultura das batatas, o plantio de pinhal, a introdução de prados artificiais, o estabelecimento de nitreiras artificiais ou “qualquer novo invento de utilidade conhecida”, entre outros, todos eles assuntos incluídos nos “Programmas Economicos”, constituíram autênticas convocatórias a que responderiam, e seriam premiados, agricultoras, agricultores e outro publico não especializado, promovendo assim um inédito alargamento da prática cultural na qual passaram a estar inscritos protagonistas até aí ausentes dela. Já não são só os letrados, magistrados, professores ou funcionários públicos com uma formação académica mais especializada a entrarem no jogo do concurso académico. Um agricultor, uma criadora de bichos da seda ou mesmo um mestre serralheiro tipificam perfis socioprofissionais até então fora do paradigma literário dominante, e passam a incorporar o tráfico cultural através da sua participação nos concurso académicos para que se sentiram convocados. Os seus nomes e sucessos passam a constar das atas da Academia, a ser reconhecidos publicamente quer nos “Discursos Históricos” publicados na *HM* <sup>150</sup>, quer nas notícias que entretanto iam saindo na *Gazeta de Lisboa*.

---

<sup>149</sup> *Ibidem*.

<sup>150</sup> Caso, entre outros, do mestre serralheiro Joaquim Francisco Caldas, louvado em sessão pública da Academia pela sua invenção de uma fechadura de segredo (Sebastião Francisco de Mendo Trigo, “Discurso recitado na sessão pública de 24 de Junho de 1817”, *HM*, V, 2(1818), XXVIII), ou dos lavradores Manuel António da Costa, de Chaves, e Teresa Luís de Sousa Maciel, de Vilarinho de S. Romão (AHACL, Livro 26B, “Assembleia de Efetivos de 9 de Maio de 1798”).

#### 4.2.4 - Uma estatística de prémios

Dos 735 temas postos a concurso, incluindo os temas repetidos, 163 foram na área/classe das Ciências Exatas, 287 na das Ciências Naturais e 283 na da Literatura Portuguesa.

Uma maioria significativa dos assuntos ficou sem resposta, ou com propostas que não cumpriam os requisitos estabelecidos nos programas, tendo sido reduzido o número de prémios atribuídos. Cerca de 63,5% (467) dos assuntos propostos a concurso foram, por isso, repetidos, havendo anos em que se repetiria, na sua totalidade, o programa posto a concurso no ano anterior (Anexo 4.A). A agricultura, com 32 novos assuntos (69,6%) em 46 e o direito com 21 (67,7%) em 31, foram as áreas disciplinares em que houve maior renovação dos assuntos propostos a concurso. Num total de 42 assuntos premiados, 23 foram-no na área das Ciências Naturais, 8 em Ciências Exatas e 11 em Literatura Portuguesa (Tabela 4.1). A maior renovação temática, na área da Agricultura, que se verificou nos programas propostos pela ACL,

Ano	Área	Assunto	Nº de prémios atribuídos
1781	Agricultura	Fertilidade dos terrenos	1
1782	Cálculo	Equações dos projéteis	1
1782	Economia	Descrição Económica do ... Alto-Douro	1
1783	Economia	Descrição física e económica de Coimbra	1
1785	Hidráulica	Plano de navegabilidade de um canal	1
1785	Cálculo	Integração de $\int y dx$	1
1786	Agricultura	Criação do bicho da seda (Produção)	3
1787	Agricultura	Cultura das Vinhas	1
1787	Agricultura	Criação do bicho da seda	3
1788	Agricultura	Meios de suprir a falta de estrumes dos animais	3
1788	Literatura	Osmía - Uma Tragédia Portuguesa	1
1789	Economia	Descrição física e económica da comarca de lhéus	1

1790	Agricultura	Cultura das Vinhas	2
1790	Direito Pátrio	Diferença entre beheterias, honras e coutos	1
1791	Direito Pátrio	Direito de Correição usado nos antigos tempo e nos modernos	1
1791	Direito Pátrio	Qual foi a época certa da introdução do Direito de Justiniano em Portugal, o modo da sua introdução, e os graus de autoridade que entre nós adquiriu.	1
1791	Artes Mecânicas	Comparação dos carros máquinas de condução	1
1792	Literatura Port.	Examinar, e comparar a locução, e estilo de Luiz de Camões, António Ferreira, Diogo Bernardes, Francisco Sá de Miranda, Pedro de Andrade Caminha, etc	1
1793	Medicina	Doenças dos pretos recém tirados de África para o Brasil	1
1793	Navegação	Uma derrota baseada em observações astronómicas	2
1793	Língua Portuguesa	Ensaio sobre a filologia portuguesa por meio da comparação da locução e estilo dos nossos mais insignes poetas que florescerão no século XVI	1
1793	História	História do nosso comércio	1
1794	Navegação	Uma derrota baseada em observações astronómicas	1
1794	Língua Portuguesa	Versões da História de D. João de Castro	1
1794	Direito	Introdução do Direito das Decretais	1
1794	Direito	Formas dos juízos nos primeiros três séculos da monarquia	1
1795	Navegação	Uma derrota baseada em observações astronómicas	1
1795	Poesia	Odes	1
1795	Química	Fabricação da potassa	1
1797	Artes Mecânicas	Agulha azimutal	1
1797	Economia	Aperfeiçoamento das castas dos carneiros em Portugal	1
1797	Agricultura	Criação do bicho da seda	1
1797	Agricultura	Cultura das batatas I	1
1798	Agricultura	Cultura das batatas II	1
1812	Cálculo	Comparação das formulas dos triângulos esféricos, e rectilíneos	1
1814	Agricultura	Cultura das Batatas	2
1816	Agricultura	Memória a respeito da cultura as batatas	1
1817	Agricultura	Cultura das Batatas	2
1818	Análise	Demonstração das fórmulas de Wronski	1
1819	Medicina	Método de curar radicalmente as disenterias crónicas	2
1820	Artes Mecânicas	Aparelho de destilação	1
1822	Economia	Descrição económica de parte da comarca de Tomar	1

**Tabela 4.1– Prémios atribuídos a assuntos postos a concurso pela ACL (1780/1834)**

coincidiu com o fato de ter sido esta área em que houve um maior número de premiados, cerca de 21, seguida pela Literatura com 11 prémios, a economia, com 5

prêmios, a navegação com 4, a análise/cálculo com 4, as artes mecânicas com 3, a medicina com 2 e a hidráulica com 1 prêmio atribuído.

Economia, língua e literatura portuguesas e medicina e saúde pública foram as três áreas disciplinares que marcaram maior presença nos programas da Academia com 99, 94 e 93 assuntos propostos, respetivamente. Destas três, a Literatura foi a que mostrou uma maior renovação de assuntos propostos, com 40 temas, seguindo-se-lhe a Medicina com 31 e a Economia com 14 novos assuntos, ao longo dos 54 programas.

De todos os assuntos propostos nos programas da Academia, aqueles que recolheram um maior número de prémios diziam respeito à criação do bicho da seda e à cultura das batatas, com cerca de 7 prémios atribuídos em cada um destes assuntos. No caso da cultura das batatas, os registos atualmente existentes fazem supor ser maior que 7 o número dos prémios atribuídos. Numa nota anexada ao programa da ACL anunciado na sessão pública de 24 de Junho de 1814, o vice-secretário da Academia, Sebastião Francisco de Mendo Trigo, refere ter havido distribuição de alguns dos prémios destinados, naquele ano, aos lavradores, não identificando, no entanto, os premiados por ele referidos<sup>151</sup>. Ambos os assuntos foram incluídos num dos dois programas de 1795, divulgado na sessão pública de 4 de Julho e constituído por “novos prémios relativos aos diferentes objetos de Economia e Indústria que as circunstâncias atuais da Nação lhe fazem reputar como mais acessíveis aos concorrentes, que confia ter, e como mais importantes para a felicidade pública”<sup>152</sup>. A criação do bicho da seda não era, no programa de 1795, um assunto novo. Ele tinha sido inicialmente proposto em 1786 e com esta era já a 4ª vez que ele aparecia nos programas da Academia. Os 4

---

<sup>151</sup> *HM*, IV, 1 (1815), XXVIII, XXIX.

<sup>152</sup> “Programa da Academia Real das Sciencias de Lisboa de 4 de Julho de 1795”, *Programmas*, BAEL, 12-88-7.

prémios, que depois passariam a 3, a atribuir por concurso a este assunto na assembleia pública de Julho de cada ano - 30 000 réis e uma medalha de prata a cada um – a 3 criadores de bicho da seda que provassem, com atestações autenticadas pelo pároco e juiz do lugar, ter produzido mais de 60 arráteis de casulos provinham de parte de um dos donativos anónimos, oferecidos por um “Sujeito amigo da Patria, e da Academia”<sup>153</sup>. O assunto teve três prémios em 1786 e também em 1787, um dos quais atribuído nestes dois anos sucessivos a Joana Serrier, uma criadora do bicho da seda na praça das Amoreiras, junto ao Rato, no termo de Lisboa. O prémio voltaria a ser atribuído em 1797, novamente a uma outra criadora de casulos, Ana Miquelina de Melo<sup>154</sup>. O programa de 1795 estabelecia que o assunto da cultura das batatas permanecia automaticamente válido para cada um dos anos seguintes, sendo atribuído, na assembleia pública de Janeiro, um prémio de 80 ou 120 000 réis e uma medalha de prata para os agricultores que produzissem, respetivamente, acima de 6 moios de batata num terreno onde a cultura da batata já estivesse estabelecida, ou acima de 3 moios de batata caso se estivesse a introduzir esta cultura pela primeira vez<sup>155</sup>. Os concorrentes deveriam acompanhar amostras das batatas que tivessem produzido com um relatório sobre as circunstâncias, métodos e tipo de terreno em que o produto foi obtido. Este prémio foi atribuído em 1797 e 1798 e só depois, a partir de 1814, é que aparecem registos de ter sido atribuído novamente.

O fomento da agricultura esteve desde sempre inscrito no perfil fundacional da Academia, marcado pelo projetismo e memorialismo agrarista de que as memórias

---

<sup>153</sup> *Gazeta de Lisboa*, XXX, 2º Suplemento, 2 de Agosto de 1783 e *Gazeta de Lisboa*, III, 2º Suplemento, 21 de Janeiro de 1786.

<sup>154</sup> AHACL, Livro 6 A, *Férias e recibos desde 1 de Julho de 1798 até 30 de Junho de 1799*, fl. 194.

<sup>155</sup> O moio era utilizado como medida agrária e, neste caso, valia cerca de 58000 m<sup>2</sup>, ou como medida de capacidade, valendo então cerca de 900 kg.

económicas, impressas ou manuscritas, e as memórias de agricultura constituem a expressão mais óbvia. O contexto pós invasões francesas induziu um maior grau de praticabilidade a esta matriz fundacional. As invasões francesas induziriam uma série de disrupções no tecido social e produtivo português marcadas, entre outros, por movimentos migratórios para as cidades, com conseqüente abandono dos campos agrícolas, carências alimentares de diversa ordem e pela propagação de doenças contagiosas. Esta situação levou a Academia a inscrever no seu ordenamento programático duas linhas de atuação, publicamente expressas na sessão de 24 de Junho de 1812, mas já adotadas em reuniões de efetivos em 1810, quais sejam a de fornecer aos “camponeses das Províncias” os meios suficientes para “promover o melhoramento da Agricultura, e multiplicar os produtos aptos para a subsistência dos habitantes do campo” e, segunda linha de atuação, promover as medidas de saúde pública necessárias para obviar à propagação das doenças contagiosas as quais haviam seguido “os passos dos emigrados das Províncias, que na Capital buscavam abrigo contra a sorte infausta que os afastava de seus domicílios”<sup>156</sup>. A importação de Inglaterra de sementes de trigo sarraceno e de nabo, a sua distribuição gratuita aos agricultores, acompanhada de folhetos com instruções para o cultivo destas espécies agrícolas<sup>157</sup>, a introdução de gadanhas alemãs para uma ceifa mais eficaz dos cereais bem como a promoção do cultivo das batatas constituíram algumas das iniciativas que moldaram a marca pública da ACL após 1810.

---

<sup>156</sup> João Guilherme Christiano Muller, “Discurso Histórico pronunciado na sessão pública da Academia Real das Ciências de 24 de Julho de 1810”, *HM*, III, 2 (1814), XLII e XLIII.

<sup>157</sup> As instruções constavam num folheto publicado em 1810, da autoria de Joaquim Pedro Fragoso de Sequeira, vice-secretário da ACL, “Aviso aos Lavradores, sobre a cultura do Trigo Sarraceno, e a cultura dos Nabos” e que seriam depois incluídas nas *ME*, V (1815), 59 – 62, como anexo à “Memória sobre a cultura e utilidade dos Nabos na Comarca de Trancoso”, *ME*, V (1815), 45- 61, do desembargador João Manuel de Campos de Mesquita.

No caso do cultivo das batatas, a iniciativa programática da Academia de 1795 seria depois apropriada pela intervenção da burocracia governamental. Por influência do vice-presidente da ACL, o conde do Redondo, que foi também presidente do Real Erário e depois um dos governadores do Reino, o governo emitiu uma portaria em 20 de Junho de 1812 em que destinava a verba de 1 200\$000 réis, a ser utilizada pela ACL, para atribuição de prémios aos lavradores de diferentes distritos que colhessem a maior quantidade de batatas.<sup>158</sup> O prémio continuaria assim a ser atribuído pela Academia mas agora habilitada pelo “zelo e beneficência do Governo”<sup>159</sup>.

Na classe de Ciências Exatas, a mecânica com 33 assuntos e o cálculo/análise com 31 foram as áreas disciplinares com maior número de presenças nos 54 programas (Anexo 4.A). Nesta classe, o cálculo/análise tiveram 4 assuntos premiados, a navegação 3 e a hidráulica 1. A hidráulica foi a área em que ocorreu o maior número de repetições - 22 repetições em 23 programas (95,6%) - do único assunto proposto para prémio o qual teve uma primeira formulação, até ser premiado em 1781, a saber, *Hum Plano calculado para fazer navegável algum Rio ou Canal, que facilitasse a comunicação e commercio no interior do Reino de Portugal*, e depois reaparecer, a partir de 1790, sob a forma de *Hum Plano de canal para aproveitar as águas de algum rio de Portugal, na irrigação dos campos com todas as nivelações, e cálculos necessários, para que a Academia os possa verificar*, sem ter obtido prémio algum desde então. Seguiu-se-lhe, ainda na classe de Ciências Exatas, a astronomia com 85,7% de repetições (24 em 28) e a navegação/ construção Naval com 71% de repetições (20 em 28). Nestas duas áreas as repetições não se referiam a um único assunto, tal como aconteceu com a Hidráulica,

---

<sup>158</sup> A portaria está parcialmente transcrita no *Jornal de Coimbra* 1, 6 (1812), 386.

<sup>159</sup> Sebastião Francisco de Mendo Trigo, “Discurso recitado na sessão publica de 24 de Junho de 1814”, *HM*, IV, 1 (1815), XXI e XXVII.

mas a temas que, após a sua permanência repetida em programas sucessivos – entre três a oito repetições, em média - eram depois substituídos por outros que também iam transitando de programa em programa. Assim o *Methodo de tirar as equações dos Planetas das observações, accomodando-o principalmente à determinação das desigualdades da Lua* foi substituído, depois de 3 repetições entre 1780 e 1786, pela tradução do tratado *De Crepusculis*, de Pedro Nunes, que só emergiu nos programas da Academia a partir de 1813 e se repetiu por 6 programas, a que se juntariam depois os problemas da determinação da longitude no mar e da influência da figura da Terra na determinação dos ângulos horários do Sol e da Lua, sendo depois, estes, substituídos pelo tema dos registos de observações dos eclipses do Sol ou ocultações de estrelas pela Lua, feitas por navegantes portugueses nos portos do Brasil ou da Ásia.

Entre 1786 e 1813 verificou-se então um interregno de 28 anos sem que tema algum de Astronomia tenha sido proposto pela ACL. Tratou-se no entanto, de um interregno aparente, apesar de significativo, uma vez que os temas propostos em Navegação, que passaram a emergir de modo persistente a partir de 1788, eram de algum modo subsidiários da astronomia, havendo mesmo ocorrido uma migração para a Astronomia, em 1813, do assunto da determinação da longitude no mar, lançado anteriormente no programa de 1800, na área da Navegação. A partir de 1813 a Astronomia retoma o seu lugar nos programas da Academia sem que, contudo, nenhum dos assuntos propostos tenha sido premiado.

O assunto de Navegação, *Huma Derrota, que o uso das Observações Astronomicas seja o mais frequente*, determinada com base nas tabelas e métodos das *Efemérides Náuticas* publicadas pela Academia, constituiu um tema repetido 8 vezes entre 1790 e 1800, tendo sido premiadas quatro derrotas apresentadas pelos pilotos

José Porfírio de Sousa<sup>160</sup>, José Ribeiro Peixoto<sup>161</sup> e Vicente José de Oliveira Guimarães<sup>162</sup> e Vítor José de Melo<sup>163</sup>. Entre 1800 e 1823 a Navegação passa a estar ausente dos programas da Academia voltando a aparecer a partir desta última data com um assunto que se repetiria ao longo de 7 programas, a saber, uma derrota de navegação feita em navio português cujo principal motor fosse o fogo. A navegação por barco a vapor estava na ordem do dia e a inclusão deste tema nos programas a Academia é indiciadora da sua relevância no contexto português. O texto do assunto posto a concurso - que terminava com um “á similhaça do executado pelos Americanos Inglezes a bordo da fragata Fulton” - levava uma extensa nota de rodapé onde eram explicadas as vantagens e aplicações deste tipo de navio, relativamente à vela, e se indicava ser, por isso, o prémio para este assunto dobrado por um sócio o qual dava mais cinquenta mil réis em metal a acrescentar ao prémio ordinário. O assunto ficou, no entanto, sem prémio atribuído.

Entre 1798 e 1812 não foram encontrados registos de ter sido atribuído prémio a alguma memória concorrente aos programas propostos assim como também não houve atribuição de prémios a partir de 1822. Neste ano, foi atribuído o *Accessit* a uma memória cujo autor permaneceu anónimo – *Descrição de certa porção consideravel de território da commarca de Thomar* - e que seria depois publicada na *HM* em 1823<sup>164</sup>.

---

<sup>160</sup> Premiado na sessão pública de 19/6/1793 e anunciado na *Gazeta de Lisboa*, XXII, 2º suplemento, 1 de Junho de 1793.

<sup>161</sup> AHACL, Livro 5A, *Férias e recibos desde 1 de Julho de 1797 até 30 de Junho de 1798*, fl. 209.

<sup>162</sup> João Guilherme Christiano Muller, “Discurso Histórico pronunciado na sessão pública da Academia Real das Sciencias de 24 de Julho de 1810”, *HM*, III, 2 (1814), XLIX.

<sup>163</sup> AHACL, Livro 5A, *Idem*.

<sup>164</sup> *Descrição de certa porção consideravel de território da commarca de Thomar e próxima á margem direita do Tejo*, *HM*, VIII, 2 (1823), 43 – 134.

## Conclusões

A criação de uma IV no quadro da Academia Real das Ciências Lisboa, com o propósito de propagar gratuitamente a vacinação contra a varíola e, ao mesmo tempo, contribuir de modo efetivo para o melhoramento da técnica de prevenção da varíola levanta um conjunto de questões que importa aqui recensear.

Constitui um caso único no panorama europeu o facto de ser uma Academia de Ciências a propor-se levar a cabo um programa sistemático de vacinação contra a varíola que abrangesse todo o país. Este facto, aliado a outras iniciativas recenseadas a propósito dos programas de assuntos postos a concurso aqui analisados, constituem motivo bastante para questionar a natureza das Academias das Ciências, ou melhor, da Academia das Ciências de Lisboa, num contexto periférico europeu como é Portugal. O que significa ser “Academia das Ciências” na periferia europeia dos séculos XVIII e XIX?

Debaixo do chapéu das “Ciências” estavam a história, a literatura, o direito, a agricultura, a navegação, a astronomia, as minas, a matemática, a medicina, a química a economia e outras áreas do saber ainda indiferenciadas. E indexado a este vasto híbrido continente de conhecimentos encontramos processos de circulação e de promoção cultural e de uma temporária assunção de funções de natureza técnico-burocrática próprias do Estado. Não foi por acaso de todas as comissões técnicas aqui recenseadas tivessem ocorrido num período de pulverização do poder político, partilhado entre os ingleses, os governadores do reino e a Corte no Brasil longínquo..

Por outro lado, a natureza assumidamente experimental do programa vacínico da Academia das Ciências o qual, recordemos, tinha como objetivo fazer e coligir as experiências e observações com o propósito de testar a eficácia e melhorar o uso da vacinação, faz da IV uma espécie de laboratório de medicina social onde se aliam a

estatística sanitária, o experimentalismo médico e propósitos higienistas.

A atividade da IV pode ser lida, desde o início, como uma permanente convocatória de intervenção da burocracia estatal que, dados os contextos políticos e sociais que caracterizaram Portugal nas primeiras décadas do século XIX, não soube dar a resposta para que era solicitada.<sup>165</sup>

Num contexto de pós guerra, com um Estado fragilizado e partilhado entre dois continentes, coube à ACL a iniciativa de resolver um problema de saúde pública que os tratadistas de “polícia médica” da época consideravam ser, precisamente, um atributo do Estado<sup>166</sup>. Os membros da IV estavam bem cientes da função da vacinação enquanto objecto de economia política. A vacinação, dizia Wenceslau Anselmo Soares, um dos diretores da IV, no seu discurso sobre os trabalhos da Instituição Vacínica em 1817, contribui para o aumento e conservação da população, da qual depende a segurança do Estado, o aumento da agricultura, e a multiplicidade de engenhos que cultivem e aperfeiçoem as artes e as ciências.<sup>167</sup>

Os programas de assuntos propostos para prémios constituíam uma outra via de intervenção da ACL na esfera pública. Tratando-se de concursos abertos, sem restrições de ordem social ou de género, e estando apenas impedidos de participar os sócios

---

<sup>165</sup> No início do século XX Portugal era ainda um dos países europeus com uma maior taxa de mortalidade associada à varíola com cerca 14 000 óbitos para uma população de cerca 5,9 milhões de habitantes (Donald R. Hopkins, *The Greatest Killer, op. cit.* (72), p. 96). Ter-se-ia que esperar até à segunda metade da década de sessenta do século passado para que a varíola fosse efetivamente integrada num Plano Nacional de Vacinação juntamente com a poliomielite, tosse convulsa, difteria e tétano. Em 1980 a varíola foi considerada erradicada do planeta, após um bem sucedido plano de erradicação global da varíola iniciado em 1967 sob a orientação da OMS. Este foi, até agora, o único caso de erradicação global de uma doença infecciosa humana. Hoje, a varíola passou a ser encarada como uma potencial arma do bioterrorismo internacional e/ou de uma eventual guerra biológica.

<sup>166</sup> João Rui Pita, *op. cit.* (44), pp. 437 – 451.

<sup>167</sup> Wenceslau Anselmo Soares, “Discurso Historico sobre os trabalho da Instituição Vacínica”, *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, V,2 (1817), LIV.

efetivos e os sócios honorários da ACL, os concursos académicos vieram promover a emergência de novos atores – lavradores, lavradoras, pilotos e artesãos – até aí ausentes da galeria dos habituais intervenientes na “República das Letras”. Estes atores aparecem nas atas das sessões particulares da Academia, nos discursos históricos pronunciados nas suas sessões públicas e ainda nos relatos que deles fazia a *Gazeta de Lisboa*, constituindo evidências até agora desconsideradas pela generalidade da historiografia das ciências.

Cada programa que a ACL apresentava a público refletia, por um lado, o quadro programático da Academia, estruturado através dos diferentes tipos de assuntos que aí eram postos a prémio e, por outro lado, o grau e a natureza da participação de um certo tipo protagonistas usualmente alheios aos circuitos dominantes de valorização cultural. Esta dupla articulação permitiu detetar um desajustamento entre o número de assuntos postos a concurso (735) e o número de assuntos premiados (42) e, ao mesmo tempo, o tipo de resposta que a elite académica obteve às suas ambições programáticas expressas nesses concursos. A Agricultura/Economia, seguida da Literatura e do Cálculo/Análise e Navegação obtiveram as respostas mais expressivas com 26, 11 e 4 concorrentes premiados, respetivamente. Vinham depois a Medicina e as Artes Mecânicas com 3 concorrentes premiados cada e, finalmente, a Química e a Hidráulica com 1 premiado cada.

Para além da especificidade temática evidenciada no tipo de assuntos premiados, deve realçar-se ainda o facto de não ter havido uma uniformidade na distribuição temporal dos prémios atribuídos. Nos primeiros vinte anos, entre 1780 e 1800, foram atribuídos 34 prémios, contra os 8 atribuídos depois de 1800 e durante os, pelo menos, 35 anos seguintes. Ao longo dos primeiros 55 anos de existência da ACL

houve, globalmente, um excesso de propostas de assuntos para prémios - uma média de 13,6 assuntos propostos por ano - que se torna mais óbvio se se comparar com a média de assuntos premiados, cerca de 0,8 por ano. Nos primeiros vinte anos da Academia, até 1800, esta média teve um valor razoável de 1,7 assuntos premiados por ano. E nos 35 anos seguintes a média passou para 0, 2 prémios por ano.

A falta de dinheiro necessário para cumprir, pelo menos, as necessidades básicas de funcionamento da Academia, bem como a frequente falta de quórum, com o consequente impedimento de serem tomadas decisões de vária ordem, são registos que vão pontuando periodicamente as atas da Academia, com uma incidência que se acentua desde o início da década de 1820. Em 1830 os cofres da Academia estavam exangues e a pulsão académica já nem sequer era suficiente para fazer deslocar os académicos às suas reuniões<sup>168</sup>. Nesse ano, como já tinha acontecido em anos anteriores e aconteceria depois nos anos subsequentes, não se publicaria na *Gazeta de Lisboa* programa algum tendo sido decidido, em sessão extraordinária do Conselho, em “prorrogar o mesmo programa para o ano imediato, exceto o de Historia Portugueza: *Tratado da Marinha e Navegação Portugueza*” uma vez que este assunto já havia sido tratado pelo sócio Inácio da Costa Quintela (1763 – 1838)<sup>169</sup>. Em 1832 voltou-se a

---

<sup>168</sup> Desde Abril de 1830 que a Academia não tinha dinheiro para pagar aos seus funcionários. Na sessão do Conselho de 30 de Junho de 1830 o Vice-tesoureiro declarou “não existir quantia alguma em cofre, achando-se por pagar aos Empregados de Abril para cá “ (AHCACL, Livro 23 B, *Livro das Sessões do Conselho da Academia Real das Sciencias*, Sessão do Conselho de 3 de Junho de 1830, p. 52). Na sessão de 3 de Setembro deste ano estiveram presentes apenas 2 dos 24 dos seus membros que aí tinham assento, ficando esta presença como o único facto registado em acta, assinada pelo Vice-secretário e o outro sócio, apenas por “julgarem conveniente fazer esta declaração para mostrar que procuramos desempenhar a nossa obrigação Académica” (*Idem*, Sessão do Conselho de 30 de Setembro de 1830, p. 54).

<sup>169</sup> AHCACL, Livro 23B, Sessão extraordinária do Conselho de 11 de Novembro de 1830, p. 57. Os dois primeiros tomos deste trabalho de Inácio da Costa Quintela, *Anaes da Marinha Portugueza*, seriam publicados postumamente, por ordem da ACL em 1839 e 1840 (“Quintela (Inácio da Costa)”, *Portugal - Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico*, Volume VI, pp. 60-61

repetir o mesmo programa e só em 1838 é que a ACL voltaria a anunciar, na sua sessão pública de 15 de Maio de 1838, um novo programa que viria a ser publicado na 2ª parte do tomo XII da *HM*.

---

(<http://www.argnet.pt/dicionario/quintelainacio2.html>. 3/10/2014).

# Conclusões Finais

A fundação da ACL no último quartel do século XVIII, em Portugal, constituiu uma marca de partilha do movimento académico europeu de produção e organização de conhecimento e, simultaneamente, uma marca de apropriação desse movimento num contexto local e periférico.

Circunstâncias locais específicas, a saber, a reforma pombalina da Universidade de Coimbra, a queda de Pombal, a emergência de novos protagonistas culturais e políticos, e ainda a gestão dum império colonial que tinha no Brasil uma relevante fonte económica, aliadas a uma urgência cosmopolita de emulação de “todas Nações cultas”, constituíram uma ecologia favorável à fundação da ACL<sup>1</sup>.

Os vértices que estruturaram o “triângulo amoroso” que propiciou a fundação da ACL estão, hoje, bem identificados. Lafões e Correia da Serra trouxeram o cosmopolitismo e uma visão integradora – do lado de Correia da Serra - das diversas áreas do conhecimento em que a Academia esteve envolvida. Vandelli e Barbacena contribuíram com uma visão económica do conhecimento, de incidência agrária e

---

<sup>1</sup> Lafões e Correia de Serra tinham-se “estrangeirado”, Vandelli, Dalla Bella, Franzini e Ciera – os “sócios italianos” - eram estrangeiros, e Almeida um recém exilado. Sobre o conceito de “estrangeirado” enquanto rede de circulação de conhecimentos e de instância de apropriação do Iluminismo em Portugal veja-se Ana Carneiro, Ana Simões e Maria Paula Diogo, “Enlightenment Science in Portugal: The “Estrangeirados” and their Communication Networks”, *Social Studies of Science*, 30, 4 (2000), 591 – 619. A ideia de circulação enquanto processo dinâmico de produção de conhecimento e não apenas como ligação estática entre diferentes lugares/nodos de apropriação foi recentemente explorada, sendo aí o “estrangeirado” reinterpretado como portador e indutor de processos de circulação/apropriação de conhecimento, em Pedro M.P. Raposo, Ana Simões, Manolis Patiniotis, José Ramon Bertomeu-Sánchez, “Moving Localities and Creative Circulation: Travels as Knowledge Production in 18<sup>th</sup> century Europe”, *Centaurus*, 56, 3 (2014), 167 – 188. Um dos exemplos de agente viajante, indutor de processos de transformação de conhecimento, referidos neste estudo é precisamente o do abade Correia da Serra (Ana Simões, Maria Paula Diogo e Ana Carneiro, *Cidadão do Mundo. Uma biografia científica do Abade Correia da Serra* (Porto: Porto Editora, 2006).

patriótica. Teodoro de Almeida e os oratorianos caucionaram uma visão eclética do conhecimento expressa na natureza das suas contribuições ainda antes da fundação da Academia. Com estes cruzavam-se ainda os órfãos de academias literárias anteriores, Gonçalo Xavier de Alcáçova, o marquês de Alorna, o conde de Tarouca e D. Miguel de Portugal e Castro.

Tratava-se, no entanto, de um triângulo com uma configuração algo fluida. Correia da Serra estaria, porventura, programaticamente mais próximo de Vandelli do que de Almeida, que levou para a Academia uma agenda de vulgarização do conhecimento amplamente explanada na sua *Recreação Filosófica* e que, no seio da Academia, seria marcadamente contestada. À “Academia de Ensino” de Almeida opôs-se a “Academia de Invenção” de Pedro José de Figueiredo, António Soares Barbosa ou Monteiro da Rocha. Numa nota biográfica sobre Teodoro de Almeida, Correia da Serra chamava-lhe “um religioso estimável pelos seus costumes e piedade” mas desatualizado em relação aos progressos realizados pela nação nos últimos 25 anos<sup>2</sup>.

Enquanto instituição criada nos finais do Antigo Regime, a ACL transportou as marcas dessas circunstâncias sociais, políticas e culturais. A presença da fidalguia, da nobreza titulada e também do clero, embora em número cada vez menor ao longo dos anos, constituem evidências dessas circunstâncias. Esta é provavelmente a razão para alguns dos ataques a que a ACL foi sujeita ao longo destes anos, o mais simbólico dos quais foi protagonizado pelo deputado às Cortes, Manuel Borges Carneiro (1774 – 1873), na sessão ordinária de 9 de Janeiro de 1823<sup>3</sup>. No seu discurso, Carneiro critica a

---

<sup>2</sup> M. Michaud, *Biographie Universelle Ancienne et Moderne*, vo. 1 (Paris: A. Thoissner Desplaces, Editeur, 1843), p. 507, *apud* Ana Simões, Maria Paula Diogo e Ana Carneiro, *Cidadão do Mundo*, *Idem*, p. 58.

<sup>3</sup> Um extrato desta sessão, correspondente ao debate sobre a ACL, foi transcrito em Luís Reis Torgal e Isabel Nobre Vargues, *A revolução de 1820 e a instrução pública* (Porto: Paisagem

inutilidade despesita da ACL e dá como exemplo a seguir o da Sociedade Promotora da Indústria Nacional a qual, segundo Carneiro, ao contrário da ACL, não custava nada à nação. A Sociedade Promotora tinha, de facto, uma estrutura social diferente da da ACL. Fundada em 1822 com 200 sócios, a Promotora admitiu no seu seio “os funcionários públicos, os sábios, os artistas, os agricultores, os fabricantes, os negociantes, e enfim todos os amigos das artes...”<sup>4</sup>. Faziam parte da sua direção alguns sócios da ACL como Francisco de Paula Travassos, José Maria Dantas Pereira, Tomé Rodrigues Sobral, Correia da Serra, Francisco Soares Franco e Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato o qual, conforme refere nas suas *Memórias*, chegou a propor, sem êxito, “um plano para unir a este corpo [ACL] a Sociedade Promotora da Industria”<sup>5</sup>.

Ao longo dos primeiro cinquenta anos, configuração socioprofissional da ACL aliou fatores de variação temporal com padrões de permanência. A ausência significativa, no corpo académico, da burguesia dos negócios ou da indústria constituiu uma constante do seu recrutamento socioprofissional. O clero perdeu grande parte da sua influência inicial na ordem dos efetivos, compensada pela entrada de mais sócios não titulados. Os ofícios da administração pública – magistratura, diplomacia, conselheiros, deputados, enviados da Coroa e outros oficiais superiores - e o ensino, na Universidade de Coimbra, nos colégios e nas Academias navais são, globalmente, ocupações profissionais maioritárias dos sócios da ACL. Naturalistas, magistrados graduados em cânones ou em leis, médicos, engenheiros militares, professores,

---

Editora, 1984), pp. 219 – 247.

<sup>4</sup>J. Silvestre Ribeiro, *História dos Estabelecimentos Científicos, Litterarios e Artisticos de Portugal*, tomo IV (Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1874), p. 143. Sinal desta.

<sup>5</sup> Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato, *Memórias* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1933), p. 189.

astrónomos e matemáticos, todos eles, subsidiavam a sua condição de produtor de conhecimento com o desempenho dum ofício na administração pública.

Na primeira década do século XIX verificar-se-ia uma renovação geracional que acompanharia uma viragem programática na ACL. Nesta altura, Barbacena e Correia da Serra, os dois fundadores mais novos da ACL, num grupo em que a média de idades era de 49 anos, já estavam praticamente fora de cena. Vandelli, com cerca de 70 anos – era esta agora a média de idades dos fundadores sobreviventes - perseguido pela sua putativa colaboração com o invasor francês, já não determinava os destinos da Academia; Correia da Serra estava no estrangeiro desde 1795 e Barbacena tinha-se tornado menos ativo na ACL depois do seu regresso do Brasil. Os novos protagonistas que então emergem são os engenheiros militares e os médicos, nomeadamente. Ao contrário dos professores nas Academias militares, os médicos iriam desenvolver um maior ativismo no quadro da ACL. O foco programático dominante nos primeiros anos da ACL, o economismo agrarista, ir-se-ia agora deslocar para a higiene e saúde públicas.

Paralelamente a esta viragem programática na área das ciências, as “Belas Letras”, ocupando uma posição relevante na atividade da Academia, manteria o seu perfil programático. O lugar que as letras ocupavam no *Plano* – “uma parte indispensável da Instrução Nacional” à qual se concedeu, só por isso, uma “Classe de Literatura Portuguesa” - não renunciava o ativismo editorial que se lhe seguiria. Os “homens de letras” eram uma espécie cultural dominante em Portugal, alimentada por um maior número de graduações pelas Faculdades de Teologia e Jurídicas da Universidade de Coimbra, as quais constituíam uma via de acesso mais imediata na ocupação de cargos públicos.

Este convívio disciplinar era estruturado por uma espécie de polissemia

pervasiva, transversal a toda a ACL, e com implicações programáticas. A história tanto se fazia pela viagens filosófica feitas no Reino e depois nos seus domínios, como pelas visitas aos cartórios do Reino. A história é a “História Natural” e é também a História da Nação” e ambas contribuem – *Nisi utile est quod facimus, stulta gloria est* - para o “augmento da agricultura das artes, e da industria”<sup>6</sup>.

Debaixo do chapéu do utilitarismo, as “Ciências” da Academia denotavam também essa polissemia, expressa pelas diversas áreas disciplinares nelas implicadas e caldeadas por uma ideologia estruturada pelo “amor da Pátria” e “felicidade publica”. A cultura das oliveiras, as viagens filosóficas, as visitas aos cartórios do reino, o dicionário da língua portuguesa, os inquéritos aos lavradores, a cultura das batatas, as gadanhas alemãs, os vestígios da língua arábica, as instituições de direito civil, as doenças dos exércitos, as efemérides náuticas, a órbita dos cometas, a vacina contra a varíola, a higiene pública, a história civil, as análises químicas, os forais, a história naval, as observações astronómicas, a distribuição de sementes, os métodos de desinfecção, e outros, muitos mais, temas e assuntos trados e premiados nas suas assembleias públicas formaram o rosto mais visível daquela polissemia e, ao mesmo tempo, fundamentaram, do ponto de vista organizacional, um evidente hibridismo programático.

Esse hibridismo fez com a ACL se tenha transfigurado, enquanto Academia, às vezes, em repartição do governo, outras em sociedade patriótica e outras ainda em sociedade médica. Foi repartição do governo quando assumiu a administração da vacinação contra a varíola, em várias comarcas do reino; foi sociedade patriótica quando assume um conjunto de iniciativas indexáveis a este tipo de organização,

---

<sup>6</sup> Coreia da Serra, “Discurso Preliminar”, *Memórias Económicas*, I (1789), pp. VIII e IX.

nomeadamente, inquéritos aos lavradores, prémios para a criação de sobreiros, produção da batata ou bichos da seda, distribuição de sementes e de alfaias agrícolas ou a publicação de folhetos com instruções práticas de economia rural; e foi também sociedade médica quando os seus sócios médicos tomam a iniciativa programática, regulamentam e premeiam práticas de higiene saúde públicas, a ponto de Correia da Serra, então secretário da ACL, propor, aliás sem sucesso, numa sessão extraordinária de efetivos de 3 de Junho de 1822, a criação de uma “4ª Classe das Sciencias Médicas”.

Tanto a polissemia como o hibridismo programáticos da ACL correspondem a processos de apropriação local de modelos produção e organização de conhecimento atrás recenseados os quais, por sua vez, se foram reconfigurando na sua circulação geográfica e conceptual através da Europa. As opções programáticas e organizacionais da ACL harmonizaram-se com a sua condição periférica e acrescentaram uma nova perspectiva nos processo de produção e organização do conhecimento.

A condição periférica da ACL é, no entanto, portadora de uma especificidade que a distingue do conjunto das outras periferias europeias, obrigando a uma reformulação ou, pelo menos, relativização, do conceito de periferia. O facto de Portugal ser, na altura, um império colonial, fez com que a ACL acumulasse o seu estatuto de periferia europeia com o de centralidade colonial. Esta centralidade ficou marcada quer pela presença relevante de sócios luso-brasileiros na ACL, quer, programaticamente, pelas viagens filosóficas fora do reino - preconizadas e organizadas, algumas delas, por Domingos Vandelli e em que se envolveram, na sua maioria, sócios luso-brasileiros - quer, ainda, pelas múltiplas contribuições destes luso-brasileiros através do envio das suas memórias

e de iniciativas da mais diversa natureza<sup>7</sup>. A rede brasileira aqui recenseada, construída na sua maior parte por viajantes naturalistas, astrónomos/matemáticos e bacharéis em leis ao serviço da Coroa, cuja formação decorreu na Universidade de Coimbra, tinha na ACL o seu nodo de circulação, uma espécie de banco de capital cultural e simbólico destinado ao investimento das suas carreiras no aparelho burocrático-administrativo<sup>8</sup>.

Foi a circunstância de ser uma Academia nacional, apesar de se dizer “de Lisboa”, que conjugou a sua localidade europeia com a sua centralidade colonial, num contexto dotado de especificidades políticas, sociais e culturais, que moldou, programática e organizacionalmente, a sua fundação e os primeiros cinquenta anos, aqui analisados, do seu funcionamento.

---

<sup>7</sup> Para um recenseamento de grande parte destas iniciativas veja-se Maria Beatriz Nizza da Silva, *A Cultura Luso-Brasileira. Da reforma da Universidade à independência do Brasil* (Lisboa: Editorial Estampa, 1999).

<sup>8</sup> Veja-se, a este respeito, Ronald Raminelli, *Viagens Ultramarinas. Monarcas, vassallos e governo a distância* (São Paulo: Alameda casa editorial, 2008).

## **ANEXOS**

## ANEXO 1.A

### Sócios da ACL em 1780

#### Sócios honorários

Eleitos na assembleia particular de 16 de Janeiro de 1780.

**Aires de Sá e Melo** (Anadia, 1690 – Lisboa, 1786), ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra;

**Martinho de Melo e Castro** (Lisboa, 1766 – Lisboa, 1795) – ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos;

**Tomás Xavier de Lima Teles da Silva** (1727 – 1800), visconde de Vila Nova da Cerveira – ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino;

**Fr. Inácio de S. Caetano** (Chaves, 1719 – Queluz, 1789), arcebispo de Tessalónica - confessor de S. Majestade;

**D. João José Ausberto de Noronha** (Lisboa, 1725 – Lisboa, 1804), 6º conde de S. Lourenço – gentil homem da “Câmara de El Rei” e deputado da Junta dos Três Estados.

**D. Fernando de Sousa da Silva**, (Lisboa, 1712 – Lisboa, 1786), Cardeal Patriarca, que se escusou e foi substituído por **D. Miguel Lúcio Francisco de Portugal e Castro (1722-1785)**, Académico da Academia Real de História Portuguesa e embaixador na corte de Madrid

**João Cosme da Cunha** (Lisboa, 1715 – Lisboa, 1783), cardeal da Cunha – inquisidor-geral. Arcebispo de Évora, nomeado cardeal por Clemente XIV no Consistório de 1770, a instâncias do marquês de Pombal;

**D. Pedro José de Noronha Camões de Albuquerque Moniz e Sousa** (1716 – 1788), 3º marquês de Angeja – presidente do Real Erário e do Gabinete de Despacho de S. Majestade.

**D. Pedro José de Alcântara de Meneses Noronha Coutinho** (1713-1799), 4º marquês de Marialva – gentil homem da Câmara e estribeiro mor de Sua Majestade, tenente general e conselheiro de Guerra.

**D. Manuel Teles da Silva** (1717 – 1789), 2º marquês de Penalva – gentil homem da câmara e estribeiro mor de Sua Majestade, tenente general e conselheiro de Guerra (Académico da Academia Real de História Portuguesa; fundador e secretário da Academia dos Ocultos);

**D. Tomás de Almeida**, principal da Santa Igreja de Lisboa;

**José António de Saldanha e Meneses** (1738 - ?), conde da Ponte – brigadeiro, gentil homem da Câmara e Mordomo mor.

### Sócios efetivos eleitos em 1780

#### Classe de Ciências de Observação:

**António José Pereira** (Porto,? – 1792), lente de Medicina Prática na Universidade de Coimbra.

**António Soares Barboza** (Ansião, 1734 - Coimbra, 1801), lente de Filosofia Racional e Moral na Universidade de Coimbra.

**Bartolomeu da Costa** (Lisboa, 1732 – Lisboa, 1801), brigadeiro, intendente geral das Fundições de Artilharia e Laboratório dos Instrumentos Bélicos, diretor das Minas de Ferro.

**Domingos Vandelli** (1730- 1816) (Diretor da classe) , lente de História Natural e de Química na universidade de Coimbra, diretor do Jardim Botânico da Ajuda.

**José Correia da Serra** (Serpa, 1751 – Caldas da Rainha, 1823), botânico, vice-secretário da ACL.

**João Faustino** ( ? – 1820), da Congregação do Oratório de Lisboa, professor de Filosofia.

**Vicente Ferrer da Rocha (Fr.)**, dominicano, professor de Filosofia, saiu para bispo de Castelo-Branco e entrou em sua substituição (2/10/1780) **Ignacio Tamagnini**, médico.

**Visconde de Barbacena** (1754 - 1830), secretário da ACL.

#### Classe de Ciências de cálculo:

**João de Almeida Portugal, marquês de Alorna** (1726 – 1802), diretor da Classe, da Academia Real da História Portuguesa.

**Teodoro de Almeida** (1722 – 1804), oratoriano, professor de filosofia natural.

**António Rolim de Moura Tavares, Conde de Azambuja** (1709 – 1782), governador das Armas da Estremadura.

**José Joaquim Soares de Barros Vasconcelos**(1721 – 1793) – na assembleia particular de 21 de Junho, tendo-se escusado do lugar de efetivo alegando estar ausente de Lisboa muitos meses seguidos e também por outros motivos que o impediam de cumprir cabalmente as funções de sócio efetivo, subiu a sócio supranumerário.

**José Monteiro da Rocha** (1734 – 1819), cónego magistral de Leiria e lente de Astronomia na Universidade de Coimbra.

**Miguel Franzini** ( ? - 1810), professor de Matemática na Universidade de Coimbra, depois, professor na Academia Real da Marinha e mestre de matemática de S. A. R..

**João António dalla Bella** (1730 – c. 1823), lente de Física Experimental na Universidade de Coimbra.

**Jerónimo Hallen** (? - ?) (em substituição de J. J. Soares de Barros Vasconcelos), clérigo, professor no Colégio dos Ingleses.

Classe de Bellas Letras:

**D. Miguel Lúcio de Portugal e Castro** (1722 – 1785), foi diretor da Classe até à assembleia particular de 22 Maio, altura em que, nomeado embaixador da Corte em Madrid, passou a sócio honorário.

**Duque de Lafões** (1719 – 1806): presidente da ACL.

**Joaquim de Foyos** (1733 – 1811), oratoriano, cronista do reino.

**Fernando Telles da Silva, Conde de Tarouca** (1754 – 1818).

**Pedro José da Fonseca** (1737 – 1816), professor de retórica no Real Colégio dos Nobres.

**Principal Mascarenhas** (1752 – 1791), principal da Santa Igreja Patriarcal.

**Gonçalo Xavier de Alcáçova** (1712 - 1785), secretário da Academia Real da História Portuguesa, eleito diretor da classe por saída de D. Miguel de Portugal e Castro

**António Pereira de Figueiredo** (1725 – 1797), oratoriano, deputado da Real Mesa Censória.

**Fr. Joaquim Forjaz** (1742 – 1798), em substituição de D. Miguel de Portugal e Castro, Socio da Real Academia da Historia Portugueza e da Arcádia de Roma, deputado da Bula Cruzada.

**Sócios livres ou supranumerários** eleitos em 1780.

**1 - Agostinho José da Costa de Macedo** (Lisboa, 17/2/1745 – Lisboa, 1822), professor régio de filosofia racional e moral, e segundo bibliotecário da Biblioteca Publica de Lisboa;

**2 - Aires José Maria de Saldanha de Albuquerque Coutinho Matos e Noronha, 2º conde de Ega**, (Sé, Funchal, 29/3/1755 – Ajuda, Lisboa, 12/1/1827), Gentil-homem da Câmara d’El-Rei;

**3 - António Caetano do Amaral** (Lisboa, 1747 – Lisboa, 1819), beneficiado na freguesia de S. Lourenço;

**4 - António Freire de Andrade Encerrabodes** (Elvas, 1699 – Lisboa, 1783), desembargador;

**5 - António Henriques da Silveira**, (Estremoz, ? - ?, 1807/1812) lente da segunda cadeira Analítica da Faculdade de Cânones da Universidade de Coimbra, desembargador honorário do Paço;

**6 - António Ribeiro dos Santos** (Porto, 20/3/1745 – Lapa, Lisboa, 16/1/1818), lente substituto da Faculdade de Cânones na Universidade de Coimbra.

**7 - Bartolomeu Inácio Gorge**, professor de Filosofia do Real Colégio de Nobres (Membro da Comissão Extraordinária para a elaboração do Dicionário de Língua Portuguesa);

**8 - Bento José de Souza Farinha** (Alandroal, 1740 – Lisboa, 1820), professor régio

de Filosofia;

9 - **Custódio José de Oliveira**, professor de Grego no Real Colégio do Nobres;

10 - **D. Diogo de Noronha** (1747-1806), filho do 3.º marquês de Angeja, Conselheiro da Real Fazenda e Ministro Plenipotenciário de S. M. em Roma;

11 - **Felix Antonio Castrioto** (?- 1798), editor da *Gazeta de Lisboa* e fundador do *Jornal Encyclopédico*.

12 - **Fernando José de Portugal e Castro (D.)** (Lisboa, 4/12/1752 – R. Janeiro, 24/1/1817), desembargador da Relação do Porto;

13 - **Fernando José Xavier de Lima Teles da Silva (D.)** (.. - ...) filho do Visconde de Vilas Nova da Cerveira; doutorado na Faculdade de Cânones na Universidade de Coimbra (27/5/1781) e lente da mesma Faculdade.

14 - **Francisco da Cunha** – lavrada em ata da assembleia particular de 2 de outubro de 1780 (AHCACL, Livro 26 B) a sua escusa de sócio supranumerário.

15 - **Francisco Pires** (Coimbra, c. 1750 – Lisboa, 20/5/1812), do Conselho do Príncipe Regente, doutor e lente na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, físico-mor do reino.

16 - **Inácio Tamagnini** – médico da Câmara de S. M. (Foi para sócio efetivo neste ano).

17 - **Jacob Crisóstomo Pretorius** (? – 1797)- capitão de bombeiros, na Fábrica da Pólvora em *Alcântara*.

18 - **João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho** (Rio de Janeiro, 1722 – Lisboa, 6 ou 12/2/1799). desembargador do Paço, procurador da Coroa. guarda-mor da Torre do Tombo e fidalgo da Casa Real.

19 - **João Roiz (ou Rodrigues) de Sá**, conselheiro da Real Fazenda (Veio de Correspondente, eleito em 2 /10 /1780),

20 - **Joaquim de Sta. Clara (Fr.)** (1740 – 1818), monge beneditino, doutor e professor de línguas orientais na Universidade de Coimbra (Veio de Correspondente, eleito em 2/10/1780).

21 - **Joaquim Forjaz (Fr.)**, eremita de S. Agostinho, e da Academia Real da História Portuguesa (Foi para efetivo da classe de Belas Letras em 2 /10 /1780).

22 - **José António Raposo**, capitão de Artilharia.

23 - **José Correia Picanço** (Goiana, Pernambuco, 10/11/1745 – R. Janeiro, 1825/26), doutor em medicina pela Universidade de Montpellier e lente de Anatomia e Operações Cirúrgicas, na Universidade de Coimbra.

24 - **José de Azevedo**, da Congregação do Oratório.

25 - **José de Vasconcelos e Sousa**, desembargador do Paço;

26 - **José Henriques de Paiva**, médico.

27 - **José Joaquim Soares de Barros Vasconcelos** (Setúbal, 1721 – Lisboa, 1793), era efetivo e veio, neste ano, para esta categoria.

28 - **José Mayne (Fr.)** (1723 – 1792) ( deputado da Real Mesa censória, e confessor d’El-Rei;

- 29 - José Maria de Mendonça** (? - ?) – filho do conde de Vale de Reis;
- 30 - José Pedro Hasse de Belém** ( ? - ?, 18/11/1805), doutor na Faculdade de Leis, e bacharel na de Cânones, pela Universidade de Coimbra; Prelado da Santa Igreja Patriarcal de *Lisboa*.
- 31 - Luís José da Costa**, tesoureiro geral do Terreiro de Lisboa;
- 32 - Nicolau de Tolentino e Almeida** (Lisboa, 1740 – Lisboa, 1811), oficial da Secretaria de Estado e antes Professor de Régio de Retórica e Poética.
- 33 - Pascoal José de Mello Freire dos Reis** (Ancião, 6/4/1738 – Lisboa, 24/9/1818), Lente de Direito Pátrio, *na* Universidade de Coimbra;
- 34 - Ricardo Luís António Raposo**, Capitão de Artilharia;
- 35 - Roberto Nunes da Costa**, professor régio de gramática latina;
- 36 - Rodrigo de Sousa Coutinho** (Chaves, 4/8/1745 – R. de Janeiro, 26/1/1812), Ministro Plenipotenciário de S. M., em Turim (Veio de Correspondente em 2 /10 /1780)
- 37 - Sancho de Faro e Sousa** (Vimieiro, 1735 – ?, 1790), 4º conde de Vimieiro, e Marechal de Campo dos Exércitos de s. Majestade;
- 38 - Tomás Caetano do Bem** (18/9/1718 – 13/3/1797), clérigo regular Teatino, mestre em Teologia, cronista da Real Casa de Bragança, académico da Academia Real da História, e da Litúrgica Pontifícia de Coimbra.

**Sócios correspondentes** eleitos em 1780.

- 1 - Adrião dos Santos**, Professor Régio de Retórica e Poética, de Lisboa
- 2 - Alexandre de Sousa Holstein (D.)** (Lisboa, 1751 – Roma, 1803), capitão da Guarda Real dos Arceiros e diplomata.
- 3 - Alexandre Rodrigues Ferreira** (Baía, 1756 – Lisboa, 1815), naturalista ao serviço da Coroa.
- 4 - António Cordeiro**, da Congregação do Oratório, em Pernambuco.
- 5 - António Diniz da Cruz e Silva** (Lisboa, 1731 – R. de Janeiro, 1799), fundador da Arcádia Lusitana (1756) e desembargador da Relação no Rio de Janeiro.
- 6 - António José Carcome Lobo (D.)**, moço-fidalgo da Casa Real, em Goa.
- 7 - António Pires da Silva Pontes Leme** (Mariana, Minas Gerais, 1750 – doutor em Matemática pela UC em 1778, matemático empregado ao serviço de Sua Majestade na Terceira Partida de Demarcação de limites do Brasil, na Capitania de Mato-Grosso.
- 8 - António Ribeiro Sanches**, (Penamacor, 7/3/1729 – Paris, 14/10/1793), médico e pedagogo, em Paris.
- 9 - Armador-Mor** (? - ?)
- 10 - Augusto de Souza Hollstein (D.)** (1741 – 1781), diplomata.
- 11 - Bernardino António de Faria e Barros**, Ouvidor, de Pinhel
- 12 - Bertrand Ducasse Lartigue**, em Bayonne
- 13 - Bispo de S. Thomé** (? - ?).

**14 - Carlos Allione** (1725 – 1804), botânico, (publicou uma *Flora Pedemontana*, Turim, 1785, 3 vols.)

**15 - Carlos de Zenzendorf** - conde **Karl Zinzendorf** (Dresden, 5/1/1739 – Viena, 5/1/1813), estadista austríaco.<sup>1</sup>

**16 - Carlos Grandini**, doutor pela Universidade de Coimbra e médico em Génova.

**17 - Carl von Linné**, filho (Falun, 1741 – Uppsala, 1783), naturalista sueco, professor em Uppsala.

**18 - Casimiro Gómez Ortega** (1740 – 1818), correspondente de Vandelli, professor de Botânica e director do Real Jardim Botânico, em Madrid.

**19 - Christiano Freisbottborf ou Christian Früs Bottborll** (? – Copenhaga, 1797), professor de Anatomia e Botânica.

**20 - Claude-Boniface Collignon.**

**21 - Conde de Oeynhausen** - Carlos (Pedro Maria José) Augusto de Gravenburg Oeynhausen(1738 ou 1739? -3/3/1793), ministro plenipotenciário da Corte em Viena.

**22 - Domingos de Mello Breiner**, em Serpa.

**23 - Domingos Deodati – Domenico Diodati** (Nápoles, 31/10/1736 – Nápoles, 21/4/1801), erudito italiano conhecido pela seu *Christo Hellenista* (1767) e outros escritos sobre o valor da moeda.

**24 - Eustachio de Aust (Marquês)**, em Paris.

**25 - Félix José Marques**, professor de Grego, na Universidade de Coimbra.

**26 - Francisco António Ribeiro de Paiva (Dr.)** (Castelo Branco,1757 – Coimbra, 1831), professor substituto e demonstrador de História Natural e Física Experimental na UC.

**27 - Francisco José de Horta Machado**, ministro plenipotenciário de S. Majestade em Petersburgo.

**28 – Francisco Luís de Menezes** (.. – 1804), Mestre de Campo de Auxiliares com exercício nas Ordenanças de Goa.

**29 - Francisco Tavares** (Coimbra, ? – Lisboa, 20/5/1812), doutor pela Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra (30/11/1788) e Lente de Matéria Médica.

**30 - Gaspar Caratoni.**

**31 - Guilherme d´Hudson.**

**32 - Guilherme Julio Micle (William Julis Mickle)** ( Lagholm, 1734 - Oxfordshire, 25/10/1778) (traduziu (adaptou??) os *Lusíadas* para Inglês, 1ª ed. em 1776 e as outras em 1807 e 1809) assistente e graduado em Oxford.

**33 - Guilherme Luiz Antonio Valere (Valleré)** (? – 1796) engenheiro militar.

**34 - Jacinto Ceruti**, professor de Matemática e director dos Estudos da Marinha, em Cartagena

**35 - Jacob Christiano Schäffer** (Querfurt, Thuringia, 1718 – 1790), naturalista.

---

<sup>1</sup> Os seus diários, 56 vols., constituem um notável documento da vida cultural vienense da segunda metade do século XVIII. Lafões, que o conheceu em Viena, não deve ter sido alheio à sua escolha como sócio correspondente da ACL.

**36 - Jean Le Rond D'Alembert** (Paris, 1717 – Paris, 1783), físico, matemático e filósofo.

**37 - Jerónimo Hallen**, sábio inglês do Colégio dos Catecúmenos (Colégio dos Ingleses) e protagonista de experiências aerostáticas relatadas na Gazeta de Lisboa<sup>2</sup>; (iria depois para efetivo em substituição de J. J. Barros de Vasconcelos).

**38 - João (Jean) Demeste**, (1746-1783), médico da Sociedade Real de Medicina de Paris, e da de Emulação de Liège. Dedicou-se tb à química e à metalurgia.

**39 - João António Scopoli (Giovanni Antonio Scopoli)** (Cavalese, Tirol 13/6/1723 – Pavia, 8/5/1788), naturalista, entomologista, botânico, professor de Química e Metalurgia na Universidade de Pavia.

**40 - João Baldassari.**

**41 - João Christiano Daniel Schreber (Johann Christian Daniel von Schreber)**, (Weißensee, Thuringia, 1739 — Erlangen, 1810), naturalista alemão.

**42 - João de Faro (D.)**, Tesoureiro-mor da Real Capela de Vila Viçosa.

**43 - João de Sousa (Fr.)** (Damasco, 1730/34 ? – Lisboa, 1812), professor de árabe.

**44 - João Jacinto de Magalhães** (Aveiro, 1722 – Islington, 7/2/1790), físico, astrónomo, construtor de instrumentos, viajante, etc, membro da Sociedade Real de Londres, da Academia Imperial das Ciências de Petersburgo, da de Madrid, e Correspondente da de Paris, em Londres.

**45 - Johan-Jacob Ferber** (1743 – Berna, 1790), químico e mineralogista, professor de História Natural.

**46 - João Jerónimo Carli (?).**

**47 - João May.**

**48 - João Roiz ou Rodrigues de Sá?** (Foi para Supranumerário em 2 /10 /1780).

**49 - Joaquim Correia da Serra** (1753 - ?), engenheiro militar.

**50 - Joaquim de Amorim Castro** (Baía, 1750 – R. de Janeiro, 1817/20), doutor em Leis, naturalista, desembargador, no Rio de Janeiro.

**51 - Joaquim de Assumpção Velho (Fr.)** (1753 ?- 1793), professor de Física no Colégio de Mafra

**52 - Joaquim de Sta. Clara (Fr.)** (1740 – 1818), monge beneditino, doutor e professor de línguas orientais na Universidade de Coimbra. (Foi para Supranumerário em 2/10/1780).

**53 - Joaquim Gomes Teixeira**, formado em Leis pela Universidade de Coimbra, foi corregedor na Ilha Terceira e morreu sendo desembargador da Casa da Suplicação.

**54 - Joaquim Veloso de Miranda (P.)** (Inficionado, Mariana, 1742 – Minas Gerais, 1816/1817), doutorado em Filosofia ( 26/7/1778) na Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra. Lente substituto de História Natural e Química, foi depois para Minas Gerias em 1789 como secretário do Visconde de Barbacena

**55 - Johann Wilhelm Karl Adolph von Hüpsch von Lontzen** (1726/30 – 1805), -

---

<sup>2</sup> Gazeta de Lisboa n.º XXV, 2.º Supl., 26.06.1754.

Pretense Barão de Hüpsch de Lontzen - colecionador alemão de espécimes de história natural.

**56 - José António da Mata** (? - ,1814), professor régio de Gramática em Lisboa

**57 - José António de Araújo**, Vice-presidente da Sociedade Económica de Ponte de Lima.

**58 - José António de Sá** (?,? - ?, 1819), Juiz de Fora de Moncorvo e desembargador da Relação do Porto.

**59 - José Caetano Nogueira.**

**60 - José da Cunha Martins.**

**61 - José Maria de Sousa Botelho Mourão Vasconcelos(D.),** tenente de cavalaria, na praça de Chaves.

**62 - José Valério**, oratoriano.

**63 - José Veríssimo Álvares da Silva** (Abrantes, 1744 – Trafaria, 1811), professor de Filosofia e Latinidade, em Tomar.

**64 - Julião Francisco Sequeira da Silva Monclaro**, Ouvidor no Maranhão

**65 - Leonardo de Vegni** (Siena, 1731 – 1801), graduado em Leis e Cânones, Arquitecto.

**66 - Luís António Vernei**, (Lisboa, 1713 – Roma, 1792), doutor em Teologia e Jurisprudência.

**67 - Luís de Vasconcelos e Sousa**, Vice-Rei e Capitão-general de Mar e Terra do Estado do Brasil, no Rio de Janeiro.

**68 - Luís Pinto de Sousa Balsemão (Luís Pinto de Sousa Coutinho, morgado e 1ºvisconde de Balsemão)** (Leomil 27/11/1735 - Lisboa, Ajuda 14/04/1804), coronel de Cavalaria e Ministro de S. M. em Londres.

**69 - Manuel da Silva Batista e Vasconcelos**, Superintendente das fábricas da Covilhã.

**70 - Manuel de Carvalho Paes de Andrade.**

**71 - Manuel Gomes de Lima Bezerra** (Ponte de Lima, Arcozelo 04/01/1727 - Ponte de Lima, Casa de Fornelos 06/03/1806), médico e cirurgião honorário da Casa Real, das Academias das Ciências e de Medicina de Madrid e da de Sevilha;

**72 - Manuel Inácio da Silva Alvarenga**, (S. João del Rei, Minas Gerais, 1735, 1740 ou 1758 - ?,1/11/1814), formado em Direito pela Universidade de Coimbra, poeta, regressou ao Brasil como Coronel da milícia dos pardos (ele tb o era) da sua comarca do Rio das Mortes, tendo depois ido para o Rio de Janeiro, onde regeu uma cadeira de retórica e poética, etc.

**73 - Manuel Joaquim Coelho da Costa Vaconcelos e (da) Maia**, . (1750 – 1817)foi Lente substituto de Matemática da Universidade de Coimbra.

**74 - Manuel Joaquim Henriques de Paiva** (Castelo Branco, 23/12/1752 - Baía, 1829), doutor em Medicina pela UC e lente de filosofia na mesma Universidade. Exerceu em Lisboa a cadeira de Farmácia, etc.

- 75 - Manuel José Pereira**, Lente de Matemática na Universidade de Coimbra.
- 76 - Miguel Pereira Pinto**, Desembargador da Relação do Porto.
- 77 – Jean-Jacques Hettlinger** (1734 – 1803), médico, inspetor das minas de Cobre de Navarra e, depois, diretor da fábrica de porcelana de Sèvres.
- 78 - Nicolau Pacifico.**
- 79 - Nikolaus Joseph von Jacquin** (1727 – 1817), professor de Botânica e Química e diretor do Jardim Botânico da Universidade de Viena.
- 80 - Pedro de José de Mello.**
- 81 - Rodrigo de Sousa Coutinho (D.)** (Chaves, 4/8/1745 – R. de Janeiro, 26/1/1812), Ministro Plenipotenciário de S. M., em Turim (Foi para supranumerário em 2 /10 /1780)
- 82 - Rodrigo Xavier Pedro ou Pereira? de Faria**, autor genealogista, tabelião de Santa casa da Misericórdia de Santarém.
- 83 - Serafim Francisco de Macedo**, naturalista ao serviço da Coroa no Brasil.
- 84 - Simão Pires Sardinha**, (1751 – 1808), naturalista.
- 88 - Teotónio José de Figueiredo Brandão**, doutorado em 26/7/1778 na Faculdade de Filosofias da UC e lente da mesma faculdade.
- 86 - Vicente de Sousa Coutinho ( D.)**, embaixador de S. M. em Paris.
- 87 - Vito Caravelli** (1724 – 1800), professor de matemática e astronomia, em Nápoles.
- 88 - Vitúrio da Rocha**, Lente de Matemática na Universidade de Coimbra.



## ANEXO 2. B

### SÓCIOS HONORÁRIOS

#### Evolução do perfil social dos Sócios Honorários {Gráfico 2.2}

	1780	1790	1800	1807	1812	1820	1831	1838
<b>Nobreza</b>								
<b>titulada</b>	6	7	8	4	9	13	17	9
<b>Não titulados</b>	0	0	0	0	1	1	1	1
<b>Fidalgos</b>	2	5	5	5	2	1	4	6
<b>Clero</b>	4	3	3	3	5	2	1	1
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>	<b>15</b>	<b>16</b>	<b>12</b>	<b>17</b>	<b>17</b>	<b>23</b>	<b>17</b>

#### Evolução do perfil profissional dos Sócios Honorários {Gráfico 2.3}

	1780	1790	1800	1807	1812	1820	1831	1838
<b>Exército</b>	3	3	2	1	2	6	11	3
<b>Ofícios da Casa Real</b>	7	4	5	4	3	5	4	0
<b>Diplomata</b>	1	1	0	1	2	3	3	2
<b>Ofícios Superiores na Adm Pública</b>	8	9	16	13	10	14	22	16

### SÓCIOS EFETIVOS

#### Evolução do perfil social dos Sócios Efetivos (Gráfico 2.5)

	1780	1790	1800	1807	1812	1820	1831	1838
<b>Nobreza</b>								
<b>titulada</b>	5	2	1	2	1	1	1	3
<b>Não titulados</b>	5	8	9	10	11	13	11	12
<b>Fidalgos</b>	3	3	3	4	5	4	6	5
<b>Clero</b>	10	11	8	8	7	5	4	2
<b>TOTAL</b>	<b>23</b>	<b>24</b>	<b>21</b>	<b>24</b>	<b>24</b>	<b>23</b>	<b>22</b>	<b>12</b>

**Evolução do perfil profissional dos Sócios Efetivos** {Gráfico 2.6}

	<b>1780</b>	<b>1790</b>	<b>1800</b>	<b>1807</b>	<b>1812</b>	<b>1820</b>	<b>1831</b>	<b>1838</b>
<b>Exército/Marinha</b>	5	5	4	4	4	9	7	8
<b>Professor</b>	13	17	17	17	16	13	12	13
<b>Medicina</b>	2	1	0	2	1	3	5	8
<b>Engenheiro militar</b>	2	2	1	1	2	5	4	4
<b>Ofícios na Adm Pública</b>	10	9	13	18	22	23	22	20

**Sócios efetivos professores** {Gráfico 2.7}

	<b>1780</b>	<b>1790</b>	<b>1800</b>	<b>1807</b>	<b>1812</b>	<b>1820</b>	<b>1831</b>	<b>1838</b>
<b>Professor UC</b>	6	6	8	7	7	6	5	4
<b>Professor régio</b>	1	3	2	1	2	0	0	2
<b>Professor militar</b>	0	3	5	5	5	6	6	7
<b>Professor clérigo</b>	6	5	2	4	2	1	1	0

**Padrão profissional e disciplinar dos Sócios Efetivos** {Gráfico 2.8}

	<b>1780</b>	<b>1790</b>	<b>1800</b>	<b>1807</b>	<b>1812</b>	<b>1820</b>	<b>1831</b>	<b>1838</b>
<b>Lit/Hist/Direito</b>	9	8	7	8	8	9	8	8
<b>Mat/Astr/Cartografia</b>	4	5	6	6	7	7	7	7
<b>Agr/Pescas/Ind/Artes</b>	3	3	6	4	5	4	2	1
<b>Engenharia militar</b>	2	2	1	1	2	5	4	4
<b>Medicina</b>	2	1	0	2	1	3	5	6
<b>Quim/Miner/Metalurgia</b>	1	1	3	1	3	3	2	1
<b>Bot/História Natural</b>	3	5	3	2	3	1	0	1
<b>Filosofia Natural</b>	4	4	5	4	3	3	2	1

## SÓCIOS LIVRES ou SUPRANUMERÁRIOS

### Evolução do perfil social dos Sócios Livres (Gráfico 2.10)

	1780	1790	1800	1807	1812	1820	1831	1838
<b>Nobreza</b>								
<b>titulada</b>	5	4	2	1	2	2	3	4
<b>Fidalgos</b>	7	5	5	3	7	8	3	3
<b>Clero</b>	7	7	7	6	7	3	8	6
<b>Não titulados</b>	16	20	18	18	20	19	13	15
<b>TOTAL</b>	<b>35</b>	<b>36</b>	<b>32</b>	<b>28</b>	<b>36</b>	<b>32</b>	<b>27</b>	<b>46</b>

### Evolução do padrão socioprofissional dos Sócios Livres (Gráfico 2.11)

	1780	1790	1800	1807	1812	1820	1831	1838
<b>Ofícios da Adm</b>								
<b>Pública</b>	13	15	23	25	24	23	19	22
<b>Ensino</b>	14	13	13	10	15	7	6	6
<b>Medicina</b>	2	3	3	1	6	11	6	10
<b>Engenheiro</b>								
<b>Militar</b>	3	3	4	3	3	2	3	2
<b>Exército/Marinha</b>	4	4	8	8	4	4	3	5
<b>TOTAL</b>	<b>35</b>	<b>36</b>	<b>32</b>	<b>28</b>	<b>36</b>	<b>32</b>	<b>27</b>	<b>46</b>

### Evolução do padrão disciplinar dos Sócios Livres (Gráfico 2.12)

	1780	1790	1800	1807	1812	1820	1831	1838
<b>Total Ciências</b>								
<b>c/Medicina</b>	11	17	22	17	22	23	13	33
<b>Total Ciências</b>								
<b>s/Medicina</b>	9	14	19	16	16	12	7	23
<b>Total Letras</b>	22	16	13	13	19	14	17	18
<b>Total Livres</b>	<b>35</b>	<b>36</b>	<b>22</b>	<b>28</b>	<b>36</b>	<b>32</b>	<b>27</b>	<b>46</b>

### Evolução do padrão disciplinar dos Sócios Livres (Gráfico 12.13)

	1780	1790	1800	1807	1812	1820	1831	1838
<b>Total Ciências</b>								
<b>c/Medicina</b>	11	17	22	17	22	23	13	33
<b>Total Letras</b>	22	16	13	13	19	14	17	18
<b>Ciências Exactas</b>	5	10	11	8	5	5	4	8

Ciências Naturais	4	4	8	8	11	7	3	15
Medicina								

### SÓCIOS CORRESPONDENTES

#### Evolução do perfil social dos Correspondentes (Gráfico 2.15)

	1780	1790	1800	1807	1812	1820	1831
<b>Nobreza</b>							
<b>titulada</b>	3	3	2	1	2	4	6
<b>Fidalgos</b>	6	2	10	15	6	3	4
<b>Clero</b>	8	17	24	24	19	16	6
<b>Não titulados</b>	41	59	52	46	43	49	46
<b>TOTAL</b>	<b>60</b>	<b>96</b>	<b>95</b>	<b>88</b>	<b>73</b>	<b>78</b>	<b>71</b>

#### Evolução do padrão profissional dos Correspondentes (Gráfico 2.16)

	1780	1790	1800	1807	1812	1820	1831
<b>Ofícios da Adm</b>							
<b>Pública</b>	24	32	40	48	34	39	29
<b>Ensino</b>	15	18	25	26	19	20	15
<b>Medicina</b>	6	20	13	9	8	13	10
<b>Exército/Marinha</b>	5	12	14	12	12	10	13
<b>Ofícios na Casa</b>							
<b>Real</b>	1	2	5	3	2	2	2
<b>Comércio, Navegação, Riqueza</b>	0	2	1	2	1	2	3

#### Sócios correspondentes professores (Gráfico 2-17)

	1780	1790	1800	1807	1812	1820	1831
<b>Professor UC</b>	9	8	14	12	6	5	4
<b>Professor régio</b>	4	2	5	8	7	8	1
<b>Professor militar</b>	0	5	3	4	6	7	10
<b>Professor clérigo</b>	2	3	3	2	0	0	0

**Evolução do padrão disciplinar dos Correspondentes** (Gráfico 2.18)

	<b>1780</b>	<b>1790</b>	<b>1800</b>	<b>1807</b>	<b>1812</b>	<b>1820</b>	<b>1831</b>	<b>1838</b>
<b>Ciências</b>	28	65	47	46	44	46	41	
<b>Letras (Lit, Hist, Dir)</b>	20	25	45	46	28	29	20	
<b>Medicina</b>	6	20	13	9	8	13	10	
<b>Mat/Astr/Cart</b>	4	15	10	9	9	5	8	
<b>Bot/Hist Natural</b>	9	11	6	5	4	3	3	
<b>Agr/Artes/Pescas</b>	3	6	10	10	11	13	11	
<b>Quim/Min/Metal</b>	1	6	5	9	9	9	4	
<b>Eng Militar</b>	2	5	2	3	2	3	4	
<b>Filosofia Natural</b>	3	2	1	1	1	0	1	

**Evolução do nº dos Correspondentes da ACL em Portugal** (Gráfico 2.19)

	<b>1780</b>	<b>1790</b>	<b>1800</b>	<b>1807</b>	<b>1812</b>	<b>1820</b>	<b>1831</b>	<b>1838</b>
<b>Lisboa</b>	16	20	30	30	27	21	16	
<b>Fora de Lisboa</b>	22	30	34	30	19	26	18	
<b>Província</b>	12	15	17	13	11	17	12	
<b>Coimbra</b>	7	11	11	11	3	4	1	
<b>Porto</b>	3	4	6	6	5	5	5	

**Evolução do nº dos Correspondentes da ACL** (Gráfico 2.20)

	<b>1780</b>	<b>1790</b>	<b>1800</b>	<b>1807</b>	<b>1812</b>	<b>1820</b>	<b>1831</b>	<b>1838</b>
<b>Corr. em Portugal</b>	37	51	64	50	46	47	34	
<b>Corr. no Brasil</b>	9	20	14	14	14	19	14	
<b>Corr. No resto da Europa</b>	33	20	12	13	10	13	20	

## ANEXO 2. C – Geografia Académica

1780

	Portugal	%	Brasil	%	Resto da Europa	%	Resto das Colónias	%	Desconhecido	%
Honorários (12)	11	92	-	-	1(*)	8	-	-		
Efetivos (23)	23	-	-	-	-	-	-	-		
Livres (35)	34	-	-	-	1(**)	3	-	-		
Correspondentes (88)	37	42	9	10	33	38	3 (***)	3	6	7
<b>Total (158)</b>	<b>105</b>	<b>66</b>	<b>9</b>	<b>6</b>	<b>35</b>	<b>22</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>6</b>	<b>4</b>

(\*) -Em Madrid, D. Miguel Lúcio de Portugal e Castro

(\*\*) - Em Turim, D. Rodrigo de Sousa Coutinho

(\*\*\*) Goa (2) e S. Tomé (1)

Efetivos (23)			
Lisboa	%	Coimbra	%
17	74	6	26

Correspondentes em Portugal (37)							
Lisboa	%	Coimbra	%	Porto	%	Província	%
15	41	7	19	3	8	12 (*)	32

(\*) Serpa, Elvas, Vila Viçosa, Mafra, Ponte de Lima, Moncorvo, Torres Novas, Covilhã, Santarém, Pinhel, Tomar e Bragança.

Livres (34)			
Lisboa	%	Coimbra	%
29	85	5	15



**1800**

	Portugal		Brasil		Resto da Europa		Resto das Colónias (Moçambique e Angola), Ásia (Pequim) e Filadélfia	
		%		%		%		%
Honorários (15)	15	100	-	-	-	-	-	-
Estrangeiros (10)	-	-	-	-	10 (i)	100	-	-
Veteranos (6)	6	100	-	-	-	-	-	-
Efetivos (21)	18	86	-	-	3	14	-	-
Livres(32)	28	88	1	3	3	9	-	-
Correspondentes (95)	64	67	14	15	12	13	5	5
<b>Total (179)</b>	<b>131</b>	<b>73</b>	<b>15</b>	<b>8</b>	<b>27</b>	<b>15</b>	<b>5</b>	<b>3</b>

(i) Londres (6), Paris (2), Basileia (1), S. Petersburgo (1).

Correspondentes em Portugal (64)							
Lisboa	%	Coimbra	%	Porto	%	Província	%
30	47	11	17	6	9	17	27

Efetivos (21)							
Lisboa	%	Coimbra	%	Lustosa	%	Resto da Europa	%
14	67	3	14	1 (*)	5	3 (**)	14

(\*) Fr. Joaquim de Sto. Agostinho de Brito  
 França Galvão  
 (\*\*) Correia da Serra, em Londres, Dalla Bella  
 em Pádua e Miguel Franzini em Veneza

Livres (32)									
Lisboa	%	Coimbra	%	Porto e Província	%	Brasil	%	Resto da Europa	%
21	66	4	13	3 (*)	9	1	3	3 (**)	9

(\*) Porto (1), Tomar (1) e Minho (1)  
 (\*\*) Freyberg: Andrada e Silva e Joaquim  
 Fragoso de Siqueira; Berlim: João Rodrigues  
 de Sá

**1807**

	Portugal		Brasil		Resto da Europa		Ásia (Pequim)	
		%		%		%		%
Honorários (12)	10	84	1	8	1	8	-	-
Estrangeiros (8)	-	-	-	-	8 (*)	100	-	-
Veteranos (6)	6	100	-	-	-	-	-	-
Efetivos (24)	22	92	-	-	2 (**)	8	-	-
Livres(27)	23	77	1	3	3	10	-	-
Correspondentes (88)	50	57	14	16	13	15	1	2
<b>Total (165)</b>	<b>111</b>	<b>67</b>	<b>16</b>	<b>10</b>	<b>37</b>	<b>22</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

(\*) Londres (4), Paris (2), Berlim (1), S. Petersburgo(1).

(\*\*) Paris (Correia da Serra) e Pádua (Dalla Bela)

Efetivos (24)							
Lisboa		Coimbra		Província		Resto da Europa	
	%		%		%		%
19	80	1	4	2 (*)	8	2 (**)	8

(\*) Fr. Joaquim de Sto. Agostinho de Brito França Galvão (Lustosa) e Custódio Gomes Vilas Boas (Esposende)

(\*\*) Correia da Serra, em Paris, Dalla Bella em Pádua.

**Correspondentes em Portugal (50)**

Lisboa	%	Coimbra	%	Porto	%	Província	%
30	60	11	22	6	12	13	26

**Livres (27)**

Lisboa		Coimbra		Porto e Província		Brasil		Resto da Europa	
	%		%		%		%		%
16	59	3	11	4 (*)	15	1	4	3 (**)	11

(\*) Porto (1), Tomar (1), Esposende (1) e Estremoz (1)

(\*\*)Paris: Morgado de Mateus, Anastácio Joaquim Rodrigues e João Manuel de Abreu

**1812**

	Portugal		Brasil		Resto da Europa		Desconhecido	
		%		%		%		%
Honorários (17)	9 <sup>(i)</sup>	53	2 <sup>(ii)</sup>	12	6 <sup>(iii)</sup>	35	-	
Estrangeiros (8)	-		-		8 <sup>(iv)</sup>	100	-	
Veteranos (6)	4	67	1	17	1 <sup>(v)</sup>	16	-	
Efetivos (24)	18	75	3	13	3	8	-	
Livres(36)	33	92	3	8	-	-	-	
Correspondentes (73)	46	63	14	19	10	13	4	5
<b>Total (174)</b>	<b>109</b>	<b>67</b>	<b>23</b>	<b>14</b>	<b>30</b>	<b>19</b>	<b>-</b>	

Efetivos (24)						
Lisboa	%	Coimbra	%	Brasil	%	Resto da Europa e América
15	63	3	13	3 <sup>(i)</sup>	13	3 <sup>(ii)</sup>

- (i) Garção Stockler, Dantas Pereira, e Tomás Vila Nova Portugal  
(ii) França (Visconde de Barbacena) e Filadélfia (Correia da Serra) e Londres (Vandelli)

Correspondentes em Portugal (46)							
Lisboa	%	Coimbra	%	Porto	%	Província	%
27	59	3	7	5	11	11	24

- (i) Lisboa (8) e Évora (Cenáculo)  
(ii) António de Araújo de Azevedo e D. Fernando José de Portugal e Castro, conde de Aguiar.  
(iii) Reino Unido (Príncipe de Gales e Duque de Sussex); França (marquês de Penalva, marquês de Marialva e o bispo do Algarve)  
(iv) Londres (4), Paris (2), Berlim (1) e Madrid (1)  
(v) Dalla Bela

Livres (36)							
Lisboa	%	Coimbra	%	Porto e Província	%	Brasil	%
25	69	5	14	3 <sup>(*)</sup>	8	3	8

- (i) Porto (1), Azeitão e Madeira.

1820

	Portugal	%	Brasil	%	Resto da Europa	%	América (Filadélfia)	%
Honorários (17)	10	59	1 <sup>(i)</sup>	6	6 <sup>(ii)</sup>	35		
Estrangeiros (9)					9 <sup>(iii)</sup>			
Veteranos (5)	4	80	1 <sup>(iv)</sup>	20				
Efetivos (23)	20	87	1	4	1	4	1	4
Livres(33)	26	79	5	15	2	6		
Correspondentes (78)	46	60	19	24	13	16		
<b>Total (165)</b>	<b>106</b>	<b>64</b>	<b>25</b>	<b>15</b>	<b>16</b>	<b>10</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

Correspondentes em Portugal (46)							
Lisboa	%	Coimbra	%	Porto	%	Província	%
21	46	4	9	5	11	17	37

- (i) Tomás Vila Nova Portugal  
(ii) Paris (Marquês de Marialva e Carlos Stuart), Londres (Jorge III, duque Sussex e Arthur Wellesley). Em viagem (Domingos de Sousa Coutinho).  
(iii) Paris (3), Londres (3), Göttingen, Viena, e Madrid  
(iv) Manuel Luis Álvares de Carvalho

Efetivos (23)									
Lisboa	%	Coimbra	%	Província	%	Brasil	%	Resto da Europa e América	%
16	70	3	13	1 <sup>(i)</sup>	4	1 <sup>(ii)</sup>	4	2 <sup>(iii)</sup>	9

- (i) Lustosa (Joaquim de Brito França Galvão)  
(ii) Santos (Bonifácio de Andrada e Silva)  
(iii) Filadélfia (Correia da Serra) e S. Petersburgo (Visconde da Lapa)

Livres (33)									
Lisboa	%	Coimbra	%	Porto e Província	%	Brasil	%	Resto da Europa	%
20	61	2	6	4 <sup>(i)</sup>	12	5	15	2 <sup>(ii)</sup>	6

- (i) Porto (2), Santarém e Penafiel  
(ii) Paris (Morgado de Mateus) e Roma (Pedro de Melo Breiner)

1831

	Portugal		Brasil		Resto da Europa		Tânger/ Filadélfia/ Moçambique	
		%		%		%		%
Honorários (23)	18	78	-	-	5 <sup>(i)</sup>	22	-	-
Estrangeiros (7)	-	-	-	-	7	-	-	-
Veteranos (1)	1	-	-	-	-	-	-	-
Efetivos (22)	20	91	2	9	-	-	-	-
Livres(27)	24	89	2	7	1	4	-	-
Correspondentes (71)	34	48	14	20	20	28	3 <sup>(ii)</sup>	4
<b>Total (151)</b>	<b>97</b>	<b>64</b>	<b>18</b>	<b>13</b>	<b>28</b>	<b>22</b>	<b>3</b>	<b>1</b>

(i) - 4 em Londres e 1 em Paris (Silvestre Pinheiro Ferreira).

(ii) - Jacob Grasberg de Hemso (Tânger), Paulo José Miguel de Brito (Moçambique) e Pedro Silvano Duponceau (Filadélfia).

Correspondentes em Portugal (34)							
Lisboa	%	Coimbra	%	Porto	%	Província	%
16	47	1 <sup>(i)</sup>	3	5	15	12	35

(i) - António Feliciano de Castilho

Efetivos (22)							
Lisboa	%	Província	%	Porto	%	Brasil	%
17	77	2 <sup>(i)</sup>	9	1 <sup>(ii)</sup>	5	2 <sup>(iii)</sup>	9

(i) Lustosa (Fr. Joaquim de Sto Agostinho Brito França Galvão) e Serra de Ossa (Fr. Francisco de S. Luís)

(ii) João Pedro Ribeiro

(iii) Bonifácio de Andrada e Silva e Francisco Vilella Barbosa

Livres (27)									
Lisboa	%	Coimbra	%	Porto e Província	%	Brasil	%	Resto da Europa	%
16	59	1	4	7 <sup>(i)</sup>	26	2 <sup>(ii)</sup>	7	1 <sup>(iii)</sup>	4

(i) Porto (2), Penafiel, Viseu, Sardoal, Vouzela e Lamego

(ii) Justiniano de Melo Franco e Manuel Ferreira da Câmara Bettencourt

(iii) Alemanha (Guilherme de Eschwege)

**ANEXO 3. A**

**Quadro sinótico das publicações periódicas da Academia Real das Ciências de Lisboa (1780 / 1834)**

<i>Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa</i>	<i>Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa para o adiantamento da agricultura, das artes e da industria em Portugal e suas conquistas</i>	<i>Memórias de Litteratura Portuguesa publicadas pela Academia Real das Ciências de Lisboa</i>	<i>Memórias de Agricultura premiadas pela Academia Real das Ciências de Lisboa</i>
<p><i>Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa</i>, Tomo I, 1797, c/ memórias de 1780 a 1788.</p> <p>Na “Advertencia” ao tomo II se informa que de todas as memórias da Academia se fariam, dali em diante, três coleções: <i>Memorias de Litteratura Portugueza</i>; <i>Memorias Economicas. e Memorias de Mathematica e Physica</i></p> <p><i>Memórias de Mathematica e Physica da Academia R. das Ciências de Lisboa</i>, Tomo II, 1799.</p> <p><i>Memórias de Mathematica e Physica da Academia R. das Ciências de Lisboa</i>, Tomo III, parte I - 1812, parte II - 1814.</p> <p>Por determinação da Assembleia Ordinária de 14/12/1814 as Memórias deveriam imprimir-se anualmente num volume dividido em duas partes: na primeira constaria a história da Academia do ano anterior e na segunda as memórias dos sócios de qualquer classe.</p> <p><i>História e Memórias da Academia R. das Ciências de Lisboa</i>, Tomo IV, parte I - 1815, parte II - 1816.  Tomo V, parte I - 1817, parte II - 1818.  Tomo VI, parte I - 1819, parte II - 1820.  Tomo VII, 1821.  Tomo VIII, parte I – 1823; parte II – 1823.  Tomo IX, 1825.  Tomo X, parte I – 1827, parte II – 1830.  Tomo XI, parte I – 1831, parte II – 1835.  Tomo XII, parte I – 1837, c/ as memórias agora distribuídas pelas três classes/secções do volume - mas sem discurso histórico; <i>História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa</i>, parte II – 1839, com discurso histórico e as memórias distribuídas pelas três classes - secções do volume.</p> <p><b>2ª Série:</b>  <i>História e Memórias da Academia das Ciências de Lisboa</i>, 2ª série, Tomo I, parte I – 1843, parte II - 1844.  <i>História e Memórias da Academia das Ciências de Lisboa</i>, 2ª série, Tomo II, parte I – 1848; parte II- 1850, <i>Memórias da Academia das Ciências de Lisboa</i>, 2ª série.  <i>História e Memórias da Academia das Ciências de Lisboa</i>, 2ª série, Tomo III, parte I – 1851, parte II – 1856, <i>Memórias da Academia das Ciências de Lisboa</i>, 2ª série.</p>	<p>Tomo I, 1789  Tomo II, 1790  Tomo III, 1791</p> <p>Tomo IV, 1812</p> <p>Tomo V, 1815.</p>	<p>Tomos I, II e III, 1792.  Tomos IV e V, 1793.  Tomo VI, 1796.</p> <p>Tomo VII, 1806.</p> <p>Tomo VIII, parte I, 1812; parte II, 1814.</p>	<p>Da acta da sessão de 12 de Agostos 1788 : “Permite a Academia. que se tirem do seu cartorio cópias das quatro Memorias de Agricultura, que forão premiadas no anno passado de 1787, e no corrente, para se imprimirem na sua Officina, , e debaixo do seus privilégio”.  [Assinado pelo Secretário, José Correia da Serra.]</p> <p><i>Memórias de Agricultura premiadas pela Academia Real das Ciências de Lisboa</i>, tomo I (Lisboa: Na Officina da mesma Academia Real, 1788).</p> <p><i>Memórias de Agricultura premiadas pela Academia Real das Ciências de Lisboa</i>, tomo II (Lisboa: Na Officina da mesma Academia Real, 1791).</p>

### ANEXO 3 . B

#### Autores publicados nas Memórias Económicas, Memórias de Literatura e História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa (1780 - 1834)

122 autores	ME, I, 1789	ME, II, 1790	ME, III, 1791	ML, I, 1792	ML, II, 1792	ML, III, 1792	ML, IV, 1792	ML, V, 1793	ML, VI, 1796	Tomo I, 1797	Tomo II, 1799	ML, VII, 1806	ML, VIII -1, 1812	Tomo III, 1, 1812	ME, IV, 1812	ML, VIII -2, 1814	Tomo III, 2, 1814	ME, V, 1815	Tomo IV,1, 1815	Tomo IV,2, 1816	Tomo V,1, 1817	Tomo V,2, 1818	Tomo VI,1, 1819	Tomo VI,2, 1820	Tomo VII, 1821	Tomo VIII, 1, 1823	Tomo VIII, 2, 1823	Tomo IX, 1825	Tomo X, 1, 1827	Tomo X, 2, 1830	Tomo XI, 1, 1831	Tomo XI, 2, 1835	TOTAL	TOTAL	TOTAL			
Agostinho de Mendonça Falcão																										1								1				
Alexandre António das Neves Portugal			2																																	2		
Alexandre António Vandelli														1							1										1				2	1		
Andrea Rodrigues-c										1																									1			
António Caetano do Amaral				1	1			1	1			1											1	1											3	4		
António das Neves Pereira							1	2																												3		
António de Almeida-c																			1											1	1	1		4				
António de Araújo Travassos																				1	1			1											3			
António de Araújo de Azevedo												1																									1	
António Henriques da Silveira	1																																			1		
António Pereira de Figueiredo					1	1																					19								19	2		
António Ribeiro dos Santos				2	1	1						4	3			3					3														3	14		
António Soares Barbosa			1							1																								1	1			
Baltazar da Silva Lisboa																											1								1			
Bento Sanches Dorta										2	4			7																						13		
Bernardino António Gomes														2		1		2	1																6			
Blas Martinez																							1												1			
Constantino Botelho de Lacerda Lobo		1	1					1							6	1	1				1														2	9	1	
Cuatódio Gomes Villas Boas-c										1	2			2																					5			

	ME, I, 1789	ME, II, 1790	ME, III, 1791	ML, I, 1792	ML, II, 1792	ML, III, 1792	ML, IV, 1792	ML, V, 1793	ML, VI, 1796	Tomo I, 1797	Tomo II, 1799	ML, VII, 1806	ML, VIII -1, 1812	Tomo III, 1, 1812	ME, IV, 1812	ML, VIII -2, 1814	Tomo III, 2, 1814	ME, V, 1815	Tomo IV,1, 1815	Tomo IV,2, 1816	Tomo V,1, 1817	Tomo V,2, 1818	Tomo VI,1, 1819	Tomo VI,2, 1820	Tomo VII, 1821	Tomo VIII, 1, 1823	Tomo VIII, 2, 1823	Tomo IX, 1825	Tomo X, 1, 1827	Tomo X, 2, 1830	Tomo XI, 1, 1831	Tomo XI, 2, 1835	TOTAL	TOTAL	TOTAL			
Dalla Bella										2																									2			
Damoiseau de Monfort														2																						2		
Domingos Vandelli	6	2	2							3					1																				3	11		
Estêvão Cabral		3	2												2																					7		
Félix de Avelar Brotero																			1																1			
Fr. Fortunato de S. Boaventura																				1					1	1	1	1	1						5			
Fr. Francisco de S. Luís																				1															2			
Francisco Alexandre Lobo (bispo de Viseu)																							1	1	1										3			
Francisco António Ciera										1							1			2															4			
Francisco de Melo Franco																					1														1			
Francisco de Oliveira Barbosa-c										1	1																								2			
Francisco de Paula Travassos-c											1						1																		2			
Francisco Dias							1																													1		
Francisco Elias Rodrigues da Silveira																			2						1	1									4			
Francisco Manuel Barroso da Silva																	1																		1			
Francisco Manuel Trigo d Aragoão Morato																			1	1		1	1		1	1							1	7				
Francisco Nunes Franklin																										1								1				
Francisco Pedro Celestino Soares																																	1	1				
Francisco Pereira Rebelo da Fonseca			1																																	1		



	ME, I, 1789	ME, II, 1790	ME, III, 1791	ML, I, 1792	ML, II, 1792	ML, III, 1792	ML, IV, 1792	ML, V, 1793	ML, VI, 1796	Tomo I, 1797	Tomo II, 1799	ML, VII, 1806	ML, VIII -1, 1812	Tomo III, 1, 1812	ME, IV, 1812	ML, VIII -2, 1814	Tomo III, 2, 1814	ME, V, 1815	Tomo IV,1, 1815	Tomo IV,2, 1816	Tomo V,1, 1817	Tomo V,2, 1818	Tomo VI,1, 1819	Tomo VI,2, 1820	Tomo VII, 1821	Tomo VIII, 1,	Tomo VIII, 2,	Tomo IX, 1825	Tomo X, 1, 1827	Tomo X, 2, 1830	Tomo XI, 1, 1831	Tomo XI, 2, 1835	TOTAL	TOTAL	TOTAL				
João Evangelista Torriani																	1						1												2				
João Guilherme Cristiano Muller																	2																			2			
João Manuel de Campos e Mesquita															1			1																			2		
João Pedro Ribeiro					1		1	1				1																										4	
Joaquim de Amorim Castro		1	1																																		2		
Joaquim de Assunção Velho										4	3																										7		
Joaquim de Foyos				1						1					1																					1	1	1	
Joaquim de Santo Agostinho (Fr.)				2			1																															3	
Joaquim Forjaz				1																																		1	
Joaquim José da Costa de Macedo																							1										1	2					
Joaquim José Ferreira Gordo						1																					1								1		1		
Joaquim José Varella																				1																1			
Joaquim Pedro Fragoso de Sequeira		2													1			1																				4	
Joaquim Pedro Gomes de Oliveir			1																																			1	
Joaquim Xavier da Silva																								1												1			
José Anastácio de Figueiredo				4	1																																	5	
José António de Sá			1									1																									1	1	
José Bonifácio de Andrade e Silva		1															1		1	1	1	1	1	1												6	1		
José Cordeiro Feio																																					1		
José Correia da Serra																											1										1		
José de Santo António Moura (Fr.)																																						3	

	ME, I, 1789	ME, II, 1790	ME, III, 1791	ML, I, 1792	ML, II, 1792	ML, III, 1792	ML, IV, 1792	ML, V, 1793	ML, VI, 1796	Tomo I, 1797	Tomo II, 1799	ML, VII, 1806	ML, VIII -1, 1812	Tomo III, 1, 1812	ME, IV, 1812	ML, VIII -2, 1814	Tomo III, 2, 1814	ME, V, 1815	Tomo IV,1, 1815	Tomo IV,2, 1816	Tomo V,1, 1817	Tomo V,2, 1818	Tomo VI,1, 1819	Tomo VI,2, 1820	Tomo VII, 1821	Tomo VIII, 1, 1823	Tomo VIII, 2, 1823	Tomo IX, 1825	Tomo X, 1, 1827	Tomo X, 2, 1830	Tomo XI, 1, 1831	Tomo XI, 2, 1835	TOTAL	TOTAL	TOTAL			
José Diogo Mascarenhas Neto						1																															1	
José Henriques Ferreira	1																																				1	
José Inácio da Costa	1																																				1	
José Jacinto de Sousa			1																																		1	
José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho			1																																		1	
José Joaquim Soares de Barros	2						1			1			1	1	1		1																	3	3	1		
José Maria Dantas Pereira										2																			2	3	2			9				
José Maria de Sousa																						1													1			
José Maria Soares																								1												1		
José Martins da Cunha Pessoa		1													1																						2	
José Pinheiro de Freitas Soares																		1													1				1	1		
José Pinto rebelo de Carvalho e Souto																									1										1			
José Pinto Ribeiro															1																					1		
José Veríssimo Álvares da Silva	1							1										2																		3	1	
José Vilela Barros																									1										1			
Josepho Calandrelli-c										1																										1		
Justiniano de Melo Franco-c																				1	1															2		
Luis António de Oliveira Mendes															1																						1	
Luís Gomes de Carvalho																																						
Manuel Agostinho Madeira Torres																							1										1	2				
Manuel Arruda da Câmara															1																						1	

	ME, I, 1789	ME, II, 1790	ME, III, 1791	ML, I, 1792	ML, II, 1792	ML, III, 1792	ML, IV, 1792	ML, V, 1793	ML, VI, 1796	Tomo I, 1797	Tomo II, 1799	ML, VII, 1806	ML, VIII -1, 1812	Tomo III, 1, 1812	ME, IV, 1812	ML, VIII -2, 1814	Tomo III, 2, 1814	ME, V, 1815	Tomo IV,1, 1815	Tomo IV,2, 1816	Tomo V,1, 1817	Tomo V,2, 1818	Tomo VI,1, 1819	Tomo VI,2, 1820	Tomo VII, 1821	Tomo VIII, 1, 1823	Tomo VIII, 2, 1823	Tomo IX, 1825	Tomo X, 1, 1827	Tomo X, 2, 1830	Tomo XI, 1, 1831	Tomo XI, 2, 1835	TOTAL	TOTAL	TOTAL					
Manuel de Almeida, Visconde da Lapa																		1																		1				
Manuel de Sousa Ferreira																						1														1				
Manuel Dias Baptista	1																																				1			
Manuel do Espirito Santo Limpo										1				1																						2				
Manuel Ferreira da Camera	1	1																																			2			
Manuel Joaquim Coelho da Maia									1																												1			
Manuel Joaquim de Sousa Ferraz e Mendonça-c											3																										3			
Manuel José Maria da Costa e Sá																					1							1	1	4							7			
Manuel Pedro de Mello																			1																		1			
Marino Miguel Franzini																					1		1														2			
Marquês de Borba																										1				2	1						4			
Mateus da Assunção Brandão (Fr.)																																					1			
Mateus Valente do Couto																	4				1						2		1									8		
Monteiro da Rocha									2	1																												3		
Paulo José Maria Ciera																1						1				1												3		
Rodrigo de Sousa Coutinho (D.)	1																																					1		
Rodrigo Ferreira da Costa																										1												1		
Sebastião F. Mendo Trigo																2	1	2	3		1	1			1	1	2											10	2	2
Tomás Ant. Vila Nova Portugal		2	3			1	1																															5	2	
Vicente Coelho Seabra Silva Teles			1							1																											1	1		



Anexo 4. A –

Mapa do nº de assuntos e áreas disciplinares respetivas postos a concurso pela Academia Real das Ciências de Lisboa entre 1780 e 1834

Ano	Nº Programa	Nº de Assuntos (Nº de assuntos repetidos,r)	Assuntos propostos a concurso																						
			CIÊNCIAS NATURAIS										CIÊNCIAS EXACTAS						LIT. PORTUGUESA			OUTROS			
			Agricultura	Economia	Veterinária	Química	Física	História Natural	Mineral. Geologia	Medicina/Saúde Pública	Metal.	Artes Mec/Tecnologia	Análise	Astronomia	Cálculo	Mecânica	Hidráulica	Navegação/Const. Naval	Língua e Lit. Port.	História Portugal	Poesia/Teatro Nac.		Dir. / Juris.Port		
1780	1	1																			1				
	2	6	1	1											1	1					1	1			
	3	3 (1r)		1r										1								1			
1781	4	3 (2r)	1													1r					1r				
1782	5	3			1								1									1			
1783	6	2 (1r)	1	1r																					
	7	3 (1r)				1								1r								1			
1785	8	4 (2r)	1r															1			2(1r)				
	9	3 (1r)			1r											1						1			
1786	10	4	2			1				1															
	11	4(3r)	1r							1				1r								1r			
1787	12	3r	1r																		1r	1r			
	13	1r	1r																						
1788	14	4 (2r)	1r			1r															1		1		
1789	15	25 (7r)	2 (1r)	2(1r)		1r				4		2									2 (1r)	3 (1r)	2(1r)	3(1r)	4
1790	16	16(7r)	1	1r			1			1		1			1		1r	1		1	2 (1r)	1r	3r	2	
1791	17	16(7r)	2	1r			1r			1		1			1			1r		1r	2(1r)	1	3r	2	
1792	18	16(9r)	1	2r		1				1r					1		1r	1r		1r	2 (1r)	1r	3r	2	
1793	19	16(9r)	1	2			1			1r					1r		1r	1r		1r	2r	1	3r	2	
1794	20	16 (14r)	1r	2r		1r				1r					1r		1r	1r		1r	2 (1r)	1	2r	3r	
1795	21	18(8r)	1	3 (2r)						1r		1			1	1	1r	2 (1r)		2 (1r)	2 (1r)	1	2r	2	
	22	5(3r)	3(1r)	1r		1r																			
1796	23	16 (10r)	1	2r			1			1r					1r		1r	2r		2(1r)	2(1r)	1	2r	2	
1797	24	16 (8r)	1	2r			1								1	1	1r	2r		2(1r)	2(1r)	1	2r	2	
	25	4	3									1													
1798	26	17 (9r)	1	2r			1r			1		1			1		1r	2r		2(1r)	2(1r)	1	2r	2	
1799	27	14(6r)	1	2r		1				1					1	1	1r			2 (1r)	2 (1r)	1	2r	1	

Legenda: (xr) – (x assuntos repetidos)

Ano	Nº Programa	Nº de assuntos	Assuntos propostos a concurso																					
			CIÊNCIAS NATURAIS										CIÊNCIAS EXACTAS							LIT. PORTUGUESA			OUTROS	
			Agricultura	Economia	Veterinária	Química	Física	História Natural	Mineral. Geologia	Medicina/Saúde Pública	Metal.	Artes Mec/Tecnologia	Análise	Astronomia	Cálculo	Mecânica	Hidráulica	Navegação/Const. Naval	Língua e Lit. Port.	História Portugal	Poesia/Teatro Nac.	Dir. / Juris. Port.		
1800	28	16(11r)	1r	2r	1	1				1					1r		1r	1	2r	1	2r	2r		
1801	29	16 (11)	2(1r)	2r	1		1r			1					1r	1	1r		2(1r)	1r	2r	1r		
1805	30	16 (9r)	2(1r)	2r	1		1			1					1	1	1r		2(1r)	1r	2r	1r		
1806	31	14 (8r)	1	2r			1r			1					1	1	1r		2(1r)	1	2r	1r		
1810	32	1																					1	
	33	19 (8r)	2	4(2r)					2	2					2(1r)	1	1r		1r	1	2r	1r		
1811	34	1																					1	
1812	35	20(8r)	2	4(2r)	1		2			2					2(1r)	1	1r		1r	1	2r	1r		
1813	36	15(10r)		3r					1r	1r			1	1		1r	1r		2(1r)	2	2r			
1814	37	17(8r)		3r		1				2 (1r)			2	1r					3(1r)	3	2r			
1815	38	17(17r)		3r		1r				2r			2r	1r					3r	3r	2r			
	39	1								1														
1816	40	18(8r)	1	3(2r)						2(1r)		1	1	1r		1			3(1r)	3(1r)	2r			
1817	41	26 (26r)	1r	4r		1r				3r		1r	2r	2r		1r			4r	5r	2r			
1818	42	25(14r)	2(1r)	4(3r)		1		1		2(1r)			1	2r		1r			5(2r)	4(2r)	2r			
1819	43	22 (16r)	2(1r)	3r						2r	1		1	2r		2(1r)			4(3r)	3(2r)	2r			
1820	44	25(15r)	1r	3(2r)		1				4(3r)	1r		1r	2(1r)		2(1r)			4(2r)	4(1r)	2r			
1821	45	24(16r)		4r		1r				5(4r)				2(1r)		2(1r)			4(2r)	4(1r)	2r			
1822	46	24(19r)		4r		1				5(4r)			1r	2r		2r			4(2r)	3(2r)	2r			
1823	47	21(19r)		4r		1r				5(4r)			1r	2r		1r		1	1r	3r	2r			
1824	48	21(14r)		4(3r)						5(3r)			1	1r	1	2(1r)		1r	1	3r	2r			
1825	49	20(17r)		3r						6(4r)			1r	1r	1	1r		1r	1r	3r	2r			
1826																								
1827	50	25(15r)		3(2r)						5r			1r	1r	2	2(1r)	1r	1r	3	4(1r)	2r			
1828																								
1829	51	24(22r)		3r						5r			1r	1r	2r	2r	1r	1r	2(1r)	4(3r)	2r			
1830	52	24(24r)		3r						5r			1r	1r	2r	2r	1r	1r	3r	3r	2r			
1831	53	22(16r)		2r						5(4r)			1	1r	2(1r)	1r	1r	1r	2r	4(3r)	2			
1832	54	22(22r)		2r						5r			1r	1r	2r	1r	1r	1r	2r	4r	2r			
<b>Total de assuntos (assuntos repetidos)</b>		<b>735 (467r)</b>	<b>46 (14r)</b>	<b>99 (85r)</b>	<b>6 (1r)</b>	<b>17 (8r)</b>	<b>11 (4r)</b>	<b>1</b>	<b>3 (1r)</b>	<b>93 (62r)</b>	<b>2 (1r)</b>	<b>9 (1r)</b>	<b>21 (12r)</b>	<b>28 (24r)</b>	<b>31 (14r)</b>	<b>33 (18r)</b>	<b>23 (22r)</b>	<b>28 (20r)</b>	<b>94 (54r)</b>	<b>83 (45r)</b>	<b>75 (71r)</b>	<b>31 (10r)</b>	<b>2</b>	
<b>% repetições</b>		63,50	30,4	84,2	16,7	47	36,4		33,3	60,5	50	11,0	57,1	85,7	45,2	54,5	95,6	71,0	50,8	54,2	94,7	32,3		
<b>Total de assuntos (assuntos repetidos)</b>							<b>287 (177r)</b>									<b>163 (109r)</b>					<b>283 (180r)</b>		<b>2</b>	
<b>% repetições</b>							61,7									66,90					63,6			

## ANEXO 4 . B

### Assuntos postos a concurso e premiados pela Academia Real das Ciências de Lisboa entre 1780 e 1835

#### **21 de Junho de 1780**

- *Hum Exame dos Principios Fysicos, e circunstancias, que constituem a fertilidade dos Terrenos, donde se deduzão regras fáceis para distinguir as diferentes espécies delles, conhecer os que são úteis, e emendar os estéreis.*

Vencedores, ex aequo: Miguel Pereira Pinto Teixeira, correspondente da ACL e corregedor em V. Real e João Pedro Xavier do Monte, médico em Santarém.

- *Determinar exacta, ou proxivamente a lei do movimento dos corpos projecteis, por hum meio resistente, de forma que possam deduzir-se regras fáceis para a pratica da Balistica.*

Vencedor: Christian Gottlieb Kratzenstein (1723 – 1795), professor de Física Experimental na U. Copenhaga.

- *Huma Descrição Fysica e Economica de alguma Comarca, ou território considerável deste Reino, com observações úteis à Agricultura, e à Industria.*

Vencedor: “Sobre o estado da Agricultura, e Commercio do Alto-Douro”, *Memorias Economicas*, III (1791), 73 – 153. Esta memória teve o *Accessit* em 1782.

#### **2 de Outubro de 1780**

- (2ª vez) *Huma Descrição Fysica e Economica de alguma Comarca, ou território considerável deste Reino, com observações úteis à Agricultura, e à Industria.*

Vencedor: Manuel Dias Batista, “Ensaio de huma descrição Fysica e Económica de Coimbra e seus arredores”, *ME I* (1789), 254 – 98.

#### **3 de Outubro de 1781**

(2ª vez) *Hum Plano calculado para fazer navegável algum Rio ou Canal, que facilitasse a comunicação e commercio no interior do Reino de Portugal.*

Vencedor: Guilheme Luis António Valleré (1727 – 1796), engenheiro militar.

#### **7 de Outubro de 1782**

- *Demonstrar a regra de aproximação, que M. Fontaine ensina nas suas Memorias para*

integrar  $\int y dx$  sendo  $y$  função de  $x$ , e determinar os casos, em que a dita aproximação he mais convergente.

Vencedor: Manuel Joaquim Coelho da Maia (1750 – 1817), lente de Matemática na UC, *Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, I (1797), 503 – 525.

### **23 de Julho de 1783**

- 3ª vez e tb para os anos seguintes. *Huma Descrição Fysica e Economica de alguma, ou território considerável deste Reino, com observações úteis à Agricultura, e à Industria.*

Vencedor: Manuel Ferreira da Câmara, “Descrição Física e Económica da Comarca dos Ilhéus”, *ME*, I (1789), 304 – 50.

- *Quaes são os os meios convenientes de supprir a falta dos estrumes dos animais nos lugares, onde he dificultoso havelos, haveriguando-se particularmente se o revolver e expor por varias vezes a terra á influênciã da Athmosfera será hum modo sufficiente de fertilizalla, e sendo tudo comprovado com experiênciãs repetidas, e autorisadas.*

Vencedores: Manuel Joaquim Henriques de Paiva, “Memoria Quimico-Agronómica sobre quaes são os meios mais convenientes de suprir a falta de estrumes animaes”, *Memórias de Agricultura premiadas pelas Academia Real das Sciencias de Lisboa*, tomo I (1788), 103 – 150, José Veríssimo Álvares da Silva, “Memoria que concorre ao assumpto extraordinário, de Agricultura proposto pela Academia Real das Sciencias para o anno de 1788”, *Idem*, 152 – 235 e Constantino Botelho Lacerda Lobo, “Quaes são os meios mias convenientes de supprir a falta dos estrumes animaes nos lugares aonde he difficultozo havellos? *Idem*, 239 – 363.

### **10 de Maio de 1785**

*Huma Tragedia Portugueza.*

Vencedor: Anónimo (Teresa de Mello Breyner), *Osmía – Uma Tragedia Portugueza* (1788).

### **13 Maio de 1785**

2ª vez *Qual he o Methodo mais conveniente e cautelas necessárias para a cultura das Vinhas em Portugal; para a Vindima; extracção e fermentação do Mosto; conservação e bondade do Vinho; e pata a melhor reputação e vantagem deste importante Ramo do nosso Commercio.*

Vencedor: José Veríssimo Álvares da Silva (1744 – 1811), professor régio de filosofia e latinidade: “Memoria sobre a Cultura das Vinhas, e sobre os Vinhos”,

*Memórias de Agricultura premiadas pelas Academia Real das Sciencias, tomo I (1788), 1 - 99*

### **Janeiro de 1786**

*Aos 4 cria dores de bichos da seda que apresentem mais de 15 arráteis de casulos de bicho da seda, resultantes da cultura de amoreiras no termo de Lisboa.*

Vencedores: Premiados os três que concorreram: Joanna Serrier, Martinho José e João Batista Danino.

### **Julho de 1786**

2ª vez. *Aos 4 criadores de bichos-da-seda que apresentem mais de 15 arráteis de casulos de bicho da seda, resultantes da cultura de amoreiras no termo de Lisboa.*

Vencedor: Premiados, novamente, os três que concorreram: Joanna Serrier, Martinho José e António Batista.

### **Maio de 1787**

3ª vez. *Qual he o Methodo mais conveniente e cautelas necessárias para a cultura das Vinhas em Portugal; para a Vindima; extracção e fermentação do Mosto; conservação e bondade do Vinho; e para a melhor reputação e vantagem deste importante Ramo do nosso Commercio.*

Vencedores: Francisco Pereira Rebello da Fonseca, *Memórias de Agricultura Premiadas pela Academia Real das Sciencias de Lisboa em 1790, II (1790), 1 – 273.* Vicente Coelho de Seabra da Silva Telles “Memoria sobre a cultura das videiras e a manufactura dos vinhos”, *Memórias de Agricultura Premiadas pela Academia Real das Sciencias de Lisboa em 1790, II (1790), 275 – 471.*

### **Janeiro de 1789**

*Comparar carros e máquinas usados por nós com os usados nas outras nações de modo a se poder tirar delas tudo o que melhore as nossas, respeitando as nossas circunstancias.*

Vencedor: Alexandre António das Neves Portugal. (1763 – 1822)

### **Janeiro de 1790**

*Para o Brazil: Determinar com todos os seus syntomas as doenças agudas e chronicas, que mais frequentemente acommettem os pretos recém tirados de Africa: examinado as causas da sua mortandade nos primeiros annos depois da sua chegada ao Brazil; se talvez a mudança de clima se a da vida mais laboriosa, ou se alguns outros motivos concorrem para tanto estrago. E finalmente indicar os methods mãos appropriados para o evitar prevenindo-o, e curando-o. Tudo isto deduzido da experiências mais sizuda,*

e fiel.

Vencedor: Luís António de Oliveira Mendes (1750 – 1814), advogado da Casa da Suplicação, publicado nas *ME*, IV(1812), 1-64.

### **Janeiro de 1791**

2ª vez - *Huma Derrota, que o uso das Observações Astronomicas seja o mais frequente, principalmente as das distancias da Lua ao Sol, ou ás Estrelas, sendo estas calculadas segundo os methods, e taboadas que a Academia tem indicado, e continuar a indicar em as Ephemerides Nauticas que para uso dos nosso Pilotos tem mandado calcular para todos so anos.*

Vencedores: José Porfírio de Sousa, piloto e José Ribeiro Peixoto, piloto.

- *A Historia do nosso Commercio exterior assim de importação como de exportação desde o princípio da Monarquia até ao descobrimento da India.*

Vencedor: José Veríssimo Álvares da Silva.

### **Janeiro de 1792**

- 3ª vez - *Huma Derrota, que o uso das Observações Astronomicas seja o mais frequente, principalmente as das distancias da Lua ao Sol, ou ás Estrelas, sendo estas calculadas segundo os methods, e taboadas que a Academia tem indicado, e continuar a indicar em as Ephemerides Nauticas que para uso dos nosso Pilotos tem mandado calcular para todos os anos.*

Vencedor: Vitor José de Mello, piloto.

- *Comparar a História de D. João de Castro por Jacinto Freire de Andrade, e a vida de D. Paulo de Lima por Diogo do Couto, tanto pelo que respeita ás perfeições, ou vícios da linguagem, e do estilo, como pelo que respeita ás perfeições, e vícios de ambos em qualidade de Escritores de História.*

Vencedor: Fr. Francisco de S. Luís (1766 – 1845).

- *Qual foi a forma dos juízos nos primeiros tres séculos da Monarquia, e por quaes mudanças chegou á sua forma actual.*

Vencedor: José Verissimo Álvares da Silva, *Memórias de Literatura*, VI, 1796, 35-100.

- *Qual foi a época certa da introdução do Direito das Decretaes neste Reino, que mudanças causou, e que influencias teve nos tempos posteriores, sobre a Legislação Portugueza.*

Vencedor: João Pedro Ribeiro, *Memórias de Literatura*, VI, 1796, 5-34.

### **Maio de 1793**

- 5ª vez: *Quatro medalhas de prata da mesma grandeza e cunho que as de ouro dos prémios ordinários da Academia, às quatro melhores composições Poéticas que não sejam, Epopea, Tragedia ou Comedia.*

Vencedor: António Pereira de Sousa Caldas (1762 – 1814), *Odes*.

### **Maio de 1794**

- 2ª vez. *Como annualmente se importa dos paizes estrangeiros huma grande quantidade de potassa para Portugal, pede-se huma demonstração comprovada com experiências, da utilidade que nos pode resultar, fabricando a potassa no Reino, ou nas Conquistas, queimado as lenhas, cujo transporte for difícil, ou dispendioso, ou com outras economias semelhantes. Dando-se juntamente o melho methodo de purificar a que destes modos se fizer, a fim de ser própria aos uzos para que nas artes se emprega.*

Vencedor: Francisco Vieira Goulart (1765 – 1839).

5ª vez. *Huma Derrota, que o uso das Observações Astronomicas seja o mais frequente, principalmente as das distancias da Lua ao Sol, ou ás Estrelas, sendo estas calculadas segundo os methodos, e taboadas que a Academia tem indicado, e continuar a indicar em as Ephemerides Nauticas que para uso dos nosso Pilotos tem mandado calcular para todos os anos.*

Vencedor: Vicente José de Oliveira Guimarães. A obra vencedora, um “Diário náutico”, vem referida na *HM*, III, 2 (1814), XLIX.

### **Maio de 1795**

- *Qual seja o methodo de aperfeiçoar as castas dos Carneiros em Portugal, a fim de obter lans tão finas como as melhores de Hespanha, e de fio tão comprido como as Inglezas.*

Vencedor: Luis António de Oliveira Mendes (1750 – 1814).

### **Julho de 1795**

4ª vez. *Três prémios para três creadores, que apresentarem no tempo próprio mais de 60 arráteis de casulos (seda) com atestações authenticadas do Paroco e Juiz do Lugar.*

Vencedor: Anna Mequelina de Melo.

*Para aquelle Lavrador que, nas Commarcas e terras em que a cultura das batatas se acha já actualmente estabelecida, mostrar com documentos authenticos haver plantado deste género com feliz êxito a maior extensão de terreno, sendo este capaz de produzir*

*de 6 móios de batata para cima, e sendo pelo menos metade terreno até então inculto.*

Vencedor: José Vicente Soares, da vila da Moita; Manuel António da Costa, comarca de comarca de Chaves; Teresa Luisa de Sousa Maciel, Vilarinho de S. Romão.

*Para aquelle Lavrador , que nas terras aonde a dita cultura he ainda actualmente estranha, mostram ter plantado com acerto a maior extensão de terreno, metade do qual pelo menos não tenha sido ainda applicado a outra alguma cultura, e sendo este capaz de produzir de 3 moios de batatas para cima.*

Vencedores: Francisco Joaquim Carvalhosa na Comarca de Alenquer (1814); Francisco Luís Ferreira Tavares, da Palhaça, Aveiro (1814); Anónimo, na Comarca de Torres Vedras (1817); José Francisco Rosa , do Casal dos Claros , da Comarca de Leiria (1817). José de Sousa e Freitas (1816), *Memoria a respeito da cultura das batatas*.

### **Junho de 1810**

*Comparação das formulas tanto finitas, como de variações finitas, e infinitesimas dos triângulos esphericos, e rectilíneos; a fim de mostra athe que grao de aproximação se podem huns tomar pelos outros, por meio do exame analytico dos erros, que resultem desta suposição.*

Vencedor: Matheus Valente do Couto (1770 – 1848), Capitão do Real Corpo dos Engenheiros , e Lente de Matemática, “Memória em que se pretende dar a Solução de hum Programma da Academia Real das Sciencias de Lisboa”, *HM* III, 2 (1812), 119 – 148.

### **Junho de 1815**

*Qual he o methodo de curar radicalmente as Dysenterias chronicas, de qualquer causa que procedão; fundado em Principios, e confirmado por Observações praticas.*

Vencedores: Blas Martinez, médico em Pamplona, “Dissertation de concurso al Problema siguiente: Qual es el metodo de curar radicalmente las disenterias crónicas, de qualquiera causa que procedan? Fundado em principios, y confirmado por observaciones prácticas”, *HM*, VI, 2 (1820), 25 - 66 e Fonseca Benevides, *HM* VII (1821), 94 – 157.

### **Junho de 1816**

*Dar a demonstração das Formulas propostas por Wronski para a Resolução geral das Equações.*

Vencedor: João Evangelista Torriani, “Dar a demonstração das Formulas propostas por Wronski para a Resolução geral das Equações”, *HM*, VI, 1 (1819), 33 – 56.

### **Junho de 1817**

- 2ª vez. *A descrição e modelo de hum Aparelho deslilatorio , o qual , tendo-se em vista os princípios de Edward Adam , seja com tudo de tal sorte simplificado , que pelo seu módico preço possa servir para as operações em pequeno.*

*Nota: Além do prémio ordinário a Academia pagará também as despesas que se tiverem feito com o modelo do Lambique, que merecer o prémio.*

Vencedor: António de Araújo Travassos, “Memória sobre a Destilação Contínua”, *HM*, VII (1820), 504 – 572.

### **Junho de 1822**

- 28ª vez. *A Descrição Economica de alguma Commarca, ou território considerável do Reino, ou Dominios Ultramarinos, feita de conforme o plano adoptado pela Academia para a visita, que mandou fazer, das Commarca de Setúbal, e que se publicou no 3.º Tomo das suas Memorias Economicas.*

Vencedor: Anónimo, “Descrição económica de certa porção considerável de território da comarca de Tomar ”, *HM*, VIII, 2 (1823), 43 – 134.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### FONTES

#### 1 – MANUSCRITOS

##### A - BACL, série azul

- Ms. 17, *Memorias Económicas e Físicas que não tiveram lugar nas Coleções da Academia*. Tomo 1º.
- Ms. 191, *Índice dos Auctores e Leis que se devem consultar sobre cada uma das Ordenações / [por] Joaquim José Ferreira Gordo*.
- Ms. 241, *Colecção de Cartas do Ex.mo Snr. Visconde de Barbacena, e Ill.mo Snr. Ab. Correa da Serra dirigidas a Domingos Vandelli: que contem algumas noticias sobre a fundação, e primeiros annos da Academia Real das Sciencias de Lisboa (1778/1779)*.
- Ms. 351, *Memórias de Matemática e Física que não tiveram lugar nas Coleções da Academia*. Tomo 1º.
- Ms. 352, *Memorias de Matemática oferecidas à Academia Real das Ciências que não foram julgadas poder entrar nas suas Coleções*. Tomo 1º.
- Ms. 373, *Colecção de Memórias Física e Económicas oferecidas à Academia Real das Ciências de Lisboa que não puderam entrar nas Coleções impressas*. Tomo 1º.
- Ms. 377, *Memorias de Matemática e Física oferecidas à Academia Real das Ciências que não foram julgadas poder entrar nas suas Coleções*. Tomo 5º.
- Ms. 763, *Colecção de Cartas do Ex.mo Snr. Visconde de Barbacena e Snr. Ab. Corrêa da Serra dirigidas ao Snr. Domingos Vandelli (1780/1788)*.
- Ms. 780, *Apontamentos para a História da Academia Real das Ciências de Lisboa*.
- Ms. 785, *Nota acerca da Academia real das Ciências de Lisboa*.
- Ms. 925, *Academia Real das Ciências de Lisboa. Notícias da sua fundação, bens próprias, direitos adquiridos, locais da sede [por] António Joaquim Moreira*.
- Ms. 974, *Observações sobre os Estatutos da Academia / [por] Antonio Soares Barbosa*.
- Ms. 975, *Cartas acerca dos estatutos da Academia Real das Ciências / [por] José Mont.ro da Rocha*.
- Ms. 977, *Carta acerca dos estatutos da Academia Real das Ciências de Lisboa / [por] Domingos Vandelli*.
- Ms. 985, Francisco Inácio Pereira Rubião, *Memoria sobre a Vaccina*, 1819.
- Ms. 999, *Papéis relativos à Instituição Vacínica, pela Academia*.

Ms. 1944, *Correspondência da Academia Real das Ciências de Lisboa desde 1780 até 1790.*

## **B – AHCACL**

Livro 5A, *Férias e recibos desde 1 de Julho de 1797 até 30 de Junho de 1798.*

Livro 6 A, *Férias e recibos desde 1 de Julho de 1798 até 30 de Junho de 1799.*

Livro 20 A, *Ferías e Recibos desde 6 de Julho de 1811 a 27 de Junho de 1812.*

Livro 21 A, *Ferías e Recibos desde 3 de Julho de 1812 a 26 de Junho de 1813.*

Livro 4B, *Portarias, Avisos e Decretos, 1833-1863.*

Livro 23 B, *Livro das Sessões do Conselho da Academia Real das Sciencias, 11 de Janeiro de 1827 – 5 de Novembro de 1834.*

Livro 24 B, *Sessões do Conselho e das Assembleias Gerais, 8 de Junho de 1810 – 12 de Janeiro de 1827.*

Livro 25 B, *Livro das Assembleias Gerais, 9 de Junho de 1825 - 1 de Outubro de 1834.*

Livro 26 B, *Actas das Assembleias particulares e semipúblicas da Academia das Sciencias de Lisboa, 10 de Janeiro de 1780 a 11 de Fevereiro de 1810.*

Livro 27 B, *Livro do Assento dos Socios que assistem a cada Assembleia, 1808 – 1825.*

Livro 154 B, *Livro de Assentos da Academia das Sciencias de Lisboa, 1780.*

Livro 156 B, *Actas das Assembleias particulares e semipúblicas da Academia das Sciencias de Lisboa, 16 Janeiro de 1780 – 3 de Janeiro de 1781.*

*Processo Académicos dos Sócios da ACL.*

## **C – Diversos**

AHMB, *Correspondência estrangeira*, Cartas de alguns sócios correspondentes para Domingos Vandelli, A 7, A8, B 75, R 28, R 29, P 34, P 36, P37, O 3, 4 e 5, N4, S 52 – S 58, S 59 – 62A

ANTT, Ministério do Reino, mç. 353, *Negócios diversos da Academia das Ciências de Lisboa.*

ANTT, Ministério do Reino, mç. 460, cx. 576, *Informações do Intendente Geral da polícia.*

ANTT, *Manuscritos do Abade Correia da Serra, B – Correspondência para Correia da Serra*, 8 e 8 A; 14, 14 A, 14B, 14C; 15, 15 A e 15 B.

ANTT, *Manuscritos do Abade Correia da Serra*, “Elogio do senhor marquez de Angeja”, Caixa 2B, A37

[http://chcul.fc.ul.pt/correia\\_da\\_serra/transcricoes/IAN-TT\\_Arq\\_Part\\_Correia\\_da\\_Serra.Cx\\_2B-A37.1788.pdf](http://chcul.fc.ul.pt/correia_da_serra/transcricoes/IAN-TT_Arq_Part_Correia_da_Serra.Cx_2B-A37.1788.pdf)).

ANTT, *Arquivos Particulares, Abade Correia da Serra*, “História da Aacdemia real das Sciencias de Lisboa desde o su principio até 1788”, *Caixa* 3B, A58 ([http://chcul.fc.ul.pt/correia\\_da\\_serra/transcricoes/IAN-TT\\_Arq\\_Part\\_Correia\\_da\\_Serra.Cx\\_3B-A58.%5Bs.d.%5D.pdf](http://chcul.fc.ul.pt/correia_da_serra/transcricoes/IAN-TT_Arq_Part_Correia_da_Serra.Cx_3B-A58.%5Bs.d.%5D.pdf)).

BA, código 54 – V – 14, nº6, Domingos Vandelli, *Memórias Inéditas*, “Memória sobre a pública Instrução Agrária”.

WL, ms. 3640, *Cadernos da corresponencia com a Instituição Vaccinica da Academia Real de Sciencias de Lisboa* (Manuel José Mourão de Carvalho Azevedo Monteiro / Bernardino António Gomes).

## 2 – IMPRESSOS

### 2.1 – Revistas e Jornais

*Annaes das Sciencias, das Artes, e das Letras.*

*Bibliotheca Universal.*

*Gazeta de Lisboa.*

*Investigador Portuguez em Inglaterra*

*Journal of Natural Philosophy Chemistry and the Arts (Nicholson Journal).*

*Jornal de Coimbra.*

*The Monthly Review.*

### 2.2 – Coleções da ACL, memórias, livros e outros impressos

“Art de recueillir & de préparer le quinquina” in *Encyclopedie Methodique ou Par Ordre des Matieres – Arts et Métiers Mécaniques*. Tomme Septieme (Paris: Chez Panckoucke, Libraire, 1790).

“Carta Régia de 18 de Maio de 1801”, *Ius Lusitaniae. Fontes Históricas do Direito Português*

([http://www.iuslusitaniae.fcsb.unl.pt/verlivro.php?id\\_parte=110&id\\_obra=73&pagina=1092\\_\(7/8/2014\)](http://www.iuslusitaniae.fcsb.unl.pt/verlivro.php?id_parte=110&id_obra=73&pagina=1092_(7/8/2014))).

“Carta régia de 22 de Setembro de 1804”, *Jornal de Coimbra*, 6, 29, I (1814), 282.

“Dos privilégios e prerrogativas da Academia Real da Marinha”, *Carta de Estatutos da Academia Real da Marinha*, Lei de 5 de Agosto de 1779, [http://www.iuslusitaniae.fcsb.unl.pt/verlivro.php?id\\_parte=109&id\\_obra](http://www.iuslusitaniae.fcsb.unl.pt/verlivro.php?id_parte=109&id_obra)

[=73&pagina=348](#) (5/4/2013).

“Relação dos Membros e Correspondentes da Instituição Vacínica da Academia Real das Sciencias de Lisboa, *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*”, VI, 1 (1919), CXXXII – CXXXIV.

*Actas das Congregações da Faculdade de Medicina (1772 – 1820)* (Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra), pp. 444, 445.  
<http://www.sbhm.org.br/index.asp?p=noticias&codigo=156> (10/5/2012).

*Almanach de Lisboa*, 15 vols. (Lisboa: Na Officina da Academia Real das Sciencias, 1785 - 1823).

Almeida, António de, “Annaes Vaccinicos de Portugal”, *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, 1816, IV (2), 40 – 64.

Amaral, António Caetano do, “Memorias para a Historia da Legislação, e Costumes de Portugal. I – Estado da Lusitania até ao tempo em que foi reduzida a Provincia Romana”, *Memorias da Academia real das Sciencias de Lisboa*, I (1797), 245 – 258.

Anónimo, “Descrição de certa porção consideravel de território da commarca de Thomar e próxima á margem direita do Tejo”, *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, VIII, 2 (1823), 43 – 134.

Bell, João, “Taboa mostrando o valor da Moeda de ouro, de prata do Reino de Portugal, desde o Reinado do Senhor Rei D. Duarte até 1806”, *Memorias de Mathematica e Phisica*, III, 2 (1814).

Bella, João António Dalla *Memorias e Observações sobre o modo de aperfeiçoar a Manufactura do Azeite de Oliveira em Portugal* (Lisboa: Na Officina da Academia Real das Sciencias, 1784).

Bella, João António Dalla, *Tratado d’Agricultura Theorico Practico* (Lisboa: Imprensa Régia, 1805).

Bella, João António Dalla, *Physices elementa usui Academiae Conimbricensis accommodata*, 3 vols. (Conimbricae: Typis Academiae, 1789-90).

Benevides, Ignacio Antonio da Fonseca, “Memória que obteve o Accessit na Sessão Publica de 14 de Junho de 1819”, *HM*, VII (1821), 94 – 157.

Breyner, Teresa de Melo, *Osmia - Tragedia de assumpto portuguez em cinco actos, coroada pela Academia Real das Sciencias de Lisboa em 13 de Maio de 1788* (Lisboa: Na Officina da mesma Academia Real, 1788).

Brotero, Felix Avelar, “Reflexões sobre a Agricultura de Portugal”, *História e Memórias da Academia Real das Sciencias*, IV, I (1815), 75 – 92.

Calandrelli, Josepho, “Observatio Eclipsis Lunaribus habita, die 3 Januarii anno 1787, in Collegio Romano”, *Memorias de Mathematica e Physica da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, II (1799), 39.

Carneiro, Heleodoro Jacinto de Araújo, *Reflexões sobre a Pratica da Inoculação da Vaccina e suas funestas onsequências* (Lisboa: Lisboa: Na Nova Off. de João Rodrigues Neves, 1808).

Castilho, José Feliciano de, “Conta dada à Instituição Vacínica”, in *Collecção de Opusculos sobre a Vaccina feitos pelos sócios da Academia Real das Sciencias*

- que compoem a Instituição Vaccinica* (Lisboa: Typografia da Academia, 1813).
- Catalogo das Obras impressas, e mandadas publicar pela Academia Real das Sciencias de Lisboa, com os preços por que se vendem brochadas* (Lisboa: s. n., 1812).
- Ceruti, Jacinto, “Observation de la total Emersion ò fim del Eclipse de Sol del dia 17 de Octobre de 1781, al observatorio de la Academia Real de los Cavalleros Guardias Mariñas de Cartagena”, *Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, I (1797), 526 – 527.
- Ciera, Francisco António, “Observações Astronómicas feitas nas Casas da Regia Officina Typografica, junto ao Real Colegio dos Nobres”, *Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, I (1797), 416 – 474.
- Ciera, Francisco António, “Plano de extracção de Loterias” *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, IV, 2 (1816), 180 – 190.
- \_\_\_\_\_, “Taboas do Nonagesimo para a Latitude de Lisboa, reduzidas ao centro da Terra 38<sup>o</sup> 27’ 22”, supondo a obliquidade da Ecliptica 23<sup>o</sup> 28’0”, *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, IV, 2 (1816) 155 – 179.
- Ciera, Paulo José Maria *Ephemerides astronómicas: calculadas para o meridiano do Observatorio da Universidade de Coimbra* (Coimbra: Na Real Imprensa da Universidade, 1805), pp. 271 – 288.
- Collecção de Livros Ineditos de Historia Portugueza*, 5 vols. (Lisboa: Na Typografia da mesma Academia, 1790 / 1824).
- Collecção de Opusculos sobre a Vaccina feitos pelos sócios da Academia Real das Sciencias, que compõem a Instituição Vaccinica e publicados de Ordem da mesma Academia, I e II* (1812), III a IX (1813) e X a XIII (1814) (Lisboa: Na Typografia da Academia).
- Collecção Systematica das Leis e Estatutos, por que se tem governado a Academia Real das Sciencias de Lisboa* (Lisboa: Na Typografia da mesma Academia, 1812).
- Decreto de 18 de Novembro de 1783* (Lotaria à Misericórdia de Lisboa), [http://www.iuslusitaniae.fcsb.unl.pt/verlivro.php?id\\_parte=108&id\\_obra=73&pagina=826](http://www.iuslusitaniae.fcsb.unl.pt/verlivro.php?id_parte=108&id_obra=73&pagina=826) (17/4/2014).
- Diário do Ano de 1731 que faz o Conde de Ericeira D. Francisco Xavier de Menezes*, [http://www.arqnet.pt/portal/pessoais/ericeira\\_nov1731.html#joana](http://www.arqnet.pt/portal/pessoais/ericeira_nov1731.html#joana) (25/1/2013).
- Dorta, Bento Sanches, “Observações Meteorológicas feitas na Cidade do Rio de Janeiro”, *Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa* I (1797), 345 – 378.
- \_\_\_\_\_, “Descripção de hum Monstro de espécie Humana, existente na cidade de S. Paulo na América Meridional”, *Memorias de Mathematica e*

- Phisica da Academia R, das Sciencias de Lisboa*, II (1799), 187 – 189.
- Duncan, Andrew, *Edinburg New Dispensatory*, 3th ed., (London: William Creech, 1791), pp. 250 – 254.
- \_\_\_\_\_, *Journal of Natural Philosophy Chemistry and the Arts (Nicholson Journal)*, 6 (1803), 225 – 228.
- Ephemerides Nauticas ou Diario Astronomico para o ano de ... Calculado para o meridiano de Lisboa*, 65 vols. (Lisboa: Na Officina da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1788 – 1808, 1819 - 1862).
- Espiritu de los Mejores Diarios Literarios, que se publican en Europa*, nº 29, 6 de Septiembre de 1787, p. 228 (<http://books.google.pt/books?id=RAtHPYFgGLYC&pg=PA228&dq=Jacinto+Ceruti&hl=pt-PT&sa=X&ei=wiXRT63jLsHIhAfTzqH3Dg&ved=0CEAQ6AEwATgK#v=onepage&q=Jacinto%20Ceruti&f=false> (7 de junho de 2012)).
- Estatutos da Academia Real das Sciencias de Lisboa* (Lisboa: Na Typografia da mesma Academia, 1834).
- Figueiredo, Jerónimo *Flora Pharmaceutica e Alimentar Portuguesa* (Lisboa: Na Typographia da Academia Real das Sciencias, 1825).
- Franzini, Marino Miguel, “Observações Meteorológicas feitas na cidade de Lisboa no anno de 1816, e 1817, acompanhadas de várias reflexões sobre o estudo e applicação da Meteorologia, offercidas à Real Academia das Sciencias”, *Historia e memorias da Academia Real das Sciencias*, V, 2 (1818), 91 – 125.
- Foyos, Joaquim de, “Sobre a Poesia Bucólica dos Poetas Portuguezes”, *Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, I (1797), 388 – 401.
- Gardanne, Joseph Jacques de *Catéchisme ou Les Morts Apparentes dites Asphyxies* (Paris: De L’imprimerie de Valade, 1782).
- Girard, Alberto Alexandre, *Catálogo das obras à venda na Typographia da Academia Real das Sciencias (1779 – 1904). Anexo à obra “As Publicações da Academia Real das Sciencias de Lisboa”* (Lisboa: Por ordem e na Typographia da Academia, 1905).
- Gomes, Bernardino António, *Elogio histórico do Padre João de Loureiro* (Lisboa: Typographia da Academia, 1865).
- Gomes, Bernardino António, “Conta dada na Congregação dos membros da Instituição Vaccinica da Academia Real das Sciencias”, *Collecção de Opusculos*, II, p. 19 – 24.
- Gomes, Bernardino António, “Ensaio sobre o Cinchonino, e sobre sua influencia na virtude da Quina, e outras Cascas”, *Memorias de Mathematica e Physica da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, III, 1(1812).
- Gomes, Bernardino António, “Recopilação Historica dos trabalhos da Instituição

- Vacínica durante o seu primeiro anno”, *Memorias de Mathematica e Physica da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, III, 2 (1814), LXXVI – XCIX.
- Gomes, Bernardinus Anthony, “An Essay upon Cinchonin, and its influence upon the virtue of Peruvian Bark, and other Barks”, *The Edinburgh Medical and Surgical Journal*, 17 (1811), 420 – 431.
- Gomes, Francisco Dias, *Obras Poéticas, mandadas publicar por ordem da Academia R. das Sciencias, a benefício da viúva e órfãos do Author*. (Lisboa: Na Typographia da Academia Real das Sciencias, 1799) (<https://archive.org/stream/obraspoeticasdef00dias#page/n7/mode/2up> (1/6/2014).
- História e Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, 9 tomos (15 vols.) (Lisboa: Na Typografia da mesma Academia, 1797/1837).
- Kegler, Ignatio; Pereyra, Andrea, “Observatio Eclipsis Solis Die 15 Julij 1730. Habita Pekini in Publico Ejus Regiae Observatorio a P P. Ignatio Kegler, & Andrea Pereyra Societatis Jesu, Communicata per Jacobum de Castro Sarmiento, M. D. Coll. Med. Lond. Lic. & R. S. S”, *Philosophical Transactions*, 37 (1731), 179 - 181.
- Lisboa, Baltasar da Silva, *Discurso Histórico Político e Económico dos progressos e estado actual da Filozofia Natural Portuguesa, acompanhado de algumas reflexões sobre o estado do Brasil* (Lisboa: Na Officina de António Gomes, 1786).
- Lopes, João Baptista da Silva, “Memoria sobre a reforma dos pezos e medidas em Portugal segundo o systema métrico-decimal” (Lisboa: imprensa Nacional, 1849).
- Martinez, D. Blas, “Dissertation de concurso al problema siguiente: “Qual es el método de curar radicalmente las disenterias cronicas de qualquiera causa que procedan?””, *HM*, VI, 2 (1820), 25 - 66.
- Memorias Academia R. das Sciencias de Lisboa*, tomo I (Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias, 1797).
- Memorias de Agricultura premiadas pela Academia Real das Sciencias de Lisboa em 1787 e 1788* (Lisboa: Na Officina da mesma Academia Real, 1788).
- Memórias de Agricultura premiadas pela Academia Real das Sciencias de Lisboa*, tomo II (Lisboa: Na Officina da mesma Academia Real, 1791).
- Memorias de Mathematica e Physica da Academia R. das Sciencias de Lisboa*, tomo II (Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias, 1799).
- Memorias de Mathematica e Physica da Academia R. das Sciencias de Lisboa*, tomo III, parte 1 e 2 (Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias, 1812 e 1814).
- Memórias Económicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa, para o adiantamento da Agricultura, das Artes e da Industria em Portugal, e suas*

- conquistas*, 5 vols. (Lisboa: Na Officina da Academia Real das Sciencias, 1789 – 1815).
- Mesquita, João Manuel de Campos de “Memória sobre a cultura e utilidade dos Nabos na Comarca de Trancoso”, *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, V (1815), 45 – 61.
- Mitilene, Arcebispo de, “Discurso recitado na sessão publica de 5 de Julho de 1851”, *História e Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Classe de Sciencias Moraes, Politicas e de Bellas Lettras*. Nova série, I, 1 (1854), II.
- Monfort, Damoiseau de, “Memoire sur les Variations Séculaires des Élements élliptiques de Pallas et de Cérés”, e “Memoire sur la Comète de 1807”, *Memorias de Mathematica e Physica da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, III, 1 (1812), 15 – 67 e 198 – 201.
- Morato, Francisco Manuel Trigoso de Aragão, “Elogio Histórico de João Guilherme Christiano Muller”, *História e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, VI (1815), LXVI.
- \_\_\_\_\_, *Memórias* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1933).
- Muller, João Guilherme Christiano, “Discurso Histórico pronunciado na sessão pública da Academia Real das Sciencias de 24 de Julho de 1810”, *Memorias de Mathematica e Physica da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, III, 2 (1814), I – XVIII.
- \_\_\_\_\_, “Discurso Histórico pronunciado na Sessão Publica da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 24 de Junho de 1812”, *Memorias de Mathematica e Physica da Academia Real das Sciencias de Lisboa* III, 2(1814), XIX – LII.
- Neves, José Acúrcio da, *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino* (Porto: Edições Afrontamento, 2008).
- Oliveira, Luís da Silva Pereira, *Privilegios da Nobreza, e Fidalguia de Portugal* (Lisboa: Nova Officina de João Rodrigues Neves, 1806).
- Paiva, Manuel Joaquim Henriques de, “Memoria Quimico-Agronómica sobre quaes são os meios mais convenientes de suprir a falta de estrumes animaes”, *Memórias de Agricultura premiadas pelas Academia Real das Sciencias de Lisboa*, tomo I (1788), 103 – 150.
- \_\_\_\_\_, *Preservativo das bexigas e dos seus terríveis estragos*, 2ª ed. (Lisboa: Na Nova Off. de João Rodrigues Neves, 1806)
- Pereira, José Maria Dantas, “Memoria Elementar Metaphysico-Geometrica”, *Jornal de Coimbra*, 9, 44, 1 (1816), 125 – 135.
- \_\_\_\_\_, “Reflexões sobre as correccções das alturas dos astros e as dilatações dos semidiametros da Lua”, *Jornal de Coimbra*, 9, 44, 1 (1816), 136 – 137.

- \_\_\_\_\_, “Memória sobre os instrumentos de Reflexão”, *Memorias de Mathematica e Phisica da Academia R. das Sciencias*, II (1799), 159 – 167.
- \_\_\_\_\_, “Escritos Maritimos do Chefe de Esquadra José Maria D’Antas Pereira”, *Jornal de Coimbra* XIV, 73, II (1818), 5 – 24, *Idem* XIV, 74, I (1818), 51 – 67, 68 – 80 e 106 - 114, *Idem* 77, I (1818), 204 - 237.
- Perguntas de Agricultura dirigidas aos Lavradores de Portugal* (Lisboa: Na Officina da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1787) (Transcrito em António Eduardo Veyrier Valério Maduro, “O inquérito agrícola da Academia Real das Ciências de 1787. O caso da comarca de Alcobaça”, in José Albuquerque Carreiras, *Cistercienses – História, Arte, Espiritualidade e Património* (Alcobaça: Actas do Congresso, 2013), pp. 328 – 336)).
- Pharmacopeia Geral para o reino, e dominios de Portugal, publicada por ordem da Rainha Fidelissima D. Maria I* (Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1794).
- Pia, Philippe Nicolas, *Détail Des Succès De L'Etablissement Que La Ville De Paris A Fait En Faveur Des Personnes Noyées & qui a été adopté dans diverses Provinces de France* (Paris: Chez Augustin-Martin Lotti, 1777) ([http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/pharm\\_0035-2349\\_1997\\_num\\_85\\_315\\_4543](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/pharm_0035-2349_1997_num_85_315_4543) (3/1/2015)).
- Plano de Estatutos em que convierão os primeiros sócios da Academia de Sciencias de Lisboa com beneplácito de Sua Magestade* (Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1780).
- Programmas*, BAEL, 12/ 88/7.
- Prospecto da Obra Periodica sobre a Agricultura de Portugal* (Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1787).
- Ribeiro, João Pedro, *Dissertações Chronologicas e Criticas sobre a História e Jurisprudência Ecclesiastica e Civil de Portugal* publicadas por Ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 5 tomos (Lisboa: Na Typografia da mesma Academia, 1810/1836).
- Rodrigues, Andrea, ““Observationes Atronomicae Habitaе”, *Memorias de Mathematica e Phisica da Academia R. das Sciencias*, II (1799), 30 – 38.
- Santos, António Ribeiro dos, “Memórias Históricas sobre alguns Mathematicos Portuguezes, e Estrangeiros Domiciliados em Portugal, ou nas Conquistas”, *Memórias de Litteratura Portuguesa*, VIII, 1 (1812), 148 – 232
- Sequeira, Joaquim Pedro Fragoso de “Aviso aos Lavradores, sobre a cultura do Trigo Sarraceno, e a cultura dos Nabos”, *Memorias Economicas da Academia Real das Scencias de Lisboa*, V (1815), 45 – 62.
- Silva, António Delgado da, *Collecção da Legislação Portuguesa desde a última Compillação das Ordenações (1791 – 1801)* (Lisboa: Typografia Maignense,

- 1828).
- \_\_\_\_\_, *Collecção da Legislação Portuguesa. De 1775 a 1790* (Lisboa: Typografia Maignense, 1828).
- Silva, Joaquim Xavier da, “Discurso Histórico á cerca da Vacinação em Portugal”, *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, VI, 2 (1820), XXXI - XLIV.
- Silva, José Bonifácio de Andrada e, *et al*, “Experiências Chymicas sobre a Quina do Rio de Janeiro comparada com outras”, *Historia e Memorias da Academia real das Sciencias de Lisboa*, III, 2 (1814), 96 – 118.
- \_\_\_\_\_, “Discurso contendo a História da Academia Real das Sciencias desde 25 de Junho de 1812 até 24 de Junho de 1813”, *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, III, 2 (1814).
- Silva, José Veríssimo Álvares da, “Memória sobre a cultura das Vinhas, e sobre os Vinhos”, *Memórias de Agricultura Premiadas pela Academia Real das Sciencias de Lisboa em 1787 e 1788* (Lisboa: Oficina da mesma Academia Real, 1788), pp. 1 – 101.
- \_\_\_\_\_, “Observações botânico-meteorológicas feitas em Tomar. Do anno de 1800”, *Memórias Económicas da Academia real das Sciencias de Lisboa*, V (1815), 138 – 144.
- \_\_\_\_\_, “Sobre a Agricultura Portuguesa considerada desde o tempo dos Romanos até ao presente”, *Memórias Económicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, 194 – 256.
- Silveira, Francisco Elias da, “Conta dos Trabalhos Vaccinicos”, *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, IV, 1 (1815), XXX – XLVI.
- \_\_\_\_\_, “Discurso Historico acerca dos trabalhos da Instituição Vacínica recitado na sessão pública de 24 de Junho de 1821”. *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, VIII, 1 (1823), XXVIII e XXX.
- Siqueira, Joaquim Pedro Fragoso de, “Sobre a introdução das Gadanhas Alemãs, e Flamenga em Portugal”, *Memórias Económicas*, V (1815), 1 – 44.
- Soares, Wenceslau Anselmo, “Discurso Histórico”, *História e Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, V, 2 (1817), LI.
- \_\_\_\_\_, “Discurso Historico sobre os trabalho da Instituição Vacínica”, *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, V, 2 (1817), LIV.
- Sobral, Tomé Rodrigues “Memoria sobre o Princípio febrífugo das quinas”, *Jornal de Coimbra*, 15, 1 (1819), 126 – 153.
- Stockler, Francisco Garção, “Memoria sobre os verdadeiros princípios do Methodo das Fluxões”, *Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, I (1797),

200 – 217.

\_\_\_\_\_, *Lettre a M. le Redacteur da Monthly Review ou réponse aux objections qu'on a faites dans ce journal à la méthode des limites des fluxions hypothétiques* ((Lisbonne: De l'Imprimerie de l'Académie des Sciences, 1800).

\_\_\_\_\_, *Obras*, vol. 1 (Lisboa: Na Typografia da mesma Academia, 1805).

Tavares, Francisco, “Descripção de hum feto humano monstruoso, nascido em Coimbra no dia 28 de Novembro de 1791”, *Memorias de Mathematica e Phisica da Academia R, das Sciencias de Lisboa*, II (1799), 296 – 305.

\_\_\_\_\_, *Resultado das Observações feitas no Hospital Real da Inoculação das bexigas nos anos de 1796, 1797, e 1798 pelos médicos do mesmo hospital António Mendes Franco e Fortunato Rafael Amado* (Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1799).

Travassos, António de Araújo, “Extracção de Loterias, que se executa em tempo brevíssimo e sem que se possa cometer erro ou engano”, *História e Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, V, 1 (1817), 136 – 139.

Trigoso, Sebastião Francisco de Mendo, “Discurso recitado na sessão publica de 24 de Junho de 1814”, *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, IV, 1 (1815), XXI e XXVII.

Trigoso, Sebastião Francisco Mendo “Memoria Sobre os Pesos e Medidas Portuguezas, e sobre a Introdução do Systema Metro-Decimal”, *Memorias Económicas*, V (1815), 383 – 394.

Trigoso, Sebastião Francisco Mendo, “Projecto de hum Estabelecimento de Escolas de Agricultura Praticas”, *História e Memórias da Academia Real das Sciencias*, IV, 1 (1815), 58 – 74.

Trigoso, Sebastião Francisco de Mendo, “Discurso recitado na Sessão Pública de 24 de Junho de 1814”, *História e Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, IV, I (1815), I – XXIV.

UCFCT Ciências da Vida – Botânica, Cofre-MAN-4, *Manuscritos de Bernardino António Gomes*, [http://webopac.sib.uc.pt/search~S3\\*por/?searchtype=t&searcharg=Manuscritos+de+Bernardino+António+Gomes&searchscope=3&SORT=D&extended=1&SUBMIT=Pesquisar&searchlimits=&searchorigarg=dManuscritos+de+Bernardino+António+Gomes](http://webopac.sib.uc.pt/search~S3*por/?searchtype=t&searcharg=Manuscritos+de+Bernardino+António+Gomes&searchscope=3&SORT=D&extended=1&SUBMIT=Pesquisar&searchlimits=&searchorigarg=dManuscritos+de+Bernardino+António+Gomes) (3/11/2014).

Vandelli, Alexandre António, “Experiencias sobre duas diferentes cascas do Pará”, *História e Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, V, 2 (1818), 132 – 142.

Veloso, José Mariano, *Quinografia Portugueza ou Collecção de Várias Memorias sobre vinte e duas espécies de quinas, tendentes ao seu descobrimento por vastos*

*domínios do Brasil* (Lisboa: Na Officina de José Procópio Correia da Silva, 1799).

## BIBLIOGRAFIA

- Abreu, Laurinda, *Pina Manique. Um Reformador no Portugal das Luzes* (Lisboa: Gradiva, publicações S. A., 2013).
- Agudo, F. R. Dias, “Contribuição da Academia das Ciências de Lisboa para o desenvolvimento da Ciência”, in A. Vasconcelos Marques e J. P. Peixoto (orgs.), *História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal*, vol. 2 (Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1986), 1301 – 1340).
- Aires, Cristóvão, *Para a História da Academia das Ciências de Lisboa* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1927).
- Alexandre, Valentim, *Os Sentidos do império. Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português* (Porto: Edições Afrontamento, 1993).
- Alias, Inmaculada Arias de Saavedra, “Las Sociedades Económicas de Amigos del País: Proyecto y Realidade en la España de la Ilustracion”, *Obradoiro de Historia Moderna*, 21 (2012), 219 – 245.
- Almeida, Palmira Morais Rocha de, *O Dicionário de Autores no Brasil Colonial* (Lisboa: Edições Colibri, 2010).
- Amaral, Ilídio do, *Nótulas históricas sobre os primeiros tempos da Academia das Ciências de Lisboa* (Lisboa: Edições Colibri, 2012).
- Amorim, Inês, “Para uma cultura do poder: as reformas metrológicas e a realidade regional. Estudo de um caso: a metrologia do sal de Aveiro”, <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3165.pdf>, 57 - 62,(1/12/2014)).
- Amzalak, Moses B., *O fisiocratismo: As Memórias Económicas da Academia e os seus colaboradores* (Lisboa: Oficina Gráfica, 1922).
- \_\_\_\_\_, “Os estudos económicos na Academia das Ciências de Lisboa” in *III Jubileu da Academia das Ciências de Lisboa* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931), pp. 193 – 207.
- \_\_\_\_\_, *A Sociedade Económica de Ponte de Lima- Apontamentos para a sua história* (Lisboa: Editorial Império, Lda., 1950).
- Ana Cruz e Magnus Pereira, “A Ilustração em Portugal e no Brasil – Cientistas e viajantes”, [http://www.cedope.ufpr.br/nova\\_pagina\\_1.htm](http://www.cedope.ufpr.br/nova_pagina_1.htm) (3/9/2012).

- Anastácio, Vanda, “Mulheres Varonis e interesses domésticos – reflexões acerca do discurso produzido pela História Literária acerca das mulheres escritoras da viragem do século XVII para o século XIX”, *Actas do Colóquio Literatura e História – 2002*, (Lisboa: Universidade Aberta, 2002) pp. 429 – 431. <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/330/1/ACTAS-Literatura%20e%20História427-445.pdf.pdf> (12/08/2014).
- Andrade, António Alberto Banha de, *A reforma pombalina dos Estudos Secundários (1759 – 1771)* (Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1981 / 1984).
- \_\_\_\_\_, *Vernei e a cultura do seu tempo* (Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1966).
- Araújo, Ana Cristina Bartolomeu, “As invasões francesas e a afirmação das ideias liberais”, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. 5 (Lisboa: Círculo de Leitores, 1993).
- Baião, António, *A infância da Academia: 1788-1794 - Visita aos arquivos do reino, correspondência a tal respeito de João Pedro Ribeiro, Santa Rosa de Viterbo, etc.* (Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1834).
- Baldini, Ugo, “Dalla Bella (Giovanni Antonio)”, *Dizionario Biografico degli Italiani - Volume 31* (1985), [http://www.treccani.it/enciclopedia/dalla-bella-giovanni-antonio\\_\(Dizionario-Biografico\)/](http://www.treccani.it/enciclopedia/dalla-bella-giovanni-antonio_(Dizionario-Biografico)/) (26/4/2012).
- \_\_\_\_\_, “Vito Caravelli”, *Dizionario Biografico degli Italiani - Volume 19* (1976) ([http://www.treccani.it/enciclopedia/vito-caravelli\\_\(Dizionario-Biografico\)/](http://www.treccani.it/enciclopedia/vito-caravelli_(Dizionario-Biografico)/). 7/6/2012).
- Barbosa, Waldemar de Almeida, *Barão de Eschwege* (Belo Horizonte: Casa de Eschwege, 1977).
- Barreira, Aníbal, “João Pedro Ribeiro, sua posição na historiografia nacional”, *Revista de História*, 2 (1979), 67 – 58 (<http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/13772/2/6326000072031.pdf>. 18/5/2014).
- \_\_\_\_\_, “José Anastácio de Figueiredo – sua contribuição para a cientificação da história em Portugal”, *Revista da Faculdade de Letras* (<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3110.pdf>. 13/5/2014).
- Becker, Barbara J., *Lecture 12, Mechanisms, Scientific Societies*, <https://eee.uci.edu/clients/bjbecker/NatureandArtifice/lecture12.html> (11/4/2009).
- Bennet, Michael, “Jenner’s Ladies: Women and Vaccination against Smallpox in Early Nineteenth-Century Britain”, *History*, 93, 312 (2008), 497-513.
- Bonifácio, Maria de Fátima (org. e pref.), *D. Pedro de Sousa Holstein - Memórias do Duque de Palmela* (Alfragide: D. Quixote, 2010).

- Borges, Ana Margarida de Almeida, *Pedro José da Fonseca e a sua obra lexicográfica*, tese de doutoramento (Aveiro: Universidade de Aveiro / Departamento de Línguas e Culturas, 2011).
- Borrego, Nuno Gonçalo Pereira, *Mordomia-Mor da Casa Real. Foros e Ofícios (1755 – 1910)*, 2 vols. (Lisboa: Tribuna da História, 2007).
- Bourdieu, Pierre, “What makes a social class? On The Theoretical and Pratical Existence of Groups”, *Berkley Journal of Sociology*, 32 (1987), 1 – 17.
- Braga, José Maria, *Pe. João de Loureiro - missionário e botânico* (Macau: Escola Tipográfica do Orfanato, 1938).
- Braga, Teófilo, *A reforma da Universidade de Coimbra – Memória servindo de introdução à “Relação do Estado da Universidade de Coimbra de 172 a 1777” apresentada ao governo por D. Francisco de Lemos* (Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1894).
- \_\_\_\_\_, *História da Universidade de Coimbra*, tomo III e IV (Lisboa: Na Typographia da Academia Real das Sciencias, 1898).
- Branco, Rui Miguel C., *O Mapa de Portugal. Estado, território e Poder no Portugal de Oitocentos* (Lisboa: Livros Horizonte, 2003).
- Brigola, João Carlos Pires, *Colecções, Gabinetes e Museus em Portugal no Século XVIII* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenlian/Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2003),
- Brockliss, Lawrence, “Science, The Universities and Other Public Spaces”, in Roy Porter (org.), *The Cambridge History of Science – Eighteenth-Century Science* (Cambridge: Cambridge University Press, 2003), 44 – 86.
- Burke, Peter, *The Italian Renaissance – Culture and Society in Italy* (New Jersey: Princeton University Press, 2000).
- \_\_\_\_\_, *What is Cultural History*, 2ª ed. (Cambridge: Polity, 2009).
- Callandrelli, Giuseppe, [http://www.treccani.it/enciclopedia/giuseppe-calandrelli\\_\(Dizionario-Biografico\)](http://www.treccani.it/enciclopedia/giuseppe-calandrelli_(Dizionario-Biografico)) (8/1/2015).
- Camarinhas, Nuno, *Juízes e administração da justiça no Antigo Regime. Portugal e o império colonial, séculos XVII e XVIII* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/FCT, 2010).
- Campos, Fernanda Maria Guedes de et al.(org.), Curto, Diogo Ramada et al. (estudos), *A Casa Literária do Arco do Cego (1799 – 1801) – Bicentenário* (Lisboa: Biblioteca Nacional/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999).
- Canas, António, “A introdução do Almanaque Náutico em Portugal. O contributo de Monteiro da Rocha”, comunicação apresentada à *XIV Reunião Internacional de História de Náutica e da Hidrografia* (Coimbra: 23 a 25 de Outubro de 2008).
- \_\_\_\_\_, «Monteiro da Rocha e o Almanaque Náutico», in Jorge Semedo de

- Matos (org.), *António Estácio dos Reis – Marinheiro por vocação e historiador com devoção. Estudos de Homenagem* (Lisboa: Comissão Cultural de Marinha, 2012),
- Caradonna, Jeremy L., *The Enlightenment in Question: Academic Prize Competitions (Concours Académiques) and the Francophone Republic of Letters, 1670-1794*, PhD dissertation, (Ann Arbor/Jonh Hopkins University: ProQuest LLC/UMI, 2008).
- Cardoso, José Luís (Introd. e notas); Nunes, M. Jacinto (Pref.), *Memórias económicas inéditas: 1780-1808* (Lisboa: Academia das Ciências, 1987).
- \_\_\_\_\_, *O pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII, 1780-1808* (Lisboa: Editorial Estampa, 1989).
- \_\_\_\_\_, (Introd. e org.); Nunes, M. Jacinto (pref.), *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815)* (Lisboa: Banco de Portugal, 1990).
- \_\_\_\_\_, (Introd e coord.) *Memórias de História Natural – Domingos Vandelli* (Porto: Porto Editora, 2002).
- Carneiro, Ana; Simões, Ana; Diogo, Maria Paula, “Enlightenment Science in Portugal: The “Estrangeirados” and their Communication Networks”, *Social Studies of Science*, 30 (2000), 4, 591 – 619.
- Carvalho, A. Silva, *O culto de S. Cosme e S. Damião em Portugal e no Brasil. História das Sociedades Médicas Portuguesas* (Coimbra: Imprensa da universidade, 1928).
- \_\_\_\_\_, “As Academias Científicas do Brasil no século XVIII”, *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa. Classe de Ciências*, tomo II (Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1939).
- Carvalho, A. M. Lopes de, *Notícia Biográfica de D. Angela Tamagnini d’Abreu* (Tomar: Câmara Municipal de Tomar, 2009).
- Carvalho, Camila Maria Antunes, *A Academia das Ciências de Lisboa*, Tese de Mestrado, (Braga: Universidade do Minho, 1998).
- Carvalho, Rómulo de, “A pretensa descoberta da Lei das Acções Magnéticas por Dalla Bella, em 1781, na Universidade de Coimbra”, *Revista Filosófica* IV, 11 (1954).
- \_\_\_\_\_, “Portugal nas «Philosophical Transactions» nos séculos XVII e XVIII”, *Separata da Revista Filosófica*, 15 – 16 (1956), 1 – 59.
- \_\_\_\_\_, „ *História da Fundação do Colégio Real dos Nobres de Lisboa (1761-1772)* (Coimbra: Atlântida, 1959).
- \_\_\_\_\_, „ *História do Gabinete de Física da Universidade de Coimbra desde a sua fundação (1772) até ao jubileu do professor italiano Giovanni António Dalla Bella (1790)* (Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra,

- Coimbra, 1978).
- \_\_\_\_\_, *A Astronomia em Portugal no século XVIII* (Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1985).
- \_\_\_\_\_, *D. João Carlos de Bragança. 2º Duque de Lafões, Fundador da Academia das Ciências de Lisboa* (Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1987).
- \_\_\_\_\_, *A actividade pedagógica da Academia das Ciências de Lisboa nos séculos XVIII e XIX* (Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1991).
- \_\_\_\_\_, “A Física na Reforma Pombalina”, in *Actividades Científicas em Portugal no Século XVIII* (Évora: Universidade de Évora, 1996), pp. 603-630.
- \_\_\_\_\_, “João Chevalier, Astrónomo Português do Século XVIII”, in *Actividades Científicas em Portugal no Século XVIII* (Évora, Universidade de Évora, 1996), pp. 267-321.
- \_\_\_\_\_, *História do Ensino em Portugal*, 2ª edição (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996).
- Cassidy, David, “Meteorology in Manheim: The Palatine Meteorological Society, 1780 – 1795”, *Sudhoffs Archiv*, 69 (1985), 23 – 25.
- Castel-Branco, Cristina, *Félix de Avelar Brotero* (Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2004).
- Castelo-Branco, Fernando, “Significado cultural das Academias de Lisboa no século XVIII”, *Portugaliae Historica* (I) (Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa / Instituto Histórico Infante Dom Henrique, 1973).
- Chagas, Manuel Pinheiro, *Diccionario Popular Historico, Geographico, Mythologico, Biographyco, Artistico, Bibliographico e Litterario* (Lisboa: Lallement Frères, 1876 – 1886).
- Chartier, Roger *A História Cultural – Entre práticas e representações* (Lisboa: Difel, 2002).
- Costa, A. M. Amorim da, *Os primórdios da Ciência Química em Portugal* (Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1984), p. 118 e João Rui Pita, *Farmácia, Medicina e Saúde Pública em Portugal (1772 – 1836)* (Coimbra: Minerva Editor, 1996).
- Costa, António Marinho Amorim da, “Rodrigues Sobral (1759 – 1829) e a análise química na Universidade de Coimbra no início do século XIX”, [http://www.uc.pt/org/historia/ciencia\\_na\\_uc/Textos/rodrigues/rod](http://www.uc.pt/org/historia/ciencia_na_uc/Textos/rodrigues/rod) (24/11/2014).
- Costa, Palmira Fontes da *O Corpo Insólito. Dissertações sobre monstros no Portugal do século XVIII* (Porto: Porto Editora, 2005).
- Crespo, Jorge, *A História do Corpo* (Lisboa: Difel, 1990).
- “Croft, Sir John 1st Baronet” [http://en.wikipedia.org/wiki/Sir\\_John\\_Croft,\\_1st\\_Baronet](http://en.wikipedia.org/wiki/Sir_John_Croft,_1st_Baronet)

(29/11/2014).

Cruz, Ana Lúcia Rocha Barbalho da, *Verdades por mim vista e observadas, oxalá foram fábulas sonhadas: cientistas brasileiros do setecentos, uma leitura auto-etnográfica* (Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2004).

Cruz, Ana Lúcia Rocha Barbalho da; Pereira, Magno Roberto de Melo, “Ciência, identidade e quotidiano. Alguns aspectos da presença de estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra, na conjuntura final do período colonial”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 9 (2009), 205-228 ([http://www.uc.pt/chsc/rhsc/rhsc\\_9/rhsc9\\_205-228\\_abc-mml.pdf](http://www.uc.pt/chsc/rhsc/rhsc_9/rhsc9_205-228_abc-mml.pdf)). (18/8/2013).

Cruz, Lígia, *Domingos Vandelli. Alguns aspectos da sua actividade em Coimbra – Separata Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, 1976.

Dias, J. P. Sousa, “Equívocos sobre Ciência Moderna nas Academias Médico-Cirúrgicas Portuenses”, *Medicamento, História e Sociedade* 1 (1992), 2 – 9.

\_\_\_\_\_, “Jacob de Castro Sarmiento e a conversão à ciência moderna”, [www.researchgate.net/.../1a5a599d963c1250965a8c22b6c55f5be.pdf](http://www.researchgate.net/.../1a5a599d963c1250965a8c22b6c55f5be.pdf) (27/4/2014).

Dias, Maria Helena, “As explorações geográficas dos finais de Setecentos e a grande aventura da Carta Geográfica do Reino de Portugal”, *Revista da Faculdade de Letras, Geografia*, série I, XIX (2003), 383 – 396 (<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/344.pdf>, 10/4/2013).

Diniz, Pedro Joyce, *Subsídios para a História da Montanística. I - A Intendência Geral das Minas e a Real Fábrica da Seda* (Lisboa: Editorial Império, 1939).

Diogo, Maria Paula; Carneiro, Ana; Simões, Ana, “Ciência portuguesa no iluminismo: os estrangeirados e as comunidades científicas europeias”, in J. Arriscado Nunes e M. Eduarda Gonçalves (orgs), *Enteados de Galileu? A semiperiferia no sistema mundial da ciência* (Lisboa: Edições Afrontamento, 2001), pp. 209 – 238.

Domingues, Ângela, “Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos”. *História, Ciências, Saúde*. 8 (2001), 823-838 ([http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702001000500002&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702001000500002&script=sci_arttext)). 9/1/2014).

\_\_\_\_\_, *Viagens de exploração geográfica na Amazónia em finais do século XVIII: política ciência e aventura* (Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 1991).

Domingues, Francisco Contente, *Ilustração e Catolicismo. Teodoro de Almeida* (Lisboa: Edições Colibri, 1994).

Domingues, João Caramalho, “Variables, limits and infinitesimals in Portugal in the late

- 18th century”, *Historia Mathematica*, 31, 1 (2004), 15 – 33.
- Elliot, Clark A., “The American Scientist in Antebellum Society: A Quantitative View”, *Social Studies of Science*, 5 (1975), 93 – 108.
- Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura* (Lisboa: Editorial Verbo, 1963/1995).
- English, James F., *The Economy of Prestige: Prizes, Awards and the Circulation of Cultural Values* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2005).
- Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)*, Livros I, II e III (Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1972).
- Farrona, Ana Maria Marin, *Bento Sanches Dorta – Representante Português del Progreso Científico de la Ilustración*, tese de mestrado (Lisboa: Secção Autónoma de História e Filosofia das Ciências da Universidade de Lisboa, 2011).
- Farrona, M. M.; Trigo, R. M.; Vaquero, J. M., “The meteorological observations of Bento Sanches Dorta, Rio de Janeiro, Brasil”, *Climate Change*, 115, 3/4 (2012), 579 – 595.
- Feldman, Theodore S., “Late Enlightenmet Meteoroloy”, in Frangsmyr, Tore, J. L. Heilbron, e Robin E. Rider (eds.), *The Quantifying Spirit in the 18th Century* (Berkeley: University of California Press, 1990), pp. 143 – 177 (<http://ark.cdlib.org/ark:/13030/ft6d5nb455/> (29/3/2014)).
- Ferrão, António, “A Academia das Ciências de Lisboa e o Movimento Filosófico, Científico e Económico da Segunda Metade do século XVIII- A fundação desse Instituto e a primeira fase da sua existência”, *Boletim de Segunda Classe*, 15 (1920-1921), 415 – 519.
- \_\_\_\_\_, “O segundo Duque de Lafões e o Marquês de Pombal - Subsídios para a biografia do fundador da Academia das ciências”, Separata do *Boletim de Segunda Classe*, XIX (1933).
- Ferraz, Márcia Helena Mendes, *As Ciências em Portugal e no Brasil (1772 – 1822): o texto conflituoso da química* (São Paulo: EDUC, 1997),
- \_\_\_\_\_, “O Laboratório Químico da Casa da Moeda de Lisboa no Século XIX: Espaço Físico e Instrumentos”, *Circunscribe. International Journal for the History of Science* 1 (2006), 11 – 23.
- Ferreira, Amorim, *Relações científicas entre Portugal e a Grã-Bretanha* (Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1943).
- Ferreira, H. Amorim, “Observações meteorológicas em Portugal antes da fundação do Observatório do Infante D. Luís”, *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa – Classe de Ciências*, IV (1942/45), 295-296.
- Ferreira, João Palma, *Academias Literárias dos séculos XVII e XVIII* (Lisboa: Biblioteca Nacional, 1982).
- Figueiredo, Fernando J. B., *José Monteiro da Rocha e a actividade científica da*

- “Faculdade de Mathematica” e do Real Observatório da Universidade de Coimbra (1772 – 1820)*, Tese de doutoramento (Coimbra: Universidade de Coimbra, 2011),
- Figueiredo, Fidelino de, “O que é a Academia das Ciências de Lisboa (1779-1915)”, Separata do nº 16 de *Revista de História* IV (1915).
- Figueiroa, Sílvia F. de M.; Silva Clarete Paranhos da; Pataca Ermelinda Moutinho, “Aspectos mineralógicos das “Viagens Filosóficas”, pelo território brasileiro na transição do século XVIII para o XIX, *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, 11 (3), 713 – 29.
- Filgueiras, Carlos A. L., “As vicissitudes da ciência periférica: a vida e obra de Manuel Joaquim Henriques de Paiva”, *Química Nova*, 14, 2 (1991), 133 – 141.
- Forjaz, António Pereira, “Alguns quadros históricos da vida da Academia das Ciências de Lisboa”, *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, nova série, XXXIV (1962).
- Forjaz, D. António Pereira, “As Academias: História e Renovação”, parte I (1960), “Entre duas Rainhas” parte II (1961), *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, Classe de Ciências*, VIII (1964), 177 – 215.
- Foucault, Michel, “The Politics of Health in Eighteenth-Century”, in Colin Gordon (ed.), *Power / Knowledge - Selected interviews and other writings* (New York: Pantheon Books, 1980),
- Freyer, Geoffrey, “Jacob Christian Schäffer FRS, a versatile eighteenth-century naturalist, and his remarkable pioneering researches on microscopic crustaceans”, *Notes Records of the Royal Society*, 62 (2008), 167-185.
- Fuente, Francisco de la, *D. Miguel Pereira Forjaz (1769 – 1827), conde da Feira. O organizador da luta contra Napoleão* (Lisboa: Tribuna da História, 2011).
- Gascoigne, John, “The Eighteenth-Century Scientific Community: A Prosopographical Study”, *Social Studies of Science*, 25 (1995), 575 – 581.
- Gavroglu, Kostas; Patiniotis, Manolis; Papanelopoulou, Faidra; Simões, Ana; Carneiro, Ana; Diogo, Maria Paula; Sánchez, José Ramón Bertomeu; Belmar, Antoni, García; Galan, Agusti-Nieto, “Science and Technology in the European Periphery: some historiographical reflections”, *History of Science*, xlv (2008), 153 – 175.
- Gavroglu, Kostas, “The STEP (Science and Technology in the European Periphery) Initiative: Attempting to Historicize the Notion of European Science”, *Centaurus*, 54 (2012), 311 – 327.
- Glynn, Ian; Glynn, Jenifer, *The life and death of smallpox* (New York: Cambridge University Press, 2004).
- Goldish, Matt, ““Newtonian, ‘Converso’, and Deist: the lives of Jacob (Henrique) de Castro Sarmiento”, *Science in context*, 10, 4 (1997).

- Golomer, Leonardo Gutierrez-, “Confusions historiques à propôs du quinquina”, *Revue d’histoire de la pharmacie*, 199 (1968), 187 – 190.  
[http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/pharm\\_0035-2349\\_1968\\_num\\_56\\_199\\_7779](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/pharm_0035-2349_1968_num_56_199_7779), 20/11/2014).
- Gomes filho, Bernardino António, “Noticia da Vida e Trabalhos Scientificos do Medico Bernardino António Gomes”, *Memorias da Academia das Sciencias de Lisboa. Classe de Sciencias Mathematicas, Physicas e Naturaes*, Nova Série, 2, I (1857), *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (Lisboa / Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1960).
- Guimarães, Paulo “As minas portuguesas. Do antigo regime ao liberalismo”, *Arqueologia & Industria*, 2/3 (1999/2000),53-80.
- Guedes, Fernando, *O Livro e a Leitura em Portugal. Subsídios para a sua história, séculos XVIII – XIX* (Lisboa e São Paulo: Editorial Verbo: 1987).
- Gusmão, F. A. Rodrigues de, “Apontamentos para a continuação da Bibliotheca Lusitana: António Soares Barbosa”, *O Instituto*, V (1857), 68 – 70.
- Hahn, Roger, “Scientific Research as a Occupation in Eighteenth-Century Paris”, *Minerva*, 13, 4 (1975),  
 \_\_\_\_\_, *The Anatomy of a Scientific Institution – The Paris Academy of Sciences, 1666 – 1803* (Berkley: University of California Press, 1971).
- Honório, Cecília, *A natureza e o homem nos caminhos do saber e do poder: Francisco Borja Garção Stockler (1759 – 1829)* (Lisboa: INCM, 2012).
- Hopkins, Donald R., *The Greatest Killer – Smallpox in History* (London: Chicago University Press, 2002).
- Hudson, Derek; Luckhurst, Kenneth W., *The Royal Society of Arts, 1754 – 1954* (London: John Murray, 1954).
- Hunter, Michael, *The Royal Society and its Fellows (1600 – 1700). The morphology of an early scientific institution* (Oxford: The British Society for the History of Science / The Alden Press, 1994).
- Index biographique des membres et correspondants de l’Académie des Sciences de 1666 a 1954* (Paris: Gauthier-Villars, 1939-1954) e no  
<http://royalsociety.org/library/collections/biographical-records/> (11/6/2013)
- Inkster, Ian, “Cultural Enterprise: Science, Steam Intellect and Social Class in Rochdale circa 1833 – 1900”, *Social Studies of Science*, 18 (1988), 291- 330.
- Jacquin, Nikolaus Joseph (1727 - 1817),  
<http://huntbot.andrew.cmu.edu/hibd/departments/Archives/Archives-HR/JacquinN.shtml> (2/6/2012).
- Keats-Rohan, K. S. B. “Biography, Identity and Names: Understanding the Pursuit of Individual in Prosopography” in K. S. B. Keats-Rohan (ed.) *Prosopography -*

- Approaches and Applications. A Handbook* (Oxford: Occasional Publications of the Unit for Prosopographical Research, 2007), pp. 139 – 181 (<http://prosopography.modhist.ox.ac.uk/images/06%20KKR.pdf.pdf>. 5/6/2013).
- Kronick, David A., *A History of Scientific and Technical Periodicals. The Origins and Development of the Scientific and Technological Press 1665 – 1790* (New York: The Scarecrow Press, 1962),
- Kuhn, Thomas S. “ Tradição matemática versus tradição experimental no desenvolvimento da ciência física”, in Thomas S. Kuhn, *A Tensão Essencial* (Lisboa: Edições 70, 1989).
- Kury, Lorelai, “Homens da ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810)”. *História, Ciências, Saúde*, XI, suplemento 1 (2001), 109 – 129 ([http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702004000400006&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702004000400006&script=sci_arttext) .18/8/2013).
- Labourdette, Jean François, *La Nation Française à Lisbonne de 1669 à 1790* (Paris: Fondation Calouste Gulbenkian / Centre Culturel Portugais, 1988).
- Lameira, António Manuel Simão, *Do Conde e Ericeira à Academia Real das Ciências*, Tese de Mestrado (Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2000).
- Lemos, Miguel Roque dos Reys, *Anais Municipais de ponte de Lima*, 3ª edição (Ponte de Lima: Rotary Club de Ponte de Lima, 2003).
- Lemos, Maximiliano, *História da medicina em Portugal – Doutrinas e Instituições*, II (Lisboa: Publicações D. Quixote, 1991).
- Leopoldo, Visconde de S., “Programma Historico”, *Revista do Instituto Historico e Geographico do Bazil* I, 2(1839), 82 – 85.
- Lima, Ana Paula dos Santos, “Baltasar da Silva Lisboa: o Juiz Conservador das matas de Ilhéus (1797 – 1818)”, *Revista Crítica Histórica*, 4 (2011), 160 – 175 (<http://www.revista.ufal.br/criticahistorica/attachments/article/106/Baltasar%20da%20Silva%20Lisboa.pdf>, 18/8/2013).
- Lima, Oliveira, *D. João VI no Brasil* (Rio de Janeiro: ACD Editores, 2008).
- Lima, Péricles Pedrosa *Homens de ciência a serviço da Coroa. Os intelectuais do Brasil na Academia Real das Ciências de Lisboa, 1779/1822*, Tese de Mestrado (Lisboa: Faculdade de Letras, 2009).
- Lisboa, João Luís, *Ciência e Política. Ler nos finais do Antigo Regime* (Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica / Centro de História da Cultura de Universidade Nova de Lisboa, 1992).
- Lopes, Myriam Bahia; Polito, Ronald, “Para uma história da vacina no Brasil: um manuscrito inédito de Norberto e Macedo” <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v14n2/10.pdf> (29/09/2011).

- Lousada, Maria Alexandre, “D. Pedro ou D. Miguel? As opções políticas da nobreza titulada portuguesa”, *Penélope*, 4 (1989), 82 – 118.
- Lyons, Henry, *The Royal Society (1660 – 1940). A history of its Administration under its Charters* (London: Cambridge University Press, 1944).
- Machado, Virgílio *O Doutor Bernardino Gomes (1768 – 1823). A sua vida e a sua obra* (Lisboa: Portugália Editora, 1925).
- Magone, Rui, “Portugal and the Jesuit Mission to China: Trends in Historiography”, in Luis Saraiva (ed.), *Europe and China: Science and the Arts in 17<sup>th</sup> and 18<sup>th</sup> centuries* (Singapore: World Scientific Publishing Co. Pte. Ltd, 2013), pp. 1 – 30.
- Malafaia, Eurico de Ataíde, “António de Araújo de Azevedo – conde da Barca: personalidade exemplar de coragem e dignidade”, <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4416.pdf> (3/2/2013).
- Manten, A. A., “Development of European Scientific Journal Publishing before 1850”, in A. J. Meadows
- Marcelo, Cristiane Maria, *Os embates de um juiz de fora: Baltasar da Silva Lisboa na Capitania do Rio de Janeiro (1787 – 1796)*, tese de mestrado (Rio de Janeiro: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia / Universidade Federal Fluminense, 2010) (<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1393.pdf>. (18/8/2013).
- Marques, Adílio Jorge, *O professor do jovem Imperador: Alexandre António Vandelli (1784 – 1862) – um naturalista luso-brasileiro* (Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2010).
- Marques, A. Vasconcelos; Peixoto; J. P. (orgs.), *História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal*, 3 vols (Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1986 / 1992).
- Marques, Vera Regina Beltrão, “Escola de homens de ciências: a Academia Científica do Rio de Janeiro (1772 – 1779)”, *Educar, Curitiba*, 25 (2005), 39 – 57.
- Martins, Décio Ruivo, “A Faculdade de Filosofia Natural da Universidade de Coimbra de 1772 a 1911”, [http://www.uc.pt/org/historia/ciencia\\_na\\_uc/Textos/facilonatural/afac](http://www.uc.pt/org/historia/ciencia_na_uc/Textos/facilonatural/afac) (12/1/2014).
- Martins, Ferreira, Nuno Alexandre, *A institucionalização do ensino da náutica em Portugal (1779 – 1807)*, tese de doutoramento (Lisboa: Faculdade de Letras / Departamento de História – Universidade de Lisboa, 2013).
- Matias, Elze Maria Vonk, *As academias literárias portuguesas dos séculos XVII e XVIII*, Tese de doutoramento (Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1988).
- Matos, Ana Maria Cardoso de, *Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Industrial no Portugal Oitocentista – O Caso dos Lanifícios do Alentejo* (Lisboa: Editorial Estampa, 1998).

- McClellan III, James E., "The Académie Royale des Sciences, 1699 – 1793: A Statistical Portrait", *Isis*, 72, 4 (1981), 541 – 567.
- \_\_\_\_\_, *Science Reorganized. Scientific Societies in the Eighteenth-Century* (New York: Columbia University Press, 1985).
- \_\_\_\_\_, "Specialist Control – The Publications Committee of the Académie Royale des Sciences (Paris), 1700 – 1793", *Transactions of the American Philosophical Society*, 92, 3 (2003), 11 – 15.
- \_\_\_\_\_, "Scientific Institutions and the Organization of Science", in Roy Porter (ed.), *The Cambridge History of Science – Eighteenth-Century Science*, vol. 4 (Cambridge: Cambridge University Press, 2003), 87 – 106.
- Meadows, A. J. (ed.), *Development of Science Publishing in Europe* (Amsterdam: Elsevier Science Publishers, 1980).
- Merril, E. D., "Loureiro and His Botanical Work", *Proceedings of the American Philosophical Society*, 72, 4 (1933), 229 – 239.
- Merton, Robert K., *Science, Technology and Society in Seventeenth-Century England* (New York: Howard Fertig, 2001).
- Michaud, M., *Biographie Universelle Ancienne et Moderne*, vo. 1 (Paris: A. Thoisnier Desplaces, Editeur, 1843)
- Miranda, Tiago C. P. dos Reis, "António Freire de Andrade Encerrabodes (1600 – 1783). No espelho de Pombal", *Penélope*, 30/31 (2004), 93 – 134 ([http://www.penelope.ics.ul.pt/indices/penelope\\_30\\_31/30-31\\_10\\_TMiranda.pdf](http://www.penelope.ics.ul.pt/indices/penelope_30_31/30-31_10_TMiranda.pdf). 25/12/2014).
- Monteiro, Gonçalo; Costa, Fernando Dores, *2º Duque de Lafões, D. João Carlos de Bragança: uma vida singular no século das luzes* (Lisboa: INAPA, 2006).
- Monteiro, Nuno Gonçalo, "Notas sobre a Nobreza, Fidalguia e Titulares nos Finais do Antigo Regime", *Ler História*, 10 (1987), 15 – 53.
- \_\_\_\_\_, "Poder senhorial, estatuto nobiliárquico e aristocracia", in José Mattoso (dir.), *História de Portugal – O Antigo Regime*, volume IV (Lisboa: Circulo de Leitores, 1993), pp. 333 – 379.
- \_\_\_\_\_, *O crepúsculo dos grandes. A casa e o património da aristocracia em Portugal (1750 – 1832)* (Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2003).
- Monteiro, Ricardo "Dalla Bella e A Lei das Acções Magnéticas", *Gazeta de Física*, 24,4 (2000).
- Moreira, Maria João Guardado; Veiga, Teresa Rodrigues, "A evolução da população", in Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva (org.), *História Económica de Portugal (1700 – 2000)*, volume 1 – O século XVIII (Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2005), pp. 36 – 46.
- Mota, Isabel Ferreira da, *A Academia Real da História. Os intelectuais, o poder cultural*

- e o poder monárquico no século XVIII* (Coimbra: Edições Minerva, 2003).
- Munteal Filho, Oswaldo, *Sinfonia para o Novo Mundo – a Academia Real das Ciências de Lisboa e os caminhos da Ilustração luso-brasileira na crise do Antigo Sistema Colonial*, tese de doutoramento (Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais / Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 1998).
- Nunes, Manuel Jacinto, “A contribuição das *Memórias Económicas* para o desenvolvimento científico e económico do País”, in *História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal II* (Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1986), 1341 – 1352.
- Nunes, Maria de Fátima, *Imprensa Periódica Científica (1772-1852) – Leituras de «Sciencia Agricola» em Portugal* (Lisboa: Estar Editora, 2001).
- Pedro Joyce Diniz, *Subsídios para a História da Montanística – II* (Lisboa: Tip. Da Sociedade Astória, 1942).
- Pedrosa, Fábio Mendonça, “A Academia Brasílica dos Esquecidos e a História Natural da Nova Lusitânia”, *Revista da SBHC*, 1 (2003), 21 – 28.
- Pereira, Esteves; Rodrigues, Guilherme, *Portugal - Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico*, 7 vols. (Lisboa: João Romano Torres, 1904/1915)(<http://www.arqnet.pt/dicionario/>).
- Patiniotis, Manolis “Between the Local and the Global. History of Science in the European Periphery meets Post-colonial Studies”, *Centaurus*, 55 (2013), 361 – 384.
- Pinto, Albano Silveira, e Baena, Sanches de, *Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal*, 2 vols. (Lisboa: Francisco Arthur da Silva, 1883 / 1890).
- Pinzauti, Carla, “Gråberg di Hemsö, Jacob”, *Dizionario Biografico degli Italiani - Volume 58* (2002) ([http://www.treccani.it/enciclopedia/graberg-di-hemso-jacob\\_\(Dizionario-Biografico\)/](http://www.treccani.it/enciclopedia/graberg-di-hemso-jacob_(Dizionario-Biografico)/). 12/5/2014).
- Pita João Rui, *Farmácia, Medicina e Saúde Pública em Portugal (1772 – 1836)* (Coimbra: Minerva Editor, 1996
- \_\_\_\_\_, “A quina e outras drogas medicamentosas na produção medicamentosa do Hospital da Universidade de Coimbra nos finais do século XVIII”, *Mare Librum*, 17 (1999), 97 - 228
- \_\_\_\_\_, *História da Farmácia* (Coimbra: Edições Minerva Coimbra, 2007).
- \_\_\_\_\_, “Manuel Joaquim Henriques de Paiva: um luso-brasileiro divulgador da ciência. O caso particular da vacinação contra a varíola”, *Mneme – Revista de humanidades*, 10, 26 (2009), 91-102.
- \_\_\_\_\_, “Francisco Tavares: um marco na memória e no imaginário da medicina e da farmácia portuguesas”, *Cadernos de Cultura. A Medicina na Beira Interior. Da Pré-História ao Século XXI*, 23 (2009), 137 – 141.

- Pita, João Rui; Pereira, Ana Leonor, “A arte farmacêutica no século XVIII, a farmácia conventual e o inventário da Botica do Convento de Nossa Senhora do Carmo (Aveiro)”, *Ágora. Estudos Clássicos em Debate* 14,1 (2012), 227-268.
- Porter, Roy, *The Greatest Benefit to Mankind – A Medical History of Humanity* (London: W. W. Norton Company, 1999).
- Pyenson, Lewis, ““ Who the Guys Where”: Prosopography in the History of Science, *History of Science*, xv (1977), 155 – 188.
- Raminelli, Ronald, *Viagens Ultramarinas* (Perdizes: Alameda, Casa Editorial, 2008).
- Ramos, Luís A. de Oliveira, *O Cardeal Saraiva*, vol. 1 (Porto: Centro de Estudos Humanísticos, Faculdade de Letras, 1972).
- \_\_\_\_\_, “Concepções sobre a História (Segunda metade do século XVIII)”, <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6390.pdf>, (20/4/2014).
- Raposo, Pedro M.P.; Simões, Ana; Patiniotis, Manolis; Sánchez, José Ramon Bertomeu-, “Moving Localities and Creative Circulation: Travels as Knowledge Production in 18<sup>th</sup> century Europe”, *Centaurus*, 56, 3 (2014), 167 – 188.
- Reis Fernando J. E.; Tirapicos, Luís, “Soares de Barros (1721 – 1793)”, <http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/p51.html> (7/7/2012).
- Reis, António Estácio dos, *Observatório Real da Marinha (1798 – 1874)* (Lisboa: CTT Correios de Portugal, 2009).
- Reis, Fernando J. E., “Bernardino António Gomes (1768-1823)”, <http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/p21.html> ( 24/3/2014).
- Reis, Fernando J. E., “Dalla Bella (1730 – c. 1823)” (<http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/p34.html>)(26/4/2012 (26/4/2012).
- Reis, Fernando J. E., “Félix de Avelar Brotero (1744 – 1828)”, <http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/p6.html> (17/3/2014).
- Reis, Fernando J. E., *A divulgação científica em periódicos enciclopédicos portugueses, 1779 - 1820*, dissertação de mestrado (Lisboa: Universidade Nova de Lisboa / FCT / Seccção Autónoma de Ciências Sociais e Aplicadas, 1998),  
 \_\_\_\_\_, *Felicidade, Utilidade e Instrução. A divulgação científica no Jornal Enciclopédico dedicado à Rainha 1779; 1788 – 1793; 1806* (Porto: Porto Editora, 2005);  
 \_\_\_\_\_, *Os periódicos portugueses da emigração (1808 – 1820). As ciências e a transformação do país*, tese de doutoramento (Lisboa: Universidade Nova de Lisboa / FCT, 2007)
- Reis, Fernando J. E.; Tirapicos, Luís, “João Chevalier (1722 – 1801)”, <http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/p56.html> (24/3/2012).
- Ribeiro, J. Silvestre, *Historia dos Estabelecimentos Scientificos, Litterarios e Artisticos em Portugal nos sucessivos reinados da monarquia*, tomos I - VI (Lisboa:

- Typographia da Academia Real das Sciencias, 1871/1893).
- Ribeiro, Victor, “As lotarias da Misericórdia e a Academia das Sciencias”, Separata do *Boletim da Segunda Classe da Academia*, VII (1914).
- Roche, Daniel *Le siècle des lumières en province*, tome I et II (Paris: Éditions de l’École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1978).
- Rodrigues, Francisco, *Jesuítas portuguesas astrónomos na China*, (Macau: Instituto Cultural de Macau, 1990).
- Rodrigues, Manuel Augusto, *Memoria Professorum Universitatis Conimbrigensis (1772-1937)*, Vol.II (Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1992).
- Roegel, Denis, *A reconstruction of Felkel’s primes and factors (1776) – Introduction*, <http://locomat.loria.fr/felkel1776/felkel1776doc1.pdf> (23/6/2014).
- Rusnock, Andrea, “Catching Cowpox: The Early Spread of Smallpox Vaccination, 1798 – 1810”, *Bulletin of the History of Medicine*, 83, 1 (2009), 22 – 28.
- Sánchez, Juan Francisco López, “The Marine Guards Academy of Cartagena (1776-1824)”, *Antillia - Revista española de historia de las ciencias de la naturaleza y de la tecnología* 1, 3 (1995), 1 – 22.
- Santos, Cândido dos, *Padre António Pereira de Figueiredo. Erudição e Polémica na Segunda Metade do século XVIII* (Lisboa: Roam Editora, 2005).
- Santos, Rui, “A nuvem por Juno? O tema da fisiocracia na historiografia do pensamento económico português”, *Análise Social*, 4ª série, 28, 121 (1993),
- Santos, Zulmira, *Literatura e Espiritualidade na obra de Teodoro de Almeida (1722 – 1804)* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / FCT, 2007).
- Saraiva, Luis M. R., “Mathematics in the *Memoirs* of Lisbon Academy of Sciences in the 19<sup>th</sup> century”, *Historia Mathematica*, 35 (2008).
- Sardica, José Miguel “O vintismo perante a igreja e o catolicismo”, *Penélope*, 27 (2002), 127 – 157.
- Scopoli, Johannes Antonius (Giovanni Antonio) (1723-1788), <http://plants.jstor.org/person/bm000336820> (31/5/2012).
- Serrão Joel; Martins, Gabriela, *Da indústria portuguesa - Do antigo regime ao capitalismo. Antologia* (Lisboa: Livros Horizonte, 1978).
- Serrão, J. Veríssimo, *A Historiografia Portuguesa. Doutrina e Crítica. Século XVIII*, vol. 3 (Lisboa: Editorial verbo, 1974).
- Shapin, Steven A., “The Pottery Philosophical Society, 1819 – 1835: An Examination of Cultural Uses of Provincial Science”, *Social Studies of Science*, 2 (1972), 311 – 336.
- Shapin, Steven A.; Thackray; Arnold, “Prosopography as a Research Tool in History of Science: The British Scientific Community 1700 – 1900”, *History of Science*, xi (1974), 1 - 28.

- Silva, Maria Beatriz Nizza da, *A Cultura Luso-Brasileira. Da reforma da Universidade à independência do Brasil* (Lisboa: Editorial Estampa, 1999).
- Silva, André Mansuy-Diniz, *Portrait d'unhomme d'Etat: D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Comte de Linhares(1755 – 1812)*, 2 vols. (Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2006).
- Silva, Gilda Olinto do Valle, “Capital cultural, classe e gênero em Bourdieu”, *Informare*, 1, 2 (1995), 24 – 36 (<http://repositorio.ibict.br/bitstream/123456789/215/1/OlintoSilvaINFORMAREv1n2.pdf>). (2/1/2015).
- Silva, Innocencio Francisco da; Aranha, P. V. Brito, *Dicionário Bibliográfico Português*. Revisão de Gomes de Brito e Álvaro Neves. CD – Biblioteca Virtual dos Descobrimentos Portugueses (Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001).
- Silva, José Alberto, “The Portuguese Popularizer of Science Teodoro de Almeida: Agendas, Publics and Bilingualism”, *History of Science*, 50, 1, 166 (2012), 93 – 122.
- \_\_\_\_\_, *A apropriação da filosofia natural em Teodoro de Almeida (1722 – 1804)* (Lisboa: Centro Interuniversitário de História das ciências e da Tecnologia (CIUHCT), 2009).
- \_\_\_\_\_, (Introd. e Coord. Editorial), *Teodoro de Almeida. Oração de abertura e memórias na Academia das Ciências de Lisboa* (Porto: Porto Editora, 2013).
- Silva, Taíse, *Maquinação da Razão Discreta: operação historiográfica e experiência do tempo na Classe de Literatura Portuguesa da Academia Real das Ciências de Lisboa (1779 -1814)*, tese de doutoramento (Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010),
- Silveira, Luis Espinha de, “Revolução liberal e pariató (1834 – 1842)”, *Análise Social*, XXVII, 116/117 (1992), 329 – 353;
- Silvia F. de M. Figueirôa, Cláudia Paranhos da Silva e Ermelinda Moutinho Pataca, “Aspectos mineralógicos das "Viagens Filosóficas" pelo território brasileiro na transição do século XVIII para o século XIX”, *História, Ciências, Saúde*, 11, 3 (2004), 703 – 729 ([http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702004000300009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702004000300009)). 12/1/2014)
- Simões, Ana; Carneiro, Ana; Diogo, Maria Paula, “Constructing Knowledge: Eighteenth-Century Portugal and the New Sciences”, in Kostas Gavroglu (ed.), *Archimedes*, 2(1999), 1 – 41.
- Simões, Ana; Diogo, Maria Paula; Carneiro, Ana, *Cidadão do Mundo. Uma biografia científica do Abade Correia da Serra* (Porto: Porto Editora, 2006) (Versão em

- inglês: *Citizen of the World. A scientific biography of the Abbé Correia da Serra* (Berkeley: University of California Press /Institute of Governmental Press, 2012).
- Simon, William Joel, *Scientific Expeditions in the Portuguese Overseas Territories (1783 – 1808)* (Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1983).
- Sommer, Friedrich, *Guilherme Luis, Barão de Eschwege* (S. Paulo: Edições Melhoramentos, 1952).
- Stapelbroek, Koen; Marjanen, Jani (ed.), *The Rise of Economic Societies in the Eighteenth Century* (New York: Palgrave MacMillan, 2012).
- Stone, Lawrence, “Prosopography”, *Daedalus*, 100, 1 (1971), 46 – 79.
- Subtil, Carlos Lousada; Vieira, Margarida, “Os primórdios da organização do Programa Nacional de Vacinação em Portugal”, *Revista de Enfermagem – Referência*, 3, 4(2011), 167 – 174.
- Tavares, Pedro Vilas Boas, “Experimentalismo, Iluminismo e Fisiocratismo na obra de um cirurgião moderno”, 517 – 545, <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/7976/2/2588.pdf>, 12/5/2014).
- Tavares, Pedro Vilas Boas, “Manuel Gomes Lima Bezerra: O discurso ilustrado pela dignificação da cirurgia”, *Península. Revista de Estudos Ibéricos*, 5 (2008), 83 – 91 (<http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/7929/2/4707.pdf>. 15/12/2014).
- Teague, Michael; Rocha, Manuela, *Abade José Correia da Serra: documentos do seu arquivo (1751-1795) : catálogo do espólio* (Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 1997).
- Teixeira, António José, “Uma questão de imprensa no princípio do século actual”, *O Instituto*, XXXVI (1888-1889), 39 – 45, 159 – 163, 380 – 384, 523 – 528, 776 – 781 ([https://bdigital.sib.uc.pt/institutocoimbra/UCBG-A-24-37a41\\_v036/UCBG-A-24-37a41\\_v036\\_item1/P212.html](https://bdigital.sib.uc.pt/institutocoimbra/UCBG-A-24-37a41_v036/UCBG-A-24-37a41_v036_item1/P212.html). 2/6/2014)
- Teixeira, Manuel, “Tribunal das Matemáticas em Pequim”, Separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, XXXVI (1991), 439 – 444.
- Thakray, Arnold, “Natural Knowledge in Cultural Context: The Manchester Mode”, *The American Historical Review*, 79, 3(1974), 672 – 709.
- Torgal, Luís Reis; Vargues, Isabel Nobre, *A revolução de 1820 e a instrução pública* (Porto: Paisagem Editora, 1984),r, 1843).
- Valadares, Virgínia Maria Trindade, *A Sombra do Poder: Martinho de Mello e Castro e a Administração da Capitania de Minas Gerais (1770-1795)*, Dissertação de Mestrado (Lisboa: Faculdade Letras da Universidade de Lisboa, 1997).
- \_\_\_\_\_, *Elites Mineiras setecentistas. Conjugação de dois mundos* (Lisboa: Edições Colibri, 2004).
- Varela, Alex Gonçalves, “*Juro-lhe pela honra de bom vassalo e de bom português*”.

- Análise das memórias científicas de José Bonifácio de Andrada e Silva (1780 – 1819)* (São Paulo: Annablume, 2006).
- Varela, Alex Gonçalves, “A trajetória do ilustrado Manuel Ferreira da Câmara em sua fase europeia (1783 – 1800), *Tempo* 12, 23 (2007), 150 – 175 ([http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-77042007000200009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042007000200009)). 20/8/2013).
- Vaz, Francisco António Lourenço, *Instrução e Economia – as ideias económicas no discurso da ilustração portuguesa (1746-1820)* (Lisboa: Edições Colibri, 2002).
- Vazquez, Raquel Bello, “Sociabilidade e aristocracia em Portugal no último quartel do século XVIII”, [www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/RaquelBelloVazquez.pdf](http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/RaquelBelloVazquez.pdf) (28/12/2014).
- \_\_\_\_\_, *Uma certa ambição de gloria. Trajectória, redes e estratégias de Teresa de Mello Breyner nos campos intelectual e do poder em Portugal (1770 – 1798)*, 2 vols., tese de doutoramento (Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, Faculdade de Filologia, 2005).
- Ventura, António Pires, “A III Invasão Francesa a Portugal vista pelo Intendente Pierre Lagarde”, <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=656>. (2 /3/2013).
- Verdelho, Telmo, “Dicionários Portugueses: Breve História”, in Telmo Verdelho, João Paulo Silvestre (org.), *Dicionarística portuguesa: inventariação e estudo do património lexicográfico* (Aveiro: Universidade de Aveiro, 2007), pp. 25 – 28 ([http://books.google.pt/books?id=ibjsha\\_dpsYC&printsec=frontcover&hl=pt-PT#v=onepage&q&f=false](http://books.google.pt/books?id=ibjsha_dpsYC&printsec=frontcover&hl=pt-PT#v=onepage&q&f=false)) (31/10/2014).
- Viterbo, Sousa *Dicionário histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses a serviço de Portugal*, 2º vol. (Lisboa: Imprensa Nacional, 1904).
- Yeo, Richard “Classifying Sciences”, in Roy Porter (ed.), *The Cambridge History of Science, Volume 4: Eighteenth-Century Science* (Cambridge: CUP, 2003), 241 – 266.
- Wacquant, Loic, “Toward a Social Praxeology: The Structure and Logic of Bourdieu Sociology”, in Bourdieu and Wacquant (eds.), *An Invitation to Reflexive Sociology* (Chicago: University Chicago Press, 1992).
- Zuquete, Afonso, *Nobreza de Portugal e do Brasil*, 3 vols. (Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1960).